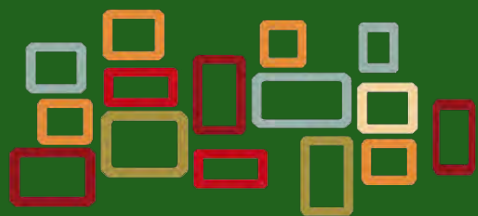


ISSN 2358-4440



Ateliê de História

Departamento de História

Volume 02, nº1, 2014



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Reitor: Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Diretor: Jeane Silvana Eckert Mons

Diretor Adjunto: Elenice Parise Foltran

Departamento de História

Chefe: Christiane Marques Szesz

Adjunto: Myriam Janet Sacchelli

Revista Ateliê de História UEPG (Departamento de História
- Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Ponta Grossa, PR, 2014-321p.

Volume 02, nº1, 2014

Editores

Marco Antonio Stancik (UEPG)

Francieli Lunelli Santos (NUTEAD/UEPG)

Edson Armando Silva (UEPG)

Conselho Editorial

Amanda Cieslak Kapp

Bruno de Macedo Zorek

Cláudio Luiz Denipoti

Myriam Janet Sacchelli

Niltonci Batista Chaves

Roberto Edgar Lamb

Rosangela Wosiack Zulian

Projeto gráfico e criação capa

Edson Gil Santos Jr.

Diagramação

Edson Gil Santos Jr.

Pareceristas ad-hoc deste número

Adriano Rossi
Alessandra Carvalho
Angela Ferreira
Antonio Benatte
Artur de Freitas
Caroline Dähne
Cláudio DeNipoti
Christiane Szesz
Daniela Casoni Moscato
Danile Visnieski
Diogo Silva
Elizabeth Johansen
Fernando Botton
Francieli Lunelli Santos
Helena Mueller
Janaína de P. do Espírito Santo
Jeanine Ressetti
Leonel Brizola Monastirsky
Lucas Patschiki
Marco Antonio Stancik
Maria Inêz Skavronski
Maria Julieta W. Cordova
Mateus Buffone
Raphael Carvalho
Roberto E. Lamb
Rosane Kaminski
Rosângela W. Zulian

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.



Ateliê de História

SUMÁRIO

Volume 2, Número 1 - 2014

APRESENTAÇÃO.....	08
MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÕES EDUCATIVAS DA CASA DA CULTURA PADRE KAROL DWORACZEK PARA PRESERVAÇÃO DO LEGADO CULTURAL POLONÊS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS Cecília Szenkowicz Holtman Elizabeth Johansen.....	11
A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE WENCESLAU BRAZ/PR: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À MEMÓRIA. Eliane Netrebka Ramos Elizabeth Johansen.....	23
O RITUAL DA DIVINA LITURGIA PASCAL ENTRE OS DESCENDENTES DE UCRANIANOS DE ARIRANHA DO IVAÍ-PR: PERMANÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES RELIGIOSAS (2003-2013) Fernanda Mazuco Maria Inêz Antonio Skavronski.....	41
A PRESENÇA DO MST NO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS (1999-2012) Junahil Ferreira Mainardes Lucas Patschiki.....	55
BOGDAN BILOUWS: O OLHAR DO FOTÓGRAFO NOS RETRATOS DE CASAMENTO DOS DESCENDENTES ITALIANOS DAS FAMÍLIAS BOBATO E MOLETA (1950-1980) Jeanine Campos Ressetti Roberto Edgar Lamb.....	65
IMIGRAÇÃO UCRANIANA E COLONIZAÇÃO EM PRUDENTÓPOLIS (1895-1945) Talita Seniuk Maria Inêz Antonio Skavronski.....	81
O USO DAS OBRAS FÍLMICAS COMO MATERIAL DIDÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. Sidney Carneiro Ferraz Lucas Patschiki.....	93

ENTRE HISTÓRIA E HISTÓRIAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LEITURA E O DESEMPENHO ESCOLAR.

Edilaine Grzygorczyk

Luiz Fernando Cerri.....115

HISTÓRIA NAS VITRINES: A NARRATIVA JORNALÍSTICA DA HISTÓRIA NO LIVRO 1808 DE LAURENTINO GOMES.

Juliana Gelbcke

Luiz Fernando Cerri.....157

A IGREJA ANTIGO CATÓLICA EM PONTA GROSSA (1932-1934): ANÁLISE DA DISPUTA RELIGIOSA NA COMUNIDADE POLONESA LOCAL.

Letícia Leal de Almeida

Rosângela Wosiack Zulian.....179

SEMIÓFOROS DA ETNICIDADE O MUSEU IMIGRANTE HOLANDÊS DE ARAPOTI, PARANÁ

Carla Roseane de Sales Camargo

Antonio Paulo Benatte.....221

A REPRESENTAÇÃO DO CIGARRO E DOS JOGOS AMOROSOS NAS CAPAS DA REVISTA PARA TODOS... FEITAS POR J. CARLOS (1926-1931)

Larissa Brum Leite Gusmão Pinheiro

Artur Freitas.....233

ARISTÓFANES: COMEDIÓGRAFO E EDUCADOR

Pedro Luiz Moreira

Mateus Henrique Buffone.....271

TEMPORALIDADES DA EXISTÊNCIA:

A (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA NA FICÇÃO KUNDERIANA

Rosimara Richard

Raphael Guilherme de Carvalho.....285

FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS: A HISTORICIDADE DA RELAÇÃO ENTRE HOMENS E ANIMAIS AO SEGUIR O MATADOURO MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

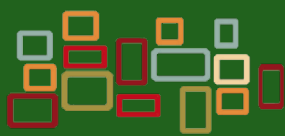
Lucas Erichsen da Rocha.....297

CRÔNICAS DE BANDEIRA REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE BRASILEIRA NAS CRÔNICAS DE MANUEL BANDEIRA

Nayamim dos Santos Moscal.....305

TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS NA REVISTA HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES. (1980-1990)

Thiago Felipe dos Reis.....313



APRESENTAÇÃO

A presente edição de *Ateliê de História* – UEPG segue orientação já adotada no seu último número, com a seleção de 17 trabalhos produzidos em três diferentes níveis de formação: Graduação em História, Especialização em História, Arte e Cultura, além do Mestrado em História, Cultura e Identidades, cursos estes mantidos pelo Departamento de História da UEPG. Assim distribuídos, não se teve a preocupação de agrupá-los de forma temática.

A partir de tal opção, seguimos não apenas privilegiando a diversidade de temas, abordagens e metodologias, como estudos desenvolvidos nas modalidades presencial e a distância.

A primeira seção traz sete estudos escritos por acadêmicos do curso de Licenciatura em História ofertado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UEPG. Os dois primeiros trabalhos tratam de questões relacionadas ao Patrimônio Histórico e Cultural paranaense. Cecília S. Holtman discute as ações educativas desenvolvidas pela Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek, tendo em vista a preservação do patrimônio cultural polonês em São José dos Pinhais/PR, ao passo que o estudo seguinte, de autoria de Eliane N. Ramos, aborda as transformações ocorridas na Estação Ferroviária de Wenceslau Braz/PR no período de 1990 a 2011. A seguir, Fernanda Mazuko discute relações entre religiosidade e identidade étnica expressas através de permanências e ressignificações da liturgia pascal, conforme praticadas por descendentes de ucranianos residentes em Ariranha do Ivaí/PR. O processo de socialização observado entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e os moradores da área urbana do Município de Congonhinhas/PR é assunto discutido no artigo de Junahil F. Mainardes. Retratos de casamento de descendentes de italianos residentes em Imbituva/PR e produzidos por Bogdan Bilouws constituem o foco das reflexões de Taline B. Stadler, que destaca aspectos ligados à memória e identidade de família. Talita Seniuk discute a imigração ucraniana para o município de Prudentópolis/PR na primeira metade do século XX. Finalizando esse primeiro bloco, Sidney Ferraz apresenta um estudo sobre obras fílmicas em sala de aula e sua utilização como recurso pedagógico.

A seção seguinte traz três trabalhos da Graduação em História, modalidade presencial. Edilaine Grzygorczyk, amparada em estudo desenvolvido em escola da periferia de Ponta Grossa/PR, analisa a relação entre desempenho escolar e leitura, tendo em vista o em-

préstimo de livros por alunos e o uso das bibliotecas pelos professores. Na sequência, Juliana Gelbcke tece reflexões em torno do estilo de narrativa histórica praticada por jornalistas, por intermédio da análise comparativa de duas versões de um recente best seller nacional. As relações entre a Igreja Católica e a Igreja Antigo Católica, conforme observadas em Ponta Grossa/PR na década de 1930, trabalho de autoria de Letícia Leal de Almeida, encerra a segunda seção.

Passemos agora aos trabalhos produzidos por alunos da Pós-Graduação, iniciando pela Especialização em História, Arte e Cultura. Carla Roseane de S. Camargo, amparada na história oral e na observação participante, trata de memória e identidade a partir de reflexão desenvolvida em torno dos objetos que constituem o acervo do Museu Imigrante Holandês de Arapoti/PR. Larissa Brum L. G. Pinheiro trata das representações de comportamentos associados ao uso do cigarro conforme veiculadas na produção do ilustrador J. Carlos presentes na revista *Para todos*, entre as décadas de 1920 e 1930. Por sua vez, o trabalho de Pedro L. Moreira se propõe a discutir aspectos da obra de Aristófanes, percebido como comediógrafo e educador, em suas correlações com as transformações experimentadas pela sociedade Grega entre os séculos V e IV a. C., ao passo que Milan Kundera e seus questionamentos em torno da existência em suas temporalidades, a partir de sua obra *O livro do riso e do esquecimento*, é objeto de reflexão do trabalho de Rosimara Richard.

Fechando a presente edição, temos três projetos em desenvolvimento por alunos do Mestrado em História, Cultura e Identidades. Lucas V. E. da Rocha problematiza a relação entre seres humanos e animais, a partir do deslocamento do matadouro instalado na região central Ponta Grossa/PR para uma região mais periférica na década de 1930. Nayamim dos S. Moscal tem como tema de pesquisa o diálogo em torno da ideia de brasilidade, analisando as crônicas produzidas por Manuel Bandeira, enquanto que Thiago F. dos Reis se interessa pela produção de trabalhos veiculados pela revista *História: Questões e Debates*, tendo em vista perceber a incorporação de novas tendências historiográficas pelos autores que frequentaram suas páginas nos anos 1980.

Ponta Grossa, agosto de 2014.

Francieli Lunelli Santos
Marco Antonio Stancik
(Editores)

MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÕES EDUCATIVAS DA CASA DA CULTURA PADRE KAROL DWORACZEK PARA PRESERVAÇÃO DO LEGADO CULTURAL POLONÊS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Cecília Szenkowicz Holtman¹
Elizabeth Johansen²

INTRODUÇÃO

A presença de diferentes grupos étnicos em território paranaense é tema de diversos trabalhos histórico-científicos. Wachowicz (1982, p.118) já denominava o Paraná como “laboratório étnico”, tal a característica que este estado possui por ter recebido inúmeras levas de imigrantes europeus. A convivência de diferentes culturas e a contribuição destes grupos é de suma importância para a construção do Paraná que se conhece hoje.

É claro que essa convivência não aconteceu de maneira sutil. Fez-se necessário um bom período de tempo para desenrolar o processo de chegada-adaptação, tanto por parte dos imigrantes, quanto por parte dos brasileiros, pois toda mudança, toda aculturação³, ainda que voluntária, provoca um choque psicológico. No caso dos imigrantes europeus, havia ainda a questão da língua, fator que tornava esse processo ainda mais complicado. Tentando amenizar este choque, alguns destes grupos buscaram preservar suas identidades, mantendo atitudes e manifestações que os remetessem ao país de origem.

Ao tomarem essas atitudes de preservação de identidade, preservaram assim seu Patrimônio Cultural, conceito que engloba toda a produção humana, material ou imaterial, de ordem emocional ou intelectual, independente de sua origem, aspecto, natureza ou época (IPHAN, 2012, p.12-13).

Para proteger este patrimônio cultural são necessárias atitudes e atividades que promovam pesquisas, ações educativas além da divulgação do bem a ser preservado. Nesse sentido, entra em cena uma instituição – o museu. Sendo a educação uma de suas funções centrais, o museu oferece possibilidades para a comunicação e a informação, numa construção dialética e dialógica, construindo a cidadania e o entendimento do que seja identidade.

Nesse sentido, ao analisar os documentos e os registros das ações desenvolvidas na instituição Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek, que se localiza na Colônia Murici, núcleo de imigração polonesa em São José dos Pinhais, juntamente com as publicações e regulamentações preconizadas pelo Ministério da Cultura relacionados à prática museológica, procurou-se responder quais são e de que forma as ações educativas do museu Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek contribuem para a preservação do patrimônio cultural polonês.

A análise de documentos é uma importante ferramenta de pesquisa qualitativa, como atenta Sá-Silva (2009, p.11), pois, além de complementar as informações obtidas através de outras ferramentas e/ou técnicas, acaba por

Palavras - chave:
Identidade étnica; Patrimônio Cultural; Museus.

Resumo: Este artigo procura responder quais são e de que forma as ações educativas da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek contribuem para a preservação do patrimônio cultural da etnia polonesa no município de São José dos Pinhais. Para isso, aprofunda os conceitos de museus e patrimônio cultural, além de discutir sobre a história da Polônia e da Imigração para o Brasil, numa análise de fontes baseada nos conceitos metodológicos da leitura e interpretação de documentos produzidos pela instituição e pelo Governo Federal.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela UEPG/UAB. Email: cecilia.historiauepg@yahoo.com.br

² Orientadora. Mestre em História pela UFPR, professora do Departamento de História e diretora do Museu Campos Gerais na UEPG.

³ No sentido de influência mútua de elementos culturais diversos (WACHOWICZ, 1982, p.119).

revelar novos aspectos sobre o tema pesquisado. Como lembra Corsetti (2006, p.36), a leitura hermenêutica da documentação torna-se uma operação indispensável dentro de um processo de pesquisa. Assim, embasando-se nos posicionamentos desses dois autores, entende-se que ao cruzar e confrontar as informações dos registros da Casa da Cultura com as documentações dos órgãos oficiais, o processo de investigação possibilita não apenas uma leitura literal das informações contidas, mas sim, uma compreensão contextualizada dos fatos.

Para que se possam interpretar as informações contidas nestes registros, é preciso entender não somente o que é patrimônio e as consequências de uma política pública, referenciada através de documentos dos órgãos oficiais, mas, também, sobre a própria história local e da imigração polonesa em si, para o Estado do Paraná. Neste sentido, autores como Turbanski SVD, com seus livros *Murici Terra Nossa* vol. I (1978) e II (2005), e Wachowicz com seu livro *História do Paraná* (1982), são os principais exemplos que contribuem para historicizar as questões envolvidas nesta interpretação além de outros autores que contribuem para as explanações sobre o conceito de patrimônio, museus, ações museológicas e preservação de identidades.

Entendendo o conceito de Patrimônio

Primeiramente, deve-se procurar entender o conceito de patrimônio e suas implicações nas políticas públicas e na sua relação com a sociedade.

Tendo sua origem no latim, a palavra patrimônio, que vem de *pater* (pai), tem em seu significado aquilo que é passado de pai para filho. Ao longo dos séculos, passou a representar, também, o sentido de propriedade coletiva, preservando a história de um povo ou um lugar, vinculando-se à noção de cidadania (IPHAN, 2012, p.12).

Ao se relacionar uns com os outros, ainda que em diferentes contextos e situações, o indivíduo constrói sua identidade. É essa identidade que o torna diferente dos demais, o que o faz ser único no mundo. Ao conviver em grupo, exercendo a cidadania, os indivíduos compartilham histórias e memórias coletivas, reconhecendo que partilham de traços comuns. Essa identidade, que passa a ser do grupo, torna-se a identidade cultural, como lembra Fonseca (apud ABREU, 2003, p.64). Assim, o conjunto de saberes, fazeres, práticas e expressões que

remetem à história, à memória e à identidade de um grupo, passados de geração em geração, ficou conhecido como patrimônio cultural.

Porém, as relações entre as pessoas do mesmo grupo, entre grupos diferentes e entre estas e os bens materiais e imateriais redefine, a cada geração, o que é considerado patrimônio cultural, num movimento permanente de construção e reconstrução de valores essenciais para a dinâmica e a identidade cultural.

A eleição daquilo que mais representa a identidade coletiva de uma determinada comunidade tem por objetivo principal, não apenas a preservação de sua história e memória, mas também o exercício da cidadania e a melhoria na qualidade de vida para os indivíduos no presente. Isso se dá através de políticas públicas, que tornam oficiais estas escolhas.

No Brasil, a caminhada para o reconhecimento do que é patrimônio e sua abrangência não foi pequena nem fácil. No entanto, após a promulgação da Constituição de 1988, este processo ganhou mais força frente ao artigo 216, que explicita a importância da manutenção e salvaguarda de tudo aquilo que caracteriza o patrimônio cultural brasileiro. (BRASIL, 2002, p. 161)

Parafraseando a máxima dos Annales, podemos dizer que a política patrimonial também é filha de seu tempo. Logo, as ideias de Mario de Andrade (FRIEDRICH, s/d, p.05) – considerado por muitos como patrono das questões patrimoniais nacionais –, que soaram “modernistas” demais para a década de 1930, encontraram lugar na conjuntura político-social da década de 1980. Neste período, o entendimento do que é cultura havia se ampliado, resultando numa redação mais ampla que admite ser patrimônio cultural tudo aquilo que pode dar testemunho das formas de como o homem produz e conduz a sua existência. Nesse sentido, não mais apenas os bens móveis e imóveis entram no programa de proteção, mas também tudo aquilo que referencia à identidade, à ação e à memória, contemplando, portanto, os aspectos imateriais.

As medidas jurídicas estabelecidas pela CF/1988 possibilitam uma gama maior de artifícios para se proteger os bens culturais de acordo com as necessidades locais. Assim, instituíram-se inventários, registros, acautelamentos e dispositivos de desapropriação, além do tombamento já existente.

Outro avanço gerado a partir da CF/1988 é a gestão compartilhada, onde não só a esfera federal, mas também as esferas municipais e estaduais, juntamente com a sociedade civil sejam responsáveis

por eleger e preservar os seus bens culturais. Ao envolver a comunidade, esta passa a ter o comprometimento com o patrimônio em questão, identificando-se com ele e percebendo-se como sujeitos históricos ativos no processo de salvaguarda de sua própria história.

Nesse sentido, surge no cenário nacional o Plano Nacional de Cultura, numa construção coletiva que percebe a cultura como ponto importante para o desenvolvimento do país, tanto no fator econômico como no fator social, defendendo assim a diversidade cultural frente à globalização. Entre seus pontos principais, destaca-se a questão da preservação do patrimônio cultural brasileiro, através de instituições como os museus.

Para que estas instituições possam garantir essa missão, abriu-se caminho para uma Política Nacional de Museus (BRASIL, 2003), também construída democraticamente e que traduz os anseios da comunidade museológica.

A Instalação do Patrimônio Cultural Polonês em São José dos Pinhais

Entre os diversos grupos imigrantes que se fixaram no Paraná, o grupo dos poloneses é considerado o maior contingente. Mariano Kawka (2003, p.55) menciona, em seus estudos, que cerca de 1% da população brasileira possui algum vínculo com a imigração polonesa e que essa percentagem torna-se mais visível no sul do país, onde pode chegar a até 10% da população. Estes números expressivos podem ser explicados através do contexto histórico que marca as trajetórias do Brasil e da Polônia no período que vai do século XVI ao XX.

Durante o século XVI, alguns países da Europa adquiriram condições de dominar o mundo economicamente devido à expansão comercial e através da modernização e inovação tecnológica na agricultura, entre outras áreas, o que causou uma mudança radical na sociedade da época. A Polônia não conseguiu acompanhar esses processos, pois sua burguesia era pequena e a maioria dos poloneses eram camponeses humildes que descendiam dos servos medievais. A mão de obra era falha e havia um grande problema de falta de empregos (KAWKA, 2003, p.46-56).

Entre os anos de 1772 a 1795, o Estado Polonês sofreu várias intervenções de seus vizinhos, até ter seu território totalmente repartido em 1795, entre a Áustria, a Prússia e a Rússia (DEMBICZ & KIENIEWICZ, 2001, p.17) que, além de dominarem

administrativamente as terras, reprimiram massivamente o uso da língua polonesa, os costumes e tradições praticados há séculos. Diante deste quadro, os poloneses, não conseguindo conviver com as condições de miséria, começaram a partir para outros países com a esperança de encontrar uma vida melhor. Entre as diversas escolhas possíveis, uma grande leva de poloneses aportou no Brasil.

Essa vinda para o Brasil só se tornou possível após a instalação da família imperial portuguesa em 1808, e a abertura dos portos, quando uma nova realidade começou a se descortinar (SZESZ, LEITE & STANCIK, 2011, p. 12-13). A pressão das potências estrangeiras, principalmente da Inglaterra, em relação ao tráfico de escravos e a questão da ocupação do território nacional passaram a fazer parte das preocupações governamentais. Era preciso mão de obra para cultivar os campos brasileiros. A saída foi divulgar e incentivar a imigração europeia, oferecendo, inclusive, subsídios para imigrantes dispostos a povoar o interior do país (TURBAŃSKI, 1978, p.16).

A propaganda feita na Europa surtiu efeito, principalmente na região centro-oriental. Tanto que o período que se inicia em 1870 ficou conhecido como “febre brasileira” (KAWKA, 2003, p.51), tamanha a quantidade de imigrantes, principalmente de descendência polonesa e origem camponesa, que cruzaram o Atlântico em direção ao Brasil.

Neste momento é necessário ressaltar a questão do choque cultural. Ao chegarem ao Brasil, estes imigrantes necessitavam de algo para (re)afirmar suas identidades enquanto poloneses. Doustar (1990, p.82), ao trabalhar a questão da construção da identidade polonesa, explica que o patrimônio cultural polonês, expresso através de seus símbolos, tornou-se, diferentemente de outros nacionalismos europeus, um “conjunto de sentimentos patrióticos ligado ao amor próprio de povo ferido e humilhado, e não na defesa de interesses nacionais propriamente ditos”. Assim, o temor de se perder o domínio cultural, tal como foi perdido o domínio político e econômico, o que terminaria por descaracterizar completamente a nação, estava inserido no cotidiano do camponês, e imigrou, junto a este, para as colônias brasileiras.

Isto explica por que, ao contrário de outras etnias que buscavam urbanizar-se, o imigrante polonês buscou o interior, atendendo à sua sede por terra, tentando construir aqui no Brasil o que lhe foi tirado em sua terra natal. Aqui, longe de outras influências, podiam construir suas casas e produzir seu alimento conforme seus conhecimentos ou rezar e cantar em sua língua materna. Mantinham, assim, sua cultura

viva, passando-a para as novas gerações, ou seja, brasileiros com descendência polonesa.

No entanto, ao optarem pelo trabalho em regime de subsistência, numa pequena propriedade, longe dos centros urbanos e sem muita relação com o comércio, estes imigrantes passaram a ser comparados com outros grupos já marginalizados na época – os escravos libertos ou não e descendentes afro-indígenas –, o que resultou num processo de discriminação, tanto por parte da sociedade, quanto por parte dos próprios imigrantes e seus descendentes.

No panorama da colonização polonesa no estado do Paraná e na preservação de seu legado cultural, chama a atenção a Colônia Murici, em São José dos Pinhais, criada em 1878, durante a terceira etapa de colonização promovida pelo governo da Província (TURBAŃSKI, 1978, p.09).

Como em outras colônias, a instalação e os primeiros anos não foram fáceis. A preparação do terreno para as primeiras plantações e construção de residências, a distância do centro de comércio, além da dificuldade de comunicação foram alguns dos percalços vivenciados pelo grupo de vinte famílias a quem foram destinados os lotes desta colônia (TURBAŃSKI, 1978, p.10-21).

Deve-se ressaltar, no entanto, que assim como em outras colônias, também nesta perseverou um profundo sentimento religioso, que serviu de elemento de união para estes imigrantes. Logo, assim que se estabeleceram, procuraram construir uma capela para ofícios religiosos onde, além de cumprirem os deveres católicos, podiam exercer seus direitos sociais, convivendo com os seus pares (TURBAŃSKI, 1978, p.24-25).

Além deste momento de socialização, onde podiam conversar em sua língua materna, utilizaram aqui os conhecimentos de técnicas construtivas que possuem características arquitetônicas distintas (BERNARDO, 2013, p.43-51), tanto na disposição do imóvel em relação à propriedade, quanto na construção propriamente dita e na organização interna da residência, seja na questão dos móveis e utensílios de cozinha e lavoura, como na decoração, na qual prevalecem os bordados, as artes em papel e a valorização da religiosidade (URBAN, 2004, p.94-115).

É nesta localidade, no interior do referido município, que se encontra um pequeno museu chamado Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek, criado através do Decreto Municipal nº 1.541, de 25 de julho de 2006.

Segundo o histórico da Instituição, descrito no Plano Museológico (HOLTMAN, 2012, p.09), o mu-

seu recebeu este nome em homenagem ao Padre Karol Dworaczek, que viveu no Brasil de 1900 a 1918, período em que atuou como pároco da Colônia Murici, promovendo não só a questão religiosa, como também o impulso social, através das construções da nova Igreja, Cemitério, Escola e Sociedade Agrícola.

É no prédio idealizado pelo padre Karol para servir de escola que se encontra, desde 2006, o referido museu escolhido para ter suas ações e sua documentação analisada. Esta escolha foi baseada nas observações de Marc Augé (1999, apud CABRAL, 2004, p.31) sobre a questão do aparecimento de pequenos museus dedicados à história local, respondendo à necessidade destas pessoas em relação à sua identidade cultural e ao autoconhecimento.

A leitura do Plano Museológico da Instituição revela que a Missão Institucional da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek é o “Resgate e preservação do patrimônio cultural da etnia polonesa, oportunizando também o contato com as artes em geral” (HOLTMAN, 2012, p.11), motivo pelo qual se escolheu este museu e suas ações educativas como fontes para a análise proposta no título deste artigo.

No entanto, apesar de a instituição existir desde 2006, foram encontrados registros somente a partir de 2012, o que limitou a análise para pouco mais de um ano de documentação, ou seja, o ano de 2012 e o primeiro semestre de 2013.

Os Museus e a salvaguarda do Patrimônio Cultural

Os museus são instituições que evoluíram juntamente com a sociedade. De templo das Musas como colocavam os gregos, passando pelos gabinetes de curiosidades no Renascimento, seu espaço ganhou notoriedade como local de guarda e preservação daquilo que representaria a nação, tal como aconteceu na França, após a Revolução Francesa e também no Brasil, no impulso modernista da década de 1920 (JULIÃO, in: MinC, 2006, p.19-21).

Com a redemocratização, a partir dos anos 1980 abriu-se espaço no discurso nacional para os diferentes grupos étnicos e sociais, ampliando com isso a noção de cidadania, patrimônio e propiciando a estes sujeitos o seu direito de memória. Adequando-se aos novos anseios, também os museus passaram a ter uma concepção mais abrangente. Letícia Julião (MinC, 2006, p. 26) ressalta: “De lugares consagrados ao saber dogmático, os museus deveriam se converter em espaços de reflexão e debate, ajustados aos

interesses e às demandas reais das comunidades”.

E, para atender a essas demandas, os museus procuraram, através de suas ações, aproximar o público das manifestações culturais em seus espaços, numa política que busca, de forma democrática e plural, a disseminação das diferentes culturas.

Isto pode ser observado já na própria definição do que é um museu, como exposto no artigo 1º da Lei nº 11.904 de 14 de Janeiro de 2009, que Institui o Estatuto de Museus:

Art. 1º. Consideram-se museus, para efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Atendendo às mudanças ocorridas na sociedade, desenvolveu-se uma Política Nacional de Museus (BRASIL, 2003), que apresenta em seu texto, criado coletivamente, discussões a respeito da inclusão social nos espaços museológicos como forma de promoção de alternativas para a construção de uma sociedade com oportunidades iguais - pelo menos no campo cultural-patrimonial - para todos.

Como um dos resultados desta proposta política e em decorrência do Plano Nacional de Cultura, surge o documento Plano Nacional Setorial de Museus (BRASIL, 2010), que traz um planejamento e uma agenda política para a área museológica por um prazo de dez anos e que foi construído também de forma democrática, organizando e viabilizando as políticas públicas voltadas para este setor e que se constituiu sob dois enfoques: o estruturante e o setorial. Pelo primeiro deles, trabalhou-se com os cinco eixos estruturantes da II Conferência Nacional de Cultura:

- I. Produção simbólica e diversidade cultural;
- II. Cultura, cidade e cidadania;
- III. Cultura e desenvolvimento sustentável;
- IV. Cultura e economia criativa;
- V. Gestão e institucionalidade da cultura.

Já pelo enfoque setorial, as propostas alinharam-se pelas especificidades de setores de museus: arte; história; culturas militares; ciências e tecnologia; etnográficos; arqueológicos; comunitários e ecomuseus; da imagem e do som e de novas tecnologias; e arquivos e bibliotecas de museus (BRASIL, 2010, p.24).

A partir da Lei nº 11.904/2009, o setor museal

abriu espaço para discussões a respeito de suas atividades, principalmente relacionadas à sua vocação educacional, pois sabe-se que é no espaço entre as exposições e o atendimento ao público que se desenvolvem os princípios da alteridade, contribuindo, assim, para uma coexistência multicultural.

Um dos resultados destas discussões foi a Carta de Petrópolis (BRASIL, 2010), produzida no 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e que teve por objetivo, lançar as bases da Política Nacional de Educação Museal. Seu texto traz a síntese das propostas construídas para a área educacional dos museus, devendo esta ser de interesse público, baseando-se na missão da instituição, em seu acervo, na pesquisa e nos princípios educacionais.

Nesse sentido, desenvolveu-se uma pedagogia museal composta por educação patrimonial, ação educativa e função/missão educativa dos museus (STUDART, 2004, p. 44), conceitos que formam e transformam suas ações para que estes possam, assim, promover o exercício da cidadania, a partir de posturas afirmativas construídas conscientemente e que permitam a apropriação do patrimônio cultural.

No panorama atual da preservação do patrimônio cultural, a instituição museológica com certeza se destaca por sua natureza e pela natureza de suas ações. E é para garantir que estas instituições possam desenvolver de maneira satisfatória sua missão na salvaguarda e difusão dos patrimônios que formam a cultura plural brasileira que estes documentos acima citados foram produzidos.

Hoje, os museus devem basear-se nesses textos para alinharem suas metodologias e missões, numa fala comum dentro da esfera federal, mas que admite as particularidades de cada região, de cada local, promovendo a defesa da diversidade cultural em contraposição aos lugares comuns gerados a partir da globalização, denominados por Marc Augé como não-lugares (1999, apud CABRAL, 2004, p.31) por não possuírem uma história, onde os indivíduos não se identificam nem estabelecem laços.

A Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek e suas ações educativas

Tendo por base os textos desses documentos oficiais, surgiu a ideia de analisar a documentação produzida na Instituição Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek para avaliar se suas ações educativas estão realmente alcançando os seus propósitos e se estão em sintonia com o que se produz no restante

do país. Esta análise teve como princípios metodológicos, os posicionamentos de autores como Sá-Silva (2009) e Corsetti (2006), que ressaltam a análise de documentos como ferramenta de pesquisa na qual a leitura hermenêutica torna-se um fator indispensável dentro deste processo.

A coordenadora do CECA-Brasil⁴ no período de 1996 a 2000, Adriana Mortara Almeida (MUSAS, 2004, p.22-24) ressaltava a importância da avaliação das ações museológicas para um planejamento de ações futuras, frisando que, para que isso aconteça a contento, se faz necessário definir previamente os resultados esperados, ou seja, aonde se quer chegar.

Assim, ao cruzar e confrontar as informações dos registros da Casa da Cultura com as documentações dos órgãos oficiais, mesmo que num recorte temporal pequeno, devido aos registros existirem apenas a partir de 2012, a pesquisa possibilitou não apenas uma leitura literal das informações contidas, mas sim uma compreensão contextualizada dos fatos.

As fontes utilizadas nesta avaliação foram as Correspondências recebidas, o Livro de Registro de Atividades, as Fichas Avaliativas e o Plano Museológico que contempla cópias do Decreto Municipal de Criação da Instituição e de seu Regimento Interno.

A Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek é uma instituição sem fins lucrativos, instalada num imóvel pertencente à Paróquia Sagrado Coração de Jesus, da Colônia Murici e é administrada pela Secretaria Municipal de Cultura. Por estar vinculada a um poder público, sua designação é também Museu Público, como orienta o artigo 13 da Lei nº 11.904/2009⁵.

Sua Missão Institucional, ao mencionar o resgate e preservação do patrimônio cultural polonês e, também, de acordo com seu acervo, permite classificar a Casa da Cultura como Museu Etnográfico, eixo setorial que figura no Plano Nacional Setorial de Museus.

O Plano Museológico, documento que, ao pontuar as demandas, orienta as decisões do gestor do museu, ordenando e priorizando as ações, foi produzido em 2012 e possui a estrutura preconizada no artigo 44 do Estatuto de Museus. No entanto, seu valor é apenas simbólico, visto que não passou por aprovação da Câmara de Vereadores de São José

dos Pinhais. Para que essa aprovação possa ocorrer, faz-se necessária antes a aprovação da Lei de Criação da Casa, o que permitiria o estabelecimento de normas regulamentadoras e gerenciais, como o próprio Plano e o Regimento Interno. No entanto, mesmo possuindo apenas um valor interno, o Plano Museológico rege as ações da Casa da Cultura, o que o torna ferramenta importante neste processo de análise.

Como a ideia central desta pesquisa gira em torno do diagnóstico das ações educativas realizadas na preservação do patrimônio cultural polonês em São José dos Pinhais, as leituras direcionaram-se neste sentido e mostraram que a Instituição procura manter um programa Educativo e Cultural, e as Fichas Avaliativas e o Livro de Registro de Atividades (CASA DA CULTURA, 2012-2013) confirmam sua execução. Essas ações compreendem os seguintes projetos e atividades:

- Oficinas de artesanato típico, como o Wycinanki (que consiste em recortes e colagens de papéis coloridos, criando delicadas composições) e o Bibuly (confeção de flores em papel crepom), através de programação prévia. Estes artesanatos utilizados na decoração de casas e festas fazem parte das manifestações imateriais do patrimônio cultural polonês;



Imagem 01: Oficina de Bibuly com o Grupo de 3ª Idade (nome do grupo não foi identificado)

Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2012.

- Projeto A Hora do Conto Polonês, desen-

4 CECA-Brasil: Reunião nacional do Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural - parte integrante do ICOM: Conselho Internacional de Museus (MUSAS, 2004, p.09)

5 Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas em território nacional. (BRASIL, 2009, p.03).

6 Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico. (BRASIL, 2009, p.06)

volvido com o intuito de resgatar a literatura polonesa na comunidade através de lendas infantis que fazem parte do folclore polonês;



Imagem 02: A Hora do Conto Polonês apresentada aos alunos do CEI De Olho no Futuro
Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2012.

- Palestras sobre Imigração e Cultura Polonesa, que promovem o conhecimento, a valorização e o resgate da história da comunidade em que se localiza a Casa da Cultura;



Imagem 03: Palestra sobre imigração e cultura polonesa apresentada aos alunos da Escola Municipal Rosi Machado Marchesini
Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2013.

- Visitação monitorada de seu acervo, composto por peças doadas pela comunidade e que fizeram parte do cotidiano das famílias locais desde o início da colonização até meados da década de 1970. Através destas peças, pode-se analisar e visualizar como era o dia-a-dia das famílias polono-descendentes, tanto nos afazeres do lar como na lavoura.



Imagem 04: Visita monitorada a alunos do Colégio Estadual da Colônia Murici
Fonte: Casa da Cultura Pe. Karol Dworaczek, 2013.

Ao promover estas atividades, a instituição atende ao que preconiza a Política Nacional de Museus na questão da democratização e acesso aos bens culturais, pois suas atividades aproximam os visitantes do patrimônio cultural polonês.

Segundo os dados do Livro de Registro de Atividades (2012-2013), há uma procura considerável pelas atividades, principalmente por grupos escolares - durante o ano de 2012, foram 20 escolas municipais, contabilizando 2300 alunos -, das quais, 1318 alunos participaram da Hora do Conto Polonês e 1071 alunos da Palestra sobre imigração e Cultura Polonesa em conjunto com a visita monitorada. Já no primeiro semestre de 2013, dos 1102 visitantes registrados, 460 participaram do Projeto A Hora do Conto Polonês e 368 das Palestras e visitas monitoradas, o que é um ponto positivo para a instituição no que se refere ao cumprimento de sua Missão proposta no Plano Museológico, porque, ao atender as escolas, há um resgate e um incentivo à preservação do patrimônio cultural polonês dentro da realidade histórica do município de São José dos Pinhais em que se inserem estes alunos.

Porém, a aproximação do público com a Casa da Cultura através de oficinas de artesanato típico, como estão propostas no Programa Educativo e Cultural do Plano, não apresenta uma participação significativa nos registros. Em 2012 aconteceram apenas duas oficinas, uma de Wycinanki e outra de Bibuly, que juntas contabilizam 86 participantes. Já no ano de 2013, aconteceu apenas uma oficina de Wycinanki, que contou com a participação de 14 alunos.

Com isso, não se atende completamente ao artigo 29 do Estatuto de Museus que fala sobre a promoção de ações educativas, ampliando o acesso

da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial.

Outra forma de aprofundar os conhecimentos em relação ao tipo de público e refletir sobre o alcance das ações educativas propostas se dá através das fichas avaliativas.

Na Casa da Cultura, uma ficha com esse propósito é entregue no final da visita para ser preenchida pelos professores que agendam atividades na instituição. Esta é composta por 07 perguntas, mais a identificação da instituição escolar e turma que realizou a visita. Foram implantadas apenas em 2013 e, sendo o recorte temporal compreendido entre o ano de 2012 e o primeiro semestre de 2013, foram analisados apenas 09 questionários. Todos procedem da escola municipal local (Escola Municipal São José EF). São turmas dos anos iniciais do ensino fundamental e a quantidade de participantes da avaliação foi de 504 alunos. O Registro de Atividades confirma a presença da mesma instituição escolar no ano de 2012 com uma frequência relevante, o que permite concluir que há uma parceria entre a escola local e a Casa da Cultura, o que é visto com bons olhos na questão da preservação da história local e educação patrimonial, pois esta interação permite aos alunos apropriarem-se de sua história, num espaço diferente da sala de aula, além de promover a função social dos museus como espaços de educação não-formal.

Entre as Correspondências Recebidas em 2012, destacaram-se cópias das cartas enviadas por e-mail pelos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Profª. Leci Caldeira Scherner. São quatro mensagens enviadas pelos alunos comentando sobre o que mais gostaram durante sua visita à Casa da Cultura. Estas turmas participaram, segundo o livro de Registro, do projeto A Hora do Conto Polonês. Além das lendas, são mencionados alguns detalhes de exposições que estavam abertas no período. Em linhas gerais, as turmas agradecem a atenção dispensada pela equipe e comentam da importância do aprendizado durante a visita. Retornos deste tipo contribuem para uma avaliação positiva das ações educativas, pois demonstram o diálogo e a troca dos sentidos patrimoniais entre a Instituição museológica e o público visitante.

Há ainda na recepção da Casa da Cultura um livro de registro de visitantes, que não foi utilizado para análise por conter apenas assinaturas, o que significaria apenas dados quantitativos, sem refletir qual a opinião dos visitantes a respeito das ações oferecidas.

Considerações finais

Sabendo que uma avaliação sobre as ações educativas executadas em um Museu apresenta um retorno à própria instituição, no sentido de aprimoramento das ações futuras, e que estas devem ser avaliadas, pelo público receptor e pelo próprio Museu, observando as condições de produção e emissão, conclui-se que a Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek possui várias ações que contribuem para preservar e divulgar o patrimônio cultural polonês em São José dos Pinhais, como o projeto A Hora do Conto Polonês, as Palestras sobre Imigração e Cultura e a visita monitorada de seu acervo.

Sendo as escolas seu maior público, estas ações refletem a preocupação da Instituição com a educação, atendendo ao compromisso sócio-político do espaço museológico de desenvolvimento de uma consciência crítica e de reconhecimento do outro.

O retorno, por parte dos alunos e dos professores, registrado nas correspondências e fichas avaliativas confirma que estas ações estão contribuindo para a divulgação e preservação deste patrimônio, pois somente quando se conhece é que se passa a respeitar e valorizar as diferenças.

No entanto, não são realizadas atividades destinadas à própria comunidade, o que faz com que a Instituição deixe a desejar na questão da inclusão sócio-cultural local. É preciso que as pessoas da comunidade sintam-se realmente como parte integrante desta história narrada no espaço da Casa da Cultura e que se utilizem dela para promover o desenvolvimento desta e das próximas gerações.

Para que isso possa ocorrer, se torna necessário que a instituição promova mais pesquisas a respeito da história local junto à própria população para que a mesma passe a identificar o espaço museológico como um local de preservação de seu legado cultural. Para diminuir esta distância entre o público local e o museu, uma ideia seria a maior divulgação de suas ações através de cartazes, convites e o uso de mídias, como preconiza a Política Nacional de Museus.

Outro fator que contribuiria para uma melhor abrangência de suas ações seria a regulamentação legal da Instituição através da Lei de Criação, o que garantiria a continuidade das atividades, bem como recursos financeiros para a manutenção de seu espaço e a normatização das ações ao aprovar o Plano Museológico e o Regimento Interno da Casa da Cultura.

Instituições como a Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek abrem espaço para a história da imi-

gração polonesa, bem como a contribuição cultural desta nação que é riquíssima e se faz presente de maneira muito representativa no estado do Paraná. Ainda que algumas gerações tenham procurado esconder sua ascendência, a conjuntura política atual abriu espaço para que pequenas comunidades de descendentes poloneses se reapropriem de seu legado, orgulhando-se de suas origens e de sua contribuição para a construção deste estado.

Finalizando, patrimônio não é apenas um conjunto de bens materiais ou imateriais de uma comunidade, é tudo aquilo que essas pessoas consideram de mais valioso, aquilo que as identifica. E é em espaços sociais como os museus que estes bens podem ser preservados, contribuindo não só para a manutenção da história local, mas para o exercício da cidadania.

Referências

ALMEIDA, A. M. **Avaliação da Ação educativa e cultural em museus:** teoria e prática. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, v. 1 n. 1. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004, p.22-24. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/musas/pdf>. Download em: 15 de janeiro de 2013.

BERNARDO, J. **Madeira e técnica:** as edificações históricas da Colônia Murici. Curitiba, edição do autor, 2013, 168p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988 – 6ª edição (atualizada até a Emenda Constitucional nº35 de 20 de dezembro de 2001). Rio de Janeiro, Forense, 2002.

_____. **Carta de Petrópolis** – Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal. 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Petrópolis, 28, 29, 30 de junho e 1º de julho de 2010. Disponível em: <http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf> Download em 15 de janeiro de 2013.

_____. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm Acesso em 15 de janeiro de 2014.

_____. **Plano Nacional Setorial de Museus** – 2010/2020. Brasília, DF, MinC/Ibram, 2010, 135p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/pnsm2.pdf> download em 15 de janeiro de 2013 (cópia impressa).

_____. **Política Nacional de Museus** – Memória e Cidadania. Brasília, DF, MinC, Maio de 2003, 37p. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf download em 15 de janeiro de 2013 (cópia impressa).

CABRAL, M. O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade. In: **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, v. 1 n. 1. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004, p.27-33. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/musas/pdf>. Download em: 15 de janeiro de 2013.

CASA DA CULTURA PADRE KAROL DWORCZEK. Livro de Registro de Atividades. São José dos Pinhais, 2012/2013.

_____. **Correspondências recebidas 2012.** Arquivo de documentos. Pasta 2012. São José dos Pinhais, 2012.

_____. **Acervo Fotográfico 2012/2013.** 1 CD, color, 2012/2013.

_____. **Fichas Avaliativas.** Arquivo de documentos. Pasta 2013. São José dos Pinhais, 2013.

CORSETTI, B. **A análise documental no contexto da metodologia qualitativa:** uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. In: UNIREVISTA, v. 1, n.1, janeiro de 2006. ISSN: 1809-46-51. p.36. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/ART_05_BCorsetti.pdf; Download em 13 de setembro de 2013

DEMBICZ, A.; KIENIEWICZ, J. **Polônia e Polono-Brasileiros.** História e Identidades. Varsóvia, Cesla, 2001, 117p. Tradução: Almir Gonçalves. Direito de publicação na internet: Província Sul-Americana da Sociedade de Cristo. Arquivo particular impresso 72p.

DOUSTAR, N. M. **Imigração Polonesa:** Raízes Históricas de um Preconceito. 1990, 157p. Dissertação.

tação (Mestrado em História do Brasil). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

FONSECA, M. C. L. **Para além da pedra e cal:** por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DPdA, 2003, 320p.

FRIEDRICH, V. **Aspectos históricos da política de patrimônio cultural no Brasil** S/ local, S/ data. Disponível em: <http://moodle2.nead.uem.br>. Download em: 07 de agosto de 2013.

HOLTMAN, C. S. **Plano Museológico da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek**. São José dos Pinhais, 2012, 33p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial:** para saber mais. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3ª edição, Brasília, 2012, 36p.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas I**. Brasília, Ministério da Cultura/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2ª edição, p. 17-30. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Download em 01 de fevereiro de 2014.

KAWKA, M. Circunstâncias históricas da imigração polonesa ao Brasil. In: **PROJEÇÕES:** Revista de estudos polono-brasileiros. Ano 5, n.1, Curitiba, Braspol – Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil; Congregação Sociedade de Cristo – Província Sul-Americana; Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Varsóvia, 2003, 156p.

MUSAS – **Revista Brasileira de Museus e Museologia/Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais**, v. 1 n. 1. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004, 181p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/musas/pdf>. Download em: 15 de janeiro de 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.

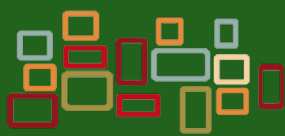
Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano 1 nº 1, julho de 2009, p. 11. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo_Pesquisadocumental.pdf Download em 13 de setembro de 2013.

SZESZ, C. M.; LEITE, R. L.; STANCIK, M. A. **História do Brasil 2**. Ponta Grossa, UEPG/NUTEAD, 2011, 109p.

TURBAŃSKI, S. SVD. **Murici Terra Nossa** vol I. Curitiba, Vicentina, 1978, 244p.

URBAN, J. Tu i Tam = **Aqui e lá:** Memória da imigração polonesa no Paraná. Coleção Olho: ilha, 2. Primeiro de Maio, Mirabilia, 2004, 181p.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 5ª edição, Curitiba, Vicentina, 1982, 185p.



Palavras - chave:

Patrimônio; Ferrovia;
Memória; Identidade

Resumo: Esse artigo pretende a reconstrução de parte da história recente de Wenceslau Braz/PR ao discutir as transformações ocorridas no patrimônio ferroviário, especificamente no espaço da Antiga Estação Ferroviária, entre as décadas de 1990 a 2011. Buscou-se desenvolver uma reflexão acerca da problemática da descaracterização patrimonial a partir da implantação de medidas neoliberais na década de 1990. Foram analisadas consequências refletidas no patrimônio material, na memória coletiva e na identidade local, destacando-se a questão do direito à memória. A metodologia utilizada deu-se a partir de revisão bibliográfica, análise de fontes imagéticas e orais, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa. A delimitação espacial em torno da antiga Estação Ferroviária permitiu reconhecer o espaço enquanto Patrimônio Histórico e Cultural de Wenceslau Braz/PR e com isso destacar a necessidade de discuti-lo enquanto lugar de memória do município.

A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE WENCESLAU BRAZ/PR: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À MEMÓRIA

Eliane Netrebka Ramos ¹

Elizabeth Johansen ²

INTRODUÇÃO

O historiador é um autor de inteligibilidades, haja vista que ele arma enredos, dá voz a silêncios e significados às coisas, analisa fatos, seleciona, escolhe, elabora de forma a apresentar versões que expliquem o presente a partir de interpretações do passado. Ainda, busca legitimar sua metodologia através de fontes reconhecidas.

O propósito dessa construção histórica é compreender uma parte da história recente de Wenceslau Braz, que surgiu da problemática envolvendo a destruição e a descaracterização do patrimônio ferroviário local. Os aspectos propostos nessa pesquisa foram se delineando a partir das considerações de Monastirsky (2006, p. 18) ao discutir as características que definem a Ferrovia como Patrimônio Histórico e Cultural, ou seja, a importância dessa instituição para a história local e o lugar que a memória ferroviária ocupa na discussão sobre a transformação do espaço da Antiga Estação Ferroviária.

Demczuk (2011, p. 43) discorre sobre como o patrimônio cultural representa a memória de uma sociedade, sendo esta composta por todos os bens (materiais e imateriais) com valor relevante para a comunidade. As características históricas, culturais ou naturais que servem como referências ao passado fazem com que sua preservação e valorização sejam de interesse para a sociedade atual. A autora afirma que as ferrovias fazem parte do patrimônio cultural das localidades onde elas se situam, por envolver uma série de elementos materiais e imateriais que formam um patrimônio próprio. Demczuk (2011, p. 58) destaca que representatividade, reconhecimento e valorização são elementos essenciais para se pensar um local enquanto patrimônio cultural. Em relação à Estação Ferroviária, as lembranças nos relatos das entrevistas, nos blogs, em obras memorialistas, nos símbolos municipais (bandeira e hino), nos vestígios e nas fotografias podem ser identificadas como elementos (materiais e imateriais) de referência do patrimônio ferroviário, constituindo-se, portanto, fontes históricas utilizadas nessa análise.

Ao serem pesquisadas as fontes históricas, pode-se perceber através das diversas fotografias obtidas nas redes sociais que o sentimento de pertencimento tornava-se visível nas memórias relatadas junto aos comentários. As fotos compartilhadas juntamente com as lembranças da ferrovia, precisamente da Estação, levantaram diversos relatos sobre memórias do local.

Uma parte importante desse trabalho dá-se a partir da construção de uma narrativa que visa esclarecer um período da história local recente. A carência de fontes escritas sobre a demolição da Estação Ferroviária e do processo de vandalismo que o espaço sofreu deixou uma incógnita nessa fase da história brazense a ser discutida. Na pretensão de se desenvolver uma narrativa capaz de esclarecer esses fatos buscou-se uma reconstrução a par-

¹ Graduada em Licenciatura em História pela UEPG/UAB. Email: linetrebka@hotmail.com

² Orientadora. Mestre em História pela UFPR, professora do Departamento de História e diretora do Museu Campos Gerais na UEPG.

tir de fotografias, vídeo e entrevistas orais.

De acordo com Pesavento (2006, p. 5), a importância das fontes para a história é determinante, pois não é possível ao historiador realizar seu trabalho sem os vestígios do passado, sem as marcas de historicidade. As fontes citadas tornaram-se, portanto, pilares na resolução do quebra-cabeça inicial, pois colaboraram para a compreensão sobre as razões da rápida desestruturação da área da Estação Ferroviária.

Esse artigo foi estruturado em seis sessões, sendo as três primeiras com o objetivo de apresentar ao leitor o papel da ferrovia na história do município e na formação de sua identidade. As fontes foram sendo apresentadas de forma a facilitar a intenção de uma leitura em que fique clara a importância da instituição para a comunidade local. Em seguida buscou-se apresentar em “A memória coletiva, a história oral e o direito à memória” a essência desse artigo, onde estão contidos os conceitos que embasam as principais metodologias utilizadas – fotografias e história oral – assim como o objeto de discussão desse trabalho – a cassação da memória ferroviária. Nas duas últimas sessões o intuito foi amarrar a discussão realizada previamente, discutindo-se o local enquanto lugar de memória e os interesses envolvidos na transformação do patrimônio ferroviário.

A importância da Rede Ferroviária como patrimônio da cidade e da região fica visível ao se analisar lembranças sobre o cotidiano das pessoas que um dia embarcaram ou desembarcaram na Estação de Wenceslau Braz, conforme descrito pelo memorialista Abib Calixto³ (1986, p. 9-70):

Wenceslau Braz, considerada a cidade do entroncamento das linhas que vinham e partiam para Ourinhos; diariamente, às 22 horas, ali todos os que procediam do ramal de Barra Bonita apanhavam o comboio noturno, que seguia direto até Curitiba, chegando por volta de 12 horas do dia seguinte. Quando descíamos em Wenceslau Braz, era costume procurarmos as casas de nossos parentes, para ali ficarmos, das 11h30 até às 20 horas, aproximadamente (...) À noite, agora, tudo mudava, a escuridão cobria tudo, somente se podiam divisar os trilhos à frente da locomotiva, mal iluminada pelo enorme farol frontal da máquina, a silhueta da composição não passava de dezenas de janelas iluminadas deixando visualizar com dificuldade todos os carros. De quando em quando, cortinas de fagulhas eram

expelidas pela chaminé da locomotiva, que rasgava a noite até chegar na estação de Jaguariaíva. (...) Deixando Wenceslau Braz com destino a Curitiba, o trem parava nas seguintes estações: Calógeras, Egídio Piloto, Arapotí, Jackson Figueiredo e, em seguida, chegava à cidade de Jaguariaíva.

Esse trecho fala da aventura dos estudantes da região em suas viagens rumo a capital para cursar a Universidade, quando saíam de Barra Bonita (atual Ibaiti) e faziam um trajeto demorado até seus destinos. A Estação de Wenceslau Braz aparece como um ponto importante em suas memórias, certamente por representar um local que fez parte da história de suas formações e juventude. É possível identificar no texto a referência que Pollak faz sobre os acessos aos outros sentidos quando se resgata uma memória.

Pollak (1989, p. 11) observa as recordações pessoais e sua relação com os pontos de referência, destacando que a reorganização da memória abrange tanto os aspectos cognitivos quanto emocionais, ressaltando os outros sentidos, como “barulho, cheiros, cores”. Para o autor fica clara a importância das sensações para o ser humano, pois a memória não traz apenas a capacidade de pensar, mas de sentir também.

A antiga Estação Ferroviária inaugurada em 1919 foi transformada em praça pública na gestão 2008-2012, constituindo-se um lugar de lazer e festividades municipais. No entanto conservam-se na lembrança as transformações que sofreu com o tempo, como pode ser constatado através de uma comunidade na rede social Facebook⁴, onde pessoas postam e comentam fotos de locais históricos do município.

Sobre isso Pollak (1989, p. 9) discute ao tratar sobre “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”. O movimento das lembranças a respeito de um local pode ser visto como o ritual a que Nora se refere ao caracterizar os lugares de memória. O autor defende a ideia de *templum* como “recorte no indeterminado do profano, de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa” (NORA, 1993, p. 27).

O autor continua, afirmando que o espaço se caracteriza pela ambiguidade que carrega: “um lugar fechado sobre si, sobre sua identidade (...) mas constantemente aberta sobre a extensão de suas

3 Abib Calixto é filho de imigrantes libaneses que chegaram à região de Pinhalão por volta de 1924. Em sua obra “Pinhalão: Memórias”, o memorialista desenvolve uma narrativa sobre a fundação e as características iniciais da cidade, citando em vários momentos do livro sobre as demais cidades vizinhas, como Wenceslau Braz. A obra torna-se, portanto, uma fonte histórica relacionada com a pesquisa por trazer trechos que discorrem acerca da importância da ferrovia e da Estação Ferroviária de Wenceslau Braz à região. Trata-se de um exemplar raro emprestado pelo Dr. Habib Calixto, primo do autor memorialista.

4 FACEBOOK. Amigos de Wenceslau Braz. Disponível em <<http://www.facebook.com/groups/353775894668224/>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

significações” (NORA, 1993, p. 27). Nesse conceito de lugar de memória pode ser inserido o espaço da Estação Ferroviária, que apesar de sofrer transformações, evoca memórias sobre o passado ali vivido por ferroviários, passageiros e moradores vizinhos daquele local. Ressignificações vão sendo tecidas, assim como em todo monumento histórico e que contribuem para a discussão da problemática da transformação do local. Esses sinais deixados (vestígios, fotografias, lembranças) atraem a memória e a necessidade de se pensar sobre os fatos ocorridos, que abrangem o jogo de interesses dos detentores do poder das esferas federal, municipal e privada.

Mas em relação aos interesses e representações dos ferroviários, Monastirsky (1997, p. 52 apud PETUBA, 2005, p. 7) reflete sobre

(...) a “mitificação” do Pátio Central da RFFSA, destacando-se toda a rede de significações, memórias e disputas políticas em torno desse espaço cravado no coração da cidade e que, conseqüentemente, deixam entrever projetos diferenciados de cidade em disputa.

Nesse sentido é possível refletir sobre as memórias sociais que permeiam o “mundo ferroviário”. As leituras realizadas na obra de Petuba a respeito das memórias dos ferroviários permitem identificar elementos sobre o modo de ser ferroviário na comunidade ferroviária de Wenceslau Braz. Sobre a mitificação do espaço, Petuba (2005, p. 7) discorre sobre as memórias formadas em torno da ferrovia em diversas situações, tanto nos momentos de conflitos quanto nas realizações estabelecidas.

O processo de descaracterização e transformação da Antiga Estação Ferroviária em Espaço de Lazer Chico Ferreira⁵ em Wenceslau Braz teve início a partir do final da década de 1990, quando houve a desestatização da RFFSA ao capital privado. A concessão foi dada à atual América Latina Logística (ALL) que com sua resolução de desativação do trecho resultou no abandono do local da estação. Porém, não podemos esquecer que o processo de desintegração do patrimônio foi iniciado pela União, através de leilões de casas e outros bens imóveis, além da demolição da construção de madeira da Estação Ferroviária.

Em 2011 foi inaugurado o Espaço Chico onde outrora fora a Estação Ferroviária, permanecendo, no entanto, alguns vestígios da presença dos trens, como a rampa da plataforma, os trilhos, algumas placas e outros resquícios materiais. Apesar de descrever esse processo de transformação, o objetivo central desse trabalho não se detém a discutir sobre as circunstâncias que levaram aos fatos, mas a pensar o lugar reestruturado enquanto um “lugar de memória” e às percepções dos ferroviários sobre aquela área.

Para Monastirsky (2006, p. 94) os espaços e equipamentos ferroviários podem ser lidos como lugares de memória ao relacionarmos as experiências das pessoas que se identificam com o local. O autor discute que mesmo ao sofrer transformações, os espaços continuam carregados de significados que evocam a história de um grupo.

Vendo o espaço transformado enquanto “lugar de memória”, o objetivo desse artigo é estabelecer um diálogo com fontes, literatura e a problemática levantada no sentido de refletir sobre o “Direito à memória”, não apenas do grupo social dos ferroviários, mas visando valorizar a incontestável importância da ferrovia enquanto elemento da identidade brasense, comprovado pelas diversas fontes analisadas nesse trabalho.

Wenceslau Braz e sua relação histórica com a ferrovia

Wenceslau Braz é uma pequena cidade com aproximadamente 19.500 pessoas, situada no Norte Pioneiro do Paraná e fundada em 1935. A história de fundação do povoado confunde-se com a da chegada da Estrada de Ferro em 1918, quando é inaugurado o ramal da Rede Ferroviária Federal – Ramal Parapanema km 70 – transformando a realidade da região (PREFEITURA DE WENCESLAU BRAZ, 2013).

De acordo com Gil⁶ (1998, p. 4-9), em 1915 deu-se o povoamento da atual cidade de Wenceslau Braz, quando o agricultor Joaquim Miranda, radicado em São José da Boa Vista, resolveu juntamente com sua família estabelecer residência a 21 km de Tomazina.

5 Chiquinho Ferreira era um jovem filho de uma família tradicional de comerciantes do município que havia morrido naquele ano (2011) vítima de um acidente de carro. Em questionamento sobre o porquê da homenagem, o Prefeito Municipal argumentou em entrevista à autora no dia 08/03/2014, ter sido devido ao resultado de uma enquête realizada próxima a data da inauguração do local, justificando-se que o jovem tinha muitos amigos e que seria uma forma de conformar a família que se encontrava muito abalada.

6 Joaquim Gil é um memorialista do município. Professor de História aposentado e um dos fundadores do “Colégio Estadual Professor Milton Benner”, criado por decreto em 13/04/1954.

A área que compreende o município de Wenceslau Braz é resultado de uma doação que o Doutor Alfredo Penteado e sua mulher no ano de 1915 fizeram para a comarca de Tomazina. Essa área compreendia 20 alqueires nas mediações do km 70 do ramal de Jaguariaíva a Ourinhos, à margem direita do Rio Natureza. Em 1917, o local era denominado “Novo Horizonte”.

Em 1919 foi inaugurada a Estação Ferroviária favorecendo o desenvolvimento da comunidade. Nessa época, o povoado era “Brazópolis” e em 1920, a partir dos esforços de Felipe Miguel de Carvalho, é elevado à categoria de Distrito Judiciário.

Através da Lei Estadual nº 2.645, de 10 de abril de 1929, a localidade passou a ser chamada Wenceslau Brás, em homenagem ao presidente que havia impulsionado o desenvolvimento da estrada de ferro e trazido o progresso à região, o Presidente Wenceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918) (IBGE, 2013). Isso pode ser comprovado analisando-se a primeira estrofe do hino do município:

Do grande brasileiro
Que te empresta o nome
Ao ardor do pioneiro
É preciso que se some
A luta e o valor
De um povo capaz
Que com honra e destemor
Constituiu Wenceslau Braz.

Outro vestígio da importância da ferrovia para a história da fundação do município pode ser verificada na referência que se faz na bandeira da cidade, onde pode ser observado o desenho do trem em alusão a um dos elementos da identidade brazense.



Figura 1 – Detalhe da bandeira de Wenceslau Braz/PR

As fotografias constituem importantes fontes de análise para essa pesquisa, pois os vários registros demonstram as transformações que vieram ocorrendo através do tempo. Na figura 2 pode ser observada uma das fotografias mais antigas da cidade, datada da década de 1920 e encontrada numa rede social, provavelmente referente a alguma reportagem publicada sobre o município. Trata-se de uma fotografia preto e branco, cujo enquadramento destaca as primeiras construções de madeira no local aonde foi inaugurada em 1º de Janeiro de 1919 a Estação Ferroviária (em destaque). Trata-se de uma foto tirada de longe e onde pode ser percebido o início da cidade de Wenceslau Braz, que nessa época pertencia à Comarca de Tomazina.

O ângulo da fotografia 3 apresenta uma visão que demonstra a opulência da Estação. Nessa imagem em preto e branco da década de 1920 podem ser observados detalhes da construção original características das estações espalhadas pelo Brasil.



Figura 2 – Foto antiga da Estação no início da década de 1920
Fonte: SITE FACEBOOK – História e Informações: Histórias Paranaenses. Disponível em <<https://www.facebook.com/historiaparanaense/photos/a.545443525490514.129318.545393885495478/545584648809735/?type=1&theater>>



Figura 3 - A Estação na década de 1920
Fonte: SITE ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-ramalparanap/wbras.htm>>

7 Decreto-lei nº 88/1938.

8 Pesquisa autorizada conforme Ofício Circular nº 231/2011 em 10/11/2011 e comunicada à solicitante em 05/03/2012. A pesquisa nas dependências da SME ocorreu em 19/03/2012.

O trecho abaixo é exemplo de referência que discute a chegada da ferrovia na cidade, onde se afirma que a instalação da Estação e a ideia de um progresso eminente atraíram muitas pessoas, contribuindo assim para o desenvolvimento da região.

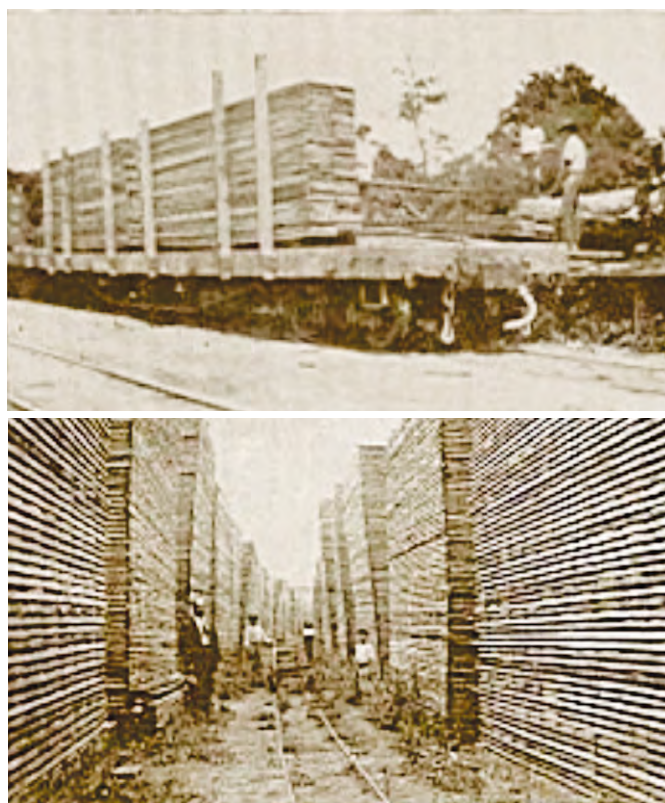
Nesse mesmo ano (1915), com a aproximação do traçado da ferrovia denominada Ramal do Paranapanema, naquele mesmo local, iria situar-se o quilômetro 70 do referido Ramal e que seria sede de um acampamento de serviços de construção ferroviária. A notícia desse evento atraiu novos moradores. Os primeiros a chegarem foram: Jorge Merége Chuery, Afonso Ribas e Felipe Miguel de Carvalho (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

O “Setenta”, como era chamada essa localidade, era então uma referência ao marco da ferrovia, considerando-se o marco zero em Jaguariaíva.

Você sabe que quando foi fundada a ferrovia, a cidade, o nome de Wenceslau Braz era outro né? Não era Wenceslau Braz, era km 70, porque, porque o pátio, o km 70 ele vinha bem no pátio de Wenceslau Braz. Eu sei certinho onde é o marco, era pra baixo de casa ali, entre a Estação e o barracão de oficina de máquina, era o marco 70 contando de zero de Jaguariaíva pra cá. O km zero é bem no pátio de Jaguariaíva, daí começa a turma 1, aquele tempo não tinha a equipe mecanizada, eram turmas, de Jaguariaíva até Wenceslau Braz tinha 7 turmas, por isso tem a Turma 7. A turma 8 era aqui embaixo perto do IBC (...) (Entrevistado nº 1)

Existem vários blogs e sites empenhados na discussão, na pesquisa e na troca de informações sobre a história da ferrovia no Brasil. O site “Estações Ferroviárias” traz uma série de fotografias e outras fontes relativas à história do Ramal do Paranapanema. Essa fonte apresenta-se como uma importante referência para a análise das fontes fotográficas encontradas sobre a presença ferroviária em Wenceslau Braz/PR. Ressalte-se que as informações encontradas puderam ser comparadas aos relatos obtidos junto às fontes orais, que frisaram a participação da ferrovia no desenvolvimento da cidade.

Giesbrecht (ESTAÇÕES, 2013) discute sobre a relação do início da ferrovia com o comércio madeireiro: “A estação de Wenceslau Braz foi inaugurada em 1919. Nos anos 1920, saía dali o desvio da Serraria Maluf, que seguia para uma madeireira próxima à estação”, conforme podem ser verificadas nas fotografias na sequência:



Figuras 4 e 5-

Os trilhos do desvio da Serraria Maluf no início do século XX.
Fonte: SITE ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-ramalparanap/wbras.htm>>

A Serraria Maluf, em atividade até os dias de hoje, pode ser considerada uma das empresas mais antigas da cidade de Wenceslau Braz, e conforme pode ser percebido nas fotografias, movimentou grande quantidade de madeira que era comercializada no Paraná e São Paulo. Gil (1998, p. 52) afirma que na década de 1910 existiam várias serrarias na região, sendo portanto, a principal atividade econômica da região nesse período.

O autor discute como a chegada da ferrovia foi fator determinante no desenvolvimento populacional e econômico da cidade.

Mas foi com o advento da ferrovia, que esta região iria se tornar um polo estratégico e econômico, com trens que demandavam as cidades vizinhas fortalecendo o comércio local e até mesmo regional. (...) Como curiosidade: o carvão extraído era transportado em pequenos caminhões da época aos vagões ferroviários, tudo manualmente. (...) é de se registrar que a mina carbonífera foi a primeira a ser explorada no Estado do Paraná. (...) A referida mina está localizada na Fazenda Santa Cruz, distante quatro quilômetros do centro da cidade, tendo sido desativada, talvez em razão do fraco teor de carvão⁷ (GIL, 1998, p. 49-50)

⁷ O memorialista Professor Joaquim Gil esclarece que os dados acerca dos primórdios da história do município foram obtidos a partir de entrevista com o Sr. Garibaldi Andraus, que compartilhou suas memórias sobre aspectos do desenvolvimento econômico do município, onde a madeira, o carvão, o abacaxi, o café e a agricultura eram atividades econômicas que prevaleciam.

Gil (1998, p. 49) afirma que a chegada da Rede Ferroviária foi essencial na estruturação e desenvolvimento do município, trazendo empregos e favorecendo a economia local. A construção de casas, o campo Ferroviário e o Clube Ferroviário, onde muitos bailes, saraus e festas diversas aconteceram, também podem certamente ser descritos como locais importantes para a memória da cidade.

Conforme Horta (2005, p. 221 apud FERREIRA e JOHANSEN, 2010, p.14-15), o conhecimento acerca dessa relação entre ferrovia e a cidade é significativo dentro dos conceitos de Educação Patrimonial, como uma oportunidade de transmissão e de apropriação através do conhecimento das particularidades locais. Lembranças comuns, fatos que ficaram guardados e que identificam a integração de pessoas em torno da ferrovia. Compreende-se que estão interligados a fatores econômicos, políticos, sociais e culturais na história do município e que permanecem na memória da população local.

Wenceslau Braz, a ferrovia e as fotografias

A ferrovia está entrelaçada com a história do município. Mesmo nas pessoas que não fazem parte especificamente do grupo ferroviário podem ser percebidas algumas lembranças que envolvem a ferrovia. As relações econômicas, culturais e sociais tecidas no decorrer do tempo entre os ferroviários e a comunidade assegura caracterizar o espaço da Estação Ferroviária como Patrimônio Histórico e Cultural de Wenceslau Braz.

A ideia de pertencimento que a ferrovia desperta na comunidade pode ser percebida através do resultado das pesquisas orais realizadas, assim como em descrições encontradas sobre a história do município, como em obras memorialistas, nos comentários das fotos antigas da Estação em redes sociais e em blogs sobre a ferrovia, como citado abaixo por Giesbrecht, que resume o destino da Estação:

Como tantas outras, a estação original, de madeira, não existe mais e uma mais recente, bem menor e mais acanhada, foi erigida em cima dos alicerces antigos. Curiosamente isto aconteceu já nos anos 1990, bem após a retirada dos trens de passageiros. Pelas fotos abaixo, em 1990 ela ainda era de madeira; em 1998, já outra, de alvenaria. Qual teria sido o motivo da mudança? Esta “nova”, por sua vez, está totalmente depredada, restando só as paredes em pé. Pelo grande pátio vazio e abandonado, existem restos esparsos de construção, entre eles um poço de inspeção de locomotivas (GIESBRECHT, 2013).



Figura 6 - A Estação Ferroviária de Wenceslau Braz - 1987
Fonte: NILSON RODRIGUES. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-ramalparanap/fotos/wencbraz87.jpg>>



Figura 7 - A estaçãozinha - 1998
Fonte: ACERVO ABPF PARANÁ. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-ramalparanap/fotos/wencbraz98.jpg>>



Figura 8 - A Estação em ruínas - 2003
Fonte: DOUGLAS RAZZABONI. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-ramalparanap/fotos/wencbraz031.jpg>>

A descrição de Giesbrecht foi feita no período em que o lugar encontrava-se abandonado, antes da construção do “Espaço Chico”. A questão da transformação do local da Antiga Estação Ferroviária em praça envolve uma série de discussões sobre a preservação da memória ferroviária. Nesse processo de discussão, as fotografias têm um papel muito importante, muito além da ilustração, pois conforme afirma Mauad (1996, p. 5) as fotografias são narrativas que geram memórias, são “marcas da existência das pessoas conhecidas e dos fatos ocorridos”. As fotografias têm a capacidade de nos servir como referência de um passado, como modelo de comparação de como era e como é agora, carecendo sempre da conscientização de que se trata de uma fonte que deve ser contextualizada, exigindo um olhar crítico do historiador.

No entanto, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia – para além de sua gênese automática, ultrapassando a ideia de *analogon* da realidade – é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica (MAUAD, 1996, p. 3).

As diversas fontes fotográficas obtidas para essa discussão foram organizadas numa série a partir do método descrito por Mauad, pretendendo-se estabelecer uma ordem cronológica que facilite a contextualização. Foi possível encontrar uma longa série sobre o espaço em questão, desde 1920 até os dias atuais, onde podem ser percebidos diversos elementos culturais e sociais que devem ser interpretados dentro de seus respectivos espaços temporais.

Existem regras de leitura dos textos visuais que são compartilhadas pela comunidade de leitores. Tais regras não são geradas espontaneamente; na verdade, resultam de uma disputa pelo significado adequado às representações culturais (...). Portanto, se a cultura comunica, a ideologia estrutura a comunicação e a hegemonia social faz com que a imagem da classe dominante predomine, erigindo-se como modelo para as demais (MAUAD, 1996, p. 9).

As fotografias vêm como textos visuais capazes de demonstrar a importância do local para a história local. Reforçam a ideia do espaço enquanto Patrimônio Cultural pelo poder de despertar a sensibilidade e a memória coletiva.

A figura 9 é um exemplo de uma leitura que possibilita reconhecer o espaço enquanto lugar de sociabilidades. Podem ser encontradas diversas fo-

tografias que demonstram a importância da área como local de encontro das pessoas durante a história brazense, como as diversas situações e eventos políticos, sociais e culturais em que a sociedade se reunia em torno da Estação e que certamente produziram muitas memórias.



Figura 9 - Festa na Estação com a chegada da 1ª locomotiva a diesel em 1963.

Fonte: NILSON RODRIGUES. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-ramalparanap/wbras.htm>>.

Portanto, as fotografias são uma ferramenta muito útil para o historiador ao se trabalhar com Patrimônio Histórico e Cultural, sendo possível perceber as transformações ocorridas e a relação da comunidade local com o espaço. Nesse estudo as fotos possibilitaram perceber diversos elementos culturais e particularidades históricas, além de tornarem possível compreender as etapas ocorridas no processo de descaracterização e transformação do local da Estação Ferroviária.

Ferrovia: elemento da identidade brazense

Além das discussões já propostas sobre a certificação da ferrovia enquanto Patrimônio histórico e cultural de Wenceslau Braz, é preciso que seja esclarecido o conceito de identidade utilizado nesse trabalho. Denys Cuche esclarece que identidade tem a ver com um processo consciente de compreender-se, ao passo que cultura é algo que pode ocorrer inconscientemente. Para o autor, “a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social (...) permite que um indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (CUCHE, 1996, 177). O autor continua

Se a identidade é uma construção social e não um dado, se ela é do âmbito das representações, isto não significa que ela seja uma ilusão que dependeria da subjetividade dos agentes sociais. A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. (CUCHE, 1996, p. 182)

Essa construção social de que Cuche trata torna-se chave na interpretação dessa pesquisa. Primeiro, ao analisar o papel que a ferrovia desempenhou em toda a história de fundação e desenvolvimento de Wenceslau Braz, assim como em tantos outros lugares do Brasil. Segundo, na discussão sobre a cassação do direito à memória, onde foi possível identificar em diversos momentos do trabalho com a metodologia da história oral depoimentos que descrevem esse sentimento de unidade em torno do grupo dos ferroviários. Quanto à consciência do valor enquanto patrimônio local é interessante analisar o que o entrevistado nº 2 disse:

Então, a ferrovia na verdade é o início de Wenceslau né? Foi a ferrovia. Hoje na Câmara lá a gente comenta, os mais antigos falam que muitos daqueles, dessas pessoas que ajudaram, contribuíram para o progresso da cidade, com o desenvolvimento vieram de trem, os turcos (...). Eles vieram de outros países e desceram de trem e “e aqui que eu vou constituir a minha família e eu vou cuidar da minha vida” (...) é o começo da história né? Aqui quando eles foram construir o ramal ferroviário, foi quando começou a cidade que começaram a vir aqui aqueles trabalhadores, tudo começou (...) e outra coisa, quando eu entrei em 89, mesmo assim já tinha menos ferroviário, mas nós tínhamos na época mais de trezentos funcionários aqui. Que era o pessoal da mecanizada, eles saíam na segunda-feira pro trecho com o trem da mecanizada, era em torno de oito vagões e chegava o final de semana, na sexta-feira eles vinham. Então, final de semana eles tavam aqui na cidade, né? Gastando. Dia de pagamento eles ganhavam aquele dia livre pra eles vir receber o pagamento e sair na cidade fazer compra.

Por outro lado, sobre o sentimento de união do grupo, o entrevistado nº 1 afirmou:

(...) pra mim é a mesma coisa que uma família, sabe? A gente era bastante unido (...). E a gente dormia em vagão, tinha vagão cozinha, a gente comia no vagão (...). Depois do jantar nós fazia um joguinho de carta e ia até umas hora da noite. Era gostoso, era muito... dá pra lembrar até hoje sabe? Porque se você conversar com um ferroviário, pode conversar com dez ferroviários, um longe do outro, eles vão falar a mesma coisa. E outra coisa, a Rede era uma mãe, porque não se pagava um grande salário, mas era certinho. No 5º dia útil saía e o dinheiro tava na

conta, o pagamento de todo mundo (...). Então, pra nós na nossa cidade era muito valioso porque o comércio girava em torno da ferrovia né? Eu mesmo posso falar do comércio porque eu trabalhei muito tempo na rede paralelo com o bar né? Então chegava o sábado, tudo os meus amigos ferroviários tava lá, então eu ganhei dinheiro com eles (...). Os bailes que tinham... O Ferroviário... Eu participei da diretoria do clube muitas vezes, fui membro da diretoria, comande bailes, e era divertido, baile do ferroviário tinha nome sabe? Então tudo isso era gostoso pra nossa cidade sabe? Era gostoso.

Cuche (1996, p. 177) explica que identidade envolve todo um grupo social, representando uma inclusão e uma exclusão ao mesmo tempo, pois permite que sejam identificados dentro dos seus respectivos grupos. A identidade é uma construção social, é como uma maneira de categorização social, de acordo com as diferenças culturais. Dessa forma pode-se caracterizar a ferrovia enquanto elemento da identidade local pensando-se no grupo dos ferroviários, mas também no seu importante papel na formação e desenvolvimento do município, que envolve toda a comunidade.

É possível fazer a apropriação de Demczuk (2011, p. 8-12) sobre o reconhecimento da ferrovia enquanto elemento identitário. A autora discute que na ferrovia podem ser identificados diferentes elementos considerados como patrimônio material e imaterial. Nessa pesquisa podem ser destacados como patrimônio material os resquícios como: os trilhos, as placas, a rampa e imaterial: as representações, expressões, conhecimentos e práticas sociais. Para Demczuk é possível perceber na história de vida das pessoas essa relação de pertencimento e reconhecimento do patrimônio ferroviário.

Isso fica claro ao analisarmos as memórias dos ex-ferroviários em relação à transformação do lugar. O processo de demolição da estrutura de madeira, de desativação do trecho, de destruição, abandono e descaso nos anos que se seguiram à desestatização feriram o “ser ferroviário”, no sentido de que foi como se algo lhes fosse tirado, algo que para eles era como um patrimônio particular. De acordo com Monastirsky

Os antigos ferroviários, mais do que os atuais, sentem-se proprietários do patrimônio ferroviário. Não no sentido de que são cidadãos e por isso “donos” das coisas do Estado, mas do ponto de vista de serem verdadeiramente responsáveis por toda a grandiosidade material e histórica da rede ferroviária, ou seja, agentes diretos da sua funcionabilidade (MONASTIRSKY, 2006, p.106).

E observado nas palavras do entrevistado nº 1

(...) foi antes de 99, foi logo que passou pra ALL já não correu mais trem aqui. Daí foram depredando tudo. Você sabe o que que mais eu sinto? Porque quando eu era ferroviário, que eu trabalhava na ferrovia, se eu levasse um pedacinho de trilho cortado, um filezinho pra pôr num toco pra eu limpar a sola do sapato eu tinha que explicar porquê. Porque senão dava sindicância. E depois que aconteceu isso acabaram com tudo o que tinha num fizeram nenhuma sindicância qualquer, não correram atrás de nada, invadiram os terrenos que você sabe, ali tudo é invadido. Ali embaixo e ali nunca deu nada, nunca deu nada. Isso aí é o que mais dói pra gente. A carpintaria, nossa! O estoque de ferramenta que tinha (...) ninguém sabe pra onde isso foi. As equipes mecanizadas tinham estoque de colchão de espuma pra beliche, não sei pra onde foi isso, então o que mais dói pra gente é isso aí.

Contrastando-se a pesquisa de Monastinsky e o depoimento da fonte citada acima é possível afirmar que existe uma relação entre a deterioração do patrimônio ferroviário e um sentimento latente nos ferroviários de privação tanto do patrimônio material quanto do perigo de que a memória ferroviária não seja devidamente preservada.

(...) Então tem ali uma lembrança, no Espaço Chico ali, tem uma lembrança de quem realmente viveu a história da ferrovia, sabe? O que que foi aquele espaço. Eu sei, quem trabalhou ali sabe, mas muitos não sabem, muitos vão ter um pouquinho da noção a partir do momento que, dos documentos, de fotos, de história mesmo que, contadas ali, sem isso não vai ter. E logo, logo, é aquilo que eu falei pra você, o tempo passa né? Logo, logo ninguém mais vai se interessar por isso, né? E jamais vão dar valor pra isso, infelizmente né? (Entrevistado nº 2).

Através desse discurso justifica-se a necessidade do cuidado constante com a memória ferroviária e com a instituição de projetos (políticos e ou intelectuais) que tratem de conservar e disseminar a importância do grupo na história do município nas futuras gerações.

A memória coletiva, a história oral e o direito à memória

A memória faz parte da história, isso é certo entre os historiadores de hoje. É buscada na oralidade de seus relatos ou nos documentos escritos, e o trabalho do historiador é construir significados a partir de suas revelações, bastando cumprir seu objetivo de perseguir uma verdade provisória, aceitável (PESAVENTO, 2006, p. 6-7).

Segundo Pollak (1992, p. 2), retomando Halbwachs, a memória é um “fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Toda memória é coletiva, pois sempre envolve mais que as lembranças individuais, ela é resultado de um movimento de rememoração que reconstrói um passado influenciado por suas percepções no presente.

Nessa pesquisa a história oral tem um papel muito importante, como metodologia de análise das memórias dos sujeitos envolvidos no processo histórico do objeto de estudo. O seu valor é crucial para se pensar as lacunas do processo de descaracterização da área da Antiga Estação e a consequente transformação do espaço. Para isso foram realizadas duas entrevistas com ex-funcionários da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.), que trabalharam na instituição nos períodos anterior e posterior à concessão, sendo um deles atual vereador da cidade e o outro aposentado como ferroviário. Também foi entrevistado o representante máximo do poder municipal, o prefeito Sr. Athayde F. dos Santos, que contribuiu para a compreensão sobre as decisões políticas que envolveram o processo.

Pollak (1992, p. 8) defende a validade das fontes orais a partir da questão de que se a memória é construção social, as fontes também são. Sobre a metodologia oral, Pollak fala de “coleta de representações”, “história de vida” e da “abertura dos campos de pesquisa”. A abertura de fontes que trouxe um novo olhar à produção historiográfica traz possibilidades de dar vozes aos diversos sujeitos sociais, antes desvalorizados frente às versões oficiais da história. Pollak (1992, p. 10) discute como a história oral possibilita novas histórias e novas cronologias. Nesse trabalho, os relatos obtidos através da metodologia oral foram centrais na questão da organização cronológica dos fatos e dos atos das relações de poder que envolveram o espaço patrimonial ferroviário desde a privatização até a construção da praça.

Buscou-se também através da metodologia da história oral identificar o sentido de pertencimento do local da Estação enquanto patrimônio cultural e histórico. Os relatos mostram o que representava ser ferroviário, o sentimento de orgulho, de estabilidade, de status enquanto grupo social. Isso pode ser verificado nas histórias de vida que estão repletas do reconhecimento do quanto a ferrovia era importante na vida desses sujeitos sociais. Um exemplo é o relato do entrevistado nº 2 quando questionado sobre sua relação com a ferrovia:

(...) Meu avô foi ferroviário, meus tios, então eu tinha bastante parente, bastante ligação com a rede ferroviária. Na verdade eu nasci na beira de linha, eu nasci em Serradinho em 68 (...) mas eu vim pra Wenceslau com três meses de vida. Tenho uma história toda dentro da ferrovia (...) e fui morar na Vila Formosa, naquela primeira rua ali onde mora a Vilela hoje, a rua, é, Rua Souza Naves, depois fui morar lá pra baixo do grupinho e meu avô era agente de Estação... ele veio do Serradinho pra cá e aposentou aqui, então muitas vezes ele subia lá, às vezes pra, pra complementar alguma coisa, pra assinar alguma coisa e eu ia junto com ele, então eu ficava ali na plataforma. Então, eu fiquei aqui, até os meus 10 anos ali embaixo, vendo o trem, o misto, o pic que falava, aquele tempo ainda tinha o trem de passageiros né, que circulou se não me engano, acho que funcionou até 75, o trem de passageiros. Então, nossa, era aquela gentarada, gostoso, eu viajei de trem ali! (...) Chegava a Maria Fumaça, tava todo mundo lá.

Quando se resgata a importância do patrimônio ferroviário enquanto monumento histórico de Wenceslau Braz, mais precisamente o espaço da Antiga Estação, pretende-se defender, apesar da descaracterização e da transformação do espaço, o direito à memória do povo brazense, em relação ao papel que a instituição tem na história da cidade e enquanto elemento identitário da sociedade.

Esse trabalho pretendeu dar voz não apenas ao grupo dos ferroviários, mas também à questão da necessidade de se discutir o papel desse elemento da identidade brazense na sociedade atual. Trata-se da história recente de Wenceslau Braz, mas uma discussão relevante se considerarmos a crise de paradigmas que o mundo contemporâneo vem experimentando devido às rápidas transformações ocorridas em todo o planeta, levantando muitas questões que envolvem tanto a identidade individual quanto dos diversos grupos sociais (FREIRE; PEREIRA, 2012, p. 121).

Maia (2003, p. 39) apresenta uma discussão relevante a esse trabalho ao tratar que todos os grupos humanos têm direito à memória. Defende-se que a preservação do patrimônio histórico, artístico e natural carrega o testemunho das gerações passadas e que é o veículo através do qual pode ser transmitido às gerações futuras um passado de momentos que “jamais serão revividos”, mas que em resposta a questionamentos do presente são sempre revisitados.

“Não se entenda por preservação apenas o ato de tombamento, preservar é conservar a memória (...)”. A apropriação da frase de Maia (2003, p. 40) é válida ao tratar da importância da conservação da

memória ferroviária, considerando-se que o espaço da Estação não pode mais retomar suas características originais, desde a demolição da construção de madeira. Quanto a isso não foi possível averiguar sobre as razões que levaram à decisão da demolição da velha Estação, no entanto, o entrevistado nº 2, que trabalhou durante anos como agente de estação, esclarece:

Trabalhei na Estação mesmo, aqui na Estação Ferroviária. Aquela grande era padrão de todas elas daqui. É, eu entrei em 89, daí ficou nesse padrão, a mesma Estação ali até 94. Em 94 eles desmancharam a Estação e construíram daí, pequena ali, de alvenaria. (...) tinha só a sala pra atender ali na Estação, a sala, uma cozinha e um banheiro, era, nossa! Bem pequena mesmo. Então em 94 foi construído isso aí e funcionou até o final de 96. No início de 97 já houve a privatização e no dia 27/02 fechou aqui, em Wenceslau, e eu fui pra Ourinhos.

Esse processo de descaracterização pode ser verificado nas figuras 6, 7 e 8 que demonstram as transformações ocorridas no espaço da Estação Ferroviária de Wenceslau Braz/PR.

O depoimento do entrevistado nº 2 nos leva a analisar que o senso comum de que a descaracterização começou após a privatização da ferrovia em Wenceslau Braz é equivocado. Com o fechamento desse trecho foi intensificado o processo de agressão ao patrimônio da Estação, mas fica claro que houve uma série de decisões ainda no âmbito federal que levaram à deterioração desse patrimônio, como a venda das casas e as consequentes reformas pelos novos donos descaracterizando-as do padrão da Rede. Devem ser citados também os leilões realizados, como do prédio do Clube Ferroviário que ao ser adquirido foi transformado em “Estação Clube Bar”. A velha e saudosa Estação de madeira foi derrubada ainda sob a direção federal e em 1994 foi construída uma pequena estação que funcionou por apenas três anos.

Esse fato torna-se um ponto crucial nessa discussão, pois preenche uma lacuna importante na história da ferrovia em Wenceslau Braz. Em relação ao sentimento de identificação ao patrimônio ferroviário que teria sido tirado dos ferroviários em todo o processo de descaracterização foi possível perceber que em todas as memórias analisadas a culpa é atribuída à Concessionária e não ao poder público. Conforme pode ser observado no relato do entrevistado nº 2

Nós éramos aqui de Jaguariaíva até Ourinhos (...) nós éramos em 27 agentes de Estação, perdão, 29,

dos 29 ficaram só 7 (...) com a privatização eles implantaram o GPS. Então, essa autorização eles faziam direto com a cabine da locomotiva, com o grafista em Curitiba. Então eles acabaram, destituíram com as Estações, com os agentes, centralizaram. (...) Quando eu falo de ferrovia, porque a ferrovia é a Rede Ferroviária e a América Latina Logística, né, a ALL. Então, o tempo da Rede Ferroviária mesmo que é a essência mesmo dos trilhos, né? Não hoje, hoje você fala em ALL eu penso assim que não existe aqui em Wenceslau, que acabou o transporte (...).

A contestação da atribuição à Concessionária América Latina Logística (ALL) do fim do modo de ser ferroviário de certa forma está ligada à implantação da informatização que teria transformado a empresa “mãe” em uma empresa capitalista que visaria apenas o lucro. O modelo neoliberal que trouxe essa realidade à estatal RFFSA é percebido pelos ferroviários apenas a partir do momento que esta passa ao capital privado. Eles não reconhecem que o processo de transição iniciado em 1995 começou a delinear de certa forma o desmantelamento do patrimônio ferroviário. De acordo com o blog da RVPSC⁸ sobre a história das ferrovias no Brasil

O processo de desestatização da RFFSA foi realizado com base na lei nº 8.987/95, (Lei das Concessões). Esta lei estabeleceu os direitos e obrigações para as partes envolvidas no processo de concessão, definindo ainda, o princípio da manutenção do equilíbrio econômico e financeiro e os direitos dos usuários.

É preciso deixar claro que esse artigo não pretende discutir os motivos das decisões da ALL. Esse trabalho concentrou-se a analisar uma relativa percepção captada nos relatos orais sobre uma empresa privada que ao administrar o patrimônio que teoricamente “pertencia” aos ferroviários representa perigo à memória ferroviária.

Então qual que era o compromisso da ALL, era manter o traçado em condições de tráfego ferroviário. E agora o que que é condições de tráfego ferroviário, ali não especifica se é passar um trem com 80 vagões, com 24, ou passar um motor. (...) eles têm que manter limpo. Eles passavam aqui antes, aqui, meio assim com frequência um trenzinho com 4 ou 5 vagões que chama-se capina química. Jogam aqui aquele veneno, limpam a beira da linha. Hoje eles não têm mais condições de passar com esse trenzinho aqui e então eles tão passando a capina química com um motor. (...) Um contrato mal feito, sabe? E eles tão mantendo isso. A ferrovia hoje, com o tanto que ela arrecada, o tanto que ela ganhou, ela continua funcionando exatamente como há 10 anos atrás

quando eu saí. Eu cansei de bater de frente quando eu fazia as escalas dos maquinistas, com os diretores, porque eu sempre falava isso pra eles, enquanto eles faziam escalas de máquinas, de locomotivas, de vagões, eu fazia de pessoas (Entrevistado nº 2).

A Estação Ferroviária era um ponto de referência dos ferroviários e da história local. Demolir as paredes de madeira tão características das construções da RFFSA foi como tirar o reforço visual tão caro à lembrança de um local. Defende-se que as pessoas precisam conhecer sua história, mas diante dos acontecimentos que transformaram o espaço da Estação Ferroviária local as gerações futuras correm o risco de ficar sem conhecer o papel da ferrovia na formação histórica do município.

Sobre o enquadramento dessa memória, Pollak (1989, p. 10) esclarece que “os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais”, que há “memória guardada e solidificada nas pedras”. O entrevistado nº 2 demonstra isso, pois afirma que nem gostava mais de ir para aqueles lados da cidade após a extinção da Rede. De acordo com o autor trata-se de como o apelo visual mexe com os “sentimentos de filiação e de origem” (POLLAK, 1989, p.10).

Espaço Chico: lugar da memória ferroviária em Wenceslau Braz/PR

“A memória que dita e a história que escreve”
(NORA, 1993, p. 24).

A frase de Pierre Nora é ideal ao se pensar na importância da memória no processo de reconstrução histórica. Nesse trabalho especificamente, o valor atribuído às memórias dá-se de forma especial, já que é possível analisar memórias em todas as fontes históricas.

O que diferencia um lugar de história de um lugar de memória é a propriedade que este tem em atrair através de uma espécie de ritual, de uma simbologia, os elementos de um grupo em torno de si. Ao mesmo tempo é um espaço material, simbólico e funcional e precisa ser imaginado dentro de uma aura simbólica (NORA, 1993, p. 21).

Pensando esse conceito em relação ao espaço delimitado dessa pesquisa, pode-se analisar a antiga Estação Ferroviária enquanto um lugar de memória.

8 Disponível em <http://rvpsc.blogspot.com.br/2012/04/breve-historico-das-ferrovias-no-brasil_9954.html>. Acesso em: 13 mar. 2014.

Seguindo o raciocínio de Pierre Nora, ele é material porque constitui um espaço físico e porque guarda resquícios da presença da ferrovia no local, como a rampa da plataforma, os trilhos, placas, chave de mudança de trilhos, etc. O espaço é simbólico e funcional por hipótese, pois garante a cristalização da lembrança e sua transmissão.

O que caracteriza um lugar como de memória é o ato de rememoração em torno de si, pois ele precisa ser conjurado, ser requisitado por uma lembrança (NORA, 1993, p.22). A conjuração de um espaço de memória depende de um “jogo de memória e da história”, que a partir de uma vontade da memória, de uma intenção em torná-los passíveis de serem lembrados faz a interação com a história.

Nora (1993, p. 22) afirma poeticamente que são “(...) lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel”. O autor continua:

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é por isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

A Estação passa a ser um lugar de memória depois que foi modificada, mesmo após perder suas características físicas e passar por tantas agressões. Os trilhos fazem referência e a rampa lembra que ali fora um lugar de vivências e significados diversos durante décadas na história da cidade. Nora (1993, p. 23) afirma que ao perder sua funcionalidade um lugar histórico passa a ser um lugar de memória. A Estação Ferroviária foi “derrotada” pelos interesses diversos, mas persiste enquanto lugar de memória porque carrega significados que podem ser extraídos daquele local. Esse retomar de significados que a historiadora pretende despertar nessa pesquisa com a busca de fontes e significados eleva a Estação a um lugar de memória de Wenceslau Braz.

Os questionamentos levantados pela pesquisa (interesses diversos, nome da praça, falta de projeto de recuperação adequado ou de um programa de tombamento) podem representar a intenção de memória e reavivamento de um ciclo da memória ferroviária (NORA, 1993, p. 24).

Em relação à transformação do espaço percebeu-se que não existe contestação em relação à construção da praça, no entanto surgem alguns questionamentos em relação à nova denominação do local.

Num certo ponto, já que tava abandonado eu achei que não foi mal. Sabe por quê? Ali deixou de ser ponto de droga (...) ficou bonito, porque ficou mesmo, tá na vista, ficou uma área de lazer pro povo caminhar, que tava fazendo falta aqui, porque nosso espaço era pequeno e eu acho que foi valioso, foi muito bom, foi uma iniciativa muito boa por parte do prefeito. (...) como foi dito antes, não tem nada a ver o nome da praça. Porque tem tantas memórias importantes aí e foi esquecido. E não é por puxar a brasa pro meu lado, mas, o meu primo merecia ter o nome. Ele foi o Segundo Residente local aqui, foi LB8 quanto tempo. A maioria dos selecionados, empregados da época passou por ali nas mãos dele e ele hoje é falecido, podia levar o nome dessa praça, né? Ninguém lembrou. Não porque ele era meu parente, mas, e outros ferroviários que deixou a sua camisa ali, que vestiu a farda da Rede por quantos anos ali (Entrevistado nº 1).

Nora (1993, p. 28) afirma que “o interesse pelos lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva ressalta dessa sensibilidade”. Pensando-se em qual sensibilidade o autor se refere, chegou-se à conclusão que se trata da habilidade própria que está no trabalho do historiador, que percebe os conflitos, que investiga e que busca nas memórias a relação entre as histórias vividas e as problemáticas do presente.

O conflito de interesses, o patrimônio e sua relação com a memória

A ideia de patrimônio está relacionada com o sentimento de pertencimento, de algo herdado e que, portanto, deve ser preservado para as gerações futuras. Esse artigo retoma os conceitos de Funari (2006) sobre patrimônio e utiliza-se das discussões acerca da trajetória histórica da ideia de Patrimônio, assim como questões sobre as concepções atuais sobre as problemáticas patrimoniais.

Compreender os conceitos de patrimônio e memória é um dos passos essenciais para a discussão proposta nesse artigo. Patrimônio envolve a ideia de pertença e de certa forma também sobre as práticas de preservação, que apesar de não ser o foco desse trabalho, têm a ver com os interesses de grupos do poder que determinaram as transformações no espaço da Antiga Estação. Sobre o processo

de interferência de interesses em patrimônios históricos e culturais na América Latina, Funari (2006, p. 34) discorre:

Os antigos núcleos latino-americanos, apesar da heterogeneidade dos contextos históricos, sociais, políticos e urbanos que enfrentam, atualmente deparam-se com problemas comuns, tais como privatizações de espaços públicos, degradação do patrimônio cultural, precária qualidade de vida (...) As deficiências no âmbito da sustentabilidade dos processos sociais, econômicos, ambientais, culturais e institucionais, a crescente agressão ambiental, a destruição e descaracterização do patrimônio edificado e urbanístico têm resultado em situações catastróficas para as sociedades latino-americanas.

Os bens materiais constituem as construções, lugares, cidades, acervos, documentos, etc., enfim tudo aquilo que é visível e que faz parte da história de um povo e guardam tradições, costumes, valores, etc. Já os imateriais, são aqueles que, devido a sua natureza intangível são somente percebidos através da imaginação e através de instrumentalização material, como as festas, os saberes, formas de expressão, lugares de sociabilidade. Conforme Ferreira e Johansen (2010, p. 32), patrimônio é “composto pelas vivências, pelas práticas sociais, pelas construções cotidianas materiais e imateriais, de uma multiplicidade de tipos que compõem uma mesma sociedade”.

Ao se pensar o objeto de estudo desse artigo procurou-se analisar tanto os elementos materiais quanto os imateriais que formam esse patrimônio. Nesse sentido, é possível refletir sobre os interesses políticos e econômicos citados por Funari (2006, p. 42-56) que determinaram o destino do patrimônio histórico e cultural no Brasil.

Para Pollak (1989, p. 10) a credibilidade política depende da coerência em seus discursos ao defender medidas que acabam interferindo nas transformações ocorridas nos espaços geográficos. A ideia do progresso, da solução que a privatização representava na época e em toda a movimentação da mídia em torno do assunto acabou legitimando o discurso do governo federal de que a transferência para o capital privado seria a melhor solução para o transporte ferroviário. No entanto, a responsabilidade pela integridade do patrimônio ferroviário é da União, assim como afirma Maia (2009, p. 151): “à estatal couberam as funções de fiscalizar os bens arrendados e preservar seu patrimônio histórico,

cultural e artístico.”

A autora reafirma que houve um período, a partir de 96, de uma campanha maciça para que a sociedade aprovasse as medidas. É possível perceber essa afirmação na reportagem da *Veja*⁹ de 1996, onde o autor escreve supondo que a privatização traria recursos para resolver o problema da sucateada malha ferroviária. Nesse raciocínio vendia-se a ideia de que o capital privado traria investimento para fazer com que a glória da ferrovia retornasse. No entanto Maia defende que, na realidade o que “ocorreu foi a redução de investimentos em áreas primordiais como as oficinas e a desativação de ramais sem a análise dos custos sociais provocados por tais ações” (2009, p. 151).

Isso é perceptível na fala do entrevistado nº 2 em relação aos investimentos da concessionária:

(...) mas infelizmente, e então, eles estão remendando e que nem, quando eu ainda tava na ALL, ele contratou, eles compraram umas máquinas africanas, né? Vieram aqui tiveram depois todo um trabalho de, que tiveram que trocar a estrutura de rodeiro, tudo, porque não cabia nos trilhos nossos né? E rodam por aí, mas tá tudo meio sucateado.

O estado de abandono do local da antiga Estação após a desativação da estação em 1997 permaneceu até 2011. O vídeo de Celso Felizardo Junior produzido em 2008, encontrado no canal Youtube foi resultado de um trabalho da disciplina de Telejornalismo da Faculdade Fanorpi de Santo Antonio da Platina. A fonte “Abandono da Antiga Estação Ferroviária de Wenceslau Braz (PR)¹⁰” é uma produção amadora, feita com uma câmera cybershot, onde através do recurso visual é possível fazer uma volta ao passado e quase tocar nos trilhos tomados pelo mato. Fica visível a sujeira, a depredação, o abandono e a reação das pessoas entrevistadas pelo acadêmico em relação ao local.

Quanto à decisão da prefeitura em interferir na situação, ficou óbvio que os interesses políticos estavam mais focados na questão de estética do local e na regularização de suas dívidas junto à União do que propriamente preocupados com a restauração da memória ferroviária. Por mais que exista a consciência de que se trata de parte da história do município, a disposição do local no centro da cidade foi fator principal para que o governo municipal

9 COMEÇA a Revolução nos trilhos. Acervo Digital Revista *Veja*, ed. 1435, 13 mar. 1996, p.88--89..Economia&Negócios..Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

10 A importância dessa fonte é pela capacidade que o vídeo oferece em possibilitar uma visão dramática, mas real sobre a situação. O vídeo encontra-se no endereço <<http://www.youtube.com/watch?v=51ZgvybWk4>>. Acesso em 15 nov. 2013.

tomasse atitudes de intervenção no espaço da Antiga Estação. Como pode ser percebido na fala do Entrevistado nº 2:

(...) ali foi uma questão assim de estética. Eu acredito né? Então tinha a dívida, com a rede, com a União e em contrapartida o município, ele não podia ter as certidões para desenvolver outros projetos sociais e ele tinha que dar um jeito de resolver. Ele não tinha R\$ 1.200.000,00 e ir lá e comprar e “agora é meu e eu faço o que eu quero”. Então nessa negociação houve a necessidade de fazer alguma coisa em troca para o bem social. Então, o que que aconteceu, bom, “nós vamos fazer um investimento barato ali e deixamos bonito, tamo fazendo a parte social e não tem como a União vir (...)

Apesar de ter sido inaugurada como “Espaço de Lazer Francisco Eduardo V. Ferreira” – Espaço Chico – em referência à importância da família para a história do município, o entrevistado nº 3 afirma que existem planos para a inauguração da Praça dos Ferroviários, no centro desse espaço.

E já pensando na questão dos próprios ferroviários, nós estamos com um projeto que, e devemos terminar esse ano, que é a Praça dos Ferroviários, dentro do Espaço Chico, então daí vai ter a Praça dos Ferroviários (...). No primeiro momento a gente achou que o nome soava bem também sabe? Espaço Chico, é um nome que soava bem, mas foi na realidade com a intenção de homenagear uma família que foi um dos desbravadores daqui, desde o Seu Lazinho, o Chico, como eu já te disse, é uma pessoa séria na cidade, então foi uma maneira que a gente pensou em homenagear como se homenageia alguém com uma rua, ou uma praça e a gente achou que essa era uma opção que se poderia fazer. Mas, em momento algum a gente esqueceu da questão dos ferroviários, então já tem uma pequena pracinha que não é o que a gente quer, a gente tá com um projeto aí de se fazer uma coisa bem diferente ali, sabe? Bem diferente pra que a gente possa daí, inclusive ter a pracinha dos ferroviários que é pra homenagear daí no caso todos os ferroviários, sem citar nomes. Porque na verdade Wenceslau se desenvolveu através dela, né? Da ferrovia.

A análise sobre os interesses envolvidos certamente continuaria a cada olhar que fosse lançado às fontes coletadas para esse trabalho. Dentro do prisma escolhido para esse trabalho foi possível colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a formação dos estudos históricos, onde os diferentes tempos históricos abordados falaram de história passada, da problemática presente (a preservação da memória) e dos projetos futuros (promessas ou não) que continuarão a definir o destino dessa parte do patrimônio histórico e cultural da ferrovia em Wenceslau Braz/PR.

Considerações finais

Refletir sobre as transformações ocorridas no espaço da antiga Estação Ferroviária de Wenceslau Braz/PR desencadeou uma série de questionamentos que envolveram conceitos de memória coletiva, preservação patrimonial e identidade. Assim como nos apresenta Le Goff, tornou-se imprescindível pensar o espaço da Antiga Estação Ferroviária enquanto monumento da história local a ser analisado, enquanto documento/ monumento (LE GOFF, 1990, p. 549).

Essa desconstrução em torno do local, que também se constitui uma importante fonte histórica, desencadeou a percepção da imensidade de lembranças e memórias que pairam sobre a Antiga Estação Ferroviária. As fontes imagéticas e orais apresentaram-se repletas de capacidades de análise que podem ir além do espaço delimitado nesse artigo.

Levantou-se a partir dessas reflexões a percepção de que o estudo da memória coletiva é um objeto muito caro ao pesquisador das ciências humanas e sociais. Através de coleta de fontes intermediada pela história oral que possivelmente aliada a uma pesquisa quantitativa mais aprofundada, as possibilidades de construções sobre a temática tornam-se interessantíssimas. Pensar nas transformações históricas e geográficas sofridas pelos patrimônios ferroviários em todo o território brasileiro pode resultar em narrativas capazes de demonstrar vários aspectos que podem abranger relações de poder, interesses diversos, representações, práticas de preservação, questões identitárias, etc.

Esse artigo constitui-se, após um ano de pesquisas e aprofundamentos teóricos, um trabalho que deve ser visto como um ponto inicial para pesquisas futuras. Ficou claro, portanto, que os objetivos propostos foram esclarecidos ao construir uma narrativa capaz de explicar como se deu o processo de transformação de parte do patrimônio histórico e cultural de Wenceslau Braz/PR. Buscou-se também estabelecer um diálogo objetivo que tratasse do valor da ferrovia para a identidade local e da necessidade de se manter um discurso sobre o direito à memória. O Espaço Chico permanece onde reinou durante décadas a Estação Ferroviária da cidade e as lacunas foram preenchidas, sendo possível compreender como as decisões federal, municipal e da Concessionária decretaram o destino de parte importante da história local.

Mas como afirma Pollak (1989, p. 8), a memória se mantém após ser solidificada, se reorganizando

para as gerações futuras. Ela está viva e é solícita, pois mesmo permanecendo muitas vezes soterrada por uma imposição do poder oficial ela pode se manifestar quando invocada. Essa relação pode ser verificada nesse artigo ao ser destacada a importância da memória na análise proposta, que através das diversas fontes utilizadas e uma análise atenciosa revelaram indícios importantes para o resultado final.

Esperou-se com a narrativa desenvolvida valorizar o significado das vivências, dos encontros e desencontros ocorridos através do tempo, dos destinos traçados e das relações tecidas em torno dos “trilhos” e dos lugares que formam o patrimônio ferroviário. Não se pode simplesmente enterrar a presença da ferrovia na história da cidade com a transformação do espaço da Estação Ferroviária, já que ali continua sendo um monumento da cidade. Um lugar de memórias.

Fontes Orais

Entrevistado nº 1: Sr. Luiz Carlos Mesquita trabalhou na RFFSA de novembro de 1985 a março de 1997, como condutor de linha. Entrou no programa de aposentadoria compulsória oferecida pela RFFSA durante o processo de extinção da companhia. Entrevistado pela autora em 22/03/2014.

Entrevistado nº 2: Sr. Luiz Alberto Antônio é ex-ferroviário e vereador da cidade de Wenceslau Braz desde 2008. Testemunhou de perto o processo de extinção da RFFSA. De família de ferroviários colaborou com esse trabalho ao apresentar suas memórias sobre o modo de ser ferroviário, o processo de descaracterização da área da Antiga Estação e as ações políticas da criação da Praça Chico Ferreira. Entrevistado pela autora em 17/02/2014.

Entrevistado nº 3: Sr. Prefeito Athayde Ferreira dos Santos. Governa o município desde 2008, sendo criado no seu primeiro mandato (2011) o Espaço de Lazer Chico Ferreira. Colaborou para essa pesquisa, no sentido de que deu esclarecimentos a respeito das decisões políticas e sobre a homenagem feita com a criação do local. Segundo depoimento, apresentou proposta de criação da Praça dos Ferroviários dentro do espaço como forma de referenciar a presença da ferrovia e do grupo dos ferroviários na história local. Entrevistado pela autora em 08/03/2014.

Referências

CALIXTO, A. **Pinhalão**: memórias. Curitiba, 1986.

COMEÇA a Revolução nos trilhos. **Acervo Digital Revista Veja**, ed. 1435, 13 mar. 1996, p. 88-89. Economia&Negócios. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CUCHE, D. Cultura e Identidade. In: _____. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 175-200.

DEMCZUK, P. G. **Ferrovia e turismo**: reflexões sobre o patrimônio cultural ferroviário em Irati (PR). 2011, 109 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Gestão do território, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011. Disponível em <http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=643>. Acesso em: 12 fev. 2014.

FACEBOOK. **Amigos de Wenceslau Braz**. Disponível em: <<http://www.facebook.com/groups/353775894668224/>>. Acesso em 08 ago. 2012.

FERREIRA, A. R.; JOHANSEN, E. **Oficina de História IV**. Ponta Grossa: UEPG/ NUTEAD, 2010.

FREIRE, D.; PEREIRA, L. L. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (orgs). In: **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: EFMG, 2012, p. 121.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIESBRECHT, R. M. **Estações Ferroviárias do Brasil. Wenceslau Braz, PR**. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-ramalparanap/wbras.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

GIL, J. **Wenceslau Braz: origens e formação**. Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Paraná. Curitiba, PR. 1998, p. 79-80.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges. São Paulo: Editora Unicamp, 1990, p. 535-549.

MAIA, A. C. N. **Memória(s) e Identidade(s) nos trilhos:** História de Ferroviários brasileiros em tempos de neoliberalismo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 143-152, 2009. Disponível em <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/333.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

MAIA, F. A. **Direito à memória:** o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. *Revista Movendo Ideias*, Belém, v. 8, p. 39-42. Junho/2003. Disponível em http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/214.pdf. Acesso em: 29 set. 2012.

MAUAD, A. M. **Através da Imagem:** fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MONASTIRSKY, L. B. **Ferrovia:** Patrimônio Cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). 2006, 190 fls. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89405/233942.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

NORA, P. **Os lugares de Memória**, uma outra história. In: _____. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Proj. História 10*. São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

PARANÁ. Cidades. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=412850&search=parana|wenceslau-braz|infograficos:-historico>. Acesso em: 14 mar. 2014.

PESAVENTO, S. J. **Palavras para crer.** Imaginários de sentido que falam do passado. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Debates*, 2006. Dossiê História Cultural do Brasil. p. 1-9. Disponível em www.nuevomundo.revues.org/1499. Acesso em: 23 jul. 2012.

PETUBA, R. **Ser trabalhador ferroviário na cidade de Ponta Grossa:** escutando outras falas, desvendando outras memórias (1940-2000). *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 2, n. 2,

abril/ maio/ junho, p. 1-14, 2005.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. **Memória e Identidade Social.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PREFEITURA Municipal de Wenceslau Braz. **Histórico.** Disponível em <<http://www.wenceslaubraz.gov.br/municipio.jsf>>. Acesso em: 15 mar. 2014

SANTOS, F. L.; DENIPOTI, C. **Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.** Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2012.



Ateliê de História

Palavras - chave:

Ariranha do Ivaí; Rito Pascal;
Ucranianos; Identidade
Étnica; Ressignificações.

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar as permanências e ressignificações do ritual da Divina Liturgia Pascal entre os descendentes de ucranianos de Ariranha do Ivaí-PR. Esta localidade pertenceu à cidade de Ivaiporã-PR como distrito até 1996, quando foi reconhecida como município. A colonização de Ariranha do Ivaí ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960 e entre os colonizadores estavam os ucranianos e seus descendentes que até nos dias atuais são adeptos da religião católica ucraniana de rito bizantino. Suas cerimônias e rituais religiosos são praticados na Capela São Miguel Arcanjo, onde a Páscoa é vivenciada por essas pessoas como a maior festa da igreja. A presente pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica, como também em fontes orais que permitem através das memórias interpretar fragmentos de um fato passado. Foram utilizados documentos clericais e canônicos para a compreensão da Litúrgica Bizantina. Destaca-se que a Liturgia Pascal é uma ação ritual religiosa definidora de identidade étnica ucraniana que através das relações sociais iniciou um processo de ressignificação a partir do ano de 2003, também motivado pela tradução das celebrações e cerimônias religiosas da língua ucraniana para o português. Outro fator que implicou alterações foi a redução do número de fiéis que frequentam a capela.

O RITUAL DA DIVINA LITURGIA PASCAL ENTRE OS DESCENDENTES DE UCRANIANOS DE ARIRANHA DO IVAÍ-PR: PERMANÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES RELIGIOSAS (2003-2013)

Fernanda Mazuco ¹

Maria Inêz Antonio Skavronski ²

INTRODUÇÃO

Conforme as reflexões de Falcon (1996) é preciso pensar o historiador no alto de uma colina de onde observa o grande rio da história, identificando suas peculiaridades como épocas, povos, nações, culturas e sujeitos. Neste mesmo sentido Pesavento (2000) afirma que há sempre um narrador que interpreta aquilo que viu e que conta aos sujeitos que não viram a cena em questão. Com base nessas afirmações este trabalho tem como desígnio pesquisar e compreender as permanências e ressignificações dos ritos da Divina Liturgia Pascal entre os descendentes de ucranianos de Ariranha do Ivaí.

A formação dessa pequena cidade que se localiza no interior do Paraná iniciou aproximadamente entre 1940 e 1960 e suas terras pertenceram ao município de Ivaiporã-PR até 1996, quando Ariranha do Ivaí foi elevada a categoria de município. Entre os colonizadores estavam os ucranianos e seus descendentes³. Esse povo migrou da Ucrânia para vários locais do mundo, sendo o Brasil um dos países de destino, e a maioria se instalou no Estado do Paraná. (BORUSZENKO, 1969).

Nessas novas terras os ucranianos enfrentaram muitas dificuldades, como a falta de igrejas de rito bizantino para frequentar. Conforme as palavras de Burko (1963) esses indivíduos são muito ligados à sua religião tradicional Oriental Católica Ucraniana praticante do rito bizantino. As famílias de ucranianos e descendentes que chegaram a Ariranha do Ivaí entre a década de 1940 e 1960 não encontraram uma capela para a prática de suas cerimônias e ritos religiosos. Apenas no ano de 1967 esse grupo se reuniu e construiu a capela São Miguel Arcanjo.

Essa Capela é o espaço religioso que permite a esses fiéis partilharem sua fé e praticarem o rito da Divina Liturgia Pascal. Na atualidade há aproximadamente entre dez a doze famílias participantes das celebrações religiosas na referida capela que pertence à Paróquia de Pitanga-PR. Essa paróquia é vinculada a Eparquia São João Batista que coordena as Igrejas Orientais Católicas Ucranianas de Rito Bizantino com sede em Curitiba-PR, sendo conectada canonicamente ao Arcebispado Maior, com sede em Kiev na Ucrânia.

Os ritos religiosos praticados por essa comunidade representam um campo atraente para a pesquisa das permanências e ressignificações da prática dos ritos pascais católicos ucranianos, pois a Páscoa é a festa religiosa de maior valor para esse povo. Assim, ao considerar que a religiosidade dos imigrantes ucranianos e

1 Graduada em Licenciatura em Pedagogia (2013) pela Universidade Internacional de Curitiba (UNINTER). Graduada em Licenciatura em História pela UEPG/JAB (2014). E-mail: fernandamazuco@gmail.com.

2 Orientadora. Mestranda no Programa de Pós Graduação em História PPGH pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 Disponível em <http://www.ariranhadoivai.pr.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100141024>. Acesso em 12/03/2014

de seus descendentes é um mecanismo de manifestação da etnicidade vinculada principalmente ao rito bizantino, buscou-se compreender de que maneira esse sentimento de pertença pode implicar possíveis novos significados na prática dos ritos pascais na comunidade pesquisada, bem como quais são os novos significados perceptíveis nos rituais da Páscoa ainda praticados por esse grupo. Além dos aspectos investigados citados acima, outro questionamento instigou a pesquisa a respeito das transformações ocorridas na forma de celebração da Páscoa nos últimos dez anos. Esse fato foi percebido a partir de conversas informais com integrantes dos ritos pascais que questionam as alterações ocorridas na última década.

Entre as fontes utilizadas neste trabalho destacam-se os documentos clericais e canônicos que são Livros Litúrgicos e Cadernos de Cânticos relativos ao período de 2003 e 2013. O historiador, além de outras qualidades, “(...) necessita desenvolver a erudição e a sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso”. (PINSKY, 2005, p. 10). Os documentos analisados possibilitam identificar alterações ocorridas na prática dos ritos da Divina Liturgia Pascal na comunidade descrita. Porém a interpretação foi desenvolvida com cautela, pois se sabe que:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...) um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1996, p.547-548)

Os documentos não são neutros, há influências ideológicas, portanto é de extrema relevância analisá-los dentro do seu contexto e buscar entender os significados para quem os construiu. A história oral também integra a metodologia deste trabalho, pois nas palavras de Skavronski (2013, p. 06-07) “A memória dos descendentes de imigrantes é reanimada através das narrativas das suas práticas religiosas perceptíveis e naturalizadas no cotidiano, na linguagem, nas tradições, enfim, na vivência social desses indivíduos.” Sendo assim, através da coleta das entrevistas foi possível captar memórias tanto individuais quanto coletivas do grupo pesquisado e investigá-las em busca de respostas para os questionamentos propostos.

Segundo Alberti (2004, p. 27):

A metodologia de história oral é bastante adequada para o estudo de memórias, isto é, de representações do passado. Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade. Como assinala Michael Pollak, a memória resiste à alteridade e à mudança e é essencial na percepção de si e dos outros. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isso é de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada através de entrevistas de história oral.

As memórias trazem à luz da história detalhes de fatos que os documentos escritos não conseguem transmitir. Portanto, foram coletadas entrevistas com o padre que celebra as cerimônias e ritos na capela São Miguel Arcanjo, com a responsável da liturgia da capela e com duas fiéis que possuem lembranças desde a época em que chegaram à Ariranha do Ivaí antes que a capela fosse construída. Outro fator que colaborou para a coleta dos depoimentos foram as visitas realizadas aos descendentes de ucranianos locais, assim como a participação da pesquisadora à celebração do rito da Divina Liturgia Pascal no ano de 2013.

Do ponto de vista bibliográfico associado à temática da pesquisa, esse trabalho articula-se com os escritos de Oksana Boruszenko, Lara Janek Babbar, Valdomiro Burko e Vassilio Burko para explicar sobre a imigração, costumes e ritos religiosos ucranianos. O autor Sother Schiller em sua obra “Nossa Liturgia de São João Crisóstomo”, permite explicar particularidades da liturgia praticada pelos ucranianos e seus descendentes.

Em relação aos conceitos que fundamentam este trabalho, Aldo Natale Terrin em “O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade” embasa a análise da ação ritual e seu significado simbólico para os descendentes de ucranianos, pois o grupo estudado possui uma forte ligação com um mundo abstrato através da prática dos ritos pascais. Outro fator que foi destacado é a identidade desses indivíduos que possuem consciência de pertencimento à etnia ucraniana, como também a supervalorização da religião da pátria mãe “Ucrânia”. Esses elementos serão analisados com a conjectura da obra “Quem precisa da Identidade?” de Stuart Hall que explicita que identidades são formuladas com base em identidades do passado e mantêm muitos traços das mesmas no presente.

As reflexões de Maria Inêz Antonio Skavronski possibilitam entender a religiosidade dos ucranianos e seus descendentes como elemento de identidade. Fredrik Barth em seus escritos sobre “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” permite classificar como características de etnicidade o sentimento de reconhecimento, quando um sujeito se classifica como partícipe de um grupo, assim como também é reconhecido por sujeitos que estão além das fronteiras do grupo.

Em relação aos entrevistados, são os seguintes:

Entrevistado 1: Padre Antônio Lachovicz, 54, celebrou as cerimônias e rito na capela pesquisada entre 1993 a 1996. Na atualidade é novamente o padre da capela.

Entrevistada 2: Sra. Natália Onesko, 48 anos, filha da entrevista 3. Responsável pela organização litúrgica e conservação da capela.

Entrevistada 3: Sra. Ana Onesko, 82 anos. Descendente direta de ucranianos e frequenta a Capela São Miguel Arcanjo desde a sua construção no final da década de 1960.

Entrevistada 4: Sra. Estefâna Bentrot Miskiu, 59 anos, frequenta a capela desde a época em que foi construída e também é descendente de ucranianos.

As entrevistas foram articuladas à teoria de Michael Pollak sobre “Memória e Identidade Social” para compreensão das memórias que esse autor conceitua como “vivas por tabela”. Há relatos coletados que explicitam fatos que não foram vivenciados pelos entrevistados, mas existe, no entanto, um sentimento de pertencimento ucraniano tão forte que a narrativa é formada como se de fato tivessem presenciado o acontecimento. Algumas palavras do historiador Maurice Halbwachs também contribuem para compreender a memória coletiva.

O trabalho divide-se em quatro seções. Na primeira expõem-se algumas informações históricas da formação de Ariranha do Ivaí e aspectos relacionados à imigração ucraniana para o Brasil, especificamente para o território paranaense, ressaltando-se o papel da memória na representação dos fatos estudados. Nessa seção também será descrito o processo de construção da capela ucraniana São Miguel Arcanjo.

Na segunda seção elenca-se o conceito de rito destacando-se a prática dos ritos religiosos pelo grupo estudado. Para isso serão abordados aspectos da religião católica ucraniana, peculiaridades

dos ritos religiosos como também da música sacra. Será articulado o conceito de identidade étnica do grupo estudado em consonância com a prática religiosa. Na terceira seção será destaque a Liturgia Pascal ucraniana e como ela ocorre na capela São Miguel Arcanjo. Na última seção especificam-se as permanências e alterações na prática ritual da Divina Liturgia Pascal ucraniana entre 2003 a 2013 entre os membros do grupo estudado.

Capela São Miguel Arcanjo: espaço de religiosidade

O grupo focalizado neste estudo configura-se o de descendentes de ucranianos que se encontram radicados no Município de Ariranha do Ivaí. A denominação desse município se explica por motivo de que na época de sua colonização, eram encontradas muitas ariranhas nos rios locais, também conhecidas como onças d'água. Essa localidade que possui na atualidade uma população estimada de 2421⁴ habitantes pertenceu à Ivaiporã como distrito até 10 de setembro de 1996, quando foi elevada à categoria de município através da Lei Estadual nº 11.509⁵. Ivaiporã iniciou seu ciclo colonizador durante as décadas de 1940 a 1960. Entre as etnias que migraram para as terras ivaiporaenses estavam os ucranianos e seus descendentes, os quais em grande parte se fixaram em Ariranha do Ivaí. Esses sujeitos se deslocaram da Ucrânia para as terras brasileiras em várias fases. Sobre essas etapas de imigração, Boruszenko (1969, p. 427-428) elucida que:

A primeira, data dos fins do século XIX, quando milhares de ucranianos, em consequência da superpopulação agrária e débil industrialização, e ainda as más condições socioeconômicas, abandonaram as terras negras e transferiram-se para outros países, entre os quais o Brasil e, particularmente, o Estado do Paraná. A segunda etapa da imigração ucraniana efetou-se após a Primeira Guerra Mundial. Os motivos, desta vez, foram, sobretudo políticos. O maior êxodo dos ucranianos deu-se, porém, após a Segunda Guerra Mundial, êxodo este no qual se inclui a terceira etapa da imigração ucraniana para o Paraná.

Nos depoimentos coletados com alguns descendentes de ucranianos de Ariranha do Ivaí, foi possível identificar que os pais dos entrevistados chegaram ao Brasil durante a segunda fase da imigração:

4 Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/2LRXP> >. Acesso em 12/03/2014.

5 Disponível em < <http://www.ariranhadoivaipr.gov.br/portal1/municipio/historia> >. Acesso em 12 de março de 2014.

Foi muito difícil! Meu pai veio ainda era criança, veio para o Brasil mais ou menos após a Primeira Guerra Mundial, lá na Ucrânia teve perseguição, matavam padres, sacrificavam crianças, meninas, moças eram usurpadas, tiradas do pai, nunca mais o pai via. Quando chegaram aqui no Brasil foram morar em Ivaí-PR. (ENTREVISTADA 3)

Os coitadinhos ficaram perambulando, acho que vieram mais ou menos depois de 1920, eles refizeram a vida por sorte! Tinha dia que meu pai falava de voltar para a Ucrânia! Nós passamos dificuldades onde morávamos. (ENTREVISTADA 4)

Percebeu-se durante as entrevistas que as depoentes se emocionaram ao falarem sobre o fato, sentimentos que extravasaram no olhar de profunda comoção e tristeza. As narrações revelam detalhes como se essas mulheres tivessem vivenciado as perseguições na Ucrânia e as dificuldades enfrentadas pelos pais ao chegarem às terras brasileiras. São recordações de acontecimentos que elas não participaram, mas que fazem parte de suas histórias de vida. São elementos constitutivos de memória por tabela que Pollak (1992, p. 2) conceitua como

(...) acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomara relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

É uma *anamnese* transmitida pelos membros do grupo, sendo as lembranças um elemento identitário dos descendentes de ucranianos. As memórias são elaboradas por um conjunto de indivíduos que selecionam o que recordar. Isso é resultante das identificações que estes sujeitos sociais fazem, pois sempre há fatos que marcam mais a trajetória de um grupo. (HALBWACHS, 1990). Existe um reconhecimento entre os descendentes de ucranianos com o passado de seus ascendentes na Ucrânia que resiste ao tempo. São reconstruções de fatos que marcaram a trajetória dessas pessoas que deixaram sua pátria em busca de uma nova vida em terras longínquas e desconhecidas.

Muitos dos ucranianos quando chegaram ao Brasil se instalaram em colônias como a localizada em Ivaí, município paranaense. Algumas famílias permaneceram por pouco tempo nesses lugares e migraram para outros locais por motivo das dificuldades encontradas, como a falta de terras para plantar e

péssimas condições de vida. Vários desses indivíduos foram encarregados pelo governo para colonizar regiões ainda não desbravadas, derrubando matas e construindo estradas. Não conheciam a língua da segunda pátria e passaram também dificuldades com a escassez de alimentos. (BURKO, 1963). Por esses motivos começaram a buscar novos locais para morarem.

Nessa busca por uma vida melhor vários ucranianos se fixaram em Ariranha do Ivaí, que na época de sua colonização, entre a década de 1940 e 1960, possuía terras apreciadas entre as mais férteis do país⁶. A Sra. Estefânia relatou os motivos de migrarem em busca de novas terras para morarem:

Vimos para Ariranha através de um primo, nosso primo nos buscou e viemos morar no Rio claro⁷, depois de três anos compramos nosso sítio no Riozinho⁸! Chegamos mais ou menos no começo de 1960, passávamos dificuldades onde a gente morava. Eu tinha de três para quatro anos. Meu pai sonhava em voltar para a Ucrânia, aqui tudo foi muito difícil. Ele nem aprendeu falar português! (ENTREVISTADA 4)

É evidente na narração o anseio do pai da Sra. Estefânia em voltar para Ucrânia. Esse fato justifica-se pelas adversidades enfrentadas pelos ucranianos, quando chegaram ao Brasil. Um dos infortúnios que muito afetou a vida dessas pessoas na nova pátria foi a ausência de apoio religioso. Burko descreve a ligação desses sujeitos com sua religião cristã oriental de rito bizantino narrando que “uma das características do povo ucraniano, além de certas virtudes inatas, como, por exemplo, a lealdade, o amor a terra e ao trabalho, é a religiosidade um sentimento profundamente arraigado, que o prende a sua religião tradicional”. (BURKO, 1963, p.59). Quando essas pessoas chegaram ao Brasil não havia padres que falavam a língua ucraniana e os ritos litúrgicos praticados eram diferentes dos que estavam acostumados a praticar nas Igrejas Orientais de rito bizantino na Ucrânia.

A liturgia bizantina, da qual a ucraniana é um ramo, têm origem na de Jerusalém, de São Tiago, reformado por São Basílio Magno e abreviada por São José Crisóstomo, no Século IV. Foi logo apresentada pela Igreja, sendo seguida até hoje por grande número de cristão do Oriente e pelos fiéis do rito ucraniano, o qual é todo celebrado na língua ucraniana. (BORUSZENKO, 1969, p. 431)

Explicando a divisão dos ritos cristãos do Oriente, o Padre Schiller (2008, p. 32) descreve que o “Rito

6 Disponível em <<http://ivaipora.org/>>. Acesso em 14/03/2014.

7 Área rural que pertence à Ariranha do Ivaí.

8 Área rural que pertence à Ariranha do Ivaí

Bizantino é o maior dos ritos orientais, pelo menos em termos de números, visto que foi adotado por um grande número de nações. É o rito que teve origem na capital do Império Greco bizantino, Constantinopla ou Bizâncio". Na contemporaneidade o referido rito permanece com forte presença em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil. Quando os ucranianos e seus descendentes chegaram a Ariranha do Ivaí entre as décadas de 1940 e 1960, não encontraram uma igreja de Rito Bizantino para frequentar.

Não tinha a capela ucraniana, nós íamos rezar na casa do meu primo! O padre vinha celebrar a missa para nós, mas era só de seis em seis meses, eu era criança nessa época. No começo quando a missa era na casa que te falei, o padre vinha de Ivaí! Ele vinha a cavalo! As famílias recolhiam ele. Ele sofria e as vezes passava até fome! Por isso a missa era de seis em seis meses. A gente passava a Páscoa e o Natal sem o Padre, era difícil ele vir, daí era só nós para rezar! O povo se reuniu e resolveram fazer a igreja! Eu acho que eu tinha uns sete anos quando construíram essa igreja. A capela foi construída acho que em 1967! Eu fiz a minha primeira comunhão em casa, só depois que foi construída a igreja. A comunidade se uniu e daí cada um ajudou, quem tinha pinheiro dava pinheiro, quem tinha peroba era peroba e daí cada um entrou com seu serviço! Daí o padre começou a vir uma vez por mês! (ENTREVISTADA 4)

Essas famílias de ucranianos e seus descendentes vivenciavam a fé e as ações rituais na casa de um dos fiéis, até que a pequena igreja São Miguel Arcanjo foi construída em 1967. O Sr. Albino Kupchynskyi se organizou juntamente com a população de ucranianos e descendentes para edificar a capela. As medidas da pequena igreja eram de 14mx19mx9m, conservadas até os dias de hoje. Os primeiros membros que formaram a diretoria da capela foram Demétrio Verenka como presidente e Estefano Onesko como vice-presidente. O responsável pelas finanças foi Estefano Hneda e Boris Roik, o primeiro secretário. O Padre que celebrava as cerimônias e ritos chamava-se Mateus Demeterco e as celebrações ocorriam uma vez por mês. Naquela época eram 30 famílias que pertenciam à comunidade de fiéis que frequentavam a capela. O padre realizava aproximadamente 60 confissões e 430 comunhões anuais⁹.

O pequeno santuário de rito bizantino Ucraniano Católico pertenceu à Paróquia de Ivaí até no início da década de 1970, quando passou a pertencer à Paróquia Nossa Senhora da Glória localizada no Município de Pitanga, por estar mais próxima dessa cidade¹⁰.

Assim o padre passou a celebrar as cerimônias e ritos religiosos na capela com mais frequência. A paróquia de Pitanga está vinculada a Eparquia São João Batista com sede em Curitiba. Essa Eparquia que congrega todos os fiéis descendentes de ucranianos cristãos Greco católicos da América Latina está conectada canonicamente ao Arcebispado Maior Sviatoslav Shevchuk, de Kiev, capital da Ucrânia e comandada pelo Papa Francisco de Roma - Itália¹¹. É nesse contexto religioso que a pequena igreja pesquisada encontra-se inserida até os dias atuais.

Como já explicado, a capela São Miguel Arcanjo conta hoje com aproximadamente dez a doze famílias que participam das cerimônias e dos ritos religiosos. Natalia Onesko explica que

muitos fiéis na última década emigraram para os grandes centros em busca de oportunidades de trabalho e estudo. Enquanto outros se casaram com pessoas de outras etnias e acabaram deixando de praticar os ritos. Para nós que ainda frequentamos a capela, praticar a nossa religião é algo herdado, e preservá-la, é perpetuar os costumes religiosos dos ancestrais que trouxeram da Ucrânia todo um conhecimento religioso. (ENTREVISTADA 2)

Os fiéis que frequentam a capela se mantêm ligados à religião tradicional Oriental Católica Ucraniana praticante do rito bizantino, demonstrando a busca pela preservação dos costumes místicos de seus ancestrais. Para esses sujeitos a religião e a fé são sustentáculos para suas vidas, sendo que praticá-las está intrinsecamente ligada a sua etnicidade.

A ação ritual como condição de identidade étnica

Compreende-se que entre os sujeitos estudados permanece uma partilha de memória, valores e ritualidade que podem ser classificados como elementos de etnicidade. Barth (1969, p. 189-190) define uma população étnica como um grupo que

1 perpetua-se biologicamente de modo amplo, 2 compartilha valores culturais fundamentais, 3 constitui um campo de comunicação e interação, 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se construísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.

Um integrante de uma população étnica possui sentimento de pertença e autorreconhecimento

9 Disponível em <<http://ivaipora.org/>>. Acesso em 14/03/2014.

10 Área rural que pertence à Ariranha do Ivaí.

11 Disponível em <http://www.eparquiaucraniana.com.br/eparquia/site/index.php> . Acesso em 10 de março de 2014.

como partícipe desse grupo, como também é reconhecido por sujeitos que estão além das fronteiras desse contíguo de pessoas. Ou seja, mesmo quem não é descendente de ucraniano os reconhecem como “ucranianos”. Porém a cultura não é unânime entre um grupo étnico. Esses sujeitos circulam entre várias culturas, assimilando e selecionando alguns elementos culturais que os identificam com a etnia a qual pertencem. O sujeito étnico não vive isolado e sim convive interculturalmente. Esse convívio colabora para a definição das fronteiras da etnicidade.

(...) as identidades são construídas por meio das diferenças e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construída. (Derrida, 1981; Laclau, 1990; Butler, 1993). (...) A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta”. (HALL, 2000, p. 110).

As identidades étnicas não são imóveis e sim, dinâmicas, tendo em vista que os sujeitos pertencentes a uma população étnica têm suas identidades modificadas quando interagem com outros sujeitos, assimilando e excluindo elementos de outras culturas, como também definindo quem faz parte do grupo ou não. Nesse processo de reconstrução de identidades o passado possui influência.

(...) as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com a qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não com as questões “quem nós somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais com as questões “quem podemos nos tornar”. (Hall, 2000, p. 108-109)

Sobre esse contexto identitário, Pollak (1992) destaca que a memória colabora para a conservação de sentimento de identidade, não só a nível individual como também coletivo. É um elemento relevante na constituição de sentimento de ininterruptão e de coesão de um sujeito ou de um grupo no processo de reelaboração identitária. Entende-se que ao evocar as lembranças, os sujeitos resgatam elementos relacionados à própria identidade. Essa ação colabora para que se sintam conectados com o grupo ao qual pertencem e que juntos vão adaptando suas

identidades no decorrer do tempo.

Nas narrativas de alguns componentes do grupo pesquisado, percebe-se que a identidade está interligada ao passado ucraniano, havendo uma supervalorização da pátria mãe dos seus ascendentes. Observa-se o fato de os entrevistados se reconhecerem como “ucranianos” e não como “descendentes de ucranianos”, sendo esse o elemento propulsor de inserção atual ao grupo. Manter os traços identitários étnicos para eles é uma questão de manter as fronteiras entre a descendência ucraniana e os demais grupos existentes. É na religião católica ucraniana de rito bizantino que esses indivíduos encontraram uma espécie de demarcador de fronteira étnica, ou seja, as práticas religiosas os diferenciam dos demais grupos.

Cabe assim, descrever algumas particularidades e singularidades das cerimônias religiosas praticadas por esses sujeitos e também destacar alguns elementos simbólicos que constituem o rito bizantino. Para assim, apresentar um melhor entendimento da religião como elemento definidor de identidade étnica:

(...) é possível perceber os ícones (pinturas religiosas), que são dotados de simbologias específicas dispostas nas posturas das mãos das imagens, objetos e cores selecionados para significação diferenciada. (...) Outras particularidades da liturgia ucraniana podem ser ressaltadas. O padre celebra o serviço virado para o altar, de costas para a assembleia, em sinal de deferência a Cristo, portando-se deste modo, como guia ou pastor da celebração. A quantidade de vezes que os fiéis fazem o sinal da cruz também chama atenção, assim como o modo. Para o sinal da cruz, os fiéis da liturgia oriental unem os dedos polegar, indicador e médio da mão direita e a apoiam os outros dois na palma da mão, como representação da Santíssima Trindade e das duas dimensões humana e espiritual de Cristo. Ademais, o sinal é realizado da direita para a esquerda. (BABBAR, 2008, p. 39).

Cantar é também um elemento que compõe a ação ritual da religião cristã católica ucraniana de rito bizantino. Um fator ímpar nessas celebrações são as músicas litúrgicas que são cantadas sem acompanhamentos instrumentais, valorizando-se a sonoridade da voz.

A música litúrgica tem como principal instrumento a voz, visto a ausência dos instrumentos musicais durante as celebrações. Tradicionalmente, todos os ofícios religiosos são celebrados por meio de cantos entoados por celebrantes, diáconos, coros, cantores e fiéis. (BABBAR, 2008, p. 41)

Esse aspecto da celebração colabora para que a atenção dos fiéis esteja centrada na liturgia da pa-

lavra, no significado da oração cantada, não se distraíndo com o som produzido pelos instrumentos. Sobre cantar sem instrumentos Natália Onesko afirma que

Na igreja ucraniana uma das coisas mais bonita são os cantos, por que se você ouvir os cantos ucranianos não tem instrumentos, mas tem algo diferente! A melodia só da voz é muito bonita, parece que penetra nossos corações e cantamos com mais fé. (ENTREVISTADA 2)

De acordo com o relato oral, na capela São Miguel Arcanjo a música litúrgica segue a tradição de ser cantada sem acompanhamentos instrumentais e isso é motivo de orgulho e de entronização dos ritos praticados nas missas. Porém os fiéis que frequentam essa pequena igreja não vivenciam as particularidades da religião materna semanalmente como ocorre na maioria das igrejas orientais católicas ucranianas. Como já mencionado anteriormente, o padre celebra a liturgia e os sacramentos quinzenalmente, pois a Paróquia Nossa Senhora da Glória a qual pertence a capela possui poucos padres para atender várias comunidades. Isso colabora para que esses sujeitos frequentemente também a Igreja católica de rito latino de Ariranha do Ivaí. Nas palavras da Senhora Estefânia

Estar na igreja católica possui o mesmo significado de fé, mas se ficar muito tempo sem missa na nossa capela ucraniana a gente sente falta, a gente acostumou ali desde criança! Parece que assim sabe! Na nossa igreja a gente vai e fica livre, parece que somos os donos da Casa! (ENTREVISTADA 4)

Neste mesmo sentido a entrevista 2 afirma que

Estar na Igreja Católica é estar vivenciando a fé em Deus, porém a missa ucraniana é muito bonita, mesmo que você não entenda a língua ucraniana você vai à missa e sai de lá renovada. É também preservar todo um conhecimento dos antepassados que vieram da Ucrânia! (ENTREVISTADA 2)

Percebe-se que esses sujeitos mesmo convivendo com os católicos romanos de rito latino e assimilando alguns hábitos e costumes culturais, mantém suas peculiaridades principalmente relacionadas aos ritos religiosos. A perpetuação da ritualidade católica ucraniana é uma forma de manter a identidade étnica do grupo. Terrin (2004, p. 19-20) afirma que:

Quando se usa o termo “rito”, faz-se referência a uma ação realizada em determinado tempo e espaço. Trata-se, pois de ações rituais realizadas no seio de uma religião ou de uma cultura e reconhecidas como tais. Trata-se de ações diferentes de ações da

vida ordinária e se distinguem do comportamento comum.

O ritual que se destaca entre o grupo pesquisado é o da celebração da Divina Liturgia Pascal, um momento único onde ocorre a conexão do grupo com um mundo simbólico.

Não há dúvida de que o rito é, principalmente e de maneira prioritária um ato de adoração, um momento de expressão de um “Todo”, no nível comunitário, um ato de culto que tem a sua direção intencional metaempírica e, como tal, é capaz de unificar de maneira profunda a experiência do real. É direta ou indiretamente um “voltar se para outro” ou, pelo menos, um sentir, através do estar e do fazer juntos, “que no sentido do mundo está fora do mundo”. (TERRIN, 2004, p. 35-36)

É estar no espaço da ação ritual, unidos em um sentimento singular e indivisível que não se encontra em um mundo concreto e sim em um espaço único de fé, além das fronteiras do real. Dom Volodemer Koubetch (s/d, p. 1) narra que “O rito é o patrimônio litúrgico, teológico, espiritual e disciplinar, distinto da cultura e das circunstâncias históricas dos povos e que se expressa no modo de viver a própria fé de cada Igreja”. Compreende-se então que faz parte da vida e da história desse povo a prática dos ritos religiosos, pois há até mesmo orientações canônicas sobre esses rituais.

Não há pretensão nesse trabalho de descrever o rito em todas suas particularidades, pois em contato com as fontes, principalmente na coleta dos relatos orais, é perceptível a importância na prática dos ritos religiosos católicos ucranianos para esse grupo. Porém, em palavras, definir algo simbólico e tão vivo na fé desses sujeitos é um tanto complexo. Sobre a problemática de uma elucidação conceitual de rito, Terrin (2004, p. 147) expõe que “(...) ele continua sendo fundamentalmente um enigma (...). Há algo que nos escapa e que não conseguimos traduzir, porquanto não conseguimos ‘captar’ todos os verbetes e, sobretudo, parece que não somos capazes de unifica-los”. Talvez aí resida a verdadeira essência do rito. Ser inexplicável, indefinível e pertencer às práticas simbólicas que possuem um sentimento ímpar para quem as pratica em um local próprio para essa ação.

Trata-se do espaço que é organizado pelas ações, pelos gestos e palavras para expressar um contexto; o espaço significativo é, por isso, a performance, a representação, no caso do rito é a celebração tal como ela se desenvolve e como envolve todos os participantes”. (TERRIN, 2004, p. 215-216).

O espaço de prática ritual pascal dos descendentes de ucranianos de Ariranha do Ivaí é a Capela São Miguel Arcanjo, local de culto e encontro com um mundo emblemático. O grupo através da religiosidade e da ação ritual pascal mantém uma constante sintonia que colabora para a perpetuação de sua etnicidade.

A prática do rito da Divina Liturgia Pascal

Os documentos das Igrejas Orientais sublimam e destacam a prática do rito da Divina Liturgia Pascal como o ápice da fé católica ucraniana. O calendário Litúrgico ucraniano é dividido em doze grandes festas, sendo a Páscoa o mais importante desses festejos religiosos¹².

A Páscoa é a primeira festa cristã por importância e antiguidade. Dela desenvolveu-se, paulatinamente, todo o ano litúrgico. As mesmas discussões, surgidas no segundo século entre o Papa de Roma e as cristandades asiáticas, vêm nos confirmar que a celebração da Páscoa remonta aos tempos apostólicos. Segundo as prescrições emanadas do Concílio de Nicéia no ano 325, o prazo dentro do qual se pode celebrar a Páscoa, conforme os cálculos astronômicos vai de 22 de março a 25 de abril. (DONADEO, 2000, s/d).

A Páscoa é uma ação ritual que podemos entender como “simbólica religiosa repetida, torna-se o momento de realização de um tipo mais suave de meditação (...) “pausa simbólica” em relação ao tempo profano”. (TERRIN, 2004, p. 247). É o momento de desligar-se do mundo real e conectar-se a uma dimensão superior. É meditar o mistério da morte e ressurreição de Cristo de maneira indefinível.

Sobre a celebração da Páscoa

Dentro da espiritualidade até mesmo da igreja católica é a Páscoa a maior festa religiosa. E para nós ucranianos é a Páscoa a grande festa da igreja! Mesmo aqui que é uma comunidade pequena, mesmo na nossa simplicidade, a missa da Páscoa, por exemplo, se não tiver a missa da Páscoa, não tem Páscoa! Não tem sentido! Para nós a Páscoa é ir à missa! (ENTREVISTADA 2)

A festa da Páscoa e a festa da Vitória da vida sobre a morte.

Cristo Venceu a morte o pecado e nos deu a vida eterna! Vivenciamos a nossa fé com grande júbilo

e alegria desta vitória de Cristo! (ENTREVISTADO 1)

É possível perceber nos relatos uma conexão não só com o simbólico como também com a tradição católica ucraniana, sendo assim uma manifestação étnica. Nesse mesmo sentido a Senhora Ana Onesko afirma que

Quando é Páscoa, desde o início da missa o Padre fala ‘Khrestós voskrés!’, Ou seja, ‘Cristo ressuscitou!’ Muitas vezes se repete Khrestós voskrés! A Igreja parece que se enche daquele canto! (Cristo ressuscitou). Nossos corações se enchem de alegria. Muito bonito! Muito Bonito!” (ENTREVISTADA 3)

Quando a entrevistada se refere à igreja como local que se enche de alegria, é possível situar a capela como o ambiente onde o rito da Páscoa acontece, pois “(...) o espaço deve ser capaz de interpretar as palavras, os gestos e as ações da liturgia, de modo adequado. Somente assim se tem uma correspondência entre espaço significativo e ação litúrgica” (TERRIN, 2004, p. 218). São ações ecoadas anualmente no mesmo lugar organizado para essa prática e estar nesse local religioso faz com que o grupo mantenha laços identitários reforçados através da fé.

Em relação à ação ritual ocorrer em um mesmo espaço de forma repetida anualmente, pode-se entender que

A Liturgia celebrada pela Igreja continua e atualiza a obra salvífica de Jesus Cristo na Igreja e no mundo, hoje e em todos os tempos. A liturgia não ‘repete’ mas continua a mesma obra salvífica de Cristo realizada uma vez para sempre na cruz e na ressurreição”. (SCHILLER, 2008. P. 15).

Compreende-se que não se trata de uma reprodução e sim uma prática ritual ininterrupta. Solenizar a Divina Liturgia Pascal não é apenas a reprodução da morte e ressurreição de Cristo, e sim um *continuum* do ato de salvação. É sempre ter uma nova oportunidade de renascer para uma vida nova, possuir uma vida organizada através da fé.

Celebrar a Páscoa é toda alegria da ressurreição! Para nós é um significado muito grande! É a ressurreição! É a vida! (ENTREVISTADA 2)

É um sentimento próprio de um povo que possui uma trajetória religiosa única e um sentimento indivisível da identidade do grupo. A celebração da Divina Liturgia Pascal possui em sua essência orações e ritos próprios para essa festa. Entre as prele-

12 Disponível em <http://www.eparquiaucraniana.com.br/eparquia/arquivos/PDF/PastoraiseMovimentos/PastoralLiturgica/instrucoesparaasigrejascatolicasorientais.pdf>. Acesso em 12/01/2014.

ções que os fiéis fazem estão as Antífonas, que são salmos cantados. Durante a Páscoa as letras desses salmos discorrem sobre a Ressurreição de Cristo. Há também os Tropários que significam “melodias” ou “cânticos” curtos e com letras poéticas que se referem à Festa do dia. Na Páscoa as letras enfatizam a ressurreição de Cristo. (SCHILLER, 2008).

Outro aspecto que vale ser destacado é a quantidade de vezes que os fiéis repetem com ênfase na voz e demonstrando alegria, “*Khrestós voskrés*”, que em português, significa “Cristo ressuscitou”. A ressurreição de Cristo é o motivo fundamental da alegria da festa pascal e durante a celebração da ressurreição de Cristo os fiéis se ajoelham inúmeras vezes em sinal de humilhação e respeito a Cristo.

Na Capela São Miguel Arcanjo a prática ritual da Divina liturgia Pascal ocorre no sábado de aleluia, no período da tarde, realizando-se no final da celebração a benção dos alimentos. Sobre essa benção, Burko (2010, p. 35) reflete:

(...) na época de Páscoa, tempo de maior importância para os cristãos. Época em que nós, descendentes de ucranianos, temos o costume de, no sábado que antecede a ressurreição, benzer alguns alimentos, que são a “Paska”, um pão decorado, “kubaça”, lingüiça, “krin”, uma raiz extremamente forte, conhecida na Ucrânia por rábano-de-cavalo, requeijão, manteiga, leitão assado, “pêssankas”, ovos cozidos, sal etc. A parte religiosa é toda cheia de simbologia.

As pêssankas também fazem parte da Páscoa ucraniana.

Pêssankas são “ovos escritos”, pois a palavra deriva do verbo pessati que significa escrever. Nas pêssankas, cada traço, figura e cor têm significados especiais – por exemplo, as figuras de peixes remetem ao cristianismo, as de flores, ao amor e à felicidade, as de animais, como o cavalo, à riqueza e à saúde. O roxo, na pêssanka, é a cor da alta vibração e representa a fé e a confiança, o amarelo é a cor consagrada às divindades da luz - lua e estrelas – e simboliza pureza e luz, boa colheita e sabedoria, e assim por diante. (...) No Brasil, estão presentes na produção atual, conservando significados que expressam a intenção daquele que faz da pêssanka objeto para presentear parentes e amigos. (IPHAN, 2010)

Durante as entrevistas os descendentes de ucranianos não só expuseram a coleção de pêssankas que possuem como também presentearam a pesquisadora, desejando assim bênçãos para sua vida. A importância desses “ovos escritos” (IPHAN, 2010) se justifica por serem abençoadas com os demais alimentos que compõe a cesta. Na celebração

da Divina Liturgia Pascal de 2013 foi possível presenciar a benção dos alimentos que começaram a ser preparados alguns dias antes da Páscoa. As cestas estavam todas decoradas com panos bordados típicos ucranianos. Além dos alimentos tradicionais, também havia nas cestas ovos de chocolate e bombons. Essa benção possui significado simbólico para os descendentes de ucranianos.

Guardamos no freezer a casquinha da Paska¹³ e na época da semeadura lançamos sobre a terra. As plantas nascem vistosas, dá para ver qual roça onde foi lançada a Paska e qual não foi! (ENTREVISTADO 3).

Essa benção é esperada o ano todo, pois proporciona aos fiéis uma espécie de proteção e amparo, recebendo assim graças em todos os âmbitos de suas vidas. O relato acima elucida a prosperidade alcançada através do pão benzido lançado sobre as plantações. É um rito que vem sendo praticado de geração em geração.

Nossos fiéis tem o costume de trazerem os alimentos para a igreja para ser abençoados pelo sacerdote. Isso não mudou! Os fiéis continuam a trazer as cestas! (ENTREVISTADO 1)

A tradição é milenar e a cesta é um carinho especial da alegria da ressurreição! Você não coloca na cesta um alimento de qualquer jeito. A preparação acontece antes e com todo cuidado. Faz-se o pão doce, as pêssankas e os demais alimentos. Se não fizer assim não tem graça! Não é Páscoa! Se não for bento pelo padre parece que não tem valor. (ENTREVISTADO 3).

Observa-se que a preparação das cestas com alimentos também faz parte do ritual pascal. Desde o cuidado no preparo dos alimentos, até a ornamentação. No dia da celebração pascal há também um rito de preparo para participar da celebração da Divina Liturgia Pascal.

No sábado de aleluia jejuamos, não temos o hábito de comer carne. Fazemos penitência até na hora da missa. Voltamos da missa jantamos normal, mas não comemos carne. Também não temos o hábito do baile do sábado de aleluia. A família já sabe que dia de Páscoa eles têm que levantar bem cedo e todo mundo vem para tomar o café com os alimentos abençoados na missa do sábado de aleluia. (ENTREVISTADA 2).

Essa ação ritual já explicitada é uma prática que é transmitida de geração em geração e possui uma explicação nas palavras de Terrin (2004, p. 302- 303)

13 Paska é um pão doce decorado que compõe a cesta de alimentos que são abençoados da Celebração da Páscoa.

(...) ao observar os ritos podem constatar que esses são sempre os últimos a se modificar. Podem se passar milênios antes que um ritual seja afetado, mesmo que a língua já tenha modificado-se, transformando-se, mesmo que os costumes já sejam diferentes, a ponto de os ritos não serem mais compreensíveis. (...) O caráter fixista do rito pode contemplar (e de fato contempla) uma certa mobilidade e adaptabilidade, embora dentro de uma estabilidade de fundo.

O rito não fica imune às alterações que ocorrem no tempo, porém é afetado mais lentamente. As práticas rituais pascais ucranianas sofreram algumas modificações, porém a essência simbólica do rito mantém-se viva, renovando-se continuamente.

Permanências e ressignificações dos rituais pascais

Devido ao padre se deslocar quinzenalmente da Paróquia Nossa Senhora da Glória de Pitanga para celebrar na capela São Miguel Arcanjo em Ariranha do Ivaí, os fiéis habituaram-se a frequentar a igreja católica latina semanalmente. Sendo uma ação natural para eles celebrar a Páscoa tanto no rito ucraniano como no católico

No sábado de aleluia temos nossa celebração pascal na Capela São Miguel Arcanjo e a noite vamos à missa na igreja católica latina. Celebrar no rito católico ucraniano e no rito latino faz parte da nossa Páscoa! (ENTREVISTADA 2)

Essa convivência intercultural religiosa colabora para que esses sujeitos assimilem elementos do ritual católico latino, como as canções religiosas, e os incorporem em sua prática do ritual pascal ucraniano. Observou-se na celebração da Divina Liturgia Pascal de 2013 na capela ucraniana que vários cânticos da igreja católica latina fizeram parte do ritual. Terrin (2004, p. 388) comenta que "(...) viver em espaços e lugares diferentes quase que simultaneamente se torna, hoje, um fator originário de dispersão e de fragmentação ritual". Não que a ação ritual desse grupo étnico tenha se dissolvido com tempo, porém participar em duas igrejas de ritos diferentes faz com que essas pessoas atribuam um novo significado ao rito.

Percebe-se que existe, entre eles, um sentimento de união, pertença e de identidade, mesmo que a convivência com outras culturas seja constante. Vale lembrar que quando culturas distintas convivem num mesmo espaço e tempo, como ocorreu com os imigrantes e ainda ocorrem com os descendentes de ucranianos, algumas práticas cotidianas se modificam. (SKAVRONSKI, 2013 p. 9)

A união e o sentimento de pertencimento do grupo se mantêm, mesmo que de forma ressignificada. Outro fator que colaborou para que se alterasse o rito da Páscoa é o fato da língua ucraniana com o tempo deixar de ser praticada e compreendida por muitos dos descendentes de ucranianos.

Aqui na Capela São Miguel Arcanjo se fosse para cantar uma missa em ucraniano já não se teria mais missa, porque não tem mais quem canta mesmo. Tivemos que passar a fazer as missas rezadas em ucraniano, só rezava não cantava (em ucraniano.) Daí foi chegando uma época que não tinha gente para responder as orações em ucraniano, era duas, três pessoas que respondiam as orações na missa, por isso que de uns dez anos para cá, mais ou menos em 2003 foi se readaptando para o português, porque daí você vai na missa e se tem trinta ou quarenta pessoas todas participam. (ENTREVISTADO 2).

Muitos fiéis respondiam sem entender o significado das palavras, sendo assim foi necessária a tradução da missa. Esse fato apresenta-se como decisivo na forma de celebrar a Páscoa na última década. Confrontando o livro litúrgico (2003) utilizado pelos fiéis na prática da Divina Liturgia Pascal, ainda escrito todo em ucraniano com o livro utilizado no ano de 2013, onde a celebração do rito pascal já está traduzida, percebe-se que a estrutura permanece, mas a tradução não possibilita manter intacta a essência da língua ucraniana.

Igual, igual não é! Se você traduzir uma música em inglês ao pé da letra, não tem sentido. É a mesma situação com a tradução ucraniana para o português, se traduzir ao pé da letra não tem sentido, tem muita coisa que ficou diferente! A liturgia se mantém! O que mais pesou nas mudanças foi questão da tradução! (ENTREVISTADA 2)

As novas gerações não compreendem a língua ucraniana e quando participavam da missa repetiam as orações sem entender o significado das palavras proferidas.

Antes da tradução da missa muitas pessoas até respondiam em ucraniano, mas nem sabia o que significava, os mais novos foram deixando de frequentar a igreja, não fazia sentido, não entendiam o que era rezado, por isso a Igreja teve a permissão do Bispo para traduzir a missa. (ENTREVISTADO 3).

Em relação à tradução das músicas litúrgicas, os fiéis demonstram um sentimento de perda, pois não é possível cantar com versos e rimas como em ucraniano a mesma letra em português. Segundo as fiéis entrevistadas, vários Tropários da celebração da Divina Liturgia pascal quando traduzidos para o português, ficam desconexos ao cantar no mesmo

ritmo. Assim, perde a beleza do canto.

Trecho do Tropário em ucraniano:

Khrystos voskres iz mertvykh ,
peremih smert' zi smertyu ,
ti , khto buv u mohyli.
Khrystos viddav Svoye zhyttya !
хліб життя (PÃO DA VIDA, 2003)

Em português:

Cristo ressuscitou dos mortos,
venceu a morte com a morte,
aos que estavam no túmulo.
Cristo deu a Vida!
(DIVINA LITURGIA, 2013)

Percebe-se a alteração na melodia, e as palavras perdem a combinação em português não mantendo a harmonia com o ritmo¹⁴. Para obter uma melhor combinação de letras traduzidas e ritmo é necessário ensaiar e modificar algumas palavras ou notas musicais. Porém, como o grupo é pequeno e poucos entendem os escritos em ucraniano opta-se, na maioria das vezes, cantar cânticos da igreja católica latina, pois assim, todos participam. Outro fator que se alterou na celebração da Páscoa foi a preparação das pêsankas

Nós não fazemos. Compramos adesivos, mas o tradicional é pintar a mão. Eu ainda sei fazer, mas não tenho tempo de pintar, pois fazer uma pêsanka demora; hoje já não dá mais. (ENTREVISTADA 2).

Ultimamente não pinto mais as pêsankas, meu filho tem trazido de Curitiba prontas feitas com adesivo! Eu sei pintar mais não tenho tempo! (ENTREVISTADA 4).

Quando Natália Onesko (entrevistada 2) diz que na atualidade não é possível mais pintar as pêsankas, os motivos são os inúmeros compromissos com a profissão e com a família. Sendo responsável pela Liturgia e também pela conservação da Capela colabora para que seu tempo seja escasso. Sua mãe Ana Onesko devido à idade avançada diz não possuir mais firmeza nas mãos para colori-las. Os filhos e netos não aprenderam a técnica, portanto, a cada ano menos pêsankas são preparadas manualmente. A Sra Estefânia (entrevistada 4) também narra que a

falta de tempo é o principal motivo para não preparar “ovos escritos” (IPHAN, 2010) artesanalmente. Os filhos e netos também não desenvolveram a técnica.

Assim como a pintura de pêsankas sofreu modificações, também as alterações com a tradução da Divina Liturgia foram sentidas por esse povo, porém o sentido da prática ritual e a fé permanecem.

Mudou tudo! Eu penso que mudou tudo! Mas para quem tem fé o sentido não perde nunca. A juventude hoje não gosta mais de ir na igreja, para você conseguir levar um jovem para a igreja é difícil! (ENTREVISTADA 4)

A capela mantém a liturgia de São João Crisóstomo em sua estrutura. Mesmo com a tradução e os elementos incorporados da religião católica latina, na missa da Páscoa se entoa muitas vezes “Khrystos voskres” (“Cristo Ressuscitou”). Essa frase todos os descendentes de ucranianos aprenderam e até mesmo as crianças sabem que o significado reside na ressurreição de Cristo. Sendo assim, a Páscoa em sua essência que festeja a ressurreição de Cristo contribui para que alguns traços da língua ucraniana permaneçam. Observa-se que as identidades cada vez mais são (...) “fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas”. (HALL, 2000, 107-108). A identidade étnica do grupo não permanece estática, porém não perde seus traços ligados a celebração da grande festa ucraniana vivenciada na Páscoa.

E é através desse processo de identificação e de pertencimento que percebemos a preservação dos rituais religiosos entre os descendentes de ucranianos como elo entre o passado e o presente. (SKAVRONSKI, 2013, p. 05)

Apesar dos novos elementos assimilados ao ritual, os traços que conectam esse grupo aos seus ascendentes ucranianos permanecem, ainda que de forma ressignificada, vivos entre essas pessoas.

Algumas Considerações

O objetivo deste trabalho foi analisar as permanências e ressignificações dos ritos da Divina Liturgia Pascal entre os descendentes de ucranianos de Ariranha do Ivaí. Através das fontes orais e documentais foi possível iniciar uma discussão em torno do grupo étnico focalizado nesse estudo. As

14 Maria Onesko, tradutora dos livros litúrgicos e de cânticos ucranianos de 2003. Durante a tradução cantou alguns cânticos e Tropários utilizados na celebração pascal. Observou-se que é preciso adaptar a letra para que combine com a melodia.

lembranças dos descendentes de ucranianos é ressignificada através dos relatos das suas práticas religiosas e é possível identificar na experiência cotidiana dessas pessoas, o que muitas vezes não é perceptível, numa sociedade de rápidas transformações. (SKAVRONSKI, 2013, p. 6-7). Foi possível através das entrevistas, captar a ligação que o grupo estudado possui com seu passado e com seus ascendentes.

A pesquisa não apresenta resultados definitivos, pois sabemos que a história nos proporciona várias interpretações sobre um determinado fato. Mas pôde-se observar que novos significados são evidenciados na prática ritual da Páscoa praticada na Capela São Miguel Arcanjo. Percebeu-se com a pesquisa que o preparo para celebrar o rito da Páscoa permanece, mesmo que na atualidade a maioria dessas pessoas não preparem mais as *pêssankas* artesanalmente. Contudo, o hábito de presentear as pessoas com esses ovos pintados desejando bênçãos persiste.

As cestas de alimentos continuam com um amplo significado simbólico, sendo que seu preparo inicia dias antes da Páscoa. Alguns alimentos foram acrescentados como os ovos de chocolate e os bombons. A força da fé e a certeza de que esses alimentos durante ano poderão abençoar todos os âmbitos da vivência dessas pessoas permanece. O jejum e o ritual que precede o ritual da Páscoa ainda são praticados com dedicação, e a alegria da fé se mostra nos olhos desse povo que frequenta a capela São Miguel Arcanjo que possui como diferenciador étnico identitário, a religião.

Por fim, pode-se compreender que mesmo assimilando vários elementos identitários de outros grupos, os descendentes de ucranianos de Ariranha do Ivaí mantêm seus traços étnicos que são únicos, apesar de ressignificados, na prática do ritual da Divina Liturgia Pascal.

Fontes Primárias:

LACHOVICZ, Antônio. Entrevista concedida à Fernanda Mazuco em 04/02/2014. Acervo da pesquisadora.

ONESKO, Natália. Entrevista concedida à Fernanda Mazuco em 12/02/2014. Acervo da pesquisadora.

ONESKO, Ana. Entrevista concedida à Fernanda Mazuco em 12/02/2014. Acervo da pesquisadora.

MESKIU, Estefâna B. Entrevista concedida à Fernanda Mazuco em 12/02/2014. Acervo da pesquisadora.

Referências:

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BABBAR, L. J. **Características, transformações e adaptações da música religiosa ucraniana no Paraná**. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Departamento de Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras** (1969). In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 187-227.

BURKO, P. V. N. **A imigração ucraniana no Brasil**. 2. ed. Curitiba: OSBM, 1963.

BURKO, V. **História de Vassílio**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2010.

BORUSZENKO, O. A imigração ucraniana no Paraná. In: **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**: Colonização e migração. São Paulo, 1969.

FALCON, F.J.C. **A identidade do historiador**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.9, n 17, 1996, p. 07-30.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Pêssankas**: tradição ucraniana em cartaz no Espaço da Cultura Popular. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=1518&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em 15 mar 2014.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PESAVENTO, S. J. Fronteiras da ficção: Diálogos da História com a Literatura. In: **Revista de História das Ideias. História e Literatura**, Coimbra: v. 21,

p. 33-57, 2000.

PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SCHILLER, S. **Nossa Liturgia**: comentários à Divina Liturgia de São João Crisóstomo. Curitiba: Edições Brasilianas, 2008.

SKAVRONSKI, M. I. A. Rezar e Benzer: Os rituais Sagrados e suas Representações para os Descendentes de Ucrânicos de Prudentópolis - PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E CULTURA-IDENTIDADES E REGIÕES I., 2013, Irati. **Anais eletrônicos - resumos e artigos completos**. Irati: UNICENTRO, 2013.

TERRIN, A. N. **O rito**: antropologia e fenomenologia da ritualidade. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2004.

br/eparquia/arquivos/PDF/PastoraisMovimentos/PastoralLiturgica/instrucoesparaasigrejascatolicasorientais.pdf>. Acesso em 20 de fev. 2014.

PÃO DA VIDA. Paróquia Nossa Senhora da Glória. Pitanga-PR, 2003.

PREFEITURA Municipal de Ariranha do Ivaí. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ariranhadoivai.pr.gov.br/portall/municipio/historia.asp?idMun=100141024>>. Acesso em 13 de mar. 2014.

PREFEITURA Municipal de Ivaiporã. **História do Município**. Disponível em:<<http://ivaipora.org/cidade/historia-do-municipio/>>. Acesso em 12 de mar. 2014.

Fontes Secundárias

CALENDÁRIO, Prudentópolis, 1971.

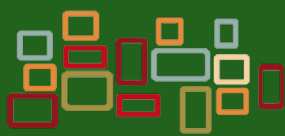
DIVINA LITURGIA de São João Crisóstomo no Rito Ucrâniano. Paróquia Nossa Senhora da Glória. Pitanga-PR, 2013.

DONADEO, M. **O ano Litúrgico Parte I**. Três Ciclos do Ano Litúrgico Bizantino. 2000. Disponível em<http://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/ano_liturgico_1a>. Acesso em 12 de mar 2014.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico**: Ariranha do Ivaí. Disponível em< <http://cod.ibge.gov.br/2LRXP> >. Acesso em 10 de fev. 2014.

KOUBETCH D. V. **Eparquia São João Batista**: Identidade e História. Disponível em <<http://www.eparquiaucraniana.com.br/eparquia/arquivos/PDF/eparquia/IdentidadeHistoria.pdf>>. Acesso em 20 de fev. 2014.

KOUBETCH D. V. **Eparquia São João Batista**: Instruções para a aplicação das prescrições litúrgicas do Código dos Cânones das Igrejas Orientais. Disponível em:<<http://www.eparquiaucraniana.com>.



Ateliê de História

Palavras - chave:
Sociabilidades.
Congonhinhas. História Oral.

A PRESENÇA DO MST NO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS (1999-2012)

Junahil Ferreira Mainardes ¹

Lucas Patschiki ²

INTRODUÇÃO

Resumo: O presente artigo buscou analisar porque no município de Congonhinhas-PR foi permitida uma incorporação menos problemática do MST à sua dinâmica. A pesquisa procurou analisar como se deu o processo de socialização entre os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os moradores da área urbana do município e quais foram as transformações sociais, culturais e econômicas ocorridas no espaço local de Congonhinhas a partir da ocupação dos integrantes do movimento no ano de 1999, formando nos anos posteriores os assentamentos de Carlos Lamarca, Robson de Souza, Roximi e Rosa Luxemburgo. Esses assentamentos constituídos por famílias do município de Congonhinhas e de outros municípios da região foram ao longo do tempo se integrando a população do município e atualmente essas famílias estão totalmente integradas à comunidade e participam de todas as decisões importantes do município. Através do uso das técnicas da História Oral, o presente trabalho procurou compreender o processo de socialização entre os diferentes grupos a partir da visão de quatro colaboradores, o líder do MST, Márcio Leandro Conrat, a secretária do MST e também assentada, Márcia, a comerciante e professora municipal Marlene Aparecida de Paiva Rosa e o assentado Lourival Pedro da Silva para tentar explicar porque em Congonhinhas a atuação do MST foi vista como um marco histórico para o município.

A presente pesquisa abordará introdutoriamente estas mudanças ocorridas com a chegada do MST, entendendo que a vinda dos assentados para o município passou a ser um marco histórico, por trazer significativas na organização social, política e econômica do mesmo.

As contribuições apresentadas por esta pesquisa consistem na difusão de novos conhecimentos e abordagens, bem como na reflexão crítica sobre as perspectivas do desenvolvimento econômico, social e político do Município de Congonhinhas como fruto da integração dos assentados a população do município e a ampliação da agricultura familiar.

Nosso objetivo foi o buscar compreender o motivo do MST sofrer uma incorporação menos problemática na dinâmica social do município, portanto, também pontuando as transformações ocorridas. A pesquisa procurou compreender as mudanças a partir da visão dos integrantes do movimento e da população local para visualizar as representações que os integrantes do MST e a população local construíram sobre os processos desencadeados a partir da criação dos assentamentos e da integração dos novos habitantes ao longo de treze anos da presença do movimento.

Para tanto recorremos ao uso da metodologia da história oral, que possibilitou o contato e o diálogo com os sujeitos que fizeram parte deste processo a fim de perceber as memórias e narrativas na luta pela terra e como estas intenções do movimento são percebidas também pelos não-integrantes da localidade. Esta abordagem metodológica quando baseada na historiografia e nos princípios éticos recomendados à criação intencional de fontes, nos permite análise qualitativa do caso estudado - diferente de outras fontes, ajudou a “captar” o ocorrido a partir da percepção dos colaboradores.

Para Cruikshank (1996, p. 151) a história oral é uma expressão mais especializada, que em geral se refere a um método de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular. Através das entrevistas foi possível “*levantar questões sobre aspectos da experiência do colaborador a respeito dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente*” (PORTELLI, 2001, p.12). Garrido (1992, p. 40) refletindo sobre as contribuições do registro oral, considerado por este autor como fontes orais para fazê-lo se históricos, ao salientar a diferenciação deste documento das fontes escritas, afirma:

Em boa medida, o registro oral, de uma forma mais direta do que o escrito - por aquilo que tem de involuntário no sentido de não ser selecionado para a posteridade - pode oferecer, eventualmente, estruturas de compreensão alternativas às elaboradas a partir do trabalho exclusivo com as fontes escritas. O que parece evidente é que, pelo

¹ Graduada em Licenciatura em História pela UEPG/UAB. E-mail: junahil@hotmail.com

² Orientador. Doutorando em História/UFG. Mestre em História/UNIOESTE. Bacharel em História/UEPG

menos, podemos aceitar que pode e deve haver um diálogo, uma relação/integração dialética entre os dois.

Para o autor o registro oral ofereceu à medida que contribuiu para o entendimento das relações estabelecidas entre os assentados no interior do processo de lutas orquestrado pelo MST, e as suas relações de luta que no processo de socialização com a vida urbana e a conquista de espaços e direitos. Assim, o método visou trazer à tona vozes que não seriam de outro modo escutadas e por compreender que a mesma atende aos objetivos propostos.

Para pensar as transformações ocorridas no espaço local a partir da chegada e consolidação do MST na cidade elegemos como referencial teórico-metodológico os estudos de E. P. Thompson, tendo como eixo de análise os estudos de Vendramini (2004) e Moraes e Müller (2003).

Para Thompson (1978, apud Müller e Moraes, 2003, p. 337), “homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem a experiência tanto no âmbito do pensamento como no âmbito do sentimento”. Ele divide essa experiência na experiência vivida e na experiência percebida. Para o autor a única maneira possível de se explicar as mudanças históricas é analisando os fatos que ocorrem de forma independente da consciência ou intencionalidade na vida do ser social que resultam na experiência vivida pelo mesmo. Segundo Thompson, essa experiência vivida provoca mudanças que dão origem a uma nova consciência ao mesmo tempo em que exerce pressões sobre a consciência social existente.

Neste sentido, a chegada e consolidação do MST no município de Congonhinhas foi um fato independente que resultou na experiência vivida pelos moradores do município que gerou uma nova consciência dos moradores do município sobre o seu espaço local, modificando também a própria história da sociedade congonhense.

Selecionamos um grupo de entrevistados constituído por quatro pessoas identificados no trabalho como colaboradores 1, 2, 3 e 4. O grupo foi constituído pelo líder do MST, Marcio Leandro Conrat, 36 anos (colaborador 1), pela secretária do movimento Márcia, 20 anos (colaboradora 2), pela comerciante e professora municipal Marlene Aparecida de Paiva Rosa, 51 anos (colaboradora 3) e pelo senhor Lorival Pedro da Silva, 51 anos (colaborador 4), ex-morador da área urbana de Congonhinhas que atualmente reside com a família no assentamento Rosa Luxemburgo.

Para interpretação das fontes orais foi retomado

a perspectiva apontada por Martins (1993, p.32) ao discutir os códigos de linguagem dos entrevistados: “uma linguagem que oculta e revela [...] o que é dito nem sempre corresponde ao que é feito, e o que é feito nem sempre se espelha no acontecido”. E afirmamos o cuidado necessário para o levantamento dos problemas, a busca dos sujeitos da pesquisa garantindo assim que as entrevistas pudessem oferecer as contribuições necessárias para se compreender como foi o processo de integração do MST ao município de Congonhinhas e quais transformações que ocorreram no espaço local a partir da chegada e da consolidação do MST na cidade.

O nosso objetivo não está na experiência de vida destas pessoas, mas sim, em relação ao acontecimento da chegada e consolidação do MST na cidade. Para tanto, identificando as transformações que ocorreram no espaço local a partir da chegada e da consolidação do MST na cidade.

O município de Congonhinhas

Nossa hipótese é que se para os moradores do município de Congonhinhas a presença dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na área rural do município possui uma conotação positiva, isso está relacionado ao fato de que depois que o movimento chegou à cidade houve um aumento no número de habitantes do município e um aumento no giro do dinheiro investido no comércio local ajudando a reverter o quadro de estagnação que assolou o município na década de 1970, período em que a economia da região entrou em declínio levando muitos municípios da região a entrar num período de estagnação econômica e queda populacional.

O município de Congonhinhas foi criado originou a partir do desmembramento de São Jerônimo da Serra e foi instalado como município em 20 de março de 1945, o município possui uma área territorial de 532,329 km² e é uma das cidades da região do Norte Pioneiro, que de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2007, p. 13):

[...] está localizado em uma área de transição entre o Segundo e Terceiro Planalto paranaenses e abrange uma área de 10.436,35 km², que corresponde a cerca de 5,2% do território estadual [...]. Esta região faz divisa ao norte e oeste com o território Cornélio Procopio; ao sul, com os territórios Caminhos do Tibagi e Ponta Grossa; e ao leste, com o estado de São Paulo. O território é constituído por 29 municípios: Abatiá, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Marink, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Nova

Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, Sapopema, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz. Esse conjunto de municípios reúne 306.502 pessoas, representando 3% da população estadual.

Os municípios dessa região nasceram no período de expansão do café na região do Norte do Paraná, no geral eles são formados por migrantes vindos principalmente de Minas Gerais, São Paulo e da Bahia. Esses municípios tiveram o seu auge de desenvolvimento durante as décadas de 40 e 50 decaindo depois no decênio seguinte, quando a maior parte dos municípios do Norte Pioneiro entrou num período de estagnação da economia devido à crise do café. Segundo Steca e Flores (2008, p. 197):

Os municípios dessa região nasceram no período de expansão do café na região do Norte do Paraná, no geral eles são formados por migrantes vindos principalmente de Minas Gerais, São Paulo e da Bahia. Esses municípios tiveram o seu auge de desenvolvimento durante as décadas de 1940 e 1950 decaindo depois nas décadas de 1960 e 1970 quando a maior parte dos municípios do Norte Pioneiro entrou num período de estagnação da economia devido à crise do café.

Com isso, a população que estava concentrada principalmente na área rural dos pequenos acabou migrando para centros maiores levando a região a passar por um processo de estagnação econômica que tem como uma das principais consequências a região a queda populacional.

São diversos os motivos da estagnação econômica da região do Norte Pioneiro, mas em todos os municípios eles têm alguns aspectos parecidos, um deles está relacionado à atração que cidades maiores como Londrina exerceram e ainda exercem sobre a população dessa região, levando o rendimento dos pequenos municípios a se concentrar nas cidades maiores, transformando-as em pólos econômicos da região. Outra questão refere-se ao modelo de distribuição de terra que marcou a região e a forma de colonização que caracterizou os pequenos municípios da região desde a sua formação, favorecendo a má distribuição de terras. A maioria dessas cidades foi formada por grandes propriedades rurais que se concentraram nas mãos de poucos, enquanto que o restante da população se tornou mão de obra barata e disponível. Por fim, não poderíamos deixar de assinalar a falta de investimento Estatal na infraestrutura necessária para diversificar a economia local.

A partir da década de 70 os municípios da região começam a sentir a diminuição no número de

habitantes, e como não houve mudanças no modelo da divisão de terras ao longo do tempo, estes conheceram um processo inverso ao que havia ocorrido nas décadas de anteriores: ao invés do município se desenvolver e aumentar a população, ele diminuiu de tamanho e perdeu parte da sua população. Esta passou a migrar para os centros maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Em Congonhinhas, o quadro de estagnação econômica e queda populacional perduraram até o final da década de 90, sendo que só passou a ser revertido quando o MST chegou ao município, promovendo mudanças sociais significativas.

O município e o MST

Para compreender porque para os moradores do município em especial comerciantes, professores e moradores da área de periferia do município a chegada do MST no município foi um marco histórico é preciso levar em consideração que o município antes da chegada do movimento este se encontrava numa situação de estagnação econômica e já havia perdido a grande maioria dos seus habitantes.

O município há décadas vinha sofrendo um processo de queda populacional, em 1970 Congonhinhas contava como uma população estimada em 18.472 habitantes, dos quais a maioria se concentrava na área rural do município, muitos trabalhavam nas fazendas como colonos e também era grande o número de propriedades agrícolas de pequeno porte. No ano de 1999 o município havia perdido mais de 10.000 habitantes.

Essa taxa de evasão do campo para a cidade pode ser observado através dos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sendo que a taxa média anual de crescimento geométrico da população de Congonhinhas apresentou índices negativos nas décadas de 70 e 80 e que só começou a melhorar na década de seguinte, como pode ser observado no quadro 1:

QUADRO 1 - Taxa média anual de crescimento geométrico da população de Congonhinhas:

Período	Índice %
1970-1980	-7,7
1980-1991	-0,6
1991-2000	0,1
2000-2007	1,3

Fonte: http://www.ipardes.gov.br/webis/docs/territorio_norte_pioneiro.pdf. Tabela organizada pela autora

Como pode ser observado no quadro acima o período de 70-80 foi onde apresentou o maior saldo negativo de crescimento populacional, sendo que no período 80-91 esse índice foi menor, mas ainda negativo. O crescimento populacional só começou a ser observado a entre o ano de 00-07, que teve um crescimento de 1,3% na população total do município. Ainda de acordo com o Ipardes (2007), entre o período 00-07, apenas Congonhinhas e Jaboti, ambos municípios com menos de 10 mil habitantes, experimentaram crescimento populacional a um ritmo mais elevado do que o do Paraná, que foi de 1,1%.

O crescimento maior coincide com a chegada do MST ao município. Sendo assim, o quadro de queda populacional que assolava a região começou a se reverter justamente com a chegada do MST e com a instalação dos assentamentos nos anos seguintes atraindo mais famílias que foram sendo integradas ao número de habitantes de Congonhinhas, como pode ser observado no quadro 2 que traz a estimativa da população do município para dez anos.

QUADRO 2 - População estimada por ano, 1999 a 2009 (TCU):

1999	7.579	Estimativa
2000	7.851	Censo
2001	7.857	Estimativa
2002	7.867	Estimativa
2003	7.875	Estimativa
2004	7.891	Estimativa
2005	7.900	Estimativa
2006	7.909	Estimativa
2007	8.552	Estimativa
2008	8.931	Estimativa
2009	9.035	Estimativa

Fonte: http://www.conasems.org.br/conasems_dados/municipios_detalhes.php?mun=410600. Tabela organizada pela autora.

E apesar do município não ter alcançado a estimativa de crescimento populacional estabelecido na tabela, nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o censo realizado em Congonhinhas registrou 8.279 habitantes no município, havendo um aumento de 428 habitantes em relação a 2000. Já a estimativa para o ano de 2011 foi de 8.312 pessoas e a estimativa para 2013 é de 8.648 habitantes, prevendo um aumento de 797 habitantes.

Esse aumento real e aumento da expectativa é a comprovação de que a chegada do MST está ajudando a reverter o quadro de queda populacio-

nal que o município vinha apresentando até então. Isso, porque segundo Marques (2008), a reforma agrária não promove apenas a reintegração social de uma população marginalizada ela transforma espaços onde os assentamentos estão instalados. A demografia, a economia, a composição do público eleitoral alteram-se. Nestes locais eleva-se o consumo, demanda por serviços de créditos, as trocas comerciais, a produção agropecuária em razão do trabalho efetuado onde até então não existia. Essa transformação afeta não só a economia do local, mas ela também promove uma transformação na própria organização da cidade e na autoestima da população como ocorreu em Congonhinhas experimentou uma revitalização do seu espaço local a partir da chegada do MST.

Os assentados e a população local

A história do Movimento dos Sem Terras (MST) no município de Congonhinhas, começou em 1999, mas o movimento já estava instalado na região do Norte Pioneiro do Paraná nos municípios de Sappema, São Jerônimo da Serra e Ibaiti, municípios que são circunvizinhos à Congonhinhas.

Em Congonhinhas o movimento fez a sua primeira ocupação em 1999, quando foi ocupada a fazenda Santa Terezinha, fazenda que era formada por uma área de 649,709 hectares. Esta fazenda tornou-se o assentamento Robson Vieira de Souza em 2004, abrigando 39 famílias. Esta ocupação serviu de base para a segunda, ainda no ano de 1999, quando foi ocupada a fazenda Santa Mônica, que depois de briga judicial tornou-se o assentamento Roximi e atualmente abriga 11 famílias. A terceira, e mais importante, das ocupações no município que ocorreu no dia 21 de abril de 2000 quando os integrantes do MST ocuparam a fazenda Marabá que abrigou mais de seiscentas famílias, uma fazenda de araucária que segundo o líder do MST, Marcio Leandro Conrat estava sendo entregue ao banco. Aqui foram assentadas 138 famílias.

Segundo o colaborador I, liderança do MST, essa ocupação serviu de motivação para que a luta do movimento continuasse em Congonhinhas e para que novas famílias se juntassem ao MST. Para ele,

a ocupação da antiga fazenda Marabá foi um divisor de água na luta do MST e pode ser dividido em antes e depois, por ser uma grande área e ter uma grande referência para a região. A partir do momento que se consegue o assentamento. (10/03/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

A quarta ocupação ocorreu em 2007 quando os integrantes do movimento ocuparam a fazenda Santa Rita e de acordo este mesmo colaborador 1, *“era uma área que o proprietário ofertou para vender para o INCRA, foi um processo rápido e tranquilo. Em 2008 já se conseguiu a emissão de posse e hoje tem 56 famílias assentadas”*.

Totalizando o número de famílias assentadas na área rural, o município conta com 241 famílias procedentes da área urbana do município e de outros municípios do estado do Paraná como Ibaiti e São Jerônimo da Serra, Sapopema, Santa Bárbara, entre outros, famílias totalmente integradas à comunidade de Congonhinhas incorporando a população atual do município.

Segundo os colaboradores as mudanças podem ser facilmente notadas, de acordo com eles, o município voltou a crescer e a população da cidade que vinha sofrendo um processo de defasagem desde a década de 1970, aumentou. Essas famílias ajudaram a promover o aquecimento da economia local possibilitando melhorias para o município.

Para os colaboradores, o fato do dinheiro dos acampados e assentados do MST ser gasto na própria cidade possibilitou um aumento na renda do município e melhorias na cidade. Segundo a colaboradora 3, *“a instalação dos assentamentos ajudou a mudar o ritmo da cidade possibilitando uma melhora na distribuição de renda e a melhora nas condições de vida das famílias”*.

Esta colaboradora, além de professora é também proprietária de uma lanchonete e afirma que depois da chegada do MST ao município o comércio expandiu e ficou praticamente com cara nova. O colaborador 1 destacou que o comércio foi um dos mais beneficiados com a chegada do MST e foram os primeiros a se aproximar dos integrantes do movimento.

De primeiro momento o primeiro apoio que se tem é do comércio local. Seiscentas famílias chegando num município do tamanho de Congonhinhas foi uma diferença enorme para o comércio local. Os comerciantes por não ser nada bobos, perceberam isso e tentaram aglutinar, juntar forças, trazer para perto os integrantes do movimento, demonstrando apoio e também interesse. (10/03/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

Também para algumas famílias que na época da chegada do MST moravam na periferia da cidade, a chegada do movimento foi um divisor de água, como é o caso do senhor Lourival Pedro da Silva, colaborador 4, que ao ser questionado porque ele resolveu se juntar ao MST destacou como motivo a busca de uma

nova perspectiva de vida, segundo ele:

Ah, eu achei que eu poderia mudar para uma vida melhor, mudar socialmente, eu cansei de ser empregado. Enfim, eu conversei com os líderes, arrisquei indo para a fazenda e hoje eu estou sossegado. Hoje eu sinto que é uma vida melhor, mais digna, ela é uma vida tranquila e progressiva. (26/02/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

Isto corrobora a leitura de Vendramini (2005, p. 69), para quem:

A decisão de participar de uma ocupação de terra é o marco inicial do MST. É uma decisão que só é tomada após muitas decepções, as quais se constituem em processos de aprendizagens. Decepção em relação à possibilidade de comprar um pedaço de terra ou de conseguir um emprego. A aprendizagem acontece quando as pessoas têm consciência dessa situação e da necessidade de organizar-se para mudá-la. (26/02/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

Atualmente existem várias famílias do município que a exemplo das famílias dos colaboradores 2 e 3 tomaram a decisão de fazer parte do MST que na atualidade é visto com bons olhos pelos moradores. Mas segundo o colaborador 1, inicialmente as famílias de Congonhinhas tiveram uma resistência inicial em se juntar e apoiar o movimento e até mesmo cogitou-se a ideia de expulsar as famílias do primeiro acampamento:

Houve num primeiro momento um boicote de não aceitar essas famílias, de tentar, junto então do governador da época, Jaime Lerner, o despejo. Mas pela quantidade de famílias e área pertencer ao banco foi mais fácil continuar a luta e conseguir o assentamento. (10/03/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

Essa resistência inicial por parte dos moradores do município pode ser explicada por vários motivos. Segundo Vendramini (2005, p. 70), a ocupação é um ato radical e coletivo, que expressa, envolto em temor e sofrimento a desigualdade social e ela só é possível com uma grande massa de pessoas, com organização, com coesão em torno de objetivos em comum e com lideranças a frente num processo se junta homens, mulheres, crianças, jovens e idosos:

O enfrentamento faz parte da ocupação em meio aos despejos e reocupações. Os trabalhadores que ousam se organizar e confrontar a ordem estabelecida são violentamente reprimidos em suas ações, de diversas formas, desde as físicas até as simbólicas ou invisíveis manifestadas nas expressões e palavras, nas imagens e na desqualificação dos sem-terra e do MST.

Esse processo de desqualificação ocorreu no município de Congonhinhas, o que para o colaborador 1 pode ser explicado pelo receio daquilo que não se conhece. Outro fator que ajuda a explicar essa rejeição inicial e caracteriza essa desqualificação da luta do movimento está relacionado aos boatos que antecederam a chegada das famílias do MST. A notícia da chegada do movimento foi esperada com temor e apreensão pela população, como se pode observar pela fala do colaborador 3: *“foi num domingo de manhã e veio a notícia que viriam várias pessoas, polícia, que iam invadir a cidade, que iam quebrar tudo. Então, os comerciantes fecharam o comércio naquele dia”*.

Esse temor inicial só foi sendo dissipado conforme foi se estabelecendo as relações sociais entre a comunidade local e as famílias integrantes do MST que inicialmente se organizaram em um acampamento na área rural do município, onde foram desenvolvidas as negociações com o INCRA e as estratégias para reivindicar a posse da área ocupada. Segundo Marques (2008, p. 28):

[...] os acampamentos são os lugares iniciais da construção do território camponês, ou seja, do assentamento e do lote familiar. O território conquistado surge como base para outras lutas, tais como reivindicar por políticas de infraestrutura, serviços e financiamento voltados para os assentados.

Ainda de acordo com Marques (2008), os assentamentos estimulam a inserção de parentes e amigos na luta pela terra e neste contexto as visitas e contatos permite a troca de ideias e informações sobre a vida no acampamento, táticas empregadas nas ocupações, formas de organização do assentamento. Segundo Vendramini (2005, p. 74) um ponto essencial que se refere à formação dos sem-terra acampados diz respeito à rede de solidariedade que se cria em torno do acampamento. Pessoas dantes desconhecidas doam alimentos e roupas e manifestam seu apoio.

Esse estímulo pode ser percebido nos assentamentos e acampamentos existentes no município de Congonhinhas, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos existe o estabelecimento de um relacionamento positivo das famílias assentadas com a comunidade da área urbana, segundo os colaboradores o clima é cordial entre ambos os grupos e as visitas são frequentes. Essa cordialidade é destacada pelo colaborador 3, sobre a convivência com as outras famílias assentadas e com a comunidade local:

A relação é cem por cento. Não tem demagogia com ninguém, do jeito que eles [moradores locais] rece-

bem a gente aqui, nós também nós recebemos eles nos assentamentos. Eles vão passear lá, fazer visita. O pessoal é tudo tranquilo, todos nós temos uma boa amizade, tanto lá [Assentamento Rosa Luxemburgo] como nos outros assentamentos, sempre a gente sai visitar os outros assentamentos, fazer visita e fazer reunião. (26/02/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

A cordialidade também é mantida através de regras de convívio de convívio social que são estabelecidas neste espaço, as famílias acampadas para poder permanecer no local devem seguir as regras estabelecidas pelos líderes do movimento. Ainda segundo o colaborador 3:

A vida nos acampamentos é difícil, tem que ser um barraquinho perto do outro. A vida é complicada. Tem horário para se recolher e é expulso do lugar se um cara mexer com a família do outro ou brigar. Tem guarda vinte e quatro horas, o turno é dividido, ninguém entra ou sai sem autorização e é revistado aos entrar, se chega depois das 22 horas não pode entrar mais, tem que ficar conversando com os caras. As visitas são realizadas durante o dia, a noite não pode o máximo que pode entrar ou sair é 22 horas, se estiver lá dentro tem posar lá. (26/02/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

Apesar da rigidez o colaborador 3 entende que essas regras foram necessárias para que a vida no acampamento não virasse uma bagunça. Segundo Vendramini (2005, p. 70), essas regras são necessárias, pois *“a organização e vida num acampamento exige extrema organização, disciplina com regras muito firmes e o aprendizado de viver e organizar a vida junto com outras pessoas, dantes desconhecidas”*. Após o fim das negociações e a decisão da justiça é estabelecido os assentamentos.

Segundo Vendramini (2005, p. 72):

As passagens para o assentamento significam uma vitória, que traz consigo muitos desafios e conflitos. No acampamento estavam mobilizados para a luta pela terra, portanto, tinham algo muito forte em comum: uma trajetória marcada pela desigualdade social e a necessidade de mudar sua condição de vida, de ter trabalho, escola para os filhos e paz. Na nova vida de assentados, depara-se com um conjunto de necessidades que não fazia parte do seu cotidiano, no acampamento e antes dele. São desafiados a assumir tarefas complexas. É preciso planejar a vida e o trabalho, decidir a forma de organização da produção, o que plantar e onde, com quais recursos, fazer projetos para buscar financiamentos.

Neste período, as decisões sobre o que fazer com a terra conquistada cabe ao assentado. De acordo com o entrevistado 4:

Depois que a gente assenta tem o benefício do governo, já vieram três mil reais e pouco e tem mais

um que ta pra vim, mas também vai vir a casa de alvenaria, igual à casa que a gente tinha na cidade, provavelmente até o final do ano. Aí, a casa vinda nós já entramos no PRONAR na faixa de 20.000,00 que é o benefício do governo. Tem três anos de carência para pagar, mas se pagar certinho paga a metade. É uma ajuda que não tem o que reclamar. Aí se a pessoa souber usar esse dinheiro, ele sobre, se não souber ele vai pra baixo. (26/02/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

Mas também nesse espaço existe a presença de regras, elas se tornam mais brandas. Já não se controla mais os horários de entrada e saída, cada um cuida da sua família e do seu pedaço de terra, a interferência da liderança do movimento só ocorre em casos de brigas e conflitos internos. Isto pode ser observada na fala do colaborador 4:

No assentamento tem outra conversa. Se envolver caso de família também é feito o encaminhamento dele e expulso, vê o que resolve sobre o cara. Aí vai pra uma reunião com a coordenação e vê o caminho que pega. Às vezes é expulso, as vezes dá um castigo para o cara para ver se ele ajeita se não acertar aí é rua mesmo. O assentamento é bem organizado, o cara pode sair e deixar a família dele lá. Não é preciso ficar pensando que, eu tô aqui e tenho que cuidar do negócio, a minha mulher vai ficar sozinha lá. Pode largar é bem organizado. (26/02/2014. Congonhinhas. Entrevista feita pela autora).

Em Congonhinhas os assentamentos se constituíram como um importante espaço de luta pela reforma agrária e a grande maioria dos assentados permaneceram na terra, muitas famílias que viviam nas periferias sem grandes perspectivas de melhorias hoje estão na área rural, essas famílias estão cadastradas no programa “Compra Direta”, criado pelo governo federal, segundo o colaborador 4, o que se produz nos acampamentos a Prefeitura Municipal compra.

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o programa foi criado no ano de 2003 e é voltado para a aquisição da produção da agricultura familiar. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, das comunidades indígenas e dos demais povos e comunidades tradicionais, são utilizados para a formação de estoques estratégicos e para a distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos são destinados à doação são oferecidos para entidades da rede de assistência social, usados em restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

Outro fator que possibilitou que houvesse a integração das famílias assentadas foi o estabelecimento de um relacionamento cordial e o interesse que os acampados e assentados e lideranças do movimento demonstram para resolver questões relacionadas a comunidade local. Segundo a colaboradora 3, que, lembremos, é professora municipal: *“nas escolas, eles são prestativos, às vezes tem reunião, eles estão sempre participando, em festas, eles se propõe a ajudar”*.

Segundo Vendramini (2005, p. 77), a presença dos trabalhadores rurais assentados dinamiza a vida nos pequenos municípios eles ajudam a movimentar a economia, interferem na política local, impõem a construção de escolas, exigem a melhorias de estradas, entre outras coisas e o reconhecimento por parte da comunidade de Congonhinhas não se dá somente pela capacidade dos trabalhadores no campo da produção, mas também pelas melhorias conquistadas em outros setores. Segundo o colaborador 1, *“o movimento é um movimento autônomo, ele não é ligado a nenhum partido, as pessoas do MST lutam pelo direito de qualquer cidadão, direito a educação, direito a saúde, a estradas de boa qualidade, já que moramos na área rural”*.

Do ponto de vista dos moradores da cidade, houve muitas melhorias no município e depois da chegada do MST, a colaboradora 3, ela destaca não só o aumento de crianças matriculadas nas escolas, o aquecimento da economia local, como também destaca melhorias na aparência do município. Segundo o colaborador 1, líder do movimento, o período de entre 07 e 09 foi muito importante para o processo de integração das famílias assentadas e acampadas, neste período os acampados e assentados foram para a área urbana do município para ajudar a fazer um trabalho de embelezamento da cidade, ele acredita que muitas pessoas se lembram disso, segundo ele, foi um trabalho que envolveu boa parte da comunidade e que acabou promovendo a socialização entre as famílias acampadas e assentadas e a comunidade da área urbana de Congonhinhas, acabando, na visão dele com o preconceito e a resistência que houve no contra o movimento.

Atualmente não se registra casos na cidade relacionados a preconceito contra os assentados e acampados, tanto que novos acampamentos foram montados no patrimônio que pertence ao município (Patrimônio do Vaz) e novas famílias estão sendo aguardadas no município de Congonhinhas. Também há uma grande aceitação do envolvimento

do MST em outras questões do município que estão além da questão da terra devido à experiência e a força política do movimento que de acordo com os moradores locais só têm trazido coisas boas para a cidade.

Considerações finais

A proposta inicial dessa pesquisa tinha como objetivo geral mostrar como ocorreu a integração dos integrantes do MST com a população do município de Congonhinhas, buscando pensar porque neste município ocorreu uma incorporação menos problemática do movimento.

Nessa trajetória de aproximação, entrevistas e análise exposta, acreditamos que é possível afirmar que o processo de socialização entre a população local e as famílias integrantes do movimento se deu sem grandes conflitos, não houve conflitos nem com a polícia e nem com os fazendeiros locais, essas terras foram negociadas com os fazendeiros locais através do INCRA que oficializou os assentamentos.

Também se observou que a instalação do MST no município proporcionou melhorias em todos os setores, na educação o movimento luta pela construção de escolas nos assentamentos, na saúde o movimento procura reivindicar melhorias junto ao prefeito da cidade, na economia houve um aquecimento devido ao aumento de pessoas que atualmente comprem no município e na própria constituição da política local, já que o movimento evita tomar lados e partidos durante os mandatos, colocando os interesses das famílias assentadas e acampadas em primeiro lugar.

Por fim, nos cabe dizer que este é um trabalho que não se conclui, pois mesmo que agora os assentados já *sejam habitantes* de Congonhinhas, tanto o crescimento do município quanto o desenvolvimento dos assentamentos continua, sendo que esperamos que esta pesquisa possa vir a contribuir para trabalhos futuros.

Fontes

Entrevistados

- 1) CONRAT, Marcio Leandro. Congonhinhas. Entrevista concedida em 02 de março de 2014.
- 2) PAIVA, Márcia Irandina. Congonhinhas. Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2014.
- 3) ROSA, Marlene Aparecida de Paiva. Congonhi-

nhas. Entrevista concedida em 26 de março de 2014.

- 4) SILVA, Lorival Pedro da. Congonhinhas. Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2014.

Referências:

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário** (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar Compra Direta da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/2290401>>. Acesso em 26 de março de 2014.

CRUIKSHANK, Julie. **Tradição oral e história oral**: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro. Editora da FVG, 1996. 277p. p. 148- 164.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GARRIDO, Juan Alcazar i., **As fontes orais na pesquisa histórica**: uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História. n.25/26. Memória, História, Historiografia. v.13, set/92 ago/93.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades@:Congonhinhas. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410600&search=parana|congonhinhas|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 28 de março de 2014.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES, Maria Célia Marcondes de, MÜLLER, Ricardo Gaspar. História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n.02, p. 329-349, jul./dez, 2003.

NEVES, Joana. **História Local e construção da identidade social**. Saeculum – revista de História. nº 3. João Pessoa, jan./dez. 1997.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. **Diagnóstico Sócio Econômico do território do Norte Pioneiro**. I.a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba:

IPARDES, 2007. Disponível em: <http://www.ipar-des.gov.br/webisidocs/territorio_norte_pioneiro.pdf> Acesso em 25 de março de 2014.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero**. São Paulo: Proj. História, 2001. p. 12.

SILVA, Edson Armando; SANTOS, Francieli Lunelli; DENIPOTI, Cláudio. **Métodos e técnicas de pesquisa em história II**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Experiência humana e coletividade em Thompson**. Revista Esboços, v. 11, n. 12, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/48>> Acesso em 10 de abril de 2014.

_____. **A Experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil**. Revista Lusófona de Educação, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a06>> Acesso em 31 de março de 2014.

BOGDAN BILOUWS: O OLHAR DO FOTÓGRAFO NOS RETRATOS DE CASAMENTO DOS DESCENDENTES ITALIANOS DAS FAMÍLIAS BOBATO E MOLETA (1950-1980)

Taline Bobato Stadler¹
Jeanine Campos Ressetti²
Roberto Edgar Lamb³

INTRODUÇÃO

Este artigo ressalta a importância da fotografia para a construção da história. Ele vem destacar a análise das fotografias de casamentos dos descendentes de imigrantes italianos das famílias Bobato⁴ e Moleta, entre as décadas de 1950 a 1980, as quais foram produzidas pelo fotógrafo Bogdan Bilouws, fotógrafo de destaque que atuou na cidade de Imbituva/PR.

A principal preocupação deste artigo é a discussão sobre a necessidade de interpretação da fotografia enquanto fonte histórica. A fotografia, até o início do século XIX não era valorizada enquanto documento histórico, os historiadores se recusavam a lançar mão da fotografia como fonte de pesquisa histórica. Ela era utilizada apenas como ilustração. Mas em meados do século XIX a fotografia trouxe novas possibilidades de produção de informação e conhecimento, servindo como instrumento de apoio à pesquisa e como forma de expressão artística (KOSSOY, 2001).

A fotografia como um documento histórico possibilita compreender os processos históricos, por meio de outros valores, interesses, problemas, técnicas e olhares, também contribui para melhor entendimento das formas por meio das quais as pessoas representaram sua história e sua historicidade e se apropriaram da memória cultivada individual e coletivamente.

Dessa forma este artigo vem mostrar a representação fotográfica dos casamentos de descendentes de imigrantes italianos das famílias Bobato e Moleta, já que tais imagens são carregadas de valores e práticas, (como as relações familiares, religiosidade e memória) do contexto histórico em questão.

Se observada fora de seu contexto, a princípio, a fotografia apresenta para o observador uma possível compreensão imediata do acontecimento, [...] Mas há que se olhar mais detalhadamente. A imagem instiga o que existe além de um simples significado aparente. [...] As inquietações e os conflitos entre os integrantes da família ficam fora da trama fotográfica. (SANTOS, 2009, p.17)

Resumo: O presente artigo pretende trabalhar com a análise de fotografias de casamentos de descendentes de imigrantes italianos das famílias Bobato e Moleta, as quais foram produzidas por Bogdan Bilouws, fotógrafo importante que atuou na cidade de Imbituva-PR entre as décadas de 1950 a 1980. Para a análise do olhar fotográfico do Sr. Bogdan, no momento em que registrou os casamentos das famílias citadas, serão utilizadas treze fotografias. É através dessas fotografias que podemos perceber elementos como memória e identidade das famílias, as quais contribuem para a preservação de sua própria história de vida.

1 Graduada em Licenciatura em História pela UEPG/UAB (2014). E-mail: talinebobato@yahoo.com.br.

2 Orientadora. Mestranda no Programa de Pós Graduação em História PPGH pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

3 Co-orientador. Doutor em História (PUC-SP). Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

4 Na escrita do sobrenome Bobato ocorre variação nos registros encontrados. Os primeiros imigrantes dessa família que chegaram a Imbituva tinham o sobrenome escrito com dois "Bs", onde lê-se Bobbato, mas com o passar do tempo houve variação na escrita passando a escrever o nome com apenas um "B", onde lê-se Bobato. Todas as pessoas pertencentes a essa família apresentadas nesse trabalho tiveram seu nome registrado com um "B", portanto optou-se por utilizar essa grafia para mencionar este sobrenome. O mesmo aconteceu com o sobrenome Moleta que nos primeiros registros era escrito com dois "Ts" e que com o passar do tempo passou a ser escrito com apenas um "T".

As fotografias de casamentos retratavam a formação de uma nova família, que na maioria das vezes se dava pela união de duas famílias diferentes. O papel do fotógrafo nesse contexto era o de um colaborador para a preservação e a manutenção desse momento de união na memória das pessoas envolvidas e daqueles que posteriormente viriam a “reviver” esse momento através da fotografia. Além disso, o Sr. Bogdan era o único fotógrafo na época que possuía disponibilidade para registrar os casamentos, por isso ele era chamado para fotografar a maior parte dos eventos da cidade.

Santos (2009, p. 167), afirma que “*a fotografia de grupos familiares, assim como de outros grupos, constitui-se em um meio imagético para se disseminar discursos e ressaltar relações sociais que ali ficaram congeladas no instante retratado*”. Dessa forma, sentiu-se a necessidade de pesquisar e produzir estudos escritos formais sobre o tema, já que a memória desses descendentes de imigrantes italianos pode ser percebida até hoje nos relatos de suas histórias de vida e nas fotografias.

Dessa forma, o principal objetivo deste artigo é analisar o olhar fotográfico que o fotógrafo Bogdan Bilouws apresentou ao registrar as fotografias dos casamentos dos descendentes de imigrantes italianos das famílias Bobato e Moleta. Pretende-se também identificar elementos comuns nas retratações dos casamentos e de que forma estas famílias preservaram sua identidade e memória através destas fotografias, permitindo compreender o passado através das interpretações que os sujeitos fazem no presente.

Na delimitação temporal, optou-se pelas décadas de 1950 a 1980, décadas estas nas quais o fotógrafo atuou profissionalmente na cidade, registrando todas as fotografias analisadas neste artigo.

A partir desses objetivos, buscamos utilizar a fotografia como fonte documental, já que ela contribui para a construção da memória, no momento em que atua como documento histórico, como fonte de conhecimento e de rememoração.

A Trajetória da Fotografia

Segundo Hoffman (2013, p.202) a primeira imagem fotográfica foi produzida por Joseph Niépce, em 1826, na França. A partir daí, essa invenção vai trazer uma mudança significativa na

maneira de obter as imagens daquilo que observamos.

A descoberta da fotografia no Brasil aconteceu em 1833, pelo francês Hercules Florence, a utilização da primeira vez do termo *photographie*, seguindo para a descoberta das cartas-de-visite, até o surgimento da primeira câmara Kodak. Nesse contexto a fotografia foi tendo uma aceitação bastante grande enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento (HOFFMANN, 2013, p.203).

A fotografia surgiu na década de 1830 como resultado da feliz conjugação do engenho, da técnica e da oportunidade. Niépce e Daguerre – dois nomes que se ligaram por interesses comuns, mas com objetivos diversos – são exemplos claros dessa união. Enquanto o primeiro preocupava-se com os meios técnicos de fixar a imagem num suporte concreto, resultado das pesquisas ligadas à litogravura, o segundo almejava o controle que a ilusão da imagem poderia oferecer em termos de entretenimento (afinal de contas, ele era um homem do ramo das diversões) (MAUAD, 2008, p.29).

Até o início do século XIX, a fotografia não era utilizada como fonte de pesquisa histórica, era utilizada apenas como ilustração. Mas foi no final do século XIX que as transformações nas relações sociais e no pensamento filosófico trazem a fotografia como uma nova perspectiva, uma nova possibilidade de pesquisa e nova fonte para interpretar os processos históricos. Segundo Kossoy (2001, p.26) a fotografia a partir de 1860 passa a ser aceita como possibilidade inovadora de informação e conhecimento. É a partir dela que podemos registrar casamentos, nascimentos, romances, bodas, aniversários, enfim, a história do cotidiano, como também os acontecimentos da política e da história nacional e mundial.

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. (KOSSOY, 2001, p.32).

A fotografia é uma fonte histórica onde a imagem representada geralmente nunca é posta em dúvida, isto se deve à credibilidade da fotografia nos diferentes ramos da ciência. As fotografias não substituem a realidade tal como se deu no passado, mas sempre permitirão diferentes interpretações e múltiplas significações. Ao se analisar uma fotografia deve haver a conexão das informações

com o contexto econômico, político e social, com os costumes, com as manifestações artísticas, literárias e culturais da época retratada. Pretende-se fazer isso no estudo deste artigo, onde serão analisados aspectos religiosos e comportamentais através da fotografia.

Toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros - que foram produzidos com uma finalidade documental - representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico. (KOSSOY, 2001, p.47-48).

Em toda fotografia podemos identificar a ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo opta por um assunto em especial e que, para seu devido registro, emprega os recursos oferecidos pela tecnologia. Portanto temos três elementos que constituem uma imagem fotográfica: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia.

O ato do registro, ou o processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético etc.); essa fotografia traz em si indicações acerca de sua elaboração material (tecnologia empregada) e nos mostra um fragmento selecionado do real (o assunto registrado). (KOSSOY, 2001, p.39-40).

Ao fotografarmos, estabelecemos um tema e o espaço fotográfico, fazemos o foco e definimos o objeto central. Porém tudo depende do fotógrafo e dos recursos técnicos de que dispõe. As fotografias congelam fragmentos desconectados de um instante da vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural.

Ao se analisar as fotografias deve haver a conexão com as mais diversificadas fontes num contexto geral, que informam sobre o passado e a atuação do fotógrafo. A fotografia é uma representação do passado, cabendo ao historiador realizar a análise iconológica da mesma, ou seja, sua interpretação. As fotografias nos remetem a uma parcela de realidade, sob a qual podemos questionar e descobrir informações que estamos buscando. As fontes analisadas poderão contribuir para a percepção do olhar fotográfico do Sr. Bogdan Bilouws no momento do registro de um elemento mantenedor da memória dos descendentes de

imigrantes italianos através das fotografias dos casamentos das duas famílias citadas.

A fotografia, portanto, como fonte histórica traz elementos da cultura material, costumes, relações sociais e de poder, entre outros. Ela nos traz recortes de momentos passados, possibilitando a investigação, o levantamento de informações, quais os elementos representados por ela e o contexto nas quais elas estão inseridas. Mesmo estando atrelada ao estudo dos acontecimentos do passado passa a ser um testemunho do presente, ou seja, divulga os feitos dos homens públicos e o cotidiano dos homens e mulheres de diferentes classes sociais. A fotografia é para o historiador uma possibilidade de descoberta e interpretação da vida histórica.

O Retratista

Ao falar em fotografia neste artigo, logo nos remetemos à figura do fotógrafo, personagem sem o qual a fotografia não seria capaz de existir. E ao pensarmos na figura do fotógrafo, nos remetemos para a necessidade de contar um pouco da história de vida do senhor Bogdan Bilouws, ou seja, sua biografia.

Segundo Bourdieu (2006, p. 183-184), a biografia é caracterizada como a história de uma vida, sendo a vida um conjunto de acontecimentos de uma existência individual, ou seja, de um ser humano. A biografia geralmente possui a narração como estilo de escrita, sendo que esta pode seguir uma ordem cronológica ou não, e que geralmente registra fatos marcantes e significativos da vida do entrevistado, os quais ele deseja enfatizar. A narrativa pode variar em sua forma e conteúdo, conforme o meio social a que está destinada e será apresentada.

Essa inclinação a se tornar ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões que possam justificar sua existência e atribuir-lhes coerência, [...] encontra a cumplicidade natural do biógrafo para quem tudo, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, leva a aceitar essa criação artificial de sentido. (BOURDIEU, 2006, p. 184-185)

Uma característica importante da biografia é que a ela está atrelada como forma de afirmação e aceitação é o nome próprio. É através dele que se constitui a identidade social do entrevistado, podendo ser constante e duradoura, que junta-

mente com sua identidade biológica, motiva-se a assegurar uma constância do grupo através do tempo e espaço, porém também essa identidade está sujeita a mudanças em todas as suas histórias de vida possíveis, ou seja, a memória constitui o sentimento de identidade.

Compreende-se, então, que, em inúmeros universos sociais, os deveres mais sagrados em relação a si mesmo tomam a forma de deveres em relação ao nome próprio (que é sempre também, por um lado, um nome coletivo, como nome de família, especificado por um prenome). O nome próprio é o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais. (BOURDIEU, 2006, p. 187)

Através de entrevista cedida pela Senhora Mauriene Camargo Taques Bilouws, viúva do Sr. Bogdan, obtemos as informações que serão apresentadas a seguir.

O Sr. Bogdan Bilouws, fotógrafo em estudo neste artigo, registrava a maior parte dos eventos que aconteciam na cidade de Imbituva entre as décadas de 1950 a 1980. Era chamado de “retratasta”, como comumente eram chamados os profissionais da fotografia nos inícios do século XX.

Nasceu em 12 de agosto de 1932, em uma localidade no interior do município de Irati-PR. Era descendente de imigrantes poloneses.

Teve sua iniciação na arte de fotografar no ano de 1947, como aprendiz de seu tio João Dulka. Nessa época era realmente muito difícil reproduzir as imagens das pessoas com perfeição, pois os equipamentos da época não dispunham de tantos recursos quanto os de hoje, era necessário fazer retoques, prática esta que até pouco tempo muitos profissionais ainda utilizavam.

Em 1950 foi servir o Exército na cidade do Rio de Janeiro. Lá se tornou fotógrafo do Exército, aproveitando para se aperfeiçoar na arte de fotografar. Quando retornou, em 1952 estabeleceu seu comércio na cidade de Irati-PR, onde ficou até o ano de 1955. No mesmo ano passou a residir e trabalhar em Imbituva, tornando-se o primeiro fotógrafo profissional da cidade, pois antes só existiam fotógrafos amadores. Criou o estúdio fotográfico “Foto Bilouws”, localizado ao lado da Igreja Matriz Santo Antônio, onde permaneceu até sua morte.

Casou-se com Mauriene Camargo Taques (conhecida como D. Maura). Ela era filha de Ermínia Taques e Ubaldino Taques, neta de Balduino Taques, nome de destaque na cidade de Ponta Grossa-PR. Os pais de D. Maura eram fazendei-

ros e seu casamento com o Sr. Bogdan Bilouws realizou-se na Catedral de Ponta Grossa e a festa em uma fazenda na localidade de Olho D'Água município de Imbituva. Vieram então morar em Imbituva em frente à Praça da Igreja Matriz. Tiveram duas filhas, Tânia e Telma Bilouws.

No início de sua carreira profissional em Imbituva, havia certa dificuldade em conseguir uma fotografia de qualidade, pois a energia elétrica da cidade era insuficiente, fazendo com que a luz oscilasse muito. Mesmo assim, o Sr. Bogdan era prestativo e preocupado em realizar um serviço de qualidade. Também realizava fotografias externas, permitindo um melhor registro dos acontecimentos da época em Imbituva.

O Sr. Bogdan era reconhecido pela sociedade imbituvense, era respeitado e estimado pelo seu profissionalismo e dedicação. Trabalhou em Imbituva 40 anos como fotógrafo profissional. Sua seriedade o levou a Presidente do Asilo São Vicente de Paula, da Associação Operária de Imbituva e por 3 meses foi Delegado substituto no município.

Em sua profissão de fotógrafo, saía a qualquer hora do dia ou da noite para fotografar. Constantemente era chamado pelos policiais para fotografar acidentes, prisões ou outros acontecimentos. Também fotografava eventos políticos, religiosos, estudantis, enfim, tudo o que ocorria na cidade de Imbituva.

Em seu estúdio, montado na frente de sua casa, encomendava painéis, papéis e outros instrumentos necessários para fotografar, para viajantes que passavam na cidade. Depois que tirava as fotografias colocava-as em exposição, num galeria fechada com vidros, para que o público pudesse apreciar seu trabalho.

Em seu estúdio tinha todas as roupas necessárias para que as pessoas que viessem fazer as fotografias saíssem bem alinhadas, como ternos e gravatas. Como muitos vinham do interior chegavam todos cheios de pó das carroças, então, o Sr. Bogdan os conduzia até um lugar em seu estúdio onde podiam se limpar e se recompor para depois tirar a fotografia.

Ele fotografou várias gerações de famílias em Imbituva. Quando algumas noivas chegavam a seu estúdio com o vestido pouco armado, ele colocava jornais por baixo do vestido para ficar bem armado e mais bonito (foto 6: Joraci Moleta).

Muitas pessoas que chegavam para tirar fotografias para documentos e tinham pouco ou nenhum dinheiro para pagar, ele não cobrava, por-

que sabia da dificuldade de muitas pessoas e encarava esse ato como caridade. Muitos idosos que iam se aposentar e precisavam das fotografias, só o pagavam depois que recebiam sua aposentadoria. Era uma pessoa muito bondosa e cumpridora de seus deveres para com a sociedade, segundo afirma sua esposa D. Maura.

Quando as pessoas que tiravam as fotografias não vinham buscar, depois de algum tempo ele queimava as mesmas, para que ninguém usasse indevidamente essas fotos.

Em seus instrumentos de trabalho constava uma escrivaninha, uma máquina de datilografar (que hoje estão com uma das filhas) e a máquina de tirar a foto (que ele colocava em um tripé). Quando essa máquina estragava, ele mandava arrumar em Curitiba e tinha uma de reserva (que está com sua outra filha).

Parou de trabalhar com 59 anos em 1991. Vendeu seus instrumentos para um novo fotógrafo que se instalou na cidade, Geraldo Rocha. Morreu em 15 de dezembro de 1994, vítima de insuficiência respiratória. Alguns de seus equipamentos fotográficos permanecem até hoje com sua família, como uma forma de recordar e reviver a sua realização profissional⁵.



Foto 1 - Bogdan Bilouws
Acervo: Mauriene Bilouws



Foto 2 - Mauriene Taques Bilouws em seu casamento, fotografada pelo marido Bogdan Bilouws em seu estúdio fotográfico.
Acervo: Mauriene Bilouws



Foto 3 - Uma das primeiras máquinas fotográficas utilizadas pelo fotógrafo Bogdan Bilouws. Sua filha Tania Mara em seu estúdio fotográfico. Agosto de 1976. Acervo: Mauriene Bilouws.

⁵ Dados colhidos através de entrevista com D. Mauriene Camargo Taques Bilouws, no dia 30/08/2013 e também do Jornal Imbituva Hoje Regional, com data de 19/02/1995.

Famílias Bobatoe Moleta– Descendentes de Imigrantes Italianos

A vinda dos imigrantes para o Brasil iniciou-se em 1819, com algumas famílias suíças na região de Nova Friburgo. Mas o auge ocorreu nas últimas décadas do século XIX, atendendo aos interesses da cafeicultura, que mesmo antes da abolição da escravidão passou a utilizar o trabalho livre em grande escala. O imigrante veio para o Brasil trabalhar nas lavouras de café de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, como empregados e no Sul da Província Paranaense, principalmente como colonos. A primeira leva de imigrantes, entretanto, chegou ao nosso Estado – o Paraná – entre 1748 e 1752. Eram portugueses, que vieram para estabelecer posse na região de Guairá e Foz do Iguaçu e quem mais tarde iniciariam o povoamento efetivo da Província Paranaense.

Esses imigrantes vieram para o Paraná com o objetivo de colonizar e formar lavouras de subsistência para o abastecimento dos centros populosos. O governo provincial desejava estabelecer uma população de agricultores no espaço entre os Campos Gerais, o Vale do Iguaçu e Guarapuava. Conforme Steca e Flores (2002, p.32), buscava-se fortalecer o tripé formado pelo mate, a madeira e o gado – os principais produtos da economia da província. (STADLER, 2011, p.441).

A intensa atividade colonizadora atingiu os terrenos dos arredores de Curitiba e de um modo geral o planalto curitibano com o estabelecimento de numerosos núcleos coloniais situados próximos ao centro urbano da capital paranaense. A composição dos grupos imigrantes estabelecidos nas colônias dessa área foi bastante heterogênea, compreendendo alemães, italianos, poloneses, em maior número. Os resultados satisfatórios alcançados na colonização nas proximidades de Curitiba estimularam novas iniciativas de colonização, estendendo-se o programa ao litoral e aos Campos Gerais, sendo que a primeira leva de imigrantes italianos chegou em 1875. (STADLER, 2011, p.441 apud BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 168).

“(...) as famílias que saíram da Itália pertenciam, em grande parte, ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e dos arrendatários, independentemente de se originarem da Itália setentrional ou meridional”. (ALVIM, 1986, p. 22). Os imigrantes italianos que se dirigiram para a região sul do Brasil, entre 1870-1920, na sua maioria eram da região do Vêneto e de suas províncias Belluno, Treviso, Vicenza, Verona, Padova, Veneza e Rovigo, onde o eixo de sua produção eram os cereais e os vinhedos.

O governo com o intuito de acelerar a imigração,

iniciou a colonização em regiões mais afastadas, sobretudo nos municípios de Palmeira, Ponta Grossa, Santo Antônio de Imbituva, São Mateus do Sul, Rio Azul, Mallet, Irati, Cândido de Abreu, União da Vitória, Prudentópolis. É neste contexto que destacamos a imigração italiana com a instalação de famílias na Colônia de Bela Vista, interior da então Freguesia de Santo Antônio de Imbituva, em 1896. Eles chegaram, adquiriram terras e iniciaram a fundação de pequenos núcleos. Vieram famílias de imigrantes italianos como os Bobato, Moleta, Marconato, Menon, Pontarolo, que nas regiões mais do interior de Imbituva formaram núcleos, como por exemplo, Ribeira, Colônia Bela Vista, Boa Vista, entre outras. (STADLER, 2013, p.6-7).

Segundo Stadler (2013), nos locais onde os imigrantes se instalaram, iniciaram produzindo na terra e como as culturas eram semelhantes às da Europa, cultivaram cereais, verduras, vinho, entre outros. De suas colônias localizadas no interior (Bela Vista, Ribeira, Boa Vista), dirigiam-se à cidade (Imbituva) para a venda do excedente de sua produção e de outros produtos como manteiga, queijo, doces, ovos, entre outros. As outras duas atividades principais desenvolvidas por esses imigrantes foram o cultivo da erva-mate e a extração da madeira.

Segundo Moletta (2007), *Giacinto Moletta* e sua mulher, Maria Gabardo, constituíram uma das famílias pioneiras da Colônia Bella Vista no município de Imbituva, no Paraná. A motivação para o deslocamento a esta localidade era a companhia de muitos outros italianos e a possibilidade de possuírem uma área enorme para plantio. A chegada desses italianos ocorreu em 1896.

De acordo com Stadler (2013), a família *Bobbato*, que posteriormente também se fixou na Colônia Bella Vista, se destaca com a entrada de Marziale Bobbato no ano de 1887 no Estado do Paraná. Essa família morou inicialmente na Colônia Alfredo Chaves, atual município de Colombo.

Marziale, insatisfeito com o local onde residia, partiu para o interior em busca de outras terras. Marziale Bobbato e seus outros companheiros, principalmente seu irmão João Bobbato encontraram uma área de aproximadamente 1.800 alqueires e distante uns 15 km da cidade para a implantação da nova colônia.

Feita a estrutura básica na colônia foi possível iniciar o processo de recebimento das outras famílias, ora mencionadas em ordem alfabética: Affornalli, Beraldo, Benanto, Bressan, Binni, Dal Santo, Dalla Rosa, Fabbri, Gatto, Gasparello, Guilherme, Marconato, Montani, Menon, Scorsin, Sturaro e Zampieri, entre outras, todas da região vêneta, no norte da Itália. (STADLER, 2011, p.443).

A colônia foi batizada com o nome de Colônia Italiana Bella Vista. Sucessivamente foram chegando à colônia outras famílias e, em 1900, o número delas era de aproximadamente 40 famílias, estimando-se um total de 150 habitantes. Os colonos relatam que a terra era fértil, adequada para a plantação de arroz, batata doce, batata inglesa, cebola, centeio, feijão, fumo, melancia, milho, trigo e uva. A rotina era como nas demais colônias, de muito trabalho e pouca diversão. Bella Vista foi fundada por pessoas que não tinham encontrado oportunidades nas colônias existentes nos arredores de Curitiba.

Também relacionados aos imigrantes italianos da Colônia Bella Vista, estão atividades relacionadas ao desenvolvimento dos setores industriais e comerciais, os quais se distribuíram pelo pequeno comércio, extração da erva mate e indústria de madeira, constituindo hoje importante contribuição à vida econômica imbituvense através de seus descendentes.

Entre os descendentes das famílias Bobato e Moleta que se relacionavam entre si na Colônia Bella Vista e seus arredores estão os casamentos e a união destas famílias, formando a maioria da população atual da Colônia e parte dos moradores da cidade de Imbituva.

As imagens abaixo mostram os casais pioneiros das famílias Bobato e Moleta que se estabeleceram na Colônia Bella Vista em Imbituva, e que deram origem aos descendentes representados nas fotografias de casamentos deste trabalho⁶.



Foto 4 - Igreja Nossa Senhora do Carmo. Construída pelos imigrantes italianos na Colônia Bella Vista em 1925-29.



Foto 5 - Marziale Bobbato e Maria Madalena Milani. Casal pioneiro da família Bobato.



Foto 6 - Luigi Moletta e Anna Bordignon. Casal pioneiro da família Moleta.

6 MOLETTA, Susete. Da Itália para o Brasil: o casal da Capelinha da Água Verde. São José dos Pinhais: Est. Edições, 2007, 220 p.

Os casamentos das famílias Bobato e Moleta sob o olhar do fotógrafo Bogdan Bilouws

A fotografia se constitui em importante fonte para seregistrar a expressão das vontades, das aspirações, das realizações, ou seja, da história de cada povo. São as fotos que ajudam a contar a vida das pessoas, das famílias, das cidades. Ela tem registrado paisagens, casamentos, nascimentos, aniversários, lazer, trabalho, batizados, festas, bailes, passeios e tem registrado os acontecimentos da política e da história nacional e mundial.

Para o historiador em suas pesquisas, a fotografia pode ser considerada um documento histórico que permite investigar como era a vida das pessoas de uma determinada época. Mas temos que tomar cuidado, pois a fotografia não substitui os fatos como eles realmente aconteceram. Ela pode representar a intenção do fotógrafo ao registrar determinada imagem. A fotografia pode significar um símbolo, aquilo que no passado, a sociedade quis deixar como mensagem para o futuro, ou seja, uma determinada visão deste passado. Kossoy (2001, p.36) nos revela que a fotografia *“é uma representação do real e também uma possibilidade de construir a realidade, a partir da investigação que fizemos sobre o significado dela como imagem fotográfica e os condicionamentos em que foi produzida”*.

Uma fotografia traz várias informações acerca de um momento passado. Ela sintetiza no documento um fragmento do real visível. O espaço urbano, os monumentos arquitetônicos, o vestuário, a pose e as aparências elaboradas dos personagens, aguardam interpretação. São essas interpretações que cabem ao historiador fazê-las. A fotografia, portanto, é uma fonte de estudos para a história, pois ela pode expressar em alguns casos, tanto quanto os próprios documentos escritos como também podem ser auxiliados por esses mesmos, ou seja, os dois se completam como Mauad aborda:

[...] à medida que os textos históricos não são autônomos, necessitam de outros para sua interpretação. Da mesma forma, a fotografia – para sua utilização como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar. [...] (MAUAD, 2008, p. 25)

As fontes históricas representam os casamentos dos descendentes de imigrantes italianos, os quais

muitas vezes casavam entre parentes, perpetuando o nome de uma mesma família. Outras vezes, casava-se com pessoas de outras famílias, como é o caso das famílias estudadas, Bobato e Moleta, ambas de origem italiana, e que juntas deram origem a um grande número de descendentes que lutam pela preservação da memória de seus ancestrais.

Dentre os vários estudos sobre a memória, os de Maurice Halbwachs contribuíram para a compreensão do conceito de memória e suas relações com o contexto social. Para ele, as memórias podem ser individuais, sociais ou coletivas. Cada um carrega as suas lembranças, mas está o tempo todo interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. A memória pessoal está diretamente relacionada às memórias dos que o cercam. Para este autor,

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p.26).

Portanto, interpretar as memórias e de um grupo específico (imigrantes italianos através das fotografias de casamentos) não é algo fácil, muito pelo contrário, requer esforços e dedicação, afinal, memória é trabalho constante no sentido de reviver, refazer, reconstruir, com ideias e imagens, as experiências do passado. Para fazer essa reconstrução do passado, o grupo familiar é uma referência fundamental, pois é objeto e espaço para recordações.

Halbwachs (1990, p.81-82) destaca que *“a memória familiar é uma construção coletiva, uma corrente de pensamento contínuo (...) que retém do passado somente o que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.”* É nesse sentido que a memória está intimamente ligada com a identidade, capaz de se formar e se manter na consciência dos grupos específicos aos quais estão relacionadas.

Sobre o conceito de identidade, a autora Verena Alberti (2006, p.4) comenta:

É claro que é importante, para a construção da identidade do indivíduo, que ele conheça sua história familiar: quem foram e o que fizeram seus antepassados? Esse conhecimento permite que se situe no mundo e na história e que forme uma espécie de capital intelectual e afetivo, que pode carregar para novas relações. (ALBERTI, 2006, p.4)

Para a devida interpretação das fotografias des-

te artigo o olhar e o espaço delimitado foi o estúdio do fotógrafo Bogdan Bilouws. Esse espaço foi selecionado por se tratar do espaço onde ele fotografava os casamentos e a maioria das fotografias em estúdio encomendadas a ele.

A principal atividade realizada para este estudo foi a interpretação de treze fotografias de casamentos entre as famílias Bobato, Moleta e algumas outras famílias de descendentes de imigrantes italianos, correspondente às décadas de 1950/80. Utilizando-se de um roteiro e alguns passos sugeridos por Kossoy, foram sistematizadas as primeiras informações.

[...] análise técnica (análise do artefato, a matéria, ou seja, o conjunto de informações de ordem técnica que caracterizam a configuração material do documento) e da análise iconográfica (análise do registro visual, a expressão, isto é, o conjunto de informações visuais que compõem o conteúdo do documento). (KOSSOY, 2001, p.77).

Os dados sistematizados com as fotografias foram referentes: a qual família pertencia a foto, data e o local, casamento de quais jovens, que tipo de ambiente e que outros elementos (detalhes) podiam se observar e destacar na fotografia.

O trabalho realizado com as fotografias teve por objetivo central um estudo mais detalhado, entre a análise das fotografias e o que o olhar do fotógrafo pretendia captar ao registrar aquele momento significativo da vida dos jovens noivos.



Foto 7 - Casamento de Darcy Antonio Bobato e Delzira Maria Moleta. Data: 18/12/1965. Acervo: Delzira M. M. Bobato



Foto 8 - Casamento de Eraildes Moleta e Elizeu Bobato. Data: 22/04/1972. Acervo: Delzira M. M. Bobato



Foto 9 - Casamento de Verci José Moleta e Anaides Marconato. Data: 20/01/1973. Acervo: Delzira M. M. Bobato

Observando as fotografias, foram destacados os seguintes dados: Os três casais pertencem à mesma família Bobato e Moleta. A noiva da foto 7 Delzira

Maria Moleta, a noiva da foto 8 Eraildes Moleta e o noivo da foto 9 Verci José Moleta eram irmãos, filhos de Jacinto Moleta e Iolanda Bobato.

Pode-se observar que o estúdio do fotógrafo tem o mesmo painel e a posição que os noivos são colocados para serem fotografados é a mesma, em frente como se fosse uma escada. A posição das noivinhas também é a mesma. O que se pode notar é que o fotógrafo Bogdan Bilouws tinha a intenção de que esse momento fosse uma imagem perfeita, porém ela acaba se tornando estática, como se não houvesse movimento. As mesmas foram fotografadas no mesmo espaço e no mesmo ângulo. É como se o fotógrafo estivesse educando o olhar das pessoas para compreender que aquele momento deveria ser eternizado com perfeição.

Também foram observados que as duas famílias Bobato e Moleta se interligaram através destes casamentos.

No decorrer da pesquisa, foram identificadas outras fotografias, que mostram outros casamentos no mesmo espaço e na mesma posição. Isso identifica a intenção do fotógrafo em mostrar esse ambiente como sendo o espaço exclusivo para as fotografias de casamentos, o seu estúdio. Não se encontram fotografias de noivos em outros espaços externos a este estúdio e de forma espontânea, em movimento.

Bóris Kossoy nos fala sobre essas fotografias estáticas e de estúdios:

[...] na análise das imagens fotográficas do passado, cujos assuntos encerram quase que exclusivamente retratos posados de estúdios e vistas urbanas e rurais captadas na sua estaticidade, torna-se difícil levantar dúvidas quanto à fidedignidade dessas representações do ponto iconográfico. Tratam-se de registros mecânicos de fragmentos do mundo visível caracterizados em geral pela inexistência de fatos dinâmicos que poderiam eventualmente ser flagrados em sua espontaneidade. Os conteúdos dessas imagens mostram assuntos geralmente bem-organizados em sua composição e aprioristicamente petrificados, antes mesmo do congelamento fotográfico. (KOSSOY, 2001, p. 111).

Sabemos que existe a interferência do fotógrafo na produção da imagem e na configuração própria do assunto no contexto da realidade. Isto quer dizer que tanto o fotógrafo como seu contratante pode desejar perpetuar uma imagem e estas podem ser estereotipadas, ou seja, expressões humanas que encontramos nos álbuns de famílias ou como observamos nas fotografias dos casamentos das famílias Bobato e Moleta no estúdio do fotógrafo Bogdan Bilouws.



Foto 10 - Casamento de Eroni Bobato e Anildo Bobato. Acervo: Inês Bobato.



Foto 11 - Casamento de Teresinha Moleta e Ismael Bobato. Arquivo pessoal



Foto 12 - Casamento de Joraci Menon e Humberto Moleta. Arquivo pessoal

Observando as novas fotografias 10, 11 e 12, identificamos os mesmos fatos anteriores, somente com algumas diferenças. Os noivos também pertencem às famílias Bobato e Moleta, o que mostra novamente um entrelaçamento entre as famílias, estão no mesmo estúdio fotográfico, na mesma posição e ângulo quando as fotografias foram produzidas pelo Sr. Bogdan Bilouws. Inclusive a sobrenoiva está na mesma posição, segurando a cestinha das alianças.

Na foto 12 encontramos a noiva Joraci Menon que segundo a viúva do Sr. Bogdan, quando chegou ao estúdio seu vestido não era armado e, portanto, para eternizar a fotografia como um momento perfeito, o Sr. Bogdan encheu de jornal por baixo do vestido para que ele ficasse bem armado. Isso nos mostra que o fotógrafo se preocupava com o momento perfeito, com todos os detalhes, para que se eternizasse o momento da fotografia.

Esses estúdios eram locais montados para fazerem parte de um cenário montado para as fotografias. Como nos mostra Maria Eliza Linhares Borges:

Como pequenas fábricas de ilusão, seus estúdios atraíam homens e mulheres que, individualmente ou em grupos, davam vazão às suas fantasias. Para tal, os estúdios ofereciam uma variedade de apetrechos utilizados na montagem de cenários de acordo com desejo de auto-representação de seu público. Réplicas de tapetes persas, cortinas de veludo e brocado, almofadas decoradas, panos de fundo pintados com cenas rurais e/ou urbanas, roupas de gala, instrumentos musicais, bengalas, sombrinhas de seda etc., eram disponibilizados aos clientes interessados em atribuir realidade a seus sonhos e desejos. (BORGES, 2005, p.51).

As famílias Bobato e Moleta eram famílias de destaque entre os descendentes de imigrantes italianos na Colônia Bella Vista e Ribeira no interior de Imbituva. Formaram o maior número de moradores destas localidades. Com os casamentos entre os membros destas famílias, seus descendentes cresceram ainda mais. Dessa forma, a influência que essas famílias exerceram na cidade de Imbituva foi bastante grande e era necessário através da fotografia representar seus papéis sociais, ou seja, representar o grupo familiar e coletivo dos descendentes de imigrantes italianos.

Segundo Borges (2005), nas fotografias de família o que interessava era a representação dos papéis sociais. É com eles que se cria a identidade do grupo e se instituiu a memória de seus membros. Os álbuns de família ou os retratos que tiram com os fotógrafos exprimem a verdade da recordação social. Funciona como uma espécie de integração a que a família sujeita os seus novos membros, cria elos, institui e preserva a memória familiar. Quando a fotografia é feita em es-

túdio, a imagem da família ou do novo casal (no caso dos casamentos em questão) que está formando uma família soma-se a interferência de outro olhar: o do próprio fotógrafo, que também possuía seus critérios estéticos e seus condicionamentos técnicos.



Foto 13 - Casamento de Ironi Bobato e Acir Marconato.
Acervo: Cleusi T. Bobato Stadler



Foto 14 - Casamento de Alaide Bobato e Daurio Schenemann.
Acervo: Cleusi T. Bobato Stadler



Foto 15 - Casamento de Bartolomeu W. Bobato e Irene Moleta.
Acervo: Sirlei Moleta Camargo.

Observamos nas fotografias 13 e 14 o mesmo estúdio, a mesma posição e ângulo, porém podemos observar que a sobrenoiva é a mesma, que inclusive aparece na foto 09, com o mesmo vestido, sapato, véu e grinalda. Como os casamentos eram realizados na mesma localidade e entre pessoas com ligações entre as famílias Bobato e Moleta, era comum que a sobrenoiva fosse a mesma, já que possuía a roupa adequada.

Contudo observamos que a fotografia 15 já possui detalhes diferenciados, pois os noivos estão numa posição diferente, sentados, atrás deles estão seus padrinhos e o cenário parece diferente, mas é o mesmo, só que num ângulo e posição diferente.

O que pode ser destacado nestas fotografias e nas demais é que a rigidez das posturas pode ser um sinal da artificialidade da situação gerada pela presença de estranhos: no caso a máquina e o fotógrafo, pois essas pessoas nunca tiravam fotografias a não ser em ocasiões especiais, como seus casamentos.

Nestas fotografias e cenários de pano de fundo, o fotógrafo parece querer ressaltar o pertencimento dos membros destas famílias a posições sociais independentes de seu trabalho árduo e pesado, já que eram agricultores. O cenário, o pano de fundo, quer criar um cenário diferente do que eles viviam no seu dia-a-dia, cria a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória do casal ali fotografado. A cena registrada não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado de uma realidade criada pelo fotógrafo. Os noivos ali fotografados envelhecem, os cenários se modificam, desaparecem. O mesmo ocorre com o fotógrafo e seus equipamentos. Porém, de todo esse processo, somente a fotografia sobrevive, como memória da vida individual e social.



Foto 16 - Casamento de Nelson Bobato e Lourdes Bobato.
Acervo: Sirlei Moleta Camargo.



Foto 17 - Casamento de Cleri Palhano e Valdenei Moleta.
Acervo: Sirlei Moleta Camargo.



Foto 18 - Casamento de Sirlei Moleta e Silvio N. Camargo.
Acervo: Sirlei Moleta Camargo.



Foto 19 - Noiva Sirlei Moleta.
Acervo: Sirlei Moleta Camargo.

Nas fotografias 16 a 19 temos dados novos e diferentes, ou seja, podemos observar posições novas, noivos sentados, a sobrenoiva segurando o vestido da noiva, noivos mais sorridentes e com posição mais espontânea, somente a noiva sentada ou sozinha na fotografia. Percebemos aqui um novo olhar do fotógrafo Bogdan Bilouws, ou seja, ele pretendeu dar mais movimento as fotografias e uma maior espontaneidade, para que a fotografia ficasse mais próxima da realidade, e não mais uma fotografia estática e sem movimento. Como as três últimas são fotografias de casamentos mais recentes, eram os novos tempos da modernidade, dos equipamentos fotográficos, dos métodos e mecanismo para se produzir os retratos fotográficos. Tudo o que pudesse chegar mais próximo do real, posições, ângulos, espaços, pois a fotografia é memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social, de um instante da vida que flui ininterruptamente.

Considerações finais:

No decorrer deste estudo, identificamos que as fotografias de casamentos das famílias Bobato e Moleta, representam importantes objetos para a preservação da identidade e memória das mesmas. Também é considerável reconhecer a importância dessas fotografias para o estudo da própria história, pois se configuram em fontes históricas que nos revelam o contexto da época em questão. A fotografia foi reconhecida como fonte histórica em finais do século XIX, facilitando e modernizando o acesso à informação e conhecimento.

Também, através deste estudo pudemos conhecer e verificar que a técnica fotográfica utilizada pelo fotógrafo Bogdan Bilouws foi muito importante para compreender o sentido que essas fotografias queriam transmitir para as gerações futuras. O fotógrafo tinha a intenção que a fotografia imortalizasse um dos momentos únicos na vida dessas pessoas, talvez o único momento em que se sentiam especiais, pois a maioria das pessoas retratadas eram agricultores descendentes de imigrantes italianos que moravam no interior e não tinham condições de encomendar fotografias ao “retratista” em diferentes momentos do dia-a-dia, a não ser em uma ocasião muito especial e que jamais se repetiria, como seus casamentos. O fotógrafo idealizava a imagem em seu estúdio, ajustando todos os detalhes possíveis para que a fotografia fosse registrada com perfeição.

Analisamos que as representações fotográficas dos casamentos demonstram a união de diferentes famílias, a maioria de descendência italiana. As fotografias representam a união de noivos das famílias Bobato e Moleta, o que contribuía para a preservação de sua memória e identidade como um grupo específico, porém em outras fotografias é possível perceber pessoas de outras famílias importantes da cidade.

Identificamos que o olhar do fotógrafo foi decisivo na produção e representação das imagens fotográficas que retratavam os casamentos. As imagens encomendadas pelos noivos nesse momento especial serviram e servem até hoje para a perpetuação da memória de duas famílias que se mesclaram, dando origem a um grupo específico que até hoje procura preservar sua história.

Através destas fotografias tivemos a oportunidade de recordar, aprender e dialogar com o passado dessas famílias. Elas possibilitaram ultrapassar a barreira iconográfica, ou seja, ir além da interpretação da fotografia, proporcionando a construção do conhecimento histórico.

Referências:

- ALBERTI, Verena. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1990.
- ALVIM, Zuleika M. F. **Brava Gente: os italianos em São Paulo - 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 189p.
- BALHANA, Altiva Pilatti. et al. **História do Paraná.v.I**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159p.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 130p.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.183-191.
- DUBOIS, Phillippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 13ªed. Campinas/SP: Papirus, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990. 189p.

HOFFMANN, Maria Luisa. Pelos Caminhos da Fotografia. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.9, n.14, p. 201-204, jan/jun.2013.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 2.ed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. 173p.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2008. 262p.

_____. Através da Imagem: Fotografia e história – Interfaces. **Revista Tempo**, v.1, n.2, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996, p. 73-98.

MOLETTA, Susete. **Da Itália para o Brasil**: o casal da Capelinha da Água Verde. São José dos Pinhais: Est. Edições, 2007, 220p.

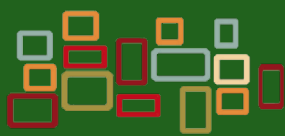
STADLER, Cleusi T. B. **Imbituva** – uma cidade dos Campos Gerais. 2. ed. Imbituva: Gráfica Prudentópolis, 2005. 185p.

_____. **Memórias de Imbituva** – História e Fotografia. Imbituva: ALACS, 2009. 164p.

_____. Fotografia e Memória Local: uma experiência em sala de aula. **Revista ArsHistórica**.n.6, ago./dez/2013, p.1-16. Disponível em <http://www.historia,ufrrj.br/~ars/> Acesso em março/2014.

_____. **Fotografia e Memória Local: uma experiência em sala de aula**. Anais do V Congresso Internacional de História, UEM: 2011. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/161.pdf> Acesso em março/2014.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná** – Do século XVI à década de 1950. Londrina: Eduel, 2008. 205p.



Ateliê de História

Palavras - chave:

Prudentópolis; Ucrânianos;
Colonização. Imigração.

Resumo: Em fins do século XIX e início do século XX, o Brasil, devido a alguns fatores internos, autorizou a vinda e a permanência de estrangeiros, estimulando a propaganda na Europa. Esse incentivo, aliado aos problemas econômicos, sociais e políticos que o Velho Continente apresentava nesse período, promoveu uma debandada de migrantes em busca de uma vida melhor. Dessa forma, os imigrantes que aceitaram lançar-se além-mar para colonizar o Brasil eram, na maioria das vezes, pessoas que sofriam muito e que, através da publicidade aplicada na Europa, acreditavam que a vinda para um local novo poderia trazer uma vida menos sofrida e mais próspera. Uma das primeiras levas de imigrantes ucranianos, vinda em 1896 e que foi a escolhida na pesquisa, assentou-se no município de Prudentópolis; sabe-se no entanto que algumas famílias dessa e de outras correntes também se instalaram em outros locais, mas na sua grande maioria dentro do Estado do Paraná. As diferenças entre os dois continentes – Europa e América – sugeriam a ideia de que eram dois mundos distintos: clima, língua, alimentação, doenças, vestimentas, vegetação, leis, nada remetia a terra natal. Tudo era novo e desconhecido. Na esperança de mudar seus destinos e escrever uma nova história para suas famílias, muitos ucranianos tiveram suas vidas ceifadas enquanto tentavam alcançar o que consideravam melhor para seus descendentes.

IMIGRAÇÃO UCRANIANA E COLONIZAÇÃO EM PRUDENTÓPOLIS (1895-1945)

Talita Seniuk¹

Maria Inêz Antonio Skavronski²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade investigar de que modo ocorreu o assentamento dos imigrantes ucranianos em Prudentópolis, no Paraná, a partir do conceito de memória, que “é essencial a um grupo porque está atrelada à construção da sua identidade” (PINSKY, 2008, p. 167). Assim, amparamos nossa análise na memória de um imigrante desta cidade que reúne uma das maiores concentrações de representantes desse grupo étnico³ no Brasil. Nesse contexto, os principais objetivos desta pesquisa são analisar como a primeira corrente de imigrantes (da região da Galícia) se estabeleceu na nova terra e compreender os cenários europeu, ucraniano e brasileiro nesse período, a propaganda e as promessas propagadas no exterior. Também faz parte desse estudo verificar o trajeto entre os continentes, a chegada ao Brasil e posteriormente ao Paraná, a inércia das autoridades nacionais em assentá-los, as dificuldades da colonização e a religiosidade nas regiões de colonização, em destaque Prudentópolis. O Brasil, ao adotar uma política de estímulo e acolhida de estrangeiros em suas terras, é visto como o ponto de encontro de todas as nações, já que respeita e assegura a estadia de seus imigrantes. Segundo o Professor Ruy Wachowicz: “A presença em território paranaense de grupos étnicos tão numerosos e das mais diversas procedências deu ao estado uma característica toda especial. Provavelmente o Paraná seja o maior laboratório étnico do Brasil” (WACHOWICZ, 2001, p. 157). Frente a esta informação e a formação do contexto histórico brasileiro, não se pode tratar apenas de uma cultura brasileira mas de culturas, o que justifica a escolha do tema, face a variedade de etnias que contribuíram na constituição do país. Grupos étnicos que somaram esforços para o desenvolvimento, protagonistas da composição do processo histórico nacional.

Referencial teórico-metodológico:

Para a realização de uma pesquisa, segundo o historiador Michel de Certeau em sua obra *A escrita da História*, o primeiro passo consiste na separação das fontes e a escolha dos procedimentos a serem aplicados:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em

1 Graduada em Licenciatura em História pela UEPG/UAB (2014). E-mail: tltsnk@yahoo.com.br

2 Orientadora. Mestranda no Programa de Pós Graduação em História PPGH pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

3 Assim como na cidade de Mallet, conforme informação disponível da Secretaria de Estado do Turismo do Governo do Estado do Paraná, disponível em <<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>> Acesso em 12 mar. 2014.

“isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori (CERTEAU, 1982, p. 80).

Para o referido autor, o historiador pode participar de duas realidades, o real conhecido (o passado) e o real buscado enquanto operação científica (pesquisa acadêmica) (1982, p. 45). Dessa forma, faz-se necessário desconstruir e construir os conhecimentos através das fontes disponíveis.

Por esta razão, entendo como história esta prática (uma “disciplina”), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma “produção”. Certamente, em seu uso corrente, o termo história conota, sucessivamente, a ciência e seu objeto – a explicação que se diz e a realidade daquilo que se passou ou se passa. Outros domínios não apresentam a mesma ambiguidade: o francês não confunde numa mesma palavra a física e a natureza. O próprio termo “história” já sugere uma particular proximidade entre a operação científica e a realidade que ela analisa (CERTEAU, 1982, p. 32).

Tendo a história o passado como objeto, o historiador busca preencher as lacunas do presente em seu discurso. Busca reviver o acontecido que até então se encontrava inerte, esperando para ressuscitar nas práticas de um historiógrafo.

[...] Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida (CERTEAU, 1982, p. 46).

Pela pluralidade de fontes que a história dispõe - documentos, imagens, relatos, etc. - optou-se em utilizar a oralidade como uma das ferramentas de trabalho da pesquisa. Sua importância se percebe nas palavras de Carla Pinsky: “Uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (PINSKY, p. 167, 2008).

Outros campos nos quais a História oral pode ser útil são a História do cotidiano (a entrevista de história de vida pode conter descrições bastante fidedignas das ações cotidianas); a História política, entendida não mais como História dos “grandes homens” e “grandes feitos”, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse; o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc; Histórias de comunidades, como as de bairro, as de imigrantes,

as camponesas etc, podendo inclusive auxiliar na investigação de genealogias; História de instituições, tanto públicas como privadas; registro de tradições culturais, aí incluídas as tradições orais, e História da memória (PINSKY, 2008, p. 166).

O entrevistado, Senhor Audio Morski, foi escolhido por ter participado do processo de colonização do município de Prudentópolis sendo neto de imigrante e um dos descendentes ucranianos mais antigos no local onde mora. Sempre foi agricultor, profissão herdada do pai; atualmente tem 70 anos de idade e reside na Linha Pimental, uma das localidades rurais de Prudentópolis. Para ele foram propostas algumas questões e total liberdade para respondê-las. Posteriormente as informações foram analisadas e transcritas. Ao se escolher a história oral como fonte e a entrevista como ferramenta, permitiu-se valorizar o entrevistado enquanto sujeito histórico e personagem ativo da história nesse processo colonizador.

A entrevista de História oral deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. Trata-se, pois, de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor. O indivíduo único e singular, o ser psicológico, dá sentido a uma série de concepções e práticas em nosso mundo, e o pesquisador que opta por trabalhar com a História oral deve ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça esses valores (PINSKY, 2008, p. 169).

Além da entrevista, livros, teses e dissertações compuseram a bibliografia consultada, todos estes relacionados ou correlacionados ao assunto pesquisado com o intuito de fornecer o entendimento necessário e ampliar

Brasil e o processo migratório

A partir do século XIX, com a abolição da escravidão e a necessidade de mão de obra para as fazendas, o Governo Imperial (e posteriormente o Republicano) decidiram incentivar os processos migratórios para nosso país, momento este favorável para o Brasil, já que muitos elementos europeus auxiliaram neste processo de expulsão de seus conterrâneos de suas pátrias. Dentre estes, podemos citar vilarejos com traços de feudalismo, locais de frequente beligerância, problemas religiosos e políticos, Revolução Industrial (trabalho artesanal não conseguindo competir com as fábricas) e fome (por falta de terras para o cultivo e desgaste

natural pelo excesso de plantio contínuo) que afetavam o Velho Continente.

“Agentes” espalhavam pela Europa artigos, livros e comunicados sobre as condições oferecidas pelo Brasil. Nos países eslavos, tais agentes encontraram campo dos mais propícios para sua atuação, e a propaganda decaía em lamentáveis excessos, que exploravam a credulidade do camponês. [...] A partir de 1895, teve início uma verdadeira debandada de camponeses da Ucrânia para o Brasil, às custas do governo republicano. No decurso de dois anos, mais de cinco mil famílias abandonaram suas aldeias e, na grande maioria, fixaram-se no Paraná; entre 1897 e 1907, mais de mil emigraram às próprias custas. Com a renovação do transporte gratuito em 1907, novas grandes levas de emigrantes dirigiram-se ao Paraná (BORUSZENKO, 1995, p. 08).

Incentivando a imigração europeia, o Brasil pensava, acima de tudo, em alternativas para resolver alguns problemas que poderiam atrasar sua expansão e seu estabelecimento no mercado mundial enquanto buscava afirmar a sua nacionalidade. Esses fatores geopolíticos, como a possibilidade de perder os territórios sulistas para os países vizinhos, mercadológicos, pensando no abastecimento do mercado local, estratégicos ao colonizar os vazios demográficos e a necessidade da criação de um exército para uma futura precaução, bem como tecnológicos, ao permitir que os imigrantes trouxessem conhecimentos e técnicas novas de cultivo, eram evidenciados nesse contexto. A abolição da escravidão também fora um fator decisivo, já que a mão de obra era necessária para os cafezais brasileiros.

No Brasil do século XIX, a política de imigração visava a atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas. O imigrante desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Além destes elementos, havia também uma preocupação governamental em fazer um branqueamento da população, como se percebe no discurso de Oliveira: “O imigrante além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação” (OLIVEIRA, 2002, p. 10). Como o Brasil era um país essencialmente mono-

cultor e latifundiário em sua estrutura fundiária, a imigração poderia servir para a mudança deste cenário, tornando o Brasil uma nação com pequenas propriedades e de múltiplas culturas.

A propaganda feita no estrangeiro era enorme e o Brasil era mostrado como a terra prometida, local de vida fácil. O governo financiava a passagem (posteriormente paga muitas vezes com o trabalho de abertura de estradas no local da colonização) da vinda das famílias que tivessem interesse e entregava, a preços baixos, uma quantia de terras para o assentamento, bem como, fornecia ferramentas para a colonização. Tudo o que era necessário para colonizar era propiciado.

O governo facilitava

a entrada dos imigrantes, garantindo-lhes o pagamento da viagem de terceira classe em navio, desde o porto de embarque até ao de desembarque; providenciava a sua recepção e manutenção desde a chegada ao porto de desembarque até ao prosseguimento da viagem para as localidades e colônias [...] (BURKO, 1963, p. 45).

Havia até um boato, e muitos emigrantes ingênuos deixavam-se acreditar, que macacos domesticados faziam todas as tarefas nas propriedades, e que não havia necessidade de trabalhar, apenas administrar estes empregados. O incentivo brasileiro durou aproximadamente 10 anos, sendo suspenso e voltando à vigência alguns anos depois.

Durante a suspensão, muitas famílias venderam seus pertences e suas terras (por vezes abaixo do preço) para prover o valor necessário das despesas de viagem por causa de agentes que ainda incentivavam a emigração com promessas duvidosas.

Falando da terra livre, altos salários e até mesmo “ruas pavimentadas com esmeraldas”, encorajaram e seduziram o povo a sair para o Novo Mundo. Na verdade, os incentivos de passagens pagas e concessões terrestres, que foram inicialmente oferecidas aos potenciais imigrantes pelo governo brasileiro, foram suspensas no final de 1895, embora muitos europeus fossem levados para o Brasil pelas ações de agentes duvidosos que continuaram a fazer estas e outras promessas falsas (MORSKI, 2000, p. III, tradução nossa).⁴

Nesse contexto ainda e tendo em vista a possibilidade de uma entrevista contradizer generalizações do passado, ampliando a percepção histórica

4 Telling of free land, high wages and even of “streets paved with emeralds”, they encouraged and enticed the people into leaving for the New World. In the fact the incentives of paid passage and land concessions, which were initially offered to prospective immigrants by the Brazilian government, were suspended in late 1895, although many Europeans were led to Brazil by the actions of duplicitous agents who continued to make these and other false promises (MORSKI, 2000, p. III).

(PINSKY, 2008, p. 166) o descendente de imigrante Audio Morski nos diz que:

[...] alguns dos brasileiros que iam pra Ucrânia diziam: aqui no Brasil, aqui a turma se obriga a plantar feijão, milho; criar vaca, porco e galinha porque diamante e ouro tem, mas aqui não precisa trabalhar, só juntar ouro e diamante e trocar por mantimento e ficar de papo pro ar! Ah, quantos coitados que venderam tudo o que tinham e que “malmente” deu pra pagar a passagem, que não era cara, o que era caro era a pensão do navio e chegando aqui percebiam que a história era bem diferente, daí não tinha dinheiro pra voltar e se obrigava a ficar por aqui (informação verbal)⁵.

Como a viagem durava em média um mês, sem contar o tempo de deslocamento entre os países da Europa até chegar ao porto de Gênova na Itália, o valor investido era alto. Além das despesas de deslocamento terrestre, taxas, alimentação, passagens marítimas, serviços do agente de viagem, havia uma quantia mínima que nos portos eram exigidas que o imigrante portasse para que pudesse emigrar. Esse valor variava conforme o destino na época, porque cada país tinha suas regras. Não só o Brasil atraía imigrantes para seu território, mas Canadá, Estados Unidos da América, Argentina e Sibéria eram locais de alta receptividade.

Ucrânia no século XIX

A Ucrânia encontra-se no leste europeu, sendo o segundo maior país da Europa, faz fronteira terrestre com a Eslováquia, Moldávia, Romênia, Polônia, Hungria, Bielorrússia e Rússia e fronteiras marítimas com o Mar Negro e o Mar de Azov. Sua origem remonta o século IX, com o estabelecimento do Principado de Kiev. Pela sua localização e durante toda sua história, sempre foi um lugar que apresentou conflitos em relação às nações vizinhas que desejavam apoderar-se do seu território. Cabe ressaltar que do fim do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, a porção ocidental da Ucrânia pertencia ao então Império Austro-Húngaro, sob o domínio dos judeus e poloneses. A porção oriental, por sua vez, pertencia ao Império Tzarista da Rússia, como se percebe na fala de Haneiko:

O imperialismo russo – primeiro czarista, depois comunista – veio sob o pretexto da “fraternidade dos povos” aniquilar a herança cultural e espiritual da Ucrânia: sua língua, sua tradição, sua religião –

enfim sua originalidade e até mesmo sua identificação nacional, impondo-lhe algo estranho à sua essência (HANEIKO, 1974, p. 7).

Ainda nesta época, falta de empregos, escassez de terras cultiváveis, superpovoamento no campo, foram fatores que fizeram os ucranianos buscarem uma vida nova num local novo. Mesmo que os laços feudais tenham sido abolidos antes do século XIX, na Ucrânia até meados desse período em questão, a servidão era um dos temas que assombravam a população, como se percebe no relato do nosso entrevistado:

[...] eles vieram pro Brasil porque lá já era uma superpopulação né, as terras já eram pequenas, pouca área pra plantar pra muita gente, outra que eles viam com aquele problema de serem dominados pela Rússia, e esse era o pior de tudo, e o Brasil era grande em extensão, tinha dificuldades, mas era livre. E eles de tanto ser colocado contra a parede pela Rússia, acharam melhor pular no inferno, no desconhecido, como diz aquele ditado antigo, melhor morrer em pé lutando do que viver de joelho (no caso aqui para outra nação) (informação verbal)⁶.

Outro fator que promovia constantes conflitos para os ucranianos provinha do seu próprio solo, um dos mais férteis da Europa, que lhe atribuía nomes como celeiro da Europa e tesouraria do mundo (BURKO, p.17), terra cobiçada pelas nações vizinhas.

Os geógrafos costumam designar o território ucraniano como um dos mais ricos da Europa em vista dos seus recursos agrícolas e minerais. Abrange ele uma área de “tchornozem” – famosas terras negras das mais ricas do continente europeu – e uma outra de vastas extensões de campos, chamados estepes, onde o solo, embora fértil, é menos rico (BURKO, 1963, p. 16).

O embarque

Após entrar em contato com propagandas e agentes de viagens sobre a receptividade e promessas do Brasil, as famílias deixavam ou vendiam seus bens. Era para as cidades de Lviv e Stryi, na Ucrânia, que os emigrantes se direcionavam, local este onde toda a documentação necessária para a viagem era feita.

Para os que escolhiam Lviv, depois dos passaportes serem emitidos e demais formalidades serem cumpridas, o trajeto até o Porto de Gênova

⁵ Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

⁶ Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.



Figura 1: Mapa da rota utilizada pelos emigrantes ucranianos até o Porto de Gênova, na Itália, entre 1891 até 1914.
Fonte: (MORSKI, 2000, p. IV)

era bastante extenso. Passavam pela Polônia, República Tcheca, Áustria, então chegavam à Itália. Para os que escolhiam Stryi, obrigatoriamente passavam pela Eslováquia, Hungria, Croácia, Eslovênia, então à Itália. Estes percursos foram utilizados entre os anos de 1891 a 1914 pelos ucranianos que desejavam emigrar.

Durante a viagem, com falta de ter o que fazer e tempo de sobra, a imaginação ocupava os pensamentos e planos do emigrante, já saturado de sofrimentos e ciente na prosperidade vindoura.

Durante a viagem a sua imaginação ansiava por antever coisas maravilhosas, por vislumbrar no horizonte, que ficava além das águas do Oceano, um mundo resplendente... onde tudo era novo, radiante, fácil... Fugia ele das dificuldades, das perseguições religiosas e políticas, da guerra, da dominação de estrangeiros, da miséria e, algumas vezes, da própria fome. E, navegando, entusiasmava-se de poder, dentro em breve, estar longe de tudo isso (BURKO, p. 51, 1963).

O desembarque

Após várias semanas navegando, a chegada em solo brasileiro era comemorada. Devido às intempéries climáticas, doenças e fome, muitos não

conseguiram terminar a viagem, tendo seus corpos lançados ao mar.

A chegada não se fazia próxima do local do assentamento. Os ucranianos, assim como outros imigrantes, desembarcavam na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Eram alojados em uma hospedaria, recebiam sua primeira alimentação em terras brasileiras e ali ficavam até que as formalidades do desembarque fossem completadas. Nesse local, não bastasse às dificuldades já transpostas, outras apareciam, como se observa no discurso presente no jornal *Batkivshchyna* que circulava na Ucrânia:

As condições aqui são terríveis. Não há lei e nem ordem e ninguém se atreve a sair para fora ou no seu vizinho durante a noite sem carregar uma arma ou uma faca. Assassinato era comum e os próprios policiais são ladrões. Todo mundo faz a sua própria justiça (BATKIVSHCHYNA, Ucrânia, jul. 1896 apud MORSKI, 2000, p. VI, tradução nossa)⁷.

Depois desse tempo os imigrantes eram encaminhados às zonas de assentamento, ou seja, viajavam de navio até Paranaguá ou de trem para as cidades de Pinheiro, Curitiba ou Prudentópolis. Alguns eram direcionados para o Estado de São Pau-

⁷ The conditions here are terrible. There is no law and order and no one dares to go outside to his neighbour at night without carrying a gun or a knife. Murder is a commonplace and the police themselves are thieves. Everyone make his own justice (MORSKI, 2000, p. VI).

lo, sendo esse transporte custeado pelo governo.

Antes de chegarem à Prudentópolis, os imigrantes ucranianos ficavam alojados em barracas na localidade de Pinheiro, atualmente nas proximidades de Irati. Não se sabe ao certo se o Governo desejava colonizar este lugar nesse momento com os ucranianos, ou se isto foi apenas uma das etapas até as formalidades legais para o assentamento em Prudentópolis serem resolvidas.

Passavam-se dias, meses, até poderem dirigir-se a sua nova terra. A vida nessas instalações era precária, não tinham as mínimas condições de higiene e conforto. Muitos não aguentavam e acabavam morrendo antes mesmo de efetivar sua busca por um pedaço de terra no novo mundo. Como nos aponta Morski: “Ficamos nestas barracas durante três meses completos. As condições eram terríveis. Quantos do nosso povo morreram! E não de cólera, que nós lançamos ao mar com nossos casacos, mas de febre amarela. Havia diariamente entre oito a dez mortes” (HOTZAILUK apud MORSKI, 2000, p. 25, tradução nossa)⁸.

Prudentópolis e sua colonização

Dentre tantos locais para receber os imigrantes, foi em Prudentópolis, na época São João de Capanema, na região Centro-Sul (segundo planalto paranaense) do Estado do Paraná que os ucranianos se concentraram. Para os que desejavam migrar para o Brasil, era o local que mais se assemelhava em relação ao clima europeu.

Passado alguns meses de extrema miserabilidade para os imigrantes em Pinheiro, estes eram remanejados para seu local de permanência efetiva. Chegando, o cenário não era muito diferente do que já tinham vivenciado, conforme se pode perceber na fala do nosso entrevistado: “*Saíram de uma miséria pra ir pra outra. Não tinham o que comer, não tinham onde trabalhar, não tinham ganho. Tinha serviço de derrubar mato, árvore, mas isso era pra quem tinha experiência, eles só sabiam plantar*” (informação verbal)⁹.

Continuaram por meses em barracas, aguardando o governo tomar providências em relação às quais terras seriam divididas, distribuídas e coloni-

zadas. O local ainda não estava pronto para receber os imigrantes, ou para que quando chegassem logo fossem remanejados e já assentados.

Desconhecendo por completo a língua do país, tiveram ainda que enfrentar dificuldades de transporte e escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Vieram quase desprovidos de recursos, com pouca economia, e já ao desembarcar vinham às primeiras provas. Nem o Governo do Brasil, que naquela época era ainda uma nóvel república, achava-se em condições de encaminhá-los a uma vida mais fácil. As revoluções intestinas que marcaram os primeiros anos do novo regime não permitiam que a administração pública desse muita atenção aos problemas menores. A crise financeira que sobreveio com a República, e antes ainda, com a libertação dos escravos, impedia qualquer ajuda mais adequada aos imigrantes que chegavam por essa época [...] A assistência do Governo limitava-se, pois, ao pagamento de transportes marítimos e terrestres até ao destino definitivo, a uma pequena ajuda financeira nos primeiros dias e a distribuição quase gratuita de lotes para aqueles agricultores que se mostravam capazes e dispostos a cultivá-los (BURKO, 1963, p. 52).

Além das dificuldades já sofridas até então, um boato passou a circular na colônia e a alimentar o imaginário dos imigrantes, de que talvez tivessem que voltar para a Ucrânia, o que os deixava esperançosos de fugir de uma realidade tão difícil quanto a que viviam na sua terra natal.

Nós já estávamos aqui durante nove meses e o governo brasileiro não forneceu suporte. Rumores estavam se espalhando que os imigrantes seriam enviados de volta para a Galícia. Alguns dos colonos, acreditando nessas histórias, esperaram que os navios a vapor chegassem e com isso perderam um tempo precioso. Todo mundo sofria de terrível pobreza. Não havia comida, nem dinheiro, nem trabalho. As pessoas comiam pinhões e os miolos das palmeiras. Eles também coletavam cogumelos, pois eram tão comuns aqui como no país de origem, mas por vezes eram venenosos e acabavam morrendo (HOTZAILUK apud MORSKI, 2000, p. 27, tradução nossa)¹⁰.

Em Prudentópolis nessa época, dois nomes merecem destaque no quesito de ajudar os ucranianos. Eram os amigos João Pedro Ditzel e Anto-

9 Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

10 We had now been here for nine months and the brazilian government was no longer providing support. Rumours were spreading that the immigrants would be sent back to Galicia. Some of the settlers, believing the stories, waited for the steamships to arrive and in so doing wasted precious time. Everyone suffered from terrible poverty. There was no food, no money, no work. The people ate pinhoes and the soft centres of palm trees. They also collected mushrooms, many dying from the poisonous ones wich were just as common here as in the old country (MORSKI, 2000, p. 27).

nio Nascimento Buava. Ditzel o maior atacadista de mantimentos e materiais e Buava, que era português, um dos maiores proprietários de terras, possuía 550 alqueires (informação verbal)¹¹.

Buava, percebendo a dificuldade das famílias imigrantes em sobreviver, permitiu que alguns colonos trabalhassem em suas terras, sempre ensinando alguns costumes brasileiros, assim como a língua e como as tarefas deveriam ser executadas. Ainda utilizando-se das palavras do nosso relator, observa-se:

O véio tinha o que comer, ensinava eles a trabalhar no sistema agrícola, e assim foi, ele era velho, mas tinha dinheiro, não era preguiçoso, tinha vontade de trabalhar, então ele pagava quem ajudasse a roçar, e daí plantava milho, feijão, mandioca; criava porco, tinha vaca de leite, pelo menos comida não faltava pra ele (informação verbal)¹².

Com a morte do Sr. Buava, quem assumiu a administração das terras foi seu genro, que não gostava de trabalhar com a terra como o sogro e cultivava tão pouco que não supria nem seu consumo. Como as terras herdadas tinham como limites dois rios, de um lado o Rio São João e do outro o Rio dos Patos, a pesca era uma das formas de se alimentar com fartura, assim como a caça na floresta e o pinhão no inverno. Dessa forma, ferramentas, roupas e alimentos eram comprados a fiado no comércio do Sr. Ditzel. E ao final de três anos fornecendo fiado, o comerciante se viu obrigado a receber o valor da dívida em terras, já que seu cliente não dispunha de dinheiro para pagamento.

Ditzel, que além do comércio e antes desse pagamento já possuía muitas terras, resolveu comentar com o Coronel João Lech, que os brasileiros chamavam de “Leque”, se o mesmo, pela amizade com o governador, não iria até Curitiba e explicaria o problema que os ucranianos estavam enfrentando. Sem terras, sem emprego, seria necessário verificar o que o poder público (Governo do Estado), que até então, nada tinha feito, não comprava essas terras que ele pegou na dívida com o genro do Sr. Buava e dividia e vendia para os imigrantes terem onde morar e plantar, conforme se percebe no discurso do Sr. Audio Morski:

João Pedro Ditzel falou pra ele (o Coronel) ir pra Curitiba e apresentar o problema lá pro Governador

do Estado, pois os colonos não tinham terra, não tem onde plantar, onde trabalhar, não tem emprego pra ganhar algum dinheiro e ninguém faz nada, ninguém se mexe; aí o governo me devolve o mesmo dinheiro que eu paguei pela terra, loteia e vende pra eles, pra eles ter onde morar e trabalhar. Ele foi e apresentou o problema e a proposta pro governador e ele topou de vereda, concordou e mandou indenizar o Ditzel e o engenheiro picar as terras em 55 lotes de 10 alqueires, sendo que deu mais lotes porque também compraram os terrenos de uma tal de Crioula Batista que entrou na soma e daí foi vendido a prestação pros imigrantes, não sei se era 10 ou 20 anos pra pagar, sei que o prazo era cumprido (informação verbal)¹³.

Depois de cumpridas todas as etapas burocráticas para a compra, cada família seguia por sua responsabilidade até sua propriedade. Da cidade até suas terras, muitos obstáculos precisavam ser transpostos. Além da distância, animais selvagens e peçonhentos completavam a jornada; por vezes ataques indígenas ceifavam famílias inteiras, conforme relato do nosso depoente: “Naquele tempo não se tolerava índio, índio era bicho, matou fica por isso mesmo, não tinha valor nenhum. Apareceu, escorava e matava e deixava o corpo pros urubus comer; essa era a ordem, não era que nem hoje”.

Não havia estradas mata adentro, apenas carreiros. Não obstante os perigos da floresta, a má alimentação, o período de adaptação climática e as doenças aniquilavam mais vidas. Segundo Morski: “Eles eram extremamente sensíveis e sucumbiam à doença, especialmente de febre amarela, enquanto outros morreram de fome ou exposição aos elementos. Alguns morreram em confrontos violentos com os índios brasileiros” (MORSKI, 2000, p. VI, tradução nossa)¹⁴. Chegando à terra prometida, os problemas não acabavam. Derrubar a mata nativa e virgem, extremamente densa e robusta tanto para obtenção de madeira para construção de casa ou para permitir o plantio era uma tarefa árdua.

A maioria dos integrantes da primeira leva de imigrantes vinda ao Paraná foi encaminhada às terras não desbravadas no segundo planalto paranaense, onde tiveram que realizar todas as tarefas de áreas pioneiras, a começar pela derrubada das matas para a realização de suas culturas. Assim, os primeiros anos de seu trabalho foram árduos, e só posteriormente o colono arando anualmente alguns alqueires de terra, pôde produzir o bastante para si [...] (BORUSZENKO, 1969, p. 430).

As casas construídas pelos imigrantes, segundo Burko, eram uma combinação esquisita entre um

11 Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

12 Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

13 Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

14 They were extremely susceptible and succumbed to disease, especially yellow fever while others died from starvation or exposure to the elements. Some perished in violent confrontations with the Brazilian Indians [...]” (MORSKI, 2000, p. VI).

humilde lar europeu e uma choupana cabocla brasileira (p. 53, 1963), um misto entre a arquitetura conhecida e os materiais disponíveis para tal empreita.

Não havia auxílio de terceiros, eram os próprios membros da família que se ajudavam, pois o vizinho mais próximo certamente estaria a quilômetros de distância e na mesma situação. Muitas famílias contavam apenas com algumas peças de roupa para cada membro porque enquanto viajavam, os agentes de viagem comentavam que no Brasil não precisariam delas assim como de cobertas e mantas para se aquecer, já que o país tinha clima subtropical. Para cada obstáculo transposto, outra dificuldade aparecia; como podemos observar nas palavras do Sr. Audio Morski:

Aqui [no assentamento] eles enfrentaram outros problemas, que era a miséria deles, eles não tinham recurso, a população que vivia aqui eles também eram pobres e não tinham como ajudar, o sistema de trabalho aqui era totalmente diferente do que eles estavam acostumados lá, enfrentaram toda espécie de dificuldade. Lá as terras eram planas, eram férteis e são até hoje, só plantar, então eles trabalhavam com o arado, tração animal, não tinha essa história de ter que derrubar mata como aqui encontraram, mata virgem, peroba, pinheiro e monjoleiro, árvores que falam que são centenárias, mas na verdade eram milenar, tudo às custas de machado, pra poder derrubar alguma mata e poder plantar algum milho, feijão, semear trigo e esse não é qualquer lugar que produz, tinha que ser daí com enxada, porque não tinha arado e se tivesse nem entrava no meio do mato (informação verbal)¹⁵.

Não havia locais próximos para compra de alimentos ou ferramentas. Caso algum incidente acontecesse, morrer era uma constante. Não havia vizinhos, nem igrejas, nem hospitais; estavam à mercê da sorte. Qualquer espécie de socorro estava à quilômetros de distância. Em 1897, a quantidade de mortos ultrapassava 3.000 (MORSKI, 2000, p. VI) e constantemente se ouvia dizer que havia mais imigrantes no cemitério do que vivos. O que mais matava eram as doenças, os animais selvagens ou peçonhentos e conflitos com indígenas. Não se aconselhava sair sozinho na floresta, e de forma alguma sair à noite. Desbravar em grupos era uma estratégia que ajudava.

Depois da moradia, que era uma das prioridades, os imigrantes passaram a cultivar ainda que em pequenas proporções feijão, arroz, milho, mandioca, batata, trigo, centeio e o linho, produtos para

subsistência. Alguns poucos conseguiam criar galinhas, porcos e vacas também, mas estes eram bens mais escassos no início do assentamento.

Passados alguns anos os colonos, percebendo o mercado da época, complementaram suas rendas com a extração e beneficiamento da erva mate. Na tentativa de conseguir um dinheiro extra, passaram também a vender os produtos excedentes de suas áreas cultivadas, realizando viagens para isso:

Passaram também a tomar parte no transporte dos produtos agrícolas e mercadorias diversas, feito na primeira metade deste século em grandes carroções cobertos, puxados por 8 a 12 cavalos, percorrendo nas viagens que duravam várias semanas, distâncias enormes [...] (BORUSZENKO, 1969, p. 430).

Não fora uma empreitada fácil até se alcançar um mínimo de conforto que atendesse as necessidades básicas dos colonos e os tirasse da linha entre o insuportável e o suportável nos assentamentos. As dificuldades tiraram o sono, o suor e o sangue de muitos imigrantes nessa jornada, como afirma nosso entrevistado:

Foi sofrido, porque chegaram aqui e não era nada como o prometido, passaram fome, necessidade, porque não tinha recurso, não tiveram um começo, começaram do zero mesmo; porque a pessoa quando tem um começo, tem ferramenta, tem terra, tem semente, tem casa pra morar, aí só vai, mas eles não tinham nada, tinham só terra, ganharam as ferramentas do governo, mas não tinha semente, não tinha criação, não tinha o que comer. Se quisesse casa, tinha que derrubar a árvore, fazer tábua, não tinha serraria, ou era madeira lascada ou com serra manual no meio do mato mesmo (informação verbal)¹⁶.

A Religiosidade

A religiosidade foi um elemento fundamental de sobrevivência da etnia ucraniana em Prudentópolis. Fundamental porque foi a diferença entre o insuportável e o tolerável, ao servir de conforto e motivação para os assentados. A religião estava presente em todo o momento, ajudando a manter os laços étnicos com a terra mãe. A língua e os costumes se mantiveram através dela e a devoção contribuiu para que muitos não abandonassem o Brasil e voltassem para a Ucrânia devido às mesmas dificuldades extremas encontradas lá. Ela contribuiu para manter as identidades de seus representantes, mesmo nos anos de ausência sacerdotal

15 Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

16 Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

como se percebe na fala de Boruszenko: “Nos primeiros tempos da imigração viram-se os imigrantes privados de toda assistência religiosa, por falta de sacerdotes, mesmo brasileiros, com os quais não podiam entender-se por não conhecerem a língua” (BORUSZENKO, 1969, p. 431).

Datas como Páscoa e Natal, assim como os dias santos, passaram sem visita a igreja e participação em celebrações. Mas no calor familiar eram comemoradas, na medida do possível, de maneira mais próxima de como eram na Europa. Segundo Morski: “Não havia nenhuma igreja aqui quando chegamos. Dias Santos, como Natal e Páscoa eram celebrados em casa. Lembro-me que o Pai abençoou a paska¹⁷ com água benta e recitou “Pai Nosso”. Foi assim que comemoramos” (PACEVIEZ apud MOR-SKI, 2000, p. 12, tradução nossa)¹⁸.

Em 1897, fruto da união dos imigrantes, uma igreja começa a ser construída. Desde as madeiras até a mão de obra eram doadas pelos imigrantes; homens, mulheres e crianças compunham a força de trabalho, cada um a seu modo. Foram anos de luta, até em 1900 a terminarem por completo (MORSKI, 2000, p. 12).

O conforto espiritual que a religião propiciava ajudou os imigrantes a não desistirem. Além da língua comum e da terra natal, era na igreja que todos se igualavam e aliviavam suas dores. Frequentar uma igreja era o meio mais próximo de uma vida social ucraniana no Brasil, já que nada mais se assemelhava ou organizava-se como na Europa.

Considerações finais

Esta pesquisa desenvolveu algumas reflexões acerca da imigração ucraniana e de como ocorreu à colonização do município de Prudentópolis por esta etnia, segundo relatos orais e fontes pesquisadas. Muitas informações citadas neste trabalho sobre o processo colonizatório desse local são particularidades específicas dessa região, não podendo ser encontrados em outros lugares, ainda que estes tenham sido também colonizados com imigrantes ucranianos.

Foram expostos alguns elementos que com-

puseram esse processo, como os motivos do expatriamento, as dificuldades do trajeto, a dura realidade no Brasil, os inúmeros obstáculos que precisavam ser transpostos e que em alguns casos, levaram anos para serem vencidos; todos, fatores muito presentes no cotidiano do imigrante.

De fato, os primeiros imigrantes que aportaram no Brasil tiveram que superar dificuldades iniciais bem áspers. Sem auxílios técnicos necessários, foram muitas vezes, designados, quais novos bandeirantes, para desbravar regiões incultas; “sem ferramentas para o trabalho, sem sequer facões para abrir picadas” [...] (BURKO, 1963, p. 52).

Percebeu-se que a vida do colono durante muitos anos foi posta a prova, testando a coragem e perseverança dos mesmos diante da realidade amarga. Apesar das provações e com o passar do tempo, descobriram que com muito trabalho, conquistavam aos poucos a tão buscada prosperidade de que sonhavam. Muitos já não desejavam voltar à Ucrânia, mas terminar suas vidas na terra em que lhes acolheu, acolhida essa sem muitas regalias, mas que forneceu um pedaço de terra e liberdade, dois elementos em falta na terra natal no momento do embarque; como se observa no relato do Sr. Audio Morski:

Eles viviam cada vez melhor, porque daí eles iam aprendendo e aumentando a plantação, a criação. Deu pra viver melhor que na Ucrânia, chegou um tempo depois que eles falavam de nem voltar mais pra lá, mas no começo eles sofreram, pagaram até os pecados que nem tinham. E daí depois lá na Rússia, na Primeira Guerra nem tanto, mas na Segunda Guerra que foi mais feia a coisa lá que morreu muita gente, eles agradeciam a Deus por ter tirado eles de lá, que no começo da colonização achavam que tinha ido pro inferno, mas depois das guerras na Europa entendiam que tinham na verdade saído do inferno (informação verbal)¹⁹.

Os imigrantes ucranianos, assim como seus descendentes, somaram esforços para sobreviverem e prosperarem com suas comunidades. O município de Prudentópolis contou com essa força de trabalho onde cada imigrante contribuiu com “o seu quinhão para o desenvolvimento do Brasil” (BURKO, 1963, p. 53).

A presença do imigrante ucraniano e de seus descendentes com suas práticas econômicas, polí-

17 Pão produzido na véspera da Páscoa, que é abençoado pelo Padre no sábado de Aleluia, para ser consumido no domingo de Páscoa (MORSKI, 2000, p. 77).

18 There was no church here when we arrived. Holy days like Christmas and Easter were celebrated at home. I remember Father blessed the paska with holy water and we recited “Our Father”. This was how we celebrated” (MORSKI, 2000, p. 12).

19 Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2014.

ticas e culturais, refletem até os dias de hoje, pois enquanto estes “novos brasileiros” se estabeleciam e se desenvolviam, o país acompanhava-lhes crescendo junto, seja economicamente ou socialmente.

No céu, o Cruzeiro do Sul a simbolizar o espírito cristão da nova pátria e que vinha de encontro às suas convicções trazidas do velho continente. Com as mãos calejadas abriram estradas e foram transformando os sertões em núcleos que até hoje se desenvolvem, contribuindo para a grandeza do país (BURKO, 1963, p. 54).

Infelizmente, muitos dos ucranianos envolvidos no processo de colonização não viram seus objetivos serem alcançados, devido a péssimas circunstâncias e mortes prematuras, mas certamente “se eles pudessem voltar por um dia só para ver que nada foi em vão” (MORSKI, 2000, p. VIII, tradução nossa) constatariam que seus esforços, sacrifícios e sofrimentos não foram inúteis e teriam orgulho ao saber que colaboraram para o desenvolvimento de sua segunda pátria.

Referências:

Livros:

- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**; um estudo da imigração ucraniana. 1º Edição. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1996.
- BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: Colonização e Migração. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Eurípedes Simões de Paula org. São Paulo, 1969, p. 423-439.
- _____. **Os ucranianos**. 2. Edição. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, vol.22, n.108. Curitiba: out, 1995.
- BURKO, Valdomiro N. **A imigração ucraniana no Brasil**. 2º Edição. Curitiba: [s. n.], 1963.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HANEIKO, Valdemiro. **Em defesa de uma cultura**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Cobrag, 1974.
- HORBATIUK, Paulo. **Imigração Ucraniana no Paraná**. 1º Edição. Mallet: Uniporto, 1989.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2º Edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- MORSKI, Jeffrey Picknicki. **Under the Southern Cross**. A collection of accounts and reminiscences about ukrainian immigration in Brazil, 1891-1914. Tradução de Talita Seniuk. 1º Edição. Canadá: Watson Dwyer Editora, 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. 2º Edição. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2002.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2º Edição. São Paulo: Contexto, 2008.
- WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9º Edição. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Teses e dissertações:

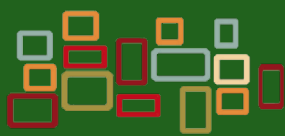
- CAMPIGOTO, José Adilçom; SCHORNER, Ancelmo; NOVAK, Joceli. Festas e ritos, memória e diversidade cultural. 2012. Artigo. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**. Disponível em: <<http://www.questia.com/read/IGI-323658501/festas-e-ritos-memoria-e-diversidade-cultural>>. Acesso em: 01 mar. 2014.
- GARCIA, Neiva Mara Zanin. **Estudo linguístico-etnográfico em comunidade paranaense de imigrantes ucranianos**: do passado ao presente. 2008, 137f. Dissertação (Pós-Graduação em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000145180>>. Acesso em: 01 mar. 2014.
- GARIN, Leonardo Podolan. **Imigração ucraniana em Curitiba**. 2010, 72f. Dissertação (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2012/06/GARIN-Leonardo-PodolanoI.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2014.
- RAMOS, Odinei Fabiano. **Experiências da colonização eslava no centro-sul do Paraná** (Pruentópolis 1895-1995). 2012, 219f. Tese (Pós-Gra-

duação Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/ucranianos-poloneses-brasileiros-fronteiras-etnicas-identitarias-em-prudentopolis-pr/id/20292795.html>. Acesso em: 01 mar. 2014.

TENCHENA, Sandra Mara. **Memória de mulheres ucranianas**: recriação de tradições em Prudentópolis – Paraná. 2010, 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=194969>. Acesso em 01 mar. 2014.

Entrevista:

Audio Morski. Entrevista concedida a Talita Seniuk. Ponta Grossa, 25 de janeiro de 2014. Acervo da pesquisadora.



Ateliê de História

Palavras - chave:
História, cinema, didático,
vídeo.

O USO DAS OBRAS FÍLMICAS COMO MATERIAL DIDÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.

Sidney Carneiro Ferraz ¹

Lucas Patschiki ²

INTRODUÇÃO

Resumo: Este artigo pretende fazer um breve relato da História do cinema nacional e dos documentários no Brasil, ainda tem a proposta de proporcionar aos educadores a análise das técnicas de exibição das obras fílmicas em sala de aula e sua utilização como recurso pedagógico. Para tanto, utilizar-se-á de concepções de diversos autores acerca da utilização das obras fílmicas e das tecnologias da informação e comunicação como material didático no processo de ensino e aprendizagem. Com as novas tecnologias da informação e comunicação, tornou-se cada vez mais necessário aos educadores a compreensão e a utilização desses recursos em sala de aula. O presente trabalho é composto por três subtítulos, o primeiro História dos documentários e do cinema nacional, que abordará uma síntese da História do cinema nacional e dos documentários brasileiros, o segundo é intitulado A utilização dos filmes e documentários como didática na disciplina de história, o qual abordará a utilização das obras fílmicas como material didático, e o último é intitulado Utilização das obras fílmicas pelos professores nas salas de aula, abordará as técnicas práticas para que o professor possa utilizar as obras fílmicas como material didático no processo de ensino e aprendizagem. Por fim, o presente trabalho é composto por uma conclusão e na sequência encerra-se com as referências.

Saber utilizar as tecnologias da informação e da comunicação, tornou-se uma necessidade para os educadores em sala de aula. Hoje vivemos em uma era que as informações chegam de forma acelerada, dinâmica e inovadora. A grande questão é saber de que forma chegam essas informações, e de que maneira o educador poderá utilizá-las e manipulá-las para o processo de ensino e aprendizagem. O uso dessas imagens pelo educador deve ser realizada de forma cautelosa, principalmente pelo profissional de história, que deverá saber manipular o uso da imagem visual além da simples ilustração das aulas, ou para meras discussões. O uso dos signos visuais devem ser significativos, deve ter intencionalidade, e qualidade.

Nesse sentido, é necessário que o educador realmente conheça essas ferramentas de ensino. Essas ferramentas realmente auxiliam no dia a dia escolar? Os alunos adquirem conhecimentos com essas técnicas? Quais são os reflexos dessas imagens na formação do educando e na construção do conhecimento? Essas imagens refletem os aspectos da sociedade que vivemos? Partindo dessas indagações, existe a necessidade de refletir sobre o uso das obras fílmicas como material didático em sala de aula. Essa ferramenta de ensino abrirá a possibilidade do professor utilizar várias formas de linguagem, além da tradicional. Possibilitará ao educando uma formação mais crítica, onde terão a liberdade do questionamento, tornando-os capazes de serem formadores de opinião e consequentemente formadores de novas ideologias vida e de ensino.

Essas dinâmicas do uso de obras fílmicas em sala de aula proporcionará ao professor a possibilidade de romper com as aulas tradicionais, inovando e criando um material didático personalizado.

Nesse sentido, a utilização das obras fílmicas em sala de aula, proporcionará ao educador a capacidade de modificar o ambiente escolar, podendo educador, intervir, sensibilizar, instigar, criar, manipular, modificar, as obras fílmicas, no sentido de potencializar o processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o professor poderá optar por várias variantes didáticas as quais construirão um processo de aprendizagem mais prazeroso aos educandos.

O presente artigo é composto por três subtítulos. O primeiro é intitulado *História dos documentários e do cinema nacional*, o qual analisar-se-á um artigo disponível no site do Departamento de Cultura do Itamaraty,

¹ Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio de Curitiba, Advogado OAB/PR, Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Internacional Signorelli do Rio de Janeiro/RJ, Graduado em Licenciatura em História pela UEPG/UAB (2014). Email: sidneycarneiroferraz@gmail.com

² Orientador. Doutorando em História/UFG. Mestre em História/UNIOESTE. Bacharel em História/UEPG.

chamado *Breve histórico do cinema brasileiro, Viva o Cinema Nacional*, em breves relatos os leitores poderão conhecer um pouco da história do cinema nacional. Na sequência, analisar-se-á a trajetória dos documentários no Brasil, de que forma foram produzidos, quais os principais produtores, autores e diretores, esse subitem é de suma importância para que os educadores possam ter um pouco de noção de como é realizado e de como os documentários sofrem influências externas.

O segundo subtítulo, *A utilização dos filmes e documentários como didática na disciplina de história*, analisar-se-á as metodologias para o uso das obras filmicas como ferramenta de ensino nas salas de aula. Demonstrar-se-á que os filmes e documentários são utilizados pelo educador como ferramentas que auxiliam no processo de ensino aprendizagem, através da exibição de filmes e documentários o educador consegue que os educandos viagem culturalmente em um mundo onde a imaginação e a realidade caminham juntas. Esse momento de interação, aprendizagem e por que não dizer diversão, serve para que o educando desperte vários sentidos (emoção, curiosidade, alegria, tristeza, etc.). Verificar-se-á, que é possível ao educador proporcionar ao educando no momento da exibição do filme possibilidades de receber diversas informações históricas, sociológicas, culturais, econômicas, políticas, religiosas, etc.

O terceiro subtítulo *Utilização das obras filmicas pelos professores nas salas de aulas*, analisar-se-á um roteiro de exibição para aplicação das obras filmicas como ferramenta didática nas salas de aula. Constatar-se-á que muitos professores, principalmente os da disciplina de História, utilizam-se as obras filmicas de maneira aleatória, sem tomar os devidos cuidados em sua exibição. Nesse contexto, possibilitará aos leitores observar quais são as responsabilidades do educador no momento da exibição das obras filmicas aos seus alunos. Essas reflexões têm como objetivo atingir o processo de conhecimento dos fatos históricos e consequentemente a devida compreensão do conteúdo curricular aplicado em sala de aula.

Espera-se do educador muita cautela no processo de exibição das obras filmicas na sala de aula. O conhecimento dessas técnicas de exibição, possibilitará ao educador a possibilidade de utilizar essa

ferramenta didática de forma eficaz e responsável. Essa metodologia de ensino tem como objetivo transformar as aulas tradicionais, não se prendendo apenas aos livros, giz e quadro negro, possibilitando verdadeiramente o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação em prol da efetividade do processo de conhecimento.

HISTÓRIA DOS DOCUMENTÁRIOS E DO CINEMA NACIONAL

Inicialmente analisar-se-á o artigo disponível no site do Departamento de Cultura do Itamaraty, "*Breve histórico do cinema brasileiro, Viva o Cinema Nacional*", para tanto realizar-se-á uma breve síntese do artigo³.

Quando falamos do início do cinema mundial, utilizamos como marco inicial a invenção do cinematógrafo, inventado em 1895 pelos irmãos Lumière, para fins científicos. O cinema foi uma peça fundamental do imaginário coletivo do século XX, sendo utilizada como fonte de entretenimento ou de divulgação cultural entre os povos do planeta.

O desenvolvimento do cinema brasileiro, no contexto de uma sociedade em desenvolvimento urbano e industrial, passando por um sistema político ditatorial, onde a censura ao direito de expressão teve que ser manipulado com arte e sabedoria, e mesmo com pouco recursos financeiros, acabou resultando em grandes obras cinematográficas, conhecidas internacionalmente. Esse processo cinematográfico passou por diversas crises, culminando com o desencadeamento do processo democrático, o qual proporcionou aos diretores, atores e autores mais liberdade de expressão.

O cinematógrafo chega no Brasil com imigrante italiano Affonso Segretto. Segreto filmou cenas históricas do Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro cineasta no Brasil em 1898. Após a chegada de Segretto, e com a divulgação do cinematógrafo no Brasil, o mercado cinematográfico tornou-se uma nova atração de entretenimento no Brasil. O Rio de Janeiro, então capital do Brasil, foi o centro do início das gravações de pequenos filmes, os quais foram exibidos para plateias urbanas. O crescimento do cinema se deu em proporção ao crescimento urbano e industrial, as pessoas necessitavam de lazer e diversão.

3 Síntese do Artigo, **Breve histórico do cinema brasileiro. VIVA O CINEMA BRASILEIRO!** Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/cinema-e-tv/historia-do-cinema-brasileiro>, dia 23/03/2014.

No início, foi o cinema mudo que fez sucesso, utilizava-se de expressões faciais e corporais para fazer com que o público compreendesse os filmes. No início dos anos 30 chega o cinema falado, existindo a partir desse marco uma disputa comercial entre o cinema americano e o cinema nacional, essa disputa ocorre até os dias atuais.

Da época de 1930, destacam-se grandes cineastas, entre eles podemos destacar o mineiro Humberto Mauro, autor de “Ganga Bruta” (1933), nesse filme fica demonstrado o desenvolvimento da linguagem cinematográfica do cinema nacional da época. Destaque também para as “chanchadas” do estúdio Cinédia, eram comédias musicais com populares cantores do rádio e atrizes do teatro de revista. Pode-se destacar ainda, filmes como “Alô, Alô Brasil de 1935 e Alô, Alô Carnaval de 1936, os quais caíram no gosto popular, serviram para lançar a nível nacional cantores e artistas, como por exemplo a cantora Carmem Miranda.

Na necessidade de equiparação com as produções estrangeira, o cinema nacional necessitava passar por uma evolução, isso levou a criação do estúdio Vera Cruz, no final dos anos 40, representou um marco na evolução do cinema nacional, os diretores brasileiros tinham a necessidade de produzir filmes mais sofisticados. O estúdio Vera Cruz faliu em 1954, deixando para os brasileiros grandes obras cinematográficas, como o Cangaceiro em 1953, de Lima Barreto, que ganhou prêmio de melhor filme de aventura no festival de Cannes do ano seguinte.

Nesse contexto, nasce o movimento conhecido no mundo inteiro como o Cinema Novo. Com o passar dos anos as temáticas nas telas de cinema também mudaram, nos anos de 1960 um grupo de diretores cineastas começaram a gravar filmes com temáticas sociais, pode-se destacar o diretor Glauber Rocha, que dirigiu o filme Deus e o Diabo na Terra do Sol em 1964 e O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro em 1968, o diretor torna-se conhecido no meio cultural brasileiro, contrário as chanchadas, defende uma arte cinematográfica capaz de promover uma transformação social e política. Influenciados por Nelson Pereira dos Santos, diretor de Rio 40 Graus, adepto do movimento neorrealista e diretor do clássico Vidas Secas de 1964, Cáca Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Ruy Guerra, participam de festivais internacionais, e ganham notoriedade e admiração mundo afora.

Nas décadas seguintes, é a época de ouro do cinema brasileiro, mesmo após o golpe militar de 1964, o cinema brasileiro continua em evolução.

Uma nova geração de cineastas conhecida como “Udigrudi”, termo irônico derivado do “underground” norte-americano, continuam a fazer belas obras, utilizando-se de metáforas para burlar as censuras do governo militar, essas obras faziam críticas da realidade que o país passava. Dessa época, ainda destaca-se o diretor Gláuber Rocha, com “Terra em Transe” em 1968, Rogério Sganzerla, diretor de “O Bandido da Luz Vermelha” em 1968 e Júlio Bressane.

Nessa época além dos sucessos dos filmes de realidade social, o público se divertia com as comédias conhecidas como “porno chanchadas”.

O governo militar do presidente Geisel cria, em 1974, uma empresa estatal de cinema, conhecida como Embrafilme, a qual teve um papel importante no cinema brasileiro até a sua extinção em 1990, após o fim do governo militar. Foram dessa época um dos maiores sucessos de público e crítica do cinema nacional, entre eles estão “Dona Flor e Seus Dois Maridos 1976, de Bruno Barreto e “Pixote, a Lei do Mais Fraco” de 1980, de Hector Babenco, esses filmes levaram milhões de brasileiros aos cinemas. O fim do regime militar e da censura, em 1985, aumenta a liberdade do povo e consequentemente dos diretores e artistas de cinema, a liberdade de expressão e a tutela dos direitos fundamentais, indicam novos caminhos para o cinema nacional.

Com o fim da Embrafilme pelo sistema político de extinção de empresas privadas (governo Collor, 1990), os filmes brasileiros perderam espaço no mercado nacional, houve pouca produção, abrindo o mercado desenfreadamente para os filmes estrangeiros, especialmente os norte-americanos. O cinema nacional entra em colapso, e poucos filmes são lançados nos anos seguintes.

Com o passar dos anos o cinema nacional se reergue, através de novas linhas de financiamentos e por meio de incentivos fiscais, o cinema brasileiro passa a receber apoio novamente. Mesmo competindo de forma desigual com as milionárias produções internacionais, o cinema brasileiro começa a se reorganizar e passa por uma retomada do público. O período conhecido como retomada, produz filmes de qualidade e em pouco tempo filmes brasileiros são indicados para concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro, “O Quatrilho” de 1995, O Que é Isso, Companheiro de 1997 e Central do Brasil de 1998, que ganhou o prêmio Urso de Ouro do Festival de Berlim. Enfim nomes como Walter Salles diretor de Terra Estrangeira 1993 e Central do Brasil e Carla Camuratti, diretora de Carlota Joaquina, Princesa do Brasil, de 1995, tornaram-se

diretores conhecidos do público brasileiro, levando milhões de espectadores para os cinemas.

Enfim, 100 anos após os irmãos Lumière, o cinema brasileiro tem novas perspectivas, nas produções de filmes e documentários, com novos investimentos e novas tecnologias o cinema brasileiro novamente vai ganhando espaço no mercado mundial⁴.

Juntamente com o cinema a televisão o cinema a partir do século XX tornou-se uma indústria produtora e difusora de sonhos, comportamentos, memoriais e versões históricas. Nesse sentido Rossini, diz que em,

... fins do século XIX, o cinema passou a atrair a atenção do grande público, tornando-se, ao longo do século XX, uma imponente indústria produtora e difusora de sonhos, comportamentos, memórias, versões de histórias. Ao cinema, em meados daquele século, veio juntar-se a televisão, que rapidamente se tornou o principal meio de comunicação de milhares de pessoas ao redor do mundo (ROSSINI, p. 113,114. 2006).

Conhecer um pouco da história do cinema nacional proporcionará a educadores e educandos uma compreensão da importância das produções dos documentários e sua utilização nas aulas de história.

Conforme já explanado, o cinema nacional teve início na cidade do Rio de Janeiro em meado de 1898. Gonçalves (2006, p. 80) afirma dizendo que “inicialmente o cinema começou com exhibições no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo, seguindo para outras cidades importantes”.

O autor continua dizendo que,

A novidade veio reintegrar espetáculos de teatro de variedades e dos cafés-concretos. A primeira sala fixa de exibição encontrava-se no Rio de Janeiro e tinha como principal dono um imigrante italiano chamado Pascoal Segreto. A exibição de imagens em movimento fazia muito sucesso e em busca de renovar o repertório e qualificar tecnicamente as salas exibidoras realizavam viagens constantes para Paris e Nova Iorque. Numa dessas viagens, Afonso Segreto, irmão de Pascoal, realizou a primeira imagem do cinema brasileiro, filmando a Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, a bordo do navio “Brésil”, que retornava de Paris. Essas tomadas documentais eram conhecidas como “tomadas de vista” e prevaleceram até o ano de 1908. Essas pequenas produções eram realizadas por todo o país com temáticas regionalistas, mostrando as belezas, costumes e tradições das diferentes regiões (GONÇALVES, 2006, p. 80).

Acrescenta o autor que “a maioria dos realiza-

dores no início do século XX era de estrangeiro, principalmente europeus, geralmente fotógrafos que se converteram em cinegrafistas”.

Inicialmente a falta de recurso levou os cinegrafistas a produções de um cinema mais natural, com a produção de documentários e cine jornais, com finalidade de angariar recursos para produções de filmes de ficção.

Gonçalves diz que no decorrer das décadas de 10 a 20,

as câmeras cinematográficas foram incorporadas ao material de antropólogos que viajavam pelo país, para registrar e documentar populações indígenas. Assim, os filmes etnográficos levavam ao Brasil urbano imagens de um país imenso e desconhecido, divulgando as ações oficiais de integração nacional e a imagem idealizada de um índio ainda selvagem. Destaca-se neste contexto a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, conhecida como Comissão Rondon que realizou uma série de filmes com registros oriundos de suas expedições. Os filmes contavam quase sempre com direção do major Luiz Thomaz Reis, que operava a câmera, revelava e montava os filmes. Além da grande noção de narrativa cinematográfica evidenciada nestes trabalhos, destacam-se as soluções originais no processo de revelação dos negativos em plena floresta. O filme Rituais e Festas Bororo, de 1917, é considerado pela crítica cinematográfica uma das primeiras experiências de sucesso na montagem cinematográfica do cinema brasileiro, além de um dos primeiros filmes antropológicos do mundo (GONÇALVES, 2006, p.80,81).

Continua o autor dizendo que

logo na sequência foram gravados outros clássicos do cinema nacional, entre eles destaca-se, o filme São Paulo, a Sinfonia da Metrópole, longa-metragem dirigido, em 1929, por Rudolf RexLustig e Adalberto Kemeny, retrata um dia na cidade de São Paulo e sua crescente urbanização, nitidamente inspirado pelo filme de 1927, Berlim, Sinfonia de uma Metrópole, de Walter Ruttmann, e o média-metragem Lâmpião, Rei do Cangaço, dirigido, em 1936, pelo fotógrafo Benjamim Abrahão, cujas imagens remanescentes estão presentes em muitos filmes com temática nordestina e são referência fundamental para a formação imagética do gênero cangaço (GONÇALVES, p.81, 2006).

Em 1936, o governo federal cria o Instituto Nacional do Cinema Educativo, conhecido como INCE, Gonçalves diz que o INCE era,

Inspirado em experiências semelhantes surgidas no mesmo período em países como Alemanha, Itália, França e URSS. Fruto do esforço do antropólogo

4 Síntese do Artigo, Breve histórico do cinema brasileiro. VIVA O CINEMA BRASILEIRO! Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/cinema-e-tv/historia-do-cinema-brasileiro>, dia 23/03/2014.

Edgar Roquette Pinto, que teve papel fundamental também na iniciação do rádio no Brasil. O instituto pretendia mostrar uma imagem positivista do Brasil, com intenção de democratizar o conhecimento partindo das classes intelectualizadas para as desfavorecidas. Por 30 anos, a direção do INCE ficou a cargo do cineasta Humberto Mauro, que já tinha uma história importante no cinema de Cataguases/MG, sendo referência para um cinema essencialmente brasileiro (GONÇALVES, 2006, p. 82).

A INCE foi um fértil centro de produções de curtas e médias-metragens, Gonçalves (2006, p.82) diz que “Humberto Mauro realizou 354 filmes educativos no período e, apesar da natureza oficial e didática do material produzido, conseguiu imprimir uma estética pessoal à maioria de seus trabalhos, além de tornar o INCE num fértil centro de produção de curta metragens”.

Acrescenta o autor que o INCE,

(...) produziu séries de documentários rurais, de fauna e flora, de instituições e de cerimônias oficiais, mas predominaram os filmes científicos. Em 1945 Humberto Mauro, inicia a série de documentário denominada *Brasilianas*, com sete filmes de curta-metragem, que registram canções tradicionais do folclore brasileiro. (...) a partir dos anos 50, vários diretores tem seus filmes financiados pelo INCE, como é o caso de Jurandyr Passos Noronha, que filma intensamente o longa metragem “Panorama do Cinema Brasileiro”, de 1968. Outros órgãos públicos federais também se destacaram na produção de documentários, entre eles o DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda e o Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, ainda que estes órgãos estivessem muito comprometidos com a visão oficial do governo que dirigia o país naquele período (GONÇALVES, 2006, p.82).

Afirma o autor que “o moderno documentário brasileiro surgido nos anos 60, a temática exótica das florestas e seus povos dá lugar a uma temática que busca refletir sobre o subdesenvolvimento do país e a desigualdade social”, ele relata que nessa época,

Surgem alguns filmes que irão antecipar questões estéticas cara à formação do movimento do cinema novo. Paulo César Saraceni dirige, em conjunto com Mário Carneiro, o pioneiro *Arraial do Cabo*, de 1959. No ano seguinte, Linduarte Noronha dirige *Aruanda*, um marco do cinema documental brasileiro. A conjuntura política do Brasil no período motiva a realização de inúmeros filmes, que voltam o olhar para o interior do país, na busca da valorização das questões regionais, com temas voltados às manifestações da cultura, economia e religiosidade popular. O documentário se fortalece como gênero influenciado pela linguagem do cinema verdade direto, distanciando-se da abordagem educativa-científica (GONÇALVES, 2006, p.82).

Já nos anos de 1962, a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organiza-

tion) e Divisão de Assuntos Culturais do Itamaraty realizaram em conjunto um seminário. Esse evento,

(...) levou ao Rio de Janeiro o documentarista sueco Arne Sckdorff, as técnicas do cinema verdade se difundiram na prática cinematográfica. Estiveram presentes ao evento alguns jovens que teriam o papel de destaque no desenvolvimento do cinema brasileiro, como Arnaldo Jabor, Eduardo Escorel, Dib Lutfi, Antônio Carlos Fontoura, Luiz Carlos Saldanha, Vladimir Herzog, Alberto Sabá, Domingos de Oliveira, Oswaldo Caldeira, David Neves e Gustavo Dahl, entre outros. Sckdorff leva consigo dois gravadores Nagra e surgem, então, os filmes que passam a explorar o som direto na narrativa. Maioria Absoluta, Leon Hirszman, 1964, *Integração Racial*, de Paulo César Saraceni, 1964, e *O Circo*, 1965, de Arnaldo Jabor, destacam-se como filmes realizados segundo técnicas do cinema direto. Em São Paulo, surge também um grupo de documentaristas que, além do já citado Vladimir Herzog, conta com João Batista de Andrade, Maurice Capovilla, Sérgio Muniz e Renato Tapajós. Esse grupo manteve contato com a escola Argentina de documentários, por meio de Fernando Birri, criador do Instituto de Cinematografia da Universidade Litoral, em Santa Fé, Argentina. Em 1964 e 1965, o produtor Thomas Farkas produz quatro médias-metragens: *Viramundo*, de Geraldo Sano, *Memória do Cangaço*, de Paulo Gil Soares; *Nossa Escola de Samba*, do argentino Manoel Horácio Gimenez e *Subterrâneos do Futebol*, de Maurice Capovilla (GONÇALVES, 2006, p.83).

Essas experiências levaram a criação de diferentes realizações cinematográficas. Um grupo de cineastas conhecido como *Caravana Farkas*, percorreu o interior do país produzindo documentários de manifestações mais populares, num esquema sistemático e coletivo de produção. Essa *Caravana Farkas*, produziu “dezenove documentários de curtas-metragens, entre 1969 e 1971, numa série denominada *A Condição Brasileira*, predominantemente no estilo direto. A maioria dos filmes fica a cargo de Paulo Gil Soares e Geral Sarno” (GONÇALVES, 2006, p.83).

Já com o advento da ditadura militar,

(...) muitos desses diretores foram perseguidos, as instituições de ensino superior (universidades), juntamente com CPC – Centro Popular de Cultura e a UNE – União Nacional dos Estudantes, tiveram um papel muito importante na produção e difusão de filmes, Gonçalves (2006), acrescenta que “os documentaristas lançavam um olhar crítico sobre a crescente urbanização e industrialização do país, ao mesmo tempo, que valorizavam a cultura popular”. Acrescenta ainda Gonçalves que nesse período muitos diretores foram perseguidos pelo regime ditatorial e tiveram seus filmes censurados. Eduardo Coutinho inicia, em 1964, as filmagens de *Cabra Marcado para Morrer*, filme interrompido pelo governo militar, que só seria concluído 20 anos depois, tornando-se um marco do documentarismo brasileiro. Em 1966, João Batista de Andrade realiza *Liber-*

dade de Imprensa, filme apreendido pelo Exército, em 1968, após duas exposições. Tornou-se conhecido praticamente vinte anos depois. Vladimir Carvalho, que tinha participado da produção de Aruanda, em 1960, inicia a produção do longa-metragem O País de São Saruê, realizado em três etapas: a primeira, em 1966, interrompida pela chuva; a segunda, em 1967, finalizando a fase anterior e, a terceira, em 1970, ano de conclusão do filme. Em 1971, o documentário é vedado sem sugestões de cortes. Ficaria censurado até 1979. Na tentativa de repercutir os movimentos sociais, ou simplesmente mostrar o povo, surgem filmes como A Opinião Pública, 1966, de Arnaldo Jabor e Nelson Cavaquinho, 1969, de Leon Hirszman (GONÇALVES, p. 84, 2006).

Gonçalves acrescenta dizendo que,

No final dos anos 60, a TV se firmava como importante veículo de massas no Brasil. Surgem experiências significativas na busca por formatos de documentários televisivos ou jornalismo investigativo. Em 1972, por iniciativa dos jornalistas Vladimir Herzog e Fernando Pacheco Jordão, é criado o telejornal A Hora da Notícia, na TV Cultura de São Paulo, a fim de mostrar o Brasil real, contraposto à imagem oficial criada pelo governo militar e seus filmes institucionais. (...) Dessas reportagens destaca-se Migrantes, 1972, recuperado posteriormente como um curta metragem autônomo. Após um período de perseguição política, o programa A Hora da Notícia termina em 1974. João Batista de Andrade é convidado por Gil Soares a integrar o grupo de cineastas que formariam a equipe de reportagens especiais da TV Globo de São Paulo. Desse grupo, também fizeram parte Luiz Carlos Maciel, Eduardo Coutinho, Maurice Capovilla, Hermano Penna e Walter Lima Jr. Nesse interim surge o Globo Repórter. Derivado de uma série de dez documentários, chamada Globo Shell Especial, o Globo Repórter era desvinculado do departamento de jornalismo, totalmente idealizado pelos cineastas, que buscavam revelar o país desconhecido através de uma linguagem experimental e inovadora. Realizado em película com linguagem cinematográfica e autoral. Dessa vasta produção, destacam-se Caso João Batista de Andrade; Teodorico, O Imperador do Sertão, 1978, de Eduardo Coutinho e O Último Dia de Lampião, 1975, de Maurice

Capovilla. O Globo Repórter segue com essa equipe de produção até 1983, quando o filme de 16 mm é substituído pelo vídeo e os cineastas são substituídos pelos repórteres. Apesar do período ser de abertura política, rumo a uma democracia, o programa sofreu, por diversas vezes, com a forte censura interna da emissora exibidora (GONÇALVES, 2006, p. 84,85).

Dessa forma, o estilo documentário toma conta da televisão e do cinema brasileiro, esse legado continuou com vários cineastas, entre eles os já citados Walter Lima Jr., Maurice Capovilla, João Batista de Andrade, os quais fizeram uma vasta produção documental tanto para o cinema, quanto para televisão, além de terem realizado grandes longas-metragens de ficção. Pode-se lembrar também de nomes como Glauber Rocha, que realizou alguns documentários em curta-metragem, mantendo seu estilo autoral, como o filme Amazonas, Amazonas, 1965, sua primeira experiência com cor. (...) “Já em 1977 Gláuber realiza Di, polêmico registro do velório do pintor Di Cavalcanti, que segue proibido pela família do pintor de ser exibido em território brasileiro, filme em que leva ao paroxismo sua verve poética e sua estética revolucionária”. Nesse contexto em,

(...) 1989, surge o programa televisivo Documento Especial, produzido e dirigido por Nelson Hoineff, que transitava entre a reportagem e o documentário, buscando levar a realidade das ruas para a TV. Longe da imagem estetizada das grandes emissoras, deu voz aos pobres, excluídos e marginais, com uma abordagem de cinema-verdade, longe do sensacionalismo barato. Existiu até 1997, com passagens pela Manchete, SBT e Rede Bandeirantes (GONÇALVES, 2006, p. 85).

Sendo assim, o documentário nas telas de cinema e na televisão brasileira tornou-se cada vez mais divulgado, veja no quadro abaixo as principais produções de obras fílmicas nesse período:

DIRETOR	OBRAS	ANO
Walter Salles	Japão	1986
	Viagem no Tempo	1986
	China, o império do Centro	1987
	América	1988
Coproduções de Walter com João M. Salles	Notícias de uma Guerra Particular	1999
Nelson Pereira dos Santos	Casa Grande e Senzala	2000
Isa Grispum Ferraz	O Povo Brasileiro	2000

	Interpretes do Brasil	2001
Aurélio Micheles	O Cineasta da Selva	1997
Ricardo Dias	Fé	1999
Paulo Caldas e Marcelo Luna	O Rap do Pequeno Príncipe Contra as almas Sebosas	2000
Paulo Sacramento	O prisioneiro da Grade de Ferro	2004
José Padilha	Ônibus 174	2004
Lucas Bambozzi	Do Outro Lado do Rio	2004
Cao Guimarães	A alma do Osso	2004
Sandra Kogut	Passaporte Húngaro	2003
Kiko Goiffman	33	2003

Esse investimento em documentários, culminou em um convênio firmado pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, com a TV Cultura de São Paulo e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), com apoio da associação Brasileira de Documentaristas (ABD), lançando o programa de fomento à produção e tele difusão do documentário brasileiro, intitulado DOCTV. Conforme as lições de Gonçalves, a DOCTV tinha,

O intuito de fomentar a regionalização da produção de documentários, incentivando a parceria da produção independente com as Tvs públicas. O programa realizou concursos públicos em 20 estados da federação para selecionar os projetos, numa ação que organizou programas de formação, com oficinas de formatação de projetos e de introdução à história e estética do documentário, com orientação de grandes nomes ligados ao documentário no Brasil. Intitulada Brasil Imaginário, essa primeira temporada do programa produziu 26 filmes, exibidos em rede nacional, que ajudaram a movimentar o setor audiovisual fora dos grandes centros econômicos, ao mesmo tempo em que levou às telas da TV aberta a produção realizada fora do eixo Rio/São Paulo, demonstrando toda a diversidade das expressões culturais das diferentes regiões brasileiras. Em sua segunda edição, no ano de 2004, intitulada Olhares Imaginando um Brasil, o programa ampliou suas ações de formação que além das oficinas de formatação de projetos antecedendo a seleção dos projetos, contou com uma oficina de desenvolvimento de projetos para os 35 projetos selecionados, sob a supervisão dos documentaristas Geraldo Sarno, Jorge Bodanzki, Joel Pizzini, Maurice Capovilla e Eduardo Coutinho (GONÇALVES, 2006, p.88).

Gonçalves conclui dizendo que,

(...) a DOCTV mostrou-se fundamental na formação

de recursos humanos para a produção documental, especialmente nos estados das regiões mais afastadas dos grandes centros, como os estados do Norte e Nordeste do país, que geralmente não contam com produção estabelecida de conteúdo audiovisual autoral. Ao final de sua terceira edição, atualmente em fase de produção, o DOCTV contabilizara cerca de 100 filmes realizados em parceria com produtores independentes e exibidos em rede nacional de televisão aberta, fazendo chegar a um público potencial de milhões de pessoas, filmes documentários produzidos nas diferentes regiões brasileiras, numa iniciativa sem precedentes no país (Gonçalves, 2006, p. 90).

Nesse sentido, o documentário tornou-se uma ferramenta importante no sentido de ser um registro cultural, pela sua linguagem e versatilidade na abordagem das manifestações sociais. O documentário traz visões práticas no intuito de realçar a realidade, diferentemente da escrita os documentários proporcionam vários tipos de sentidos. O documentário é um gênero vídeo gráfico que registra, interpreta e comenta um fato, um ambiente ou uma determinada situação.

O documentário apresenta várias características e modos de representação. Segundo Nichols, são seis os modos de representação, o poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performativo. Todos esses modos de representações são puros e correspondem a uma única maneira de representar o mundo. Nichols define esses modos de representações da seguinte forma:

Esses seis modos determinam uma estrutura de afiliação frouxa, na qual os indivíduos trabalham; estabelecem as convenções que um determinado filme pode adotar e propiciam expectativas específicas

que os espectadores esperam ver satisfeitas. Cada modo compreende exemplos que podemos identificar como protótipos ou modelos: eles parecem expressar de maneira exemplar as características mais peculiares de cada modo. Não podem ser copiados, mas podem ser emulados quando outros cineastas, com outras vozes, tentam representar aspectos do mundo histórico de seus próprios pontos de vistas distintos. (NICHOLS, 2005, p. 135-136)

A representação expositiva e o modo de representação mais utilizado pelos cineastas e produtores de documentários, pois ele é capaz de defender e convencer o telespectador de que o conteúdo do documentário corresponde com à realidade dos fatos. A representação expositiva é objetiva e argumentativa, capaz de levar os espectadores a acreditar em um determinado enfoque. Nichols (2005, p. 144) acrescenta que “o documentário expositivo é o modo ideal para transmitir informações ou mobilizar apoio dentro de uma estrutura preexistente ao filme”.

Hoje, com as novas tecnologias, não vivemos mais sem as novidades audiovisuais. O documentário faz parte dessa sociedade audiovisual, ele é capaz de guardar informações de forma documental, levando o espectador cada vez mais próximo da realidade. O documentário é um gênero videográfico capaz de registrar, interpretar e comentar um fato, que ocorre em um ambiente, ou em uma determinada situação. É uma fonte documental, capaz de levar informações fidedignas, auxiliando no processo de ensino aprendizagem, possibilitando a interpretação e a argumentação de diversas temáticas.

Para Magalhães Junior, o documentário deve estar vinculado realmente ao fato que ocorreu. Diz Magalhães:

Lembramos que, diferente da ficção, o documentário deve estar vinculado ao que realmente ocorreu, sabendo que nunca estaremos frente a frente com o mesmo instante documentado e sim com o sentido que o produto concebeu, mas que a percepção transmitida pode fazer o espectador ver o mundo de forma diferente, trata-se de um sentido que gera sentidos. Um filme é possibilidade da constituição de novos sentidos. (MAGALHÃES JUNIOR, 2010, p. 86)

No mesmo sentido afirma Menezes (2003, p. 23), que “pensar o audiovisual como “representação” da realidade implica pensá-lo enquanto verdade, verdade sobre a coisa, e não enquanto imagem da coisa: a imagem fílmica é entendida, assim, como uma “cópia” como elemento capaz de captar a realidade “externa” e reproduzi-la de forma exata, sem mediações”.

A utilização dos filmes e documentários como didática na disciplina de história

Os filmes e documentários são utilizados pelo educador como ferramentas que auxiliam no processo de ensino aprendizagem, através da exibição desses filmes e documentários o educador consegue que os educandos viagem culturalmente em um mundo onde a imaginação e a realidade caminham juntas. Esse momento de interação, aprendizagem e por que não dizer diversão, serve para que o educando desperte vários sentidos (emoção, curiosidade, alegria, tristeza, etc.). Sendo possível ao educador proporcionar nesse momento ao educando a possibilidade de receber diversas informações históricas, sociológicas, culturais, econômicas, políticas, religiosas, etc.

A tempos já existem autores que defendem o uso dos filmes, pode-se destacar as lições do historiador francês Marc Ferro que afirma que é possível

(...) a partir da imagem, das imagens. Não buscar nelas somente ilustração, confirmação ou desmentido do outro saber que o da tradição escrita. Considerar as imagens como tais, com o risco de apelar para outros saberes para melhor compreendê-las. Os historiadores já recolocaram em seu lugar legítimo as fontes de origem popular, primeiro as escritas: o folclore, as artes e as tradições populares. Resta agora estudar o filme, associá-lo ao mundo que o produz (FERRO, 1992, p. 86).

Sendo assim, Marc Ferro afirma a importância do educador utilizar-se dos filmes como documento no processo de pesquisa histórica, utilizando-o como fonte primária e não apenas como material complementar, ilustrativo de um levantamento histórico. Na citação observa-se que Marc Ferro afirma que “os historiadores já recolocaram em seu lugar legítimo as fontes de origem popular, primeiro a escrita, (...) resta agora estudar o filme”. Essa afirmativa leva a crer que a tempos os autores sabem e defendem a importância de utilizar os filmes como documento histórico, não se apegando apenas as fontes escritas.

Na visão do autor, os filmes e documentários são obras humanas que retratam de uma forma ou outra o modo de vida dos indivíduos em sociedade, dessa forma sempre um filme ou um documentário vai revelar algo sobre os indivíduos. Ou seja, aquilo que é produzido pelo homem, certamente retrata o homem. Podemos destacar as esculturas, as religiões, as pinturas, a arquitetura, a música, etc. Nesse sentido Michele Dayse Marques de Lima diz que,

Na verdade, é senso comum entre os profissionais da área, pelo menos desde meados do século XX, que tudo o que é produzido pelo ser humano nos diz algo sobre ele. Há décadas que um intenso debate teórico ampliou enormemente o conceito de documento, de fonte histórica: as esculturas, as religiões, as pinturas, o mobiliário, a arquitetura, a música são documentos tão importantes quanto cartas, decretos ou registros bancários. O ser humano sempre tem algo a nos dizer seja através da palavra escrita, do som, da fotografia ou do filme, por exemplo (LIMA, 2008, p.1).

Observa-se que as obras fílmicas, são ferramentas essenciais nas salas de aula, em especial nas aulas de história.

Dessa forma, o educador proporciona ao educando uma formação cultural, e porque não dizer uma formação cidadã. O educador utilizando-se dos recursos tecnológicos disponíveis na escola proporciona para aos educandos informações relevantes a disciplina específica e conseqüentemente a sua formação escolar em um todo. Para Rubim (1985, p.3), o uso dos filmes e documentários através das Tecnologias de Informação e Comunicação na escola “reinventam vivências, alteram percepções, sensibilidades e processos cognitivos” (...).

Através da televisão, do cinema e dos computadores, os educandos e educadores tem acesso aos filmes e documentários na escola. Essas tecnologias possibilitam aos educandos uma gama diversa de informações, proporcionando além do conhecimento, o fascínio, o entretenimento e a cultura. Nesse sentido Coutinho diz que,

(...) criado através do olhar ciclópico das câmeras e de todo o aparato tecnológico que está presente desde o momento da captação das imagens até o instante em que surgem, iluminando as telas e contando todos os tipos de dramas, comédias, tragédias, reais ou fictícias. As inúmeras possibilidades do olhar que a câmera criou; as múltiplas formas de aproximação e distanciamento que vão dos enormes planos gerais ao close-up; os enquadramentos e movimentos que as novas tecnologias de captação de imagens permitem, quando percorrem grandes distâncias indo de um ponto de vista a outro na mesma tomada, deram origem à linguagem cinematográfica atual e, ao mesmo tempo, alteram irreversivelmente a própria realidade em que vivem (COUTINHO, 2005, p.2).

Essa linguagem midiática através do uso da Tecnologias da Informação, permitem que os educandos tornem-se mais críticos, transformando a maneira de pensar e de atuar, passando a visualizar a realidade do mundo de formas diferentes. Para Morim essa transformação,

É sempre assim. Diante da tela, no interior do cinema, além de visualizar uma história, o homem realiza processos de projeção e identificação relacionados ao que se passa à sua frente. Ou seja, ele não reage passivamente às imagens, mas antes, lhes atribui um sentido que é fruto, em última instância, das suas experiências e expectativas; une o conteúdo das imagens ao que já conhece e sente e, a partir disso compõe sua opinião acerca do que está assistindo. Nesse sentido, no interior da sala escura “a impressão de vida e realidade própria das imagens cinematográficas é inseparável de um primeiro impulso de participação” (MORIN apud SILVA, 1996, p.68).

Os filmes e documentários levam o educando a percepções variadas, atingindo o emocional, levando a uma experiência quase espiritual. Nesse sentido JESUS, diz que

Diante do diálogo exposto entre diversos autores, não dá para negar como os filmes são a expressão de diversidades criadoras extremas que atinge o espectador de uma forma emocional, remetendo aos sonhos, aos delírios e, como livre, criação, desconhecendo a realidade, já que não a reproduz, mas a (re)apresenta (JESUS, 2007, p.32).

Dessa forma, todo o cuidado é pouco quando o educador utiliza-se do recurso das obras fílmicas em sala de aula. Essa forma de linguagem, pode levar o educando a noções distorcidas da realidade, distanciando o educador do seu objetivo principal, que é agregar conhecimento. O educador tem a responsabilidade de identificar na obra fílmica, possíveis variantes que sejam prejudiciais ao processo de ensino e aprendizagem, dessa forma poderá utilizar apenas de recortes do filme, não havendo a necessidade de passar o filme ou o documentário na íntegra.

As obras fílmicas devem ser utilizadas como material didático capaz de transformar a prática pedagógica habitual, modificando dessa maneira a rotina mecânica e repetitiva das didáticas tradicionais, tornando as aulas mais atrativas, estimulando o conhecimento, desenvolvendo a imaginação e tornando o educando mais crítico e perceptível.

Nesse sentido, Jesus utiliza-se das lições de Napolitano, dizendo que

É preciso entender que o desinteresse escolar é um fator complexo, que envolve aspectos institucionais, culturais e sociais muito amplos. Atenta-se que o uso da arte cinematográfica em sala não é a fórmula mágica que irá resolver a crise do ensino escolar nem tampouco substituir o desinteresse pela escrita e leitura. Quanto mais elementos da relação ensino-aprendizagem estimularem o interesse do aluno e quanto mais a alfabetização no sentido tradicional da expressão, estiver avançada, tanto mais o uso do cinema na sala de aula será otimizado (JESUS apud NAPOLITANO, 2003, p. 16).

Jesus acrescenta dizendo que

O filme é mais uma forma de expressar, através da sua linguagem, tais saberes. É mais um texto, mais uma possibilidade de conhecer o mundo, de transformá-lo e de humanizar-se. Oferece oportunidades à escola para interação com espaços de aprendizagem informais, uma interatividade dinâmica, sem funções estruturantes que limitem o movimento intercambiante (JESUS, 2006, p. 38).

Nesse contexto o autor afirma que,

O uso de filmes na sala de aula, assim como em qualquer obra artística, pode desencadear processos inteiramente inesperados. O recurso escapa do controle do professor. As vivências dos espectadores-alunos são resgatadas pela obra e esta pode ser um detonador de pressupostos já alicerçados na vida do discente. Na busca da compreensão do filme, os sujeitos do processo educativo evidenciam o que não foi dito, mas afirma-se enquanto herança histórica, para ser refletido em contraste com outras perspectivas (JESUS, 2006, p. 38).

Nesse sentido, Rego (1998, p.86) afirma que, “no contexto escolar, vê-se, então, a necessidade das trocas efetivadas entre os alunos, pois a cooperação, troca de informações mútuas e o confronto de pontos de vistas divergentes são as condições necessárias para a produção de conhecimento”.

Dessa forma, após a exibição de um filme os educandos devem ter um momento de troca de informações, momento em que os educandos possam verificar a compreensão do filme pelos outros colegas. Os educandos podem constatar nas trocas de ideias que para uma mesma cena, podem existir várias interpretações. Essas divergências de ponto de vista serão necessárias para o bom entendimento do conteúdo abordado pelo professor, a troca de informações e o debate proporcionará aos educandos a produção real do conhecimento, objetivando dessa maneira a consolidação do conteúdo abordado pelo professor no processo de ensino e aprendizagem. Lembrando que o educador nunca deverá ficar em cima do muro, ele deverá também no final da discussão dos educandos se posicionar em relação a exibição, dando sua opinião. Partindo desse entendimento, Moraes e Bonifácio afirmam que,

O uso de tecnologias no contexto da sala de aula costuma ser visto como algo inovador que modificará a didática e as formas de aprendizagem. Porém, é necessário levarmos em consideração que a tecnologia depende e ligada com as ideias de quem as conduz e no caso dos filmes, de quem os produz. O uso desse recurso midiático em sala de aula depen-

de de uma reflexão prévia e uma análise posterior daquele que aplica e, principalmente, do aluno que recebe essas informações. (MORAIS E BONIFÁCIO, 2013, p.2).

Em se tratando de exibição de obras fílmicas, o professor deve tomar alguns cuidados básicos, inicialmente deverá analisar qual será a faixa etária dos espectadores-alunos, o conteúdo a ser trabalhado, qual o objetivo a ser alcançado com a exposição do filme, qual o recorte que será realizado no filme, bem como a idade permitida (censura) para exibição do filme. Além desses cuidados o educador tem o dever de assistir ao filme ou ao documentário com antecedência, para que possa ter uma noção do assunto que o filme aborda, e também para relacioná-lo com o conteúdo a ser abordado.

Nesse sentido, o professor utilizar-se-á do filme ou o documentário como instrumento capaz de ilustrar o conteúdo trabalhado, ou a ser trabalhado, possibilitando ao educando uma maior assimilação do conteúdo. Bruzo afirma que,

O jeito mais simples e mais frequente é abandonar o filme imediatamente após o término da projeção. Ressaltando o assunto que interessa – tópico da matéria -, que pode estar presente mesmo que apenas como um aspecto secundário ou marginal, passa-se à exposição do assunto. Muitas vezes a exibição acontece depois de examinado o tema e aí o filme existe como mera ilustração, uma constatação grosseira de uma tese simplista (BRUZZO, 1995, p. 104).

Dessa forma, observa-se que a exibição do filme ou documentário, antes ou após a exposição do assunto, só tem uma finalidade pretendida pelo educador, que é ilustrar o conteúdo de maneira que o aluno venha a agregar conhecimento no processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, Moraes e Bonifácio (2013, p.2), diz que a exibição de documentários e filmes é “comumente percebido como uma estratégia para dinamizar as aulas e fornecer uma alternativa ao quadro e ao giz, o filme ou documentário tornou-se mais um recurso didático a serviço dos professores”.

No entanto, Sales (2009, p. 177) diz que, “a utilização de recursos tecnológicos “recentes”, mais especificamente os audiovisuais, seja como fonte para o historiador ou como recurso em sala de aula, não foi um caminho de aceitação fácil”.

Mesmo sendo uma grande ferramenta didática os recursos audiovisuais ainda são pouco utilizados nas aulas de história, no processo acadêmico muitos historiadores desprezaram o cinema na

prática escolar. Nesse sentido, Bittencourt, diz que,

O desprezo de muitos historiadores para com o cinema fez que este, conseqüentemente, não fosse tópico tratado nos cursos de graduação e de formação docente e favoreceu, nas aulas de História, uma prática de utilização desse recurso desvinculada de fundamentos metodológicos (BITENCURT, p. 373, 2004).

Essa realidade vem mudando a cada dia que passa, Sales utiliza-se das lições de Almeida (2008, p. 12), para explicar essa nova realidade da utilização dos recursos audiovisuais, para Almeida, “embora o cinema já seja utilizado há algum tempo por muitos professores, pelo menos desde o final dos anos 1980, só mais recentemente estão surgindo algumas propostas mais sistematizadas que orientam o professor”.

A falta de propostas mais sistematizadas que orientem os professores, levam o professor a cometer algumas falhas na abordagem dos filmes e documentários em sala de aula. Lima afirma que,

O que percebemos é que o professor se limita a ilustrar com o filme o que está discutindo na sua disciplina sem se importar em fazer uma análise mais profunda daquilo que ele está veiculando para os seus alunos, endossando aquela obra como algo comprometida com a “verdade”. No caso de História isto é mais sério porque o professor deveria discutir com seus alunos exatamente o quanto o conceito de verdade é fluido e o quanto ele varia dependendo da época, dos grupos sociais, do espaço sobre o qual se está falando. Faz parte do ofício de historiador estar atento a tudo isto. O filme é a visão de alguém sobre algo e é função do professor, principalmente o de História, transformar seu aluno em um indivíduo atento, crítico, que não “absorva” de maneira ingênua o que vê ou lê (LIMA, 2008, p.2).

Nessa afirmação da autora, percebe-se que os educadores devem tomar cuidados para não atribuírem ao filme uma legitimidade, nesse sentido Lima acrescenta que,

É muito comum, nos levantamentos que fizemos sobre o assunto, ouvirmos comentários sobre filmes históricos em que fica patente a crença naquilo que foi visto na obra. Ao assistirem filmes como Lutero ou Gladiador, discentes e docentes não só parecem ignorar o fato de serem artefatos produzidos por alguém comprometido com uma determinada visão de mundo como esquecem, inclusive, de fazer uma crítica no seu nível mais elementar que seria, no caso de filmes históricos, checar em a “veracidade” dos fatos ali narrados. E estes filmes, quase sempre, cometem muitos “erros” históricos, até porque são, antes de mais nada, puro entretenimento: as pessoas que fizeram estes filmes não se sentem obrigadas a fazer com que o público “aprenda” História. Esta é uma

questão que parece bastante óbvia: a ausência de compromisso da indústria cinematográfica com a “verdade” histórica; até porque é normal que diretores ou roteiristas, em nome da licença poética ou da livre manifestação artística, não queiram se sentir presos a amarras de nenhum tipo, o que inclui a História. O que preocupa é que estudiosos da História se esqueçam disso e confirmem aos filmes tamanha legitimidade (LIMA, 2008, p.2).

Dessa forma, os educadores antes de utilizar as obras fílmicas devem estar preocupados com as noções de verdade e do real, as produções deverão ser questionadas desde a sua produção, até a venda ou exibição final do produto. Lima continua dizendo que,

(...) é preciso lembrar que as discussões acerca do status da verdade atingiram em cheio a História e suas pretensões científicas. Os chamados pós-modernos foram os principais responsáveis, no século que passou, por ter-se abalado algumas das caras convicções que a História tinha a respeito da verdade, da validade do discurso científico e racional. Os historiadores, é bom lembrar, imaginavam que sua “ciência” era “racional”, portanto, “válida”. Assim, se o próprio conceito de verdade está abalado, como os espectadores de um filme, especialmente aqueles que são historiadores, podem imaginar que ali está a “verdadeira” descrição a respeito de algo? (LIMA, 2008, p.3).

Portanto, todo o cuidado é pouco quando o professor analisa os filmes, esse precisa estar atento, deve o professor problematizar a exposição do filme com seus alunos, no sentido de expor as variantes existentes na produção da obra, sendo ela comercial ou não. O papel do professor é fazer com que os seus alunos tornem-se indivíduos críticos e capazes de identificar as possibilidades de se utilizar a imagem como fonte no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de história.

Acrescenta Lima (2009, p.3) que, “é preciso perceber, o profissional de História mais do que qualquer outro espectador, que aquele vídeo é a versão de alguém sobre algo”.

Dessa forma, verificamos que tanto a análise dos filmes como dos documentários são na realidade produções humanas, que sofrem interferências sociais, políticas, econômicas, religiosas, etc. Um dos gêneros fílmicos mais utilizados pelos professores para ilustrar o real e o documentário. Nesse sentido, Sales comenta a respeito da produção dos documentários e da utilização deles como recursos didáticos nas aulas de história, o autor ressalta que,

(...) que a maior parte dos estudos está focada no uso do cinema, tendo uma visão ampla, deixando de lado uma análise mais específica de seus gêneros fílmicos, entre eles um que é usado por muitos professores para “ilustrar algo real”, ou seja, a realidade. Este é o documentário.

Isso ocorre, pois, para muitos educadores e estudiosos do assunto historiadores, comunicadores sociais, cinéfilos, cineastas, documentaristas, etc. O documentário é classificado como tal a partir de conceitos como objetividade, verdade, realidade. Contudo, são estes conceitos que complicam a análise deste tipo de película. Para que se faça um bom uso do documentário é necessária uma dissecação, conhecendo o que forma o documentário (SALES, 2009, p.177).

Nesse sentido Sales, afirma que para Fernão Pessoa Ramos,

o que difere um filme de ficção de um documentário é que este faz asserções ou proposições sobre o mundo histórico”. Pode-se dizer que o documentário é uma forma de narrativa, que se utiliza do recurso fílmico e de estilos diversos para passar sua mensagem. Assim, ao “estabelecer asserções sobre o mundo, o documentário caracteriza-se pela presença de procedimentos que o singularizam em relação ao campo ficcional. O documentário, antes de tudo, é definido pela intenção do autor de fazer um documentário. O documentário, antes de tudo, é definido pela intenção do autor de fazer um documentário (SALES apud RAMOS, 2008, p. 25).

Para Sales, “esta forma de ler o documentário se aproxima muito do fazer do historiador”. O autor explica que as reflexões de Keith Jenkins assinalam que embora a história seja um discurso sobre o passado, está em uma categoria diferente dele. Sales acrescenta dizendo que,

Tal diferenciação se evidencia quando atentamos para o fato de que o passado já aconteceu e não pode mais ser recuperado, muito menos fidedignamente, como supôs o projeto positivista. Recupera-se não o passado, mas visões sobre ele, sendo que tais visões dependem da lente que o historiador usou. Assim, o enfoque que o historiador utiliza em sua análise – político, econômico, social ou cultural – estabelece a importância, o significado por ele conferido à dimensão do relato do passado que ele priorizou o acento predominante. Uma forma de conceber a escrita da história semelhante à visão de Paul Veyne, segundo a qual como tudo é história, a história termina sendo o que foi escolhido pelo historiador. Ou como concebe Jenkins (2005), ao afirmar que [...] nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações etc., e não um relato. Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado (SALES apud JENKINS, 2008, p.3).

Nessa perspectiva entende-se que o historiador é um narrador, e que o trabalho do documentarista

também e o de um narrador, dessa forma afirma que,

(...) o trabalho por excelência do historiador é o de narrador. Pode-se dizer então que o trabalho do documentarista também é o de um narrador. Assim como a história, um documentário pode se utilizar de recursos ficcionais para transmitir seu conteúdo, e não deixará de ser um documentário. Pode escolher qual realidade sobre um fato histórico mostrar, demonstrando assim, a escolha do autor ou diretor da produção, o que não difere muito do fazer historiador (SALES, 2008, p. 3).

Dessa forma, pode-se dizer que o trabalho do documentarista é fazer inserções do mundo histórico, fazendo a reconstituição e a interpretação de um ou de vários fatos do passado, os quais são importantes para o presente. Por se tratar de inserções do mundo histórico e por fazer reconstituições e interpretações desse mundo histórico, pode-se dizer que o documentário não é a verdade absoluta, ele relata o que aconteceu de uma forma interpretativa e argumentativa, fazendo reconstituições do fato, tentando sempre se aproximar das realidades do passado histórico.

Essas interpretações e reconstituições dos fatos históricos que diferenciam o documentário de um filme de ficção hollywoodiano, para a ficção não basta apenas a história, ou seja, o objetivo da ficção não é se aproximar da realidade e sim levar os espectadores para a sala do cinema, na maioria das vezes com intenções comerciais.

Diferentemente da ficção, os documentários utilizam-se de narrativas próprias, não tendo intenção de entretenimento. Os espectadores assistem o documentário na intenção de obter informações próximas da realidade histórica dos fatos, na maioria das vezes o espectador espera que o documentário seja uma reconstituição e uma interpretação próxima da realidade dos fatos.

Não se pode negar, que em relação a produção dos documentários os mesmos carregam com si a visão dos autores, diretores e produtores. Dessa forma, constata-se que ao analisar mais de um documentário sobre o mesmo assunto, observa-se que os mesmos podem exibir fatos históricos com visões e com interesses e objetivos diferentes.

Esse raciocínio fica mais claro na visão de Sales quando ele diz que,

Não se imagina uma película sobre o MST, produzida por uma pessoa alinhada ao movimento, que está traga imagens dos integrantes do movimento como “vilões”. O mesmo pode ser aplicado a filmes como A carne é fraca, que busca apresentar como é realizado o abate de animais que vão para a mesa

do brasileiro, enaltecendo a importância de ser ou se tornar vegetariano. Todos são feitos com subjetividades e com intenção de convencimento, ou seja todos são feitos a partir de um lugar de fala social (SALES, 2009, p.4).

Dessa forma, os professores (educadores) devem tomar cuidados em relação aos documentários e filmes a serem utilizados em sala de aula, pois não podemos dizer que existam produções isentas de influências sociais, políticas, econômicas, culturais, etc.

Sales, utiliza-se das palavras de Michel de Certeau para se aprofundar nessa perspectiva, Michel de Certeau, diz que

(...) é importante saber o lugar social do autor da narrativa, seja histórica ou documental. Como já dito, ao analisar o passado não recupera-se o passado em sua totalidade, mas visões sobre ele, sendo estas variam conforme a lente teórica utilizada pelo historiador. Pode-se dizer que lugar social é onde se articulam a produção – historiográfica, cinematográfica, documental – e o local de produção, os cânones – sócio-econômico, político e cultural – que direcionam o pesquisador na hora da produção. Entender e analisar essa produção é “admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana.[...] um curso ideológico se ajusta a uma ordem social, da mesma forma como cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo. Que o discurso como tal, obedeça as regras próprias, isto não o impede de articular-se com aquilo que não diz [...] o discurso ‘científico’ que não fala de sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da história (SALES apud, CERTEAU, 2007, p.66,70,71).

Os professores, antes de utilizar-se dos documentários em sala de aula, devem fazer uma leitura social e histórica do documentário, caso exista mais de um documentário sobre o mesmo tema é interessante que o professor assista os documentários, para poder fazer uma comparação (sociológica, ideológica, cultural, econômica, religiosa, etc.) entre esses documentários. Mesmo após essas análises, a exposição dos documentários aos educandos não vão estar livres de influências externas, ou seja, o próprio professor tem tendências em relação aos assuntos abordados, e também de influência internas do próprio espectador (educando) que já traz consigo ideais e conhecimentos indutivos. Mesmo com interferências externas e internas o documentário ainda é uma excelente forma de ler a história e entendê-la. Dessa forma,

(...) o professor deve apresentar ao aluno uma forma de ler a história e entendê-la, compreendendo que a realidade não é dicotômica, não é branco e

preto, mas que pode ser cinza. Compreender estes tons de cinza é o que vai proporcionar que o aluno desenvolva uma capacidade de criticidade tão almejada pelas leis brasileiras. Não basta criticar por criticar, mas dar ferramentas e meios para que o aluno tenha uma crítica consistente, observando sua realidade e o que o cerca. Entender o lugar de fala de quem produz, seja a história, seja um filme ou o livro didático. Proporcionar tais meios é, afinal, o papel do professor em sala de aula (SALES, 2008, p. 6).

Partindo dessas questões o professor de História (historiador), pode utilizar-se dos recursos fílmicos em sala de aula, podendo abordar essas obras como fontes históricas capazes de auxiliar no processo de fixação do conteúdo, além de ser uma excelente fonte de pesquisa histórica.

Nesse sentido, Lima (2008, p.8) diz que, “é importante perceber que a linguagem cinematográfica tem um criador, ou criadores, que foi desenvolvida para alcançar objetivos bem específicos”. Dessa forma, o

(...) que o diretor é na verdade o grande condutor de qualquer produção, mas não é o único que trabalha atrás da câmera. Na verdade é o maestro de uma grande orquestra, é o comandante de uma equipe imensa que inclui diversos profissionais como diretores de figurino e de fotografia, por exemplo. Cada qual tem uma função bem delimitada em uma filmagem. Uma das funções mais importantes - que quase sempre cabe ao diretor - é a de selecionar as melhores cenas de todas as que foram filmadas e fazer, a partir daí, o corte e a colagem, ou seja, a edição para, aos poucos, ir dando um corpo sequenciado ao filme. Portanto, o filme não é um pedaço da realidade, da verdade, não é mera reprodução do real - “se é que a verdade e o real existem”, diriam os pós-modernos (LIMA, 2008, p. 8).

Portanto, ressalta-se nesse momento que a utilização de filmes nas aulas de História requer, do educando um mínimo de conhecimento sobre a arte cinematográfica. Lima utiliza-se das lições de Teruya e Lima para explicar que

(...) a utilização do filme exige alguns pré-requisitos do professor: 1. Familiaridade e conhecimentos (mínimos) acerca da linguagem fílmica; 2. Preocupação constante com a operacionalização da atividade, ou seja, com a instância pedagógica da atividade; 3. A problematização do filme enquanto documento histórico. Desta forma, queremos chamar atenção para a necessidade de o professor estar sempre atualizado no que toca à utilização das linguagens que ele se propõe a explorar, em sala, enquanto professor pesquisador, mas também (e principalmente) tratar de cultivar o hábito de apreciar estas linguagens, sejam elas quais forem, como forma de lazer, no seu cotidiano (LIMA, apud TERUYA E LIMA, 2008, p. 27).

Verifica-se então, que o professor deve estar atento a linguagem fílmica, a operacionalização da atividade em relação a instância pedagógica, a problematização do filme enquanto documento histórico. Com essas habilidades o professor poderá identificar quais obras fílmicas poderão ser utilizadas em sala de aula. O professor também tem que levar em conta a preferência da turma em relação as obras fílmicas, e identificar como eles assistem os filmes, caso o contrário a exibição do filme pode não surtir o efeito desejado. Nesse sentido, Lima utiliza-se das palavras de Bittencourt, dizendo que,

Primeiramente é muito importante o professor conhecer as preferências dos alunos e identificar como assistem ao filme. Ao introduzirmos, por exemplo, um filme como Danton, o processo da Revolução de Andrzej Wajda para analisar a Revolução Francesa, para alunos que apreciem os policiais violentos e agitados televisivos, este recurso didático pode se tornar uma escolha desastrosa. É preciso preparar os alunos para a leitura crítica de filmes, iniciando por uma reflexão sobre os próprios filmes que assistem. Quais as leituras que os alunos fazem? Apenas as atingem os sentidos e as emoções, sem nenhum trabalho intelectual? O que valorizam no filme, interpretação dos atores ou conteúdo? Este conhecimento inicial é importante de ser realizado para se introduzir perguntas que levem os alunos a duvidar do que efetivamente estão assistindo e como captam as informações das imagens cinematográficas. Em que consiste ser um espectador passivo? Por que não gostam de determinados filmes? Depois de lançar algumas dúvidas sobre o que o aluno 'vê' no filme e cuja familiaridade impede que ele faça, muitas vezes, qualquer indagação sobre as imagens observadas, é importante levantar questões sobre o objeto a ser analisado, tais como: O que é um filme? Como um filme é feito? Quem trabalha nos filmes? Apenas os atores? Quanto custa fazer um filme? Por que se fazem poucos filmes brasileiros? Depois de lançar questões e discutir alguns aspectos que indicam a complexidade de um filme é que se pode introduzir 'outros' filmes na sala de aula, abordando a temática que for considerada mais adequada (LIMA apud BITTENCOURT, s/d, pp. 4-5).

Dessa forma, o trabalho com as obras fílmicas requer do professor um prévio preparo, o professor deve fazer uma discussão e levantamento prévios junto às turmas antes de passar os filmes. Nesse sentido Lima (2008, p.9) diz que, "um pouco de planejamento é o necessário para que todos aproveitem a riqueza deste recurso didático nas aulas de História".

Utilização das obras fílmicas pelos professores nas salas de aulas

Os educandos devem ser preparados para fazerem uma leitura crítica das obras fílmicas, iniciando sempre por uma reflexão sobre as obras que irão assistir. Essa reflexão tem como objetivo atingir o processo de conhecimento dos fatos históricos, sociais, econômicos, etc., e consequentemente do conteúdo curricular aplicado em sala de aula. Essa leitura crítica do professor será importante no sentido de transmitir aos alunos a importância de valorizarem além dos atores o conteúdo da obra fílmica. Isso proporcionará aos alunos uma verdadeira visão da obra fílmica, sendo possível aos alunos identificarem possíveis falhas na produção e possíveis informações que não dizem respeito ao assunto abordado. Dessa forma, após abordado essas questões o professor poderá tranquilamente exibir as obras fílmicas em sala de aula.

Para Irene Tavares de Sá (1967, p.13), "o cinema é um valioso instrumento de educação, (...) é um instrumento de educação, uma nova técnica a serviço da informação, da ciência e até mesmo da política".

Dessa forma, observa-se que as obras fílmicas quando bem empregadas pelo professor, enriquecem a aula e o ambiente escolar, proporcionando ao aluno um processo de aprendizagem mais significativo.

Nesse sentido, Moran (1995, p.29) em seu artigo O vídeo na sala de aula, apresenta uma proposta para o uso do vídeo como material didático pelos professores. Moran apresenta um roteiro simplificado e esquematizado com algumas formas de trabalhar a exposição do vídeo em sala de aula. O autor deixa claro que não existe ordem no roteiro, pressupondo total liberdade ao educador para adaptar essas propostas dentro da sua realidade. Moran inicia o roteiro apresentando os usos inadequados do vídeo em sala de aula:

- a) Vídeo tapa-buraco: colocar vídeo quando há um problema inesperado, como ausência do professor. Usar este expediente eventualmente pode ser útil mas, se for feito com frequência, desvaloriza o uso do vídeo e o associa - na cabeça do aluno - a não ter aula;
- b) Vídeo-enrolação: exibir um vídeo em muita ligação com a matéria. O aluno percebe que o vídeo é usado como forma de camuflar a aula. Pode concordar na hora, mas discorda do seu mau uso;
- c) Vídeo-deslumbramento: o professor que acaba de descobrir o uso do vídeo costuma empolgar-se e passar vídeo em todas as aulas, esquecendo outras dinâmicas mais pertinentes. O uso exagerado do vídeo diminui sua eficácia e empobrece as aulas;
- d) Vídeo-perfeição: existem professores que questionam todos os vídeos possíveis, porque possuem

defeitos de informação ou estéticos. Os vídeos que apresentam conceitos problemáticos podem ser usados para descobri-los junto com os alunos, e questioná-los;

e) Só vídeo: não é satisfatório didaticamente exibir o vídeo sem discuti-lo, sem integrá-lo com o assunto de aula, sem voltar e mostrar alguns momentos mais importantes (MORÁN, 1995, p. 29,30).

Observa-se nas palavras do autor que muitos educadores utilizam-se dos vídeos de forma errônea, destaca o autor várias formas inadequadas de exibição dos vídeos; o vídeo-tapa buraco; o vídeo-enrolação; o vídeo deslumbramento; o vídeo-perfeição; só vídeo. Essas formas de exposição de vídeo são reprovadas pelo autor, ele alerta que são inadequadas, pois trazem prejuízos para o processo de ensino e aprendizagem.

Após relatar os usos inadequados, Moran apresenta uma proposta de utilização dos vídeos em sala de aula dizendo que o professor deve:

a) Começar por vídeos mais simples, mais fáceis e exibir depois vídeos mais complexos e difíceis, tanto do ponto de vista temático quanto técnico. Pode-se partir de vídeos ligados à televisão, vídeos próximos à sensibilidade dos alunos, vídeos mais atraentes, e deixar para depois a exibição de vídeos mais artísticos, mais elaborados;

b) Vídeo como sensibilização. É, do nosso ponto de vista, o uso mais importante na escola. Um bom vídeo é interessantíssimo para introduzir um novo assunto, para despertar a curiosidade, a motivação para novos temas. Isso facilitará o desejo de pesquisa nos alunos para aprofundar o assunto do vídeo e da matéria (MORÁN, 1995, p. 30)

Nesse primeiro momento, o autor explica que o educador deve iniciar a exibição de obras filmadas aos educandos com vídeos mais simples, no intuito de facilitar a compreensão dos alunos nessa fase inicial de aprendizagem. Na sequência o professor indica o vídeo como sensibilização, nesse momento o educador utilizará um bom vídeo para despertar a curiosidade e a motivação do aluno para futuros temas a serem abordados. O autor segue o roteiro de exibição com o,

c) Vídeo como ilustração. O vídeo muitas vezes ajuda a mostrar o que se fala em aula, a compor cenários desconhecidos dos alunos. Por exemplo, um vídeo que exemplifica como eram os romanos na época de Júlio César ou Nero, mesmo que não seja totalmente fiel, ajuda a situar os alunos no tempo histórico. Um vídeo traz para a sala de aula realidades distantes dos alunos, como por exemplo a Amazônia, a África ou a Europa. A vida aproxima-se da escola através do vídeo;

d) Vídeo como simulação. É uma ilustração mais sofisticada. O vídeo pode simular experiências de química que seriam perigosas em laboratório ou que

exigiriam muito tempo e recursos. Um vídeo pode mostrar o crescimento acelerado de uma planta, de uma árvore – da semente até à maturidade – em poucos segundos (MORÁN, 1995, p. 30);

Nessa fase, o educador utilizar-se-á o vídeo como ilustração, o vídeo vai ajudar o educando no entendimento dos temas abordados em sala de aula, auxiliando o aluno a situar-se no tempo histórico, trazendo realidades diversas daquelas vividas pelos alunos. O professor também poderá abordar o vídeo como simulação, exibição que tem como intuito economizar tempo e recursos. Na sequência, o autor orienta o professor a utilizar o,

e) Vídeo como conteúdo de ensino. Vídeo que mostra determinado assunto, de forma direta ou indireta. De forma direta, quando informa sobre um tema específico orientando a sua interpretação. De forma indireta, quando mostra um tema, permitindo abordagens múltiplas, interdisciplinares;

f) Vídeo como produção - Como documentação: registro de eventos, de aulas, de estudos do meio, de experiências, de entrevistas, de depoimentos. Isso facilita o trabalho do professor, dos alunos e dos futuros alunos. O professor deve poder documentar o que é mais importante para o seu trabalho, ter o seu próprio material de vídeo, assim como tem os seus livros e apostilas para preparar as suas aulas. O professor estará atento para gravar o material audiovisual mais utilizado, para não depender sempre do empréstimo ou aluguel dos mesmos programas (MORÁN, 1995, p. 30).

O educador também poderá exibir o vídeo como conteúdo de ensino, nesse tipo de exibição o vídeo abordará o assunto de forma direta ou indireta, permite abordagens múltiplas e interdisciplinares. Já o vídeo como produção, é a forma de exibição onde o professor registra os eventos, o professor e os alunos produzem os vídeos, transformando-os em material didático. O vídeo também poderá ser utilizado,

Como intervenção: interferir, modificar um determinado programa, um material audiovisual, acrescentando uma nova trilha sonora, ou editando o material de forma compacta ou introduzindo novas cenas com novos significados. O professor precisa perder o medo, o excessivo "respeito" ao vídeo. Assim como ele interfere num texto escrito, modificando-o, acrescentando novos dados, novas interpretações e contextos mais próximos do aluno, assim ele poderá fazê-lo com o vídeo (MORÁN, 1995, p. 30).

Nesse caso, o educador poderá interferir, modificar os vídeos, acrescentando trilhas sonoras ou editando o material de forma compacta, introduzindo novas cenas com novos significados, ou seja, o professor tem a liberdade de preparar um novo material didático. A exibição também poderá ser realizada,

Como expressão: como nova forma de comunicação adaptada à sensibilidade principalmente das crianças e dos jovens. As crianças adoram fazer vídeo e a escola precisa incentivar o máximo possível a produção de pesquisas em vídeo pelos alunos. A produção em vídeo tem uma dimensão moderna, lúdica. Moderna, como meio contemporâneo, novo e que integra linguagens. Lúdica, pela miniaturização da câmera, que permite brincar com a realidade, levá-la junto para qualquer lugar. Filmar é uma das experiências mais envolventes tanto para as crianças como para os adultos.

Os alunos podem ser incentivados a produzir dentro de uma determinada matéria ou dentro de um trabalho interdisciplinar. E também produzir programas informativos, feitos por eles mesmos e colocá-los em lugares visíveis dentro da escola e em horários em que muitas crianças possam assistir (MORÁN, 1995, p. 30);

Na forma de exibição como expressão, os alunos podem produzir os próprios vídeos, é uma forma da escola incentivar a iniciação científica (pesquisas) pelos alunos. Como bem retrata o autor essa forma de produção tem características moderna e lúdica, integrando novas linguagens e permitindo que os alunos possam filmar e brincar com a realidade. O aluno pode produzir para uma determinada matéria ou fazer um trabalho interdisciplinar, expondo o vídeo para sua sala, ou para toda a escola, são muitas as variantes.

Continuando com a proposta de exibição de vídeos em sala de aula, a exibição pode ser uma ferramenta de avaliação do professor e dos alunos, veja:

g) Vídeo como avaliação: dos alunos, do professor, do processo.

Vídeo-espelho. Ver-se na tela para poder compreender-se, para descobrir o próprio corpo, os gestos, os cacoetes. Vídeo-espelho para análise do grupo e dos papéis de cada um; para acompanhar o comportamento de cada um, do ponto de vista participativo; para incentivar os mais retraídos e pedir aos que falam muito para darem mais espaço aos colegas.

O vídeo-espelho é de grande utilidade para o professor se ver na tela, examinar sua comunicação com os alunos, suas qualidades e defeitos (MORÁN, 1995, p. 31);

O vídeo espelho - avaliação, é uma importante ferramenta para identificação do comportamento dos educandos, analisando a participação e incentivando os mais tímidos a ganharem mais espaços entre os outros colegas, esse tipo de vídeo também proporciona ao professor a possibilidade da sua auto avaliação em relação a sua comunicação com os alunos e suas qualidades e defeitos no processo de ensino e aprendizagem. O autor continua a proposta de exibição de vídeos dizendo que a exibição também pode ser através do,

h) Vídeo como integração/suporte de outras mídias. Vídeo como suporte da televisão e do cinema. Gravar em vídeo programas importantes da televisão para utilização em aula.

Alugar ou comprar filmes de longa-metragem, documentários para ampliar o conhecimento de cinema, iniciar os alunos na linguagem audiovisual.

Vídeo interagindo com outras mídias como o computador, o videodisco, o CD-ROM, o CD-I (Compact-Disk Interactive), com os videogames, com o telefone (videofone). O videofone possibilita interligar, com imagem e som, professores com colegas de outras escolas e com grupos de alunos, abrindo as salas de aula para novos intercâmbios pedagógicos e comunicacionais (MORÁN, 1995, p. 30,31).

Nessa fase da proposta, o autor sugere que o professor poderá utilizar-se do vídeo como integração, no sentido de gravar programas de televisão importantes e utilizá-los em sala. O autor orienta que a escola pode comprar vídeos de filmes e documentários a fim de iniciar com os alunos um aprofundamento na linguagem audiovisual. É nessa fase que os alunos e professores irão fazer a integração das novas tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino.

Após passar o roteiro, Moran orienta os educadores no sentido de tomarem alguns cuidados prévios antes da exibição dos vídeos, dessa forma, os educadores devem;

a) Informar somente aspectos gerais do vídeo (autor, duração, prêmios etc.). Não interpretar antes da exibição, não prejudicar (para que cada um possa fazer a sua leitura);

b) Checar o vídeo antes. Conhecê-lo. Ver a qualidade da cópia. Deixá-lo no ponto antes da exibição. Zerar a numeração (apertar a tecla RESET). Apertar também a tecla MEMORY para voltar ao ponto desejado. Checar o som (volume), o canal de exibição (3 ou 4), o TRACKING (a regulagem de gravação), o sistema (NTSC ou PAL-M) (MORÁN, 1995, p. 31).

Nesse contexto de exibição das obras fílmicas, o professor deverá observar a exibição com muita atenção, durante a exibição do filme o professor deverá seguir alguns requisitos entre eles;

a) Anotar as cenas mais importantes;

b) Se for necessário (para regulagem ou fazer um rápido comentário) apertar o PAUSE ou STILL, sem demorar muito nele, porque danifica a fita;

c) Observar as reações do grupo.

d) Voltar a fita ao começo (RESET MEMORY);

e) Rever as cenas mais importantes ou difíceis. Se o vídeo é complexo, exibi-lo uma segunda vez, chamando a atenção para determinadas cenas, para a trilha musical, diálogos, situações;

f) Passar quadro a quadro as imagens mais significativas;

g) Observar o som, a música, os efeitos, as frases mais importantes (MORÁN, 1995, p. 32).

Dessa forma, Moran (1955, p. 32, 33, 34), estabelece as dinâmicas de análise da exibição do vídeo em sala de aula, o quadro explicativo a seguir serve de orientação aos educadores no sentido de estabelecer uma dinâmica pedagógica no processo de exibição dos vídeos em sala de aula.



Análise da linguagem

- a) Que história é contada (reconstrução da história)
- b) Como é contada essa história:
 - o que lhe chamou a atenção visualmente;
 - o que destacaria nos diálogos e na música.
- c) Que ideias passa claramente o programa (o que diz claramente esta história):
 - o que contam e representam os personagens;
 - qual o modelo de sociedade apresentado.
- d) Ideologia do programa:
 - mensagens não questionadas (pressupostos ou hipóteses aceitos de antemão, sem discussão);
 - valores afirmados e negados pelo programa (como são apresentados a justiça, o trabalho, o amor, o mundo);
 - como cada participante julga esses valores (concordâncias e discordâncias nos sistemas de valores envolvidos). A partir de que momento cada um de nós julga a história.

Outras dinâmicas interessantes

- a) Dramatizar situações importantes do vídeo já visto e discuti-las comparativamente. Usar a representação, o teatro como meio de expressão do que o vídeo mostrou, adaptando-o à realidade dos alunos. Um exemplo: alguns alunos escolhem personagens de um vídeo e os representam adaptando-os à sua realidade. Depois, comparam-se os personagens do vídeo e os da representação, a história do vídeo com a adaptada pelos alunos;
- b) Adaptar o vídeo ao grupo: contar oralmente, por escrito ou áudio visualmente situações nossas próximas às mostradas no vídeo;
- c) Desenhar uma tela de televisão e colocar o que mais impressionou os alunos. O professor exibe num mural os desenhos e todos comentarão as coincidências principais e o seu significado.

No quadro explicativo Moran expõe as dinâmicas de análise dos vídeos em sala de aula. Observa-se a responsabilidade que o educador deve ter ao exibir uma obra fílmica aos seus alunos. Constata-se ainda que o professor tem várias opções para abordar essas obras fílmicas, cabe ao professor escolher a melhor opção dentro de sua realidade. Observa-se também que exibir uma obra fílmica sem a devida responsabilidade poderá prejudicar o processo de ensino e aprendizagem.

Considerações finais

Após os estudos realizados, observa-se que os vídeos (obras fílmicas) podem ser usados no dia a dia escolar como uma ferramenta de leitura crítica

da mídia, e da sociedade, auxiliando na formação de alunos mais conscientes e críticos, formando verdadeiros cidadãos. A exposição de obras fílmicas dentro de sala de aula possibilita uma mudança de hábitos escolares, atraindo os alunos para um mundo onde a realidade e a ficção caminham lado a lado. Essa exposição possibilita a aprendizagem das linguagens de comunicação presentes na nossa sociedade, proporcionando aos alunos novas perspectivas em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Além de visualizar obras magníficas, os alunos e professores também tem a possibilidade de alterar, adaptar, dramatizar, desenhar, construir, sentir, entre outras tantas possibilidades de dinâmicas na utilização das obras fílmicas como ferramenta de ensino. Proporcionando um efetivo processo ensino e aprendizagem.

Essa dinâmica de aprendizagem proporcionará aos alunos uma leitura crítica das obras, possibilitando uma reflexão sobre as obras que serão pesquisadas e estudadas. Essa reflexão tem como objetivo atingir o processo de conhecimento dos fatos históricos, e consequentemente do conteúdo curricular aplicado em sala de aula. Através da exibição das obras fílmicas, os alunos terão a possibilidade de analisar todos os “atores” envolvidos na produção das obras.

Isso proporcionará aos alunos uma verdadeira visão da obra fílmica, sendo possível a identificação de possíveis falhas na produção e possíveis informações que não dizem respeito ao assunto abordado.

Saber utilizar as tecnologias da informação e da comunicação tornou-se uma necessidade para os educadores em sala de aula. Hoje vivemos em uma era onde as informações chegam de forma acelerada, dinâmica e inovadora. A grande questão é saber de que forma chegam e são repassadas essas informações, e de que maneira o educador poderá utilizá-las e manipulá-las para o processo de ensino e aprendizagem. O uso dessas obras pelo educador deve ser realizada de forma cautelosa, principalmente pelo profissional de história, que deverá saber manipular o uso da imagem visual além da simples ilustração das aulas, ou para meras discussões. O uso dos signos visuais devem ser significativos, deve ter intencionalidade, e qualidade.

Nesse sentido, é necessário que o educador realmente conheça essas ferramentas de ensino. Ficou demonstrado ao longo desse artigo que essas ferramentas realmente auxiliam no dia a dia escolar, que os alunos adquirem conhecimentos com essas técnicas. Além disso, os reflexos dessas imagens é grande na formação do educando e na construção do conhecimento, essas imagens realmente refletem os aspectos da sociedade que vivemos.

Dessa forma, o educador tem a necessidade de estar sempre refletindo e dialogando com os colegas de trabalho sobre o uso das obras fílmicas como material didático em sala de aula. Essa ferramenta de ensino possibilitará ao professor a utilização de várias formas de linguagem, além da tradicional, possibilitando ao educando uma formação mais crítica, onde terão a liberdade do questionamento, tornando-os capazes de serem formadores de opinião e consequentemente formadores de novas ideologias e práticas de ensino.

Essas dinâmicas do uso de obras fílmicas em sala de aula proporcionará ao educador a possibili-

dade de romper com as aulas tradicionais, inovando e criando um material didático personalizado.

Nesse contexto, a utilização das obras fílmicas em sala de aula, possibilitará ao educador a capacidade de modificar o ambiente escolar, podendo educador, intervir, sensibilizar, instigar, criar, manipular, modificar, as obras fílmicas, no sentido de potencializar o processo de ensino e aprendizagem.

Trabalhar as obras fílmicas nas aulas de história ou em qualquer outra disciplina, direta ou interdisciplinarmente, é fascinante e empolgante, podendo o professor optar por várias variantes didáticas as quais contribuirá no processo de aprendizagem, tornando as aulas mais prazerosa e instigantes.

Os filmes e documentários podem ser utilizados pelo educador como ferramentas que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. Através da exibição das obras fílmicas o educador proporciona aos educandos uma viagem cultural em um mundo onde a imaginação e realidade caminham juntas. O momento de exibição das obras fílmicas servem de interação, aprendizagem e por que não dizer diversão aos educandos e professores. Servem também, para que o educando desperte vários sentidos (emoção, curiosidade, alegria, tristeza, etc.). Verificar-se, que é possível ao educador proporcionar nesse momento ao educando a possibilidade dele receber diversas informações históricas, sociológicas, culturais, econômicas, políticas, religiosas, etc.

Enfim, vale a pena ressaltar que ainda existem muitos professores, principalmente os da disciplina de história que utilizam as obras fílmicas de maneira aleatória, sem tomar os devidos cuidados em sua exibição. Esse artigo tem como função pedagógica servir de base para que os educadores tenham cautela e responsabilidade no momento da exibição das obras fílmicas aos seus alunos, tendo como objetivo principal o processo de conhecimento dos fatos históricos e consequentemente a devida compreensão do conteúdo curricular aplicado em sala de aula.

O conhecimento das técnicas de exibição apresentadas aqui, torna possível ao educador a possibilidade de utilizar as obras fílmicas como ferramenta didática, de forma eficaz e responsável. Essa metodologia de ensino tem como objetivo transformar as aulas tradicionais, não se prendendo apenas aos livros, giz e quadro negro, possibilitando verdadeiramente o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação em prol da efetividade do processo de conhecimento.

Referências:

- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, Circe. **Cinema, vídeo e ensino de história**. Mimeog. s/d. 7pp.
- CERTEAU, Micheal de. **A Escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COUTINHO, Laura Maria. **Cinema e realidade**. Disponível em: www.cineduc.org.br/dialo~1.html. Acessado em: 01/04/2014, às 11h35.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GONÇALVES, Gustavo Soranz. **Panorama do documentário no Brasil**. Centro Universitário do Norte. Uninorte – Amazonas. 2006. Disponível em http://www.doc.ubi.pt/01/artigo_gustavo_soranz_brasil.pdf, em 07/04/2014.
- JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.
- JESUS, Rosane Meire Vieira de. **Aprendizagem frame a frame: fascínios e armadilhas do uso do documentário como práxis pedagógica**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2007.
- LIMA, Dayse Marques de Lima. **Ao mestre com carinho: o uso do filme no ensino de história**. Faculdades Integradas de Patos. Mestre em História do Brasil. 2008. Disponível em: http://coopex.fiponline.com.br/image_s/arquivos/documentos/1278070450.pdf, em 08/04/2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário**. Lisboa: Moraes, 1970.
- MORAN. José Manuel. **O vídeo na sala de aula**. Comunicação e Educação, São Paulo, (2): 27 a 35, jan./abr. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/3927/3685>, em 09/04/2014.
- MORAIES, Isadora Coutinho, e BONIFÁCIO, Laís Vitória Moreira. **Reflexões sobre a utilização do filme documentário como recurso didático**. Anais do XI Seminário de Ciências Sociais, 21 a 25/10/2013. Universidade Estadual de Maringá – Departamento de Ciências Sociais. Disponível em <http://www.dcs.uem.br/xiseminario/gtv/a3.pdf>, em: 04/04/2014.
- RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac, 2008.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas, Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas: subsídios para uma alternativa teórica. **Textos de Cultura e Comunicação/ Departamento de Comunicação e Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA**. Salvador, v.I, n. 27, p. 3-23. 1985.
- SÁ, Irene Tavares de. **Cinema e educação**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- SALES, Eric de. **O documentário na sala de aula: uma verdade absoluta para o aluno?** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Universidade de Brasília. Capes. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1467.pdf>. Em 04/04/2014.
- SILVA, Tattiana Tessye Freitas da. **Um olhar sobre a história**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- TERUYA, Marisa Tayra; LIMA, Carlos Adriano Ferreira. **Documentários em aulas de história: algumas possibilidades de trabalho**. In: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Org.). **História ensinada: linguagens e abordagens em sala de aula**. João Pessoa: Idéia, 2008.



Ateliê de História

Palavras - chave:

Leitura, biblioteca escolar, currículo oculto.

Resumo: O objetivo geral desse trabalho é realizar uma análise a respeito da relação existente entre a leitura efetivada através do empréstimo de livros da biblioteca da escola e o desempenho escolar dos alunos que o fazem. Como estudo piloto, trabalhar-se-á com o Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças, que se situa na periferia de Ponta Grossa. Trabalhamos pautados na visão de que a escola é um espaço onde as desigualdades sociais ainda tendem a ser reproduzidas, por exemplo, através do currículo oculto (discutido por McLaren e Apple), e que a leitura, e principalmente a leitura crítica como apontada por Paulo Freire e Ezequiel Silva, pode funcionar como uma ferramenta para ultrapassar essas imposições. É analisado, a partir de um levantamento historiográfico, traçando estatísticas através do programa SPSS, o desempenho de alunos que têm o hábito da leitura e dos que não o têm. Através dos resultados obtidos será feito um levantamento de informações que contribuam para subsidiar atividades de ensino para o aperfeiçoamento da utilização das bibliotecas pelos professores como parte da didática escolar. Espera-se ainda, como resultado, contribuir para o estímulo à leitura e o uso das bibliotecas escolares como atividade de ensino e aprendizagem imprescindíveis à formação dos alunos.

ENTRE HISTÓRIA E HISTÓRIAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LEITURA E O DESEMPENHO ESCOLAR.

Edilaine Grzygorczyk ¹

Luiz Fernando Cerri ²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu de um projeto anterior de iniciação científica, realizado dentro do Programa de Educação Tutorial – PET, o qual envolve ensino, pesquisa e extensão, tendo por um dos objetivos trabalhar com comunidades periféricas. Dentro de um projeto de extensão realizado pelo grupo, na qual trabalhávamos com escolas de periferia, nasceu a ideia de trabalhar com a questão da biblioteca escolar.

Escrever sobre história não é apenas falar sobre o passado. Não é necessário esperar que os fatos vividos há duas horas, dois anos ou duas décadas façam parte de um passado quase remoto para se falar deles como história. É isso o que discutem alguns teóricos desde fins da década de 1970 (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999), quando a história do tempo presente se impôs abrindo espaço ao contemporâneo. Os acontecimentos a partir do segundo terço do século XX em diante passaram a fazer parte da categoria da história do tempo presente.

Esse modo de lidar com a história nos permite analisar o passado através da situação atual de seu objeto. Ao trabalhar com a história do tempo presente, foca-se no testemunho, que pode tomar a forma de uma análise e assim formar interpretações. Partindo desse modo de abordagem iremos, na presente pesquisa, abordar a questão da leitura nos dias atuais.

A leitura tornou-se um objeto de inserção na sociedade. Em múltiplas atividades de nosso cotidiano precisamos saber ler e interpretar, como, por exemplo, quando precisamos pegar um ônibus, ler uma receita de bolo, ou quando nossos filhos trazem um bilhete da escola. A leitura se faz presente nas situações mais banais de nosso dia a dia, e sem ela corremos sérios riscos de ficarmos excluídos e até mesmo a mercê do sistema que rege nossas vidas.

A leitura além de ser uma maneira de obter conhecimento é uma forma de lazer, à qual todos têm direito ao acesso. Porém, desde os primórdios da história da leitura vemos que seu acesso foi dificultado à imensa maioria das pessoas. Por detrás dessa privação está a educação, que sempre foi falha e, em grande parte da história, privilégio apenas das elites. Nos dias atuais ainda encontramos resquícios desse histórico, quando, por exemplo, observamos como a educação é tratada pelo sistema governante, quando reparamos no estado em que se encontram as escolas públicas, quando vemos o holerite bancário de um professor,

¹ Graduada em História (Uepg). E-mail: edi_gregorski@hotmail.com

² Orientador. Doutor em Educação (Unicamp). Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

quando passamos a prestar atenção no preço dos livros e nas situações das bibliotecas públicas e escolares, quando vemos a quase inexistência de projetos envolvendo a leitura, dentre outras coisas.

Perguntamo-nos então o motivo desse descaso quanto à educação e consequentemente à leitura. Se ela é tão importante em nossa vida, porque vem tendo tão pouca atenção daqueles que são responsáveis por ela?

A educação crítica, a leitura de mundo dentro da escola, intimida. O saber ler faz com que o indivíduo questione. O governo ainda é tecnocrático (SILVA, 1983). Isso não é algo novo, assim como o desleixo em relação à leitura também não o é, uma vez que a leitura por parte dos despossuídos é vista pela elite como uma ameaça a ela própria, como afirma Ezequiel Silva.

Muitas das ações reproduzidas na escola podem ser reflexo da ideologia daqueles que se encontram no poder, quando vemos, por exemplo, a partir de Michael Apple (1989) a questão da reprodução de profissionais conforme suas classes sociais. E como isso pode ocorrer? Através do currículo oculto, que se compõe por práticas implícitas do currículo normal da escola, que repassam aos alunos o interesse dos que estão no poder, através de gestos do professor, das metodologias por ele aplicada, pelas filosofias adotadas pela escola. Tudo isso é feito de forma inconsciente, pois a escola e os professores também são vítimas dessa forma de dominação. O que deve ficar claro, porém, é que dentro da escola existem ferramentas para que haja a emancipação desses indivíduos, pois a escola não é apenas um espaço fechado de produção. O que se faz necessário é identificar essas ferramentas e fazer uso delas juntamente com o do material didático.

É a partir de ações como as do currículo oculto que se abrem brechas para ser exercido, ou a perpetuar um “controle” sobre as massas, uma vez que a quantidade de bens culturais e educacionais que serão disponibilizados à população não são controlados diretamente por eles próprios; e muitas das ferramentas para que o indivíduo consiga ultrapassar as imposições que lhe são postas também não se encontram em suas mãos, conforme aponta Silva. Como o indivíduo irá então conseguir vencer a alienação à qual está sendo submetido? Trabalhamos na

presente pesquisa com a leitura, que entendemos ser um desses instrumentos para que o indivíduo passe a questionar aquilo que lhe vem sendo apresentado, e assim, se achar necessário, ultrapassar essas medidas.

Frente à necessidade do sistema de moldar profissionais conforme a classe social ou ascendência familiar dos sujeitos – necessidade presente desde tempos muito remotos – o governo, que também é um instrumento deste sistema, tende a começar a estabelecer esse propósito ainda no período escolar do indivíduo. Por isso é neste espaço – a escola – que observaremos como a leitura pode interferir no desempenho dos alunos. Focaremos a leitura de caráter recreativo, ou seja, aquela realizada pela vontade própria do aluno, e não a determinada pelo professor³. Veremos como e se ela pode interferir no rendimento escolar das crianças. Para tanto iremos utilizar os registros de saída de livros da biblioteca escolar, pois ela é um espaço em que podemos realmente “acompanhar” a leitura dos alunos. Além de que a biblioteca escolar é um espaço que pode exemplificar o desleixo das autoridades em relação à educação.

Para que a pesquisa fosse possível de ser realizada, visitamos três escolas públicas e de periferia na cidade de Ponta Grossa. Nas duas primeiras não conseguimos obter um resultado positivo, uma vez que a primeira escola não guardava o registro de retirada de materiais da biblioteca, e a segunda escola não contava sequer com uma⁴. Conseguindo alcançar nosso objetivo apenas na terceira escola que visitamos. Nela verificamos que a biblioteca estava em pleno funcionamento e que eram guardados os registros de saída de material desde o ano de 2009. Para realizarmos então um trabalho sequencial, acompanhamos as quatro quintas séries da escola do ano de 2009 até o ano de 2012 quando os alunos em questão encontram-se na oitava série.

Para podermos perceber a influência da leitura recreativa no desempenho dos alunos, usamos as fichas de empréstimo dos livros da biblioteca e os registros das notas, trabalhando com as médias anuais desses alunos na disciplina de história. Matéria essa escolhida por exigir geralmente uma considerável quantidade de leitura dos alunos. Feito um levantamento dos alunos que retiraram ao menos um livro da biblioteca escolar e daqueles que não o fizeram

3 Em relação à leitura recreativa, não podemos ter certeza, em nosso trabalho, de quando a leitura assumiu um caráter recreativo, ou de quando ela foi feita a desígnio escolar. Porém, como nem todos os alunos com os quais trabalhamos nesses quatro anos possuem ficha de empréstimo, podemos supor que a grande maioria dos empréstimos foi feito a desígnio recreativo.

4 Biblioteca no sentido de um espaço físico. Ou seja, a escola em questão não contava com um espaço próprio para a biblioteca, e o material correspondente a mesma ficava guardado em duas estantes localizadas na sala de informática, as quais permaneciam trancadas a chave.

durante os quatro anos trabalhados; mapeamos- os e traçamos a partir de suas médias o papel que a leitura recreativa exerce nos seus desempenhos finais.

Dos livros, das leituras e dos leitores.

É sabido que grande parte da população brasileira não tem o hábito da leitura de livros inserido no seu cotidiano. O estímulo deste hábito é mais eficaz quando iniciado desde a infância, através da influência familiar, que faz com que a leitura não seja encarada como uma obrigação, como muitas vezes acontece mais tarde, com o ingresso das crianças na escola. Porém, a escola também tem um papel fundamental no desenvolvimento deste hábito, tanto para os alunos que já trazem de casa algum contato com os livros quanto aos que só irão descobri-lo no ambiente escolar.

Este déficit em relação à leitura está intimamente ligado com a própria história da leitura e dos livros, na qual podemos perceber que sempre houve alguns fatores limitadores do acesso direto da maior parte da população aos textos escritos.

O livro já teve vários suportes: primeiramente, encontrado na forma de pergaminho/rolo, modo no qual o contato com ele ficava restrito apenas ao ato da leitura, já que não se podiam fazer anotações enquanto se lia. Posteriormente, progredindo e facilitando a vida das poucas pessoas que tinham este contato, passou para a forma de códex ou códice, em que os manuscritos eram gravados em madeira. Na Idade Média esses manuscritos passaram do suporte da madeira para as folhas, que eram então dobradas e costuradas; e, com o tempo, surgiu uma nova técnica que era fundada sobre as prensas e os tipos móveis: a invenção de Gutenberg – o livro passou a ser impresso, como nos informa Chartier (1998).

Com a Revolução de Gutenberg o custo do livro diminuiu, pois as despesas são distribuídas na totalidade de tiragens. A partir daí a história do livro começa a ter relação com a da leitura, já que, com o aumento significativo do número de livros, mais pessoas puderam ter acesso a eles. A leitura que primeiramente era reservada apenas a alguns setores da sociedade vai lentamente tornando-se popular, devido a alguns fatores como, por exemplo, a maior facilitação da circulação que o escrito em forma de livro gerou, e frente também à branda, mas existente, popularização da educação. Como nos mostra

Chartier: “é, de fato, nesses séculos decisivos nos quais o livro copiado à mão é progressivamente substituído por aquele composto com caracteres móveis e impresso que se fortificam gestos e pensamentos que são, ainda, os nossos.” (CHARTIER, 1994, p. 7), gestos e pensamentos estes que também variaram com o período vivido, que tiveram fins distintos, que se transformaram, e que se mantiveram, são hoje objetos dessa análise.

A visão sobre o livro e o ato de ler foi se modificando com o passar do tempo. Os textos em muitas ocasiões restringiram seus leitores, ao mesmo tempo em que muitas vezes os leitores tomaram liberdade com seus textos, segundo aponta Robert Darnton (2010, p. 216). Essa relação instável, de restrição e aproximação do homem com o livro e a leitura, passou por muitas fases, como, por exemplo, nas segregações de obras: alguns impressos eram criados para circular apenas em determinada classe social. Existiam aqueles que circulavam entre a burguesia, aos quais os camponeses não poderiam ter acesso, e os que eram produzidos apenas para o consumo dos camponeses. E essas obras geralmente eram distintas, sendo que alguns títulos eram reservados apenas às elites.

Mas esta segregação nem sempre foi respeitada. Cópias manuscritas não deixaram de ser feitas após a realização de Gutenberg. Desta forma, aqueles livros que eram proibidos, ou então censurados, eram reproduzidos manualmente e secretamente, e circulavam por entre as classes mais baixas, ou entre aqueles que não tinham acesso àquela determinada leitura. Quando ocorrido isso, essas obras que eram copiadas, para circular entre as demais classes populares, perdiam seu prestígio entre os leitores da elite, pois na visão deles ela havia se popularizado e perdido seu valor, como nos aponta Chartier (2004).

Outro meio de estas obras seletivas chegarem até a população de classe baixa foi através da Biblioteca Azul, que reeditava os livros feitos para a elite com uma linguagem mais simplificada e com a inserção de gravuras, o que ajudava a aproximar a leitura dos camponeses. Podemos citar aqui um exemplo de como a leitura era restrita, através do autodidata beneficiário da Biblioteca Azul Valentin Jamerey-Duval, que, sendo de família pobre, não teve acesso à escola, aprendeu a ler através do contato com as gravuras dos livros azuis, e desta maneira adentrou àquele mundo que tão longe lhe parecia estar – o mundo dos livros e da leitura. Ou seja, a leitura chegava às classes mais baixas, mas de uma

forma “clandestina”.

As formas como a leitura era realizada também se modificaram com o tempo, e até mesmo serviram para distinguir os indivíduos. Quando falamos de forma nos referimos, principalmente, à leitura oral e silenciosa. Como vemos em Chartier, “compreendida como um processo de longa duração, a diferença entre leitura oral e leitura silenciosa também pode ser entendida como um índice das distâncias socioculturais em uma determinada sociedade.” (CHARTIER, 2001, p. 82). O modo como a leitura é realizada influencia nas relações de cultura dos indivíduos, mas não apenas isso, ela também era uma característica que poderia representar o caráter sócio-econômico da população:

Na sociedade antiga, duas representações contraditórias permitem ver, no quadro ou na estampa, e ler, na confissão ou na ficção, as situações de leitura: a primeira, dominante, reconhece a leitura como ato de foro privado por excelência, da intimidade subtrida ao público; a segunda faz dela um cerimonial coletivo, em que uma palavra mediadora é leitora para os iletrados ou mal letrados. (CHARTIER, 2001, p. 90)

A leitura silenciosa é relacionada com a intimidade, representada, por exemplo, pela figura feminina fazendo a leitura recolhida em seu quarto, ou seja, uma representação de um personagem de classe alta, uma vez que ele se encontra no aconchego de seu quarto, ou num belo jardim, muito diferente da representação do espaço rural ou do espaço ocupado por aqueles de classe mais baixa. Já a leitura em voz alta é posta como um compartilhamento de informação/conhecimento/prazer para aqueles que não têm acesso ao mundo das letras, que vem a ser representada na figura do orador e dos curiosos ou familiares ao seu redor.

Porém, deve-se deixar claro que essas distinções no modo de ler não eram regras que definiam a classe social. Como vemos em Chartier, nas sociedades do Antigo Regime:

Na época, ler em voz alta era uma forma de sociabilidade compartilhada e muito comum. Lia-se em voz alta nos salões, nas sociedades literárias, nas carruagens ou nos cafés. A leitura em voz alta alimentava o encontro com o outro, sobre a base da familiaridade, do conhecimento recíproco, ou do encontro casual, para passar o tempo. No século XIX, a leitura em voz alta voltou-se para certos espaços. De início, o ensino e a pedagogia: fazendo os alunos ler em voz alta, procurava-se paradoxalmente controlar sua capacidade de ler em silêncio, que era a própria finalidade da aprendizagem escolar. Lia-se ainda em, voz alta nos lugares institucionais como a igreja, a universidade, o tribunal. Durante todo um período do século XIX (ao menos na primeira metade), a leitura em voz alta foi também vivida como

uma forma de mobilização cultural e política dos novos meios citadinos e do mundo artesanal e depois operário. Em seguida, esvaziaram-se numerosas formas de lazer, de sociabilidade, de encontros que eram sustentados pela leitura em voz alta. Chega-se à situação contemporânea em que a leitura em voz alta é finalmente reduzida à relação adulto-criança e aos lugares institucionais. (CHARTIER, 1998, p. 143)

Quando entre os camponeses da Inglaterra do início da Era Moderna, essas leituras partilhadas geralmente eram de livros que traziam histórias sagradas, como a Bíblia ou relatos da vida dos santos, diferente das leituras que ocorriam entre as classes mais altas, que abordavam temas relacionados ao seu cotidiano. Ou seja, até mesmo a temática das leituras era diferente entre as classes sociais. Já as leituras particulares não focavam num gênero específico. Liam-se simultaneamente vários livros, uma leitura descontinuada, como podemos ver no modelo que Darnton nos mostra dos livros de lugares-comuns, que são aqueles que contêm trechos de obras lidas e comentários de quem os leu, de modo a serem aplicados em seus cotidianos.

A partir dessa metodologia da leitura simultânea, vemos em Chartier que houve uma dessacralização da leitura, que vem a se tornar uma:

Leitura laicizada, porque as ocasiões de ler se emancipam das celebrações religiosas, eclesiásticas ou familiares e porque se espalha um contato desenvolvido com o impresso, que passa de um texto a outro e que não tem mais respeito para com os objetos impressos, amassados, abandonados e jogados. (CHARTIER, 1998, p. 86)

Mesmo com a dessacralização da leitura, o seu acesso não se tornou mais amplo em questão de abrangência populacional. A leitura continuou a ser privilégio quase que exclusivo dos letrados. Para tanto vale lembrar que os letrados eram aqueles que pertenciam às classes mais altas, ou que tinham um maior poder aquisitivo.

Esse modo de leitura segmentada foi substituído então no século XVII por uma leitura sequencial. A ascensão do gênero romance estimulou nos leitores o hábito de ler os livros atentamente e do início ao fim. Os hábitos de leitura novamente se transformam, e com a dessacralização da leitura agora ocorre uma dessacralização da palavra impressa. Conforme Darnton:

Os hábitos de leitura se transformaram no final do século XVIII. Antes da Leserevolution, os leitores tendiam a estudar laboriosamente a Bíblia. Depois dessa revolução, passaram a consumir vorazmente todo tipo de material, buscando entretenimento em vez de edificação. Essa passagem da leitura intensi-

va para a extensiva coincidiu com uma dessacralização da palavra impressa. O mundo começou a ficar abarrotado de material de leitura, os textos começaram a ser vistos como mercadorias tão descartáveis quanto o jornal do dia anterior. (DARNTON, 2010, p. 216)

Ou seja, o livro deixa de ser definido como uma peça rara, como um objeto sagrado, que deveria pertencer apenas aos que se consideravam dignos de sua posse. Finalmente os indivíduos, indiferentemente da sua classe, começam a ter um maior acesso a esse material. Nesse mesmo século, “poder-se-ia também evocar o contraste que se revelou, no século XVIII, entre leitores de um tipo antigo – que reliam mais do que liam; e leitores modernos, que agarravam com avidez as novidades, novos gêneros, novos objetos impressos – o periódico, o libelo, o panfleto” (CHARTIER, 1998, p. 92). Com essas novas procuras, e agora com um número maior de indivíduos que poderiam ter um acesso mais livre aos livros, podemos supor que as demandas de tiragens também aumentaram.

A história da leitura passa a ser também a da liberdade na leitura, tanto nos modos, como no público. A leitura anteriormente destinada ao saber, no final do século XVIII, ganhou mais uma finalidade: o prazer, a recreação. Ganhou também um “novo público”.

Se no século XVIII a leitura passa a ser tratada de maneira mais aberta, seria de imaginar que um número cada vez maior de pessoas começasse a cultivar esse hábito. Porém, em relação aos leitores pouco se alterou, pois ainda faltavam ser implementadas as condições básicas para que a leitura pudesse ocorrer, a exemplo disso citamos a educação.

Com essa ampliação do universo da leitura floresce um medo, que era o do excesso de livros. Esse medo concretiza-se no século XIX, mas suas raízes estão presentes desde antes disso, pois a multiplicação de livros já vinha sendo garantida pela invenção de Gutenberg. No século XIX ocorreu uma crise, após a segunda revolução industrial do livro, entre os anos de 1860 e 1870, quando se abandonou o modo de produção iniciado por Gutenberg e se entra na era do monotipo⁶ e depois na do linotipo⁷, o que ocasiona uma superprodução devido à industrialização da atividade gráfica.

E como manter essa produção? Alguns falam

ser isso um problema, pois ocasiona a necessidade de escolhas e triagens; já outros têm uma visão positiva em relação a essa grande produção, pois assim poderiam armazenar esses saberes, como foi o caso da construção da biblioteca universal, que era o sonho de reunir em um só espaço todos os saberes acumulados até então, e também aqueles que ainda não existiam. Bem sabemos que isso é impossível, mas foi graças a esses sonhos de acumular os saberes que foram construídas as livrarias e as bibliotecas.

As bibliotecas, por sua vez, já existiam bem antes disso, desde o ano 5000 a.C. na Mesopotâmia, destinadas à guarda e ao manuseio de todo tipo de material escrito. Desde o momento de sua criação teve diversas características, como a de ser um local que representava uma dominação cultural, pois, novamente, só os letrados a frequentavam; ou ainda como um local de encontro; como representação de riqueza e de prestígio. Foram públicas e privadas, e a partir do século XVII passaram a ser abertas ao público. Nos dias de hoje encontra-se em diversos locais, em residências privadas, escolas, universidades, algumas empresas e espaços abertos ao público.

Sobre a leitura, no século XIX tem-se um aumento no número de leitores, devido ao crescimento geral da alfabetização e do uso do material impresso, como vemos a partir de Ribeiro (1984). Dentro desse aumento no número de leitores estão operários, mulheres, e crianças, que antes não estavam inseridos no grupo de leitores. Às mulheres eram destinadas leituras de romances, revistas e livros de culinária; já os operários, devido às reduções das jornadas de trabalho, utilizaram-se da leitura como uma fonte de prazer; e em relação às crianças, tinham contato com a leitura através das escolas.

Também no século XIX foi oficialmente permitida, pela monarquia portuguesa, a utilização de prelos no Brasil. Essa produção cultural começou tardiamente no país, pois em outros locais essa conquista já era antiga. Além disso, havia ainda mais problemas, como Lajolo e Zilberman destacam:

Além de tardia, a implantação da imprensa na então colônia Lusitana constitui uma medida isolada, não tendo sido secundada pela criação e consolidação

6 Modo de impressão baseado nas prensas onde uma figura era passada para o papel através de um suporte de metal, ou material plástico

7 Máquina inventada na Alemanha em 1886, que baseava-se em fundir em blocos cada linha de caracteres tipográficos, composto de um teclado como o da máquina de escrever. As letras deveriam ser escolhidas e montadas uma a uma nesse teclado; e sua capacidade de produção era de seis a oito mil toques por hora.

de instituições e instrumentos necessários à difusão dos produtos impressos. Continuavam faltando escolas, bibliotecas, gabinetes de leitura, livrarias, jornais, editoras. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1991, p. 129)

Com essa informação podemos supor que os leitores não eram muitos, pois o acesso aos livros era difícil, já que até então era necessário importá-los; fato esse que designa tempo e recursos financeiros, o que pode vir a diminuir o número de leitores. O número de tiragens também era escasso, e uma segunda edição somente era realizada anos depois (FERREIRA, 2012). Outro fato é a precariedade de uma política educacional que dotasse o país de escolas, o que é prejudicial quando se trata da formação de um novo público de leitores.

A história da leitura tem relação com a escola na medida em que, até os dias de hoje, é neste espaço que grande parte dos indivíduos tem seu primeiro contato direto com os livros e com a leitura, através do processo de decodificação das palavras, das leituras que os professores realizam aos alunos nos anos iniciais da escola, dos livros didáticos, do contato com os livros na biblioteca escolar.

Ainda no século XIX se instauraram no Brasil os gabinetes de leitura, os quais funcionaram como as primeiras bibliotecas populares e públicas no país. Esses gabinetes tinham à sua frente acadêmicos da faculdade de Direito. As leituras realizadas nestes espaços vinham na contramão da igreja, que até então selecionava e indicava os livros àqueles que tinham acesso. O modo de leitura que se dava nos gabinetes permaneceu até meados do século XX. Vemos então mais um impedimento em relação à leitura, uma vez que até certo ponto, era a igreja quem indicava o que ler e como ler.

No século XX o impresso, que tanto demorou para se inserir e a conquistar seu público, começou a perder espaço para os meios audiovisuais, pois se considerava que estes levavam a uma mais rápida decodificação do que estava sendo tratado. Podemos citar também o fato de que, de certa maneira, os meios audiovisuais colocavam os indivíduos em contato com a leitura, mesmo que indiretamente, mediada através das rádios novelas, por exemplo. Talvez, devido a isso o indivíduo se sentisse mais acomodado a ponto de não ler ou diminuir a quantidade de leituras em material impresso.

Nas últimas décadas do século XX, com a ex-

pansão da tecnologia digital, por meio da rede mundial de computadores, surgiram novos “suportes de leitura que se somaram ao formato do livro impresso. Os discos rígidos, disquetes, CD-Rom, multimídia, mostraram-se como novas alternativas para o ato da leitura.”, conforme Ribeiro (1984, p. 11). Com esse modo de leitura, o leitor perdeu o contato com a materialidade do livro, trocando-a pela imaterialidade da tela. Ainda conforme o mesmo autor: “perde-se o contato físico e íntimo como o texto no qual todos os sentidos do leitor participam do ato de ler.” (RIBEIRO, 1984, p. 11). Ademais, o computador leva facilmente grande parte das pessoas a distrair-se e a realizar mais de uma coisa ao mesmo tempo, sem dar atenção necessária a nenhuma delas, o que muitas vezes acaba por prejudicar ou inviabilizar a qualidade de uma leitura aprofundada através dele.

Nos dias de hoje essa revolução tecnológica tem-se intensificado cada vez mais. A tela dos computadores está em muitos casos ganhando a preferência de muitos indivíduos em relação ao papel. No entanto, isso não é sinônimo da extinção de leitores de material impresso. Existe público para os dois materiais, embora em alguns casos os outros meios pareçam mais atraentes do que os livros, principalmente nos casos que envolvem jovens, adolescentes e crianças.

Neste longo percurso da história da leitura ela não se consolidou somente como uma prática, como Regina Zilberman (2012) propõe. Ela veio a ser um critério para se adentrar e a participar da sociedade; tornou-se um produto da escola, servindo para distinguir o homem culto e alfabetizado do “ignorante” e analfabeto. Além do fato de ter implicações diretas no cotidiano das pessoas, como por exemplo, para ler uma receita, ou pegar um ônibus.

Porém, mesmo tendo ganhado esse caráter de prática indispensável, a leitura vem decaindo nos últimos anos, de acordo com a pesquisa realizada pelo Pró-Livro em parceria com o Ibope Inteligente, apontada no site da ABRALE – Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (ABRALE, 2012). Aponta-se que o número de leitores passou de 55% para 50% da população, entre os anos de 2007 e 2011⁸. Por leitores entende-se aqueles que leram ao menos um livro nos últimos três meses.

Como já mencionado, a família e a escola têm um papel fundamental no que se trata da formação

8 A pesquisa foi realizada em 315 municípios, entre 11 de junho e 3 de julho de 2011; onde foram ouvidas 5012 pessoas com idade superior a 5 anos. A margem de erro da pesquisa é de 1.4 ponto percentual.

de um novo público de leitores. A influência da escola no hábito de ler é clara na pesquisa apresentada pela ABRALE (2012): “entre os entrevistados que estudam, o percentual de leitores é três vezes superior ao de não leitores (48% vs. 16%). Já entre aqueles que não estão na escola, a parcela de não leitores é 50% superior a de leitores: 84% vs. 52%”. Partindo desta pesquisa vemos também que o número de leitores jovens/adolescentes que se encontram em período escolar também diminuiu. Entre pré-adolescentes de 11 a 13 anos a média de leitura passou de 8,5 à 6,9 livros ano, e entre adolescentes de 14 à 17 anos de 6,6 para 5,9 livros ano.

Especula-se que um dos motivos dessa queda da porcentagem do número de leitores esteja associada à falta de estímulos por parte da família. Por outro lado, o desinteresse familiar com relação à leitura faz parte e é consequência de um contexto político e sociocultural que, historicamente, não dá à democratização da leitura a importância devida.

Em outras palavras, a família sofre e reproduz o descaso com a leitura que é cultural e que tem dificuldades de se resolver porque grande parte das políticas para a difusão da leitura não são tão eficazes como deveriam, por fatores que vão desde a sua elaboração até a sua execução e fiscalização (SILVA, 1995).

Podemos observar que grande parte de leitores de hoje em dia são jovens; que a renda familiar pode influenciar na leitura já que quanto maior o poder aquisitivo maior o número de leitores; além de que a escolaridade exerce maior influência sobre o ato de ler. O número de leitores ainda é baixo entre a população brasileira, e esse número tem decaído com o passar dos anos. É verdade que a falta de estímulo familiar seja um dos fatores que influenciam na falta de interesse pela leitura, pois se o indivíduo não tem influências dentro de casa, se ele não vê um familiar lendo ou comprando um livro, pode acabar achando que ler é apenas uma obrigação escolar, já que o livro não é um objeto comum em seu cotidiano. A escola, no entanto, é uma das principais responsáveis por proporcionar esse estímulo, isso devido ser ela, em muitos casos, o local onde o aluno terá seu primeiro contato com os livros, além de que a leitura é um dos fundamentos básicos da escola. Pois diferente dos séculos anteriores, onde a leitura e a escrita eram práticas distintas, e que não era necessário aprender uma para aprender a outra, nos dias de hoje a leitura não se desassocia do escrito. Mas como isso pode ocorrer se em muitos casos nem com uma biblioteca a escola conta?

Apesar da validade deste questionamento, a má estrutura física e material das escolas não pode responder sozinha pela influência no processo de não formação e de não estímulo de novos leitores. O problema da leitura envolve muito mais do que isso. Em muitos casos a escola possui uma lista de obras já pronta para repassar a seus alunos durante o ano letivo. E essa lista é construída sem a participação e sem a opinião daqueles que serão seus beneficiários. Desta maneira ela pode conter livros que não serão do seu agrado, seja pelo seu gosto literário, seja pela diferença sociocultural entre a realidade do aluno e da qual o livro trata, seja pelo nível cognitivo que ele exige da criança.

Além de que quando se trabalha a partir dessa metodologia o contato com os livros ganha um caráter de imposição e obrigação. Essa pode ser também uma das causas para a queda do número de leitores. No entanto, não pretendemos propor que não se deve oferecer aos alunos os livros tradicionais das literaturas que causem o choque cultural e social (pois a escola é um lugar onde deve ocorrer o contato dos alunos com a riqueza das diversidades culturais) nem que a escola deve suavizar seu papel educacional (pois nem tudo o que faz parte do processo de aprendizagem na escola é algo necessariamente prazeroso). Pretende-se sim chamar a atenção para o fato de reconhecer a realidade dos alunos, reforçando-a, levando-a em conta quando se trabalhar a leitura na escola.

Outro obstáculo em relação à leitura é o currículo escolar que também já tende a vir pronto, e na maioria dos casos não abrange todos os alunos de uma escola, devido a eles pertencerem a diferentes culturas e condições sociais. Essa forma de currículo, como Michael Apple (1989) e Peter McLaren (1977) discutem, é o currículo oculto, que tende a reproduzir e produzir: reproduzir a ideologia de uma cultura tida como dominante, e assim produzir profissionais conforme sua classe econômica, não oferecendo perspectivas de mobilidade social. Esse currículo funciona através de práticas e ações, ou seja, modos de comportamento do professor, maneiras como a matéria é reproduzida em sala de aula, orientações e valores que são repassados aos alunos. São características complementares e não explícitas do currículo normal da escola. Ou seja, a partir dessa perspectiva, os alunos de classe mais baixa teriam desempenhos piores do que os alunos de classe média, por exemplo. Pois esses alunos, por terem melhores condições, estariam mais próximos da realidade em cima da qual a escola e a educação

são pensadas.

Se a escola é idealizada pelas elites, como afirmam McLaren (1977) e Apple (1989), e se a leitura também sempre esteve ligada a elas dentro de toda a história do livro, parece provável que os alunos com melhores condições sociais (e que, em tese, estejam familiarizados com os livros e a leitura desde sua infância) tenderão a ter um melhor desempenho escolar. Uma criança habituada ao universo da leitura, que presencie constantemente os familiares adquirindo e lendo livros, que desde pequenina foi acostumada a ouvir contar histórias, não estranhará tanto à realidade letrada da escola quanto uma criança que nunca tenha visto alguém de seu círculo familiar segurando um livro de literatura, história, ou uma revista qualquer (o que não é tão incomum assim, uma vez que a leitura no Brasil custa caro). Por outro lado, alunos de classes mais baixas, mas que, de alguma maneira, tenham adotado o hábito de ler (como demonstrado, um hábito historicamente associado às elites) teriam mais facilidade em adequar-se a outra realidade bem conhecida das classes mais altas – isto é, a escola – do que aquelas que não tenham inserido em seu cotidiano o hábito de ler. Ou seja, a leitura funciona como um instrumento para que o aluno consiga melhor se adaptar aquilo que vem-lhe sendo oferecido na escola. Mas será que isso se dá de fato ou é apenas uma hipótese?

Porém, lembremos que o ato de ler não se resume apenas na decodificação da palavra escrita. A leitura do mundo deve preceder a leitura da palavra. Partindo da afirmação de Paulo Freire (1989) percebemos que o ato de ler deve ocorrer de uma maneira crítica, ou seja, o saber ler deve trazer a interpretação, a análise e o entendimento daquilo que está sendo decodificado, a partir da realidade de cada grupo de alunos.

Freire nos apresenta o conceito de “palavra-mundo”, termo que se refere ao não desassociar a leitura da palavra das relações do indivíduo com o seu cotidiano. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1989, p. 13).

Fica clara então a necessidade da alfabetização partindo da realidade do aluno. Mas o que ocorre muitas vezes é o oposto disso: a leitura do mundo é apresentada sob a ótica de outros grupos sociais, e o que é exposto aos educandos são, desta forma, as representações de uma realidade que não lhes é própria.

A leitura crítica é um instrumento que, segundo Gramsci (in FREIRE, 1989), atua como uma ação an-

ti-hegemônica, pois a educação não é neutra, e não está desassociada da política. A educação reproduz a ideologia dominante, mas essa ação não fica nela mesma. As próprias contradições que caracterizam a sociedade fazem com que esse sistema de educação reproduzidor de ideologias dominantes sofra alterações, pois há a negação dessa ideologia através do confronto entre ela e a realidade dos alunos e dos professores.

Há pouco tempo surgiu uma teoria radical na educação preocupada com este problema do currículo oculto. “A nova sociologia da educação” ou a “teoria crítica da educação”, como é definida, visa transformar as desigualdades sociais na escola e contribuir a favor dos menos favorecidos. McLaren, participante deste grupo de teóricos, afirma que “a visão tradicional da instrução de sala de aula e aprendizado como um processo neutro, antissepticamente removido dos conceitos de poder, política, história e contexto não pode mais ser dignamente endossada” (MCLAREN, 1977, p. 192). Esse grupo de teóricos acredita que as escolas servem para disseminar a ideologia e atender aos interesses das classes mais abastadas, enquanto que ignora completamente a cultura e as habilidades das classes menos favorecidas.

O resultado é que as escolas – frequentemente vistas como agências socializadoras que ajudam a sociedade a produzir cidadãos inteligentes, responsáveis, comprometidos e preparados – tornam-se instituições estranhas e perturbadoras, que não somente ensinam sujeitos, mas também produzem seres humanos incapazes de reflexão e que, em suas atividades diárias, representam as ideologias da cultura dominante. (MCLAREN, 1977, p. 196)

A pedagogia crítica preocupa-se então com a compreensão da relação que se estabelece entre poder e conhecimento. Pois o conhecimento, trabalhado a partir da questão da ideologia dominante, é visto como algo a ser dominado.

O conhecimento, porém, não é algo a ser dominado, mas sim adquirido. No entanto, como vimos, nem sempre as condições para se adquirir esse conhecimento são iguais para todos, devido ao sistema educacional que tende a afastar alguns alunos com suas práticas impostas e já estabelecidas, muitas vezes sem levar em conta a multiplicidade da realidade escolar – devido à falta de preparo dos profissionais e à falta de estrutura da instituição.

Perante todos esses desafios, como fazer com que os alunos superem os obstáculos colocados pelo currículo oculto e consigam o melhor desempenho escolar possível nesse sistema excludente?

Existe alguma ferramenta disponível para que esses alunos, principalmente os de classe baixa, consigam driblar o sistema que lhes é imposto?

Partimos da suposição, como já citado anteriormente, de que a leitura pode ser uma dessas ferramentas, sendo que aqueles alunos que tem o hábito de ler, tendo um maior contato com os textos, teriam uma maior facilidade no que se trata da própria leitura, em interpretação, e uma maior facilidade em se relacionar com os textos trabalhados em sala de aula e, por conseguinte, obteriam melhor desempenho escolar; além, ainda, de que, a partir do ato da leitura, “adquire-se meios de combater as imposições decretadas pela classe dominante, onde os dominados se encontram atados, perante tanta brutalidade intelectual” (CARDOSO, 2007, p. 3).

A educação é um meio eficaz no desenvolvimento da cidadania, desperta o indivíduo para as reflexões sobre o seu meio, criando um sujeito ativo e participante dentre todas as relações por ele vivenciadas. A leitura, por sua vez, é o eixo central no desenvolvimento desse indivíduo, pois com sua prática adquirem-se novos conhecimentos e percebe-se o mundo ao seu redor. (CARDOSO, 2007, p. 3)

A leitura foco de nossa análise será aquela feita a partir da biblioteca escolar. Esta, porém, traz em seu enlaço muitos problemas, começando pela sua inexistência em algumas escolas. Ou seja, muitas bibliotecas das escolas brasileiras não suprem a demanda educacional, tanto em relação aos recursos que a ela deveriam ser aplicados, como na questão de sua abrangência aos seus usuários, tornando-se desta maneira ineficientes. Segundo Fragoso (2002, p. 2-3), essa carência é resultado do sistema educacional que vem se deteriorando há décadas – “consequência direta ou indireta desse quadro, na grande maioria das escolas brasileiras, quando há bibliotecas prevalece um sistema arcaico de utilização e aproveitamento do acervo e não apenas por indigência material.” Ou seja, a biblioteca escolar, em um grande percentual de escolas brasileiras, não recebe a devida atenção dos órgãos que seriam responsáveis por ela, o que é um reflexo da própria construção da história da leitura, que sempre apresentou um meio dificultador para o acesso pleno a ela.

Como podemos ver, a biblioteca escolar envolve ao mesmo tempo fatores educacionais, culturais, políticos e sociais. Portanto, levanta-se um questionamento quando percebemos que poucas dessas autoridades se mobilizam quanto à estrutura e bom funcionamento deste espaço. Não podemos negar, é claro, que existem pessoas que estão à fren-

te do poder e que se preocupam com essa questão da leitura, que logo, envolve diretamente as bibliotecas. Como exemplo desses projetos podemos citar o “Programa Nacional Biblioteca da Escola”. Porém, devido à grande carência pela qual passou a população ao longo da história do livro, essas iniciativas ainda não suprem toda a demanda da qual precisamos, programas como estes ainda são apenas paliativos. Ainda falta muito para fazer vingar a democracia do livro e da leitura. Afirmamos isso, também, a partir da experiência pessoal obtida através das várias visitas “em vão” realizadas em escolas, em busca de fonte para o presente trabalho: ora nos deparávamos com a inexistência da biblioteca, ora nos deparávamos com o despreparo dos responsáveis por ela.

Silva (1995) afirma ser fácil compreender o motivo desse “desleixo” para com a biblioteca escolar e as bibliotecas em geral:

Contudo, tal fato pode ser compreendido sem espanto se articularmos a desatenção das nossas elites dirigentes quanto às bibliotecas escolares e à escola como um todo com a questão da manutenção da sua hegemonia econômica e política. Tais elites só se dispõem a oferecer à grande maioria da população a cota de bens culturais suficientes para integrar os indivíduos no sistema produtivo que elas controlam. Assim, um certo domínio da leitura, da escrita e do cálculo é o que se pode garantir ao povo, e mesmo assim, ainda temos amplas fatias das classes populares sem acesso a esse instrumental. (SILVA, 1995, p. 14-15)

Isto é, esse desleixo, esse esquecimento da biblioteca escolar, é proposto por Silva (1995) como “proposital”, quando se tratando da responsabilidade do estado. O autor alega não ser do interesse da elite governante a elevação do nível cultural e da consciência crítica da população, já que desta forma o poder vigente poderia vir a ser questionado, e logo alvo de críticas. Ainda segundo o autor, as “classes dominantes têm um projeto político de manutenção da sua hegemonia baseado, entre outros aspectos, na negação sistemática do acesso aos bens educacional/culturais às classes trabalhadoras” (SILVA, 1995, p. 31).

O que deve ficar claro, porém, é que essa atitude por parte das elites dominantes não é explícita, e talvez nem mesmo consciente. Ela faz parte de um sistema produzido e reproduzido pela própria história da leitura, a qual, como dito no começo do capítulo, sempre dificultou – ora através de censura, ora mediante questões sociais ou econômicas (ler, para muitos, é caro), etc. – o acesso da maioria das pessoas a ela. Ou seja, o governo nesse caso, e como já citado anteriormente, funcionada como um objeto

de um sistema maior. Os objetivos e motivos dessa segregação da leitura podem ter mudando ao longo da história, o que não podemos negar, porém, é que ela apresenta resquícios até os dias atuais.

Esse desleixo em relação à biblioteca pode-se dar, segundo Waldeck Silva, devido à falta de uma tradição ou consciência bibliotecária no Brasil, pois desde o período colonial o que vem sendo posto em prática é o analfabetismo, a ausência das bibliotecas e a inexistência de políticas de popularização do livro. Ou seja, a chamada “Crise da leitura” não é um mal recente, o que faz com que ocorra e seja aceitável por parte da população uma relação de estranhamento entre os indivíduos e as bibliotecas.

Essa crise da leitura também não é em si uma crise, como aponta Ezequiel Silva. Para o autor ela é um programa elaborado por aqueles que detêm o poder, e que enxergam na leitura um instrumento de conscientização (SILVA, 1995, p. 11-12). Porém, o que deve-se lembrar ao utilizar a teoria de Silva, é que ele militou intelectualmente contra os mecanismos de controle social na época da ditadura militar. Ilustrou ironicamente, com o conceito de “lei-dura” (SILVA, 1983), alguns dos empecilhos que parte das elites impôs à democratização da leitura contra a população mais pobre e trabalhadora. O conjunto de mecanismos políticos e econômicos para tornar a leitura algo difícil e inacessível às camadas mais baixas da sociedade era por ele chamada por este conceito de lei-dura, uma clara alusão à Ditadura Militar no Brasil. Sabe-se que a educação no regime militar estava interessada em formar cidadãos acríticos e apolíticos, através de um ensino tecnicista e com pouco incentivo à leitura, confinando-a às esferas mais altas e dominantes da sociedade. É certo que a ditadura militar acabou, mas acreditamos que os mecanismos de controle social contra a democratização da leitura incluídas na “Lei-dura” estão presentes (mesmo que com formatos diferentes) até a atualidade, estando por trás do que entendemos por currículo oculto. Ou seja, nos dias atuais existem programas de incentivo à leitura, mas estes ainda não se mostram suficientes para a situação atual encontrada. Esses projetos estão inseridos dentro do sistema governamental, que por sua vez também é uma ferramenta do sistema.

A educação é vinculada ao estado. A escola não é meritocrática, ou seja, não existe uma relação entre êxito escolar – levando-se em conta ao se tratar de êxito escolar apenas o que é passado pelo professor em sala de aula, e origem social. Apple aponta que mesmo que um aluno de classe social baixa

tenha um bom rendimento escolar, ele dificilmente irá conseguir conquistar uma posição social mais alta que aquela a que ele pertence, devido a escola estar inserida nesse sistema vinculado a ideologia dominante. E os instrumentos para que ele venha a conseguir essa ascensão, são por sua vez, controlados pela própria elite governante.

Como resultado desse sistema, a pobreza da biblioteca escolar traz consequências de natureza diversa. No setor cultural ela afeta principalmente as crianças de classes populares, que têm na escola uma das únicas possibilidades de contato direto com os livros e com a leitura. Como nos aponta Silva “sem biblioteca escolar, sem leitura crítica, abrem-se, mais ainda, os caminhos para a opressão e para a injustiça social, à medida que se fecham aqueles que poderiam conduzir os alunos, desde cedo, ao exercício do espírito crítico, contestador e criativo” (SILVA, 1995, p. 46).

No setor educacional devemos focar na formação dos professores, pois eles serão a ponte entre os alunos e os livros, ou seja, a aproximação dos alunos com a biblioteca escolar vai ser influenciada através do espaço que a biblioteca ocupa no fazer didático do docente. Essa prática docente é orientada pela formação pedagógica do professor, formação essa que deve então inserir a biblioteca escolar como também material didático a ser utilizado em sala de aula.

No setor pedagógico a ausência da biblioteca escolar tende a limitar os materiais pedagógicos, o que faz com que muitas vezes o professor seja a única fonte de transmissão do conhecimento, na qual os alunos ficarão submetidos ao discurso docente e/ou ao livro didático. Este é um sério problema enfrentado pela biblioteca escolar quando ela se faz presente na escola. A sua má utilização ou não-utilização por parte dos professores acaba reforçando aquilo que vem sendo imposto aos alunos, professor e a educação em geral, fazendo com que os indivíduos permaneçam sendo agentes de uma sociedade da qual a crítica não faz parte, e onde a capacidade de reproduzir o discurso do professor e do livro didático é o ponto a ser atingido.

Compartilhamos da opinião de Silva (1995) quando pensamos da biblioteca escolar:

Entretanto, para muito além da missão de transmitir o saber elaborado, absolutamente fundamental, acreditamos numa escola que possa formar cidadãos críticos, capazes de utilizar criticamente o conhecimento construído na escola para analisar o real e, diante dele, fazerem as suas opções profissionais, culturais e políticas, de forma consciente, livre

e autônoma. Para a escola desenvolver um trabalho pedagógico que tenha, no limite, tal finalidade, julgamos indispensável que o professor lance mão de novos instrumentos de ensino em acréscimo à exposição oral e ao livro didático adotado. E, entre eles, a biblioteca escolar pode ocupar um lugar destacado, não como depósito de saber acumulado, mas sobretudo como agência disseminadora desse saber e promotora da leitura. (SILVA, 1995, p. 18)

A utilização da biblioteca a partir desse ponto de vista é imprescindível, ainda mais em escolas que recebem alunos de periferia, os quais são, devido à sua condição social, inferiorizados perante o restante da sociedade, na qual o sistema educacional é seletivo e excludente, o acesso à leitura é elitizado e o discurso só tende a ser reproduzido. E assim o que a escola impõe aos seus alunos é um comportamento mecânico e de massa, exatamente o oposto de um processo de educação reflexivo e individual.

Esse comportamento imposto pela escola em relação ao ensino também é aplicado em relação à utilização da biblioteca escolar. Quando a biblioteca faz parte do plano de aula dos professores, geralmente se dá a partir de imposição de leituras, o que acaba distorcendo a prática e consequentemente afastando os alunos da biblioteca. A leitura torna-se uma obrigação, ela é realizada em troca de notas bimestrais. Outra medida adotada por alguns professores em relação à biblioteca escolar é a sua utilização como um espaço de castigo, aonde os alunos são enviados quando deixam de realizar algo que o professor deseja, ou quando desrespeitam alguma regra. A biblioteca, de lugar de leitura, torna-se lugar de punição. Essa atitude acaba criando nos alunos um sentimento de repulsa em relação aquele ambiente; a imagem criada é exatamente o oposto de seu fim.

A leitura é até mesmo vista como um elemento motivador da evasão escolar, devido à maneira como ela é posta em prática na didática educativa, sendo aplicada de uma maneira ultrapassada e retrógrada aos alunos (SILVA, 1995).

Porém, a leitura, quando incentivada pelos professores principalmente, tende a se tornar uma ferramenta para o combate à alienação, à ignorância e às práticas impostas pela cultura dominante, fazendo com que o estudante venha a se tornar um indivíduo questionador e crítico. Para Silva a biblioteca é o espaço que mais contribui para o despertar do espírito crítico e a criatividade do aluno, e “o aluno é o maior responsável pela construção da sua aprendizagem. Logo, uma postura ativa, dinâmica, crítica e criativa da sua parte é o que se espera num processo de escolarização emancipatório” (SILVA, 1995, p. 42).

Pensamos, pois, a biblioteca escolar como um instrumento que o aluno irá dispor para sua autoeducação. Como apontado, a leitura tornou-se uma prática quase indispensável para o indivíduo. A partir da sua realização podemos adentrar espaços, e conhecer ideias que até então não faziam parte de nosso cotidiano. Levantamos a questão de que na escola a leitura pode atuar como uma ferramenta para melhor aproximar, de uma maneira geral, os alunos ao sistema da educação, que por sua vez é pensado e elaborado por uma elite. Para tanto iremos colocar nossa hipótese em prática no próximo capítulo, analisando em que medida a leitura pode atuar no desempenho dos alunos que a realizam.

Da constatação dos fatos.

Não podemos deixar de assinalar o papel da biblioteca escolar na formação de personalidades críticas, criativas e dinâmicas. Com a diversidade de informações que a biblioteca escolar pode fornecer – se dignamente instalada –, os estudantes poderão tomar conhecimento de idéias diferentes ou mesmo divergentes daquelas transmitidas pelo professor, o que lhe poderá provocar inquietações e questionamentos, elementos indispensáveis ao desenvolvimento de uma educação escolar emancipatória, ainda que insuficientes para livrar totalmente os alunos das influências do discurso dominante na escola. Inquietos e questionadores, tais alunos poderão tornar-se cidadãos críticos e participativos, o que se constitui em requisito fundamental para a tarefa de transformação da sociedade brasileira e, de modo geral, de qualquer sociedade. (SILVA, 1995, p. 70)

Partindo de tal ponto de vista, vemos que a biblioteca escolar, e logo a leitura, são instrumentos de emancipação do indivíduo. A leitura, e o ato de ler lhe serão úteis tanto em seu período como discente como posteriormente.

A biblioteca escolar também pode contribuir no combate do autoritarismo do sistema escolar. A imposição de um arbitrário cultural (Bourdieu & Passeron, 1975) aos alunos, por meio de conteúdos, práticas, textos, etc., é uma das dimensões mais evidentes do autoritarismo escolar. O contato frequente com a biblioteca escolar representa, para o educando, a possibilidade de se apropriar de um conhecimento que possibilite desvelar e questionar esse arbítrio, embora o acervo disponível na biblioteca também seja, de certa forma, parte daquele *arbitrário cultural*. (SILVA, 1995, p. 73-74)

Partindo desses pressupostos iremos analisar a diferença no desempenho escolar entre os alunos que possuem e os que não possuem o hábito da leitura⁹. Vendo se ela, feita a partir de empréstimos de

livros da biblioteca escolar, pode interferir no desempenho final desses alunos. O que vale ressaltar é que em nossa pesquisa não trabalhamos em cima da ideia de que existe um método de leitura considerado como o correto, mas sim como Barzotto (1999) nos apresenta, através da aceitação de que qualquer tipo de leitura é válido. Alguns esclarecimentos então devem ser feitos. Quando afirmamos que todo tipo de leitura é correto, queremos dizer que o modo como esse aluno lê e interpreta o texto diz respeito à aceitação da capacidade de criatividade e interpretação dos alunos, afastando-se então daquele ensino autoritário, como falam Ezequiel Silva e o já mencionado Barzotto, no qual apenas a palavra do professor é a correta, e somente ela tem validade na sala de aula.

Acompanharemos quatro turmas durante quatro anos consecutivos, a partir das quintas séries do ano de 2009 até as oitavas séries de 2012. Nos três primeiros anos, que serão abordados neste segundo capítulo, analisaremos seus desempenhos através da relação que os alunos tiveram ou não tiveram com a leitura; e no último ano (2012) será aplicado um questionário acerca da opinião e relação desses alunos com a leitura e com os livros.

A relação será mapeada através das fichas de empréstimo da biblioteca escolar. Já no início dessa pesquisa, algumas bibliotecas das escolas visitadas se colocaram como obstáculos para o trabalho, devido a alguns fatores, como a própria inexistência delas – no sentido de não haver um espaço na escola destinado para uma – ou casos de não serem abertas aos alunos, assim como, (o problema mais frequente), a escassez e falta total de registros de empréstimo. Estes problemas com registros se mostram antigos; encontramos Darnton (1992) falando sobre eles em sua *História da Leitura*, discorrendo sobre a dificuldade e a importância de se manterem os registros de biblioteca, uma vez que poucos sobrevivem.

As três escolas “selecionadas” que visitamos para a realização desta pesquisa encontram-se em regiões periféricas da cidade. Optaríamos somente por uma. A primeira, o Colégio Estadual Francisco Pires, foi escolhida pelo fato de receber alunos da colônia do Sutil¹⁰. Encontra-se na escola um espaço reservado para a biblioteca; este espaço, porém, não é exclusivo para ela, pois é ocupado por um fre-

ezer pertencente a um programa social que distribui leite para a comunidade. Em alguns contatos que tive com a escola e com a biblioteca, pude perceber que os alunos a frequentam animadamente, principalmente nos horários de recreio. O colégio dispõe de responsável por ela, porém não pudemos realizar nosso trabalho lá, devido à ausência de registros de empréstimos de livros.

Dirigindo-se para o “plano B”, a próxima escola visitada foi o colégio no qual terminei meus estudos secundaristas. A escola ficava situada na região periférica da cidade – o que a coloca entre as escolas preferíveis a este trabalho. Nesta escola, porém, nos reencontrou um velho problema: a biblioteca ainda é praticamente inexistente, fica reclusa e reduzida a duas estantes no canto da sala de informática; estantes essas que trancadas a cadeado. O espaço não era aberto aos alunos até o ano de 2011, em virtude da ausência de um profissional responsável. Além disso, como não é difícil constatar, não contava com o registro de eventuais empréstimos. Vimo-nos então impulsionados a procurar outra escola.

Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças

A terceira e última escola a que nos dirigimos foi o Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças¹¹. Diferente das anteriores, ela dispõe de um grande recinto para a biblioteca, contando com uma sala própria com dimensões bastante consideráveis, e que excedem o tamanho de uma sala de aula. A sala da biblioteca conta com cerca de 12 estantes, mesas e cadeiras distribuídas pelo espaço da sala, e um balcão onde as bibliotecárias permanecem. Seu acervo é composto por cerca de 2200 livros já catalogados e 300 que ainda iram se juntar aos demais na estante, que aguardam apenas serem catalogados. Os livros do acervo da biblioteca estão inseridos nas categorias: romance, novela, contos, poesias, poemas, enciclopédias e livros paradidáticos, entre outros. O espaço também conta com profissionais responsáveis pelo seu cuidado, sendo duas funcionárias que dividem o trabalho pela manhã e que se revezam à tarde e à noite, em todos os dias da semana. Na biblioteca também encontramos armazenados os registros de empréstimo de livros.

9 Por leitura iremos considerar as feitas através de empréstimos da biblioteca escolar; mais especificamente iremos considerar como leitores os alunos que realizaram ao menos um empréstimo na biblioteca durante o ano trabalhado. Diferente da conhecida concepção de leitor, que dá esse título aqueles que leram ao menos um livro nos últimos três meses.

10 Comunidade de remanescentes quilombolas, situada em Ponta Grossa.

11 Foi obtida autorização da direção da escola para a divulgação de seu nome.

A idade razoavelmente baixa da escola, (o prédio foi construído e é utilizado desde 2003) talvez possa ser um dos fatores para este bom funcionamento do espaço. Porém, ainda assim verificamos que também nessa biblioteca não existe uma atualização anual de material. E que são os professores que compram, ou conseguem doações, de obras mais atuais e que são, geralmente, preferência do público escolar.

Devemos destacar, no entanto, que, mesmo a biblioteca funcionando de uma maneira considerada “adequada” e tendo os funcionários realizado o registro de empréstimos, esse material era restrito, ou antes, as fichas mais antigas que encontramos datam do ano de 2009 e não formam o conjunto total das feitas para os empréstimos daquele ano. Penso na possibilidade de que as fichas remanescentes foram as que se salvaram por algum motivo de irem parar no lixo; fator esse que, de certo modo, tem um lado positivo, se pensarmos que existiram mais leitores nesse ano do que os que conhecemos. Mas essa incerteza também confere a essa pesquisa uma ressalva, de que os dados obtidos foram traçados em cima deste material coletado nestas circunstâncias. Se, por outro lado, tivéssemos acesso ao material completo do ano de 2009, os nossos resultados poderiam distinguir-se dos apresentados adiante.

Tendo acesso às fichas e ao caderno de empréstimo, realizamos um levantamento dos leitores entre os anos de 2009 até 2011. Para que pudéssemos fazer um acompanhamento gradual e contínuo dos alunos, optou-se em trabalhar com os que estavam nas quintas séries em 2009 e que hoje, em 2012, encontram-se nas oitavas. Devemos deixar claro que uma pesquisa desta natureza poderia ser aplicada a qualquer outra disciplina escolar, mas optou-se pela de história devido a sua íntima e imprescindível relação com a leitura, além, é claro, de ser a área de atuação daquela que lhes escreve. A pesquisa será baseada em cima da leitura de caráter prazeroso – não decorrente de atividades escolares propostas pelos professores – e por causa da qual os alunos vão por livre e espontânea vontade à biblioteca.

A análise dos dados coletados será feita através de um dos programas utilizados pelas Ciências Sociais – *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, que trabalha com estatísticas. Para a realização da análise e a constatação da teoria por nós levantada, algumas questões foram elaboradas como: o número de leitores; o número de leitores relacionado ao sexo; a porcentagem de leitores que se manteve durante o decorrer dos anos; a porcentagem de leitores que passaram a ler posteriormente; a relação dos leitores

e não leitores com o desempenho na disciplina de história; e a situação anual final desses alunos. Ou seja, iremos abordar seu desempenho em relação à leitura, às notas, e à sua situação escolar. Alguns novos alunos, vindo de outras escolas, entraram nas salas analisadas, e passam também a fazer parte de nossa pesquisa.

A princípio não nos questionamos sobre o número de livros lidos por esses alunos – embora tenhamos coletado esses dados, pois sabemos que, para a leitura, quantidade não é sinônimo de qualidade. O importante é entender o que se lê e saber o que fazer com o lido: por o aprendido em prática e torná-lo parte da vida. Assim, uma reflexão suscitada por uma passagem de algum livro pode ajudar, àquele que lê com qualidade, a ver o mundo com novos olhos, e a leitura, mesmo pouca, servirá bem o seu ofício. Mas, ainda que Paulo Freire confessasse que não se incomodava em ir para cama após ter lido apenas uma página de um livro – porque, segundo ele, esta página foi o que ele “conseguiu” digerir –, é certo que ele lia, e lia bem, e lia bem e em quantidade, pois gostava de ler e precisava ler. Então, quando se gosta e há tempo, é natural que se leia bastante, e a quantidade, se não implica necessariamente qualidade, ao menos no caso das fichas pode servir de parâmetro para deduzirmos se o aluno realmente tinha costume de ler ou somente foi à biblioteca emprestar um livro em um mísero e entediante dia, por ordem do professor ou por qualquer outro motivo que não o gosto.

Como já discutido no capítulo anterior, o que buscamos com essa pesquisa é descobrir se o ato da leitura pode se associar a um melhor desempenho escolar, partindo da visão de que a escola é arquitetada por uma elite, e que desta forma os preceitos com os quais ela trabalha seriam estranhos aqueles que não fazem parte dessa classe social. Partimos do pressuposto de que a leitura, além de trazer informação, torna os alunos mais questionadores, o que poderá interferir em sua postura na sala de aula e, logo, em seu desempenho, resultando em melhores notas no final dos bimestres. Aqui, infelizmente, por não termos acompanhado as crianças em todos os aspectos da vida escolar durante o período pesquisado, estaremos tomando a nota como variável principal da aprendizagem, mas temos a consciência de que uma não se reduz à outra. Pode acontecer de nos depararmos com alunos que têm o hábito de ler e cujas notas sejam baixas, ou que não o tenham e as tirem excelentes. Assim como também se apresentam outros problemas como não sabermos se a retirada do livro corresponde a sua leitura, nem se a retirada foi espontânea ou forçada pelo professor. Porém,

mesmo com todas essas limitações, é possível encontrar elementos da relação entre a leitura e do desempenho escolar em História.

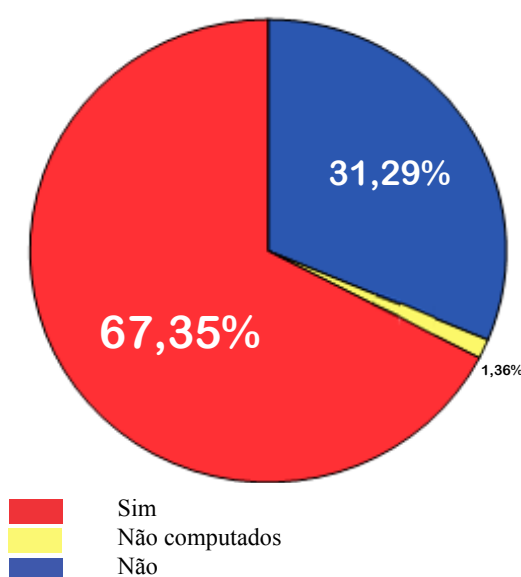
Somando todas as crianças com que trabalhamos em todas as séries – contando as transferidas, reprovadas, desistentes e que entraram na escola a partir da sexta série – chegamos a um total de 217, sendo 111 meninos e 106 meninas. Em 2009, as quatro turmas da quinta série somavam 147 alunos. Como trabalharemos também com os alunos que entraram na escola do decorrer dos anos letivos, assim como existem casos de desistência, reprovações e transferências, esse número se modificará em

cada ano, somando no total os 217 mencionados.

Feito um levantamento dos alunos de quinta série no ano de 2009 que emprestaram ao menos um livro na biblioteca (como já citado, esse levantamento foi feito por meio das fichas individuais de empréstimo e por registros em cadernos de saídas de livros), encontramos quarenta e seis alunos que fizeram empréstimos; esse número em porcentagem representa 31,29% do total das quatro quintas séries¹², como mostra o gráfico abaixo:

Levantamos as médias anuais das notas dos alunos e as inserimos em quatro categorias: de 0 a 4,0 – média péssima; de 4,1 a 6,0 – média ruim; 6,1 a

GRÁFICO 1 – Número de leitores e não leitores do total das quintas séries de 2009



9,0 – média boa; e, de 9,1 a 10,0 – média excelente. Esta classificação será adotada para todos os anos e séries trabalhadas. Nas quatro turmas das quintas séries, encontramos os seguintes dados referente ao desempenho dos alunos:

TABELA 1 – média escolar dos alunos da quinta série.

Médias quinta séries		
Médias	Casos	%
Péssimo	11	7,5
Ruim	15	10,2
Bom	114	77,6
Excelente	7	4,8
Total	147	100,0

¹² Nos gráficos e tabelas alguns casos aparecem como "não computados", esses dados são de alunos que por algum motivo não conseguiram acompanhar a turma, não chegando ao final do ano letivo em questão.

Mais de 80% apresentam notas acima da média adotada pelas escolas públicas (6,0). Esta porcentagem não é a que consideramos ideal, mas podemos considerá-la um número elevado, levando-se em conta todo o esforço pelo qual passa o professor, no que se refere às pressões pelas quais ele passa para que não existam casos de alunos com notas baixas e muito menos reprovações. No entanto, há menos notas excelentes do que ruins e péssimas. É claro que a dificuldade de tirar notas acima de nove é perfeitamente compreensível, e não é o problema sobre o qual seja urgente debruçarmos, pois realmente preocupantes são os casos abaixo (ruins) e muito abaixo (péssimas) da média estabelecida; são eles que necessitam de atenção. São ao menos 26 ou 17,7% os casos de alunos que por algum motivo não conseguiram, com a soma dos quatro bimestres, alcançar uma média igual ou superior a seis nas quintas séries, mesmo com todas as chances e com todo o trabalho e esforço

realizado pelo professor no decorrer do ano letivo.

Quem são estes casos preocupantes? Alunos que emprestaram livros ou os que deixaram de fazê-lo? Os de ambos os casos? As mesmas perguntas devem ser feitas em relação às médias excelentes. A leitura recreativa estaria exercendo influência no alto desempenho dos alunos?

Quando levantamos a possibilidade da leitura recreativa estar influenciando no desempenho dos alunos não estamos afirmando que a leitura de um material aleatório, emprestado conforme o gosto do aluno interferisse diretamente na sua nota final, mas sim de que o ato de ler materiais para além da sala de aula auxiliasse e fosse um estímulo para o aluno passar a estudar mais, a interpretar melhor os textos e enunciados das atividades avaliativas e a se tornar mais crítico. Desta forma para responder as indagações a cerca da leitura ou começar a levantar hipóteses, observemos a tabela a seguir:

TABELA 2 – desempenho entre alunos leitores e não leitores da quinta série.

Desempenho entre leitores e não leitores			
Alunos	Média	Casos	%
Leitores	Ruim	3	6,5
	Bom	42	91,3
	Excelente	1	2,2
	Total	46	100,0
Não computados	Péssimo	2	100,0
Não leitores	Péssimo	9	9,1
	Ruim	12	12,1
	Bom	72	72,7
	Excelente	6	6,1
	Total	99	100,0
Total		147	100,0

Fonte: A autora.

Pode-se perceber que entre os alunos leitores apenas três tiveram média abaixo de seis, enquanto que cerca de 21% dos que não usufruíram do empréstimo de livros tiveram suas médias abaixo da linha estipulada. Não obstante, os que têm a maior porcentagem de médias excelentes são exatamente os que não usufruíram da biblioteca para realizar empréstimo – o que não podemos esquecer, entretanto, é que as causas que mais influenciam nas notas são, sobretudo, o estudo do conteúdo específico das provas e a realização de atividades em sala e de

casa. O que deve ser levado em conta é que esses alunos, mesmo não tendo retirado livros da biblioteca escolar, podem muito bem ter lido livros retirados de outros locais, como sua casa, ou a biblioteca pública. Desta maneira, podemos dizer que as notas excelentes da tabela são, obviamente e na maioria das vezes, as de alunos que cumpriram à risca as determinações dos professores, entre as quais se encontram, evidentemente, a leitura do livro didático e do material do caderno, e não apenas leituras recreativas. Por outro lado, fica claro, ao observarmos

os dados, que os alunos que emprestaram livros estão, em 93,5% dos casos, acima da média; quase quinze por cento a mais que os não leitores. Ou seja, a leitura recreativa associada ao estudo da matéria pode ter interferido no desempenho

escolar daquele ano, pelo menos numa visão mais geral.

Essa relação da leitura associada às notas se mostra de forma bastante clara no final do ano letivo:

TABELA 3 – situação escolar final entre alunos de quinta série leitores e não leitores

Situação quinta série			
Alunos	Situação	Casos	%
Leitores	Aprovado	45	97,8
	Reprovado por frequência	1	2,2
	Total	46	100,0
Não computados	Transferido	2	100,0
Não leitores	Aprovado	77	77,8
	Aprovado por conselho	2	2,0
	Desistente	2	2,0
Não leitores	Reprovado	11	11,1
	Reprovado por frequência	2	2,0
	Transferido	5	5,1
	Total	99	100,0
	Total	147	100,0

Fonte: A autora.

Nota-se que entre os alunos leitores ocorre apenas um caso de reprovação, e não se insere na categoria dos reprovados por média, mas por frequência. Diferente do que ocorre com os não leitores, em que cerca de 20% dos alunos não conseguem acompanhar a turma. Porém, o que se deve ressaltar é que entre esses 20% há alunos desistentes e transferidos, dos quais não podemos saber se, uma vez tendo continuado na escola, usufruiriam da bi-

blioteca e de seus livros, entrando assim para o rol de leitores.

O que também se pode perceber, comparando-se as tabelas das médias e de situação escolar, é que os alunos leitores, mesmo apresentando alguns casos de notas ruins conseguiram passar de ano sem precisarem da aprovação por conselho de classe. Podemos inferir, em relação às três médias ruins, que as notas destes alunos estivessem muito

próximas da média seis. Já os não leitores apresentaram um percentual semelhante de reprovações a de notas abaixo da média, o que quer dizer que praticamente nenhum desses alunos conseguiu ser aprovado.

Através dos levantamentos e cruzamentos de dados pudemos ver que em tese os leitores conse-

guem ter um melhor desempenho que os não leitores, assim como suas notas são mais altas. Esse desempenho ocorre de igual para igual entre meninos e meninas? Entre meninos e meninas leitores e não leitores? Ou a conhecida máxima de que “meninas são mais estudiosas que os meninos” prevalece? O gráfico a seguir pode sanar parte dessas dúvidas.

TABELA 4 – situação escolar final entre alunos da quinta série leitores e não leitores, e sexo.

Situação escolar relacionada a leitura e sexo

Alunos	Sexo	Situação	Casos	%
Leitores	Masculino	Aprovado	21	95,5
		Reprovado por frequência	1	4,5
		Total	22	100,0
	Feminino	Aprovado	24	100,0
Não computados	Masculino	Transferido	2	100,0
Não leitores	Masculino	Aprovado	33	66,0
		Aprovado por conselho	2	4,0
		Desistente	2	4,0
		Reprovado	9	18,0
		Reprovado por frequência	2	4,0
		Transferido	2	4,0
		Total	50	100,0
	Feminino	Aprovado	44	89,8
		Reprovado	2	4,1
		Transferido	3	6,1
		Total	49	100,0
		Total	147	100,0

Fonte: A autora

A tabela apresentada deixa claro que, no geral, o desempenho escolar varia entre os meninos e as meninas das quintas séries. Quando são leitores, essa variação é muito pequena, mas mesmo assim existe; quando não o são, a discrepância entre os sexos chega a quase 20% no caso das aprovações. A diferença na aprovação é maior ainda entre leitores e não leitores do mesmo sexo; no caso das meninas, não: está na casa dos 11%; mas, no caso dos meninos, ultrapassa os 25%, se forem incluídos os aprovados por conselho. No caso de não leitores, os meninos apresentam um número muito mais

elevado de reprovações que as meninas. Ou seja, nas quintas séries de 2009 elas foram mesmo mais estudiosas do que eles.

A diferença do desempenho dos meninos e das meninas merece uma tentativa de explicação. O bairro onde a escola se situa é muito conhecido nosso, passamos por ali sempre, senão diariamente, pelo menos uma vez por semana. É um bairro vizinho ao meu e cujas características, de um modo geral, me são muito familiares: região periférica, de situação econômica baixa, sem muitos centros de lazer como praças e canchas. As crianças, sobretu-

do os meninos, são livres para brincarem na rua até tarde; andam de bicicleta, jogam bola, brincam de esconde-esconde, disputam bolinha de gude, empinam pipa, ofendem-se e, não raras vezes, brigam. Dissemos “sobretudo os meninos” porque as meninas, embora se as encontre nas ruas, vão para lá em menor quantidade e ficam muito menos tempo que os meninos. É muito mais comum ouvir serem chamados, das janelas das casas, nomes femininos do que masculinos para irem embora. Geralmente isso acontece porque as meninas são encarregadas mais que os meninos de ajudar na maioria dos serviços domésticos e, também, por causa de um zelo especial que os pais têm com relação a elas, seja no tocante a segurança, seja no que diz respeito à sexualidade. Estando as meninas dentro de casa e tendo-lhes sido “imposto” responsabilidades diferentes das dos meninos, mais caseiras e “comportadas”, elas destinam um tempo maior para atividades escolares do que eles, que andam “soltos” nas ruas e desenvolvem relações diferentes com as obrigações. Isso é uma hipótese e não quer dizer que condiga exatamente com as causas da diferença do desempenho escolar entre os sexos. Exemplo disso é que encontramos meninos leitores com médias boas, que abdicaram de alguns instantes na rua para se divertirem com a leitura. Cada caso é um caso, e

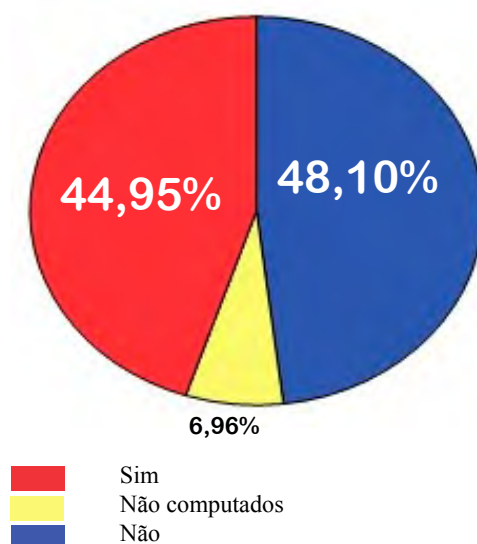
é provável que várias causas – econômicas, sociais, familiares e psicológicas – estejam envolvidas nas notas de todos os alunos, não somente na diferença entre os sexos. Mas é uma hipótese a ser levada em conta neste trabalho; não poderíamos simplesmente naturalizar a diferença e dar-nos por satisfeitos.

Assim, na quinta série pudemos observar que os alunos leitores obtiveram um melhor desempenho que os não leitores; assim como as meninas tiveram, no geral, melhor desempenho que os meninos. E no decorrer dos anos esta estatística se mantém? Ou com a chegada da adolescência e dos novos interesses trazidos com ela interferirão nela? As leituras são deixadas de lado ou floresce nos alunos a vontade de conhecimento?

Os alunos já citados que entraram posteriormente na escola somam setenta. 40 deles ingressam na sexta série de 2010 e 30 na sétima de 2011. Dos quarenta da sexta, dezesseis (40%) emprestaram livros; dos trinta da sétima, apenas quatro (13,3%) fizeram-no. Os leitores equivalem, pois, a 28,6% dos setenta.

Somando os aprovados da quinta série com os quarenta novos alunos que que entraram em 2010, as turmas da sexta série têm 158 crianças. Observemos, na totalidade, a quantidade de leitores e não leitores através do gráfico:

GRÁFICO 2 – número de leitores e não leitores das sextas séries de 2010



Podemos perceber que a porcentagem de alunos leitores nas sextas séries aumentou em relação ao ano anterior, chegando a quase metade dos alunos usufruindo dos empréstimos da biblioteca escolar. Sabemos que 40% dos novos

alunos que entraram emprestaram livros no correr desse ano, e essa porcentagem representa 16 alunos. A partir desse cálculo podemos ver se houve diferença no número de leitores da quinta para a sexta série.

TABELA 5 – número de leitores e não leitores no total das sexta séries de 2010

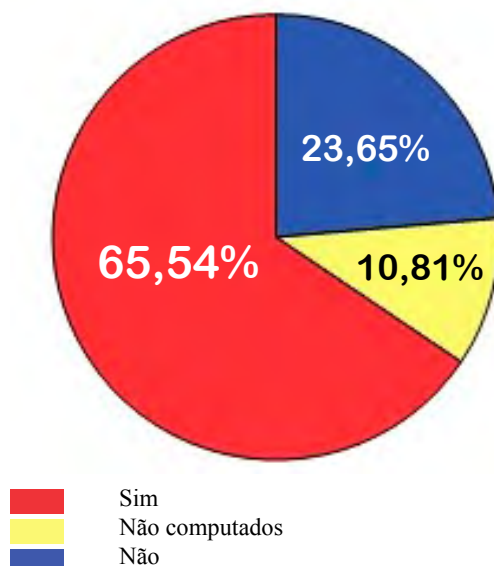
Leitores sexta série		
Leitor	Casos	%
Sim	76	48,1
Não computados	11	7,0
Não	71	44,9
Total	158	100,0

Fonte: A autora

O número de leitores passa de quarenta e seis na quinta série para setenta e seis na sexta, ou seja, trinta alunos a mais começaram a emprestar livros em 2010. Desses trinta leitores 16 entraram em 2010 na escola. Sabendo-se disso, podemos observar que 14 alunos que não liam na quinta passaram a ler na sexta. Haveria algum motivo em especial para esse acréscimo ou realmente o gosto pela leitura apenas aflorou nos alunos? Acredito que muito possivelmente, no ano de 2010 e na turma das sextas séries, houve um fator estimulante no que se refere à leitura. Esse fator pode ter vindo

na forma de um novo professor, seja na disciplina de história, seja em qualquer outra, um novo professor que estimulasse a leitura aos alunos, como ferramenta pedagógica, ou através de sua relação pessoal com os livros; assim como pode também ter ocorrido algum projeto pedagógico na escola envolvendo a biblioteca escolar. Afirmamos haver um fator estimulante devido se constatar que no ano seguinte, na sétima série, o número de leitores cai novamente, passando mesmo a ser inferior ao número de leitores encontrados na quinta série, como podemos ver no gráfico abaixo:

GRÁFICO 3 – número total de leitores e não leitores no total das sétimas séries de 2011.



Em números essa porcentagem representa trinta e cinco alunos leitores, frente a 16 casos não computados e 97 alunos não leitores, num total de 148 alunos. Desse total de leitores, quatro deles são alunos que entraram na escola apenas na sétima série. Ou seja, o número de leitores

cai mais da metade de um ano para o outro.

Visto que na sexta série o número de leitores teve um acréscimo em relação à quinta, mas que na sétima metade desses alunos deixaram de ler, o percentual de situação escolar nesses anos teria sofrido alguma influência por parte da leitura?

As tabelas abaixo podem nos mostrar.

TABELA 6 – desempenho dos alunos das sextas séries de 2010.

Desempenho dos alunos na sexta série			(continua)
Média	Casos	%	
Péssimo	31	19,6	
Ruim	36	22,8	
Bom	83	52,5	
Excelente	8	5,1	
Total	158	100,0	

Fonte: A autora

Vemos que a sexta série foi um ano de aumentos frente à quinta série – aumento no número de leitores, no número de notas péssimas e ruins; e, infelizmente,

as notas boas diminuíram em número e porcentagem.

Já na sétima série, onde o número de leitores não ultrapassa 35 alunos:

TABELA 7 – desempenho dos alunos das sétimas séries de 2011.

Desempenho dos alunos na sétima série		
Média	Casos	%
Péssimo	26	17,6
Ruim	25	16,9
Bom	86	58,1
Excelente	11	7,4
Total	148	100,0

Fonte: A autora

Os números e as porcentagens mudam muito pouco da sexta para a sétima série, mas na sétima série em compensação encontramos menos notas péssimas e ruins do que no ano anterior. Porém, se comparados os três anos, esses números, frente ao resultado das quintas séries, são altos – as notas péssimas e ruins aumentaram e as boas diminuíram, em compensação as notas excelentes só aumentaram no correr dos anos; um pequeno aumento, mas existiu.

Aparentemente, em um levantamento geral, o nível das notas parece ter decaído com o passar dos anos. Levando-se em conta que o número total de alunos no decorrer dos três anos não teve um aumento que fosse capaz de alterar de forma significativa as médias, podemos levantar algumas hipóteses para esse acontecido.

A primeira das hipóteses refere-se à chegada da adolescência, que pode ter feito com que os alunos

começassem a se interessar por outras questões que não a escola e o estudo; uma vez que na quinta série os alunos recém-saídos de um ensino no qual viam todas as matérias com apenas um professor, acabam por conceder um caráter de atração ao método de aula adotado pelo sistema a partir da quinta série. Outra hipótese refere-se à questão do quadro de professores. Em nosso sistema de ensino encontramos uma instabilidade no que se refere a ele; muitas escolas não contam com professores fixos para determinadas matérias; assim os alunos podem ter mais de um professor da mesma matéria no decorrer do ano letivo, com professores substitutos. Esse é o caso da escola Nossa Senhora das Graças, que inclusive na matéria de história, não conta, até o presente momento, com um professor fixo, já que a professora contratada desta matéria está afastada por determinação médica. Este fator pode ser altamente prejudicial aos educandos,

uma vez que cada professor tem um método de ensino próprio, além de que a matéria passa a ser dada aos alunos de uma forma não sequencial. E podemos dizer que uma terceira hipótese seria relacionada com a própria metodologia adotada pelo professor no que diz respeito ao ministrar as aulas, pois é ela quem influencia e atinge direta-

mente os alunos.

Sob um olhar mais geral vimos que as médias dos alunos, tanto da sexta como da sétima série, diminuem em relação ao primeiro ano deles na escola. Mas agora em uma visão mais detalhada, vejamos se a leitura desenvolveu algum papel em meio a esses resultados, começando com a sexta série:

TABELA 8 – situação escolar final dos alunos da sexta série leitores e não leitores.

Situação escolar entre leitores e não leitores da sexta série			
Leitor	Situação	Casos	%
Sim	Aprovado	53	69,7
	Aprovado por conselho	9	11,8
	Desistente	1	1,3
	Reprovado	5	6,6
	Transferido	8	10,5
	Total	76	100,0
Não computados	Desistente	2	18,2
	Transferido	9	81,8
	Total	11	100,0
Não	Aprovado	52	73,2
	Aprovado por conselho	8	11,3
	Reprovado	11	15,5
	Total	71	100,0
Total		158	100,0

Fonte: A autora

Nas sextas séries entre os alunos leitores os aprovados somam 81,5%, contando os aprovados por média e os aprovados por conselho. Enquanto encontramos 84,5% dos alunos não leitores sendo aprovados segundo os mesmos critérios. Também entre os leitores encontramos casos de desistência e transferências, além das reprovações, essas que aparecem em menor porcentagem e número entre os leitores. A partir desses números, vemos que, diferente do ano

anterior, no qual a leitura recreativa associada a outros fatores atuou como um fator positivo no desempenho dos alunos, na sexta série, mesmo com um número maior de leitores, e sendo o número de leitores e não leitores bastante semelhantes, a leitura parece não ter influenciado muito nas notas.

Comparemos agora a situação escolar entre meninas e meninos leitores e não leitores das sextas séries:

TABELA 9 - situação escolar final entre alunos da sexta série leitores e não leitores, e sexo.

Situação escolar da sexta série relacionada à leitura e sexo				
Leitor	Sexo	Situação	Casos	(continua) %
Sim	Masculino	Aprovado	22	57,9
		Aprovado por conselho	9	23,7
		Reprovado	2	5,3
		Transferido	5	13,2
		Total	38	100,0
	Feminino	Aprovado	31	81,6
		Desistente	1	2,6
		Reprovado	3	7,9
		Transferido	3	7,9
		Total	38	100,0
Não computados	Masculino	Desistente	1	16,7
		Transferido	5	83,3
		Total	6	100,0
	Feminino	Desistente	1	20,0
		Transferido	4	80,0
Total		5	100,0	
Não	Masculino	Aprovado	19	61,3
		Aprovado por conselho	6	19,4
		Reprovado	6	19,4
		Total	31	100,0
	Feminino	Aprovado	33	82,5
Aprovado por conselho		2	5,0	
Reprovado		5	12,5	
Total			40	100,0

Fonte: A autora

Nas sextas séries entre os alunos leitores os aprovados somam 81,5%, contando os aprovados por média e os aprovados por conselho. Enquanto encontramos 84,5% dos alunos não

leitores sendo aprovados segundo os mesmos critérios. Também entre os leitores encontramos casos de desistência e transferências, além das reprovações, essas que aparecem em menor

porcentagem e número entre os leitores. A partir desses números, vemos que, diferente do ano anterior, no qual a leitura recreativa associada a outros fatores atuou como um fator positivo no desempenho dos alunos, na sexta série, mesmo com um número maior de leitores, e sendo o

número de leitores e não leitores bastante semelhantes, a leitura parece não ter influenciado muito nas notas.

Comparemos agora a situação escolar entre meninas e meninos leitores e não leitores das sextas séries:

TABELA 10 – média dos alunos da sexta série relacionadas à leitura e sexo.

Média da sexta série relacionada à leitura e sexo

(continua)

Leitor	Sexo	Média	Casos	%
Sim	Masculino	Péssimo	8	21,1
		Ruim	12	31,6
		Bom	18	47,4
		Total	38	100,0
	Feminino	Péssimo	6	15,8
		Ruim	6	15,8
		Bom	26	68,4
		Total	38	100,0
Não computados	Masculino	Péssimo	6	100,0
	Feminino	Péssimo	5	100,0
Não	Masculino	Péssimo	3	9,7
		Ruim	12	38,7
		Bom	15	48,4
		Excelente	1	3,2
		Total	31	100,0
	Feminino	Péssimo	3	7,5
		Ruim	6	15,0
		Bom	24	60,0
		Excelente	7	17,5
		Total	40	100,0

Fonte: A autora

Novamente vemos que as meninas, num geral, conseguem ter um desempenho mais elevado que os meninos. Já entre o mesmo sexo, leitoras e não leitoras, as primeiras têm pouco mais que o dobro de notas péssimas do que as meninas que não leram; as notas ruins estão equiparadas, e nas boas notas as leitoras estão à frente das não leitoras, embora entre as últimas exista um percentual de 17,5% de notas excelentes, enquanto que não encontramos nenhuma nota acima de nove entre as meninas que leram. Esses números nos levam a ver que as meninas que não emprestaram nenhum livro conseguiram melhor desempenho do que as colegas leitoras. Já entre os meninos o caso é parecido. Entre as notas péssimas os meninos leitores têm média maior que a dos não leitores; as notas ruins em ambos os

casos estão na casa dos 30%, e as boas notas entre os não leitores é maior do que dos demais colegas, levando-se ainda em consideração o caso de nota excelente. Ou seja, parece que nas sextas séries de 2010, não podemos afirmar que a leitura recreativa exerceu um papel que interferisse positivamente na nota dos alunos.

Supomos que no ano de 2010 houve um fator estimulante para que mais alunos passassem a emprestar livros na biblioteca escolar, esse fator, porém, não parece ter feito surtir uma diferença na nota dos alunos, o que nos leva a pensar que o fator estimulante (se houve realmente) foi algo imposto aos alunos, na forma, por exemplo, de um trabalho escolar, ato esse que faria com o que o aluno constasse em nossas listas como frequentador esporádi-

co da biblioteca.

Até então pudemos ver que na quinta série a leitura “descompromissada” pode ter atuado, aliada às demais atividades necessárias, na nota e na situação final dos alunos; já na sexta série ela parece não ter exercido nenhuma influência positiva sobre as notas dos alunos leitores, se compararmos ao desempenho daqueles que não emprestaram livros neste ano.

Agora, fechando a análise dos três anos, resta-nos ver a sétima série como se relacionou com os livros. Já observamos que da sexta para a sétima o número de leitores cai pela metade, estando até mesmo abaixo do número de leitores encontrados na quinta série. Uma tentativa de explicação para essa queda já foi levantada, a resposta correta, porém, provavelmente não a encontraremos.

Na sétima série temos os seguintes dados:

TABELA 11 – média dos alunos da sétima série.

Média da sétima série		
Média	Casos	%
Péssimo	26	17,6
Ruim	25	16,9
Bom	86	58,1
Excelente	11	7,4
Total	148	100,0

Fonte: A autora

Essas médias divididas entre leitores e não leitores:

TABELA 12 – média dos alunos da sétima série entre leitores e não leitores.

Média dos leitores e não leitores da sétima série			
Leitor	Média	Casos	%
Sim	Péssimo	2	5,7
	Ruim	3	8,6
	Bom	28	80,0
	Excelente	2	5,7
	Total	35	100,0
Não computados	Péssimo	16	100,0
Não	Péssimo	8	8,2
	Ruim	22	22,7
	Bom	58	59,8
	Excelente	9	9,3
	Total	97	100,0
	Total	148	100,0

Fonte: A autora

As notas dos leitores voltam a ser melhor colocadas que a dos não leitores – as notas péssimas e ruins são inferiores, enquanto que as boas aparecem em maior porcentagem; e, mesmo os não leitores tendo mais notas excelente que os leitores, se somadas as notas boas e excelentes esses não alcançam a porcentagem daqueles que leram. Em relação a essas notas excelentes, podemos su-

por que esses desempenhos possam estar ligados, possivelmente, a leituras feitas fora da escola.

Um fator que fica claro, comparando os três anos até aqui trabalhados, é que o número de médias excelentes aumentou gradativamente com o passar dos anos. Mas elas se encontram em um número muito maior entre os não leitores. Explicações para isso, infelizmente, não pudemos en-

contrar, a não ser as hipóteses levantadas no começo do capítulo, quando dissemos que as notas excelentes são tiradas por alunos que cumprem à

risca as determinações do professor.

O que nos resta saber agora é que resultado final essas médias apresentaram:

TABELA 13 – situação escolar final dos alunos leitores e não leitores da sétima série

Situação escolar final dos alunos da sétima série

Leitor	Situação	Casos	%
Sim	Aprovado	31	88,6
	Reprovado	2	5,7
	Transferido	2	5,7
	Total	35	100,0
Não computados	Desistente	1	6,3
	Não acompanhou a turma	1	6,3
	Transferido	14	87,5
	Total	16	100,0
Não	Aprovado	71	73,2
	Aprovado por conselho	1	1,0
	Reprovado	24	24,7
	Reprovado por frequência	1	1,0
	Total	97	100,0
Total		148	100,0

Fonte: A autora

Os leitores da sétima série tiveram um número maior de alunos aprovados frente o grupo de alunos que não leram; além da grande diferença existente entre os reprovados dos dois grupos, chegando a quase 20% de diferença. Na sétima série voltamos a ver que o ato de ler fez com que os alunos “conseguissem um melhor desempenho” frente aos demais colegas. Isso nos leva a pensar que nem todos os alunos que emprestaram livros na sexta série, e que foram computados como leitores, o eram efetivamente. O fraco desempenho dos leitores deste ano (6ª série) pode ter sido impulsionado, em grande parte, pelas notas baixas

daqueles que, na verdade, não eram efetivamente leitores, mas que possuíam fichas de empréstimos devido a alguma atividade escolar.

Na sétima série o número de leitores é baixo, o que nos leva a constatar que não houve nenhum projeto que os estimulasse a visitar a biblioteca, e que o número de leitores que levantamos é referente àqueles que emprestaram livros por vontade própria. Logo podemos novamente observar que o desempenho dos que leram foi afetado positivamente. Resta, então, ainda vermos se neste ano as meninas conseguiram novamente obter melhores resultados que os meninos:

TABELA 14 – média final sétima série relacionada ao sexo e a leitura

Média da sétima série relacionada à leitura e sexo

Leitor	Sexo	Média	Casos	%	
Sim	Masculino	Bom	3	100,0	
		Feminino	Péssimo	2	6,3
		Ruim	3	9,4	
		Bom	25	78,1	
		Excelente	2	6,3	
	Total	32	100,0		
Não computados	Masculino	Péssimo	10	100,0	
	Feminino	Péssimo	6	100,0	
Não	Masculino	Péssimo	5	8,5	
		Ruim	16	27,1	
		Bom	35	59,3	
		Excelente	3	5,1	
		Total	59	100,0	
	Feminino	Péssimo	3	7,9	
		Ruim	6	15,8	
		Bom	23	60,5	
Excelente		6	15,8		
Total		38	100,0		
Total			148	100,0	

e: A autora

O que deve ser levado em conta na análise de meninos e meninas leitores é o fato de que na sétima série encontramos apenas três meninos que emprestam livros. Os três tiraram médias boas e foram aprovados. Desta forma fica complicado compará-los as meninas leitoras que em maior número tiveram além das médias boas, as péssimas, as ruins e as excelentes. Também fica difícil de compará-los aos meninos não leitores, que também tiraram notas de péssimas a excelentes. O que podemos comparar então, para além disso, é que entre as meninas vemos que as porcentagens de notas ruins e péssimas entre as que não emprestaram livros é maior do que entre as que emprestaram. As notas excelentes como vem ocorrendo nos demais anos trabalhados, também é maior entre os não leitores, porém, se somarmos as médias boas e excelentes das leitoras, esta ultrapassa a das não leitoras.

Nas sétimas séries de 2011, assim como nas quintas séries de 2009, também encontramos melhor desempenho entre aqueles alunos que

emprestaram ao menos um livro na biblioteca escolar durante o ano analisado. Fazemos, porém, a ressalva de que neste ano o número de leitores do sexo masculino foi ínfimo. Baseamo-nos nas meninas para fazer essa alegação; mas, fazendo isso, existe o fator de que elas obtiveram melhores notas que os meninos em todos os anos trabalhados, independentemente de serem elas leitoras ou não. Ou seja, na sétima série a comparação de situação e notas se mostra mais complicada, pois o número de leitores é pequeno frente ao total de alunos. Mas claro fica que aqueles que emprestaram livros conseguiram ter um desempenho melhor se comparado ao daqueles que não o fizeram.

Com base nesses três anos acompanhando os alunos que entraram na escola Nossa Senhora das Graças na quinta série de 2009, e demais alunos que entraram posteriormente, podemos concluir que a leitura, quando realizada por vontade própria, interfere positivamente no desempenho dos alunos, como a exemplo das quintas e das sétimas

séries. Já quando ela é resultante de uma atividade escolar, ela tende a se mostrar como uma obrigação, (o que pode acabar afugentando o gosto pela leitura) e, ocorrendo isso, o seu desempenho será também afetado, mas de uma forma negativa como vemos a exemplo das sextas séries.

O uso da leitura e da biblioteca de maneira “inadequada” é recorrente. Muitas vezes os professores estabelecem uma atividade de pesquisa aos alunos, e lhes mandam pesquisar na biblioteca. Como afirma Silva, essa prática se mostra como “um tipo de tarefa que nunca explica muito bem a que veio e como fica” (SILVA, 1999). Isso faz com que a leitura não seja totalmente aproveitada; o que acontece durante a pesquisa escolar é apenas a cópia, a transcrição dos dados do livro para o caderno. Outra maneira errônea de trabalhar com a biblioteca escolar é usando-a como espaço de castigo para os alunos que se portam de maneira considerada inadequada pelos professores. Quando isso ocorre à biblioteca é conferida uma figura negativa, que transmitirá aos alunos um sentimento de aversão àquele espaço.

A leitura quando realizada de maneira crítica pode transformar os indivíduos e o meio onde vivem. A partir do momento que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o indivíduo torna-se questionador, e começa a conhecer o ambiente onde vive e porque vive assim. Da mesma forma deveria ocorrer na escola. A leitura do mundo deveria preceder a leitura da palavra; aos alunos deveria ser incentivado um modo de ler que os educasse para além do dever escolar. Percebemos que a leitura interfere no modo de ser do aluno, porém, quando não estimulado esse hábito, em grande parte dos casos, ele tende a ir se apagando, vai sendo substituído por outras atividades, como vemos no exemplo dos alunos da escola Nossa Senhora das Graças, que com a chegada da adolescência vão deixando de lado o hábito de ler de lado. A adolescência, porém, pode não ter sido o único fator influenciador dessa queda do número de leitores. O que pode ter ocasionado essa diminuição é a experiência pela qual esses alunos passaram ao serem forçados a ler. Forçados no sentido de terem de fazer o empréstimo em troca de notas ou pontos.

No momento em que a leitura, que seria recreativa, passa ter um caráter de obrigação, ela deixa de ser uma ferramenta que auxiliará os alunos a terem um melhor desempenho. Ou seja, a forma como o professor irá lidar com a leitura,

será fundamental para esse melhor desempenho do discente. A influência do professor é de extrema importância na formação de um novo público de leitores. São questões como essas, e sobre a relação e opinião própria dos alunos frente à leitura que iremos ver no próximo capítulo.

Da opinião dos pesquisados

A leitura coloca-se como um meio para se obter um melhor desempenho em sala de aula, mas não como um fim. Como propõe Ezequiel Theodoro da Silva (1983), muitas pessoas podem ter carreiras e vidas bem sucedidas sem nem mesmo ter encostado, em toda sua vida, num livro. Porém, sabemos que a leitura quando realizada de maneira crítica, e associada a outros fatores, pode estimular o indivíduo a enxergar de outra maneira o mundo e o espaço onde vive e convive. O desenvolvimento de uma visão crítica pode incitar o indivíduo a questionar o sistema que rege a sua vida, e isso, como vemos em Silva, Apple, e McLaren, é o que a elite dominante abomina, já que desta forma a sua hegemonia seria posta em perigo. O indivíduo necessita se emancipar, e existe mais de um meio para que ele alcance isso; porém, em nossa pesquisa focamos a leitura como um dos instrumentos para que esse ato se concretize.

A leitura, além de ser um meio de conhecimento, é uma forma de prazer e de lazer. Como apresentado no início deste trabalho, sabemos que quando se trata de sociedade brasileira, existe um déficit em relação ao ato da leitura. Grande parte da população não cultiva o hábito de ler, sejam revistas, folhetos, cartazes ou livros. No que se refere aos que são responsáveis, sabemos muito bem o estado em que se encontram as bibliotecas públicas e as escolares: as condições espaciais são precárias, o material desatualizado, e o incentivo à leitura ainda não abrange todas as carências. Esse incentivo, porém, não deve vir apenas das campanhas televisivas promovidas pelo governo; ele deve surgir, dentre outros lugares, da casa, do trabalho, das instituições sociais, e da escola. A leitura é um direito de todos, e todos deveríamos ter acesso aos meios que nos levassem a ela.

Geralmente indicamos a terceiros apenas aquilo que conhecemos. Como indicar então livros e leituras, se o acesso a eles é por sua vez dificultado, se muitas vezes nem familiarizado

com eles nós estamos. O valor aquisitivo é alto, as bibliotecas, como já citamos, ainda não se encontram devidamente adequadas, e em muitas escolas – que em muitos casos atua como primeiro contato do indivíduo com os livros – esses livros ficam trancafiados em estantes.

No caso do Colégio Nossa Senhora das Graças, existe um espaço que possibilita esse encontro entre a leitura e os indivíduos. Vimos no capítulo anterior que a biblioteca da escola Nossa Senhora das Graças é ativa, ou seja, ela fica a disposição dos alunos, professores e demais funcionários da escola, todos os dias da semana nos três turnos em que a escola funciona.

Como explicitado no início do trabalho, nosso objetivo é acompanhar sequencialmente um grupo de alunos e a sua relação com a leitura durante quatro anos. Nos três primeiros anos conseguimos atingir nosso objetivo através da análise das fichas de empréstimo de livros. E no último aplicamos um questionário acerca dessa relação. Já trabalhados no capítulo anterior os três anos, chegou à hora de abordarmos esses alunos, que hoje se encontram nas oitavas séries. Neste questionário foram incluídas questões mais abrangentes relacionadas à leitura, à biblioteca escolar e à disciplina de história.

O questionário é composto pelas seguintes questões: a relação dos alunos com a leitura, a última leitura feita por eles além das pedidas pela escola, quanto tempo faz que leram o último livro, a frequência com que leem livros fora os didáticos, a opinião dos alunos sobre a biblioteca escolar, se fizeram o empréstimo de livros nos anos anteriores e no corrente, a opinião dos alunos acerca da relação existente entre leitura e desempenho escolar, a opinião acerca da quantidade de leitura

que a matéria de história exige, se costumam ver seus pais lendo em casa e se possuem livros em casa. O questionário foi elaborado a partir da escala Likert, que visa medir o nível de concordância dos indivíduos para com determinado assunto.

Os alunos que responderam o questionário somam 81% dos 120 matriculados na antiga oitava série, hoje nono ano; em números reais eles são 98 alunos que estavam na escola no dia em que o questionário foi aplicado. Os cento e vinte alunos estão distribuídos em quatro turmas correspondentes as turmas A, B, C e D; todas elas frequentando o período matutino. Dos alunos que responderam o questionário 55 foram meninas e 43 meninos.

Mais uma vez utilizamos, como na análise dos anos anteriores, as listagens contendo as notas dos alunos. Nos anos anteriores foram trabalhamos com as médias anuais na disciplina de história; agora, porém, contabilizaremos a média semestral, por não haver-se encerrado ainda o ano letivo e por ser a única disponível até então.

No ano anterior a sétima série contava com 148 alunos, e a oitava deste ano conta com 120, sabemos que 45 alunos das sétimas séries do ano de 2011 não estão na oitava série desse ano de 2012. Sabemos então que 17 novos alunos entraram na escola neste ano. Também sabemos que, desses alunos com quem viemos trabalhando, o número dos que emprestaram livros sempre foi consideravelmente baixa, sendo que apenas no ano de 2010 houve uma porcentagem maior de leitores, que foram impulsionados por um fator externo a emprestarem livros na biblioteca. Porém, não é isso que esses alunos afirmam, ao responderem o questionário a eles aplicado:

15 – Número de alunos que declararam ter emprestado livros da biblioteca escolar nos anos anteriores e estiveram na escola.

Empréstimo de livros nos anos anteriores

Empréstimo	Casos	%
Sim	85	86,7
Não	13	13,3
Total	98	100,0

A autora

Mais de 86% declararam que emprestaram livros da biblioteca, por vontade própria, nos anos anteriores em que estiveram na escola. Através de um levantamento feito do número total de leitores, ou melhor, daqueles que emprestaram ao menos um livro nos três anos trabalhados, encontramos 97 alunos dentre os 234 do total dos quatro anos. Desses 97 leitores apenas 78 continuaram até a oitava série, os outros dezenove não puderam prosseguir por motivos de reprovações, desistências ou mudança de escola. Ou seja, encontramos um número maior de alunos alegando terem emprestado livros nos anos anteriores do que o número real. Temos ainda de levar em conta que quase 20% dos alunos da oitava série não responderam esse questionário, e que esses 13% que afirmaram não ter realizado nenhum empréstimo pode ser também composto por alunos que ingressaram na escola no corrente ano.

Oitenta e seis alunos afirmaram ter emprestado

ao menos um livro para fins de lazer. Encontramos, assim, oito crianças que não aparecem em nossos cálculos dos anos já trabalhados. Podemos, então, fazer duas suposições para esse fato: primeiramente que esses alunos faziam parte daquelas fichas da quinta série que foram perdidas; e em segundo lugar que eles não falaram a verdade no questionário. Essa última alternativa deve ser levada em consideração, se pensarmos no número de leitores que encontramos na sexta série, e em nossa conclusão para esse número – que se referia a um estímulo externo para o aumento do número de empréstimos, e que esses, em certo número, foram realizados a pedido de professores – uma vez que a pergunta do questionário se referia a empréstimos por vontade própria, e não os decorrentes de pedidos para trabalhos escolares.

Vemos que uma grande porcentagem de alunos afirmou ter realizado empréstimos, também por vontade própria, na biblioteca escolar neste ano, conforme o gráfico a seguir:

Tabela 16 – porcentagem de alunos que emprestaram livros no corrente ano.

Empréstimo de livros no corrente ano

Empréstimo	Casos	%
Sim	56	57,1
Não	40	40,8
Não respondeu	2	2,0
Total	98	100,0

Fonte: A autora

A porcentagem de alunos que afirmam ter realizado empréstimo de livros no corrente ano é superior ao encontrado nos anos anteriores. Também nesse caso devemos levar em conta que apenas pouco mais de 80% dos alunos responderam o questionário. Dos 98 alunos que responderam encontramos 57,1% afirmando terem emprestado ao menos um livro na biblioteca escolar até o mês de setembro de 2012. É um número relativamente alto, o que nos faz pensar na veracidade desse dado. Desta forma, resolvemos comparar esse número com um novo levantamento dos leitores através das fichas de empréstimo desse ano. E se caso o número for real, tentaremos levantar alguma hipótese explicativa para esse aumento da média de leitores, já que até então havíamos visto que a tendência era que esse número diminuísse.

Realizado o levantamento das fichas de empréstimo do ano de 2012, encontramos um número ainda maior de alunos retirando livros da biblioteca escolar, do que aqueles declarados por eles mesmos, sendo esses 56. Do levantamento feito a partir da biblioteca encontramos 67 fichas de alunos das oitavas séries. Sabemos que esses 11 leitores a mais faltaram à escola no dia em que o questionário foi aplicado; então, 55% do total de alunos retiraram livros até o mês de setembro. Como já citado, esse número é alto em relação aos anos anteriores, e devemos ter em conta que ainda dispomos de, pelo menos, dois meses e meio – da data em que o questionário foi aplicado, para o final do ano letivo. Tempo suficiente para que mais alunos comecem a frequentar a biblioteca.

Um caso observado e que merece ser levado em consideração é que muitos alunos utilizam a aula de educação física ou aulas vagas para pegar livros da biblioteca e ler dentro desse tempo. Esses alunos não emprestam o livro, eles apenas o retiram do espaço por alguns minutos ou algumas horas; sendo assim, não estariam encaixados em nossa pesquisa, pois eles utilizam-se dos materiais da biblioteca mesmo não tendo uma ficha de empréstimos. Esses casos, porém, ficariam perdidos em nosso trabalho, pois não saberíamos quem seriam esses alunos, já que nos três primeiros anos trabalhados conseguimos rastrear os alunos leitores apenas através das fichas de empréstimos. E no quarto ano trabalhado, o número de declarantes e o número real de leitores coincidiram, ou seja, os próprios alunos que praticam esse ato não falaram que pegaram material da biblioteca este ano.

Quando perguntado aos alunos quanto tempo fazia que realizaram a leitura de um livro, suas declarações nos dão margem para supor que eles

fizeram leituras de livros que estão além do empréstimo da biblioteca escolar, podemos ainda encaixar o caso citado acima, nesta categoria do leitor que não efetuou empréstimo da biblioteca de sua escola. Que fique claro que, quando falamos em leitura de um livro, não estamos nos referimos especificamente da leitura deste na íntegra, mas sim da leitura de conteúdo do livro. Até mesmo porque muitos alunos retiram livros da biblioteca mas não os leem, e, ocorrendo realmente isso, infelizmente não teremos como identificá-los para trabalhar com esse fato na pesquisa.

Os alunos que declararam ter emprestado material da biblioteca no ano de 2012 somam 56, enquanto que 88 alunos declararam ter tido contato com um livro no período de um ano. Ou seja, é dessa diferença de números para mais, que levantamos a hipótese de que os alunos vêm tendo contato com livros além dos retirados na biblioteca escolar. Como podemos observar nos dados abaixo:

Tabela 16 – porcentagem de alunos que emprestaram livros no corrente ano.

Empréstimo de livros no corrente ano

Empréstimo	Casos	%
Sim	56	57,1
Não	40	40,8
Não respondeu	2	2,0
Total	98	100,0

Fonte: A autora

A porcentagem de alunos que afirmam ter realizado empréstimo de livros no corrente ano é superior ao encontrado nos anos anteriores. Também nesse caso devemos levar em conta que apenas pouco mais de 80% dos alunos responderam o questionário. Dos 98 alunos que responderam encontramos 57,1% afirmando terem emprestado ao menos um livro na biblioteca escolar até o mês de setembro de 2012. É um número relativamente alto, o que nos faz pensar na veracidade desse dado. Desta forma, resolvemos comparar esse número com um novo levantamento dos leitores através das fichas de empréstimo desse ano. E se caso o número for real, tentaremos levantar alguma hipótese explicativa para esse aumento da mé-

dia de leitores, já que até então havíamos visto que a tendência era que esse número diminuísse.

Realizado o levantamento das fichas de empréstimo do ano de 2012, encontramos um número ainda maior de alunos retirando livros da biblioteca escolar, do que aqueles declarados por eles mesmos, sendo esses 56. Do levantamento feito a partir da biblioteca encontramos 67 fichas de alunos das oitavas séries. Sabemos que esses 11 leitores a mais faltaram à escola no dia em que o questionário foi aplicado; então, 55% do total de alunos retiraram livros até o mês de setembro. Como já citado, esse número é alto em relação aos anos anteriores, e devemos ter em conta que ainda dispomos de, pelo menos, dois meses e meio – da

data em que o questionário foi aplicado, para o final do ano letivo. Tempo suficiente para que mais alunos comecem a frequentar a biblioteca.

Um caso observado e que merece ser levado em consideração é que muitos alunos utilizam a aula de educação física ou aulas vagas para pegar livros da biblioteca e ler dentro desse tempo. Esses alunos não emprestam o livro, eles apenas o retiram do espaço por alguns minutos ou algumas horas; sendo assim, não estariam encaixados em nossa pesquisa, pois eles utilizam-se dos materiais da biblioteca mesmo não tendo uma ficha de empréstimos. Esses casos, porém, ficariam perdidos em nosso trabalho, pois não saberíamos quem seriam esses alunos, já que nos três primeiros anos trabalhados conseguimos rastrear os alunos leitores apenas através das fichas de empréstimos. E no quarto ano trabalhado, o número de declarantes e o número real de leitores coincidiram, ou seja, os próprios alunos que praticam esse ato não falaram que pegaram material da biblioteca este ano.

Quando perguntado aos alunos quanto tempo

fazia que realizaram a leitura de um livro, suas declarações nos dão margem para supor que eles fizeram leituras de livros que estão além do empréstimo da biblioteca escolar, podemos ainda encaixar o caso citado acima, nesta categoria do leitor que não efetuou empréstimo da biblioteca de sua escola. Que fique claro que, quando falamos em leitura de um livro, não estamos nos referimos especificamente da leitura deste na íntegra, mas sim da leitura de conteúdo do livro. Até mesmo porque muitos alunos retiram livros da biblioteca mas não os leem, e, ocorrendo realmente isso, infelizmente não teremos como identificá-los para trabalhar com esse fato na pesquisa.

Os alunos que declararam ter emprestado material da biblioteca no ano de 2012 somam 56, enquanto que 88 alunos declararam ter tido contato com um livro no período de um ano. Ou seja, é dessa diferença de números para mais, que levantamos a hipótese de que os alunos vêm tendo contato com livros além dos retirados na biblioteca escolar. Como podemos observar nos dados abaixo:

Tabela 17 – quantidade de tempo que os alunos realizaram a leitura do último livro.

Tempo que leu o último livro

Período	Casos	%
Menos de um mês	63	64,3
Entre um e três meses	18	18,4
Entre três meses e um ano	7	7,1
Mais de um ano	5	5,1
Nunca li um livro	5	5,1
Total	98	100,0

Fonte: A autora

A partir desses números também vemos que alguns alunos nunca nem mesmo leram um livro, e que alguns estão afastados deles há pelo menos um ano. Os motivos para explicar esses números podem ser muitos, mas acredito que o que melhor se encaixa nessa categoria é o desgosto próprio pela leitura. A leitura entre esses alunos quando foi realizada se deu por um motivo maior que o próprio

prazer, como a curiosidade ou até mesmo a imposição; resultado disso foi terem passado, a partir disso, a ver a leitura não como uma forma de diversão e lazer antes de tudo, mas como uma obrigação enfadonha. Felizmente, vemos que um bom número de alunos mantém um contato frequente com a leitura prazerosa. Isso se constata quando observamos a frequência com que eles leem.

belo 18 – frequência com que os alunos lêem livros por vontade própria

Frequência com que lê

Frequência	Casos	%
Toda semana	22	22,4
Algumas vezes por mês	45	45,9
Uma vez ou outra durante o ano	8	8,2
Raramente	18	18,4
Nunca	5	5,1
Total	98	100,0

nte: A autora

Podemos observar que os números apresentados nas duas tabelas anteriores coincidem: os alunos que leram um livro entre três meses e um ano e os que o fizeram a mais de um ano podem ser inseridos na categoria de que leem raramente. Aqueles que afirmaram nunca ter lido um livro não se contradisseram no restante das questões. Podemos também levantar outra hipótese alegando que muitos alunos possuem livros

emprestados no período em que o questionário foi respondido, pois 63 alegaram ter lido um livro em menos de um mês, enquanto que apenas vinte e dois falam ler toda semana. Esses livros, como já mencionamos, podem ter sido retirados da biblioteca escolar ou de outro espaço, como, por exemplo, de suas próprias casas; pois, como podemos observar no gráfico a seguir, muitos possuem livros em casa:

Tabela 19 – número de livros que os alunos possuem em casa.

Número de livros que possui em casa

Número	Casos	%
Nenhum	21	21,4
Entre um e dez	52	53,1
Entre onze e cinquenta	16	16,3
Entre cinquenta e um e cem	3	3,1
Mais de cem	6	6,1
Total	98	100,0

Fonte: A autora

Supomos então que dos 88 alunos que declararam ter tido contato com um livro no período de um ano, vinte e sete deles realizaram essa leitura de um material proveniente de suas próprias casas, ou de empréstimos de amigos, vizinhos, da biblioteca escolar por apenas algumas horas, ou até mesmo da biblioteca pública.

Podemos perceber que grande parte dos alunos possui livros em casa, e alguns possuem um

bom número deles. Dos que declaram não possuir livros em casa, encontramos vinte e um alunos, e dos que afirmaram nunca ter lido um livro encontramos cinco alunos. Esse fator comprova que o incentivo a leitura não vem apenas de casa, que ele pode se formar através de uma discussão com os colegas sobre determinado texto que um tenha lido e outro não, através do comentário de alguém sobre determinada obra ou filme, através

da simples convivência em um ambiente que possua livros, ou através do incentivo em sala de aula e na escola. Constatamos isso quando vemos a

resposta desses alunos, referente a se eles costumam ver seus pais lendo em casa, sejam revistas, jornais, livros, etc.

Tabela 20 – a frequência com que os alunos veem seus pais lendo.

Frequência que veem seus pais lendo

Frequência	Casos	%
Nunca	21	21,4
Raramente	14	14,3
Às vezes	36	36,7
Várias vezes	13	13,3
Todos os dias	14	14,3
Total	98	100,0

Fonte: A autora

Se olharmos atentamente os resultados das respostas quanto à frequência com que veem os pais lendo e a quantidade de livros que possuem em casa, podemos perceber que o número de crianças afirmando não possuí-los é o mesmo dos que alegam não verem seus pais lendo. A pergunta, no entanto, não se referia apenas à leitura de livros, mas de outros materiais, embora essa questão deva ser considerada como uma possível ligação entre não ter o costume de ver seus pais

lendo, e o desgosto do aluno pela leitura; pois o incentivo não vem apenas de casa, mas este é um ambiente bastante propício para que o hábito da leitura comesse a florescer. Mesmo assim, vemos que os alunos recebem incentivos a esse hábito por outras vertentes que não de sua casa. E, conforme a tabela abaixo, esse incentivo que gera o contato dos alunos com o livro, primeiramente por curiosidade, faz com que eles tomem gosto pela prática.

Tabela 21 – relação dos alunos com a leitura.

Relação com a leitura

Relação	Casos	%
Não gosto de ler	5	5,1
Gosto pouco de ler	27	27,6
Gosto mais ou menos de ler	31	31,6
Gosto de ler	24	24,5
Gosto muito de ler	11	11,2
Total	98	100,0

Fonte: A autora

Esses resultados só reforçam os dados que vínhamos colhendo até o momento, pois vemos que, talvez, os cinco alunos que declararam nunca terem lido um livro sejam os mesmos que alegam não gostarem de ler. Os dezessete alunos que dizem gostar pouco de ler, podem também ser aqueles que dizem ler raramente, ou uma vez ou outra no ano. Os que gostam de ler e que gostam muito, se inserem entre aqueles que dizem ler toda semana ou algumas vezes por mês. Num panorama geral vemos que encontramos um número alto de alunos relacionados com a leitura e os livros. Diferente do que encontramos nos anos anteriores, onde a soma dos leitores dos três anos é um número não muito distante daqueles que dizem ter retirado algum livro da biblioteca nesse ano de 2012.

No ano de 2012 houve um crescimento bastante claro no número de alunos que retiraram ao menos um livro da biblioteca escolar. No capítulo anterior

levantamos hipóteses para esse fato quando ocorrido na sexta série; naquele caso, porém, os alunos leitores tiraram médias iguais ou menores dos que não leram, logo, imaginamos que o empréstimo de livros foi algo forçado aos alunos. Vimos, também, que, com o passar dos anos, o número de leitores foi diminuindo, e diante disso concluímos que com a chegada da adolescência outras atividades foram se mostrando mais atraentes a eles do que a leitura. Essas nossas teorias, porém, se mostraram não totalmente verídicas, já que com o resultado encontrado nas oitavas séries, constatamos que grande parte dos alunos lê, frequenta a biblioteca e até mesmo lê com certa frequência. Como o foco do nosso trabalho se volta à biblioteca escolar, e como muitos alunos se mostraram, em 2012, frequentadores assíduos, perguntamos a eles como era o seu conhecimento deste espaço:

Tabela 22 – nível de conhecimento e concordância dos alunos com a biblioteca escolar.

Conhecimento da biblioteca

Relação	Casos	%
Não conheço a biblioteca da minha escola	3	3,1
Não conheço a biblioteca da minha escola	7	7,1
Acho que há poucos livros interessantes que eu gostaria de ler	44	44,9
Acho que há vários livros interessantes que eu gostaria de ler	18	18,4
A biblioteca da minha escola é muito boa em quantidade e qualidade de livros para os alunos	26	26,5
Total	98	100

Fonte: A autora

Quando dessa questão, as respostas seguem em número maior para o descontentamento em relação ao material da biblioteca, do que a satisfação. 51 alunos alegam não haver, ou haver poucos livros que gostariam de ler, frente a 18 que afirmam haver vários títulos interessantes na biblioteca escolar, e 26 que dizem estarem satisfeitos com a quantidade e qualidade de livros presentes na biblioteca. Nos 3% que não conhecem a biblioteca escolar podem estar inseridos os alunos que entraram no corrente ano na escola, e que até então não visitaram esse espaço, além, é claro, de que nessa porcentagem podem estar inseridos os que dizem não gostar de ler.

Pudemos perceber que a leitura é algo que se faz presente entre os alunos da oitava série. Como citado no capítulo anterior, podemos pensar que quando é realizada a leitura recreativa, ela pode funcionar como um estímulo para que os alunos passem a ler mais o material passado e pedido pelos professores, o que consequentemente os faria ter um maior rendimento em sala de aula, que resultaria por sua vez em mais conhecimento, mais criticidade e melhores notas. Mas e qual a opinião dos próprios alunos em relação a isso? Será que também concordam que a leitura prazerosa possa influenciá-los em sala de aula?

Tabela 23 – opinião dos alunos acerca da relação entre leitura e desempenho escolar.

Relação entre leitura e desempenho escolar

(continua)

Opinião	Casos	%
Acho que a leitura pode atrapalhar meu desempenho escolar	4	4,1
A leitura tem pouca importância no meu desempenho escolar	5	5,1
(conclusão)		
Tanto faz ler ou não ler para meu desempenho escolar	7	7,1
A leitura tem alguma importância no meu desempenho escolar	23	23,5
A leitura é totalmente importante para meu desempenho escolar	59	60,2
Total	98	100,0

Fonte: A autora

Podemos perceber que mais da metade dos alunos que responderam o questionário acreditam que a leitura prazerosa, associada à leitura do material escolar, pode influenciar em seu desempenho na sala de aula. Feito um levantamento manual encontramos os seguintes dados: dos quatro alunos que acreditam que a leitura pode atrapalhar seu desempenho, um declarou não gostar de ler, outro que gosta pouco de ler, outro que gosta mais ou menos de ler, e o último que gosta muito de ler. Dos que acreditam que a leitura tem pouca relação com o desempenho: dois alunos não gostam de ler, um gosta pouco, um gosta de ler e outro gosta muito de ler. Dos que acham que a leitura é indiferente para seu desempenho: cinco gostam pouco de ler, um gosta mais ou menos de ler, e um gosta de ler. Dos que acreditam que a leitura tem alguma importância no desempenho escolar (e que representam mais de 20% dos alunos): um não gosta de ler, cinco gostam pouco de ler, nove gostam mais ou menos de ler, sete gostam de ler, e um gosta muito de ler. E em relação à grande maioria das opiniões – a de que a leitura é totalmente

importante para um melhor desempenho escolar: um não gosta de ler, quinze gostam pouco de ler, vinte gostam mais ou menos de ler, quinze gostam de ler, e oito gostam muito de ler.

A partir destes dados, é-nos perceptível que as opiniões são bastante divididas em relação ao papel que a leitura recreativa exerce no desempenho escolar. O que fica claro, porém, são os alunos, de forma geral, e em sua maioria, concordarem que a leitura recreativa exerce um papel positivo em seu desempenho e em suas notas. Porém, encontramos alunos que dizem gostar muito de ler, alegando, ao mesmo tempo, que a leitura recreativa pode atrapalhar seu desempenho ou que ela tem pouca importância no seu desempenho, enquanto que também encontramos outros que dizem não gostar de ler, alegando as mesmas coisas. Então, qual seria o requisito usado por esses alunos para medir a relação entre a leitura e o desempenho? Quando observado seus desempenhos comparados a leitura e sexo, podemos perceber que as médias entre ambos os grupos é muito parecida:

Tabela 24 – média dos alunos relacionada a sexo e leitura.

Média da sétima série relacionada à leitura e sexo

Leitor	Sexo	Média	Casos	%
Sim	Masculino	Péssimo	2	10,0
		Ruim	3	15,0
		Bom	15	75,0
		Total	20	100,0
	Feminino	Péssimo	1	2,8
		Ruim	6	16,7
		Bom	28	77,8
		Excelente	1	2,8
		Total	36	100,0
Não respondeu	Masculino	Bom	1	100,0
	Feminino	Bom	1	100,0
Não	Masculino	Péssimo	1	4,5
		Ruim	7	31,8
		Bom	14	63,6
		Total	22	100,0
		Péssimo	2	11,1
		Ruim	5	27,8
		Bom	11	61,1
		Total	18	100,0
		Total	98	100,0

Fonte: A autora

Observamos que mais de 70% dos alunos estão com a média semestral acima de seis pontos, e que existem seis casos que correm um maior perigo de sofrer uma reprovação no final do ano letivo, se não melhorarem suas notas nos bimestres seguintes. As notas ruins também aparecem em uma considerável porcentagem. Os meninos e as meninas tiveram médias muito parecidas, e as porcentagens entre notas péssimas, ruins e boas não ultrapassam 3% de diferença. Uma das únicas diferenças significativas é em relação às notas péssimas, em que, entre os leitores, encontramos uma maior porcentagem entre os meninos; enquanto que entre os não leitores a porcentagem é maior entre as meninas. Podemos pensar então que a opinião dos alunos quanto à relação entre leitura e desempenho é baseada no seu desempenho e sua experiência pessoal atuais.

No capítulo anterior observamos que as meninas sempre apareciam em maior número como retirantes de livro da biblioteca, ao mesmo tempo

em que, independente de emprestarem ou não livros, tiravam geralmente melhores médias que os meninos. Nesse ano, porém, observamos que as notas obtidas por ambos os sexos são parecidíssimas nesse primeiro semestre. Já entre os alunos de mesmo sexo relacionando a leitura ao desempenho, podemos ver que os meninos que leem têm uma porcentagem maior de notas péssimas que os que não o fazem. Já as notas ruins entre os que não leem aparecem em valor dobrado do que no outro grupo, e quanto as notas boas entre os que retiram livros da biblioteca encontramos mais de 10% de diferença frente ao grupo de alunos que não leem. Quanto às meninas, a porcentagem de notas péssimas entre as que não leem é maior do que entre as que retiram livros da biblioteca. A porcentagem de notas ruins e boas é menor entre as que não fazem empréstimos, e entre as meninas que leem encontramos também um caso que tirou média considerada excelente. Ou seja, os meninos e as meninas que retiraram material

da biblioteca escolar tiveram um melhor desempenho dos que não o fizeram.

Dos alunos com que trabalhamos neste capítulo apenas cinco disseram não gostar de ler, o

restante ficou disperso entre gostar pouco e gostar muito de ler. Mas o que esses alunos andam lendo, livros e outros materiais como revistas ou gibis, ou preferem ler coisas da internet?

Tabela 25 – caráter da última leitura realizada.

Última leitura realizada		
Objeto	Casos	%
Livro	23	23,5
Título de livro	28	28,6
Revistas	5	5,1
Não leu ou não lembra	19	19,4
Gibis/Mangás	5	5,1
Internet	18	18,4
Total	98	100,0

Fonte: A autora

A resposta para essa questão era aberta. Como a diversidade de respostas não era grande e elas se inseriam em categorias, separamo-las da seguinte maneira: livros para quando a resposta do aluno foi “livro”; título de livro quando a resposta do aluno foi preenchida com o título da obra que estava ou está lendo; revistas, não leu ou não lembra qual foi a última leitura, gibis e mangás, e internet quando os alunos lerem textos, manchetes ou mensagens da internet. A pergunta em questão referia-se a última leitura realizada pelos alunos fora o material didático. No entanto, foram encontradas algumas respostas referindo-se a última leitura como a de material pedido pelo professor, como por exemplo: “livro de português para trabalho”. Essas respostas foram então inseridas na categoria não leu ou não lembra qual foi a última leitura, por não estarem de acordo com a pergunta. Desta forma não podemos afirmar que esses alunos realmente não leem ou que não se lembram da última leitura feita, exceto o material didático e o pedido pelo professor.

Da última leitura realizada pelos alunos 52% foi de livros, o que corrobora os números levantados até então, alegando que os alunos da oitava série,

que vem sendo acompanhados desde 2009, neste ano leram mais do que nos demais, e que realizaram essas leituras por vontade própria. O fato desses alunos também lerem outros materiais, como revistas e gibis/mangás demonstra que o gosto pela leitura.

Sabemos no que presente ano a escola não desenvolveu nenhum projeto de leitura, que poderia ter sido um dos motivos do acréscimo no número de leitores, embora tenhamos a experiência do ano de 2011 quando a escola elaborou um projeto¹³, mas mesmo assim o número de retirantes de livros foi pequeno, inclusive, a menor média dentre os quatro anos.

Que teria então acontecido para que esses alunos comesçassem a frequentar a biblioteca em grande número neste ano? Nas perguntas do questionário e na aplicação deste, enfatizamos que as questões sobre leituras, se referiam aquelas feitas por vontade própria, e não as pedidas a encargo escolar, e nem a de material didático. Muitos deles podem trazer influência de casa, mas esses podem ser os alunos que já liam desde a quinta série. Olhando as fichas de empréstimo, quando do levantamento dos

13 O projeto chamava-se “*ler é o caminho*” e era aberto a todos os alunos da escola. Os alunos que melhor se destacaram nas atividades propostas pelo projeto ganharam como prêmio uma ida ao cinema. Segundo a organizadora do projeto, apenas os alunos que realmente mantêm o hábito da leitura participaram, sendo seu número bastante pequeno.

leitores, alguns títulos de livros apareciam constantemente, como por exemplo, a obra de Shakespeare “Romeu e Julieta”, alguns alunos também citaram que essa obra havia sido sua última leitura; ouvimos de uma professora que muitos alunos vão atrás de obras citadas por eles em sala de aula, como ocorreu com a obra acima, e com o livro “O diário de Anne Frank”, citado pela professora como exemplo. Ou seja, muitos alunos podem ter começado a ler devido a influência, até mesmo indireta, dos professores.

Quando a leitura se dá dessa maneira, influenciada pelo professor, ela tende a ser duplamente positiva, pois irá despertar o gosto pela leitura nos alunos, e os irá ajudar em seu desempenho em sala de aula, uma vez que a obra citada complementa a matéria dada, e que poderá fazer com que o aluno passe a ler mais.

Embora os alunos leitores e não leitores tenham tirados médias muito semelhantes, ainda é muito cedo para falar do real desempenho desses dois grupos. Eles ainda precisam de notas de mais dois bimestres para vermos então seus reais desempenhos.

A influência da escola e do professor é de grande importância, assim como a familiar. Às vezes o que o aluno necessita é apenas um empurrão, um estímulo para se aventurar a ler, para ver que a leitura não é apenas uma obrigação, que ela pode ser prazerosa e até mesmo um passatempo. Além ainda de que ela pode ser um instrumento de cultura e emancipação pessoal, que durante muito tempo foi bloqueada ao acesso das classes populares.

Como Silva alega, somente o trabalho da educação não é o suficiente:

É importante ressaltar que a alfabetização, apesar de ser um componente essencial para a formação de leitores, não é suficiente, em si mesma, para garantir a evolução da leitura numa sociedade. De que adianta “saber ler” se os objetos de leitura (livros, jornais, revistas, etc.) não são colocados à disposição do indivíduo? De que adianta “ser letrado” se não há tempo para o usufruto dos bens culturais escritos? De que adianta “ser alfabetizado” se não há dinheiro para a aquisição de obras? De que adianta “saber ler” se não existe um projeto social orientado para despertar a consciência crítica através da leitura? Estas perguntas revelam que outras condições, de ordem sociocultural e econômica, são necessárias para que a prática da leitura seja efetivamente exercida.” (SILVA, 1983, p. 23)

Para que haja esse incentivo é necessário, porém, que a leitura seja popularizada. É preciso que se comece a fazer aquilo que não foi feito quando da autorização dos prelos no Brasil. Se faz

necessário investir em educação, em criação de livreria e bibliotecas, em edição de livros, em formação de profissionais qualificados para trabalhar em bibliotecas e profissionais para cuidar dela. É necessário que se crie, a até então inexistente, consciência bibliotecária no Brasil, é necessário mudar a mentalidade da população.

Pudemos ver que a leitura influencia sim num melhor desempenho escolar. Mas essa leitura precisa ser trabalhada, o que encontramos nas escolas, ou pelo menos na escola em questão, não é uma leitura crítica, incorporada por toda a equipe pedagógica. A procura pela biblioteca escolar existe, e os alunos que estão lendo vêm conseguindo um melhor desempenho dentro da sala de aula; a leitura está mesmo funcionando como uma ferramenta para esses alunos melhor se adaptarem ao modo como a educação é pensada e transmitida. O que se faz necessário agora é uma conscientização em relação a esse fato.

Enquanto a mentalidade do povo brasileiro, e principalmente da elite dominante, não se transformar, continuaremos formando profissionais condizentes com a vontade daqueles que estão no poder. A popularização da leitura se faz cada vez mais necessária.

Considerações finais

Fatores limitadores da leitura não faltaram em toda sua história. Esses fatores em grande parte envolviam as populações de classes baixas, pois já se pensou que eles não eram dignos de certas leituras realizadas apenas pelas classes mais altas, ou que a leitura era apenas um privilégio da igreja e/ou da nobreza. Nos dias de hoje ela continua sendo limitada, seja pelo seu alto custo, pois como já falado, ler custa caro (os altos preços dos livros são desencorajadores); seja porque as bibliotecas existentes, e que compensariam o alto custo do livro, quando existem encontram-se em condições precárias. Ou até mesmo porque os projetos envolvendo a leitura ainda não conseguem suprir as necessidades acumuladas ao longo da história dos livros e da leitura.

Além das más condições físicas das bibliotecas, outro fator limitador da leitura nos dias atuais é a sua má utilização. Não é raro encontrar profissionais despreparados, que visam mais o lado técnico desse espaço do que o educacional, o cultural ou o do próprio lazer. Por trás de tudo

isso, encontramos o histórico da segregação que se arrasta e se emprega até os dias atuais. A leitura se põe como um instrumento perigoso, que pode ameaçar e que pode “libertar”, por isso a “crise na leitura” permanece sem ainda encontrar uma solução final.

A leitura é uma forma de obter conhecimento, é uma prática de fazer perceber e compreender, e pode se tornar um instrumento de emancipação do indivíduo perante o sistema que rege a sua vida. Esse sistema, na visão de alguns teóricos, visa manter a hegemonia dominante, reproduzindo indivíduos acríticos e não questionadores, e tende a reproduzir trabalhadores conforme sua classe social. Esse processo visa começar já na infância através da escola, sendo executado a partir do chamado currículo oculto.

Teóricos como Ezequiel Silva, Gramsci e Paulo Freyre entre outros, afirmam que a leitura é um instrumento eficaz para combater esse sistema. Assim focamos nesta pesquisa em como a leitura influencia no desempenho escolar; pois se quem planeja e está à frente da educação são pessoas pertencentes a uma elite, resolvemos optar pela leitura, que também sempre ligada a essa classe, pra ver se ela quando apropriada por indivíduos de outras classes sociais, pode funcionar como uma ferramenta de inserção nesse sistema. Sendo que esse sistema dominante começa a ser aplicado já na escola, é lá que resolvemos pesquisar o papel que a leitura pode exercer no desempenho dos alunos. Sabemos que seu desempenho não se resume apenas em suas notas, mas infelizmente nos sendo apenas esse o dado disponível, direcionamos nossa análise sobre elas.

Os resultados de nossas análises mostraram-nos que a leitura recreativa quando realizada por vontade própria, tende a exercer um papel positivo no desempenho final dos alunos. A leitura recreativa quando associada a outros fatores, como o estudo da matéria dada pelo professor e a realização das atividades pedidas por ele, pode auxiliar o aluno a ter um melhor desempenho em sala de aula, tirando melhores notas e tendo maiores índices de aprovações do que os alunos que não realizam esse tipo de leitura. Mas bem sabemos que os livros que se encontram na biblioteca escolar não possuem um pó mágico que irá fazer com que as crianças que os peguem, consigam num passe de mágica tirar melhores notas. Devemos pensar que a criança que já está habituada a uma rotina de leitura, feita por conta própria, irá ter mais fa-

cilidade ao se deparar com os textos dados pelo professor, assim como ele poderá passar a ler mais seu caderno, e sanar assim eventuais dúvidas com o professor. Desta forma ele irá se preparar melhor para as atividades avaliativas; o estudo para esses alunos pode se tornar menos “penoso”. A leitura recreativa também pode auxiliar no desempenho dos alunos, quando ela é realizada em decorrência do interesse por determinado assunto da disciplina, como no exemplo presenciado da leitura do “Diário de Anne Frank”. Desta forma a matéria será complementada pela leitura desse material procurado por livre vontade. Logo é esse o ponto em que a leitura recreativa irá auxiliar o aluno a ter um melhor desempenho.

A leitura quando feita a desígnio escolar, tende a assumir um caráter de obrigação, e desta forma como tudo o que ganha esse caráter, ela será realizada de uma forma mal feita, não exercendo assim uma influência positiva no desempenho final dos alunos.

O papel do professor em relação à leitura necessita então ser trabalhado, uma vez que sua influência é eficaz tanto no que diz respeito à formação de um novo grupo de leitores, quando ao próprio desempenho dos alunos em sala de aula. Esse ato de conscientização de seu papel deve, porém, ser trabalhado com o professor ainda enquanto discente. Além de que esse papel de influenciador da leitura não deve ser aplicado apenas aos professores de língua portuguesa ou história, por exemplo, e como muito erroneamente se pensa. Os professores de todas as disciplinas deveriam assumir essa função. Mas como isso pode acontecer se em grande porcentagem os próprios professores não conhecem nem mesmo o acervo da biblioteca das escolas onde lecionam? Como eles podem agir como agentes influenciadores se os próprios não realizam leituras recreativas, seja por falta de tempo hábil, seja pelo próprio desgosto, ou pelo “desconhecimento” do papel que a leitura realiza? Esses professores necessitariam passar por um projeto de conscientização em relação às suas representações e práticas envolvendo a leitura, como o elaborado por Savelli (2001). Os professores parecem não ter consciência de sua influência direta em relação aos alunos e a leitura. Como trabalhado no terceiro capítulo, pudemos ver que das leituras e dos empréstimos feitos no ano de 2012, alguns deles eram de obras comentadas pelo professor em sala de aula.

O que também deve ser trabalhado é com o

profissional responsável pela biblioteca, uma vez que em grande parte quem exerce essa função não é um bibliotecário, mas sim profissionais cumprindo desvio de função. Desta forma eles não se encontraram devidamente preparados para receber os alunos, para assim também agirem como agentes incentivadores da leitura.

Vemos que ainda falta obtermos muitas mudanças no que se refere à leitura, para que possamos dizer que ela não apresenta mais em sua história fatores que limitam seu acesso. Hoje o acesso a ela, é sim mais simplificado, mas ainda não existe uma conscientização sobre a sua potência. Porém, para ocorrer essa conscientização, e para que ela comece a ser repassada, é necessário que ocorram mudanças, principalmente na academia, que é o local que está formando profissionais que tem em suas mãos a oportunidade de mudar esse sistema até então empregado. Embora essa mudança deva ocorrer também no sistema político, pois ele é o maior responsável por nos encontramos na situação em que estamos. Se faz necessário criar projetos envolvendo a leitura, incentivando-a, e para isso é necessário a ampliação do número de bibliotecas públicas, a melhoria das escolares e das já existentes, deve ocorrer patrocínio as edições, dentre tantas outras coisas que se relacionam à leitura e aos livros. A leitura deve deixar de ser vista como uma ameaça.

Nosso trabalho proporciona muitas brechas a serem ainda pesquisadas, como por exemplo, quando constatamos que as meninas apresentam melhor desempenho que os meninos; quando vemos que um projeto de leitura realizado na escola não tem um resultado satisfatório no que se refere a número de leitores; ou quando vemos que a influência do professor é primordial no estímulo a esse hábito. Pode-se também abordar as questões políticas, sociais e econômicas que envolvem a leitura, como por exemplo, ver como a economia interfere no interesse na leitura e na aquisição de livros; ver por quantas andam os projetos políticos que contemplem democratização da leitura; ver se a escola é atingida por estes projetos, ver se, e como a escola contempla no seu cotidiano a leitura; identificar os principais resultados obtidos sobre os alunos, pela realização de projetos de leitura feito pela escola, dentre tantas outras questões, que coloco aqui a disposição para eventuais novas pesquisas.

Referências

- ABRALE. **Retratos da leitura no Brasil**. Instituto Pró-Livro. 3ª ed. 2012
- APPLE. Michael W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BARZOTTO, Valdir Heitor. **Estado de leitura**. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de leitura no Brasil, 1999.
- CARDOSO, Giane Carrera; PELOZO, Rita de Cássia Borguetti. **A importância da leitura na formação do indivíduo**. Revista Eletrônica Científica de Pedagogia. Ano V, n. 9, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. Questões para a história do tempo presente – por Agnès Chauveau e Philippe Tétar. In: _____. _____. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP, EDUSC. 1999. p. 7-39.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.
- DARNTON, Robert. **História da leitura**. In: Burke, Peter (org) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo. UNESP, 1992
- FACHINETTO, Eliane Arbusti; RAMOS, Flávia Brocchetto. **Reflexões sobre o ato da leitura**. Estudo de caso.
- FERREIRA, Cassio Dandoro Castilho. **Leitura e literatura no século XIX: considerações nas cartas e crônicas de Aluísio de Azevedo**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem04/COLE_4320.pdf. Acesso em 26 mai. 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura Rarefeita**. Livro e literatura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas**: Uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977

OLIVEIRA, Maria Regina Momesso de. **A leitura no século XXI**: discursos e representações. Unifran, 1998.

RIBEIRO, Wliane da Silva. Práticas de leitura no Mundo Ocidental. **Ágora**, Salgueiro/PE, v. 3, n.1, p. 34-46, 2008.

SAVELI, Esméria Lourdes. **Leitura na escola**: as representações e práticas das professoras. Dissertação (Mestrado em educação) Campinas, SP, 2001.

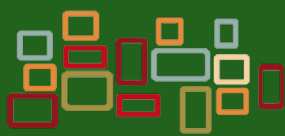
SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura & realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

SILVA, Ezequiel Theodoro. O bibliotecário e a formação do leitor. In: BARTOZZO, Valdir Heitor (org). **Estado de leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

ZILBERMAN, Regina. **Leitura no Brasil**. Sua história e suas instituições. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html> Acesso em 28 mai. 2012.



Ateliê de História

Palavras - chave:

História pública, Didática da história, Cultura histórica.

Resumo: O trabalho discorre sobre o fenômeno da narrativa jornalística da história, pretendendo entender o que produz o jornalista quando escreve sobre a história. Para tanto propõe uma análise comparativa entre a versão original e a versão juvenil ilustrada do livro 1808 – como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil do escritor e jornalista Laurentino Gomes. O livro narra o processo de transferência da corte portuguesa ao Brasil no início do século XIX, e, publicado no ano de 2007, se tornou rapidamente um dos maiores best-sellers nacionais, chegando a permanecer 196 semanas na lista dos livros mais vendidos da revista *Veja* – uma das revistas de maior circulação do Brasil. A principal hipótese deste trabalho é que os jornalistas, sem as mesmas obrigações teóricas e metodológicas dos historiadores, se veem mais livres para escrever sobre o passado. E, ainda que essas estratégias utilizadas para seduzir e reter a atenção do público leitor faça com que os jornalistas, aos olhos dos historiadores, cometam deslizos, como, por exemplo, a redução do campo das hipóteses, produzindo uma narrativa com estilo argumentativo simples; suas reflexões atingem grande circulação e acabam sendo mais bem sucedidas ao corresponderem aos anseios de orientação temporal dos indivíduos.

HISTÓRIA NAS VITRINES: A NARRATIVA JORNALÍSTICA DA HISTÓRIA NO LIVRO 1808 DE LAURENTINO GOMES.

Juliana Gelbcke ¹
Luiz Fernando Cerri ²

INTRODUÇÃO

No final de 2008 fui presenteada com o livro 1808 do escritor Laurentino Gomes. Eu já havia me surpreendido com a quantidade de pessoas que estavam lendo e recomendando o livro, que vinha dividindo prateleiras e índices de vendagem ao lado de livros como *Harry Potter* e *A Saga Crepúsculo* – algo que me chamou atenção, pois, *a priori*, se tratava de um livro de história de não-ficção; ora, os livros de história não costumam ser assim tão populares.

O livro que conta a saga da vinda da família real para o Brasil no início do século XIX foi publicado em 2007 e teve alta repercussão midiática, perdurando durante meses na lista dos mais vendidos da revista *Veja*. Ainda não é tarefa muito difícil encontrá-lo em diversos sebos e livrarias do país. Se visitarmos algumas escolas, principalmente aquelas que atendem a um público característico da classe média, é quase impossível não encontrarmos um aluno que nunca tenha lido ou ouvido falar no *best-seller* 1808.

O autor de 1808 é formado em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná e trabalhou como repórter e editor para o jornal *O Estado de S. Paulo* e para a revista *Veja*; foi também diretor da Editora Abril. Laurentino Gomes é membro titular da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em 2008 entrou na lista dos 100 brasileiros mais influentes da revista *Época*, na categoria de *Artistas e Criadores*. Foi trabalhando como editor da revista *Veja* que, através de um projeto que tinha como proposta a publicação de especiais históricos como brinde da revista, que Gomes deu início ao seu primeiro livro: 1808 – *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, lançado “às vésperas” do aniversário de 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Três anos depois, Gomes publicou o livro 1822 – *Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*; e atualmente, os leitores aguardam ansiosamente o novo projeto: o livro 1889, que narrará sobre a Proclamação da República.

Na condição de um jornalista que escreve sobre história (e é bem sucedido nisso), Gomes gerou certa polêmica no meio acadêmico. Houve algumas críticas acadêmicas ao trabalho do autor, como por exemplo, o da professora da USP e diretora do Museu Paulista, Cecília Helena de Salles Oliveira, que

1 Graduada em História pela Uepg. E-mail: juliana.gelbcke@yahoo.com.br

2 Orientador. Doutor em Educação (Unicamp). Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

publicou na *Revista de História da Biblioteca Nacional* uma resenha desfavorável a um dos livros de Gomes. Na reportagem, afirmava:

A “técnica jornalística” que o autor diz adotar, contudo, não o inocenta do partido que tomou. O enredo apresentado - desmentido por obras que ele mesmo cita e pela literatura atualmente disponível - sugere que o voluntarismo de indivíduos comanda a História, que a sociedade brasileira, tanto no passado quanto no presente, é incapaz de se autogovernar, e que ainda estão por nascer o povo e a nação brasileiros. Edições como esta disparam, sobretudo, um alerta: não educam, desinformam, são conformistas e encontram espaço nos meios de comunicação. (OLIVEIRA, 2010, p. 92)

Assim como também algumas resenhas favoráveis foram publicadas em periódicos de grande circulação, como é o caso do professor da Universidade Estadual Paulista, o historiador Jean Marcel Carvalho França (2007):

Gomes procura contar esta história de maneira bastante didática, recorrendo a constantes aproximações com acontecimentos e figuras do nosso tempo e destacando um ou outro personagem mais “curioso”. O autor, no entanto, não apela nem para o caricato, nem para o deboche, nem para o excessivamente pitoresco, passando longe, pois, de uma certa história jornalística “riponga” e grotesca que anda por aí.

Mas, como diria o próprio Gomes (2011) em entrevista ao programa *Roda Viva*: “(...) o historiador, o jornalista, o escritor, quanto ele decide produzir alguma coisa, ele tá na chuva, ele tem que conviver com as críticas, e as críticas às vezes são favoráveis, às vezes são contra e é natural que seja assim”.

Movida então por uma preocupação com o ensino de história, já não pareceu mais suficiente meter ao ensino que ocorre exclusivamente dentro dos limites da sala de aula, mas também com aquilo que está fora dela, presente no cotidiano dos indivíduos, parte de uma cultura histórica. Essa é a tarefa reflexiva da Didática da história, como nos coloca Bergmann, ou seja, de verificar os diferentes discursos históricos dispostos na sociedade e como eles são apreendidos social e cognitivamente. Sendo assim, e, frente ao sucesso e repercussão do livro de Laurentino Gomes, me coube a pergunta: o que produz o jornalista quando escreve história? Será que se transforma magicamente em historiador, como também indaga Bonaldo (2010, p. 11) ou apenas reduz, simplifica grosseiramente os acontecimentos do passado? O que essa narrativa jornalística da história ensina aos sujeitos?

História sem historiadores e história pública

À luz das estrelas sorridentes, o velho está sentado, um gibão colocado sobre os ombros vergados pela idade. Seus olhos avermelhados fixam o semicírculo de rostos curiosos e ansiosos diante dele – rostos de quem apenas fez alguns poucos passos de uma trilha obscura e insegura chamada vida, rostos jovens, sem temor da tristeza, da doença e da ira – os rostos luminosos, descontraídos das crianças.

O fogo dança no meio da fogueira redonda de barro, como uma menina em sua alegria simples de viver. Ele consome os gravetos e a lenha seca, com que uma garota o alimenta, e nada deixa além de cinzas quentes. Manda para o domo estrelado de um céu tranquilo sua fumaça avermelhada e suas próprias e efêmeras estrelinhas.

Subitamente o velho sente um grande peso sobre seus ombros – uma grave responsabilidade para com esses jovens que os cercam, tão cheios de esperança. Seus velhos ombros magros caem ainda mais, ele suspira; um pigarro áspero arranha sua garganta, ele engole e sopra o fogo, como o fizeram antes dele seus pais e antepassados, e começa a velha, velha história, que - como sabe - repetirá tal qual a ouviu há muito tempo, sem nada alterar ou mesmo acrescentar ou retirar uma simples palavra: Indaba – Meus filhos!

Pós-apartheid, a narrativa histórica supra citada representa a tentativa de um zulu em resgatar e defender a cultura de seu povo contra a predominância ocidental (branca) (RÜSEN, 2001, p. 156). O conto nos evidencia a importância da narração na vida humana: transmitir relatos, sejam eles reais ou fictícios, faz parte de nosso cotidiano e de nossa constante preocupação em atribuir sentido à vida. A história do povo zulu, repassada de geração a geração, garante a manutenção da identidade do grupo e sua sobrevivência no tempo, pois, ao trazer o passado à luz do presente, os indivíduos acabam modificando sua maneira de interpretar o hoje, reinterpretar suas memórias e, conseqüentemente, olhar para o futuro. Sendo assim, podemos afirmar que a história possui a função social de garantir a orientação dos indivíduos no tempo.

É desta forma que, por exemplo, professores e historiadores asseguram sua profissão, pois partem da “ideia de que qualquer tema ou assunto pode ser mais bem compreendido através do recurso à sua história, conhecendo-se seus antecedentes, seu contexto de surgimento, interesses e sujeitos envolvidos, discursos para validá-los em diversas conjunturas históricas, e assim por diante” (CERRI, 2011, p. 57). No entanto, essa finalidade da História não parece ser tão simples assim de definir ou explicar. Há uma incansável busca dos historiadores em encontrar novas maneiras de responder à indagação, à primeira

vista inocente, feita pela criança: “pai, então me explica para que serve a história”, a qual culmina sempre em novos métodos, novas concepções e envolve um problema muito maior que é o da própria legitimidade da história (BLOCH, 2001, p. 41).

Ou seja, é colocado em (re) discussão o próprio ofício do historiador/professor, cuja função (seja a de formar o cidadão crítico, seja a de produzir história com coerência), possui sempre um compromisso social, o de apresentar de maneira significativa as reflexões acerca do passado a fim de fomentar as orientações históricas que sustentam uma dada sociedade. Entretanto, para cumprir satisfatoriamente essa função, é necessário que o historiador, assim como Bloch exaltou como elogio ao bom escritor, saiba “falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares” (BLOCH, 2011, p.41), tornando suas produções acessíveis a todos os indivíduos.

Porém, especialmente nas últimas décadas, tem ecoado reclamações de que os historiadores têm escrito somente para seus pares. A história acadêmica aparenta estar sendo relegada cada vez mais à “crítica roedora dos ratos”: são centenas de teses e dissertações catalogadas pelo esquecimento nas bibliotecas universitárias. Parece que os mestres do ofício perderam a capacidade de diálogo com o público não especializado, e esse “vácuo” deu margem para que inúmeros outros agentes (que não historiadores) se dedicassem ao ofício da escrita da história - o que vem causando certo desconforto dentro da academia, tanto pela perda de espaço, quanto pela desconfiança sobre a qualidade dessas produções. O fato é que os historiadores não detêm a exclusividade das produções que descrevem, explicam, narram ou proporcionam reflexões sobre o passado. Outras profissões conseguem, legalmente e socialmente, o monopólio de suas atividades, como médicos, engenheiros, dentistas, entre outros. O mesmo não ocorre com os historiadores formados academicamente, o que não se trata de defender ou não que seja assim, mas de refletir sobre o fenômeno social da inexistência da profissionalidade e do reconhecimento da profissão de historiador.

Esses inúmeros agentes – jornalistas, literatos, médicos(!), cineastas, etc. – adotam o ato de escrever história senão como um passatempo, como uma atividade secundária frente ao seu principal ofício, logo, não possuem as mesmas amarras metodológi-

cas e, geralmente, nem os mesmo objetivos que os historiadores. Isso propicia, de certa forma, maior liberdade no ato de escrever história, permitindo a esses sujeitos focar em aspectos como a linguagem, a relação com o tempo presente, as peculiaridades do passado; conseguindo assim construir uma literatura clara, fluída e envolvente que dialoga com os mais diferentes públicos leitores, tornando o passado muito mais acessível, suprimindo desta forma, o vácuo deixado pelos historiadores. No entanto, será essa “inabilidade”, essa falta de popularidade dos historiadores em “se fazer entender”, consequência de falta de talento ou estilo na escrita? Ou seria fruto de uma relação com certa cultura academicista?

Há pouco tempo, uma reportagem editada pela revista Ciência Hoje, da historiadora Keila Grinberg, comentava o recém-publicado artigo da Associação Americana de História: “No more plan B” (Não mais plano B), indagando, dentre outras coisas, sobre a função social dos historiadores nos dias atuais,

defendendo que as chamadas carreiras alternativas, principalmente no campo do ensino e da história pública, não deveriam ser mais o plano B dos recém-doutores na área de história, mas sim o caminho principal. E isto não apenas porque falta vaga no mercado, mas porque os historiadores devem rever a sua relação com a sociedade, deixando de ver a si mesmos apenas como profissionais que pesquisam e ensinam dentro da universidade (GRINBERG, 2012).

Enfrenta-se aí, então, um problema muito maior que envolve a necessidade de uma reforma nos cursos de formação destes profissionais, e mais ainda, de uma mudança em toda a lógica acadêmica. Há um complexo sistema burocrático envolvendo as pesquisas e publicações. A CAPES, por exemplo, é a instituição máxima responsável pela avaliação dos centros de pesquisa e pós-graduação e seus critérios de qualidade são, basicamente, numéricos (apesar de este fator numérico contemplar, em alguns aspectos, fatores qualitativos): o número de publicações de cada pesquisador, o número da qualificação desses locais de publicação, o número de doutores dentro das universidades... Acarretando, desta forma, em uma “flagrante competição entre os programas de pós-graduação – (os que) têm mais recursos e bolsas de estudos aqueles cujos professores têm produção acadêmica considerada mais qualificada” (GRINBERG, 2012).

5 Pedagogia pela qual se reforça a ideia de que o trabalho é o melhor meio para a aprendizagem, e que a aprendizagem de um ofício é o melhor caminho para formar homens de bem, pois o trabalho dignifica o homem.

6 Jurista e professor tornou-se um nome de projeção nacional ao desempenhar a função de Juiz de Menores no Rio de Janeiro de 1965 a 1975.

Lembrando que, além disso, assim como foi assinalado na reportagem de Grinberg, materiais produzidos em equipe, como os livros didáticos; ou materiais divulgados em meios menos convencionais, como filmes e sites, não são reconhecidos ou possuem um nível de qualificação muito baixo - algo que chega a ser um pouco destoante, pois é justamente esse tipo de material que atinge grande circulação entre os indivíduos não especializados. Como consequência desses fatores tem-se um desestímulo às pesquisas voltadas para a aplicação social, gerando um produtivismo acadêmico em que as produções geralmente não ultrapassam os muros das universidades.

Outra questão que contribui para esse isolamento da história especializada, e que também não deixa de estar intimamente relacionada a essa lógica academicista, é a questão da narrativa na prática historiográfica, ou, como provocou Lawrence Stone, o “retorno da narrativa”, e que emerge com força após a crise dos modelos explicativos, permanecendo uma incógnita até os dias atuais:

Na nossa contemporaneidade, com a tão propalada crise dos grandes modelos explicativos (e das filosofias da história que os legitimavam), estas questões ganharam uma nova relevância. Voltam à baila temas clássicos da epistemologia da história: a questão do estatuto do discurso histórico e das formas de comunicação do saber produzido pelos historiadores; os temas da neutralidade, da objetividade e da subjetividade; as noções de “fato” e de “acontecimento”; a natureza do documento, etc. Mas um dos temas mais polêmicos das duas últimas décadas é certamente o “retorno da narrativa” (para usar a expressão provocadora de Lawrence Stone) na escrita contemporânea da história. A reflexão sobre a narrativa na prática historiográfica tem o mérito de reagrupar aquelas questões clássicas sob novos enfoques, livres das dogmáticas científicas e abertos a uma reavaliação radicalmente crítica do discurso histórico. (BENATTE, 2000, p.65)

Vários são os autores e as vertentes que se dedicam a debater essa questão, “da filosofia analítica anglo-americana à teoria literária estruturalista e pós-estruturalista; da hermenêutica de Gadamer e Ricoeur à teoria dos tropos literários de Hayden White; da história da historiografia ocidental à ‘metaficção historiográfica’ (Linda Hutcheon) no romance pós-moderno” (BENATTE, 2000, p.65). Diante disso, qualquer generalização seria um grande equívoco. No entanto, é interessante focar-se em três grandes escolas historiográficas que se preocuparam em alcançar o estatuto científico à disciplina de História para que assim se possa traçar um panorama geral de como a história se afastou dos domínios da narrativa.

É oportuno utilizar-se aqui, então, da indagação

levantada por Rüsen (2000, p. 126): a cientificação não colocaria o pensamento histórico em contradição com sua função de orientação da vida prática? Ou então como questionou Benatte (2001, p. 66): “Como o processo de cientificação da história passou pela estratégia de afastar a narrativa dos domínios de Clio?”. Clio – a Proclamadora, filha de Zeus e de Mnemósine (a Memória), é uma das nove musas gregas e representa a história e a criatividade. Não à toa, algumas de suas representações trazem a musa coroada com folhas de louro, portando em uma das mãos um livro intitulado “Tucídides”, revelando a preocupação em registrar os acontecimentos; e em outra mão uma trombeta, representando a anunciação em forma de música, de arte. A musa adotada pelos historiadores como a deusa da História une os dois elementos: livro e trombeta, a escrita da história e a criatividade. Quando foi então que esses elementos afastaram-se? Como foi que a história afastou a preocupação estética de suas produções?

Se pensar narrativa como relato, exposição de fatos, de acontecimentos, a história então, nunca deixou de ser narrativa, “há autores que afirmam que a história, a mais nomológica, a mais estrutural, jamais abandonou a narração. Esses autores sustentam que a forma própria do discurso histórico é e sempre foi a arte da narrativa” (REIS, 2006, p. 132). No entanto, esses muitos embates que tratam do dilema da narrativa na história, se referem a uma questão muito mais relacionada ao estilo e às formas com que a historiografia se apresenta. Sendo assim, Benatte, apoiado em Costa Lima, afirma que essa “recusa da narrativa” na História parece estar ligada a uma “vontade de verdade”. A influência vinda da filosofia iluminista é um marco importante nesse processo, pois “tornar a história um saber racional significava, antes de tudo, expurgar dela todos os elementos da fábula” (BENATTE, 2000, p. 66); a busca por um método racional, científico era essencial para atingir o verdadeiro conhecimento. Embutida a essa ideia de encaixar a história no “método universal da razão”, ao exemplo das ciências naturais, começava a despontar lentamente a intenção em alcançar um estatuto de cientificidade para a História. Entretanto, isso não significou de fato uma separação entre o estético e o retórico, mas começava-se, desta forma, a abrir pequenas fendas entre os dois campos.

Até o século XVI, e sem contradição com o ideal de discurso verdadeiro sobre o passado, o texto histórico confundia-se com o texto que hoje chamamos “literário”. O historiador sempre fora, desde a antiguidade clássica, um narrador. A história era concebida como um ramo da retórica e um gênero

narrativo particular. Narrar, para o historiador, era sobretudo contar os acontecimentos notáveis do passado, escrever um relato circunstanciado, registrar os feitos dos grandes homens, seu heroísmo cívico, sua virtude ou santidade, seu exemplo digno de perdurar na memória da humanidade. Com o orgulho racionalista do século das luzes, a cosmovisão burguesa penetrou a historiografia. A recusa da fábula como o “outro” da verdadeira história foi o primeiro passo na adoção de uma série de paradigmas científicos que levaria a um verdadeiro obliteramento da narrativa na historiografia dos séculos XIX e XX. (BENATTE, 2000, p. 70)

Assim como afirmou o autor, a filosofia das luzes viria, portanto, a influenciar as escolas historiográficas, sobretudo na segunda metade do século XIX. Alguns exemplos acentuantes desse momento merecem ser esmiuçados, como a Escola Histórica Alemã, a Escola Metódica e a Positivista que, aos poucos, foram lapidando o método histórico em busca de uma cientificidade legítima, acabaram refletindo em um distanciamento da narrativa.

A Escola Histórica Alemã, tendo Leopold von Ranke como um dos grandes nomes, preocupou-se em afastar a história da invenção e da fabulação e ater-se aos fatos, acreditava ser possível “reconstituir o passado tal como fora”. Sendo assim, a primeira exigência para a prática histórica, para Ranke, era o “puro amor à verdade”, o historiador, seguindo o rigor do método, chegaria ao conhecimento verdadeiramente objetivo. Contudo, Ranke acreditava que a história deveria ser totalmente neutra e imparcial, assim como as ciências naturais. No entanto, o autor ressaltava que “a história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte. A história é uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 141). Para o historiador alemão, enquanto ciência a história se parece com a filosofia e enquanto arte, a história se parece com a poesia. A diferença é que, enquanto a filosofia e a arte trabalham com o ideal, a história deve se ater à realidade, buscando sempre se afastar da imaginação literária.

A preocupação em libertar a história da metafísica para, através do empirismo, atingir o conhecimento mais objetivo possível, foi também uma das principais atenções da Escola Positivista. Com a lógica dos três estados, Comte encaixou a história na “física social”, almejando o estatuto científico à disciplina. Para os positivistas, todo o conhecimento só era verdadeiramente válido se fosse científico; portanto,

O objetivo da história positivista é a formulação de leis que tornem inteligível e previsível o processo histórico. Renuncia-se ao estudo das causas das leis, no sentido de que tudo o que não pode ser empiricamente comprovado não é digno de menção. Essa renúncia à metafísica das causas não significa em hipótese alguma que o positivista renuncie também à compreensão do processo histórico a partir de suas leis invariáveis. Pelo contrário, a história é submetida à metodologia das ciências exatas e biológicas, donde podemos afirmar que as interpretações organicistas e de determinismo geográfico presentes em alguns trabalhos historiográficos vinculam os mesmos indissolavelmente ao viés positivista. (CERRI, 1997, p. 144).

Texto programa da Escola Metódica Francesa, a *Introdução aos Estudos Históricos de Langlois e Seignobos*, se preocupou em legitimar um método histórico dividido em três etapas: heurística (pesquisa), operações analíticas (crítica interna e externa) e operações sintéticas (escrita histórica). O resultado de tudo isso seria um produto histórico científico, capaz de reviver o passado. Ainda que não procurassem leis a *la Comte*, os metódicos compartilhavam com os positivistas a preocupação por objetividade, empirismo e rejeição à metafísica. Segundo Benatte, “para Langlois e Seignobos, os verdadeiros sábios – e não à toa eles citam Newton e Lavoisier como exemplares – não têm a pretensão de serem lidos, apenas desejam sinceramente que os conhecimentos por eles produzidos sejam incorporados, cumulativamente, ao *patrimônio científico da humanidade*” (BENATTE, 2000, p. 74).

Por mais que a Escola Metódica francesa tenha adotado um modelo de conhecimento positivo pautado no modelo das ciências naturais, eles se preocuparam em não simplesmente adotar para a História o método das demais ciências: “os processos racionais, que nos levam a atingir o conhecimento histórico, são tão diferentes das demais ciências que devemos conhecer-lhes as peculiaridades, para fugirmos à tentação de aplicar à história os métodos das ciências já constituídas” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 10). Ou seja, se preocuparam em constituir um método próprio em busca de um conhecimento verdadeiro através dos documentos.

As três Escolas, devido a aproximação metodológica que tiveram em diversos momentos, como a preocupação por objetividade e rejeição da metafísica, foram confundidas como a “mesma coisa” pela historiografia posterior, sobretudo pela *Escola dos Annales*. No entanto, é importante ressaltar as peculiaridades de cada uma delas, pois, em alguns aspectos,

acabavam tendo consideráveis divergências - o manual de Langlois e Seignobos, por exemplo, começa com uma “Advertência” direcionada aos positivistas e às filosofias Hegelianas (que acabaram embasando o pensamento da Escola Metódica Alemã). Entretanto, todas estavam unidas pela incansável busca pela cientificidade, tão característica do século XIX.

Embebedada pelas ideias vindas desde o Iluminismo, a história teve como principal preocupação durante o século XIX a busca pela legitimidade científica. Ao tentar adequar-se a esse método que, em um primeiro momento, adotava como modelo as ciências naturais, tentou afastar de si tudo o que fora antes - procurou se desvencilhar do metafísico, do imaginário, do rótulo de “literatura”; desta forma, acabou camuflando a preocupação pela narrativa (em seu sentido estético). Essa preocupação por cientificidade, vinda desde os positivistas e incrementada ao longo dos anos, vai desembocar em outras concepções metodológicas da história, como a Marxista e os Annales, que influenciarão o método das futuras gerações de historiadores. Essa “história-problema” se posicionava contra a história narrativa tradicional, considerando-a, como afirmou Reis, superficial e ingênua:

Contra ela, argumentava-se que organizava os eventos em uma trama cujo fim já se conhecia. Seu modelo era a biografia. Os eventos únicos e incomparáveis eram incluídos em uma continuidade, ganhando um sentido que lhes vinha do exterior, uma teleologia. O narrador se ocultava e o texto parecia representar o real enquanto tal. A narrativa tradicional revelava a temporalidade linear, irreversível, da história psicofilosófica. Ela oferecia um “efeito de objetividade”, ao fazer o real coincidir com a escrita. Narrar era mostrar o que de fato aconteceu. Ela pretendia fazer uma reconstituição única do que de fato se passou. A história narrativa tradicional criava consenso onde havia conflito, pois era um olhar de cima, a partir das elites políticas. (REIS, 2006, p. 132)

Reconhecendo a impossibilidade de narrar os fatos tal como se passaram, a história-problema admite que o historiador escolhe e constrói seu objeto e interroga o passado; sendo obrigado a assumir a subjetividade do discurso e explicar seus pressupostos. Ela trata não mais da política, dos indivíduos, de eventos, mas das grandes estruturas, de economias, sociedades, coletividades. “Aceitou-se até que a história não se refere ao tempo; que ela o abole ao dar ao seu objeto um tratamento lógico. E esse controle lógico do tempo a tornaria um ‘estudo cientificamente conduzido’” (REIS, 2006, p. 133).

No entanto, a história-problema começou a ser criticada, sobretudo pelos historiadores do final do século XX, por não considerar os sujeitos, os eventos.

Tendo em vista que na história espera-se uma relação mais estreita com o vivido, com o tempo, com os homens (REIS, 2006, p. 133), essa história estrutural já não correspondia aos anseios/carências dos indivíduos. A grande crise desses modelos explicativos veio com o pós-Segunda Guerra, com a insurgência de uma nova sociedade, como afirma Jameson (1985, p. 26):

Como venho sugerindo, marxistas e não-marxistas confluíram para um sentimento comum de que a certa altura, após a II Guerra Mundial, uma nova espécie de sociedade começava a se formar (variadamente descrita como sociedade pós-industrial, capitalismo multinacional, sociedade de consumo, sociedade dos mídia e assim por diante). Novos tipos de consumo, obsolescência programada, um ritmo ainda mais rápido de mudanças na moda e no styling, a penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação em grau até agora sem precedentes e permeando a sociedade inteira, a substituição do velho conflito cidade e campo, centro e província, pela terciarização e pela padronização universal, o crescimento das grandes redes de auto-estradas e o advento da cultura do automóvel — são vários dos traços que pareciam demarcar uma ruptura radical com aquela sociedade antiquada de antes da guerra.

Esse período conturbado do pós-guerra, assinalado por uma sociedade marcada pelo impulso do processo de globalização, pela desintegração colonial, expansão dos direitos civis, emergência de inúmeros grupos sociais (como as rebeliões estudantis, o movimento das mulheres, de negros, entre outros); caracteriza-se por mudanças drásticas no entendimento dos conceitos de identidade e cultura (ALVES, 2009, p. 85). As formações culturais e sociais passam a ser percebidas como heterogêneas, múltiplas, entrelaçadas, dispersas, (...); desta forma, “as ideias que sustentavam a possibilidade de apreender os fenômenos culturais como totalidade ou consenso, pretendendo com isso oferecer uma definição absoluta, passaram a ser consideradas insustentáveis e inviáveis” (ALVES, 2009, p. 85).

Com isso, emergiu também a necessidade dos indivíduos em se encontrar na história, fazer parte dela, a fim de suprir suas novas carências temporais motivadas por essa nova sociedade. Desta forma, os historiadores passaram a enxergar a premência em levantar novas discussões acerca de seu ofício e da função social e cultural da história. Sendo assim,

a história problema entrou em crise! A história voltou a tratar dos homens no tempo, e a forma conceitual tornou-se insatisfatória, por negar a dimensão da temporalidade. Ela se afastara de seu foco central, os próprios homens, reais, em seu lugar e data, com seus projetos, motivos, intenções, angústias e sofrimentos. Além disso, assim como os narrativistas tradicio-

nais eram ingênuos quando à confiança na capacidade do historiador de reconstituir o real enquanto tal, os conceitualistas eram confiantes demais na capacidade explicativa de seus conceitos. (REIS, 2006, p.134)

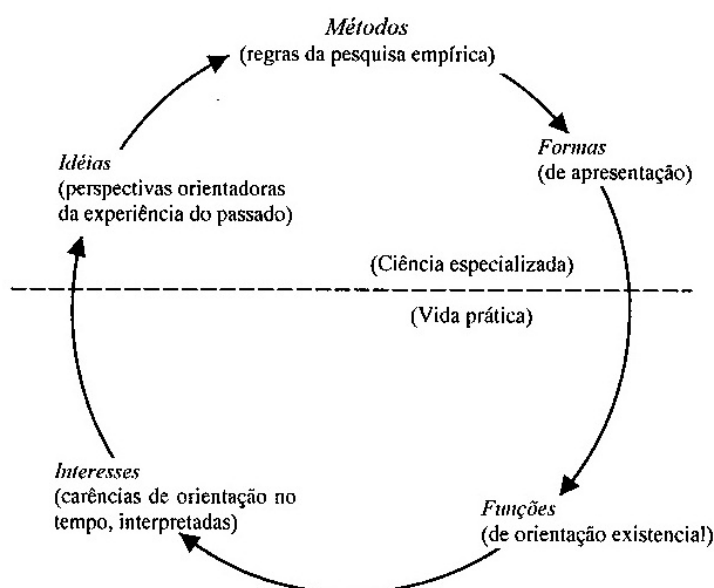
Se, enquanto nos séculos XIX e início do XX a racionalidade moderna exerceu hegemonia, concedendo aos historiadores a exclusividade de serem os únicos a refletirem e produzirem sobre o passado, a partir dessa segunda metade do século XX, com o aumento de procuras por novas reflexões acerca do passado capaz de suprir o vácuo deixado pelo realismo, a produção historiográfica se expande para além dos domínios acadêmicos, tendo os historiadores que dividir com outros sujeitos o espaço da produção de uma cultura histórica. Desta forma, Flores define:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p. 95)

Ou seja, há uma explosão de diferentes agentes escrevendo história; as reflexões acerca do passado não são mais especiarias acadêmicas. Ainda que a maioria desses mais heterogêneos sujeitos não tenha a mesma pretensão e o mesmo cuidado metodológico que os historiadores diplomados, escrevendo ou apresentando, muitas vezes, a história de um jeito

estereotipado e equivocado, o fato é que a história nunca esteve tão próxima dos sujeitos. O *boom* que é demarcado historicamente principalmente com o pós-guerra estende-se e ganha forças até os dias atuais. As quatro gerações passadas, por exemplo, não tiveram o mesmo acesso que a geração presente tem: são os dinâmicos jogos de vídeo games; ilustrados periódicos de banca (*Aventuras na História*, *História Viva*, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, etc.); filmes que vão do cinema hollywoodiano ao conceituado cinema europeu; desenhos animados e revistas em quadrinhos, abordando temas como o traumático nazismo, por exemplo; a escola, com todos os seus progressos e desafios, buscando cada vez mais se aproximar da realidade dos alunos; a própria mudança de objeto dos historiadores, como ao exemplo de Hobsbawm que escreve desde a história do jazz até o marxismo no século XXI.

Pode-se aprender e apreender história, desta forma, com os mais diversos conteúdos através de inúmeros modos diferentes. Esse fator facilita aos indivíduos a busca por respostas no passado para suprir suas carências de orientação insurgentes no tempo presente. Segundo Rüsen, essas carências de orientação que geram interesse cognitivo pelo passado através de indagações como “quem somos nós?”, “quem são aqueles que não fazem parte do nosso grupo?”, “qual nossa origem?”, entre outras questões ligadas às identidades, e que motivam, por sua vez, os indivíduos a procurarem respostas no conhecimento histórico. Desta forma, Rüsen idealizou uma matriz disciplinar da história, traçando uma relação entre a vida prática e a ciência especializada:



Fonte: Rüsen, Jörn. Razão Histórica. Brasília: Ed. da Unb, 2001, p. 35

Segundo o historiador alemão, a matriz permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum. Trata-se de um sistema dinâmico que traça a interdependência entre os cinco fatores do pensamento histórico em que a vida prática motiva as pesquisas e produções da história enquanto ciência; os resultados desta, por sua vez, colaboram para a resignificação temporal no âmbito da vida prática dos indivíduos. Sendo assim, Rüsen defende a importância da profissionalização didática dos historiadores, “esse papel consiste em transmitir aos historiadores em formação uma concepção sólida da especialidade profissional de sua ciência” (RÜSEN, 2001, p. 38). A didática da história tem a função de construir uma ponte de mão-dupla entre a vida prática e a ciência especializada. Desta forma, Bergmann (1990, p. 29) afirma:

Uma reflexão é histórico-didática na medida em que investiga seu objeto sob o ponto de vista da prática da vida real, isto é, na medida em que, no que se refere ao ensino e à aprendizagem, se preocupa com o conteúdo que é realmente transmitido, com o que podia e com o que devia ser transmitido. Refletir sobre a História a partir da preocupação da Didática da História significa investigar o que é apreendido no ensino da História (é a tarefa empírica da Didática da História), o que pode ser apreendido (é a tarefa reflexiva da Didática da História) e o que deveria ser apreendido (é a tarefa normativa da Didática da História). Esta é, portanto, uma disciplina científica que, dirigida por interesses práticos, indaga sobre o caráter efetivo, possível e necessário de processos de ensino e aprendizagem e de processos formativos da História.

Ou seja, a Didática da História é importante para que o conhecimento histórico cientificamente produzido intervenha de forma explicativa e eficaz na vida prática dos indivíduos; assim como também é importante para, através de investigações na vida prática, indicar à ciência especializada o que é necessário ser pesquisado e produzido no momento. Sendo assim, Bergmann defende a Didática da História como fator indispensável para a Ciência Histórica exatamente por causa do fato de ela indagar sobre e problematizar este significado (BERGMANN, 1990, p. 34), evitando assim que a Ciência Histórica venha a se isolar do mundo prático, perdendo sua capacidade de corresponder às necessidades de orientação histórica que sustenta uma dada sociedade.

No entanto, para que o conhecimento histórico volte para o âmbito da vida prática de maneira satisfatória, “convém evitar a alternativa improdutiva ‘ciência ou literatura’ e renovar a proposta rankeana da unidade de ciência e literatura” (RÜSEN, 2010, p. 20). Sendo assim, Rüsen ressalta duas fases distin-

tas do processo histórico de conhecimento que, segundo o autor, aparecem sempre juntas: pesquisa e apresentação histórica. “Na pesquisa trata-se de uma forma cognitiva, de uma estrutura de pensamento, baseada nas regras dos procedimentos adotados para lidar com a experiência, ou seja, em princípios metodológicos” (RÜSEN, 2010, p. 22); logo, é responsável pelo caráter científico do conhecimento. Já “na apresentação, trata-se de uma forma expressiva, de formação lingüístico-‘literária’, baseada nas regras dos procedimentos adotados para lidar com o interesse histórico, ou seja, em princípios estéticos e retóricos” (RÜSEN, 2010, p. 22). O autor ainda afirma:

A apresentação historiográfica é, por conseguinte, um modo da constituição narrativa de sentido, no qual domina o fator da relação ao público-alvo, de dirigir-se a alguém mediante o pensamento histórico (que, aliás, sempre é pensado para alguém, para um público ou para um grupo de pesquisadores, por exemplo). É determinante desse modo e de sua especificidade científica o ponto de vista da relevância comunicativa. Ela diz respeito à receptividade das histórias. Ela consiste em que a recepção do saber histórico apresentado pela historiografia possa ocorrer, na vida prática, de modo sustentável. (RÜSEN, 2010, p. 28).

Portanto, é necessário que o conhecimento historiográfico cientificamente produzido torne-se acessível aos indivíduos que não são especialistas em história, pois, assim como Bonaldo ressalta, na medida em que o vocabulário do especialista, suas metodologias empregadas vão afastando o público não especializado do acesso ao conhecimento histórico produzido, então, “a função historiográfica de suprir as carências de orientação dos homens no tempo corre o risco de se tornar uma quimera irrealizável” (BONALDO, 2010, p. 23).

Seja pela lógica acadêmica, seja pelos resquícios do conceito de ciência positiva ainda hoje percebida na esfera dos especialistas, o fato é que os historiadores estão encontrando dificuldades para reconhecer, querer e conseguir descer de suas torres de marfim. Enquanto isso, os diversos outros agentes se encarregam de traçar o diálogo próximo com o público geral que, para usar um termo de Rüsen, continua tendo necessidade de orientação temporal. Sobre essas produções não acadêmicas, Bonaldo (2010, p. 23) afirma:

Precisamos admitir, no entanto, que esse topos – seja por sua presença esmagadora num tempo de longa duração, seja por seu caráter simples e pedagógico – possui uma respeitável capacidade de sedução diante dos grandes públicos. Não parece haver nada mais transparente para se definir o papel da história e, de uma só vez, orientar os homens no

tempo. O uso de sua fórmula nos dá um senso prático que hoje claramente falta à prosa acadêmica. E, se os acadêmicos não usam mais o passado dessa maneira, ou não lançam mão de seus artifícios, nada impede que outros o façam.

Os jornalistas são os agentes que mais parecem se destacar nesse meio da história não especializada academicamente. Benito Schmidt, traçando um apanhado das produções biográficas, percebeu um crescimento de 55% do gênero em um período de sete anos (1987-1994). O autor observava que a maioria dessas produções pertencia a jornalistas, e ainda constata: “com suas pesquisas minuciosas e seu estilo envolvente, conquistaram o público e a crítica” (SCHMIDT, 1997, p. 3). Por não possuírem a mesma obrigação metodológica que os historiadores, os jornalistas se encontram em posição mais livre para escrever sobre história, buscando outras metodologias e estratégias narrativas com o objetivo de conquistar a atenção dos leitores. E são muito bons nisso, basta ver a popularidade que suas produções atingem. Pensando nisso, surge a questão: Mas afinal, o que de fato produz o jornalista quando escreve sobre história? Essa questão tentará ser respondida através da análise do livro *1808*, um dos livros de história escrito por jornalista com maior repercussão nos últimos tempos.

Narrativa jornalística da história no livro 1808

Características do livro 1808

Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil? Essa é a questão que o livro *1808* publicado pelo jornalista Laurentino Gomes, vai se ocupar em responder ao longo de 367 páginas. O “livro-reportagem”, como o próprio autor o classifica, narra o processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX e traz a pretensão de descrever o que “de fato aconteceu” no país há dois séculos. Organizado em 29 capítulos que seguem uma cronologia linear para contar desde o processo de “fuga” da família real portuguesa até o retorno de D. João VI a Portugal em 1821, o livro tem como um dos principais objetivos, pontuado por Gomes, tornar a história narrada mais acessível aos leitores que se interessam pelo passado, “mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos”

(GOMES, 2007, p. 22).

Publicado em 2007 pela editora Planeta, um ano antes do bicentenário da vinda da família real portuguesa para o Brasil e, conseqüentemente, um ano antes das festividades de 200 anos da fundação do Banco do Brasil (o que teve alta repercussão midiática), essas datas, como afirma Bonaldo:

(...) nos obrigam a lembrar o passado toda vez que nos deparamos com seus múltiplos de cinco – 100 da Origem das Espécies de Darwin, 55 anos da Segunda Guerra Mundial, 20 anos da queda do Muro de Berlim... – dispõe ocasiões comemorativas. Ao proporcionar oportunidades de lembrar coletivamente, fazem na verdade mais do que isso: elas atualizam o passado. (BONALDO, 2010, p. 27)

Esse tipo de ocasião gera o “gancho” perfeito para publicações dessas reflexões históricas envolvidas. O livro não demorou muito tempo para se tornar um best-seller nacional; é difícil não encontrá-lo nas diferentes livrarias, bibliotecas públicas e sebos do país. Já em 2008 ganhou dois de seus maiores prêmios: o Jabuti, na categoria de melhor livro-reportagem, e Melhor Ensaio, Crítica ou História Literária de 2008 da Academia Brasileira de Letras – por indicação do historiador José Murilo de Carvalho. Em 2009 contava com sua oitava edição e, nesse mesmo ano foi também lançado em Portugal. Até março de 2012, o livro estava há 196 semanas na lista dos mais vendidos da revista *Veja* e, junto com o livro *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*, publicado em 2010 e também lançado em Portugal computava 1,5 milhão de exemplares vendidos.

Como parte de uma estratégia de marketing, foram lançadas várias outras versões, como áudio-livro, edições ilustradas, DVDs, versões voltadas ao público jovem, com a pretensão de atingir a novos públicos leitores. Nas palavras do próprio Laurentino Gomes (2011):

Nós vivemos numa época em que as pessoas consomem informação, cultura e entretenimento de forma diferenciada no tempo, no espaço e no formato, basta ver as redes sociais. Então, nós precisamos perder a ilusão de que é possível atingir toda audiência possível potencial num único formato: só na televisão, só no rádio, só no jornal, ou só no livro. Então eu sempre trabalho com o conceito de multiformato, eu fiz livro adulto, livro juvenil, áudio-livro, livro digital, tem site na internet, eu tô nas redes sociais, eu participo de *facebook*, de *twitter*, fiz um DVD, participo de eventos, vou a feiras literárias, que é parte dessa estratégia multiformato: é você levar o mesmo conteúdo em formatos diferentes.

Percebe-se, dessa maneira, uma preocupação mercadológica que coloca também a narrativa histórica como produto de uma indústria cultural, ou seja, inserida em uma lógica de mercado que leva em conta tiragens, versões, disputas editoriais e a própria lógica do consumo, inserida dentro de uma conjuntura capitalista. Essa lógica, por sua vez, trabalha em uma perspectiva na qual o enredo obedece a uma ordem dos fatos que culminam na produção de uma narrativa histórica singular, não abrindo a novas perspectivas interpretativas, trabalhando com elementos chamativos como os estereótipos, os detalhes minuciosos, o uso de uma linguagem clara e aproximativa, enfim, elementos que procuram despertar o interesse do leitor-consumidor.

A Edição Juvenil Ilustrada, por exemplo, é uma adaptação linguística da obra em sua versão original. Editada pela jornalista Denise Ortiz, ela condensa e reordena as informações para facilitar a compreensão do novo público leitor que deseja atingir, neste caso o público jovem. A versão juvenil é inteiramente ilustrada em aquarela pela artista plástica Rita Bromberg Brugger que, como consta na Introdução do livro, “produziu suas ilustrações com base em rigorosa pesquisa histórica” (GOMES, 2008, p. 10); sendo assim, as imagens também oferecem um tipo de interpretação ao leitor. Essas diferentes estratégias utilizadas no livro procuram atrair um tipo específico de consumidores, disponibilizando reflexões sobre o passado atrativas para o presente desses sujeitos.

Publicada pela editora Planeta Jovem em 2008, o livro *1808 - Edição Juvenil Ilustrada* conta, até o momento, com mais de 11 reimpressões. As 148 páginas, o que significa metade da versão original, ou seja, mais uma estratégia para tornar a leitura fluída e interessante ao leitor jovem, são organizadas em 5 capítulos sem títulos, mas com chamadas criativas, que, junto com as imagens, incitam a curiosidade do leitor, como por exemplo: “D. João, um rei que tinha medo de trovões e caranguejos, desembarca no Rio de Janeiro. O encontro de dois mundos até então estranhos e distantes” (GOMES, 2008, p. 76).



D. JOÃO VI

Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 76.

Para um público infanto-juvenil, inserido em um mundo visual e digital em que as informações correm rápidas, um público que está iniciando seu interesse pela leitura, o valor da imagem joga um peso bastante grande. Além de ser muito atrativa e despertar o interesse, a imagem traz informações de uma maneira muito mais imediata e assimilável do que o relato escrito. Além do mais, proporciona determinada representação de realidade que, muitas vezes, se confunde com a própria realidade, carregando a

sensação de estar reproduzindo a “verdade”, o que “de fato aconteceu”. Quando essa nova versão do livro *1808* concilia frases simples e chamativas com as ilustrações, elas acabam servindo para reafirmar, dar ênfase àquilo que o texto descreve.

Assim funciona também com o livro *1808* em sua versão original e ilustrada. O livro traz alguns quadros e gravuras separados do corpo do texto, como por exemplo, a gravura da *Vista da Praça do Palácio* de Jean Baptiste Debret (1834-1839), o óleo sobre tela de Domingos Antônio Siqueira (1768-1837) sobre a *Alegoria da chegada da família de D. João VI*, ou a gravura intitulada *Court Day at Rio* do livro *Sketches of Portuguese life manners and costume and character*, de APDG (1826). Essas ilustrações cumprem um papel de fonte enquanto evidência; no entanto, a postura do autor não é a de interpretação crítica dessas fontes imagéticas. Portanto elas são usadas como fonte de autoridade, no sentido de favorecer a característica da obra como “histórica”, mas não há uma tomada crítica da mesma – isso revela outra fonte de sucesso, que é encaixar-se com uma perspectiva preexistente no público leitor, sem forçá-lo a se deslocar de sua percepção tradicional. O exercício iconográfico que permite decodificar a realidade externa, explícita na obra, bem como analisar a realidade interna da representação, isto é, sua face oculta, não é realizado. Retoricamente, Gomes monta a narrativa histórica buscando utilizar-se do uso de fontes (sejam elas imagens, apoio em citações de historiadores, entre outras); no entanto, essas fontes primárias e/ou secundárias não são problematizadas, elas servem para ilustrar, dar legitimidade ao discurso, torná-lo convincente e persuasivo.

Já na Edição Juvenil Ilustrada o livro adota outras metodologias que levarão em conta a realidade desse novo público para tornar o discurso convincente. O uso constante de fontes, o apoio em historiadores para dar validade ao conteúdo já não faz mais tanto sentido quando o público alvo é um público infanto-juvenil que está desenvolvendo o hábito da leitura. Entrando no universo desses jovens leitores, o livro busca despertar o imaginário, uma aproximação com a realidade do leitor, estratégias percebidas através da adaptação linguística sempre apoiada nas ilustrações em aquarela, facilitando, deste modo, cognitivamente a percepção do leitor. Como por exemplo, os dois livros trarão uma mesma passagem sobre D. João VI, relatando sobre os “hábitos de higiene” do príncipe regente. Na versão original, esta passagem está no início do capítulo 13, intitulado *D. João*:

Os médicos recomendaram-lhe banho de mar. Como temia ser atacado por crustáceos, mandou construir uma caixa de madeira, dentro da qual era mergulhado nas águas da Praia do Caju, nas proximidades do Palácio de São Cristóvão. A caixa era uma banheira portátil com dois varões transversais e furos laterais por onde a água do mar podia entrar. O rei permanecia ali dentro por alguns minutos, com a caixa imersa e sustentada por escravos, para que o iodo marinho ajudasse a cicatrizar a ferida. Esses mergulhos improvisados na Praia do Caju, a conselho médico, são a única notícia que se tem de um banho de D. João nos treze anos em que permaneceu no Brasil. (GOMES, 2008, p. 92)

Já na Edição Juvenil a mesma passagem é encontrada no subtítulo *D. João e suas manias*, tais subtítulos que fragmentam o texto em todos os capítulos dessa versão, colaboram para uma “limpeza” visual e para a fluidez da leitura, diferentemente da versão original que adota apenas os capítulos como meio de fragmentar o texto e os assuntos. Na versão destinada aos jovens, a citação termina como está acima e traz uma ilustração caracterizando a cena narrada:



A BANHEIRA PORTÁTIL DO REI
Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo:
Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 93

A versão original do livro *1808*, por sua vez, além de utilizar-se de notas para referenciar o texto e sugerir leituras, prosseguirá o parágrafo buscando a intervenção dos historiadores para apoiar sua afirmação:

Quase todos os historiadores o descrevem como um homem desleixado com a higiene pessoal e avesso ao banho. “Era muito sujo, vício de resto comum a toda a família, a toda a nação”, afirmou Oliveira Martins. “Nem ele, nem D. Carlota, apesar de se odiarem, discrepavam na regra de não se lavarem.” A relutância da corte portuguesa em tomar banho contrastava com os costumes da colônia brasileira, onde o cuidado com

o asseio pessoal chamava a atenção de quase todos os viajantes que por aqui passaram nessa época. “Apesar de certos hábitos que aproximam da vida selvagem os brasileiros da classe baixa, qualquer que seja a sua raça, é para notar que todos eles são notavelmente cuidadosos com a limpeza do corpo”, escreveu o inglês Henry Koster, que morou no Recife entre 1809 e 1820. (GOMES, 2007, p. 153).

Esses exemplos expressam as diferentes estratégias adotadas pelos dois livros para atrair o interesse de seus diferentes leitores. Percebe-se na versão original da obra uma preocupação em dar maior legitimidade aos seus conteúdos, procurando se apoiar no uso de fontes - embora quase não se utilize de fontes primárias, ao invés disso recorre aos “estudiosos que se dedicam ao difícil e paciente trabalho de pesquisa” (GOMES, 2007, p. 24) com esses documentos. Sobre isso, Bonaldo afirma:

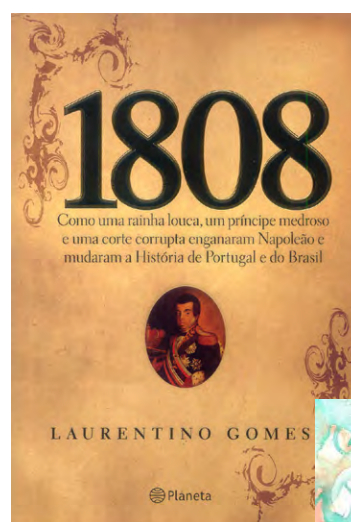
Em um nível mais abstrato, corresponde ao princípio jornalístico das fontes qualificadas - ao comunicador social, caberia compilá-las, bem ao sabor de um jornalismo informativo, supostamente neutro em opiniões ou interpretações, juízos delegados a autoridades mais competentes. O resultado é um estilo argumentativo muito próximo do jornalismo diário. (BONALDO, 2009, p. 204)

O próprio Gomes afirmou em entrevista ao programa *Roda Vida* da TV Cultura, em dezembro de 2011, que o caráter de seus livros era a reportagem. Gomes falava que o fato de escrever sobre história não o transformava em outro tipo de profissional, alegando que apenas mudava o formato de seu trabalho, em que a reportagem sempre fora a essência. Com uma nova forma, um novo ritmo de trabalhar, que consistia em ler e pesquisar bastante, ir aos locais históricos, Gomes afirmava: “olhar esses locais com os olhos de um repórter. Ir ao Museu do Ipiranga em SP, ao cais de Belém em Lisboa de onde a corte saiu, esse olhar continua jornalístico. É isso que eu procuro passar pros meus livros e pros meus leitores”. Ou seja, a pretensão nunca foi escrever um livro de história acadêmico, mas um livro de história-reportagem.

É recorrente no livro o uso dos historiadores para apoiar uma afirmação feita pelo autor. Como se eles agissem como autoridades científicas que certificam a veracidade dos acontecimentos: “observou o historiador”, “registrou”, “assinalou”, “anotou”, “na opinião da historiadora, autora do melhor livro já escrito sobre”, “na avaliação do historiador”, “escreveu a historiadora, uma autoridade no assunto”, “já bem avaliado pelos historiadores”, entre outras inúmeras expressões que acompanham os acadêmicos e parecem dar credibilidade e veracidade ao assunto tratado por Gomes.

Já a edição juvenil ilustrada, ainda que seja dependente da versão original, reordena e condensa as afirmações, chamando as imagens para complementá-las. Aparece muito pouco, se comparada com a versão original, a utilização de citações diretas de historiadores. Não existem notas de rodapé, nem as referências bibliográficas aparecem. O texto é todo trabalhado em função da visualização. Não há sequer uma página que apareça sem uma imagem; essas imagens, por vezes chegam a ocupar páginas inteiras, ora ou outra acompanhada com frases de efeito. É como se o livro estivesse contando um conto mediante, principalmente, a ilustração imagética.

Nas duas obras, há a valorização dos personagens, dos detalhes das situações que tornam a leitura interessante e próxima dos leitores. O interessante em cotejar as duas obras é observar como autor trabalha com as especificidades de cada uma, rearticulando as informações e mudando as estratégias de texto para envolver esses diferentes públicos e dar convencimento a sua narrativa. Fato percebido já na capa dos livros, por exemplo, em que os numerais do título aparecem contornados refletindo o dourado, portando uma sensação de imponência, de realeza, e que ganham um ar descontraído na edição juvenil, com o numeral corado remetendo à ideia do ano 1808 como um ano ligado à monarquia.



1808: VERSÃO ORIGINAL
Fonte: GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Ed. Planeta, 2007

1808: EDIÇÃO JUVENIL
Fonte: GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Ed. Planeta, 2007



As bordas com traços semelhantes a iluminuras, a aparência de um papel envelhecido e desbotado ao fundo, contrapõem o velho, o antiquado do passado com o descontraído do presente posto no subtítulo: *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal de do Brasil*, exaltando características, senão cômicas, curiosas a respeito dos personagens históricos, parecendo desvendar a seriedade a que são tratadas.

A relação da narrativa histórica com o presente

O trabalho do jornalista consiste em, dentre outras tantas coisas, procurar a novidade no tempo presente e o momento oportuno para que essa novidade se torne uma notícia. O êxito da notícia é medido conforme o consumo e a repercussão que ela obtém. Ou seja, pode-se afirmar que são os acontecimentos do presente que determinam o rumo do trabalho jornalístico. A esse fenômeno, os profissionais da área da comunicação social chamam de “gancho jornalístico” – nada mais é que a oportunidade perfeita de publicação de uma matéria que antes era não muito atrativa, não muito lucrativa, não muito oportuna. Sobre essa questão, Laurentino Gomes explica já no início do livro *1808*:

Em 1997, Tales Alvarenga era editor da redação da revista *Veja* e eu, seu editor executivo. Inspirado por uma experiência bem-sucedida nas comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República, Tales encomendou-me uma série de especiais históricos, que seriam distribuídos com a edição regular de *Veja* como brinde para seus assinantes e compradores de banca. O projeto incluiria o Descobrimento, a fuga da família real portuguesa para o Brasil e a Independência. Dessas três, apenas o primeiro foi publicado, no ano 2000, e distribuído no Brasil e em Portugal junto com as revistas *Veja* e *Visão*, sob o título *A Aventura do Descobrimento*. Quanto ao especial de D. João VI, Tales decidiu cancelá-lo por falta de “gancho”, expressão que, no vocabulário das redações, significa motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada. (GOMES, 2001, p. 15)

No entanto, Gomes continuou com o projeto que culminou em seu primeiro livro: *1808*, que veio a ser publicado um ano antes do aniversário de 200 anos da vinda da família real portuguesa ao Brasil – era o “gancho” perfeito! E não deu outra, os índices de venda comprovam o grande sucesso de circulação que o livro atingiu. Tais datas comemorativas – as já citadas datas múltiplas de cinco – invocam o passado, quase que obrigando a lembrar coletiva-

mente. Nesses momentos oportunos, “pipocam” produções que “presentificam” o passado: séries de TV, documentários, edições especiais em periódicos, filmes, livros, etc. Enfim, uma “economia midiática do presente que não cessa de produzir e consumir o acontecimento”, transformando o próprio tempo em mercadoria (BONALDO, 2010, p. 38).

Como é colocado por Bonaldo, essa economia midiática do presente faz com que “as reivindicações da memória (sua urgência por suprir a carência de orientação dos homens numa narrativa que representasse uma continuidade no fluxo do tempo)” tendam a ser atendidas por aqueles agentes que tenham as melhores condições de supri-las (BONALDO, 2010, p. 38). Ou seja, é necessário que, além de contatos editoriais, estilo na escrita, disponibilidade para vender sua força de trabalho intelectual, haja uma sensibilidade ao tempo presente. A respeito disso, Beatriz Sarlo afirma:

a história de grande circulação é sensível às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência. Se não encontra respostas na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse. A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite. (SARLO, 2007, p. 13)

Ao agir no e pelo presente, a história pública garante um sentido, respostas às indagações levantadas pelos indivíduos. Sarlo ainda afirma que o sucesso da sustentação do interesse público pela história de grande circulação é decorrência de seu esquema explicativo pautado na redução do campo das hipóteses (considerado pela academia influenciado por princípios múltiplos), que produz uma “clareza argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica”; “portanto, impõe unidade sobre as descontinuidades, oferecendo uma ‘linha do tempo’ consolidada em seus nós e desenlaces” (SARLO, 2007, p. 14).

Percebe-se no livro *1808* essa preocupação mercadológica que, sem o peso das exigências teórico-metodológicas que pautam o trabalho do historiador, se vê livre ou mais autônomo para “presentificar” o passado, descrevendo minuciosamente seus personagens, cenários, sensações, emoções, diálogos, entre outras coisas. Corresponde, desta forma, aos anseios de seus leitores, pois parece fornecer uma história com respostas, não muito contraditória com o senso comum destes.

1808: um romance histórico?

Em seu blog oficial, Laurentino Gomes, falando sobre “os desafios da linguagem no ensino de História”, afirma:

O Jornalismo desenvolveu técnicas eficientes na tarefa de atrair e reter a atenção do leitor. Isso explica, por exemplo, os subtítulos dos dois livros, que se referem a “uma rainha louca” e a “um príncipe medroso” na obra *1808* ou a “um escocês louco por dinheiro”, em 1822. Esse recurso bem humorado é usado com o propósito de provocar o interesse do leitor, como se faz, por exemplo, em um título de capa de revista ou em uma manchete de jornal. O que pretendo demonstrar com os meus livros é que a História pode ser fascinante, divertida e interessante, mas sem ser banal. Ampliar o interesse do público pelo tema sem banalizar o conteúdo é um desafio de vital importância. Nos meus livros, procuro usar elementos pitorescos, engraçados, às vezes até bizarros, de um acontecimento ou personagem para chamar a atenção de um leitor mais leigo. Mas em seguida, tendo capturado sua atenção, é necessário também dar um mergulho mais profundo. Essa é uma linha tênue e perigosa. Se o autor ficar só na superfície e na banalidade, o livro não oferecerá contribuição alguma, será irrelevante. Se, ao contrário, der um mergulho muito profundo, não conseguirá prender a atenção desse leitor menos especializado. Um segundo grande desafio é tentar desvendar os personagens em carne e osso por trás dos mitos.

Então, segundo as reflexões do autor, pode-se concluir que Gomes caminha sobre um divisor de dois campos: o conteúdo e a forma. Se acaso ele pende mais para o conteúdo histórico, dando um “mergulho profundo” nas análises e explicações sobre as reflexões do passado, corre o risco de se tornar “desinteressante”, de atingir a poucos indivíduos, traindo, assim, um dos seus principais objetivos declarados já no início do livro que é, contrapondo-se ao estilo da linguagem “excessivamente acadêmica” dos historiadores, “tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado” (GOMES, 2007, p. 22). Por outro lado, se o autor prioriza a forma, o estilo, há o perigo de colocar em segundo plano o conteúdo. Sem oferecer contribuição alguma ao leitor, sua produção torna-se supérflua, perdendo o caráter de “livro de história”.

O fato de Laurentino Gomes demonstrar a preocupação em não se atentar apenas em capturar a atenção do leitor através do “divertido”, do “pitoresco”, do “engraçado”, mas também em buscar uma explicação conteudista às suas afirmações, é um bom motivo para não considerar o livro *1808*

como um “romance histórico”, na medida em que ele não mescla a história com a ficção, pelo contrário, o uso constante de citações de historiadores é um exemplo de que há uma preocupação em resgatar o passado sem recorrer a enredos fictícios. No entanto, chega muito próximo de um romance histórico quando procura “desvendar os personagens de carne e osso” em um enredo que tem começo, meio e fim. Sem a mesma preocupação que a historiografia tem em trabalhar conceitos e métodos, Gomes se vê livre para tratar dos personagens, ressaltando suas características humanas, colocando-os em um cotidiano, chamando atenção aos detalhes dos acontecimentos. Como por exemplo, já no início do capítulo intitulado “A partida”:

O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste. Apesar do céu azul, as ruas ainda estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior. Nas imediações do porto, havia confusão por todo lado. Um espetáculo inédito na história de Portugal se desenrolava sobre as águas calmas do Rio Tejo: a rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país para ir viver do outro lado do mundo. Incrédulo, o povo se aglomerava na beira do cais para assistir à partida. Às 7h da manhã, a nau Príncipe Real inflou as velas e começou a deslizar em direção ao Atlântico. Levava a bordo o príncipe regente, D. João, sua mãe, a rainha louca D. Maria I, e os dois herdeiros do trono, os príncipes D. Pedro e D. Miguel (GOMES, 2007, p. 64).

Gomes compõe sua escrita de uma maneira poética, adotando, de certa forma, elementos ficcionais à sua não-ficção, tocando sensivelmente, despertando o imaginário do leitor que é “transportado” para o passado, sendo capaz de sentir os cheiros, as emoções, ouvir os ruídos, tocar as pessoas, enfim, de participar das cenas. Como afirmou a professora da USP, Maria Aparecida de Aquino, na entrevista com Gomes no programa *Roda Viva*, o livro *1808* “não está falando de artistas pop de rock, mas de D. Pedro, de D. João VI, que não são assim tão charmosos na realidade”, mas transforma esses personagens de maneira interessante aos leitores, trazendo os acontecimentos históricos tão distantes do presente de forma atrativa, envolvente. Outro exemplo que explora os detalhes, “presentificando” o passado, está presente no capítulo “A Viagem”:

Nos primeiros dias de viagem, enquanto ainda estavam no hemisfério norte, ondas fortes despejavam água gelada sobre o convés superlotado, onde os marinheiros trabalhavam em meio ao nevoeiro e às rajadas de vento frio. Com vazamentos no casco, os barcos faziam água copiosamente. Muitos tinham

as velas e cordas apodrecidas. O madeirame gemia sob o impacto das ondas e do vento, espalhando o pânico entre os passageiros não habituados às aguras do oceano. Náuseas coletivas tomaram conta de todos os navios. Depois de algumas semanas, já na altura da linha do Equador, o frio do inverno europeu deu lugar ao calor insuportável, agravado pela ausência de ventos numa região famosa pelas calmarias do Atlântico. O excesso de passageiros e a falta de higiene e saneamento favoreceram a proliferação de pragas. No Alfonso de Albuquerque, em que viajava a princesa Carlota Joaquina, uma infestação de piolhos obrigou as mulheres a raspar os cabelos e a lançar suas perucas ao mar. As cabeças carecas foram untadas com banha de porco e pulverizadas com pó anti-séptico (GOMES, 2007, p. 85)

No livro *1808*, versão juvenil, a cena torna-se ainda mais angustiante quando é complementada

pela ilustração caracterizando a embarcação com piolhos. A predominância de cores quentes na cena transmite a sensação do calor tropical, acompanhando as camisas semiabertas dos homens. Pode-se observar a aflição e o desespero nas expressões dos personagens que coçam, insistentemente, suas cabeças. Em meio aos personagens tão próximos uns dos outros, transmitindo a sensação de superlotação do navio, vê-se uma serviçal já cortando os cabelos longos de uma dama; ao lado da cena, uma criança aparece debruçada sobre a proa, ilustrando a frase adaptada da versão original: “o enjoo era coletivo. A corte portuguesa não parava de vomitar por sobre as amuradas dos navios” (GOMES, 2008, p. 51).



Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 50

Todos esses elementos que ajudam a descrever minuciosamente a cena reportam o leitor que quase participa do evento, disponibilizam uma proximidade muito grande com o passado, proporcionando um efeito de realidade. Este artifício romanesco é muito interessante na medida em que torna a história um produto atraente e sedutor, prendendo a atenção do leitor que se vê seduzido e interessado em continuar a leitura. Essa estratégia jornalística de “atrair e reter a atenção do leitor”, como colocada por Gomes, no entanto, se não utilizada com precaução pode cometer, perante aos olhos metodológicos dos historiadores, alguns deslizos como anacronismos e juízos de valor, como se verá adiante.

Os perigos de anacronismos e juízos de valor

Como estratégia para aproximar e prender a atenção do leitor, o livro *1808* recorre em alguns momentos ao uso do imaginário. Em alguns casos, essa chamada é direta, como por exemplo, já no início do primeiro capítulo do livro:

Imagine que, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para Austrália, sob a proteção de aviões da Força Aérea dos Estados Unidos. Com ele, teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de Justiça, os deputados e senadores e alguns dos maiores líderes empresariais. E mais: a esta altura, tropas da Argentina já estariam marchando sobre Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a caminho de Brasília. Abandonado pelo governo e todos os seus dirigentes, o Brasil estaria à mercê dos invasores, dispostos a saquear toda e qualquer propriedade que encontrassem pela frente e assumir o controle do país por tempo indeterminado. Provavelmente, a primeira sensação dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e de traição. Depois, de medo e revolta. E foi assim que os portugueses reagiram na manhã de 29 de novembro de 1807, quando circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a corte estavam fugindo para o Brasil sob a proteção da Marinha britânica. (GOMES, 2007, p. 31).

O artifício utilizado é muito interessante na medida em que prende e faz com que o leitor entre e imagine a cena, tornando-se, até mesmo, empático com a situação. No entanto, esse exercício torna-se perigoso quando há o risco do leitor carregar valores pertencentes ao tempo em que se situa, mas estranhos ao tempo passado a que se reporta. Sobre essa passagem específica do livro *1808* acima citada, Bonaldo afirma: “entre o ‘imagine que’, o ‘provavelmente’ e o ‘foi assim que os portugueses reagiram’, existe uma linha essencialista de interpretação cujo ponto de partida e chegada é a própria contemporaneidade” (BONALDO, 2009, p. 214). Essa contrafactualidade, isto é, o exercício de imaginar o que poderia ter acontecido quando voltamos ao passado, faz com que se corra o risco de cometer anacronismos. Essa é outra especificidade da narrativa histórica desse tipo de trabalho: as estratégias formais, retóricas, estão acima da preocupação com o rigor historiográfico. É mais importante ilustrar, atrair e convencer do que ser rigoroso; e se o rigor tiver que ser sacrificado diante daqueles objetivos, será.

A maneira equivocada de analisarmos deter-

minado período histórico carregando valores que são próprios do tempo presente é um dos maiores deslizes considerados pelos historiadores; para Bloch é o pecado mais imperdoável do ofício. Ainda que se admita a impossibilidade dos indivíduos em se libertar dos valores, dos conceitos, dos pensamentos, das paixões, das posições tomadas no tempo presente ao se voltarem ao passado, é necessário que se tenha a consciência de que isso ocorre. Diante disso, a tarefa do historiador consiste em trabalhar adequadamente com as duas temporalidades em questão: a sua e a que está sendo analisada. Bloch coloca a importância do auxílio da “dupla linguagem”, a da época estudada e a do presente do historiador, para que o mesmo consiga fazer a distinção entre as temporalidades e não cometer anacronismo.

Outro caso que pode dar margem ao anacronismo, acompanhado de juízo de valor, presente também nas duas versões do livro:

D. José, herdeiro do trono e irmão mais velho do príncipe regente, D. João, havia morrido de varíola porque sua mãe, D. Maria I, tinha proibido os médicos de lhe aplicar vacina. O motivo? Religioso. A rainha achava que a decisão entre a vida e a morte estava nas mãos de Deus e que não cabia à Ciência interferir nesse processo (GOMES, 2007, p. 56).

Na época, Portugal era um país muito religioso; o próprio autor chega a afirmar que “a vida social pautava-se pelas missas, procissões e outras cerimônias religiosas. O comportamento individual e coletivo era determinado e vigiado pela Igreja Católica” (GOMES, 2007, p. 56). Na versão original do livro, o autor ainda acrescenta uma nota ao parágrafo, reafirmando:

Na época em que D. José morreu, a vacina contra a varíola já era aplicada em vários países europeus. A rainha Maria I, porém, não autorizou que o filho mais velho e herdeiro do trono fosse vacinado, “por escrúpulos religiosos”, segundo o historiador Pedro Calmon, em *O rei do Brasil*, vida de D. João VI, 1943, p. 34. Mais tarde, já sob a regência de D. João, toda a família real receberia a vacina (GOMES, 2007, p.312).

A impressão transmitida é que o atraso de Portugal se dava, exclusivamente, por conta da religião; e a rainha, por causa de sua religiosidade, deixou seu filho morrer. Isso fica ainda mais acentuado na versão juvenil, quando, na mesma passagem, o autor acrescenta: “(...) A rainha – que posteriormente enlouqueceria – achava que a decisão entre a vida e a morte estava nas mãos de Deus” (GOMES, 2008, p. 36). A religião é

transmitida aqui com conotação pejorativa. Ou seja, o passado é analisado com uma condição moral que conduz a maniqueísmos, entre bem e mal, certo e errado. Marc Bloch, sobre os julgamentos do passado e a procura por um culpado, afirmava: "De quem é a culpa ou mérito?", diz o juiz. O cientista contenta-se em perguntar "por quê?" e aceita que a resposta não seja simples. (BLOCH, 2001, p. 157) Compreender, portanto e não julgar – é um dos objetivos da análise histórica e nada tem a ver com atitude de passividade.

Outra questão bastante acentuada no livro e que, de certa forma, abre portas que conduzem juízos de valor, é sobre a cidade do Rio de Janeiro. Em várias passagens, a cidade é retratada como suja, habitada por pessoas desconhecidas dos bons costumes. Por exemplo:

Sob o calor úmido dos trópicos, imperavam a preguiça e a falta de elegância no modo de se vestir e se comportar. Emanuel Pohl, naturalista que acompanhou a princesa Leopoldina ao Brasil, observou que os homens viviam de chinelos, calças leves e jaqueta de chita. As mulheres, envoltas em rosários de onde pendiam santinhos, passavam a maior parte do dia com camisa simples e saia curta. (GOMES, 2007, p. 144).

A passagem reflete uma visão eurocêntrica da história do Brasil. O membro da Missão Austríaca, Emanuel Pohl, pertencia ao grupo de cientistas que tinham como missão registrar a flora e a fauna brasileira. Pohl passou cerca de quatro anos no Brasil fazendo seus registros que culminaram, mais tarde, no livro *Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro*. Gomes, ao escrever sobre o Rio de Janeiro, usufrui muito dos relatos de viajantes. No entanto, a maioria desses relatos transmite visões eurocêntricas e preconceituosas a respeito do Brasil e de seus habitantes. É importante lembrar que neste período as ideias de eugenia predominavam no "mundo civilizado", acreditava-se na evolução e no progresso das "raças" em que o homem branco e europeu era a principal referência de progresso.

Caso semelhante ocorre na versão juvenil e ilustrada do livro *1808*. Antes de falar da cidade do Rio de Janeiro, há uma imagem alocada em uma página inteira acompanhada pela frase: "A limpeza da cidade estava confinada aos urubus". A frase, que aparece entre aspas, não revela seu autor – o historiador Oliveira Lima, que vai ser descoberto somente quatro páginas à frente.



"A LIMPEZA DA CIDADE ESTAVA CONFINADA AOS URUBUS"
Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 80.

Esta imagem, no entanto, chega a ser curiosa na medida em que a maioria das pessoas que aparecem retratadas são indivíduos negros, que, por sua vez, estão ocupando o papel daqueles que sujam a cidade, que deixam sua limpeza "confinada aos urubus". É certo que o livro traz a informação de que, na época em questão, a maioria da população que habitava o Brasil era descendente de africanos; no entanto, quando o autor atrela a imagem à afirmação, sem nenhuma explicação próxima, a impressão primeira que transmite é a de que os africanos tinham péssimos hábitos de higiene; assim, quando nas páginas seguintes for explicar, o leitor já terá projetado uma determinada situação. A imagem transmite um estereótipo e, cognitivamente, para o leitor, cria o estigma do africano só na condição do trabalho servil, do escravo trabalhador.

Caricaturizações presentes no enredo

Um primeiro objetivo apontado por Gomes no livro *1808* foi: “O propósito deste livro é resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás” (GOMES, 2007, p. 21). Criticando a forma caricata como são retratados os personagens no filme de Carla Camurati – *Carlota Joaquina: princesa do Brasil*, o objetivo de Gomes acaba soando um pouco frustrante; a “dimensão mais correta possível dos personagens” é, no livro, a reafirmação caricata já corrente pela mídia: uma princesa ninfomaníaca, uma rainha louca, um D. João que come esganadamente suas coxinhas, sempre escondidas nos bolsos.

Dentre os personagens de *1808*, o mais chamativo é, sem dúvidas, D. João VI. A maneira como Gomes constrói o personagem, dispondo, com a ajuda dos historiadores, uma série de afirmações pitorescas sobre o príncipe regente, convidando o leitor para que se sirva da que mais lhe agrada:

As definições a respeito de D. João emitidas pelos historiadores costumam ser depreciativas. Luiz Norton: “Era fisicamente grotesco e a sua obesidade doentia lhe dava um ar pacífico e simplório”.

Pandiá Calógeras: “Era querido, mas também carinhosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardia. Com sua opinião ninguém se preocupava, e isto o levava a esconder seus sentimentos, bem como a procurar vencer adiando as soluções, lançando seus conselheiros uns contra os outros, um ministro em oposição a seus colegas. Lograva realizar seus intuitos pela força tremenda da apatia e do adiamento. Triunfava cansando seus adversários”.

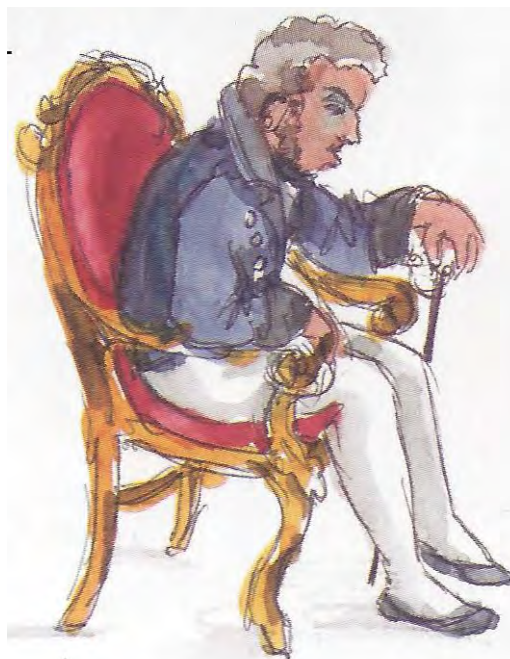
Lília Schwarcz: “Apagado e sem voz ativa”.

Oliveira Martins: “Sofria de vertigens e ataques de melancolia, por padecer de hemorróidas. A má saúde amarelava-lhe a cor do rosto flácido, donde pendia o conhecido beijo, sem vida, peculiar dos Bourbons”.

Oliveira Lima: “Baixo, gordo, [...] tinha de aristocrático as mãos e pés muito pequenos, mas de vulgar as coxas e pernas muito grossas mesmo em relação à corpulência, e sobretudo um rosto redondo sem majestade nem sequer distinção, no qual avultava o lábio inferior espesso e pendente dos Habsburgos” (GOMES, 2007, p. 153).

As “autoridades científicas”, que se dedicam ao árduo trabalho com as fontes primárias, são recortadas e encaixadas no texto, reafirmando a figura de um D. João bonachão, gordo e medroso.

Não se faz uma desconstrução, um uso crítico dessas fontes; estas servem muito mais como instrumento ilustrativo/afirmativo do enredo. Já a versão juvenil e ilustrada do livro *1808* vai procurar construir esse personagem caricato através de outra metodologia, não se utilizando tanto das citações de historiadores, mas através das ilustrações colocadas no livro: D. João, por exemplo, aparece ora com medo, ora mórbido e cabisbaixo.



D. JOÃO



D. JOÃO TINHA MEDO DE TROVÃO

Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 21 e 91, respectivamente

Essa valorização das caricaturas parece ser uma característica típica da narrativa histórica de grande circulação. Adorno e Horkheimer (2002, p. 18), por exemplo, afirmam:

Não obstante, a indústria cultural permanece a indústria do divertimento. O seu poder sobre os consumidores é mediado pela diversão que, afinal, é eliminada não por um mero *diktat*, mas sim pela hostilidade, inerente ao próprio princípio do divertimento, diante de tudo que poderia ser mais do que divertimento.

O uso da caricatura, portanto, não é uma consequência da narrativa composta por Gomes, mas uma opção metodológica utilizada pelo autor, que tem como um dos objetivos centrais atrair leitores. Essa acentuação exagerada das características dos personagens traz uma dimensão mais humana dos indivíduos, destacando seus erros, seus defeitos, suas angústias que são retratadas de uma maneira pitoresca, instigante e divertida. No entanto, o perigo está na redução e simplificação dos fatos históricos, camuflando um processo que, na verdade, é muito mais complexo do que parece. Por exemplo, quando o autor se refere à fuga da corte de Portugal:

Se não havia alternativa, também não se justifica o uso de malabarismos semânticos para amenizar ou disfarçar o que de fato ocorreu: uma fuga pura e simples, apressada, atabalhoada, sujeita a erros e improvisações. A pressa foi tanta que, na confusão da partida, centenas de caixas repletas de prata das igrejas e milhares de volumes da preciosa Biblioteca Real, entre outras coisas, ficaram esquecidos no cais de Belém, em Lisboa. A prata seria derretida pelos invasores franceses e recuperada pelos ingleses alguns meses mais tarde. Os livros só chegariam ao Brasil em 1811 (GOMES, 2007, p.23).

O termo utilizado pelo autor para se referir à vinda da família real Portuguesa para o Brasil, por si só é caricato e reduz a complexidade dos acontecimentos históricos em questão. No entanto, isso não significa que Gomes desconheça outras formas de abordar esse fato, pelo contrário, no livro mesmo ele afirma:

Oliveira Lima se refere a “transladação da corte”. Luiz Norton chama de “transferência voluntária” ou de “transposição da sede portuguesa”. Ângelo Pereira fala em “retirada da família real para o Brasil”. Tobias Monteiro trata de “transplantação”. Outros usam expressões como “transmigração” ou “mudança”. Este livro chama o evento de fuga, substantivo adotado igualmente pelos historiadores Pereira da Silva, Jurandir Malerba e Lília Moritz Schwarcz, entre outros (GOMES, 2007, p. 23).

A opção pelo tratamento do fato histórico como “fuga”, potencialmente dá mais enredo, maior dramaticidade à história. Gomes tem a pretensão de “marketizar” a história, de atrair leitores consumidores, para isso, procura produzir uma história interessante, atraente, sedutora e pitoresca que se diferencie daquilo que geralmente é encontrado nos livros didáticos e nos livros acadêmicos. Desta forma, não se pode afirmar que Gomes desconheça a história, ou que seu produto seja de má fé, com qualidade duvidosa, pois os objetivos do autor ao produzir um livro de história diferem dos objetivos de um historiador acadêmico que tem uma maior obrigação com as regras e rigores do método. Além do mais, a história nunca esteve tão próxima dos indivíduos, sendo perceptível essa maior acessibilidade e interesse pelos fatos do passado.

Considerações finais

Ao que parece, os historiadores acadêmicos ainda estão banhados pela cientificidade tão almejada do século XIX; poucos percebem, aceitam e topam descer de suas torres de marfim, traçando um diálogo próximo com os anseios de orientação temporal de uma dada sociedade. Enquanto isso, os jornalistas, literatos e demais agentes não especializados em história, livres da responsabilidade para com um método histórico, usufruem de suas técnicas - sensibilidade aos anseios do tempo presente, contatos editoriais, adequação estética aos padrões do mercado – captando a atenção de seus leitores, com o objetivo de vender suas narrativas sobre o passado.

Ainda que para isso geralmente adotem uma narrativa histórica singular, diminuindo o campo das hipóteses tão almejado pelos historiadores, o fato é que as reflexões acerca do passado nunca estiveram tão disponíveis e próximas dos indivíduos. E é importante que se “marketize” o conhecimento, para que as pessoas possam realmente ter acesso a ele. O livro *1808* é um bom exemplo, percebe-se com sua alta vendagem e popularidade como as pessoas gostam de história e estão interessadas em conhecer fatos e personagens históricos.

Para fazer com que os leitores sintam-se atraídos pelo processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX, um acontecimento tão distante do tempo presente desses leitores, Laurentino Gomes usufrui de diversas estratégias diferentes, como, por exemplo a valorização dos personagens, trazendo-os de uma forma

caricata, chamando a atenção de seus defeitos, de suas angústias, de suas características marcantes, de seus pormenores. Os próprios títulos dos capítulos revelam uma história personalista, feita por sujeitos importantes, o que a ajuda a ser popular porque combina com uma visão disseminada na sociedade de que quem faz a história são as pessoas importantes, os próceres. O mesmo tipo de coisa acontece com as imagens não problematizadas, tanto na versão original quanto na versão juvenil; isso se encaixa com o hábito de consumo acrítico de imagens e não cria problemas ou dificuldades para o entendimento. Pode-se perceber que, na narrativa jornalística da história, essas estratégias formais, retóricas, estão acima da preocupação com o rigor historiográfico. É mais importante ilustrar, atrair e convencer do que ser rigoroso, e se o rigor tiver que ser sacrificado diante daqueles objetivos, ele o será. Talvez seja isso que a torne tão popular e consumida.

Diante disso, a luta não deve ser para defender o “território do conhecimento acadêmico”, para que os historiadores sejam os únicos autorizados a refletir e narrar sobre história, mas deve haver reflexão sobre o ofício, os métodos empregados e os objetivos a serem atingidos. Por isso, a necessidade de considerar mais a importância da didática da história no trabalho dos historiadores/professores, tanto para que suas produções consigam atingir os sujeitos, quanto para que aconteça a análise desses mais diferentes discursos históricos presentes na sociedade, procurando saber o que é apreendido, o que pode ser apreendido e o que deveria ser apreendido em história.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Fabrício Gomes. Entre a cultura histórica e a cultura historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. **AEDOS** – Revista do corpo discente do PPG- História da UFRGS. Rio Grande do Sul. n. 5, vol. 2, jul - dez, 2009.

BENATTE, Antonio Paulo. História, ciência, escrita e política. In: GIMENES, Renato A. O.; RAGO, Margareth (org.). **Narrar o passado, repensar a**

história. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2000.

BENTIVOGLIO, Julio. Leopold Von Ranke. In: MALLERBA, Jurandir (org.) **Lições de História: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 133-154.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. Tradução de Augustin Wernet. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, n. 19, p. 29-42, set. 1989/ fev. 1990.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONALDO, Rodrigo Bragio. Sátira, liberalismo e ironia no *1808...*, de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 15, p. 201-220, jan./jun. 2009.

_____. **Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno**. 2010. 169 f. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Angela Ribeiro. **Oficina de História III**. Curso de Licenciatura em História - modalidade a distância. Ponta Grossa : UEPG / NUTEAD, 2010.

CERRI, Luis Fernando. **A função da História de orientação temporal e o ensino escolar da História**. 2º Encontro de Diretrizes Curriculares Estaduais – História Seed-PR / Dep. de Ensino Fundamental – Faxinal do Céu, 4 a 7/10/04.

_____. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. São Paulo: FGV, 2011.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. **Saeculum** – Revista de História. João Pessoa. n. 16; jan./jun. 2007.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. "1808" reconta era joanina com leveza. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 6 out 2007. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm> > Acesso em: 20 set 2012.

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

_____. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil – Edição juvenil ilustrada. São Paulo: Editora Planeta Jovem do Brasil, 2008.

_____. **Entrevista com Laurentino Gomes** [dez. 2011]. Entrevistador: Mario Sergio Conti. São Paulo: Programa Roda Viva – TV Cultura, 2011. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/laurentino-gomes-3>> Acesso em: 28 set. 2012.

_____. **O desafio da linguagem no ensino de história**. Disponível em: <<http://www.laurentino-gomes.com.br/blog/#>>. Acesso em: 20 out. 2012.

GRINBERG, Keila. Historiadores pra que? In: **Ciência Hoje On-line**, mar. 2012. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-pra-que>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Tradução de Vinicius Dantas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.º 12, pp. 16-26, jun. 1985.

JARDIM, Lauro. De casa nova. In: **Revista Veja** – Acervo Digital. 31 mar 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/cultura/best-seller-laurentino-gomes-ja-tem-nova-editora-para-proximo-livro/>> Acessado em: 20 ago 2012.

LANGLOIS, CH. V.; SEIGNOBOS, CH. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Ed. Renascença S.A., 1946.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Resenha, 1822. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Ed. SABIN. Ano 6, n.º 62, novembro de 2010. p. 92.

REDAÇÃO ÉPOCA. 100 – Época. In: **Revista Época**. 20 nov 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI106043-15228,00-EPOCA.html>> Acessado em: 23 set 2012.

REIS, José Carlos. A Escola metódica dita “Positivista”. In: _____. **A História: entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-32.

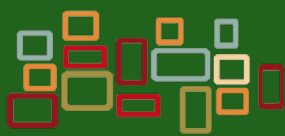
RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história I: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias ... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

WEINHARDT, Marilene. Consideração sobre o romance histórico. In: **Letras**, Curitiba: Editora da UFPR. n.43, p. 11-23, 1994. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/letras/article/view/19095/12396>> Acessado em: 08 set 2012.



Ateliê de História

Palavras - chave:
Igreja Antigo Católica.
Representações. Poloneses.

Resumo: Este trabalho visa compreender as relações que estabeleceram duas igrejas concorrentes em Ponta Grossa na década de 1930, a Igreja Católica e a Igreja Antigo Católica, esta representada pelo recém chegado padre polonês Teophilo Bartnicki, e aquela representada pelo recém empossado bispo diocesano Dom Antônio Mazzarotto. Ambos travaram uma luta de representações nos jornais, além da Igreja antigo católica ter sofrido um incêndio em 06 de janeiro de 1934, originando um inquérito a respeito do sinistro. Assim, são analisados discursos a partir do método indiciário de Ginzburg, compreendendo que os indivíduos envolvidos estavam disputando a atenção da fé religiosa na cidade, principalmente entre os poloneses, já que parte do discurso da Igreja antigo católica foi direcionado ao nacional polonês, buscando compreender através desses discursos, as representações dos poloneses na cidade de Ponta Grossa naquele período e o conflito entre os sacerdotes de igrejas concorrentes.

A IGREJA ANTIGO CATÓLICA EM PONTA GROSSA (1932-1934): ANÁLISE DA DISPUTA RELIGIOSA NA COMUNIDADE POLONESA LOCAL

Letícia Leal de Almeida ¹
Rosângela Wosiack Zulian ²

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar as relações que se estabeleceram entre duas empresas de bens de salvação concorrentes: a Igreja Católica, representada pelo recém empossado bispo Dom Antônio Mazarotto, e a Igreja Antigo Católica representada pelo padre Teophilo Bartnicki.

Estes travam uma luta de representações discursivas no *Diário dos Campos*, e no caso do bispo Dom Antônio Mazarotto isso também está presente em suas cartas pastorais que visavam introduzir a cidade aos pressupostos da romanização.

O *Diário dos Campos* acompanhou o processo de urbanização da cidade, por isso cumpre um papel primordial para a construção do imaginário político pontagrossense. Concomitantemente surge uma nova ordem social, que define um conjunto de práticas e comportamentos considerados apropriados ao social. Estas se portam dentro de um contrato implícito, que rege a existência do grupo, que o reconhece, renunciando assim, certas práticas individuais, a fim de contribuir para a construção de um coletivo ancorado sobre os valores da sociedade burguesa local em ascensão.

Para Chaves (2001, p. 65-66), a ausência da concorrência permitiu a estes tratar com certa liberdade os assuntos locais, se consolidando como formador de opinião. O que não significa que este na tentativa de tornar-se portador de verdades, não tenha gerado algumas tensões, fato também deste ser possuidor de um caráter essencialmente ufanista. Assim podemos compreender como o jornal defende a atuação do bispo Mazarotto em detrimento do padre Bartnicki e os partícipes desta que tentavam emancipar-se da tutela da Igreja católica. Segundo o autor, o jornal representava a cidade de forma idealizada, tentando representar uma sociedade harmoniosa, enfatizando o progresso material da cidade. Desta forma, mesmo que tensões como a citada acima apareçam nas suas notas, eles buscavam apaziguar os ânimos ao veicular nas suas páginas as tensões entre os poloneses e o bispado, bem como as tensões entre o bispo e o padre Bartnicki.

No entanto, nem todos se enquadravam aos padrões de ordem e civilidade idealizados pelo *Diário dos Campos*. Por isso suas notícias também visavam enquadrar os indivíduos que destoavam desse padrão. Segundo Chaves (2001, p. 67) o *Diário dos Campos* também dava atenção especial à chegada de forasteiros à cidade, já que estes traziam à cidade novos universos simbólicos. Assim percebemos a representação do padre Bartnicki, enquanto um *outsider*, sob a ótica de *Estabelecidos e Outsiders* de Norbert Elias (2000) no qual o padre é compreendido enquanto despojado de carisma do grupo, por isso são disseminadas nos jornais fofocas depreciativas sobre sua atuação, já que

¹ Graduada em História pela Uepg. E-mail: les2je@hotmail.com

² Orientadora. Doutora em História (Ufsc). Professora do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

este veio à cidade, questionar a hierarquia de status da qual o bispo Mazarotto faz parte. Nas palavras de Chaves: “Nem sempre esses visitantes foram bem recebidos. Alvo de constante vigilância policial na Estação Ferroviária, muitos acabaram presos sob acusação de serem “suspeitos” ou “estranhos”. (CHAVES, 2001, p. 74)

Desta forma, compreendemos que a cidade era hostil à chegada de indivíduos, o que justifica a atenção dada pelos jornais a atuação do padre Bartnicki, era uma forma de monitorá-lo e demonstrar aos demais pontagrossenses a sua atuação suspeita, visando de alguma forma contê-lo.

No entanto o projeto do padre Bartnicki não era o único a disputar o espaço da cidade. Tendo em vista que este já era presente de outras religiões, como o espiritismo, o protestantismo e a maçonaria. Assim as representações discursivas do Diário dos Campos tentavam construir a representação de uma cidade idealizada, onde os problemas eram solucionados, ora pelas autoridades locais, ora pelos membros da sociedade. Tentando demonstrar uma sociedade de consenso, que a verdade não o era, mas permeada de tensões e conflitos.

Como bibliografia sobre a atuação do padre Theophilo Bartnicki, este já havia sido mencionado na dissertação de mestrado de Elizabeth Johansen “De poloneses católicos à ponta-grossenses católicos” sobre a atuação da Congregação das Irmãs da Sagrada Família convocadas pelo bispo Mazarotto para conter o cisma dos poloneses para a Igreja do padre Bartnicki nos anos 30, bem como a tese de doutorado da professora Rosângela Wosiack Zulian, intitulada “Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de Dom Antônio Mazarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)”.

Sobre o cenário pontagrossense que o bispo encontrou na criação da diocese em 1926, segundo Zulian (2009, p. 132-133), este era um ambiente de tensões, possuindo jornais de posicionamento anarquista e anti-clerical, como o *Escalpello* (1908), além da convergência entre campo e cidade, as elites campeiras, os comerciários e industriais, cada qual com seu discurso e representações da realidade. A Igreja católica teve que dialogar com esses projetos para que o seu continuasse a permanecer na vida das pessoas.

Nessa ótica pretendemos compreender essa batalha ideológica dos sacerdotes sob a concepção de campo religioso de Bourdieu, onde o Bispo Antônio Mazarotto visou combater o Padre Bartnicki, que neste caso representa o discurso proferido por

um profeta. Segundo Bourdieu, o profeta encarna outro discurso ideológico em competição. Assim através de novas práticas atendem aos interesses de um grupo específico, nesse caso o polonês. Demonstrando assim, que ainda nos anos 30, o campo religioso católico mesmo como hegemônico teve que lidar com o fato de que os seus fiéis passam a ter contato com uma gama de possibilidades de interpretações religiosas. (MICELLI, 1988, p. 25)

A cidade estava se transformando também por conta das levadas de imigrantes. Nesta perspectiva a construção da cidade civilizada e ordeira deve ser problematizada, já que estes novos agentes sociais que passam a ocupar os espaços pontagrossenses trazem uma série de conflitos interétnicos, no caso desta pesquisa, o conflito entre poloneses e alemães deve ser considerado.

O recorte temporal nos permite compreender ainda que as características econômicas e sociais da cidade, especialmente da urbanização decorrente da chegada da ferrovia no final do século XIX, propiciaram a transformação de uma cidade de atividades campeiras e predomínio rural a um centro urbano de referência regional, com elementos que representavam a modernidade: cine-teatros, ruas iluminadas, praças, automóveis, lojas e o movimento das ferrovias que permitiu o fluxo mais intenso de imigrantes. É possível que a modernidade do espaço físico pontagrossense tenha incentivado a vinda do padre Theophilo Bartnicki e o estabelecimento da sua igreja; é provável também que a urbanização repentina da cidade tenha favorecido o campo de tensões políticas, sociais e culturais. (CHAVES, 2006, p. 09-14)

A urbanização gerou a divisão de trabalho material e intelectual, contribuindo para que ocorressem tensões no campo religioso, que se torna autônomo e moralizador, à medida que este teve que sistematizar suas crenças, práticas e representações religiosas. (BOURDIEU, 2007, p. 34)

Também analisamos o inquérito do incêndio da Igreja antigo católica, de 06 de janeiro de 1934 que por falta de provas foi arquivado 20 dias após.

Para esta fonte, um dos métodos optados foi o método indiciário idealizado por Ginzburg, onde compreendemos o fazer historiográfico através da analogia que este faz entre o historiador e o inquisidor. O autor reconhece que os sujeitos marginalizados socialmente não são representados em fontes oficiais, portanto devem ser compreendidos através do inquérito, por exemplo. Neste tipo de fonte, ele aponta para o desnível entre a cultura dos juristas,

das testemunhas e do réu, além de reconhecer a pressão psicológica exercida sobre os depoentes. De acordo com Bakhtin (apud GINZBURG, 1991, p. 14-15) os envolvidos atuam com forças conflitantes, decorrentes dos desníveis de poder real da própria máquina judiciária. Para ele, por um longo tempo essas fontes foram estigmatizadas como monólogos, sob a alegação de que as respostas dos depoentes eram apenas um reflexo da pergunta dos juristas. Porém em alguns momentos pode se perceber em contrapartida que no decorrer do inquérito, as testemunhas e os inquiridores conseguem manter um diálogo e expressam como se estabeleciam as relações entre os partícipes da Igreja Antigo-Católica com os da Católica Romana. Como a cultura da Igreja Antigo-Católica escapa às concepções culturais dos juristas, trataremos o inquérito enquanto um produto cultural dessas relações.

Assim, buscamos evidenciar essas relações simbólicas e não-simbólicas, que visam tentativas de dominação e consequentemente a (re)produção de uma hierarquia social. No caso do inquérito, este também deve ser analisado a partir de um aparelho de produção simbólica, onde a instituição jurídica possui suas práticas reguladas por um sistema de poder e constituídas por uma organização social própria.

Na análise do campo religioso, compreendemos as relações entre esses agentes através de Pierre Bourdieu (2011), na *Economia das Trocas Simbólicas*, onde este demonstra a especialização do campo religioso e concorrência entre as duas empresas de bens de salvação, onde estas visam atuar junto aos poloneses. Um grupo com uma religiosidade muito específica, onde esta faz parte de sua *polonidade*. Estes não desejavam que o templo construído pela comunidade na Praça Barão de Guaraúna se tornasse da diocese, mas permanecesse enquanto patrimônio da comunidade polonesa local, além de requerem junto à diocese a atuação de um padre polônês. Estes temiam que ao tornar a Igreja, um espaço da diocese esta viesse a congregar povos de outras etnias, tendo em vista que os poloneses desejavam professar sua religiosidade entre os seus nacionais e preservar seus valores étnicos também no espaço religioso. Esta disputa pelo templo também gerou vários discursos no Diário dos Campos, onde aparecem questionamentos a cerca da possibilidade do padre Bartnicki se tornar o sacerdote dessa Igreja e tornar dissidentes os poloneses locais através desse templo.

Na análise dos jornais, utilizamos o conceito de

representação de Chartier (1988) em “*A História Cultural; entre práticas e representações*”, compreendendo que os discursos são forjados atendendo aos interesses do grupo que os produziu. Assim os discursos não são neutros, mas que, por produzirem práticas sociais, impõem autoridade. Bem como nos explicita as práticas discursivas definidas por Michel de Certeau em “*A invenção do cotidiano*”.

Desta forma, a partir dos discursos produzidos pelo o bispo D. Antônio Mazarotto e pelo Padre Theophilo Bartnicki nos jornais, cruzando com outros discursos, como o presente no inquérito do incêndio da Igreja Antigo-Católica, busca-se compreender as práticas discursivas destes envolvidos e as representações da igreja Antigo-Católica na sua relação com a Igreja Romana, a partir da disputa de poder espiritual sobre os poloneses pontagrossenses, já que estes eram tidos como bons católicos.

A Igreja Católica no final do século XIX: adequações da religião à modernidade e ao racionalismo: o cisma dos vétero-católicos no contexto do concílio Vaticano I

O concílio Vaticano I

Para compreendermos os posicionamentos da Igreja depois do final do século XIX devemos compreender certos aspectos do pontificado de Pio IX e o contexto no qual este se insere. Com o avanço do liberalismo na segunda metade do século XIX a Europa se defronta com várias agitações derivadas das liberdades civis e religiosas garantidas pela *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*. Esta alegava que o problema da Igreja com o racionalismo e o liberalismo se iniciara em 1789, diante do desmantelamento da moral religiosa e do novo ordenamento social. Por isso destacamos a tomada de posição da Igreja católica em reatar suas relações com um Estado que se tornava cada vez mais laico, além de combater as correntes anti-eclesásticas que se propagavam desde o fim da Revolução Francesa. Os católicos viram a diminuição de suas práticas e culparam, sobretudo, a imprensa por difundir nas massas populares novos valores. Por isso para preservar os valores cristãos, a Igreja católica optou por um catolicismo mais autoritário e idealizado, tentando continuar a ocupar seu espaço na nova configuração dos Estados nacionais, reivindicando assim a recristianização das instituições e dos Estados. (ROGIER

et. al., 1975, p. 37-39)

Pio IX, diante do liberalismo que assumia o poder em vários Estados, percebia que caso não tomasse uma atitude perderia todos os privilégios da Igreja, já que durante o processo da laicização os Estados liberais hostilizavam a Igreja, reduzindo sua atuação religiosa no ambiente escolar, bem como as ordens religiosas. Pio IX temia que a religião deixasse de ocupar espaço na vida das pessoas, portanto tentava encorajar os países católicos a resistir a laicização, para que desta forma a Igreja católica continuasse a ocupar um locus privilegiado dentro dos Estados nacionais. (ROGIER et. al., 1975, 41-42)

Na própria Itália, devido à unificação entre 1867-1877, a Igreja teve que se adequar a uma nova legislação sobre as congregações religiosas, já que em torno de 2000 mil comunidades, com aproximadamente 29 mil membros deixaram de existir, devido ao confisco dos patrimônios imobiliários e à cobrança de impostos. Até mesmo o serviço militar, se tornou obrigatório aos clérigos. Em 1873, os cursos de teologia foram eliminados das faculdades estatais e o ensino religioso suprimido do currículo escolar. O estado pontifício se reduziu a um terço de sua extensão. (TUECHLE et. al., 1965, p. 515-516)

Foi apenas a partir de 1870 que o papa teve seus direitos reconhecidos em Roma, bem como a liberdade para nomear os bispos italianos, dada a tensão entre o Estado e a Igreja na Itália. Porém os católicos começaram a se mobilizar em defesa da Igreja católica, e no pontificado de Pio IX, mais do que em qualquer época, ocorre a centralização da administração eclesial da Igreja em Roma. (TUECHLE et. al., 1965, p. 517-518)

Esse cenário político levou Pio IX a elaborar a encíclica *Quanta cura*, em 1864, e o *Syllabus errorum*, um catálogo que trazia oitenta proposições de condenação aos erros modernos, temendo que os Estados liberais, suprimissem a religião, através da educação laica, e que a equivalência entre as religiões e as hostilidades à Igreja levassem os indivíduos a se distanciarem cada vez mais da religião católica.

A publicação do *Syllabus* soou, para os anti-clericalistas, como a confirmação de que a Igreja católica era incompatível com a modernidade. A tradução suavizada da encíclica, realizada pelo bispo de Orleans, Dom Dupanloup, fez com que o catálogo fosse bem recebido até na América, evitando ainda que os católicos liberais se mobilizassem. A ação de

Dom Dupanloup representa como o clero romano percebeu a necessidade de prudência nas suas declarações, já que o papa não conseguia identificar as diferenças entre o catolicismo liberal do liberalismo de inspiração racionalista e, de certo modo, o papa até tolerava as aspirações liberais. (ROGIER et. al., 1975, p. 43)

Zagheni (1999, p. 138-139) afirma que desde o início do pontificado de Pio IX, tomando como base os documentos emitidos pelo Vaticano como a primeira encíclica de 1864, ele percebe a preocupação do papa com os valores espirituais e com o avanço do anticlericalismo. Desta forma, o *Sílabo* é a voz do Vaticano que emergira no sínodo do cardeal Pecci, o futuro Leão XIII, no artigo a *Civiltà Cattolica*, onde condenação dos erros modernos se juntaria ao dogma da Imaculada Conceição de Maria.

O *Sílabo* também condenava o liberalismo econômico, questionando a separação entre economia e moral. Ele também vem em resposta à perda de espaço da Igreja em Estados católicos, como a Espanha, que se separa da Igreja e na América Latina, principalmente na Colômbia e em Nova Granada, onde uma legislação limitava sua atuação. Isso é percebido na proposição 80 do *Sílabo*, que condenava o liberalismo, dando margem à interpretação do obscurantismo da Igreja católica. (ZAGHENI, 1999, p. 141)

De acordo com Zagheni (1999, p. 142) Dom Dupanloup, bispo de Orleans, escreveu o opúsculo "*La convention Du 15 septembre et l'encyclique Du 8 décembre*". Argumentando que o papa era uma vítima do modernismo, além de convocar uma interpretação do *Sílabo*, fazendo a distinção entre tese e hipótese. Desta forma, a liberdade de culto deveria ser concebida como uma tese, enquanto ideal, porém não enquanto hipótese. Assim quando afirmamos que o papa até certo ponto tolerava as aspirações liberais, isso corresponde ao posicionamento da Igreja em relação ao progresso técnico. Esta não visava combater a civilização moderna, mas conter os abusos do liberalismo na formação dos Estados nacionais, que visavam combater a religião sob o pretexto de defesa da liberdade.

Desta forma, Pio IX não se opunha aos saberes modernos, mas àqueles que se contrapunham à revelação sobrenatural, já que em 1849 define o dogma da Imaculada Conceição de Maria, na bula papal *Ineffabilis Deus*, reafirmando-o enquanto revelação,

4 A Campanha da Fraternidade surgiu durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) e é uma campanha quaresmal que a cada ano se propõe um tema a ser trabalhado.

sendo esta discutida desde a Idade Média. Por isso o concílio do Vaticano I aproximadamente 300 anos após Trento, visava adaptar a Igreja à modernidade. E desde a publicação do *Civiltà Cattolica*, de 1869 os sacerdotes davam a entender que durante o concílio seria definido o dogma da infalibilidade papal, bem como a discussão de outros assuntos em torno da fé, disciplina e sobre as ordens religiosas. (TUECHLE et. al., 1965, p. 515-516)

Zagheni (1999, p. 143) afirma, no entanto que as relações entre Igreja e Estado nem foram tão debatidas entre os bispos no concílio, já que o foco era a infalibilidade papal, que foi tão questionado e acaba sendo o estopim para a cisão da Igreja antigo católica.

No dia 24 de abril de 1870 foi aprovada a constituição dogmática *De fide catholica*, sobre as doutrinas fundamentais do cristianismo, condenando relativamente o ateísmo, o racionalismo, o panteísmo, o materialismo e o tradicionalismo. Mas os debates mais calorosos foram em torno da infalibilidade papal. A grande maioria afirmava que a imposição da doutrina era necessária. Somente a minoria dos 700 bispos reunidos (na maioria bispos alemães, mas também alguns bispos franceses e norte-americanos) era contrária ao dogma. Apenas alguns destes questionavam, baseados em fundamentos teológicos; os demais temiam que a infalibilidade resultasse em más relações entre a Igreja e o Estado. Por isso, o concílio Vaticano I se destaca pelo choque entre várias correntes teológicas. Entre os que se baseavam em fundamentos teológicos estava o doutor da Igreja, Inácio Von Dollinger.

Johann Joseph Ignaz von Dollinger era um teólogo germânico e historiador da Igreja. Nasceu na Bavária, mais tarde seguiu com sua família para Wurzburg, iniciando seus estudos em Filosofia Natural em 1817, onde seu pai era professor. Em 1818, começou a estudar Teologia, se dedicando a estudos sobre a História Eclesiástica, de onde se fundamenta o argumento contra o Ultramontanismo. Em 1822 foi ordenado padre católico pela Diocese de Bamberg, se tornando professor de História Eclesiástica e direito canônico em 1823 na escola de Aschaffenburg. Em 1826 se tornou professor de Teologia em Munique. A partir da promulgação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, em 1854, temia a proclamação do dogma da infalibilidade papal. Em 1863 ele reúne aproximadamente 100 teólogos para discutirem a posição da Igreja diante da Modernidade. Dollinger desejava a liberdade para as Igrejas nacionais, contrariando assim a centralização

da Igreja em Roma. Ele liderou também um movimento de professores na Universidade de Munique em 1870.

Segundo Tuechle et. al. (1965, p. 522), a partir da constituição dogmática *De ecclesia Christi*, o papa define a duração perpétua, a essência do primado romano e do magistério do papa, sob toda a jurisdição da Igreja. O concílio visava à unidade e à solidez da Igreja, consolidando em Roma o centro do governo eclesiástico. Os atos dos papas que sucederam Pio IX são reflexos do Concílio Vaticano I. Os bispos da minoria acabaram se submetendo às decisões da maioria, mesmos alguns bispos alemães.

Zagheni (1999, p. 167-169) relaciona o Vaticano I com a consolidação da definição florentina de 1439, na qual ressaltava a figura do papa como o elemento que congrega a unidade da Igreja. Outra definição do concílio tridentino, é a de que os decretos do concílio deviam ser ratificados pelo papa. É em Trento que se estabelece que a hierarquia dos bispos provinha do papa, conotando a origem divina deste; desta forma as dioceses eram condicionadas pelo papa. O autor ainda afirma que nem todos os textos preparados pela comissão político eclesiástica foram à Assembleia presidida por Karl August Reisach, bispo católico alemão no concílio, tendo em vista que caso a Igreja promulgasse algumas constituições que deveriam ser votadas no concílio e estas fossem decididas gerariam problemas com alguns Estados nacionais, pois desses seria exigida uma maior mudança na sua política religiosa muitas vezes devido ao estágio mais avançado do liberalismo que estes Estados apresentavam. Ou seja, o propósito do concílio era fortalecer a cristandade e não gerar problemas com os Estados, além de representar uma resposta da instituição católica aos problemas derivados da modernidade. Compreender as ações do Concílio Vaticano I é decisivo para compreender os posicionamentos seqüentes da Igreja católica.

O Concílio Vaticano I definiu que o sumo pontífice teria autoridade sobre todo o universo, pois como sucessor de Pedro é chefe da Igreja e pai de todos os cristãos, tendo o poder supremo de reger e governar a Igreja.

Segundo Zagheni, Dollinger criticava o concílio sob alegação da ausência de liberdade nas discussões, reconhecendo que em alguns momentos tenham ocorrido calorosos debates, tanto teológicos quanto históricos. Zagheni argumenta que Hans Küng, teólogo suíço apontou para certos problemas psicológicos de Pio IX, definindo-o como: paranoico violento e ambicioso, negando a liberdade no Vati-

cano I. Outro autor, mencionado por Zagheni, M. Macarrone, que também analisou o Concílio, afirmou que este representava mais uma vontade do papa, mesmo que ancorado no Ultramontanismo, que defendia a centralização para fortalecimento da cristandade católica diante da laicização.

Porém foi Pio IX quem decidiu antecipar a discussão sobre a infalibilidade. Zagheni nega que o concílio tenha gozado de liberdade nas discussões, devido à amplitude do debate, porém reconhece as ações da minoria em defender seus pontos de vista, bem como a reação dos governos decorrentes da centralização romana.

Para compreendermos como se construiu o processo no qual se insere o Concílio Vaticano I, devemos retroceder e problematizar o pontificado de Gregório XVI, que antecede o pontificado de Pio IX, entre 1831 e 1846. Este pontificado fora marcado por uma perda da influência da Igreja nos setores civis devido a alguns focos de resistência e hostilidade dos governos aos posicionamentos do papa. Os governantes temiam que a centralização romana reduzisse a autoridade dos sacerdotes locais, como bispos e padres. Portanto restou a Igreja católica refletir sobre a atuação do corpo eclesiástico e constituir um corpo de sacerdotes mais engajados que atuassem nos governos cada vez mais tensionados pelo liberalismo político e econômico, e que desejavam manter as distinções regionais.

Por isso surgem tensões de alguns governos à constituição do dogma da infalibilidade papal, além de tensões dentro do próprio corpo eclesiástico, já que os bispos sentiam sua autoridade reduzida. Rogier et. al. (1975, p. 58-61) afirma que para os bispos, a decisão do concílio em uniformizar a liturgia, desconsiderava as especificidades de cada Estado, além de temer que os governantes se tornassem hostis às autoridades eclesiásticas após a definição do dogma da infalibilidade papal. Porém ele afirma que o pontificado de Pio IX demarca um momento de popularização da figura do papa junto às massas, além de solicitar aos bispos que realizassem visitas regulares às suas paróquias, prática que havia caído em desuso nos pontificados anteriores, além de combater as distinções regionais, convocando concílios nacionais. Até mesmo a nomeação dos bispos era mais atrelada à docilidade e formação teológica do sacerdote do que às propostas do clero local. Outras tensões que ocorreram ligavam-se ao posicionamento da autoridade do bispo em relação ao papa, pois alguns afirmavam que os bispos possuíam um poder divino iguais ao do papa, temendo que

a infalibilidade papal gerasse uma idolatria da figura do papa, através da prerrogativa de que este era um vice-Deus. O autor também afirma que durante o pontificado de Gregório XVI, os Estados Nacionais assistiram a uma imensa popularização da figura do papa. Os Estados alegavam que não se deveria dar um lugar privilegiado ao papa, como fora dado desde a idade média. Diante dessa popularização, ocorrem ações sistemáticas para agrupar todos os católicos em um único centro: Roma, para conter a ameaça do liberalismo revolucionário e anticristão.

Na Europa a centralização romana se impôs com alguma facilidade, visto que esta já estava adequada à proposta tridentina, de concentração religiosa e adequação das práticas religiosas diante das ideias modernas. Por isso a centralização romana e a definição do papa como centro da Igreja contou com o apoio de vários bispos, de movimentos católicos, bem como da Companhia de Jesus.

Segundo Zulian, o Brasil não tomou contato imediato com o concílio de Trento devido ao sistema de padroado régio adotado em suas colônias. A aproximação com as decisões do Concílio de Trento ocorreu apenas a partir de meados do século XIX com o movimento de romanização da igreja, na tentativa de reconstruir o imaginário religioso e edificar uma identidade religiosa. Por isso a romanização foi proposta no Concílio Vaticano I, como um reposicionamento da Igreja diante das mudanças da era moderna, como rompimento da Igreja com o Estado, que se torna cada vez mais leigo, momento em que esta tenta adequar a relação dos fiéis com o catolicismo sob a égide da romanização.

A romanização no Brasil tornaria o catolicismo brasileiro tridentino, além de adequar a catolicidade brasileira às decisões tridentinas, ou seja, em sintonia com os pressupostos do Concílio de Trento, reafirmando a autoridade da igreja sobre as variações do catolicismo popular, com um enquadramento do laicato à doutrina, além da instituição da fidelidade a Roma. (ZULIAN, 2009, p. 53-54)

O concílio não gerou descontentamentos apenas na Alemanha, mas também entre alguns bispos franceses que, assim como Dollinger, perceberam, a partir do *Syllabus*, a ausência de liberdade científica dos católicos, através da imposição de um sistema teocrático medieval como dogma. A proclamação do dogma gerou múltiplos questionamentos por parte do clero alemão, afirmando que o partido ultramontano estava pervertendo os ideais religiosos bem como as instituições religiosas em favor dos ideais romanos. Estes opositores ao dogma acre-

ditavam que o concílio fora preparado às escuras, para evitar qualquer debate contraditório, levando em conta apenas o ponto de vista da Cúria Romana, para que depois os padres viessem a aceitar suas proposições, mas estas já prontas, sem uma discussão. Assim a polêmica toma uma maior proporção, principalmente no meio acadêmico alemão, que se tornou insubmisso às idéias ultramontanas. Segundo Rogier et al. (1975, p. 62):

Uma infeliz “correspondência da França”, publicada a 6 de fevereiro de 1869, na revista dos jesuítas romanos, *Civiltà cattolica*, pareceu confirmar esse prognóstico, pois nela se conjecturava uma definição da infalibilidade pontifícia por aclamação, sem possibilidade, portanto, de esclarecimento ou de discussão pelos padres.

A respeito das posições favoráveis as proposições do concílio, Rogier et. al. (1975, p. 64) afirma que alguns bispos norte-americanos eram reticentes às instituições liberais e desejavam a definição do dogma da infalibilidade papal, compreendo o dogma como forma do papa estender seu poder político, pensando também que esta proposição viesse conter os avanços do protestantismo. Outros bispos pensavam que os projetos do concílio subvertiam a Igreja, ameaçando os avanços da sociedade civil e que o papa não poderia decidir uma doutrina sem consultar o corpo eclesiástico, já que para alguns o dogma da infalibilidade visava anular o episcopado, o que era confirmado pela imprensa ultramontana. Os padres também temiam o mal-estar que isso geraria nos meios protestantes e nos ritos orientais, podendo provocar outros cismas, como nos meios germânicos, que foram incitados por Dollinger. Este grupo questionador era composto por bispos austro-húngaros, alemães, alguns bispos franceses (Paris e Lião), arcebispos da América do Norte e de Milão.

Como estes não representavam uma quantidade expressiva nos bastidores do Vaticano I passaram a designá-los de “minoria”. Porém Rogier et al. (1975, p. 67-68) afirma que estes clérigos eram indivíduos que gozavam de prestígio, seja pela teologia, ou pela posição política que ocupavam. Porém o concílio visou estigmatizá-los como nacionalistas, sob a alegação de que o dogma da infalibilidade papal era desejo da “maioria”.

Por isso Pio IX afirma que a infalibilidade seria discutida no concílio, porém para não gerar mais mal estar sobre a definição do dogma, em tratá-lo antes das outras proposições, tornou-o uma constituição autônoma, consagrada ao papa. Houve agitações nos salões literários e jornais sobre o concílio.

Alguns bispos partiram de Roma sem votar no concílio, pois se sentiram pressionados a votar a constituição do *Pastor Aeternus* que se referia ao papa, em sua presença, ressaltando assim o clima de pressão a que foram submetidos. Assim, alguns bispos da “minoria”, diante da negociação dos bastidores, acabaram votando a favor. Em 18 de julho ela foi aprovada por quase unanimidade dos presentes, visando reforçar a construção de que o dogma da infalibilidade papal foi proveniente de um concílio democrático e da unanimidade dos votos; porém o que os bastidores do concílio fizeram foi suprimir as principais objeções à constituição do *Pastor Aeternus*.

Segundo Rogier et al. (1975, p. 68) alguns bispos da Minoria, como Dollinger, recusaram a submeter-se à autoridade do concílio, colocando em xeque a sua autoridade eclesiástica. A possibilidade de cisma entre estes bispos da “minoria” pairava sobre a Igreja católica. Além da proximidade com outras confissões protestantes, como o Anglicanismo e serem acrescidos pela *Kulturkampf*. No entanto o jovem clero destes países, atrelado ao ultramontanismo, começou a enxergar em Roma o centro, a Igreja universal.

Aos poucos o desaparecimento do poder temporal em Roma tornou o poder do papa muito maior do que as proporções da Idade Média, devido ao surgimento de peregrinações a Roma, exaltando a figura do papa e popularizando-o.

Desta forma, para Rogier et al (1975, p. 62-64) a resistência ao dogma conjugada a *Kulturkampf* nos países germânicos demonstrou que os governos não deixariam de reagir diante da centralização da Igreja católica em Roma; por isso a *Kulturkampf* representou a hostilidade daqueles países. Muitos governos temiam as decisões do concílio a respeito do casamento civil, o ensino leigo, e as liberdades constitucionais, já que a Igreja católica buscava reafirmar os valores da Idade Média, pressionados também pelos clérigos que temiam o avanço do partido ultramontano, solicitando que os governos realizassem intervenções diplomáticas ou advertências à Igreja. É nesse contexto que surge o cisma dos antigos católicos, incitados pelas idéias de Dollinger, sobretudo, a respeito do dogma da infalibilidade papal.

Dollinger e o cisma dos Véteros Católicos.

A resistência aos dogmas do Vaticano I na Alemanha foi inicialmente acadêmica. Alguns teólogos alemães se posicionaram contra ao dogma da infalibilidade papal, acusando que os argumentos ultramontanos eram insólitos. Segundo Aubert (1974, p.

329-330) a resistência foi passiva e motivada pelo teólogo alemão Inácio Von Dollinger, que influenciou o cisma dos vétero-católicos, criticando a falta de articulação de Roma com o cientificismo, além de examinar a doação de Constantino, utilizada por Roma, como argumento do poder temporal. Ele critica o Ultramontanismo e o dogma da infalibilidade papal, no seu reexame da doação de Constantino, e percebe que este fora criado na Idade Média. Os teólogos alemães adeptos da Filosofia Positiva e Moderna foram acusados por Roma de serem patrióticos e fanáticos; porém o que estes questionam é a autonomia das Igrejas Nacionais, devido à centralização em Roma. No entanto Dollinger estava bem documentado com cartas do teólogo Friedrich, além de contar com o apoio dos embaixadores da Baviera e da Prússia, fazendo comentários na imprensa moderada ultramontana, através da exposição das informações contraditórias do concílio. Porém, mesmo decepcionado com o concílio, tinha um sentimento religioso profundo demais para romper com a Igreja. (AUBERT, 1974, p. 387-388)

Roma temia que essa polêmica tomasse uma proporção incontrolável, já que os teólogos alemães queriam levar a público tais discussões. Dollinger publica um artigo, sob o pseudônimo de Janus, onde acusa o papa e os jesuítas de preparar uma revolução para constituir a infalibilidade papal, para sufocar outras instâncias da igreja desde a Idade Média. Dollinger lutou contra esses abusos, porém manteve-se fiel à Igreja. Seu propósito a partir do movimento era difundir uma religião católica mais liberal e formar um movimento de opinião contra o Ultramontanismo. Após sua obra, algumas agitações ocorreram na Áustria, sob a liderança de Schulte, para a criação de uma igreja nacional independente de Roma. Na Alemanha também ocorreram manifestos de opinião pública sobre o Concílio, já que questionava-se a participação dos leigos na Igreja católica. (AUBERT, 1974, p. 351)

Durante a Conferência em Fulda em 1867, vários bispos redigiram uma carta pastoral a Roma, julgando aquele tempo como menos oportuno para tal definição. Eram 14 bispos alemães, dos 20 reunidos em Fulda, que redigiram esse manifesto, definindo suas posições contra o dogma da infalibilidade papal, o que espantou Pio IX. Para estes bispos, Pio IX opunha a Igreja Antiga, reconhecendo até o concílio de Trento (daí o surgimento das denominações de Igreja Antigo-Católica). Derivada dessas agitações teve início a possibilidade do cisma dos véteros-católicos, tido por Roma como uma catástrofe eclesiástica.

Dollinger havia se preservado até então publicando seus artigos através do anonimato. Para Aubert, ele tentou ao máximo preservar seu prestígio entre as autoridades católicas; porém, diante da acalorada discussão ele percebeu que deveria utilizar seu prestígio como ferramenta de uma mobilização da opinião, pois, como já afirmado anteriormente, ele apenas desejava incitar uma opinião contra o Ultramontanismo, e não romper com a Igreja. Alguns bispos alemães, no entanto, acreditaram que os ataques de Dollinger comprometeram a causa contra a infalibilidade papal, por isso vários bispos se abstiveram da causa universitária. (AUBERT, 1974, p. 373)

Outra acusação de Dollinger foi em relação ao caráter secreto do concílio. Por isso também foi acusado de inspirar as *Cartas Romanas*, assinadas pelo pseudônimo de Quirinus, uma crônica de um indivíduo que afirmava ter informações diretas do concílio, além da crítica aos seus participantes, afirmaram que as posições contra o mesmo derivavam de uma minoria, que se sentia comprometida com as novas imposições conciliares. Segundo Aubert (1974, p. 374) a resposta romana ao questionamento de que o concílio se mantinha fechado, favorecendo especulações, fez com que a imprensa ultramontana facilitasse as informações para alguns jornais, para assim influir na opinião pública. Para tanto, o papa autorizou que alguns bispos divulgassem assuntos do Concílio nos jornais.

Sobre o cisma dos velhos-católicos, a reação foi considerada grave. O historiador Janssen escreveu em 1871 que alguns sacerdotes mais velhos eram hostis ao Ultramontanismo, queriam uma fé adequada à ciência. Entre os laicos, a maioria aceitaria os preceitos impostos por Roma, e que a infalibilidade era apenas um dogma. No entanto, a opinião pública desejava a criação de uma Igreja autônoma, independente de Roma. Porém, para que o movimento tivesse consistência, era preciso que algum bispo aderisse, pois se assim não fosse, seriam estigmatizados como um movimento de poucos intelectuais da universidade alemã e da Boêmia. Segundo Aubert (1974, p. 388) nas faculdades de teologia, os bispos pressionaram os professores a aceitarem os decretos do Vaticano I, os que não aceitavam eram expulsos.

O bispo teve que pronunciar a excomunhão de Dollinger mesmo sabendo do impacto que isso teria na Alemanha. Dollinger reuniu em sua casa, em 28 de maio de 1871, os líderes da resistência para construir as bases doutrinárias do movimento, a profissão de fé de Pio IX, a primazia do papa como

era concebida pelos padres e a solicitação de uma maior participação dos leigos na direção da Igreja. Em suas próprias palavras: “Como cristão, como teólogo, como historiador, como cidadão, não posso aceitar essa doutrina”. (AUBERT, 1974, p. 389)

Dollinger previa apenas protestos contra as posições tomadas pela Igreja e se opôs à organização de igrejas cismáticas, alegando que não aceitaria opor “altar contra altar”, pois desejava uma reforma que partisse do interior da Igreja. Porém não podia controlar que milhares de pessoas que não aceitavam o concílio decidissem fundar paróquias, solicitando bispos estrangeiros, como os jansenistas do cisma de Utrecht.

Assim surge o cisma dos velhos-católicos como um grupo questionador da doutrina da infalibilidade papal do Concílio de Pio IX, que formaram uma comunidade que não se inscrevia na história da Igreja. Segundo Aubert (1974, p. 389) esta era inovadora e radical, porém devemos compreendê-la enquanto produto da reação conservadora da Igreja às tendências liberais. Com uma sede na Suíça inicialmente renunciavam o nome de velhos-católicos para se tornar uma igreja cristã católica, dirigida por leigos, não por teólogos como na Alemanha. As razões da oposição era o mesmo Concílio Vaticano I; porém, na Suíça o posicionamento era mais político do que histórico.

A Igreja Antigo Católica na Europa

Segundo Tuechle et al. (1965, p. 524) Dollinger se tornou o líder espiritual do movimento, já que o cisma congregou um número considerável de sacerdotes e leigos, que repudiaram a doutrina da infalibilidade papal. Organizados em um Congresso em Munique em 1871, resolveram contrariar as recomendações de Dollinger e consolidar uma Igreja separada de Roma. Em vários lugares paróquias vétero-católicas se estabeleceram, inicialmente comandadas pelo arcebispo Loos, de Utrecht. Mais tarde elegeu seu próprio bispo, o professor de teologia José Hubert Reinkens, de Breslau. Este foi consagrado em 1873 e reconhecido como bispo “católico” em países como a Prússia e no Baden, onde os velhos-católicos utilizaram as Igrejas e cemitérios católicos e, algumas vezes, até obtiveram a posse exclusiva do templo.

Em alguns momentos a Igreja vétero-católica uniu-se às igrejas anglicanas e greco-cismática. Em 1889 estreitaram os vínculos com os jansenistas holandeses, com sede em Bonn. Na Suíça, também teve adeptos, bem como um movimento protestan-

te no cantão de Berna (1874), onde se instituiu uma faculdade teológica: a Vétero-católica de Bonn. Esta mais tarde foi extinta e transformada em seminário.

A Igreja antigo católica não se deteve apenas nos fundamentos teológicos incitados pelos bispos de Munique, junto a Dollinger, em repúdio aos dogmas da infalibilidade papal e da Imaculada Conceição de Maria. Sofreu influência das reformas protestantes, abolindo o celibato clerical, a obrigação da confissão, o preceito do jejum, e introduzindo a língua alemã nas missas. Segundo Tuechle et al (1965, p. 524) essas inovações encontraram discordâncias no próprio movimento, sobretudo a abolição do celibato. Até mesmo Dollinger se distancia do movimento, morrendo em 1890 sem se reconciliar com a Igreja.

Zagheni (1999, p. 163) afirma que durante o final do século XIX não surgiram muitas obras sobre a cisão da Igreja antigo-católica na Europa, já que as obras se limitam a divulgar os posicionamentos dos que aderiram e dos que se opuseram ao dogma da infalibilidade papal, fazendo com que tivessem interpretações unilaterais e imparciais da tensão do concílio Vaticano I. Ele defende que estes textos possibilitam interpretar os pontos de vista, tanto dos antigos católicos, quanto dos católicos, percebendo um olhar destes que estavam envolvidos no conflito, podendo ser compreendido como fonte. Como por exemplo: os textos de J. Friedrich, *Geschichte des Vatikanischen Konzils*, que tratam da posição dos antigos católicos, mesmo que de forma unilateral; do ponto de vista dos favoráveis ao dogma, tem-se a obra do jesuíta alemão Th. Granderath. Para o autor esta se trata de uma história oficial, a partir de fontes inéditas do Vaticano, alegando que a “minoría” era composta por oportunistas, definidos pelo interesse separatista, germinado no seio da Igreja desde o concílio de Trento, motivado por preocupações nacionalistas, e que se desviaram da teologia proposta por Roma.

Para Zagheni (1999, p. 163) as obras que surgiram após os anos 1920 trouxeram novas perspectivas sobre estas tensões, não apenas devido à abertura dos arquivos do Vaticano. Estas também demonstram as preocupações dos bispos quanto aos seus direitos, decorrentes da centralização em Roma, temendo também a superioridade da Igreja em relação ao Estado. Aubert demonstra as posições dos contrários ao Ultramontanismo, além da diversidade dos grupos nacionais que se opõem ao dogma, contrapondo a concepção homogênea que Roma construiu dos opositores ao concílio. Konzembius, outro autor que tratou do concílio, argu-

menta como a “minoria”, foi estigmatizada por um posicionamento equivocado, onde apenas alguns relativizaram o posicionamento dos opositores ao dogma, já que pela própria Igreja católica foram estigmatizados e tratados como oportunistas.

Zagheni (1999, p. 163-164) coloca-se contrário do defendido por Tuechle et al. (1965, p. 522) que afirmou que o dogma da infalibilidade papal fora construído processualmente e sustentado pela teologia de que o dogma é revelado por Deus ao papa. Zagheni compreende que este visava consolidar sua autoridade e tornar-se o centro do governo eclesiástico. Entende a posição dos professores e dos bispos que se opuseram ao dogma, inclusive Dollinger, a partir deles mesmos, não através da construção de Roma. Ele analisa a obra de Küng *Infalível? Uma pergunta*, onde este argumenta como este dogma contrariava a história da Igreja primitiva e que não havia necessidade para esse pronunciamento, nem um ambiente propício, tese defendida pelos teólogos alemães, já que a afirmação da infalibilidade, tanto quanto a afirmação da jurisdição universal do papa, gerariam em consequência a diminuição do poder dos bispos. Por isso o dogma da infalibilidade papal é concebido como o fortalecimento da autoridade de Roma, que visa preservar o poder temporal da Igreja em Estados cada vez mais laicos.

Desta forma analisamos os posicionamentos da Igreja católica em Roma, construídos no Concílio Vaticano I, para desdobrarmos os acontecimentos que surgem em Ponta Grossa na década de 1930 do século XX, afim de compreender a disputa do poder espiritual entre igrejas concorrentes: a Igreja católica romana, representada pelo bispo Dom Antônio Mazzarotto; e a Igreja antigo católica representada pelo recém-chegado padre polonês Teophilo Bartnicki, que disputavam um grupo étnico em especial: o polonês ponta-grossense.

O campo religioso brasileiro no final do século XIX e início do século XX

Podemos compreender o campo religioso brasileiro a partir de Sérgio Micelli (1998, p. 61-62) quando este ressalta que o mesmo fora marcado por disputas e cismas. No fim do século XIX e início do XX, a Igreja Católica teve que combater heresias e disputar o poder religioso na região nordeste, como no trágico caso do Arraial de Canudos. A reação da Igreja, nesse sentido, foi criar sedes diocesanas estratégicas, como no caso de Manaus, no Estado do Amazonas, formando espécies de cinturões, para

evitar surtos de heresias coletivas.

A República, proclamada em 1889, rompe institucionalmente com a Igreja Católica. Assim, a Igreja passa oficialmente a atuar apenas no poder espiritual e o Estado no laico, porém respeitando-se mutuamente. No regime republicano, outras religiões teriam sua entrada permitida no Brasil. A Igreja Católica teve que se reorganizar institucionalmente, já que se encontrava defasada desde o fim do século XIX, com padres indispostos, poucos candidatos às ordens religiosas, e uns poucos seminários com funcionamento precário. Além disso, a forma dos brasileiros praticarem a religião, ligando-a aos rituais populares, não sintonizava o Brasil com os preceitos do Concílio Vaticano I. Diante desse contexto, a Cúria romana visou o fortalecimento da igreja, formando novas dioceses, reformando as ordens religiosas que se encontravam em estado precário e também enviando congregações européias para o Brasil. Com a implantação da República, as fronteiras dos estados foram respeitadas para a criação das dioceses. (PEREIRA e ZULIAN, 1999, p. 73)

Podemos compreender os anseios liberais do final do século XIX, bem como a recepção do Concílio Vaticano I, através do prefácio escrito por Rui Barbosa, ao livro que Dollinger escreveu em 1869, sob o pseudônimo de Janus, sobre o Concílio. Este escreveu defendendo os argumentos contrários ao ultramontanismo e a definição do dogma da infalibilidade papal, sustentando que os argumentos romanos eram insólitos. Rui Barbosa traduziu este livro para o português em 1877.

Barbosa (2002, p. 14-20) problematiza o cenário político brasileiro, no contexto de recepção dos dogmas definidos no Concílio, no prefácio da obra de Dollinger onde questiona a necessidade da liberdade religiosa desde o final do século XIX. Para ele a Igreja católica deveria se reformar ou iria dissolver-se nos ideais liberais. Ele analisa a instituição romana após a centralização do poder na figura do papa, que para ele tornaria efêmeros os poderes dos Estados nacionais diante da vontade do pontífice. Ele ainda argumenta que a obra de Janus representa um sintoma do renascimento cristão do século XIX mas que, no entanto, a Europa condenou o texto alegando que se tratava de um manifesto do catolicismo liberal. Rui Barbosa defende a argumentação de Dollinger (Janus), traçando a construção histórica da ideia da infalibilidade papal para afirmar que o poder concentrado no papa não é proveniente da Igreja primitiva, mas sim um jogo político.

Rui Barbosa, concordando com Dollinger, afir-

ma que o *Syllabus* sustentaria uma idolatria da figura do papa; por isso aponta para a necessidade de emancipação da liberdade religiosa, enquanto um direito garantido a todos. Faz uma análise da postura do imperador brasileiro em não discutir a questão da liberdade religiosa, sob a premissa de que o assunto fazia parte da moral e, enquanto tal, dizia respeito aos bispos e fiéis e não a política. Considerando assim a influência do poder da Igreja católica na sustentação e permanência do poder monárquico no Brasil, por isso seus privilégios, enquanto religião oficial impôs aos demais cultos a clandestinidade. Por isso Rui Barbosa invoca a separação entre Igreja e Estado, para garantir a liberdade e o direito do indivíduo em escolher sua religião, ou até mesmo de escolher não possuir nenhuma. Sustentava, em suma, o argumento de que a liberdade religiosa deveria ser garantia da liberdade individual.

Bourdieu (2011, p. 33) afirma que Durkheim já compreendia as religiões enquanto funções políticas, já que estas operam através das estruturas mentais no social. Como nos sistemas simbólicos, a língua, a religião tem essa função na medida em que impõem uma série de práticas e representações sociais.

Por isso a Igreja católica tentava conter essas fermentações de ideias liberais no Brasil e uma das alternativas foi a criação de dioceses que, segundo Miceli (1988, p. 57), expressou-se em uma política de estadualização da organização eclesial. Segundo os indicadores, entre 1890 e 1930, na região sul do país o número de dioceses se amplia: de apenas uma única que atendia toda a região, passa-se a contar com nove sedes diocesanas.

Em 1892, por uma bula papal de Leão XIII, foram criadas várias dioceses brasileiras, dentre elas a de Curitiba, separada da de São Paulo. O território de Santa Catarina foi desmembrado, em 1908, com a criação da diocese de Florianópolis. Posteriormente, a partir da criação da arquidiocese de Curitiba (1926), foram criadas as dioceses de Ponta Grossa, Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu, dentro da Província Eclesiástica do Paraná.

Outra política para a criação das dioceses foi a de privilegiar cidades atravessadas por ferrovia, levando em consideração a importância político-econômica das mesmas. Assim, a criação das dioceses considerava também a receptividade dos setores políticos da região, bem como a contribuição financeira necessária para a manutenção da Igreja. Desta forma, a Igreja Católica articulava-se aos grupos políticos, para que estes defendessem os interesses da instituição nas decisões governamentais.

Historicamente, o campo religioso no Brasil foi constituído por tensões: a Igreja Romana buscou construir uma identidade religiosa que excluía a multiplicidade étnica da formação do povo brasileiro.

Segundo Isaia (2009, p. 95-96) os ritos cristãos no Brasil sempre dividiram espaço com, por exemplo, com os cultos das religiões africanas. Porém, desde a colonização, o catolicismo tentou forjar uma identidade religiosa unilateral, que até meados dos anos de 1950 buscava manter-se ascendente

Nas palavras de D. Augusto Álvaro da Silva:

Provera a Deus que chegasse o grito de nossa alma de pastor angustiado e aflito pedindo restrições a esta licenciosidade dos candomblés africanos, na Bahia a quantos possam influir para a cessação da prática tão contrária a fé nacional e à civilização brasileira. (apud ISAIA, 2009, p. 97)

Proclamava assim que a fé legítima a ser professada era a católica. Na concepção de Isaia (2009, p. 98) isso ganha inteligibilidade através da extensiva violência simbólica e física empreendida contra os brasileiros que não se encaixavam na construção do brasileiro de cor branca e que professasse a religião católica. Essas questões poderão ser observadas nos conflitos que atravessaram a comunidade polonesa em Ponta Grossa entre os anos de 1932-1934 envolvendo sacerdotes de igrejas concorrentes: a Igreja Católica romana, encabeçada pelo Bispo Dom Antônio Mazzarotto e a Igreja antigo católica, representada pelo Padre Bartnicki.

A Igreja Antigo Católica em Ponta Grossa

Dom Antônio Mazzarotto, primeiro bispo pontagrossense, era natural da colônia vêneta de Santa Felicidade, nas proximidades de Curitiba. Intelectual, era considerado eficaz na obra de evangelizações da juventude. A atuação da igreja sobre os seus fiéis foi construída em torno do capital simbólico de reconhecimento, e D. Antônio utiliza-se desse capital como ferramenta para a mobilização daqueles e também para reconduzir possíveis desviados ao seio do catolicismo romano. O bispo Mazzarotto atuou efetivamente, defendendo a romanização da diocese de Ponta Grossa, ou seja, combatendo possíveis “distorções” das práticas doutrinárias oficiais. Desta forma, a diocese agregou clérigos europeus já acostumados ao catolicismo tridentino, contribuindo assim com a romanização dos católicos pontagrossenses. (JOHANSEN, 2003, p. 20-21)

Conforme Zulian, a romanização deve ser compreendida como processual e de caráter não unifor-

me, e marcada por avanços e recuos na complexa rede de relações que estabeleceu. Em Ponta Grossa ela vai se estruturando antes mesmo da formação da diocese em 1926, através das ações do bispo da diocese de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, atendendo à política de estadualização das dioceses, já mencionada anteriormente. Desta forma, essa medida pode ser compreendida enquanto uma preparação para a implementação da diocese de Ponta Grossa em 1926. A partir de 1903 o bispo de Curitiba passou a contar com o apoio da Congregação do Verbo Divino, que em 1906 assume a paróquia de Sant'Ana em Ponta Grossa em substituição ao vigário secular João Baptista de Oliveira. A congregação, atendendo à necessidade da introdução das práticas romanizadoras na cidade, fundou uma Escola Paroquial em 1903. Esta, inicialmente, atendeu imigrantes alemães, devido ao fato da Congregação ser de origem alemã, mas posteriormente abriu-se à participação de estudantes brasileiros. Em 1905, o ramo feminino da Congregação do Verbo Divino, as Irmãs Servas do Espírito Santo, abriu um colégio para atender os imigrantes, para dar suporte espiritual a estes, mas também atendiam brasileiros. Resaltamos assim que, no final do século XIX e início do XX, ocorreram mudanças significativas quanto ao monopólio religioso da Igreja Católica. De acordo com Diniz, a retirada do ensino religioso do currículo escolar, a instituição do casamento civil e o impedimento de voto aos religiosos, demonstram sinais de crise da Igreja durante a República Velha ainda nos anos 20. À Igreja Católica restou reagir para tentar impedir a laicização do país, formando assim um corpo intelectual católico que interviesse nas decisões políticas e defendesse os interesses da messe católica. A reação consistiu na criação do Centro Dom Vital, em 1922, no Rio de Janeiro, empreendida por Jackson de Figueiredo e também pela criação do periódico *A Ordem*. O centro realizava estudos intelectuais e filosóficos, formando intelectuais que participariam ativamente na recatolização dos brasileiros. (DINIZ, 2008, p. 1)

Segundo Diniz (2008, p. 3) essa corrente intelectual eclesiástica, da qual o bispo partilha concepções, é concomitante a um momento de tensões e conflitos sócio-políticos na República Velha, como a criação do Partido Comunista, a Ação Integralista, a Revolução de 30 e o nazi-fascismo. Por isso, a Igreja Católica cria organizações para fortalecer o corpo eclesiástico brasileiro, como a Ação Universitária Católica, que buscava atrair intelectuais das famílias mais tradicionais para comporem as ordens eclesiásticas.

Assim, o posicionamento de D. Antônio atende aos objetivos da Reação Católica da década de 30, que defendia um retorno ao passado, no caso da Itália, dos Césares e da hegemonia católica, momento em que fora estabelecido a perspectiva de divisão de poderes temporal e espiritual.

O período que perpassa essa disputa é marcado pela construção da brasilidade. Na análise de Diniz sobre Alceu Amoroso Lima, um dos principais intelectuais do Centro Dom Vital. Desta forma, compreendemos como a Igreja Católica tentou forjar a idéia de que a base da construção da identidade nacional residia no catolicismo, como um elemento que agregava indistintamente todos os brasileiros. Nesta interpretação, o catolicismo comportava todas as raças e classes sociais. (DINIZ, 2008, p. 4)

Para Isaia (2009, p. 101) esse ideário foi construído a partir do mito da relação da identidade brasileira com o catolicismo, através também da construção da memória coletiva em torno da primeira missa, que nesta concepção seria o evento inaugurador da nacionalidade brasileira.

A visão construída pelos intelectuais católicos tinha como intuito combater os saberes modernos, assim como o caráter perigoso da revolução social que, para eles, em nada contribuía para a integração nacional, além dos avanços da laicização, que, somada à revolução social, culminaria no abandono das raízes católicas.

Dom Antônio Mazzarotto defrontou-se, a partir de 1932, com a chegada do Padre Theophilo Bartnicki e o estabelecimento da Igreja antigo católica. Este disputou o poder religioso entre os poloneses, como uma empresa alternativa de bens de salvação. Segundo Bourdieu (2007, p. 37) essas empresas constroem, a partir de um sistema de crenças, práticas religiosas que funcionam como estratégia na competição pela gestão dos bens de salvação.

A denominação de Igreja antigo católica deriva de certo número de igrejas livres que se desvincularam da Igreja Católica romana na Europa e Estados Unidos. Em 1870 estas questionaram o Concílio Vaticano I, negando os preceitos instituídos por este, como a infalibilidade papal. Acreditavam na Santíssima Trindade, mantendo os fundamentos sobre Deus e Jesus, mantendo também os sacramentos e cultos. No entanto, os bispos das Igrejas antigo católica conservavam os preceitos estabelecidos pelos sete primeiros concílios do primeiro milênio. Sob influência protestante, aboliram a obrigação da confissão e o jejum, rejeitando também o dogma da Imaculada Conceição de Maria. (ZULIAN, 2009, p. 307-310)

Em 1854, Dollinger posicionou-se contra o dogma da Imaculada Conceição de Maria. Após o concílio, devido ao seu prestígio, Os antigos católicos interpretam os santos e a Virgem Maria como testemunhas da virtude divina. Não cultuam imagens, nem fazem peregrinações. Contrários ao dogma da infalibilidade papal, não acreditam em um representante único da Igreja de Cristo, justificando assim a criação de igrejas nacionais e de bispados autônomos.

A disputa de poder espiritual na cidade de Ponta Grossa pode ser percebida a partir dos jornais, onde os sacerdotes travaram uma luta de representações discursivas, na tentativa de se legitimarem diante da comunidade polonesa local. A chegada do padre Bartnicki envolveu também a disputa em torno do templo construído pelos poloneses católicos, localizado na Praça Barão de Guaraúna. A partir de uma cisão dos poloneses, o templo passaria a integrar o patrimônio diocesano, o que gerou conflitos na comunidade, já que para alguns o templo deveria ser mantido como patrimônio da colônia polonesa. Como sintetiza Johansen (2003, p. 88):

Atuando justamente como um vigilante pastor, D. Antônio Mazzarotto detectou, em 1932, uma dissidência dentro da comunidade de poloneses católicos estabelecidos na cidade. Esse movimento passou a questionar a autoridade do bispo e a subordinação do grupo ao prelado, reconhecido como legítimo representante da Igreja Católica romana na cidade. Por consequência, as pessoas pertencentes a esse cisma discutiam a legitimidade da autoridade do papa como verdadeiro representante de Deus. Além de questionarem a infalibilidade papal, estabelecida no Concílio Vaticano I, no seio da comunidade polonesa desenvolveu-se uma cisão no tocante à posse do templo existente na praça Barão de Guaraúna, a igreja de São João, e a construção de um novo santuário.

Wachowicz (1981, p. 93) afirma que a religiosidade polonesa era parte da sua *polonidade*, denominação do nacionalismo polonês no Brasil. Por isso logo no estabelecimento das colônias, já envidavam esforços para a construção da uma Igreja. A *polonidade* estabelecia uma aliança entre religião e patriotismo. Na análise da corrente imigratória polonesa para Curitiba, Wachowicz alega que a paróquia pertencia à colônia e esta sustentava o pároco, por isso solicitavam um padre polonês para a celebração dos sacramentos, pois temiam que padres de outras etnias não soubessem ouvir-lhes os pecados e perdoá-los corretamente. Para os poloneses a confraternização com outras etnias enfraquecia sua *polonidade*.

Isso nos ajuda a compreender o posicionamen-

to dos poloneses na disputa do templo da Praça Barão de Guaraúna, já que estes não desejavam que a paróquia se tornasse patrimônio diocesano. No estabelecimento da colônia no Brasil, o polonês clamava por um padre nacional: “Como somos irmãos e católicos, nesta terra estranha, deve o senhor levar em conta que as pessoas não podem agüentar sem uma igreja e um padre católico, um daqueles que ensinasse toda a fé e falasse o polonês”. (WACHOWICZ, 1981, 94)

Por isso, quando se dá a chegada do Padre Teophilo Bartnicki, compreendemos que enquanto polonês esse atendia a esta demanda. Para tanto nos apropriamos do conceito de *fé polonesa*, construído por Wachowicz. Segundo ele, este agrega a compreensão dos ritos religiosos, dos sacramentos, dos dias santificados diferentemente do Brasil que não teve contado com o Concílio de Trento. Pois para os poloneses desagradava a prática do catolicismo brasileiro e de outras etnias.

De acordo com Zulian (2009, p. 26-28), Trento estabelece uma identidade católica que recria a imagem da Igreja, elaborando normas e o conteúdo que dirige a Igreja. Por isso ele conjugou a construção de um imaginário religioso, a reforma do clero e o enquadramento dos fiéis a sua proposta. Era um catolicismo dogmático e disciplinar que vigoraria praticamente até o Concílio Vaticano II. O Concílio de Trento surgiu em resposta às Reformas Protestantes, pois visava reforçar a doutrina baseada na Bíblia e na hierarquia eclesiástica, além de substanciar o papel mediador da Igreja. Assim a palavra revelada é vivenciada através dos sacramentos.

O bispo D. Antônio se pronunciou no jornal *Diário dos Campos* (1932) imediatamente à chegada do padre Bartnicki à cidade:

[...] vos advirtamos, irmãos e filhos caríssimos, que está nessa sede episcopal um senhor polonez que anda de batina e que, dizendo-se sacerdote católico e sim, scismático e herético, o qual pretende, como se afirma, fundar uma nova igreja nacional polaca, como se a Igreja de Jesus Christo não devesse ser como sempre foi, de todos os povos [...]. (05 de Julho)

Porém como já apontado anteriormente, a Igreja católica no Brasil sofria com padres indispostos. Além de o catolicismo polonês ser marcado pelo imaginário, com respeito aos símbolos e aos dias santificados, este não se adequava ao catolicismo brasileiro não-romanizado. Na carta de um imigrante polonês de São Paulo, se percebe o sentimento de diferenciação que os poloneses construíram logo

no estabelecimento da colônia no Brasil, não apenas relacionados aos brasileiros, mas aos imigrantes de outras etnias, que zombavam do sentimento católico polonês, impregnado dos valores religiosos, bem como a ausência de elementos que sustentassem a sua religiosidade, objetos de devoção que não lhe eram acessíveis no Brasil. (WACHOWICZ, 1977, p. 96-97)

O padre Bartnicki também se pronunciou no *Diário dos Campos* (1932) convocando a comunidade polonesa a participar dessa nova “igreja”, proclamando-a como única e verdadeira “representante de Cristo”.

[...] não é verdade que a nossa Igreja seja Nacional Polonesa conforme denominou D. Antônio Mazzarotto, pois ella é a Igreja Antigo-Catholica e não Nacional Poloneza (...) somos obrigados a chamar á atenção do bispo de Ponta Grossa, e também proporcionar-lhe alguns ensinamentos, porque evidencia-se s.rvma. não tem completa noção de Historia. (09 de julho)

Quando da sua chegada em 1932, o padre Bartnicki obteve auxílio da comunidade polonesa para erguer um templo. Sua presença poderia representar os esforços dos poloneses em construir um espaço de religiosidade para os seus nacionais e de ter um sacerdote polonês à disposição da comunidade. Bartnicki envolveu o consulado polonês para tentar legitimar sua vinda, porém sem êxito. Prevenindo um confronto político entre as autoridades polonesas e as católicas, o consulado defendeu a legitimidade católica, negando o apoio à vinda do padre ao Brasil e alegando ter orientado o sacerdote para que se deslocasse à Argentina, com a justificativa de que lá encontraria adeptos para essa religião, para onde padre teria dito se dirigir.

Por sua vez, há também o discurso produzido pelos redatores na publicação de notas no jornal *Diário dos Campos*, que, ao noticiarem os conflitos, legitimavam o catolicismo romano na cidade, estigmatizando o Padre Bartnicki como um cismático e herege, e que o único representante de Deus na diocese seria o bispo Dom Antônio Mazzarotto:

Eis que surge um padre polaco scismático, que estando portando em dissídio com a máxima autoridade da Igreja, Exmo. Bispo diocesano D. Antônio Mazzarotto, pretende assumir a direção espiritual da colonia poloneza, preterindo o Rev. Padre Robert, legítimo representante do catholicismo apostolico romano junto á colonia poloneza!. (Diário dos Campos, 05 de Julho de 1932)

Partindo de Bourdieu (2011, p. 3-4) compreendemos as relações entre os grupos concorrentes,

através do espaço social ocupado pela Igreja antigo católica em distinção com a oficial, a Católica romana. Desta forma, as práticas daquela se definem a margem desta. Porém, ao mesmo tempo em que os agentes ocupam posições diferentes, possuem características que ora aproximam suas práticas, ora divergem. Pois ambos os grupos fazem parte de uma estrutura, que devemos levar em consideração. Também não devemos definir a Igreja antigo católica apenas mediante o referencial Católico Romano, com um posicionamento estático.

Segundo Weber (apud BOURDIEU, 2011, p. 32.) devemos correlacionar o discurso mítico desses agentes, compreendendo-os através dos seus interesses religiosos, já que constroem um sistema de práticas que os identifica e justifica uma dominação. Para Weber estas oposições são complementares na medida em que estes produtores, investidos de poder, tentam atender certos grupos sociais, no nosso caso o nacional polonês. Por isso, o campo religioso deve ser compreendido através de uma autonomia relativa das estruturas sociais.

Conforme as construções discursivas das fontes, compreendemos que a tentativa de cisma dos poloneses representou uma disputa de poder sobre a atuação espiritual. Tendo em vista que estes sujeitos são socialmente construídos, percebe-se a tentativa de alguns dos poloneses em tornarem-se autônomos em relação à Igreja Católica. Esta mantém um sentimento paternalista, dado o seu envolvimento na preservação da identidade do povo polonês durante a divisão do país no século XVIII entre a Rússia, a Áustria e a Prússia.

Sobre a relação filial da Igreja católica com os poloneses, Wachowicz (1981, p. 98) menciona o padre Hugo Dylla. Este, enquanto missionário polonês no Brasil em 1904, também atesta as diferenças entre as práticas do catolicismo polonês e o catolicismo brasileiro não romanizado. De acordo com o padre Dylla (apud Wachowicz, 1981, p. 98) os brasileiros não reconheciam na pessoa do padre o representante de Deus, portanto não lhe confessavam os pecados e os que moravam muito distantes da Igreja não compareciam às missas nem se disponibilizam aos ofícios religiosos, alegando que apenas Deus poderia lhes perdoar os pecados.

Por isso podemos compreender as relações paternas que o bispo Mazzarotto tenta manter com os poloneses, destacando que a *fé polonesa*, enquanto adequada à romanização, deveria assim ser conservada no seio da Igreja católica e tomada como exemplo para os fiéis brasileiros e de outras etnias.

O sentimento de *polonidade* prendia-se a algumas circunstâncias: a Polônia tinha deixado de existir enquanto nação no final do século XVIII, bem como a situação dos poloneses antes de chegarem ao Brasil, que viviam em estado semi-feudal, predominantemente agrário, sofrendo a opressão das relações senhoriais que perduraram até o início do século XX. Segundo Wachowicz (1981, p. 10-13) muitos migraram para o Brasil devido à usurpação de suas terras e também à opressão cultural à sua etnia e língua. Por isso a especificidade do patriotismo polonês alicerçada sobre a religião. Levando em conta os estereótipos e ressentimentos que os imigrantes traziam de sua terra natal, já que as mesmas etnias com quem travaram conflitos na Polônia se encontravam no Brasil, como o choque cultural com os alemães devido a *Kulturkampf*.

Os poloneses desejavam uma paróquia que fosse expressão da comunidade. Para o polonês a comunidade representava o centro da sua vida, aos moldes da Polônia, por isso ela era fator essencial para a sua satisfação pessoal. Porém, o Brasil tentava estabelecer uma unidade cultural, a partir da hierarquia católica. No entanto, as lideranças polonesas, leigas ou religiosas, defendiam a conservação do patriotismo polonês, para que este não dissolvesse seus valores na cultura brasileira. Na relação com a paróquia não se sentiam inferiorizados como nas relações sociais fora do âmbito religioso, onde o “polaco” era alvo de preconceitos étnicos. (WACHOWICZ, 1981, p. 107)

D. Antônio Mazzarotto (apud ZULIAN, 2009, p. 312) em carta pastoral de 1931, prevenindo a atuação de outros sacerdotes no campo religioso ponta-grossense, visa demonstrar que apenas a sua atuação era legítima, tendo em vista que o campo religioso ponta-grossense, desde o final do século XIX, já era permeado por protestantes e, desde 1910, pelo Espiritismo, por isso ele se reveste dos bens acumulados pela Igreja católica para defender seu rebanho ponta-grossense:

Se em todos os tempos, tanto para conservar a fé e os bons costumes, como para dilatal-os, foi mister ensinar o Evangelho, muito mais o é nos nossos e em nossas regiões em que pompeia a mais triste ignorância religiosa, escasseiam os pregadores de verdade e formigam os hereges, os medios, os feitiçeiros e os bruxos de toda casta, os quaes disseminam a superstição e erro. (MAZZAROTTO APUD ZULIAN, 2009, p. 312)

Em carta de 1933 (ZULIAN, 2009, p. 312), D. Antônio Mazzarotto descreve o padre Bartnicki:

Digam muito embora que são pregadores do Evangelho, que pertencem à Igreja de Jesus; na realidade não passam de impostores e rebeldes que se alistaram sob a bandeira de Lucifer (...). E para mais facilmente executar seus planos contra a Igreja, unica arca de salvação, a propaganda sectaria, abusando da ignorancia, hypocritamente se mascara com a capa da instrução, do altruismo, da philanthropia e do patriotismo (...). Outros ha que, envergando com refinada hypocrisia uma batina de sacerdote, imitam servilmente e contrafazem as nossas festas, nossos ritos, e todas as nossas cerimônias da administração dos sacramentos e da celebração da missa para depois, sob a capa de um falso nacionalismo, vomitar os mais horrendos vituperios contra a Igreja de Jesus e Augusta pessoa do sucessor de São Pedro

O poder instituído pelo bispo Mazzarotto estava ameaçado, por isso ele adéqua o seu discurso às circunstâncias, temendo a cisão da comunidade polonesa local. Devemos compreender os discursos dos envolvidos não apenas pelo que manifestam, mas associá-los à luta pela hegemonia religiosa, pensando assim no poder religioso que ambas as empresas de bens de salvação querem se apoderar. Daí a tentativa do bispo de opor e sobrepor seu discurso ao do Padre Bartnicki.

Dom Mazzarotto constrói uma dinâmica representando a prática e o discurso do padre como falsos, afirmando a sua própria prática e discurso como legítimos, comparando assim as duas versões de atuação religiosa. Segundo Foucault (2009, p. 19-20), essa conotação de verdade autorizada emerge no século XIX, quando o discurso autorizado se fragiliza, tendo que se apoiar em outros discursos. Desta forma, o agente assume um compromisso com a verdade, a qual justifica a interdição do bispo à atuação religiosa do Padre Bartnicki.

Também tentamos compreender a posição da Igreja antigo-católica em relação à católica romana, através de Norbert Elias (2000), utilizando os conceitos de *Estabelecidos* e *outsiders*. A religião professada pelo Padre Bartnicki é caracterizada como forasteira, *outsider*, em detrimento da *estabelecida*, a Igreja Católica romana que goza de prestígio e reconhecimento local. Neste sentido, entranhado às relações de poder, o discurso do bispo busca legitimar a sua instituição como superior, através de mecanismos como o discurso depreciativo sobre a figura do padre, não somente proferido pelo bispo, mas também pelos redatores dos jornais. Segundo Elias (2000, p. 19), os membros do grupo mais poderoso, os praticantes da Igreja católica, neste caso representado pelo Bispo Mazzarotto, se auto-represen-

tam enquanto superiores e legítimos nas notas no jornal *Diário dos Campos* de 1932. Estes reforçam a idéia de tabu para qualquer contato com a igreja e seu representante, o padre Bartnicki, como no discurso proferido pelo bispo: Portanto a pretendida inovação deve ter a mais decisiva repulsa, tanto da parte dos honestos descendentes dos polonezes que já são filhos desta hospitaleira terra do Brasil, como de todos os nossos bem-queridos diocesanos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de Julho de 1932)

Percebemos isso no discurso de um senhor polonês chamado Carlos Schwiderski, que no mesmo ano também se pronunciou no *Diário dos Campos* sobre um episódio em que o padre Bartnicki estava num bairro da cidade para um almoço na casa de alguns poloneses. De acordo com Schwiderski, a prática do sacerdote não era considerada adequada, tendo em vista que o mesmo estava praticando jogos, como o de damas, e proferindo palavras de baixo calão. Ainda no fim do dia, começou uma chuva muito forte que ocasionou alguns raios. Para os indivíduos que estavam no local, os raios teriam sido um sinal da ira de Deus: as pessoas se assustaram diante da atitude do sacerdote em não realizar orações para que a chuva cessasse, mas pelo contrário desafiava os raios, invocando-os, pois o fenômeno parecia agradá-lo. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 de Setembro de 1932)

Dessa forma, buscou-se reforçar quão suspeitos eram os hábitos do padre, por isso os presentes afirmaram que, por conta de suas invocações, ocorreu um raio ainda mais forte, que provocou um medo que fez até desmaiar algumas pessoas. Essas falas reforçavam a representação construída sobre o padre Bartnicki: “Entretanto o raio deixou numerosas outras casas mais altas para atingir aquela onde recebia a provocação e o desafio do semeador de hérésias que nos vem da terra misteriosa”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 de Setembro de 1932). Nos termos de Norbert Elias, a fofoca depreciativa [*blame gossip*], visa disseminar o caráter não confiável do padre, acusando-o de atrair fenômenos sobrenaturais, sinais da ira de Deus pela disputa religiosa na cidade; neste caso o Padre Bartnicki era representado como um cismático disseminador de heresias.

Para Bourdieu (2011, p. 91) essas oposições de poderes relacionados ao sobrenatural exprimem diferentes ações religiosas no campo religioso. Portanto, ao enfatizar o caráter invocador de fenômenos sobrenaturais enquanto sinais da ira de Deus, o jornal acaba representando a atuação do padre Bartnicki naquilo que Weber conceitua como *coerção*

mágica e a religião professada pelo bispo Mazzarotto, pode ser compreendida através da inteligibilidade do conceito de *serviço divino*.

As formas de relação com os poderes sobrenaturais que se manifestam sob a forma de preces, sacrifícios, veneração, em oposição à “feitiçaria”, considerada como “coerção mágica”; e de modo correlato, pode-se chamar “deuses” os seres que são venerados e invocados religiosamente e “demônios” os que são objetos de uma coerção mágica e de uma evocação mágica.

Nessa perspectiva, a atuação religiosa do padre Bartnicki se torna suspeita por não possuir o caráter de *serviço divino*. Pois no artigo anteriormente citado, ele é referenciado enquanto um provedor de fenômenos sobrenaturais, que atestariam sua falsa atuação alicerçada não sobre a égide de Deus, mas neste caso, de demônios. Ou seja, os fenômenos sobrenaturais atestariam um sinal de Deus à sua atuação, reforçando assim a representação do padre Bartnicki enquanto um herege e feiticeiro.

Ainda no artigo anteriormente citado, caracterizou-se o padre Bartnicki da seguinte forma:

O snr. Bartnicki já conhecido por todo o povo catholico polonez desta cidade como um individuo que padece a obsessão de ver a sombra para elle funesta do augusto Chefe da Igreja Catholica o Sto. Padre que pela Alta Representação Poloneza do Brasil foi oficialmente declarado mentiroso e semeador de mentiras. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 de Setembro de 1932)

Desta forma, o padre Bartnicki também não representaria para a colônia polonesa local, um tipo ideal de sacerdote polonês. Wachowicz já apontava a insatisfação dos colonos residentes na colônia Abranches em 1975, onde vários sacerdotes católicos vinham se estabelecer nas colônias para garantir méritos próprios e evitar a vigilância das Congregações na Europa, não caracterizando a preocupação em dar assistência ao imigrante, mas o provimento de ganhos financeiros. Para ilustrar, Wachowicz narra um episódio na colônia Lucena, onde um imigrante registrou a ocorrência de que os sacerdotes poloneses ao chegarem à colônia, somente realizavam missa após o pagamento de uma determinada quantia. Muitas vezes o padre saía da sacristia e solicitava que o pagamento da missa fosse realizando antes da celebração. Por vezes os fiéis iam recolhendo a quantia entre os frequentadores, gerando um mal estar entre os poloneses, que além de já sustentarem o padre, ainda deviam pagar pela sua atuação. (WACHOWICZ, 1981, p. 101).

Wachowicz também enfatiza a atuação de algumas autoridades eclesiásticas que desde o início do

século XX tentavam nacionalizar o catolicismo imigrante. O vigário geral padre Alberto José Gonçalves, representante do bispado de São Paulo, iniciou a substituição de sacerdotes poloneses por sacerdotes brasileiros alegando que não se deveriam ter mais sacerdotes europeus, para que os imigrantes se tornassem brasileiros. Essa medida também tentava evitar a concorrência com sacerdotes de outras etnias.

Isso significa que a medida eclesiástica de assimilação dos imigrantes à religiosidade brasileira até o final dos anos 30 não consegue se efetivar, pelo fato dos imigrantes poloneses pontagrossenses residentes na cidade solicitarem um sacerdote polonês para sua Igreja.

Seguindo essa lógica, podemos também problematizar a relação que se constrói no seio dos grupos. O grupo da Igreja antigo-católica ainda não era considerado tão coeso quanto o Católico Romano, devido ao seu estabelecimento recente, os indivíduos ainda não se encontravam integrados. Na dimensão da coesão, o grupo representado pelo Bispo Mazzarotto construiu um referencial de carisma que, combinado ao poder simbólico, dava coerência e reconhecimento ao grupo em torno de uma igreja considerada estabelecida. Em contrapartida, o grupo representado pelo Padre Bartnicki não representava essa coesão, já que o seu próprio líder religioso era considerado um *outsider*.

Segundo Bourdieu (2011, p. 79-80) o trabalho religioso é realizado por agentes especializados, investidos de poder institucional ou não, que destinam determinadas práticas e discursos às necessidades de grupos sociais pré-determinados. No nosso caso, o padre Bartnicki destinava parte de suas práticas e discursos ao nacional polonês, já que conseguiu mobilizar os poloneses para a construção do seu templo. Segundo Weber (Apud BOURDIEU, 2011, p. 81) as tensões entre profeta e sacerdote decorreriam da disputa pela influência naqueles sobre os quais querem agir, os leigos. Por isso é necessário relacionar os discursos desses agentes, através da lógica *interacionista* proposta por Weber, ou seja, a lógica das interações recíprocas entre os agentes. Portanto, a partir de estratégias estes se opõem no campo religioso, além da especificidade do grupo que querem atingir, no nosso caso o nacional polonês, visando atingir esse grupo através de práticas e representações provenientes das relações simbólicas entre os agentes.

Bourdieu afirma que estas interações simbólicas dependem dos interesses em jogo pelo monopólio

religioso, sobre o leigo. Por isso o campo religioso tem uma função específica, o de satisfazer os interesses dos leigos, seja por ações religiosas ou mágicas, mas que provém sobretudo de uma necessidade latente ao grupo. O polonês definia a necessidade em possuir um templo próprio e um sacerdote polonês para professar sua religião; por isso o padre Bartnicki acaba satisfazendo essa necessidade, colocando em tensão o poder religioso do bispo Mazzarotto, que precisou reelaborar seu discurso, tornando as representações acerca do padre Bartnicki mais negativas possíveis, além de reforçar sobre seus fiéis o poder simbólico acumulado pela instituição a qual ele pertencia e legitimava sua autoridade: a Igreja católica. Por isso utilizava dos meios de comunicação para mobilizar seus fiéis e inculcar de forma duradoura seu discurso romanizador. (BOURDIEU, 2011, p. 82-84)

Em outro artigo do jornal busca-se legitimar a atuação da Igreja católica romana, no que concerne ao conflito que surge entre os poloneses quanto à concessão do templo da Praça Barão de Guaraúna à diocese. Alguns poloneses desejavam que o Padre Bartnicki se tornasse o sacerdote do templo, em detrimento do escolhido pelo bispo para atuar junto a eles, o Padre Roberto Bonk. Isso nos remete ao fato de o bispo Mazzarotto tentar, através do padre polonês Roberto Bonk, atender aos interesses religiosos da comunidade polonesa. Assim, os redatores opinam que não faria sentido tornar o templo uma sucursal da Igreja Nacional Polonesa, enfatizando que os poloneses deveriam ser reconhecidos como brasileiros, não como polacos. Desta forma, remetem à construção do nacionalismo brasileiro, no qual o ideal religioso católico deveria ser unânime, em detrimento da fundação de uma igreja que visava à atuação junto aos poloneses. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 de Julho de 1932)

Em outro artigo do *Diário dos Campos*, o Sr. Albino Orlowski afirma que a colônia polonesa se dividiu em três opiniões: a sua corrente, que desejava que o templo continuasse como patrimônio da colônia; a do Sr. Carlos Schwiderski, que deseja tornar o templo do bispado, afirmando-se enquanto católico romano; e a do Sr. Las, que defendia que o templo recebesse a direção espiritual do padre Bartnicki.

O nacionalismo polonês se opõe à construção de um nacionalismo brasileiro. Sobre o nacionalismo brasileiro, De Decca (2002, p. 7-20) afirma que este começa a ser forjado desde meados do século XIX, através de um conjunto de símbolos e valores nos quais se opera uma identificação dos indivíduos.

Esse forjamento de uma identidade religiosa católica, segundo ele já inicia com o quadro intitulado *A primeira missa do Brasil*, de Vitor Meireles em 1859, como afirmação do Estado Nacional, o qual forjava um ideal de harmonia entre os elementos que construíram o Brasil: o negro, o branco e o índio. De Decca ainda argumenta que essa naturalização visava minimizar as tensões e conflitos que ocorreram durante essa construção da identidade nacional.

Podemos problematizar que esse mito da identidade coletiva sustentada sobre estes três eixos e alicerçada na religião católica é unilateral e excludente, já que exclui desse contexto o início das imigrações. No caso do Paraná, mais especificamente em 1829, chegam os primeiros imigrantes alemães à colônia de Rio Negro; deduz-se, assim, que a construção da identidade nacional brasileira excluiu a multiplicidade étnica que se iniciava no Brasil através do incentivo da vinda de colonos europeus, que vieram para trabalhar na agricultura. Muitos foram assimilados pela lavoura cafeeira; outros, como no caso sulino, foram incumbidos em dar subsídios à lavoura de subsistência, bem como integrada à política do preenchimento dos “vazios demográficos” no sul do país.

Quando, no artigo, o mito do nacionalismo brasileiro é invocado, segundo os critérios já definidos por Hobsbawm (1990, p. 15): através da língua, da etnicidade ou território, os mesmos se configuram opacos e voláteis. Isso ainda é mais complexo quando problematizamos o nacionalismo polonês. Durante a *Kulturkampf*, os poloneses foram impedidos de falar seu idioma, por isso muitos migram para o Brasil fugindo do nacionalismo impositivo, sobretudo o alemão, já que preservaram sua etnicidade mesmo diante dessa tentativa de esfacelamento cultural. Por isso um dos meios encontrados para preservar sua *polonidade* foi a religião. Ainda segundo Wachowicz (1981, p. 77) mesmo diante das tentativas para que o grupo polonês assimilasse a cultura alemã, estes nunca se sentiram alemães, e em raríssimos casos optavam pelo germanismo. Dessa forma, para compreendermos o referencial da *polonidade*, devemos compreender a hostilidade dos poloneses aos demais grupos étnicos encontrados no Brasil. Eles não desejavam que a Igreja se tornasse patrimônio da diocese, pois temiam que esta viesse a ser freqüentada por outros grupos; por isso se a Igreja continuasse como patrimônio da colônia, ela permaneceria como fator conservador da *polonidade*.

Os poloneses eram hostis aos outros grupos também por serem vítimas de falácias e estereótipos

por parte das outras etnias aqui estabelecidas, principalmente alemães e ucranianos. Além dos atritos e tensões que traziam de seus países de origem, ainda enfrentavam a competição, além dos estigmas que os luso-brasileiros construíram do trabalho, atribuído ao escravo. (WACHOWICZ, 1981, p. 127)

Hobsbawm (1990, p. 17-19) ainda argumenta que o nacionalismo, enquanto conceito socialmente construído, é permeado por fatores objetivos e subjetivos; portanto o nacionalismo não pode ser compreendido enquanto uma dimensão única (política ou cultural). Percebemos isso no caso do polonês, a *polonidade* ultrapassa essas esferas, já que os poloneses conservaram uma consciência étnica além dos limites geográficos da Polônia, pois é através da *polonidade* que ocorre a diferenciação destes em relação aos demais grupos. Por ora apenas a imposição da língua portuguesa sobre os poloneses através de um sacerdote brasileiro, não lhes enfraqueceria a *polonidade*. Este sentimento também operou como forma de preencher o vazio emocional que o deslocamento da sua região de origem lhes provocara devido à desintegração da comunidade de origem. Por isso, depositam na comunidade religiosa o desejo de mantê-la entre seus nacionais, através do sentimento coletivo que estes compartilhavam, o que Hobsbawm denominou de protonacionalismo. (HOBSBAWM, 1990, p. 64-65)

De acordo com Wachowicz (1981) outros estigmas foram atribuídos aos poloneses, tensionados por determinados grupos, especialmente brasileiros que soltavam seus animais e destruíam as plantações, ou das autoridades que não lhes pagavam os soldos do seu trabalho na construção de estradas. Portanto as adversidades encontradas por estes no estabelecimento no Brasil são múltiplas.

Assim confrontados, partiam para Curitiba para protestar. Na ausência de justiça e de soluções efetivas dadas à situação de coronelismo da República Velha, na colônia Lucena, por exemplo, criaram um Tribunal de Conciliação em 1901, composto por membros da comunidade polonesa local e pelo vigário, a fim de solucionar os delitos cometidos por eles e por brasileiros, já que pelos altos custos da máquina judiciária brasileira, evitavam levar adiante os processos, apenas em últimas circunstâncias iam à justiça. Assim, os Tribunais de Conciliação visavam solucionar os conflitos sem custo aos poloneses, satisfazendo a necessidade da Justiça na colônia. Wachowicz ressalta que essa busca pela justiça já advinha da Polônia, onde os poloneses constantemente procuravam as autoridades para solucionar

seus problemas. Como as outras etnias no Brasil em geral não tomavam essa atitude, com o decorrer do tempo o termo *polaco* se tornou sinônimo de desordeiro. (WACHOWICZ, 1981, p. 131-133)

Assim quando o *Diário dos Campos* menciona o padre Bartnicki: “Mais eis que surge um padre polaco scismatico”, visa reforçar o estigma de desordeiro e *outsider* enquanto este disputa a comunidade polonesa local, suprimindo a atuação da *estabelecida* Igreja católica. Através de Elias, compreendemos que a Igreja antigo-católica acaba questionando a *hierarquia de status*, enquanto uma relação aparentemente harmoniosa, que porém possui tensões e conflitos latentes. A religião professada pelo padre Bartnicki é compreendida enquanto inferior em relação à Igreja católica, no qual os poloneses deveriam ser: “catholicos e brasileiros, filho de uma nação que sempre obedeceu S. S o Papa”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 de Julho de 1932)

Por isso podemos perceber como a Igreja católica tenta fazer com que os poloneses não se deixassem levar por uma Igreja que através de um sacerdote polonês atendesse a demanda deste grupo, como um profeta.

Segundo Bourdieu (2011, p. 86) o profeta encarna uma mensagem sistemática atendendo uma demanda ideológica, sua cosmovisão orienta o laicato e lhes dá sentido. Por isso, o padre Bartnicki fortalece a justificativa da comunidade polonesa local em possuir uma Igreja com um sacerdote polonês. Portanto, compreendemos a função do padre Bartnicki em sua função social, já que este ocupa uma determinada posição na estrutura social.

Sobre a disputa religiosa no templo, percebe-se que o jornal se posiciona em favor da corrente dos poloneses católicos romanos, defendendo que os ideais poloneses deviam se dissolver nos ideais brasileiros:

Os pontos de vista são secundários: todos são cristãos... brasileiros!

Por sua vez, o Sr. Carlos Schwederski declara o seu ponto de vista essencialmente sympathico de polonezes que se fundem na grande raça brasileira do futuro: attendem, seus pontos de vista secundarios á autoridade bispal. São catholicos e brasileiros, filhos de uma nação que sempre obedeceu S. S. o Papa. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 DE Julho de 1932)

Esta tentativa de autonomia dos poloneses em relação à posse do templo era preocupante para a Igreja católica, a qual visava fortalecer os vínculos identitários dos poloneses, mesmo diante de todas as medidas políticas que visavam combater o nacio-

nalismo polonês em prol de um nacionalismo brasileiro.

Compreendemos que a mensagem religiosa do padre Bartnicki atendia aos interesses religiosos dos poloneses, já que a religião é um dos sustentáculos da *polonidade*, compreendendo sua função profética, na comunidade polonesa local. Para Bourdieu a mensagem deste sacerdote é caracterizada da seguinte forma:

Logo, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer a demanda religiosa de um grupo e, portanto, de exercer sobre sua ação propriamente simbólica de mobilização, é aquela que lhe fornece um (quase) sistema de justificativas de existir enquanto ocupante de uma posição social determinada. (BOURDIEU, 2011, p. 86)

Desta forma, a justificativa da existência da Igreja antigo-católica na cidade se sustenta por esta demanda religiosa dos poloneses: o conteúdo da mensagem religiosa proferida pelo padre Bartnicki é destinada a esse destinatário privilegiado.

Elias propõe compreender que nas tensões entre os grupos concorrentes também ocorrem relações de interdependência, tendo em vista que nos discursos cada grupo se auto-representa no contraste com seus outros. Desta forma, podemos notar as diferenças de coesão entre os grupos e as relações de poder entre eles.

O padre Bartnicki retornou aos jornais em junho de 1933, para convidar a todos os pontagrossenses, não apenas os poloneses, para a celebração de missa em português pela comemoração do aniversário da residência de sua igreja, questionando a direção espiritual da cidade e alegando que o povo saiu da escravidão espiritual:

Uma missa em homenagem á Terra de Santa Cruz na lingua do paiz, como tambem uma pratica em portuguez. Este dia é para paróquia Santa Cruz da Igreja Antigo Catholica em Ponta Grossa um dos maiores dias da época. É este dia em que o povo de Deus sahiu da escravidão espiritual. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 de Junho de 1933)

Através da tensão entre os dois grupos, percebemos a relação dos católicos romanos e dos antigos católicos, como *estabelecidos versus outsiders*. A Igreja antigo-católica expressava uma coesão em torno da identificação étnica, ou seja, enquanto indivíduos que compartilhavam a nacionalidade polonesa e se tornaram adeptos de uma igreja recém-chegada. Estes foram estigmatizados pelos católicos romanos, que cultivavam um sentimento de superioridade social em relação aos antigos católicos.

Em outro artigo, o redator menciona que alguns poloneses mudaram de opinião quanto à substituição do Padre Bonk pelo Padre Bartnicki, afirmando que foram iludidos por este, por isso se tornaram defensores da concessão do templo ao bispado. Ou seja, alguns poloneses se tornaram adeptos da Igreja antiga católica, mas retornaram para a Igreja Romana quando do acirramento dos conflitos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 de Julho de 1932)

O padre Roberto Bonk, o sacerdote representante escolhido pelo bispo, era da Congregação do Verbo Divino, de origem alemã. E, como já fora problematizado, os poloneses guardavam mágoa dos alemães devido à passagem da *Kulturkampf*. Segundo Zulian, através da atuação do padre Bonk, o bispo Mazzarotto desejava intervir na comunidade polonesa local, e gerar imposições duráveis, não enquanto regras impostas, mas inculcadas enquanto princípios, revestido da legitimidade da instituição religiosa que representava.

A disputa em torno do templo da Praça Barão de Guaraúna deve ter sido resolvida posteriormente, já que não houve mais notícias no jornal.

Compreendendo os interesses ideológicos dos agentes, Weber (Apud BOURDIEU 2011, p. 87) afirma que estes indivíduos devem ser analisados enquanto porta-vozes de ideologias. Portanto seus discursos devem ser analisados a partir da posição social que estes ocupam.

O padre Bartnicki, enquanto portador do discurso do profeta, pode não ter uma eficácia duradoura como a do sacerdote, que deve fazer com que seu discurso se efetive, através de uma ação prolongada sobre os leigos. Assim para Bourdieu, o discurso do profeta não consegue se perpetuar caso não forme uma comunidade, que modifique de modo duradouro e contínuo o modo de vida dos leigos, já que sua palavra representa o extraordinário e o descontínuo.

Por isso o padre Bartnicki tenta atrair fiéis, não apenas poloneses, para esta nova empresa de salvação. Quando afirma que: Não é verdade que a nossa igreja seja Nacional Polonesa, conforme denominou D. Antonio Mazzarotto, pois ella é a Igreja Antigo-Catholica e não Nacional Poloneza, define sua Igreja enquanto contestadora dos dogmas do Concílio Vaticano I, não apenas alicerçada na nacionalidade polonesa, mas uma empresa de bens de salvação concorrente, que visa se estabelecer na cidade. Ele, enquanto polonês, atenderia aos interesses religiosos deste grupo. No caso, para Bourdieu, a categoria específica destes leigos encontra satisfação na

atuação deste agente. (BOURDIEU, 2011, p. 89-90)

Pensamos, assim, a comunidade polonesa local enquanto uma categoria de leigos, sobre os quais o padre Bartnicki exerceu por algum tempo seu poder simbólico através do discurso ao polonês, quando convoca para a missa de comemoração de um ano do estabelecimento de sua Igreja, na qual realizaria uma missa especial nesse idioma. Assim este ato também representa o reconhecimento da comunidade polonesa como força para sua atuação, já que esta perdura até o incêndio do templo em 1934.

Portanto, de acordo com Weber (Apud BOURDIEU 2011, p. 92) este discurso proferido pelo padre Bartnicki canaliza as aspirações da comunidade polonesa que são anteriores a ele. Assim o discurso proferido por este na convocação dos poloneses congrega o encontro de um significado e um significante preexistente a ele. Para Bourdieu isso dá coerência à força mobilizadora do profeta e permite a sua atuação.

Para o padre Bartnicki, um meio de alcançar seus objetivos é a ideologia em que seu discurso é alicerçado, já que questiona o monopólio religioso do bispo Mazzarotto e os dogmas da Igreja católica, num momento em que Mazzarotto se consolidava como bispo recém-empossado. O bispo, conhecedor destes questionamentos, na carta pastoral Arca de Salvação de 1933 reforça a autoridade da Igreja, baseada na hierarquia. Sua posição advinha do papa, por isso sua atuação era legítima e absoluta, explicando assim a infalibilidade papal e os reflexos desta na atuação religiosa da Igreja católica na cidade:

Como qualquer sociedade, a Igreja que é de todas a mais perfeita, devia ter um chefe supremo. Para esse cargo Jesus elege a Pedro. Reveste-o da plenitude de sua divina autoridade, confere-lhe poderes especiaes acima dos outros Apostolos e dos que lhe succedem, que são os Bispos. Somente a Pedro e seus legítimos successores o poder de governar e apascentar os cordeiros e as ovelhas, todos os fiéis e todos os pastores. (MAZAROTTO apud ZULIAN 2009, p. 313)

Segundo Bourdieu, os agentes tentam mobilizar instâncias de poder aquém ao religioso, para garantir o monopólio do exercício legítimo da atuação religiosa. Estes dependem, portanto, da posição que ocupam nas relações de autoridade. É mais do que certo que a Igreja católica, enquanto uma instituição politicamente atuante, visou mobilizar outras instâncias de poder para garantir sua legitimidade. Ainda mais compreendendo, a partir do discurso proferido pelo bispo, que sua autoridade estava alicerçada na hierarquia da Igreja: enquanto o papa era

representante do apóstolo Pedro, os bispos eram seus sucessores legítimos. Neste sentido, podemos compreender a mobilização da Embaixada Polonesa, enquanto uma arma simbólica contra a atuação do padre Bartnicki a favor da Igreja católica, utilizando contra a permanência e atuação da outra empresa de bens de salvação: a Igreja antigo católica.

Por isso os representantes estaduais da Embaixada Polonesa, Sr. Romain Adam Staniewicz e Sr. Michel Pankiewicz, vêm à cidade no mês de agosto de 1932, a fim de conciliar a comunidade polonesa local com a Igreja católica. A vinda foi noticiada em 01 de Agosto de 1932 no jornal *Diário dos Campos*.

A Embaixada Polonesa, com sede no Rio de Janeiro, também se pronunciou sobre a presença do padre Bartnicki no Brasil em um artigo no jornal *Odrodzenie*, de Porto Alegre, no dia 27 de Agosto de 1932, republicado pelo jornal *O Diário dos Campos* no dia 13 de Setembro de 1932. Neste, a Embaixada se exime da responsabilidade pela vinda do padre para o Brasil, diante dos conflitos entre o Padre Bartnicki e o bispo Mazzarotto. O redator do *Diário dos Campos* introduz a declaração das autoridades polonesas no Brasil, esclarecendo que a atuação do Padre Bartnicki era ilegítima, alegando que este teria sido orientado a ir à Argentina, afirmando que lá encontraria adeptos para a sua religião:

O que motivou esses esclarecimentos enviados ao Patronato pela Embaixada Polonesa e por elle publicados na imprensa foram as mentiras que assoalhou o Snr. rvd. Bartnicki e os seus pseudo-polonezes que cegos se deixaram por elle engazopar, adherindo aos grifos de revolta contra aquella religião que foi, é e será sempre da grande nação poloneza. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 de Setembro 1932)

Desta forma, podemos perceber o poder de mobilização da Igreja Católica, pois o discurso da Embaixada busca reafirmar que a atuação do padre Padre Bartnicki não era conforme a legítima religião nacional polonesa. Na declaração, eles afirmam que não lhe indicaram continuar no Brasil, e deram a entender que seria expulso pelas autoridades brasileiras por fazer uma propaganda anticatólica. O que nos intriga é que, por conta da Proclamação da República, seria permitida a entrada de outras religiões no Brasil, portanto, o Padre Bartnicki não poderia ser proibido de fazer propaganda da sua empresa de bens de salvação, mesmo que esta representasse uma concorrência à religião predominante na cidade. No entanto, o que a Embaixada Polonesa sugere é que as autoridades políticas locais também eram católicas, e por isso não permitiriam o estabeleci-

mento da Igreja antigo católica na cidade.

O discurso da Embaixada Polonesa é uma postura que já atende ao clima de tensões em relação à possibilidade de cisma dos poloneses desde o final do século XIX. De acordo com Wachowicz (1981, p. 102-103) em um episódio na colônia de São Mateus do Sul, um padre polonês da Igreja católica, embora autorizado, fora impedido pelas autoridades brasileiras de criar junto à comunidade polonesa local, uma paróquia polonesa. Uma revista polonesa especializada em imigração, citada por Wachowicz, também apontava para a indispensabilidade de uma paróquia polonesa, com um sacerdote polonês que compreendesse a religiosidade polonesa e pudesse compreender sua língua e dar orientação espiritual adequada. Por isso a comunidade ameaçou um cisma dos poloneses, que estavam insatisfeitos com as atitudes eclesásticas brasileiras por não disponibilizar subsídios para o atendimento espiritual dos imigrantes, que muitas vezes moravam em colônias muito distantes da paróquia. Dessa forma, apontava para a possibilidade da criação de paróquias polonesas independentes do bispado, como alternativa do auxílio espiritual aos poloneses, que não desejavam padres brasileiros nem confraternizar nas suas Igrejas com outras etnias e brasileiros.

Os discursos da Embaixada Polonesa, assim como o dos redatores do jornal, promovem uma distinção social em favor da *estabelecida* Igreja católica, já que defendem a repulsa por essa nova empresa de bens de salvação, sob a alegação de que não fazia sentido a criação de uma igreja nacional polonesa em território brasileiro. Criam-se, assim, barreiras nacionalistas contra as ideias professadas pelo Padre Bartnicki.

Uma medida tomada pelo bispo para conter o cisma religioso foi convocar a atuação na cidade da Congregação das Irmãs da Sagrada Família, de nacionalidade polonesa, para evangelização dos imigrantes e escolarização das crianças da comunidade. De acordo com Johansen (2003, p. 124-125) anteriormente a atuação junto aos poloneses era realizada pela Irmã Gerhardina, polonesa, porém pertencente à Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, de origem alemã. Assim D. Antônio convoca as religiosas polonesas a edificarem uma escola para os imigrantes poloneses, já que estes, evidentemente, se identificariam com a nacionalidade das religiosas, reforçando nestes a identificação com a Igreja Romana e contendo a possibilidade de cisma entre os poloneses na cidade. Por isso, em sua carta, ele recomenda que apenas em raríssimas

exceções, crianças de outras etnias deveriam ser aceitas na escola.

Segundo Johansen (2003, p. 144):

Percebe-se, na proposta de Dom Antônio e nas palavras do Pe. Bonk que a criação deste estabelecimento escolar foi promovida para tentar deter a perda de fiéis para a Igreja cismática, ou para qualquer outro instituto religioso, assim como procurar reconduzir ao seio da Igreja Católica aqueles que a haviam abandonado, não apenas lutar contra dissidentes.

Anteriormente, o primeiro bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros (1894-1903), também tentou remediar essa tensão com a comunidade polonesa local, convocando ao Brasil sacerdotes poloneses para atender a esta demanda. Segundo Wachowicz, no início do século XX a imprensa polonesa lançou o slogan “Para o povo polonês, um bispo polonês”, apelando até mesmo que na Polônia isso fosse solicitado ao Vaticano, já que essa imposição de sacerdotes brasileiros nas colônias polonesas lembrava a opressão à *polonidade* durante a divisão da Polônia, quando eram impedidos de professar sua nacionalidade e sua língua. Esta tentativa de cisma correspondia a uma alternativa para que os imigrantes poloneses aqui residentes continuassem a manter na *fé polonesa* o substrato de sua *polonidade*. Em 1894 chegam a Curitiba sacerdotes da Congregação Verbo Divino o que, no entanto, gerou mais tensões, já que chegaram ou padres poloneses germanizados ou padres alemães que falavam polonês para atuar junto às colônias, o que potencializou as tensões já trazidas da Europa devido a *Kulturkampf*.

Como já afirmado, o grupo representado pelo padre Bartnicki não possuiu efetivamente um poder de mobilização diante das instâncias de poder como a Embaixada e os jornais. Compreende-se assim que Igreja católica romana mobilizou entraves, devido ao seu poder simbólico acumulado, para o não reconhecimento da atuação da Igreja antigo-católica.

Por isso o uso da fofoca depreciativa [*blame gossip*] nos jornais demonstra o interesse em disseminar informações sobre a conduta do padre e dos seus adeptos, censurando suas atitudes, em detrimento dos católicos romanos, que eram construídos discursivamente como virtuosos e predominantes.

Assim, o que está em disputa é o poder simbólico, que justifica o uso de estigmas para desqualificar o grupo *outsider*. Através de construções discursivas que enaltecem a aversão à Igreja antigo-católica, se constrói um imaginário social em torno do grupo, que visa à manutenção do poder do grupo estabelecido.

O discurso proferido pelo bispo Mazzarotto convoca os pontagrossenses a não abandonarem os preceitos da fé católica em detrimento das heresias de um padre polonês, que tentava fundar uma igreja nacional polonesa na cidade. O bispo se reveste do capital simbólico, bem como do carisma acumulado pelo catolicismo romano, para se fazer reconhecer como máxima autoridade religiosa local. Para tanto, o bispo reforça o sentimento de pertencimento à Igreja Católica romana, através de um discurso paternalista que convoca os cristãos a seguirem certas normas de conduta, sob pena de não serem considerados cristãos, mas pertencentes a um grupo herético que deve ser combatido por desafiar a autoridade católica na cidade. Assim, ele monitora e reforça os valores cristãos, sublinhando a superioridade dos seus seguidores.

Para Bourdieu, o sacerdote tenta replicar o ataque profético, defendendo a sua doutrina como vitoriosa, através de instrumentos simbólicos coerentes; por isso a sua escrita caracteriza-se pela valorização dos signos e das doutrinas que lhes distinguem, tentando assim dificultar a passagem de mais fiéis para a religião concorrente. Pois a concorrência do profeta, caracterizado por Bourdieu como aquele que se apropria de uma ocasião oportuna, que no nosso caso, seria o campo de tensões que se estabelecem entre a diocese e a comunidade polonesa local. Assim sendo, a chegada do padre Bartnicki corroborou para tornar estas tensões mais evidentes e para que o bispo Mazzarotto buscasse reafirmar sua autoridade sobre os fiéis ponta-grossenses, não apenas os poloneses. Ou seja, o padre Bartnicki exerceu sua atividade em uma instituição pouco conhecida na cidade, o que tornaria sua atuação suspeita e representada assim enquanto clandestina e não autorizada. (BOURDIEU, 2011, p. 98)

Percebemos isso no discurso do bispo Mazzarotto, em seu artigo “Precavenham-se os cristãos”, onde ele cria um tabu em torno de qualquer contato com o padre Bartnicki e a Igreja antigo-católica. Mazzarotto cerra fileiras contra estes, no intuito de preservar a identificação dos poloneses com o catolicismo romano, como a única religião verdadeira e digna de ser professada. O que ele cria são delimitações sociais, mesmo que seja através dos pontos negativos do grupo concorrente, acentuando-os. Para tanto, ele se utiliza do carisma do grupo, construindo um referencial de identidade que é compartilhado por aqueles que pertencem ao grupo estabelecido.

Assim a atuação do bispo pode ser compreendi-

da enquanto proveniente dessa economia de carisma, dotado também de uma qualificação profissional homogênea e de instrumentos simbólicos, que, adaptados aos interesses dos leigos, visa produzir um *habitus* religioso na comunidade ponta-grossense local ao adequá-la à romanização.

Segundo Zulian (2009, p. 317) o padre Bartnicki se envolveu em outros problemas judiciais por volta de 1934, e teve sua atuação denunciada ao presidente da República, segundo a crônica da Congregação do Verbo Divino, tomando rumo ignorado em 1935. Outro padre da Igreja antigo católica, João Piekorski, foi noticiado em algumas edições do *Diário dos Campos* em 1937 envolvido em alguns escândalos, evidenciando que a partida do Padre Bartnicki não fez cessar de imediato a disputa religiosa na cidade.

Em sua carta pastoral, o bispo Mazzarotto busca reforçar o discurso de acolhimento aos cismáticos, enaltecendo o poder de perdão da Igreja Católica e conclamando o retorno dos filhos pródigos poloneses ao seio da instituição (MAZZAROTTO, Apud ZULIAN 2009 p. 317):

A Igreja, essa boa e grande mãe, deplora inconsolável a morte espiritual de seus filhos separados, heréticos ou scismaticos, dos que a desconhecem ou, conhecendo-a, desprezam e particularmente dos ingratos filhos apostatas que perfidamente se levantam contra ella para combatel-a. Embora esses filhos se tornem monstros pela sua attitude horriavelmente criminosa, todavia a Igreja faz tudo o que está em si para que voltem ao seu gremio e voltando os recebe satisfeita e jubilosa.

Desta forma, segundo Zulian (2009, p. 319) as práticas discursivas do bispo visavam determinar disposições duráveis sobre os seus fiéis, estruturando-as não como regras impostas, mas organizadas institucionalmente. Desta forma, a Igreja antigo católica buscava reelaborar a mensagem religiosa, em detrimento da palavra do bispo inserido na disputa religiosa enquanto portador do sagrado único e autorizado.

Portanto, a partir dos discursos produzidos pelo bispo D. Antônio Mazzarotto e pelo Padre Theophilo Bartnicki nos jornais e outros discursos produzidos sobre o conflito, é possível compreender as práticas discursivas dos envolvidos e as representações da Igreja antigo católica na sua relação com a Igreja Romana, a partir da disputa de poder espiritual sobre os poloneses ponta-grossenses.

Dom Antônio Mazzarotto é exemplo da consolidação de um corpo sacerdotal organizado que personifica uma sistematização e moralização, cristalizada em práticas e discursos. Seu posiciona-

mento pode ser compreendido como produto das transformações sociais e econômicas refletidas nas relações de produção simbólica, onde a legitimidade do discurso do bispo reside no dogma. Desta forma, o padre Bartnicki e a Igreja antigo católica situam-se no confronto entre as religiões, pensando estas como tradições mítico-rituais diferentes, mas justapostas em um mesmo espaço urbano. (BOURDIEU, 2011, p. 37-38)

De acordo com Micelli (apud BOURDIEU, 2011, p.26) a fixação de um consenso acerca da organização do mundo permite à cultura dominante cumprir uma função político-ideológica. Assim, ela se legitima e sanciona um regime de dominação. O consenso é uma ilusão necessária para conduzir a sociedade a determinadas regras do social e ordenar assim o sistema simbólico.

Portanto, a Igreja Católica romana busca produzir uma sociedade de consenso para legitimar seu papel de dominação religiosa da sociedade. Assim, devemos deslocar o olhar para os receptores desse discurso, e para as estruturas sociais nas quais estão inseridos. A Igreja Católica produz suas práticas, com relações objetivas destinadas, no caso em tela, aos imigrantes poloneses, produzindo sobre eles um determinado conjunto de significações.

Para Chartier (1988, p. 24-28) deve se atentar também a apropriação do discurso dos agentes pelo destinatário do texto, no qual querem inserir uma determinada visão de mundo, já que estes discursos visam produzir determinadas práticas, através de diversas formas de interpretação.

Assim, a diferenciação religiosa parte também da prática, onde esta é um modo de identificação da comunidade e também um modo de distinção desta.

O discurso religioso também é alegórico e seu conteúdo é formado pelo conhecimento acumulado pelos especialistas. Estes, através dos jogos de linguagem, delimitam o poder de atuação espiritual, outorgando-o através da distinção.

Segundo Bourdieu:

Enquanto resultado da monopolização da gestão de bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária a produção ou à reprodução de um “corpus” deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso, acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos. (BOURDIEU, 2011, p. 39)

Esse processo é perceptível no discurso do bispo Mazzarotto:

Prevenimos, outrossim, a todos que não só devem repelir o semeador de heresias, mas também negar com firmeza e energia seu apoio moral e material a qualquer com missão que se fundasse com o fim de angariar esmolas para a construção de qualquer Igreja herética e scismática que viria semear o joio de erros cobertos com a capa de algumas verdades e disseminar a luta e a discordia na pacífica família pontagrossense. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de Julho de 1932)

O discurso do bispo busca ressaltar que o padre Bartnicki é destituído do capital simbólico acumulado pela Igreja católica; portanto, deve ser combatido como herético à verdadeira religião: a católica romana. Assim a sua desapropriação permite que a Igreja católica atue junto aos poloneses com exclusividade. Para que o campo religioso de atuação junto aos poloneses permaneça enquanto monopólio da Igreja católica.

Nos termos de Bourdieu, a luta travada entre as duas empresas de salvação concorrentes, depende do alcance de sua mensagem religiosa, através do efeito mobilizador das suas forças extra-religiosas. (BOURDIEU, 2011, p. 94)

Assim, na análise do campo religioso, percebemos a oposição dos dois agentes: o padre Bartnicki, representando o discurso do profeta; e o bispo Mazzarotto, que representa o discurso do sacerdote. Para Bourdieu esta tensão pode ser solucionada através da supressão do profeta, que no nosso caso acontece com o incêndio que acometeu a Igreja do padre Bartnicki em janeiro de 1934, cessando a atuação deste indivíduo na cidade, mas não cessando a atuação da Igreja como já foi mencionado anteriormente. (BOURDIEU, 2011, p. 95)

Podemos compreender os discursos dos agentes em concorrência pelo monopólio religioso, na qual esse caráter conflituoso transparece na forma como constroem e veiculam suas representações. Ou seja, os interesses dos agentes sociais são expressos através dos discursos que produzem.

Os discursos subentendem práticas diferenciadas que reproduzem os interesses dos agentes a partir da intenção de construir um mundo social e suas identidades. Essa análise pode ser compreendida a partir da teatralização do social: pois é através das lutas de representações do padre Bartnicki e do Bispo Mazzarotto que compreendemos as relações entre eles, nos jornais e nos discursos proferidos por estes. A partir de suas práticas visam definir a identidade do povo polonês no contexto das diferenças na hierarquia social.

Como definiu Chartier:

Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões, daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação. (CHARTIER, 1988, p. 27-28)

De acordo com Bourdieu podemos compreender a Igreja católica enquanto uma instituição burocraticamente racionalizada, tendo em vista que seus ensinamentos são sustentados através dos dogmas e inculcados sistematicamente; e o bispo Mazzarotto encarna a preparação técnica dessa instituição. Por isso o carisma do bispo é desvinculado da sua pessoa, mas ligado à instituição. Para tanto nos é cara a diferenciação que Bourdieu faz entre Igreja e seita. À Igreja católica é atribuído o *carisma de função*, enquanto forma institucionalizada de poder. Já à outra empresa de bem de salvação, a Igreja antigo católica pode ser caracterizada no Brasil como uma seita, pois seu poder advém do carisma pessoal. Neste caso, o padre Bartnicki é despojado do carisma institucional da Igreja católica, o que o torna estigmatizado como um feiticeiro, não gozando dos privilégios da ligação com a empresa burocrática católica. Assim o discurso do bispo Mazzarotto pode ser compreendido enquanto reflexo de sua função, já que a ele é atribuído o carisma institucional.

Neste caso, o conceito de representação de Chartier auxilia a compreender as relações que estabelecem entre estes agentes. Para o autor, os discursos são forjados atendendo aos interesses do grupo que os produziu. Assim, não existem discursos neutros, mas discursos que, por produzirem práticas sociais, impõem autoridade. A representação é compreendida assim pela sua função simbólica, neste caso, a forma como opera através da religião. A religião produz discursos e práticas que tendem a impor autoridade e legitimar um projeto, demarcando-o na organização social. (CHARTIER, 1988, p. 16-17)

A representação que o bispo Mazzarotto sustenta produz reconhecimento, através da ostentação dos símbolos eclesiásticos, o que reforça o exercício do seu poder simbólico. Isto também ocorre na representação que faz do padre Bartnicki o que conota uma tentativa da ordenação social, onde as práticas do bispo permitem aos fiéis reconhecer nestes uma identidade.

Assim completa-se a hermenêutica das fontes, na articulação do texto com o mundo dos sujeitos nele envolvidos, para compreender de que forma esses discursos foram apropriados pelos agentes,

tendo em vista que representam as construções que os indivíduos tinham de si e do mundo.

Pode-se também compreender as práticas discursivas dos jornais e do inquérito mediante Michel de Certeau (1998) quando este problematiza a relação entre a teoria e a oralidade, distinta pelas relações formais que tem por finalidade uma eficácia social. Certeau problematiza a relação entre a escrita e a oralidade, argumentando que, com o advento da modernidade, ocorre a desvalorização do enunciado, com a concentração de poder no ato de enunciar. Antes do século XVII se tinha certeza do locutor, Deus falava ao mundo através da Igreja Católica, os sacerdotes decodificam essa mensagem como enunciadores. O Bispo Mazzarotto, enquanto representante do discurso oficial da Igreja Católica romana denota o problema do enunciador, já que essa certeza se esvaziava com o surgimento de múltiplos enunciadores da palavra de Deus, e que disputam a legitimidade com a Igreja Católica. Surge o problema de que a linguagem do locutor (Deus) deve-se efetivar e não apenas ser ouvida. Para Certeau, é improvável que um único sujeito se aproprie do discurso divino, para fazê-lo falar. O Padre Bartnicki e o Bispo Mazzarotto produzem práticas discursivas, através das quais buscam se apropriar do discurso divino para impô-lo a seus fiéis. Representam a disputa pela legitimidade da apropriação do discurso religioso, codificando-o para a recepção dos pontagrossenses, em especial os poloneses. (CERTEAU, 1998, p. 229)

Assim, o discurso de cada agente religioso busca se legitimar e, para tanto, deve atestar uma eficácia social. Certeau (1998) destaca também a valorização do ato escriturístico, em detrimento do oral. Por isso o bispo Mazzarotto busca inculcar as práticas religiosas do seu discurso também através de suas cartas pastorais e artigos nos jornais, onde a construção discursiva se efetiva enquanto uma exteriorização do poder e da articulação de suas práticas.

Nessa ótica, podemos compreender a batalha ideológica dos sacerdotes. E que ainda nos anos 30, o campo religioso católico, embora hegemônico, teve que lidar com o fato de que os seus fiéis passaram a ter contato com outras possibilidades de interpretações religiosas. Daí a inquietude do discurso católico em reconduzir esses desviados para a messe católica romanizada.

As relações do campo religioso no campo jurídico pontagrossense.

Análise do campo jurídico paranaense e pontagrossense no final do século XIX

Não podemos compreender o campo jurídico brasileiro no início da década de 30 se não analisarmos a sua relação com a construção do nacionalismo brasileiro, já esboçado no segundo capítulo. Para tanto devemos percorrer a construção do espaço jurídico brasileiro e suas influências.

Percebemos que o campo jurídico desde o final do século XIX é permeado de embates entre uma elite pensante e uma elite decisória sobre a construção dos valores nacionais, organizando a sociedade através da ordem social. A pretensão da República recém-proclamada era de constituir um cidadão cívico, moralmente adequado à construção de um país que alçaria rumo ao progresso. (ODÁLIA apud VARNHAGEN, 1979, p. 5)

Segundo Cançado (2002, p. 14-17) este projeto era frágil, pois a maioria da população brasileira estava alheia ao processo de instalação da República, além de ser excluída do processo, já que a República Velha era permeada pelo voto censitário indireto, portanto apenas favorecia os homens alfabetizados, que possuíam atributos cívicos e poder econômico representativo.

Como o Direito brasileiro teve início em 1824, com a emancipação brasileira de Portugal, este ainda era imerso pelo sistema escravista, por isso o Código Brasileiro defendia os interesses da minoria. Para Cançado (2002), a Justiça vai se tornando independente na medida em que vai ser utilizada como instrumento de poder das elites agrárias, atendendo aos seus interesses, ou seja, ajustou a sociedade pontagrossense através da promoção de um ordenamento social.

A promulgação do Código Penal de 1890 visava preservar a ordem, através de penas normatizadoras influenciadas pela Escola Clássica. De acordo com Cançado, este atravessa o final do século XIX até os anos 40, porém com algumas reformas significativas que atendessem as mudanças conjunturais do país e aos interesses das oligarquias agrárias, representadas nas sucessões presidencialistas até 1920, entre a elite cafeeira paulista e a elite mineira, através da política de monocultura agroexportadora. A partir de 1920, com a ascensão das classes médias urbanas, estas contestam as normas constitucionais e reivindicam uma República mais liberal. (CANÇADO, 2002, p. 18-19)

Deslocando o olhar para o contexto pontagrossense sobre a construção do campo jurídico desde o final do século XIX, de acordo com Sacchelli, teve início com a elevação da cidade à categoria de freguesia da Vila de Castro, o primeiro juiz de paz nomeado foi um morador de Castro, Hemogenes Carneiro Lobo. A este foi atribuída a função de solucionar atritos, julgar pequenas causas, destruir quilombos, enfim, fazer com que se cumprisse o código de postura municipal. Com o tempo, devido ao crescimento da população pontagrossense, esse cargo começou a ser ocupado por pontagrossenses, defendendo assim os interesses oligárquicos da cidade representados pelos indivíduos mais abastados, que penetraram na organização política e jurídica da cidade. (SACCHELI, 2001, p. 168)

Segundo Pereira, para compreendermos o campo jurídico paranaense deve se levar em conta que a burguesia fundiária dos Campos Gerais converteu-se em burguesia letrada, com o envio dos filhos para o estudo do direito positivo em São Paulo, Pernambuco e também na Europa. Estes se tornavam representantes dos interesses fundiários, através do monopólio exercido nos cargos públicos de representatividade na Província, influenciando assim na construção da legislação em prol dos interesses políticos. (PEREIRA, 1996, p. 63)

De acordo com Sacchelli (2001, p.171), estes bacharéis começaram a ocupar também o campo jurídico pontagrossense, já que se caracterizavam como uma elite política cada vez mais escolarizada a partir das recém-criadas faculdades de Direito do país. Estes, compartilhando os mesmos interesses econômicos vinculados à suas realidades locais, se tornam os representantes da elite fundiária, ora por laços familiares, ora por laços de amizade. Portanto as práticas jurídicas da cidade de Ponta Grossa no final do século XIX atendiam aos interesses dos comerciantes e dos fazendeiros.

Assim, ainda no final do século XIX, a jovem República teve que modernizar as leis do Código Penal, através da inserção de um novo agente na configuração brasileira: o imigrante. Assim o Código Penal deveria se ocupar das tensões e conflitos que decorreriam através da presença destes novos agentes sociais. O Código Penal construiu a penalização dos crimes contra o Estado e contra o indivíduo, visando preservar um ordenamento das relações desses indivíduos no âmbito público, o qual se tornava cada vez mais minucioso e detalhado. Portanto, é através do Direito Criminal que o campo jurídico se consolida, com indivíduos que em um locus privilegiado

deliberam em prol dos interesses dos seus grupos, impondo sua versão de verdade aos demais. (CANÇADO, 2002, p. 25-27)

Permeados pela Criminologia europeia e pelo Direito Positivo, acreditavam nas diferenças natas entre os indivíduos, aliando o conhecimento das ciências biológicas às sociais, que são perceptíveis nas teorias raciais e sociais desenvolvidas pelo Direito em conjunto a medicina, o qual congregava elementos ora para acentuar a culpa dos criminosos, ora para eximi-los dela. No entanto, pensando a construção do Código de 1890, podemos dizer que:

[...] seguiu os parâmetros da escola clássica, com base na responsabilidade e no livre-arbítrio. Contudo, na prática forense, os agentes jurídicos aproveitavam as brechas deixadas na legislação para atuar a partir de suas convicções teóricas. (CANÇADO, 2002, p. 27)

Desta forma, aparentemente não havia distinção no Código Penal de 1890 para aqueles que praticassem delito; no entanto, percebemos que desde o final do século XIX, a prática deste era permeada por valores morais e religiosos, o que nos leva a problematizar a influência destes valores e da ideologia na atuação dos agentes do judiciário.

Britto analisa essa influência ideológica no discurso jurídico. Nesta ótica, os agentes do campo jurídico, por ocuparem um espaço de prestígio, também são munidos de aparatos legais que lhes possibilita o exercício do poder e da dominação. Esse se torna um locus privilegiado para a produção de ideologia, onde este visa construir uma determinada produção de sentido para o destinatário desse discurso.

Nas palavras de Britto:

O discurso é visto como resultado de uma construção que exige a presença de um sujeito ideológico que, inserido em um contexto social e histórico, desencadeia o processo de significação. Fala-se em discurso não como uma forma de transmissão de informação, e sim como efeito de sentido entre locutores. (BRITTO, 2008, p. 1-2)

Para tanto, Britto (2008, p. 4) define o conceito de Ideologia que ela utiliza, enquanto um instrumento de dominação da classe dominante, no nosso caso, os agentes do judiciário.

Para Certeau, a escrita é assim um espaço próprio, onde a produção do texto visa instaurar uma forma de poder sobre sua exterioridade. Assim o discurso jurídico deve ser compreendido enquanto um instrumento de poder, que tenta impor à socie-

dade sua cosmovisão. Este enquanto prática, visa atestar uma eficácia social, já que exerce um domínio sobre as pessoas. (CERTEAU, 1998, p. 225)

Esse domínio da linguagem Certeau (1998, p. 230-233) denomina de poder escriturístico, no qual o agente jurídico visa dominar, sancionar e controlar a todos aqueles que não dominam esta linguagem, ou seja, os que não pertencem ao campo jurídico. Por isso, seu discurso também é alegórico e visa delimitar seu espaço dentro da fronteira da organização social.

Por isso, na organização do corpo judiciário paranaense, podemos enxergar muitos conflitos por parte daqueles que não conseguiam participar desse jogo político regional, bem como existiam alguns críticos ao campo judiciário. O caráter essencialmente paternalista do campo judiciário, pode ser compreendido através de Holzmann (apud SACCHELLI, 2001, p. 173) quando este comenta sobre a postura do juiz Dr. Casimiro Reis Gomes, nomeado após Ponta Grossa ter sido elevada à categoria de Comarca. Este transita por vários espaços da sociedade pontagrossense, desde o Clube Pontagrossense a salões literários. Nesses espaços teve seu nome associado a intelectuais, como Hugo Borja dos Reis e fazendeiros. Este encarnava um elo do judiciário com as oligarquias agrárias citadinas. Sobre o caráter paternalista, Holzmann afirma que o juiz mantinha relações com os mais pobres, fornecia alimentos e roupas para os mais necessitados da cidade, atendendo a todos em seu casarão na Rua Augusto Ribas.

Essa relação entre o judiciário e as oligarquias agrárias no final do século XIX, se expressa também na elaboração dos Códigos de Postura. Estes buscavam regulamentar as relações entre os indivíduos, promovendo um ordenamento, através da construção de práticas e comportamentos que enalterariam o espaço da cidade enquanto “civilizado”, controlando comportamentos indesejáveis, que não estavam em sintonia com essa concepção, como a vadiagem, a mendicância e a prostituição. Através destes, tentavam “formatar” a cidade e seus moradores sob a justificativa do progresso e da urbanização que estavam sendo gestados naquele momento. Assim, segundo Saccheli, os Códigos de Postura, visavam inibir as práticas delituosas, através do exercício de uma justiça preventiva, no qual os juízes deveriam constranger àqueles que ameaçavam a segurança social e os bons costumes. Dessa forma buscava convencer aqueles que possuíam comportamentos indesejáveis aos pressupostos europeus

de civilidade, que compreendessem o perigo de suas atitudes, adequando-as às recomendações dos Códigos de Postura, e concordando com as mesmas através da assinatura do Termo do Bem Viver. Caso fosse quebrado o termo, seria aplicada uma pena de reclusão variada, bem como a aplicação de multa. Caso o indivíduo fosse reincidente, esta pena era aplicada quantas vezes fossem necessárias. (SACCHELLI, 2001, p. 176)

Como demonstra Saccheli, aos poucos o exercício de poder foi se modificando, como o papel que vai ser atribuído à Polícia a partir de 1841, com a mudança no Código de Processo Penal, onde se cria em cada Província, a chefia de Polícia, delegacias e subdelegacias.

Em geral, estes cargos eram ocupados pelos bacharéis ou indivíduos que se adequassem a algumas exigências: saber ler e escrever e ter um rendimento anual predeterminado, demonstrando assim o poder da classe dirigente também na atuação da Polícia. A esta foi inicialmente atribuída o papel de fiscalizadora do cumprimento das leis, mas aos poucos foi subtraindo o poder que antes era atribuído ao juiz de paz. Este ainda continua gozar de prestígio social e influência, mas ocupando um papel secundário em relação à Polícia. A escolha do delegado, através dos critérios citados acima foi por muitas vezes criticada, alegando que a atuação deste atenderia apenas a um interesse de classe, onde as ações do delegado seriam em prol aos interesses de seus pares. (SACCHELLI, 2001, p. 178)

Percebe-se isso nos casos que foram levados a julgamento entre os anos de 1888 e 1889 que foram de forma unânime absolvidos. Para Saccheli (2001, p. 179-181), isso pode ser justificado através da composição do Tribunal do Júri, composto por indivíduos que se encaixavam nas exigências financeiras e sociais. Em vários casos estes eram próximos aos protagonistas dos crimes, o que lhes permitia compreender o ato de forma prévia, influenciando assim no seu parecer. Isso também ganha inteligibilidade através de uma construção desse período: o crime passional. Este foi proveniente da Escola de Lambroso e Ferrero, onde o réu é compreendido enquanto um criminoso social, isentando-o de qualquer culpabilidade quando fosse alegada alienação mental momentânea, decorrente de motivos sociais, como os crimes de honra.

De acordo com Cançado (2002, p. 28) essa postura pode ser compreendida através da influência do Direito, na análise criminológica deveriam se considerar aspectos antropológicos, sociológicos

e psicológicos, delineando assim, estados físicos e emocionais que poderia isentar um infrator da culpa de seus atos.

Assim compreendemos a formação do campo jurídico pontagrossense permeado pelas tensões e sob a influência dos jogos de interesse político. Os agentes sociais se inter cruzam nessas relações; ou seja, o campo jurídico, como construtor da ordem social era ocupado por indivíduos das classes dominantes, que comungavam em prol da manutenção social, para assim preservar seu status, o qual legitima o poder político através do exercício do poder jurídico.

Segundo Cançado (2002), aos poucos essa República Oligárquica vai sendo substituída por uma República Liberal, que vai se cristalizar efetivamente com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Este tornou a República cada vez mais centralizada, visando fortalecer o nacionalismo brasileiro em detrimento do regionalismo e da política descentralizadora que perdurou durante toda a República Velha, além das pressões externas, como o nazifascismo e o comunismo. Em 1934, Getúlio promulgou uma nova Constituição, que priorizava o regime presidencialista, além da influência do fascismo europeu nessas leis, que temiam o avanço do comunismo da União Soviética.

O campo judiciário e a influência religiosa no seu discurso

Para compreendermos a atuação dos agentes do campo judiciário em Ponta Grossa, devemos também compreender as disposições físicas da cidade de Ponta Grossa entre o final do século XIX e início do século XX.

A construção da capela de Nossa Senhora Sant'Anna, em 1823, assumiu a função centralizadora da cidade. A partir de Saccheli, compreendemos como esse espaço assume notoriedade, não apenas por se tratar de um espaço de práticas religiosas, mas também por ser um espaço de sociabilidade entre os pontagrossenses, que compartilhavam as festas e o culto, ou seja, nesse espaço, os agentes políticos e jurídicos muitas vezes exerciam sua religiosidade em sociabilidade com os demais indivíduos.

Segundo Cançado sobre a institucionalização da justiça na cidade durante a República Velha:

A institucionalização da justiça na cidade, seguiu os moldes da estrutura judiciária idealizada na Constituição Estadual de 1892. Com a instalação do Tribunal de Júri, instituiu-se a Promotoria Pública, e para

amparar esta estrutura, foram nomeados os escrivães – oficiais públicos que escrevem autos, termos de processo, atas e outros documentos de fé pública -, e os cartorários – oficiais do registro civil das pessoas. (CANÇADO, 2002, p. 34)

O primeiro juiz de Direito nomeado foi Conrado Erichsen, graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo. Sua nomeação corresponde à composição desses espaços por indivíduos formados nas faculdades brasileiras demonstrando uma formação do campo jurídico em Ponta Grossa, em sintonia com a formação do campo jurídico brasileiro.

A disposição da Igreja enquanto um espaço centralizador pontagrossense também se expressa na aquisição do terreno que deu origem ao Fórum da cidade, em 1925, situado entre as Ruas Marechal Deodoro e Engenheiro Schamber, pelo então governador do Estado Caetano Munhoz da Ribeiro, sob pedido do prefeito Coronel Vitor Munhoz da Ribeiro. Nas palavras de Ângelo Lopes (apud CANÇADO 2001, p. 35), este espaço deveria ser reconhecido pelos pontagrossenses como um espaço do exercício do poder e do ordenamento. Assim, a construção do Fórum expressa a inserção deste na fronteira de organização social, onde seria articulado também pela instância do judiciário em um locus privilegiado da cidade, dividindo esse espaço com outras instâncias de poder: a religiosa, através da matriz de Sant'Anna e da Câmara, como exercício político local. Ou seja, a construção desse espaço se fez em uma área nobre na cidade, próximo à Igreja de Sant'Anna, ao clube de elite, o Pontagrossense, da Câmara Municipal, da Cadeia Pública, bem como próxima às residências das famílias mais tradicionais, como a família do Barão de Guaraúna e da Praça Floriano Peixoto, um espaço de sociabilidade princiesino. (CANÇADO, 2002, p. 36)

Sobre a representação social do Fórum, Cançado ainda salienta que o mesmo deveria simbolizar o poder, onde seriam encenadas as práticas jurídicas destes agentes e dos personagens criminosos. Assim este produzia as representações culturais na construção dos crimes.

Por isso devemos compreender que o espaço jurídico pontagrossense, já percebido através de sua localização, era imbricado de valores sociais, devido à classe à qual esses juristas pertenciam, bem como os valores religiosos que lhes orientava. Por isso o seu poder é permeado e, de certa forma, vigiado por estas outras instâncias de poder: o político e o religioso, que podem ser percebidos na construção

discursivas desses agentes presentes no inquérito do incêndio da Igreja antigo-católica em 1934. Estes utilizam os seus valores para apurar os motivos do incêndio e incriminar àqueles que julgam culpados. Visavam eles afirmar suas verdades como absoluta e julgar a sua interpretação dos fatos a partir das testemunhas enquanto a única possível.

De acordo com Certeau, a escrita enquanto prática social visa inculcar sobre os demais seus modelos culturais, onde o agente do discurso apropria-se do discurso de outros, para produzir uma construção de verdade. Mesmo compreendendo o judiciário enquanto produtor de ideologia, não devemos compreender os receptores desse discurso de forma passiva, mas reconhecer que o produtor do discurso visa construir um arsenal de significações sobre o seu destinatário. Os agentes do campo jurídico se revestem da sua posição social, fazendo uso de algumas brechas deixadas nos discursos dos demais agentes do jurídico, no nosso caso, as testemunhas. Por isso os agentes do campo jurídico, enquanto adequados ao método indiciário, tentam demonstrar as possibilidades, nem que de certa forma isto ocorra através da inserção de outros elementos que visam dar coerência e sancionar as suas afirmativas aos demais. Isso é denominado por Certeau de táticas textuais, onde o agente gera expectativas e hipóteses, percebendo no discurso destes indivíduos avanços e recuos, que enquanto produtores de Ideologia utilizam o discurso retórico para o convencimento dos demais. (CERTEAU, 1998, p.260-272)

A Igreja antigo-católica através do inquérito: uma análise do discurso judiciário

Para Correa, o espaço do judiciário visa uma reafirmação dos valores dominantes, ou seja, a manutenção da hierarquia social. Para ela a ideologia além de ser um conjunto de valores é um conjunto de práticas, no qual o judiciário, enquanto um instrumento da classe dominante é utilizado para preservar os valores destes.

Desta forma, imersos no discurso judiciário, percebemos várias vozes conflitantes no inquérito do incêndio que ocorre na Igreja antigo-católica em 6 de janeiro de 1934. O depoimento do padre Bartnicki menciona ter ele acordado com o barulho de um incêndio que acometia a igreja no andar inferior; muito machucado, foi socorrido por uma moça que morava no prédio ao lado da Igreja que abrigava a Escola da Igreja Antigo Católica para os poloneses. Os senhores Stefano Pilarski e José Hoffmann prestaram os primeiros socorros e o levaram para o hos-

pital. Ainda em seu depoimento, o padre Bartnicki faz menção a uma tentativa de envenenamento do vinho que tomaria durante a missa, afirmando que o incêndio da Igreja teria sido um ato criminoso de atentado à sua vida. Afirmou que vinha recebendo ameaças de morte, através de cartas anônimas que exigiam que ele deixasse o Brasil; porém, como estas cartas foram queimadas durante o incêndio, não podia provar tal acusação. (INQUÉRITO, 1934)

No depoimento do Sr. Stefano João Miller, quando perguntado sobre as causas do incêndio, este acaba deixando escapar a tensão entre os católicos romanos e antigos- católicos:

[...] que não sabe atribuir à causa ou a origem do incêndio, que o depoente afirma que há discordância entre os dois grupos de poloneses adeptos da religião Romana e Antiga; que é verdade que os poloneses da religião Romana guardam ódio pelos da Igreja Antiga e sendo esse fato conhecido nesta cidade. (INQUÉRITO, 1934)

Ainda em seu depoimento, disse que na hora do incêndio não chovia e nem havia raios, opondo-se a outras testemunhas que afirmavam que os raios e a chuva forte da noite do dia 5 de janeiro teriam provocado um curto circuito elétrico que dera início ao incêndio na Igreja.

Numa análise mais minuciosa do testemunho de Stefano João Miller, este acaba demonstrando que ocorriam tensões na própria comunidade polonesa, devido à transferência de alguns poloneses para a Igreja do padre Bartnicki. Porém, quando foi dada a palavra ao promotor, este não inquiriu a testemunha sobre a possibilidade de o incêndio poder ter sido gerado em decorrência do atrito entre os indivíduos partícipes da Igreja católica e da antigo-católica. De certo modo, este acaba não dando importância às tensões. Mesmo quando o senhor Miller mencionou que esse fato já era conhecido pela cidade, o promotor não deu crédito à sua afirmativa, nem mesmo à do padre Bartnicki que acusou algum partícipe da Igreja católica (polonês ou não) de estar ameaçando-o caso não saísse do Brasil.

No depoimento da senhora Maria Stauczik, esta também menciona a dissidência entre os poloneses, já que se denomina partícipe da Igreja do padre Bartnicki, moradora da casa nos fundos do Clube Renascença, o clube dos poloneses, localizado ao lado da Igreja antigo-católica.

No entanto, o posicionamento do promotor intriga: este não faz qualquer pergunta às testemunhas, além de apenas estar presente efetivamente apenas no inquérito das duas primeiras testemu-

nhas. Durante o depoimento da terceira e da quarta testemunha este se retirou antes do término dos esclarecimentos, e até mesmo quando convoca mais três testemunhas que deveria corroborar com a tese de que o incêndio fora criminoso, também não presenciou seus depoimentos, demonstrando certa hostilidade ao caso.

Também o senhor Ludovico Szesz se afirmou adepto da Igreja Antigo Católica, fazendo menção à existência de uma biblioteca com livros raros de propriedade do Padre Bartnicki, e que possuía um valor financeiro razoável. É a única testemunha que confirma a versão do padre Bartnicki sobre o incêndio na referida Igreja como atentado à vida do padre. Afirmou ainda ter estado na missa celebrada pelo padre Bartnicki, que suspeitou do vinho, dizendo que havia visto uma mosca dentro do cálice e, ao retirá-la, sentiu um cheiro forte; por isso dispensou o vinho, enchendo novamente o cálice para continuar a celebração.

Em alguns depoimentos são percebidos questionamentos pelo fato do prédio, que abrigava no andar superior a residência do padre e no andar térreo o templo, ser um imóvel novo. Por isso a Comissão Polonesa da Igreja antigo-católica, que solicitou a instauração do inquérito, foi apontada pelo promotor como um possível réu, alegando assim que estes tinham interesse na extinção da Igreja para locupletar com o dinheiro do seguro, já que tanto o imóvel quanto os móveis estavam assegurados por duas companhias da cidade, o que demonstraria um caso possível de fraude contra as mesmas. Sobre os valores, estes estão presentes na declaração do padre Bartnicki: “na Companhia lorkshire na importancia de vinte e três contos de reis (23: 000\$000) e mais segurada na Companhia P. E. digo na companhia Companhia “Pearl” na importancia de dezoito contos de reis (18:000\$000). (INQUÉRITO, 1934)

O único que menciona efetivamente que o incêndio fora criminoso foi o padre Bartnicki. Tal informação, mais tarde, vai ser apropriada e distorcida pelo promotor público interino Syllas Barbosa, sob vista de incriminar a Comissão da Igreja antigo-católica, representada por Stefano Pilarski. Neste caso, a versão do padre Bartnicki, de que o incêndio foi criminoso e de atribuir culpa a algum partícipe da Igreja católica, pois fora muitas vezes noticiado nos jornais, nas cartas pastorais do bispo e na declaração do Consulado polonês, de que sua atuação não era autorizada, sustenta a tese de que o sacerdote recebera cartas que o ameaçavam

caso não deixasse o Brasil. De fato, sua presença era incômoda e indesejada por parte das autoridades políticas, representadas pelo Consulado, e pelas autoridades religiosas, representadas pelo bispo Mazzarotto.

O lócus que a Igreja Antigo Católica ocupava também era privilegiado, já que era vizinha ao Clube Renascença, onde os poloneses confraternizavam-se com os seus nacionais. Percebemos que o padre era figura constante no clube através do depoimento de Maria Stauczik, residente aos fundos do Clube Renascença, quando esta afirma que o padre ia fazer as refeições em sua casa. (INQUÉRITO, 1934)

Sobre a acusação de que a Comissão desejava locupletar-se com os seguros, percebemos que esta prática foi constante nos registros de processos- crime e inquéritos a partir do ano de 1929. Constatamos que nos vinte casos de incêndio compreendidos entre 1929 e 1934 na cidade, dezesseis tinham a cobertura de Companhias de Seguro. A Companhia Pearl, uma das quais a Igreja antigo-católica vai ser assegurada, aparece apenas duas vezes nesse período. Já a Companhia Yorkshire, onde a importância do seguro da Igreja era maior, aparece em onze casos no período. Isso nos leva a crer que, por apresentar uma maior quantia na apólice do seguro, os indivíduos incendiavam os imóveis a fim de locupletar-se. Por isso, para o promotor, devido ao fato de fraudes contra seguradoras ser corriqueiro, seria mais fácil solucionar o caso através da acusação à Comissão da Igreja.

O laudo dos peritos também apresenta algumas brechas: como não souberam precisar a origem do incêndio, assumem a tese do promotor e apropriam-se do discurso das testemunhas, alegando que este decorreu de alguma fâsca elétrica.

Desta forma, a versão dos peritos visa corroborar que o incêndio não tenha sido criminoso. O promotor, ainda insatisfeito com o depoimento das testemunhas, mesmo que a maioria das declarações não tenha sido acompanhada por ele e nem tenha feito perguntas a estas sobre o caráter do atentado, convocou outras três testemunhas vizinhas do templo. No entanto, o que intriga é que, ao convocar estas testemunhas, acreditava-se que este deveria acompanhar o depoimento, o que não fez.

O promotor visava construir um imaginário negativo sobre a Comissão Polonesa da Igreja antigo-católica para assim dar sustentação às suas acusações, para que estas fossem aceitas pelo juiz.

De certa forma, estigmatiza os poloneses que pertencem a essa Comissão, desqualificando a atuação da Igreja antigo-católica através deles.

O próprio delegado, ao afirmar a acusação do padre Bartnicki de que o incêndio era um atentado à sua vida devido a dissidências dos poloneses, alegou que isso não foi evidenciado, e reforçou o papel da polícia: “não ficou apurado qualquer facto que confirmasse semelhante atribuição apesar dos esforços neste sentido feito em sindicâncias por esta Delegacia”. (INQUÉRITO, 1934)

No entanto, como já apontado anteriormente, apenas duas primeiras testemunhas se reportaram diretamente ao conflito entre os poloneses; porém percebe-se que na continuidade do inquérito isso foi tirado de cena, para sustentar a tese de que o incêndio fora gerado pela Comissão.

Quando o promotor público solicita mais testemunhas, visa sustentar quão suspeitos eram os posicionamentos da Comissão Polonesa que mantinha a Igreja antigo-católica, já que seu representante, Stefano Pilarski, fez a denúncia à Polícia e pagou os custos financeiros do inquérito. Assim, o promotor acusa a Comissão Polonesa de ter provocado o incêndio para obter o dinheiro do seguro:

A Sociedade que mantém a Igreja pó-la no seguro em duas companhias, num total de 41: 000#000, e constitui procurador para acompanhar o inquerito sobre o sinistro.

O procurador constituído, porem limitou-se a tentar esclarecer a causa e origem do fogo, não procurando indagar se se tratava de incendio proposital, com o fim de se completar-se com o producto dos seguros. (INQUÉRITO, 1934)

Desta forma, ele não acusa o padre Bartnicki, mas se convence de que o atentado fora criminoso, sob a alegação de que as testemunhas confirmaram isso. No entanto, apenas o Padre Bartnicki e o senhor Ludovico Szez afirmaram que o incêndio foi criminoso; as demais testemunhas afirmam de forma consensual que o incêndio havia sido ocasionado por alguma descarga elétrica, em decorrência da tempestade ocorrida na noite do sinistro. O promotor afirma ainda ter sido vistas duas latas de gasolina ao redor do prédio; que supostamente o autor teria utilizado esse combustível para inflamar dinamites, baseando-se nos depoimentos que afirmaram ter ouvido uma grande explosão no momento do incêndio. O promotor considera o incêndio como ato criminoso pelo mesmo ter sido instantâneo, não permitindo contê-lo, destruindo muito rapidamente o prédio que abrigava a Igreja. Ainda em seu discurso, podemos perceber a influ-

ência cristã no campo jurídico:

O incendiario é um homem sem alma, insensível aos sofrimentos dos seus semelhantes.

Ao perpetuar o crime elle não pensa no mal que poderá causar a victimas inocentes e inteiramente estranhas às suas cogitações malvadas.

Elle só têm em mente os seus míseros interesse materiaes.

Pouco lhe importa que pereçam homens, crianças, mulheres sob às acções do fogo.

Elle só quer o seguro. (INQUÉRITO, 1934)

No depoimento das testemunhas vizinhas ao prédio que abrigava a igreja, este também não obteve êxito, pois no depoimento estas afirmam que a Igreja não tinha interesse no seguro, já que ela era amplamente frequentada. Em seu depoimento, o senhor Jacob Fantych, polonês, proprietário de um comércio de móveis próximo à igreja do padre Bartnicki, afirma ter entrado no prédio algumas vezes, pois o mobiliário desta fora, em parte, adquirido em sua loja. Porém se afirma como não adepto da Igreja Antigo Católica, mesmo sendo polonês. Este se contradiz em seu depoimento, afirmando inicialmente que acreditava ser o incêndio criminoso; no entanto, no decorrer do inquérito, afirma que o incêndio fora provocado por um curto-circuito, alegando que nenhuma pessoa teria interesse no desaparecimento da Igreja Antigo Católica, já que o templo era bem construído e frequentado pelos seus adeptos.

O que podemos apontar é como os trâmites do inquérito visaram eximir de qualquer culpa os poloneses católicos, já que no depoimento do senhor Miller, mencionado acima, poderia dar a entender que apenas os poloneses católicos teriam interesse na extinção do templo. Porém, percebe-se uma retirada de cena do interesse católico na extinção da Igreja, já que nos depoimentos, percebemos que as testemunhas afirmam que ninguém teria interesse na extinção da mesma. Porém sabemos que a outra empresa de bens de salvação, a Igreja católica não desejava coexistir com a Igreja antigo-católica, queria se sobrepuser a esta. Assim, ao convocar mais testemunhas, o promotor visa confirmar sua tese de que a Comissão, representada pelos seus adeptos tinham interesse no seguro; no entanto mesmo que algumas testemunhas não se reconhecessem enquanto adeptos da Igreja católica (e presumimos que estas possivelmente eram católicas), afirmaram que seus adeptos não tinham interesse na extinção da Igreja. Assim, nenhuma das três últimas testemunhas mencionam os conflitos entre católicos e antigo-católicos, nem tampouco sustentam a tese do

promotor, como no depoimento de Valentim Gusso: “que a igreja era grandemente freqüentada pelos seus adeptos e que estes ou a Comissão da Igreja, não tinham nenhum interesse no desaparecimento do templo, visto como no entender do depoente tudo ali corria bem e na mais completa harmonia.” (INQUÉRITO, 1934)

Assim como nos outros dois depoimentos, estas testemunhas foram inquiridas sobre a possibilidade de um incêndio causado por algum produto inflamável, ou seja, criminoso. Porém mesmo vizinhas do templo, estas como as demais não sentiram nenhum cheiro de algum produto inflamável, sugerindo, assim, a possibilidade de um incêndio decorrente das descargas elétricas provocadas pelas chuvas intensas da noite do sinistro.

Assim, percebemos que mesmo que houvesse a tentativa da máquina judiciária em afirmar que o incêndio fora criminoso, no decorrer do inquérito isso foi transformado em acusação para a própria Igreja antigo-católica, representada pelo senhor Stefano Pilarski. Foi retirada de cena qualquer possibilidade de culpa de adeptos da Igreja católica, nesse caso não compreendendo apenas os poloneses mas os demais católicos que, assim como o bispo Mazzarotto, não desejavam que a Igreja permanecesse, estigmatizando o padre como um *outsider*, pois os adeptos da Igreja não gozavam do prestígio católico e nem de uma prática religiosa legítima como o catolicismo. Desta forma, o promotor Syllas Barbosa envia sua conclusão ao Ministério Público na qual afirmava que, mesmo acreditando que o incêndio fora criminoso, não possuía elementos para comprovar a sua tese.

Através de Britto, compreendemos a relação que se estabelece entre os sujeitos do discurso, no qual muitas vezes ocorrem contradições quando o indivíduo em contato com sua exterioridade no jogo da alteridade, percebe-se questionamentos e choques entre as identidades dos agentes. Desta forma, percebemos que o promotor se identifica com o catolicismo, devido ao teor religioso do seu discurso, o agente constrói uma verdade acerca dos fatos. Segundo Britto, na análise discursiva isso é denominado “ilusão necessária”, momento em que se apagam ou rejeitam elementos que não corroboram com sua construção discursiva. Na análise do inquérito, percebemos que a construção discursiva do promotor visa se tornar coerente, mesmo que de forma autoritária, esta tenta suprimir a voz do outro. (BRITTO, 2008, p. 09-10)

Correa (1983, p. 15-16) afirma que o espaço

jurídico era uma instituição de agressão simbólica, não apenas dirigida às mulheres, como no caso analisado por ela sobre os crimes de paixão que ocorreram em Campinas entre 1950 e 1960, mas era também uma violência dirigida a classes, já que o Direito é uma linguagem tecnicista, que não deseja ser compreendida pelos leigos. Desta forma compreendemos que a intimidação que o promotor, enquanto agente desse campo, gera sobre a Comissão Polonesa da Igreja antigo-católica, é de alguma forma direcionada também ao polonês, já que era dirigida por poloneses: o senhor Stefano Pilarski, o presidente, e o senhor Teodoro Sbrasseczski, secretário.

Assim, ao duvidar da intenção destes em por a Igreja no seguro, ele pretende demonstrar o quanto estes poloneses pertencentes à Igreja eram indivíduos suspeitos de alguma forma. Por isso as acusações funcionam como uma violência simbólica, tendo em vista que em nenhum momento o promotor deu crédito à acusação do padre Bartnicki de que o incêndio fora provocado por algum desafeto da Igreja antigo-católica. Demonstra ainda o espaço ocupado por esta na estrutura social, um espaço inferior, onde as afirmações são desacreditadas por pertencerem a uma Igreja *outsider*. Assim percebemos o quanto coeso era o grupo católico, a ponto do promotor não orientar as acusações do incêndio a qualquer membro da Igreja católica, polonês ou não, mas sim aos participantes da Igreja antigo católica, para reforçar o caráter negativo da atuação desta na cidade.

Compreendemos assim que a representação do incêndio ocorre através de um aparato policial e jurídico, onde o promotor e o delegado são mediadores dos acontecimentos que visam demonstrar a violação da lei. Assim o inquérito é construído através de elementos inseridos e realçados, bem como aqueles que serão descartados no decorrer dos trâmites. Estes agentes escolhem estes elementos a partir de regras próprias de funcionamento do aparato repressivo do judiciário, o que Correa denomina de “visão jurídica” dos fatos. (CORREA, 1983, p. 23)

Quando algumas testemunhas afirmaram que o incêndio teria ocorrido por vingança contra a Igreja antigo-católica, esse fato vai sendo suprimido pelo promotor no decorrer do inquérito, bem como pelo delegado, Joaquim dos Santos Ribas, percebemos essa cristalização da “visão jurídica” dos fatos. Tendo em vista que, ao dar credibilidade a esta afirmação, trariam à tona a possibilidade de uma ação criminosa por parte de algum católico, o que com

certeza não era a solução do caso que estes agentes do campo judiciário tinham em vista. Percebemos no discurso do promotor Syllas Barbosa, que visa reforçar o carisma do grupo católico, que o mesmo não seria capaz de praticar um crime, já que aos olhos do promotor o criminoso seria um adepto da Igreja antigo-católica: “Ele só quer o seguro. E numa palavra, um infame desalmado e despido dos mais elementares sentimentos cristãos.” (INQUÉRITO, 1934)

O reforço do ideário cristão é de que a Igreja incendiada e seus adeptos não poderiam ser compreendidos enquanto cristãos, ou seja, não poderiam compartilhar dos bens simbólicos religiosos de Cristo; logo poderiam ser compreendidos como heréticos à verdadeira Igreja, a católica.

Ainda através de Britto compreendemos que o discurso jurídico é desenvolvido a partir do método lógico-dedutivo, que visa ser reconhecido enquanto uma voz absoluta, tentando controlar e apagar o exterior. Mas ainda assim conseguimos ir além da superfície textual, percebendo os conflitos entre os agentes e perceber a fragilidade das suas afirmativas, já que a tese de um incêndio provocado pela Comissão que mantinha a Igreja não se sustenta. Além disso, as posições dos agentes do inquérito eram marcadas por uma hierarquia, tendo em vista que o parecer do promotor deveria ser aceito por uma instância acima dele: o juiz.

Para compreendemos o caso, devemos partir da definição de crime para o judiciário, que segundo Correa é: “Se o crime é um questionamento, uma quebra de determinada regra jurídica, ele servirá ao mesmo tempo como pretexto para o escrutínio da adequação ou não do acusado (e da vítima) a outras normas do convívio social e ao seu reforço ou enfraquecimento.” (CORREA, 1983, p. 24)

Desta forma, o discurso dos agentes jurídicos visa adequar o acusado, no caso a Comissão Polonesa da Igreja Antigo Católica, enfraquecendo a atuação da Igreja, acusando os próprios de terem incendiado para locupletar-se com os seguros. Percebemos que o discurso do promotor Syllas Barbosa, quando acusa a Comissão, estigmatizando-a como despojada de elementos cristãos, reforçou subliminarmente que a Igreja católica era a verdadeira. Assim, seus partícipes eram adequados ao convívio social e não provocaria um incêndio naquelas dimensões, colocando em risco a vida de outras pessoas, como a Comissão da Igreja, acusada por ele.

Os agentes do campo judiciário, devido ao lócus que ocupam, são incumbidos de avaliar as causas do

incêndio, a partir de duas possibilidades: de que fora intencional, ou de que fora casual. Por isso, quando o discurso visa reportar-se a estes agentes, busca reforçar o seu papel de portadores da verdade autorizada e representante do poder instituído, se autoafirmando por assumirem: “compromisso da lei, de bem e fielmente desempenharem a sua missão.” Portanto reforçam o seu múnus público, inserindo-se num contexto mais amplo, como indivíduos que tratariam dos bons costumes através do exercício da Justiça. Reforçaram um ideário de que, enquanto homens bons saberiam avaliar o incêndio e produzir uma análise que deveria ser compreendida enquanto uma verdade irrefutável acerca dos fatos. Ou seja, a atuação desses agentes do campo judiciário precisava ser reconhecida pelos demais indivíduos da sociedade. Seu parecer poderia ser aprovado ou reprovado pela comunidade a qual estes agentes do campo jurídico pertenciam, o que nos leva a crer que estes eram orientados também por convenções sociais. (INQUÉRITO, 1934)

Portanto, para uma sociedade hegemonicamente católica, estes agentes não poderiam produzir uma análise dos autos do incêndio que destoassem das práticas religiosas aceitas na sociedade pontagrossense, onde o católico gozava de prestígio e reconhecimento, e partilhava do carisma e do capital simbólico acumulado pela Instituição. Desta forma, para eles, não poderia ser atribuído a um católico uma tentativa de crime contra uma seita.

O escrivão Agenor Garcia da Rocha no início dos autos do incêndio assim menciona: “A Comissão Polonesa da Antiga, digo da Igreja Antiga Católica, representada pelos seus Directores abaixo assignado, vem requerer se digneis mandar abrir rigoroso inquerito afim de serem apuradas as causas do sinistro que na madrugada de hoje destruiu inteiramente o predio onde funcionava o templo da seita.” Desta forma, este demonstra mesmo que a Comissão seja atribuída à uma Igreja, esse visa desqualificá-la como seita, dando um tom pejorativo e reforçando o caráter ilegítimo da atuação desta. Seu discurso representa assim a postura da sua instituição, ou seja, a jurídica, onde a escolha das palavras é orientada pela significação destas e as convenções a que este está disposto, o que Britto denomina de ajuste entre palavras e fatos. (BRITTO, 2008, p. 13)

Através do inquérito podemos também evidenciar que havia pessoas que freqüentavam as duas igrejas: a antigo-católica e a católica romana, como no depoimento da última testemunha, o senhor Alberto Kawp, polonês que afirma, após ser inquerido

sobre a Igreja Antigo Católica, “onde as vezes ia assistir missas ou novenas”. (INQUÉRITO, 1934)

O que tentamos, na análise dos discursos produzidos pelos agentes envolvidos, é perceber vários significados e multiplicidades, buscando apreender sentidos ocultos nos textos. Inferimos que o autor não pode ser apenas compreendido como aquele que escreve, mas buscamos entender suas significações e intencionalidades, já que para Foucault são raríssimas as exceções em que o autor não possui uma intenção no seu discurso. (FOUCAULT, 1981, p. 25-26)

Na análise do inquérito do incêndio da Igreja Antigo Católica, utilizamos o método indiciário de Ginzburg. O método é exemplificado a partir do paradigma criado no fim do século XIX, pelo crítico de arte Giovanni Morelli. Este parte de uma abordagem qualitativa na análise das obras de arte, uma alternativa aos problemas que surgem quanto à datação, ou atribuição equivocada de obras a autores. Este paradigma consiste na análise de dados mais negligenciáveis, ou seja, dados que não estão evidentes na obra. Na observância de dados mais marginais em detrimento do conjunto, a partir de detalhes, no caso de obras de arte como lóbulos das orelhas, as unhas, etc. (GINZBURG, 1989, p. 143-181)

Segundo Ginzburg (1989, p. 15) o pesquisador deve desenredar os fios que formam o texto, decifrando-os para além da superfície textual, enxergando os momentos de avanços e recuo desse choque cultural. Devemos ter em vista que estes possuem vozes conflitantes, mas não realidades conflitantes.

Essa apreensão da realidade opera através da religião, designa a representação que estes sujeitos têm do mundo, que se torna visível através da ostentação de símbolos. Neste caso o discurso dos juristas funciona como um instrumento, que gera um constrangimento por parte dos réus e das testemunhas, uma violência simbólica, como aparato de exercício do poder.

Segundo Britto, o discurso jurídico é permeado por um ritual de linguagem, implícito e partilhado pelos interlocutores que constituem este campo. Assim o interlocutor do discurso do promotor é o juiz, por isso aquele deve convencer para que o inquérito torne-se um processo e seja aceito pelo Ministério Público. Desta forma, o promotor domina o discurso jurídico e é através deste que a sua competência é reconhecida pela sociedade como legal. Estes agentes, segundo a autora, estabelecem uma relação de equilíbrio, onde os discursos que estabe-

lecem entre si podem ser compreendidos como um contrato. Por isso o papel do promotor é o de ressaltar o caráter criminal do incêndio da Igreja antigo-católica, consolidando o argumento de que a Comissão da Igreja desejava fraudar as companhias de seguro, utilizando as dimensões do incêndio como parte do argumento:

Pela leitura dos autos e pelas circunstancias que acompanharam o sinistro se verifica que este auto foi criminoso, isto é, tal incendio foi proposital. O só facto do predio da Igreja desaparecer com a varragem da fogueira em poucos momentos, demonstra que esta foi ateadada por mãos criminosas. (INQUÉRITO, 1934)

Para tanto, se percebe que este não mede esforços para implementar fatos que não foram citados pelas testemunhas, nem mesmo pelo próprio padre Bartnicki, como a presença de latas de gasolina que teriam inflamado dinamites, o que ele presumiu pela unanimidade nas afirmações das testemunhas sobre um forte estrondo no momento do incêndio, porém mesmo que tenha solicitado mais três testemunhas de vizinhos ao templo incendiado, estes não acrescentaram nenhuma informação. Ponderamos isso no discurso de Jacob Faintech, mesmo sendo um polonês não adepto da Igreja antigo-católica; percebemos nas ruas respostas, como foi inquirido pelo delegado Joaquim dos Santos Ribas, que orienta seus questionamentos sobre o sinistro, buscando que esta testemunha não divergisse das afirmações das demais testemunhas de que o incêndio tinha sido ocasionado por algum raio:

[...] segundo teve oportunidades de verificar; que na noite em cuja madrugada se verificou o incendio, era chuvosa e com muitos trovões e faíscas eletricas, podendo por isso atribuir o incendio a algum raio, o que não lhe admira e é isso a versão geral. (INQUÉRITO, 1934)

Para o promotor interino, a Comissão da Igreja no decorrer do inquérito procurou não inquirir as testemunhas a respeito do caráter do incêndio ter sido provocado criminosamente, o que visava assim tirar a atenção do evento para corroborar a tese de que fora gerada por uma faísca elétrica. Segundo o promotor, estavam mais dispostos a saberem a origem do incêndio e a causa, para locupletar com o produto dos seguros.

Na análise de Britto sobre um processo de atentado ao pudor, esta evidencia o discurso do promotor, é permeado de valores implícitos, demarcando a distância entre o acusado e a vítima. No nosso

caso, a vítima seria os vizinhos ao templo, até mesmo o padre. Assim ele caracteriza o suposto autor do incêndio: “Ao perpetuar o crime elle não pensa no mal que poderá causar a victimas inocentes e inteiramente estranhas às suas cogitações malvadas”. (BRITTO, 2008, p. 15-16)

O promotor ressalta assim o papel da justiça, através de sua atuação: “deve-lhe ser impiedosa, implacável à par do soberano despréso a que lhe devem votar os homens honestos e dignos”. Reforçou também o papel da sua atuação, habilitado a promover a justiça, justificando que, caso não requeresse mais testemunhas, não gozaria do reconhecimento que a polícia possui, já que esta, pautada no método indiciário, deve procurar os resquícios, até que se chegue ao esclarecimento do caso. Defendeu assim: “que requerer o archivamento deste inquerito é concorrer de modo indirecto para a impunição de criminosos, e de modo directo para a continuação destes crimes monstruosos, aonde o perigo é comum” (INQUÉRITO, 1934)

Assim nas palavras de Fiorin (apud Britto p. 16), a finalidade do ato de enunciar não é apenas informar os fatos, mas convencer o interlocutor, através de um jogo de manipulações da sua versão, tornar a sua análise dos fatos, enquanto verdade absoluta irrefutável. O agente realiza este jogo através de um discurso persuasivo, que externa sua autoridade, seu poder. Ele discorre pelo fato, apropriando-se dos discursos das testemunhas da forma que lhe convém, demonstrando ao juiz ser um conhecedor dos fatos, sendo sua construção discursiva a única possível para o evento.

Portanto, mesmo que o promotor público tenha sustentando a tese de que este fora gerado por mãos criminosas, e tentando também incriminar a Comissão Polonesa, acusando-a de querer se apoderar do dinheiro dos seguros, todas as testemunhas afirmam que a Comissão não teria interesse em extinguir a Igreja, já que esta era amplamente frequentada, além dos próprios poloneses terem auxiliado na construção do templo. No entanto, ainda na conclusão, o promotor público, devido ao fato de ser interino, ou seja, estar substituindo o promotor efetivo, desejava demonstrar um trabalho eficiente, reafirmando a tese de que o incêndio fora criminal, mas que por falta de provas não poderia acusar ninguém, ou seja, atribuir o incêndio a um nome:

[...] e posto que esta Promotoria interina esteja completamente convencida de que o incendio é proposital todavia não dispondo de elementos para mais amplas indagações para o fim de agir judicial-

mente sentenciando o autor ou autores de tão grande attentado, sou de parecer que estes autos sejam archivados; pois que é certo, que enquanto a acção criminal se não prescrever é lícito ao M. P agir desde que lhe chegue ao conhecimento provas de quem seja o autor do delicto. (INQUÉRITO, 1934)

Por isso, o promotor tentou qualificar o atentado como criminoso, mesmo que a maioria das testemunhas não corroborasse a sua tese. Seu discurso é permeado pela religiosidade:

É numa palavra, um infame desalmado e despidido dos mais elementares sentimentos cristãos. Também a Justiça deve-lhe ser impiedosa, implacável à par do soberano despréso a que lhe devem votar os homens honestos e dignos. (INQUÉRITO, 1934)

Ao salientar que o suposto criminoso não possui sentimentos cristãos, visava reforçar a versão de que a Comissão Polonesa queria o dinheiro dos seguros. Realçou o caráter suspeito da Igreja, no qual a Comissão Polonesa representa a atuação desta, através de seus representantes, que a Igreja antigo-católica era despojada de sentimentos cristãos, defendendo a tese de que a única detentora destes era a Igreja católica. Por isso ele reafirma o desprezo a estes indivíduos, que enquanto representantes dessa religião que se corromperam para locupletar-se com o dinheiro dos seguros. Assim ele desqualifica a Igreja Antigo Católica a partir da Comissão Polonesa quando alega: “Pouco lhe importa que pereçam homens, crianças, mulheres sob à acções do fogo. Elle só quer o seguro.” (INQUÉRITO, 1934)

Para melhor compreendermos a disposição destes agentes do campo jurídico presentes no inquerito, devemos utilizar a análise que Correa faz do campo judiciário, onde estes ocupam espaços dentro de uma hierarquia. Os delegados estão na base do triângulo judiciário, por isso são bacharéis em Direito, pois ao redigirem o relatório dominam a linguagem para apresentação dos fatos; assim estes devem ser compreendidos como intermediários entre a Justiça e os praticantes de delito. Recebem salário menor, bem como possuem menos prestígio dentro da máquina judiciária se comparado aos juizes e promotores. (CORREA, 1983, p. 48-49)

Já os promotores públicos possuem vários casos para se dedicar. E se comparados ao trabalho dos advogados, têm um compromisso com a sociedade e geralmente só acusam se estiverem convencidos das provas. Porém compreendemos que esse compromisso com a sociedade é perceptível na análise que o promotor público Syllas Barbosa faz do incên-

dio, o seu compromisso social também perpassa o compromisso religioso, por isso não poderia condenar um católico pelo incêndio e demonstrar através do caso, uma intolerância religiosa na cidade na década de 30. Sua preocupação era de demonstrar que a Igreja concorrente, a Igreja antigo-católica era responsável pelo ato do incêndio por não ser possuidora dos sentimentos cristãos mencionados acima. Assim, o promotor também estigmatiza através da sua denúncia ao juiz, a Igreja antigo-católica enquanto perversa e subversiva. (CORREA, 1983, p. 66)

De acordo com Correa, os indivíduos pertencentes ao corpo judiciário são permeados pela hierarquia e prestígio que dependem das funções que ocupam. O promotor tem perspectiva de ascensão de cargo, já que pode se tornar um desembargador, procurador do Estado e desempenhar uma função semelhante à do juiz. No entanto o juiz não ascende de cargo. (CORREA, 1983, p. 71)

Isso nos permite compreender os interesses do promotor interino Syllas Barbosa, já que o seu desempenho pode lhe garantir uma promoção que lhe desse mais vantagens que o cargo de promotor. Seu discurso visa demonstrar que sua atuação independe do juiz, mesmo que ocupe o mesmo espaço físico jurídico, o fórum. Porém, como a sua acusação depende do juiz, a sua autoridade é frágil. Desta forma compreendemos como estes indivíduos partilham de parâmetros e valores diversos; nas palavras de Correa, estes utilizam: “(...) a aplicação da noção abstrata e absoluta de justiça – à qual todos estão sujeitos pelas funções que cumprem – e por outro, os interesses de promoção pessoal, que cada um deles também defende.” (CORREA, 1983, p.72)

Assim, enquanto um discurso que não é neutro, mas orientado ideologicamente, estes agentes também se revestem do discurso da verdade que segundo Brito:

O discurso autoritário do sujeito julgador “barra” a voz do outro, ou seja, é um discurso monofônico, segundo Ducrot, pois as vozes que naturalmente se mostram nos textos polifônicos, são abafadas ou ocultadas sob a aparência de uma única voz nos discursos jurídicos, essencialmente monofônicos. (BRITTO, 2008, p. 21)

Desta forma, o discurso presente no inquérito do incêndio sobre a Igreja Antigo- Católica nos permitiu vislumbrar também que esta era freqüentada por povos de outras etnias, e não apenas os poloneses, como os jornais demonstravam. Por exemplo, no caso do senhor Miguel Vadeco, brasileiro que, em seu depoimento ao inquérito, afirmava ser fre-

qüentador da Igreja: “que o depoente desde que começou a frequentar a referida igreja, ali via a biblioteca a que se referia, vista como, quando começou a frequentar a igreja, esta já estava funcionando há uns três meses, depois de construída”. (INQUÉRITO, 1934)

Assim o inquérito acaba por ser arquivado pois, devido à falta de provas, não poderia ser levado adiante.

Portanto, percebemos que, apesar dessas fontes serem compreendidas como monólogos, pode-se vislumbrar as representações da Igreja antigo-católica e a manipulação dos agentes jurídicos presentes no discurso do inquérito. Compreendendo o campo judiciário enquanto uma instância de poder permeada por outros poderes, como o religioso que, através da sua atuação, tentou preservar um ordenamento social e conservar uma hierarquia religiosa na cidade nos anos 30 do século passado, quando a Igreja católica ocupava um locus privilegiado e deveria permanecer hegemônica.

Considerações finais

Partindo da análise de Wachowicz sobre a colonização polonesa no Paraná e Santa Catarina, percebemos que a possibilidade de cisma já era pensada pelos primeiros poloneses estabelecidos no Brasil, devido à insatisfação destes com a desatenção dos governos com a religiosidade polonesa, devido ao projeto de nacionalidade brasileira que vai se acirrando cada vez mais durante o governo getulista.

Assim evidenciamos também que a Igreja católica, mesmo após a proclamação da República, continua a ocupar espaço privilegiado, visando manter-se ascendente ao disputar a hegemonia religiosa com outras empresas de bens de salvação que agora gozavam de liberdade religiosa. (CANÇADO, 2003, p. 16)

Reiteramos que no recorte temporal desta pesquisa, a Igreja Católica pode ser compreendida enquanto uma religião oficial do Estado, que busca o reforço de sua legitimidade junto a ele, contradizendo o texto da Constituição de que nenhuma Igreja gozaria de caráter oficial.

Desta forma, o bispo Mazzarotto buscou consolidar o poder da Igreja Católica, tendo em vista que a criação da diocese ainda era recente (1926) e a atuação do bispo tenha se iniciado em 1930. As relações que se estabelecem entre os católicos pon-

tagrossenses e a instituição religiosa católica são por várias vezes contraditórias. Mesmo que o imaginário religioso tenha sido orientado desde o princípio pelo catolicismo, o momento em que se conjuga o cisma polonês na cidade é de mudanças no discurso religioso, quando a autoridade do bispo buscava ressignificar as práticas do catolicismo pontagrossense através da romanização. (ZULIAN, 2009, p. 5)

Como apontado no terceiro capítulo, a Igreja antigo-católica não apenas mobilizou os poloneses católicos da cidade, mas também os povos de outras etnias como nos demonstrou a análise do inquérito. Por isso compreendemos a pressão colocada sobre a atuação do bispo Mazzarotto, que temia perder mais fiéis para esta empresa de bens de salvação. Desta forma, as representações discursivas produzidas pelo *Diário dos Campos* e pelo bispo buscavam estigmatizar o padre Bartnicki como um *outsider*, visando assim deter o cisma e reconduzir os fiéis novamente à Igreja católica.

Percebemos que os discursos destinados ao nacional polonês demonstram de forma unilateral a ideia de cisma dessa Igreja, já que o padre Bartnicki atuava através de outros meios, como a sua presença constante no Clube Renascença. Tais fatos apontam para a possibilidade de que os poloneses envolvidos no clube conviviam constantemente com a presença do sacerdote. Outro fato foi o caso mencionado no jornal *Diário dos Campos*, sobre uma chuva que teria acometido a casa de poloneses que estavam em presença do padre Bartnicki, que visou representar o padre Bartnicki como um indivíduo de atuação suspeita e de práticas religiosas inapropriadas.

Argumentamos que a atuação do padre Bartnicki possuiu uma relativa vantagem, se comparada com a do bispo Mazzarotto, que era responsável pela atuação religiosa em toda a diocese; o padre Bartnicki podia destinar sua atenção a apenas uma comunidade, portanto sua presença era mais constante, o que lhe permitia participar do cotidiano dos poloneses, almoçando na casa aos fundos do Clube Renascença, ou até mesmo indo à casa dos outros poloneses residentes na cidade, compartilhando assim de laços de amizade e cordialidade. Desta forma, a atuação do sacerdote confirma a possibilidade de cisma e pode ser compreendido como consequência da onipresença do agente religioso. O padre Bartnicki parecia prestar uma assistência religiosa adequada às necessidades dos poloneses, já que confraternizava com eles, atendendo aos anseios da *polonidade*.

Apesar das tentativas do *Diário dos Campos* e do bispo em estigmatizá-lo como um indivíduo despojado do carisma da Igreja católica, de atuação ilegítima, este mobilizou vários poloneses, como pudemos constatar na análise dos depoimentos das testemunhas intimadas pelo inquérito. Assim apontamos que entre os anos de 1932 e 1934, estas afirmaram de forma unânime que a Igreja era muito frequentada e que seus fiéis não tinham interesse na extinção da mesma. A suspeição levantada pelo promotor público de que a Comissão teria provocado o incêndio para locupletar-se com o dinheiro das seguradoras, conduz ao referendo da índole negativa dos poloneses que frequentavam os cultos da Igreja antigo-católica.

O discurso do bispo Mazzarotto e o dos jornais buscava, através da estigmatização da atuação do sacerdote, combater a sua atuação espiritual junto à comunidade polonesa local, compreendendo assim que estes conflitos surgem em decorrência do jogo de alteridade. Por isso definiram a Igreja como herética e a atuação do padre Bartnicki como ilegítima. No entanto, os fundamentos da cisão dessas Igrejas encontram-se bem sustentados no livro escrito por Dollinger, sob o pseudônimo de Janus, no qual ele vai argumentar que a infalibilidade papal era na verdade um jogo político para a centralização do poder em Roma. Dollinger argumentou nesse livro, que a sustentação dos papas e dos ultramontanos era frágil, alegando que desde a construção do *Syllabus* a Igreja condenava os saberes modernos. Para Dollinger, a centralização romana enfraqueceria as Igrejas nacionais, conotando assim um reflexo da construção dos nacionalismos em seu discurso, o qual defendia a criação de Igrejas católicas autônomas em relação a Roma.

Mesmo que Dollinger não tenha orientado o cisma vétero-católico a Igreja do padre Bartnicki vem para a cidade como reflexo do posicionamento de Dollinger contra o ultramontanismo. Seu argumento, diferente do que sustentavam os ultramontanos, de que o poder do papa era demonstrado na Bíblia desde a Igreja primitiva, traz uma pesquisa minuciosa sobre a história da Igreja católica, demonstrando que a infalibilidade papal foi uma construção da Idade Média.

Bartnicki, ao questionar os poderes da Igreja católica, representada pela autoridade do bispo, conotava uma rebeldia, bem como uma heresia, já que contrariava um dogma definido pela Igreja no Concílio Vaticano I. O questionamento de Dollinger fez com que esse fosse excomungado da Igreja, não

tendo assim suas objeções teológicas aceitas. Este, no entanto, apenas desejava formar uma opinião contrária ao ultramontanismo e reformar a Igreja internamente.

Ao questionar os dogmas da infalibilidade papal e da Imaculada Conceição de Maria, Dollinger sustenta a tese de que estes gerariam uma idolatria, tirando a atenção religiosa dos indivíduos para com Deus, o único a ser idolatrado na sua leitura.

Desta forma compreendemos que as relações entre o bispo Mazarotto e o padre Bartnicki esboçadas neste trabalho fazem parte de uma tensão mais complexa da Igreja católica para com os dissidentes, bem como para com os teólogos que questionam e muitas vezes até rejeitam os dogmas. A Igreja católica, enquanto uma instituição conservadora que visa preservar sua hierarquia de status, buscou assim garantir a continuidade da sua atuação religiosa e reconduzir os desviados para si. Ou seja, não pretende coexistir junto a outras empresas de bens de salvação, mas exercer o poder religioso de forma hegemônica. No entanto, continua a não medir esforços, produzir estigmas contra profetas e empresas de bens de salvação concorrentes.

Ainda compreendemos através da análise do campo jurídico pontagrossense, mediante o inquérito do incêndio da Igreja antigo-católica, que a Igreja católica, bem como as classes dominantes locais predominantemente católicas, tinha seus interesses defendidos pelo judiciário. Este funcionava como um instrumento de conservação de um ordenamento social e produtor de ideologias.

Assim demonstramos como o campo religioso era permeado pelos interesses políticos desses agentes, dada as relações complexas entre Estado e Igreja que ainda permanecem.

Esse trabalho nos levou a problematizar e rastrear a atuação do Padre Teophilo Bartnicki após a extinção da Igreja em Ponta Grossa em 1934. Percebemos que este não tomou destino ignorado como as crônicas religiosas nos levavam a crer, mas teve passagens nos municípios de Entre Rios e também no município de Irati no ano de 1937. As fontes encontradas no Arquivo Público do Paraná, no fundo do DOPS, através de uma ficha do Padre Bartnicki, nos levaram a prontuários da Delegacia de Polícia de Irati. Esta documentação não está disponível no momento e estamos rastreando seus possíveis destinos. Estamos investigando também a atuação de outro bispo da Igreja Antigo Católica, João Piekorski, que aparece em algumas notícias nos jornais da cidade a partir de 1937.

Ressaltamos que a atuação da Igreja antigo-católica continua presente no campo religioso paraense, bem como brasileiro. A mesma possui sucursais que agora se denominam véteros-católicas, representadas por várias sedes por todo o Brasil, com múltiplas denominações. Uma delas é a Igreja vétero-católica Fidelitas com sede em Curitiba, representada pelo bispo Dom Paullus Nunes. Esta Igreja tem uma aproximação com a Igreja anglicana, e continua os fundamentos da Igreja antigo-católica que surge após o Concílio Vaticano I, de Igrejas autônomas, no qual os bispos têm autoridade e também seguem os ritos protestantes, da abolição do celibato clerical e da não-divinização dos santos e Maria.

Assim compreendemos que a Igreja católica ainda necessita reelaborar seu discurso para conter dissidentes, não mais os imigrantes, dada a concorrência de empresas de bens de salvação que surgem a cada dia e disputam o espaço religioso, com discursos e identidades múltiplas, atendendo de formas diversas aos indivíduos que buscam relacionar-se com o sagrado e praticar sua religiosidade.

O campo religioso na cidade foi fortemente marcado por batalhas ideológicas, nas quais os sacerdotes não desejavam a coexistência, mas a própria hegemonia, por isso utilizaram a relação entre o discurso e a prática. Através da inteligibilidade do conceito de *fé polonesa* que Wachowicz construiu, entendemos como os poloneses da cidade foram atraídos para a antigo-católica, sob o intermédio do padre polonês Teophilo Bartnicki.

Utilizou os valores patrióticos em seu discurso, já que através da religião e seus símbolos esta se efetiva, por isso a pesquisa continuará a problematizar o cisma dos poloneses e a Igreja Antigo Católica, para compreendermos a atuação dos sacerdotes em concorrência e os desdobramentos da Igreja antigo-católica através do próprio padre Bartnicki e do padre João Piekorski entre 1934 e 1937.

Entendemos que as questões acerca da liberdade religiosa no Brasil devem continuar a ser problematizadas. A disputa religiosa por empresas de bens de salvação concorrentes, questionamentos sobre os privilégios religiosos da Igreja após a emergência da República, são discussões que ainda se mantêm atuais, já que o campo religioso brasileiro ainda é um campo de tensões e conflitos.

Fontes

INQUÉRITO. Caixa nº 4, ano de 1934. Acervo da Sala de Documentação judiciária do Laboratório de Pesquisa em História. Departamento de História, UEPG. Ponta Grossa, PR.

Diário dos Campos. Ponta Grossa (1932-1933).

Referências

AUBERT, Roger. **Pio IX y su época.** Valência (ESP): EDICEP, 1974.

BARBOSA, Rui. Prefácio do tradutor. In: JANUS [Joseph Ignaz Von Dollinger]. **O papa e o concílio.** 2. Ed. Londrina: Editora Leopoldo Machado, 2002.

BRITO, Diná T. de. **O discurso Jurídico:** Uma análise das vozes num processo-crime. RIO DE JANEIRO: CIFEFIL, pp.103-123, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____; CHARTIER, Roger. Gente com História, gente sem história. UNISINOS. Jan-Abr. 2006, v. 10, n. 1, p. 90-98. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1400&secao=240. Acesso em 21/08/2012.

CANÇADO, Adriana M. **Um homem, uma mulher, um drama:** crimes de paixão em Ponta Grossa- PR (1890-1940). Dissertação Mestrado: Curitiba, UFPR, 2002.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano.** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHAVES, Niltonci B. A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, Carmencita H. M; SAHR, Cicilian L. L. (orgs.) **Espaço e Cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora

UEPG. 2001.

_____. **Do Centro Commercio e Industria ao Selo Social-** Economia e Sociedade Ponta-Grossense. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

COLATUSSO, Denise E. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira:** Curitiba, 1869-1889. 2004. 108 f..Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CORREA, Mariza. **Morte em família:** Representações Jurídicas de Papéis Sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 92.

DE DECCA, Edgar. Cidadão, mostre-me a identidade. In: **Cad. Cedes,** Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, dez/2002.

DINIZ, Marcelo L. Os caminhos da intelectualidade católica na década de 30. In: **Anais do I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades,** Maringá, 2008.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FILHO, Antônio C. S. **Escolas Penais.** Disponível em: <http://direitoefil.dominiotemporario.com/>. Acesso em: 30/10/2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Paz e terra, 1990.

ISAIA, Arthur C. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. **Revista Brasileira de História das Religiões,** nº3, 2009.

JOHANSEN. Elisabeth. **De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos:** *A Escola Sagrada Família 1933-1945.* Curitiba: UFPR, s/d, 202 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2003.

MARTINS, Karla D; OLIVEIRA, Luciano C. O ultramontanismo em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil. In: **Revista de Ciências Humanas**, v.11, n. 2, Viçosa, 2011, jul/dez.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Difel, 1988.

PEREIRA, Magnus R. de M. **Semando iras rumos ao progresso**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

ROGIER, L. J; AUBERT, R; KNOWLES, M.P. **A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975.

SACCHELI, Myrian J. Homens probos, homens bons : a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita DE H. M.; SAHR, Cicilian L. L. (Orgs.). In: **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

TUECHLE, Hermann; BIHLMEYER, Karl; CAMARGO, Paulo Florêncio de Silveira. **História da Igreja**. Vol.: III. Idade Moderna. São Paulo: Paulinas, 1965.

WACHOWICZ, Ruy. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.

ZAGHENI, Guido. **Curso de História da Igreja IV: A Idade contemporânea**. São Paulo: Paulus, 1999.

ZULIAN, Rosângela W. **Entre o aggiornamento e a solidão**: Práticas discursivas de D. Antônio Mazarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965). Florianópolis: UFSC, 2009, 429 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____; PERREIRA, Denise. Ponta Grossa: rumo aos pressupostos da romanização. **Revista de História Regional** 11(2): Ponta Grossa, Inverno, 2006, 71-92.



INTRODUÇÃO

A independência acentuou a preocupação pelos “vazios demográficos” da nação. Sobretudo a partir dos meados do século XIX, políticas de colonização com populações europeias foram implantadas em várias partes do Brasil. No Paraná, foi o caso dos núcleos de Thereza Cristina, fundada em 1847, pelo médico francês João Maurício Favre às margens do rio Ivaí; e da colônia de Superagui, de suíços, franceses e alemães, fundada por Carlos Gentil, em 1852, em Guaraqueçaba. Conforme a historiadora Hilda de Oliveira Ladeira (1976:17), principalmente depois da emancipação política (1853), o Paraná começou a atrair imigrantes que, inicialmente, colonizaram as vizinhanças da capital, tanto na região dos campos de Curitiba como nas regiões limítrofes de florestas. Incrementou-se um tipo de colonização basicamente orientada para o estímulo de uma agricultura que suprisse as necessidades de abastecimento. Providências conjuntas dos governos imperial e provincial permitiram o estabelecimento de núcleos coloniais nas proximidades dos centros urbanos, sobretudo no planalto de Curitiba. No Paraná, duas décadas depois da instalação da Província, a colonização com base no imigrante entrou em sua fase mais intensa: de 1868 a 1878 instalaram-se 60 núcleos coloniais por iniciativa oficial ou particular. A intensificação da propaganda imigratória no exterior, a construção de ferrovias, a abolição da escravatura e a proclamação da república intensificaram a entrada de imigrantes, alcançando quotas anuais de 200 mil por ano. Desde o final do século XIX, os governantes acreditavam que o Brasil só se desenvolveria se houvesse uma grande população branca de origem europeia no país. O governo apostava na superioridade inata do europeu, sendo este um dos elementos significativos para defendê-lo como necessário à jornada civilizadora no país. (LAMB, 1999 apud CORDEIRO, 2007, p.33).

Como dissemos, ao contrário de outras regiões do país, em que a imigração supria a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná o colono europeu foi alocado principalmente na agricultura de abastecimento. A imigração introduziria no meio rural paranaense uma relativa mudança na estrutura agrária, com possibilidades de acesso à pequena e à média propriedade. Em busca dessas novas “possibilidades”, muitos imigrantes holandeses desembarcaram no Paraná, em fins do século XIX e início do XX. Os primeiros a chegarem foram os irmãos Jan e Leendert Verschoor e Jan Vriesman. Primeiramente, fixaram-se na cidade de Irati, fundando a colônia de Gonçalves Junior. (LUYTEN, 1981, apud CORDEIRO, 2007, p. 41) No entanto, a distância dessa cidade dos centros consumidores (aproximadamente 100 quilômetros de Ponta Grossa), a incidência de doenças palustres como a malária, a falta de água potável e de assistência médica, entre outras dificuldades, forçou o retorno de grande parte desses imigrantes à Holanda.

Palavras - chave:

imigração holandesa; museu; memória; identidade étnica.

Resumo: Em 2005, com o objetivo de recontar a história da imigração holandesa no município de Arapoti, Paraná, um grupo de imigrantes decidiu construir um museu, objeto desta pesquisa. A partir da história oral e da observação participante, os objetos museais são analisados enquanto semióforos ou coleção de objetos significantes articulados à memória e à identidade étnica do grupo social em um contexto de relação com a sociedade envolvente.

¹ Mestranda em Educação (Uepg). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Itararé (2002), em Licenciatura em Letras pelas Faculdades Integradas de Itararé- FAFIT (2006) e Licenciatura em História pela UEPG/UAB (2012). Email: carlaroseane@hotmail.com
² Orientador. Doutor em História (Unicamp), Professor do Depto. de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Os que decidiram ficar migraram para Carambeí, fundando em 1911, uma colônia agrícola. Segundo Ladeira (p. 21), a maioria desses homens e mulheres, originários das docas de Roterdã, jamais haviam trabalhado a terra; encontravam-se desempregados e vieram “refazer a vida” no Brasil. Apesar das dificuldades iniciais enfrentadas na Colônia Gonçalves Junior, o pequeno grupo de imigrantes (em torno de 52 pessoas) estabeleceu-se em Carambeí dedicando-se inicialmente à cultura de trigo; logo intensificaram a criação de gado leiteiro visando obter adubo orgânico necessário à fertilização dos campos. O relativo sucesso da colonização holandesa em Carambeí, constatado pela visita oficial do Embaixador Holandês em 1933, estimulou a vinda de novos contingentes imigratórios. Ainda segundo Ladeira (p.24), com a prosperidade da colônia, criaram em 1935, a Cooperativa Mista Batavo Ltda. A partir de então, o cooperativismo seria de extrema importância na fixação dos holandeses nos Campos Gerais. A Batavo, após reconhecimento oficial pelo governo brasileiro em 1940, passou não apenas a comercializar como a industrializar o leite. Diante das perspectivas abertas, em 1946 o governo holandês nomeou um adido de emigração junto à sua embaixada no Brasil, reconhecendo assim as possibilidades que empreendimentos similares apresentavam aos imigrantes holandeses em potencial. Em 1951, uma nova colônia – Castrolanda – foi fundada na região dos Campos Gerais. O município de Castro foi apontado como ideal para o estabelecimento de uma nova colônia pela sua proximidade com a colônia de Carambeí. Castrolanda situa-se a 6 km a sudoeste de Castro, cidade-sede do município. A fundação dessa colônia tinha como principal objetivo econômico a produção de laticínios para somar-se à produção da colônia de Carambeí. Posteriormente, dedicaram-se também às atividades agrícolas, produzindo trigo, batata e arroz em grande escala. A agricultura tornou-se economicamente tão importante quanto a industrializado do leite.

Segundo Ladeira (p.31), para atender a necessidade de aumentar a produção do leite e o crescimento natural da população, os holandeses estabelecidos em Carambeí e Castrolanda decidiram elaborar um projeto de imigração e colonização. Este previa a compra de seis mil hectares de terra para a instalação de 100 famílias, compostas por 60% de novos imigrantes e 40% de famílias das colônias já existentes. Tal projeto culminou na fundação de um novo núcleo na região – a colônia Holandesa de Arapoti.

Algumas palavras sobre o município. Arapoti localiza-se no interior do Paraná, numa colina cercada de campos e pastagens naturais, na zona fisiográfica dos Campos Gerais. Em 1934, foi elevada à categoria de município. Segundo os dados do IBGE de 2008, possui aproximadamente 30.000 habitantes. A partir de 1916, a cidade recebeu imigrantes de origem espanhola e polonesa. Emancipou-se como município e cidade em 18 de dezembro de 1955.

Relatos de imigrantes

Em junho de 1960 chegaram a Arapoti os primeiros imigrantes holandeses. Os motivos pelos quais vieram para o Brasil, a viagem, bem como as primeiras impressões obtidas ao chegarem continuam vivos na memória do grupo, conforme nos relata um dos entrevistados:

Após a Segunda Guerra Mundial, vários países passaram por muitas dificuldades, falta de recursos, inclusive a Holanda. As famílias eram grandes e faltava espaço, terras para serem divididas entre os filhos. Então, as famílias resolveram vir para Arapoti em busca de melhores condições de vida para seus filhos. (ENTREVISTADO 1)

Assim, incentivados pelo governo brasileiro, interessado em reocupar os chamados “espaços vazios” do território paranaense (já ocupados por índios e caboclos); e também intermediados por uma Comissão de Imigração na Holanda, que mantinha contato com as colônias de Carambeí e Castro já instaladas, novas levas de famílias holandesas vieram para a região. A viagem para o Brasil/Arapoti tornou-se, na memória do grupo, uma espécie de lenda, cujo maior ou menor teor de verdade não diminui em nada a força do relato. Ao contrário, é com base nesses relatos locais que ela ganha a força de verdade, enquanto memória coletiva.

Viajamos de navio durante 17 dias. A viagem de navio foi tranquila, confortante. Assim que chegamos ao Porto de Santos, o pastor Muller nos esperava para juntos prosseguirmos viagem. Então, viemos para Arapoti num ônibus e em duas kombis. (ENTREVISTADO 1)

Ou:

A viagem de navio foi boa. Chegamos à noite em São Paulo. Em seguida, viemos para Arapoti de ônibus e kombis. Era só estrada de chão, não tinha asfalto aqui, o que já existia há tempos na Europa. (ENTREVISTADO 2)

A vinda do porto de Santos a Arapoti foi difícil, uma vez que não havia estradas asfaltadas e pavimentadas. A chegada dos mesmos também causou momentos de tensão; sabiam que seriam recebidos por migrantes da colônia Castrolanda, já instalados na sede da fazenda comprada pelas colônias de Carambeí e Castrolanda com o objetivo de aumentar a produção de laticínios; e que teriam, a partir de então, que conviver cotidianamente com pessoas que desconheciam, sejam imigrantes já estabelecidos, sejam nacionais.

Em 1958 começaram os preparativos para receber o novo contingente de imigrantes em Arapoti. Com a ajuda de um financiamento obtido com o governo norte-americano, a Comissão de Imigração de Carambeí e Castrolanda comprou a sede de uma fazenda, atual Vila Evangélica. Dois meses antes da chegada dos mesmos, enviaram quatro famílias da colônia de Castrolanda, aproximadamente vinte pessoas, que ficaram responsáveis por acolher e instalar a nova leva de holandeses.

Ao chegarem, as seis primeiras famílias imigrantes se depararam com apenas três casas prontas, além da casa da fazenda que serviu de casa pastoral para o pastor Muller e um barracão, imediatamente transformado em escola e igreja. Logo começaram a construir outras casas provisórias, e em seis meses levantaram a primeira igreja, a primeira escola e o primeiro barracão da cooperativa agroindustrial.

No início, a colônia de Arapoti dedicou-se ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Começaram a cultivar batata-doce, arroz e quena, uma planta rica em fibras; porém, essas culturas não obtiveram a renda esperada e exigiam demasiado trabalho familiar. Uma grande estiagem na década de 60 resultou na perda de uma safra de arroz em 1962; voltaram-se também para a pecuária. As primeiras cabeças de gado foram compradas nas colônias de Carambeí e Castrolanda. Desde o começo, a leiteira foi o que mais lhes rendeu lucro.

Em 1963 foi inaugurada, pela Cooperativa Central de Laticínios, uma fábrica de manteiga e queijos, a qual servia como estação de recebimento de leite; toda a produção era enviada para a Cooperativa Batavo, em Carambeí. Em 1979, essa fábrica foi fechada e o seu edifício passou a ser utilizado apenas para recebimento e despacho de leite a granel, vez que a produção de laticínios passou a ser realizada apenas pela Cooperativa Batavo. Lembremos que o cooperativismo chegou ao Brasil com a entrada dos imigrantes vindos da Europa no início do século XX, configurando-se no país de duas formas: através de cooperativas de consumo, na cidade, e de cooperativas agropecuárias, no campo,

de ajuda mútua controlada pelos seus membros. (SINGER, 2002 apud CORDEIRO, 2007, p. 44).

No caso em tela, já em setembro de 1960 os imigrantes holandeses fundaram a CAPAL – Cooperativa Agroindustrial, com vinte e um sócios, todos de nacionalidade holandesa. Essa cooperativa passou a ofertar insumos e sementes, produtos veterinários e peças para equipamentos de ordenha aos agricultores e criadores da região; na década de 70, construiu uma fábrica de rações fareladas e peletizadas para bovinos, suínos, aves e cães. Percebendo a necessidade de inovar e romper as dificuldades impostas pela introdução do plantio direto na região, em 1984 os agricultores se organizaram na Fundação ABC. Trata-se de uma organização privada de pesquisa aplicada e dirigida aos interesses dos associados ligados às cooperativas Arapoti, Batavo e Castrolanda. Na virada do milênio, a Fundação ABC contava com uma área cultivada de 160 mil ha e um quadro de pesquisadores nas áreas de fitotecnia, fertilidade do solo, plantas invasoras, fitossanidade e economia agrícola. (MOLIN, 2001).

Museu, um sistema de semióforos

Em 2005, cinco holandeses formaram uma comissão para discutir a ideia de construir um Museu na colônia Holandesa em Arapoti. Segundo um dos primeiros imigrantes a se estabelecer na Colônia,

A ideia de construir um Museu surgiu, primeiramente, porque as outras colônias (Carambeí e Castrolanda) já possuíam um. Depois, porque em 2010 comemorávamos os 50 anos da imigração holandesa em Arapoti. (ENTREVISTADO 1)

Assim, contando com a ajuda de seis famílias holandesas, a comissão, agora com sete pessoas, deu início à construção. Inicialmente, a comunidade da Colônia Holandesa comprou o edifício da antiga fábrica de queijo, a qual funcionou até 1990. Cada um dos 25 fundadores contribuiu com mil reais para a construção e organização do mesmo.

O principal objetivo dos mesmos era transformá-lo no Museu da Colonização Holandesa, da Agropecuária e do Cooperativismo em Arapoti. Sendo assim, essa comissão passou a coletar entre as famílias diversos materiais: fotos, móveis domésticos, instrumentos agrícolas, roupas, livros e maquinários agrícolas trazidos da Holanda. Também foi realizado um concurso entre os moradores da colônia para a escolha do nome do museu, e o selecionado foi “Museu Imigrante Holandês”.



Foto 1 - Museu Imigrante Holandês
Fonte: CAMARGO, Carla Roseane de Sales. Arquivo pessoal, 2013.

O Museu possui nove salas, conforme a disposição abaixo:

- Sala 1- Galeria de Fotos
- Sala 2- Salão de Exposição da História da Colônia Holandesa
- Sala 3- Cozinha
- Sala 4- Sala de Recursos Audiovisuais
- Sala 5- Biblioteca
- Sala 6- Sala do Cooperativismo
- Sala 7- Almoxarifado da Comissão Cultural
- Sala 8- Oficina e Almoxarifado.
- Sala 9- Maquinários agrícolas.

Além dessas nove salas, atrás do prédio do museu encontram-se três réplicas: do primeiro escritório da Cooperativa CAPAL/primeiro mercado, os quais funcionavam no mesmo local; da primeira igreja Evangélica Reformada/Escola, uma vez que a escola e a igreja também funcionavam no mesmo espaço; e da primeira leiteria, modelo anos 60 a 80.

A sala I – “Galeria de Fotos” – antes abrigava a câmara frigorífica, onde eram depositadas a man-

teiga e o queijo produzido na antiga fábrica. Hoje, encontramos na mesma uma galeria de fotos que reconta a história da imigração holandesa ao local, desde a chegada das seis primeiras famílias em junho de 1960 até as principais atividades desenvolvidas no meio século de imigração em Arapoti. Em cada quadro estão expostas em média dez fotos, preto-e-branco e colorida. Estas retratam a vivência desses imigrantes nos anos 60, suas primeiras moradias, meios de transporte, atividades agrícolas desenvolvidas, a construção da CAPAL; o município de Arapoti nos anos 60, as atividades sociais e esportivas desenvolvidas pela comunidade, entre outros temas. Nessa galeria, percebe-se que são evidenciadas as fotos da primeira escola, igreja e cooperativa. Durante as visitas realizadas nesse espaço, um dos entrevistados nos disse que:

Os imigrantes holandeses trouxeram na bagagem apenas a igreja, a escola e a cooperativa. (ENTREVISTADO 1)

Assim, percebemos que essas três institui-

ções constituem os “eixos” em torno dos quais se estruturam a memória e a identidade do grupo étnico no local, a exemplo de outras colônias holandesas no Paraná, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. O sistema e a disposição de objetos museais reforçam essa estrutura de signos.

O espaço em que antes o leite era recepcionado para a produção de queijo e manteiga transformou-se num “Salão de Exposição da História da Colônia Holandesa” (sala 2). Na entrada do salão encontramos um quadro nominativo de todas as famílias holandesas que atuaram na construção da colônia, bem como algumas fotos e os nomes das primeiras famílias que chegaram em 1960: Kok, Van Arragon, Verbug, Koopman, Zomer e Hagen; e as famílias que chegaram em 1962: Boelman, Jonge e Bosh. Ainda na entrada, vemos um mapa da Holanda, indicando as províncias de origem dessas famílias imigrantes. Observa-se que, enquanto a maioria dos imigrantes holandeses de Carambeí era proveniente da província de Zuid Holland (LUYTEN, 1981 apud CORDEIRO, 2007, p.42), os imigrantes de Arapoti vieram de diversas províncias: Friesland, Groningen, Drenthe, entre outras.

No centro dessa sala encontra-se exposta uma maquete, rica em representações. Retrata a história da imigração em Arapoti: suas primeiras atividades; os meios de transporte utilizados para irem à igreja; as vacas; e a forma como o leite era transportado até a fábrica de queijos. Representam os elementos essenciais de preservação dessa história: a igreja, a escola e a cooperativa. É preciso levar em conta que o museu – coleção ou sistema de semióforos ou objetos tridimensionais significantes – constitui e institui uma determinada representação do passado. Ele relaciona-se com a história e com a memória social.

O museu é antes de tudo uma operação técnica; não é diferente da operação historiográfica, no sentido em que Certeau/Baudrillard a definem:

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a “coleção”. Constitui as coisas em um “sistema marginal”, como diz Jean Baudrillard; ele as exila da prática para estabelecê-las como objetos “abstratos” de um saber. Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações

combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. [...] É necessário aí uma operação técnica. (CERTEAU, 1982, p. 81)

Esse sistema de semióforos constitui uma representação do passado, uma determinada produção de sentido histórico. Para Chartier (1990, p. 20), representação é “um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é”. Chartier (1990) também atribui alguns aspectos a esse conceito: para ele a representação não é neutra ou objetiva, mas nasce e funciona baseada em interesses e conflitos, participando assim de “lutas de representações”. O conceito de representação é visto por Chartier como a base fundamental de uma abordagem da história cultural que possibilita a análise da forma como os indivíduos e grupos se percebem e percebem aos demais. Vale destacar que a noção de representação é vista como algo coletivo, social e cultural, e não individual ou psicológico. As representações são esquemas perceptivos, configurações engendradas no âmbito da vida coletiva. Dessa forma, o autor concebe as representações enquanto “construções do mundo”, formas de apreensão do real socialmente vivido, construção simbólica do mundo, construção semântica da realidade. No caso em tela (um museu de imigrantes), essa semantização encontra-se como que “concretizada” no sistema de objetos. Dessa forma, acreditamos que o foco na representação da igreja, escola e cooperativa, bem como a localização dessa maquete – o centro da sala – demonstra a relevância da religiosidade, da educação e do trabalho no *ethos* e na visão de mundo desses imigrantes.

Numa das paredes dessa sala encontram-se também vários quadros de madeira em formato de uma série de pés que perfazem um caminho; a disposição desses em curvas faz lembrar uma estrada; observa-se que os pés representam os caminhos percorridos por esses imigrantes entre as décadas de 60, 70 e 80, pois em cada um está escrito uma atividade realizada na colônia desde a chegada dos mesmos: coral, esporte, teatro, Cruz Verde, Zeskamp. Esta última refere-se às olimpíadas disputadas entre as seis maiores colônias holandesas no país: Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul; Holambra I e Holambra II, em São Paulo; e Carambeí, Castrolanda e Arapoti, no Paraná. Esses jogos esportivos iniciaram-se em 1976 e a cada ano ocor-

rem numa dessas colônias. *Zeskamp* significa “seis campos”; nessas olimpíadas são realizados diversos jogos e atividades esportivas entre as seis colônias, o que contribui para o reforço da identidade étnica entre as colônias geograficamente separadas.

Ainda nessa sala encontramos diversos móveis e utensílios domésticos vindos da Holanda e a réplica de um *container*, onde era trazida a mudança, os principais objetos dos imigrantes. Segundo um dos entrevistados:

Cada família podia utilizar apenas 1m³ nesses *containers*. Nele vinha apenas o básico: utensílios de cozinha e roupas. (ENTREVISTADO 1)

O mesmo entrevistado nos relatou ainda que os maquinários e ferramentas agrícolas (tratores, enxadas, plantadores de batata etc.) vieram da Holanda um mês depois da instalação das famílias na colônia.

A sala 4, em 1963, era dividida em duas partes: na primeira localizava-se o banheiro dos funcionários e, na segunda, o escritório de inspeção do SIFAMA (inspeção do governo estadual). Hoje, funciona como uma Sala de Recursos Audiovisuais; assim, os visitantes do Museu são conduzidos pelo guia, primeiramente, até esta sala para assistirem um vídeo/filme sobre a história da imigração holandesa em Arapoti. Este vídeo foi produzido a partir de diversas fotografias coletadas na comunidade e a narração do mesmo é realizada nas línguas portuguesa e holandesa. Em português a história é narrada pelo pastor Paulo Verdin da Igreja Luterana, e em holandês por Colch Koosje Bronkholts, da equipe diretora do museu. O filme retrata a história da imigração holandesa desde o início da colônia em Arapoti, suas principais atividades e dificuldades, como a falta de estradas asfaltadas e pavimentadas, a construção das primeiras barragens de água, a perda de safras, a falta de energia elétrica, entre outros temas que compõem uma história algo épica, de enfrentamento e vitória sobre obstáculos de conjuntura. No final deste vídeo são realizadas três afirmações peremptórias: “A terra foi desbravada”; “Para os imigrantes não existe mais hoje uma casa provisória de madeira e colchões de palha”; e, ao ser apresentada a imagem de um arco-íris, uma afirmação religiosa: “Sinal da aliança, fidelidade, divindade. Até hoje podemos louvar a Deus na nossa colônia em Arapoti”.

Essas afirmações são resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – em suma, de identidade dessa comunidade. Para Pollak (p. 5), a identidade, no seu sentido mais superficial,

é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Podemos perceber, nas imagens, frases e representações realizadas nesse vídeo, que os imigrantes holandeses fazem questão de ressaltar que o sucesso da colônia é resultado de muito trabalho e esforço coletivo firmados na igreja, no cooperativismo e na escola.

Observa-se que o museu está a serviço da comunidade; portanto, auxilia na construção identitária e social de cada indivíduo, vez que este se percebe como parte do grupo social representada nesse espaço, bem como se sente responsável pela preservação de seu patrimônio cultural e de seu capital simbólico identitário. Percebe-se que o Museu Imigrante Holandês foi construído a partir das concepções acima explicitadas. Segundo um dos entrevistados,

O Museu foi construído porque não podemos perder nossas tradições, precisamos mostrar para a sociedade que nossa cultura não pode se perder. (ENTREVISTADO 1)

Assim, compreende-se que o referido museu contribuiu tanto para a preservação do patrimônio cultural quanto para auxiliar na construção e reconstrução da memória e da identidade étnica desses imigrantes, vez que ele ressalta a reconstrução histórica da imigração holandesa na localidade compondo uma espécie de epopeia dos “pioneiros”.

Vimos que a ideia de construir o Museu Imigrante Holandês surgiu, primeiramente, porque as outras colônias (Carambei e Castrolanda) já possuíam um similar. Depois, porque em 2010 se comemoraria o “Jubileu de Ouro” (50 anos) da imigração holandesa em Arapoti. Assim, apesar de o museu ter sido inaugurado em dezembro de 2007, foi oficialmente reinaugurado em 2010, ano da comemoração do jubileu. Na ocasião, foi realizada uma grande festa no Parque de Exposições da CAPAL, em Arapoti, para celebrar os dois acontecimentos: o cinquentenário da imigração holandesa em Arapoti e a fundação da própria Cooperativa Agroindustrial no município. Durante uma semana – de 13 a 18 de setembro – foram realizadas exposições agropecuárias, shows pirotécnicos e apresentações musicais, bem como visitas a stands e ao próprio Museu Imigrante Holandês. Ainda nesse mesmo ano, no sete de setembro, a prefeitura promoveu um desfile

cívico com o tema: “Arapoti, 50 anos da colonização holandesa”. Assim, a epopeia local foi articulada à data maior do discurso de formação da nacionalidade brasileira.

O desfile foi dividido em nove subtemas: a Chegada dos Pioneiros, a Integração das Etnias, a Primeira Escola, a Primeira Igreja, os Primeiros Meios de Transporte, Lazer, Moinho, o Primeiro escritório da Cooperativa e a CAPAL. Participaram do desfile cerca de setecentos alunos do ensino fundamental e médio da rede municipal, estadual e colégios particulares do município. As apresentações das escolas e dos carros alegóricos continuam presentes na memória desses imigrantes, conforme nos relata um dos entrevistados:

O desfile de 2010 foi o melhor de todos os anos. Os temas: navio, igreja, escola, cooperativa, moinho representam muito bem a nossa história, principalmente o navio. Até tirei uma foto em frente ao mesmo e mandei fazer um quadro, que está na entrada principal da minha casa (ENTREVISTADO 1).

Percebe-se que as festividades realizadas no jubileu de ouro denotam a importância das comemorações como reforço na construção e manutenção da identidade étnica desses imigrantes. Da mesma forma, ou melhor, de forma análoga, os objetos selecionados, organizados e preservados no museu são transformados em semióforos, compondo um monumento da memória e da identidade do grupo.

Na perspectiva de uma história cultural de matriz semiótica, tal como apresentada por Pomian (1998, p. 77), um semióforo é “um objeto visível investido de significado”. Os semióforos têm como função representar o “invisível” no mundo visível – no caso, o passado no presente. Pessoas e instituições podem também assumir o caráter de semióforos. É o caso do museu e seus organizadores. Os semióforos museais, organizados em coleção, filtram e selecionam a memória dos expectadores e estabelecem uma relação entre dois mundos: o de ontem e o de hoje. O sistema de objetos é disposto ao olhar para serem admirados, comentados, evocados, colocados em evidência pela importância coletiva de comunicação e produção de sentidos identitários. Como meio de comunicação, evocação da memória e construção da identidade étnica, produzem efeitos específicos de significação.

Em relação à identidade étnica, Barth afirma que o grupo étnico deve ser visto como uma forma de organização social em que a identidade é enfocada na situação de contato com o “outro” (no caso, a sociedade envolvente), estando em frequente reela-

boração. Na busca por compreender os processos envolvidos na etnicidade, Barth apresenta a ideia da existência de fronteiras étnicas, as quais expressam mais do que os próprios atributos étnicos evidentes, fundamentais para o estabelecimento das relações interétnicas, visto que é somente através do contato e da consciência da alteridade que os grupos étnicos criam/tomam consciência da sua própria identidade.

Dessa forma, a construção do Museu “O Imigrante Holandês”, bem como os objetos selecionados, organizados e preservados no mesmo – os semióforos – expressam essa tomada de consciência, explicitada por Barth, a qual se expressa através desses mecanismos de reforço que funcionam como vetores na constituição do grupo étnico como tal, diante e no interior de suas relações com a sociedade mais abrangente e diversificada. Barth, ao conceber o conceito organizacional da etnicidade, apresenta características essenciais dos processos de reafirmação de traços étnicos e suas manifestações, diferenciando-os de outros que se encontram fora do contexto da comunidade. Sendo assim, observa-se que, no museu, os atributos culturais adquirem valor expressivo e afirmam a existência de fronteiras, o que permite a preservação de um espaço imprescindível para o fortalecimento e manutenção de laços comuns essenciais à comunidade, bem como possibilita a interação do grupo étnico com aqueles que estão para além dessas fronteiras.

A memória evocada pelos semióforos é a memória coletiva de um passado recente, consolidada por uma geração viva que contabiliza e distribui entre si um status social de “pioneiros”, ou seja, remete a um mito de origem ou de fundação. E, enquanto tal, a memória museal apaga as diferenças em proveito das semelhanças, funciona como mecanismo de fabricação de consensos comunitários, de coesão identitária necessária à perduração societal do grupo. A memória pacifica a seu modo o passado e o cotidiano conflituoso das relações sociais, a começar pela relação entre os estabelecidos e os *outsiders*.

Memória

No estudo das formas da memória, sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais precederam os historiadores; independentemente da escala espacial, os estudos históricos em torno da memória se beneficiam do diálogo interdisciplinar com as ciências sociais, a começar pela sociologia da memória. A crítica da memória e dos lugares de memória permite

pensar as relações complexas entre museu, memória e identidade étnica.

Um museu é antes de tudo um lugar de memória. O conceito de lugar de memória desenvolvido por Pierre Nora pode ser aplicado não apenas à história de uma nação, mas também à de uma região ou local. Se, por um lado, a memória coletiva pode ser fonte para a história, por outro a história pode tornar-se memória (como se dá, por exemplo, com as histórias locais, regionais e nacionais). Como observou Nora, “A história, constitutiva da identidade nacional e que se tornara a mais forte de nossas tradições coletivas, tornou-se memória através de uma quantidade de elos dos quais a escola é somente o principal...” (NORA, 1993a, p. 575). Mas trata-se de um fenômeno muito mais amplo, observado a nível mundial. Desde os anos 1980 têm surgido muitos estudos históricos sobre memória; esse interesse verifica-se também nas áreas da psicologia, pedagogia, sociologia, antropologia e nas áreas biomédicas, como a neurofisiologia. Nossa época vê surgir também muitas instituições públicas e privadas com vistas a recuperar e conservar memórias: casas da memória e do patrimônio, museus, centros de documentação, arquivos, monumentos, comemorações, etc. Fala-se em “resgate da memória”, preservação da memória, direito à memória – objetivos presentes na voga da história oral, por exemplo. Qual o significado dessa verdadeira obsessão com a memória?

Segundo Nora, Joutard e outros, o êxito de inúmeras pesquisas sobre a memória coletiva responde a uma demanda própria do tempo presente: “Esse êxito recente está evidentemente em relação com a redescoberta dos pequenos grupos de pertença, com a vontade de reencontrar (ou de salvaguardar) sua identidade.” (JOUTARD, 1993, p. 526). Conforme Nora, a modernidade é marcada por um processo crescente de aceleração da história, quer dizer, pelo “sentimento de uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. [...] Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.” (NORA, 1993b, p. 7). Esse movimento de aceleração, próprio da modernidade ocidental, teria atingido um ponto crítico, “convulsivo”, na contemporaneidade. A valorização da memória coletiva conjugar-se-ia, conseqüentemente, aos esforços de enraizamento e reterritorialização de indivíduos e grupos sociais. Segundo essa leitura, vivenciamos um processo de enfraquecimento da memória como experiência coletiva ou comunitária. Esse fenômeno exacerbou-se na cultura do capitalismo avançado, dito

pós-industrial ou pós-moderno. Daí, nas últimas décadas do século XX e nos dias correntes, a inflação dos *lugares da memória*. A aceleração da história tem provocado um sentimento de ruptura com o passado coletivo, uma sensação de descontinuidade e de desligamento com a tradição. Esse sentimento gera uma sensação de incerteza e, com isso, a busca frenética por vestígios identitários. Nesse sentido, Nora estabelece uma importante diferenciação e mesmo uma oposição entre *memória* e *história*:

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais [...], porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORA, 1993b, p. 9)

Para Nora, a memória está próxima do mítico, do sagrado, do simbólico; religando passado e presente, ela contém algo de religioso. A história, diferentemente, coloca-se do lado do racional, do logus, do saber laico, crítico e dessacralizante. Apesar dessas oposições, memória e história, até uma época recente, estiveram mais ou menos confundidas. De fato, desde a antiguidade – a começar por Heródoto –, memória e história tornaram-se quase sinônimos: por séculos, a história escrita pelos historiadores tornou-se suporte e veículo da memória coletiva. Nora observa ainda que, desde a Idade Média, a historiografia esteve confundida com uma determinada memória histórica ligada à construção da identidade coletiva (no caso analisado por ele, a dos franceses); essa relação atingiu o paroxismo no século XIX com a afirmação do Estado-nação. Assim, por exemplo, o historiador Renan escrevia, em 1882, em *O que é uma nação*, que um “rico legado de recordações é a garantia da vontade de viver em conjunto”; em outras palavras, esse “rico legado de recordações” é a condição *sine qua non* da identidade nacional. A história tornava-se assim memória da nação. A historiografia europeia do século XIX é, na sua maior parte, a história política do Estado-nação e das relações internacionais. Nora constata que essa memória nacional, que aglutinava os franceses (podemos pensar em outras nacionalidades, regionalidade e localidades), esfacelou-se no fim do século XX com o processo de aceleração da história. Ocorre, nesse contexto, uma série de fenômenos históricos que caracteriza a contemporaneidade:

Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. (NORA, 1993b, p. 8)

O esfacelamento, a morte da memória nacional e da memória tradicional criou certa crise de identidade, que evidentemente afeta a existência concreta dos grupos sociais e dos indivíduos. É então que surgem e se multiplicam os “lugares de memória”, a preocupação com a preservação e recuperação da(s) memória(s); há um sentimento difuso de que se foi despejado da própria memória: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidades de lhe consagrar lugares.” (NORA, 1993b, p. 8) “Os lugares de memória”, diz ainda Nora, “são antes de tudo, restos. [...] É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer à noção. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea [...]” (Idem, p. 12-13) A memória, como resultado da aceleração da história, deixou de ser orgânica, espontânea, natural; daí a inflação da memória, o reforço de todas as instituições de memória:

À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993b, p. 15)

Ainda segundo essa análise, há, na contemporaneidade, uma ruptura, uma separação entre história e memória. O historiador não lamenta esse divórcio; pelo contrário, entende que a utilização estratégica do conceito de memória pode ser fecunda para a renovação da historiografia. Com isso, a história, constitutiva da identidade nacional, fica liberta dessa memória e assume uma nova posição, crítica e independente, em relação a determinadas práticas e representações memorialísticas. A história (no sentido de historiografia) volta-se para a desconstrução da tradição nacional [ou regional, local, etc.], de que ela própria participara; com isso, a memória torna-se *objeto* da história; torna-se possível escrever uma história da memória, ou melhor, das formas de sua constituição. O procedimento

consiste em “tomar, como blocos, os objetos já constituídos da nossa herança para dissecar-lhes a constituição”; examinar “todos os instrumentos de formação dessa tradição nacional”; história de museus, manuais pedagógicos, academias, bibliotecas, arquivos, coleções, festas cívicas, divisas, emblemas, aniversários, comemorações. Em suma, torna-se possível uma “história crítica da história-memória” mediante a “passagem de uma história totêmica para uma história crítica: é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações.” (NORA, 1993b, p. 13-14)

Para Nora, em suma, a ideia expressa no conceito de lugares de memória está relacionada a um movimento da historiografia no sentido de sair da era da identidade, quando memória e história confundiam-se, e entrar na era epistemológica, na qual a memória torna-se objeto da história. A relação memória-história é uma relação de poder em torno das imagens do passado. De fato, a memória coletiva tem sempre um conteúdo conservador do grupo, classe ou segmento que a construiu, preserva e transmite. A pacificação do passado anula as situações de conflito, tensão e fricção social: opera-se um nivelamento, um alisamento. Determinados acontecimentos e circunstâncias “prefere-se esquecer”: há o esquecimento voluntário ou o silenciamento.

Considerações finais

A imigração massiva e as migrações internas estão na base da grande diversidade étnica, cultural e regional do Paraná do século XX e XXI. As identidades culturais dos grupos são construídas e reconstruídas na relação com os grupos vizinhos. As identidades se constituem nas relações com as alteridades. Os estudos, realizados desde os anos 1960, sobre “aculturação” de populações imigrantes no Paraná evidenciaram que as tensões e animosidades étnicas perpassam a história da imigração no Brasil. No Paraná não foi diferente. Conforme a intensificação do fluxo migratório de diversas etnias e nacionalidades, esses atritos tenderam a se acirrar, especialmente nos centros urbanos de maior concentração populacional, como Curitiba e Ponta Grossa. Por vezes, como no caso dos antagonismos entre alemães e poloneses, as comunidades de imigrantes “reproduziam” no local o narcisismo das diferenças

herdadas do nacionalismo europeu.

As sucessivas ondas, desde o século XIX, de imigrantes de diversas etnias e nacionalidades, somadas às migrações internas intensificadas a partir dos anos 1930, estimularam a diversidade local e regional em termos de cultura e modos de vida. A imigração multiétnica e as migrações internas (essas últimas acentuadas no século XX) confluíram para formar as diversas “zonas culturais” nos limites do estado e, às vezes, no interior de uma mesma região. Em uma sociedade complexa, a construção da identidade cultural de grupos e subgrupos sociais se dá em contextos de relações interétnicas e problemas de “aculturação” bastante difíceis de serem sintetizados em poucas palavras. Como não poderia deixar de ser, a imigração em massa afetou, ao longo das décadas, o conjunto das práticas (sociais, econômicas, religiosas, da população paranaense), no contexto por vezes tenso dos encontros e desencontros culturais. É impossível generalizar o processo. O encontro das culturas se realiza segundo modalidades muito variadas e leva a resultados contrastados, segundo as situações de contato.

Esse breve artigo trata de uma primeira incursão nessa problemática a partir de um estudo de caso de um museu étnico em que os objetos museais assumem a função do que chamamos de semióforos da etnicidade. A partir da história oral e da observação participante, foi possível perceber como os semióforos ou coleção de objetos significantes são articulados à memória e à identidade étnica de grupo social de imigrantes e descendentes holandeses em um contexto de relação com a sociedade envolvente. Outras pesquisas sobre essa problemática nos parece promissoras.

Fontes orais

Hilbert Kok. Acervo da pesquisadora, 2013.
Jan Hagen. Acervo da pesquisadora, 2013.

Filmografia

A Imigração Holandesa em Arapoti – Arapoti, 2005. 1 vídeo-disco (35 min).

Fontes impressas

A COMUNIDADE- 8ª I.R.E. **A História de Arapoti**. Ano I, Jaguariaíva, p.4, dezembro/1968.

IBGE. **Censo Demográfico 2008**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

Referências

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 87, jan/abr 1996.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Frederik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Bertrand, 1990.

CORDEIRO, Valdete Aparecida Lima. **A Constituição da Escola Evangélica de Carambeí: uma Instituição Educacional da Imigração Holandesa na Região dos Campos Gerais-PR**. Dissertação de Mestrado em Educação, UEPG, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

JOUTARD, Philippe. Memória coletiva. In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

LADEIRA, Hilda de Oliveira. Um Estudo sobre a Imigração Holandesa nos Campos Gerais. UEPG- **CADERNOS UNIVERSITÁRIOS** nº 12. Ponta Grossa, 1976.

LAVALLE, Aída Mansani. **Nos caminhos de Arapoti**. [s.l.]: [s.ed.], s.d.

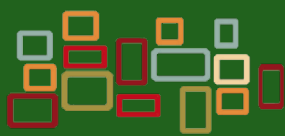
LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MOLIN, J.P. **Agricultura de precisão—o gerenciamento da variabilidade**. Piracicaba: José Paulo Molin, 2001. 83p.

NORA, Pierre. Nacional (História). In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993a.

_____. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, nº 10, 1993b.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.



Ateliê de História

Palavras - chave:

J. Carlos; Para Todos...; modernidade; cigarro, jogos amorosos.

A REPRESENTAÇÃO DO CIGARRO E DOS JOGOS AMOROSOS NAS CAPAS DA REVISTA PARA TODOS... FEITAS POR J. CARLOS (1926-1931)

Larissa Brum Leite Gusmão Pinheiro ¹

Artur Freitas ²

INTRODUÇÃO

[...] O quadro, a gravura ou a escultura são apreendidos como um documento histórico cujas propriedades técnicas, estilísticas, iconográficas remetem a uma percepção particular, a uma maneira de ver modificada pela experiência social e pela sua própria leitura. [...] (SALGUEIRO, 2006, p.14).

Resumo: A pesquisa aborda as representações sobre o uso do cigarro industrializado por mulheres como elemento de sedução, e a presença desse novo elemento nos jogos amorosos, nas capas e no miolo da revista ilustrada *Para Todos...* feitas pelo artista J. Carlos publicados entre 1926-1931. Essas representações foram impulsionadas pelo avanço da modernidade nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Importante ilustrador e cronista visual brasileiro, J. Carlos representou a relação entre subjetividade moderna e formas do cotidiano de diferentes maneiras, principalmente por meio de revistas ilustradas. Uma delas foi a revista ilustrada *Para Todos...*, que circulou no Brasil entre 1918-1932, e que teve a partir de 1926 seu foco voltado à temática mundana, abordando o cotidiano, como a música, o teatro, a moda, os hábitos culturais, o cinema e seus artistas, entre outros assuntos. Essas transformações trouxeram um ritmo evidentemente mais acelerado. As representações de comportamentos e a vida cotidiana dos brasileiros – e em particular dos cariocas – foram elaboradas por J. Carlos nas revistas, formalizando um aspecto sensível do mundo a sua volta.

No decorrer da pesquisa procuramos apontar as diferentes representações acerca do cigarro na revista ilustrada *Para Todos...* entre os anos de 1922-1931, tendo como destaque as imagens produzidas por J. Carlos, seu maior ilustrador (praticamente todas as revistas tem pelo menos um desenho seu) e então diretor artístico da revista, o que justifica o recorte temporal da presente pesquisa.

Da literatura, artes plásticas, ao espaço “mudo” do cinema e posteriormente falado, o cigarro esteve presente em inúmeras representações e no cotidiano da sociedade. A forma de utilizar o cigarro, o próprio cigarro, assim como a percepção sobre ele, se modificou ao longo do tempo. Segundo Richard Klein (1997, p.26), o cigarro possui uma espécie de “linguagem própria”, quer dizer códigos que passam a ser partilhados não só pelos seus consumidores, como por quem os observam: “O fumante manipula o cigarro, como a palavra eu, para contar histórias para si mesmo ou sobre si mesmo – ou para um outro” (KLEIN, 1997, p.26).

O fumante e personagem principal dessa pesquisa, José Carlos de Brito e Cunha, mais conhecido como J. Carlos foi um artista gráfico multifacetado. Exerceu suas linhas em diferentes áreas, ao longo dos quarenta e oito anos de profissão; desde que publicou seu primeiro desenho na revista *Tagarela* em 1902, até o seu falecimento em 1950. Em 1922 quando já tinha construído uma carreira bastante sólida e reconhecida, foi convidado por Pimenta e Mello para a direção artística de *O Malho S. A*, empresa que tinha como uma das edições a revista ilustrada semanal *Para Todos...*.

As revistas ilustradas fizeram parte do cotidiano de boa parcela da população durante as primeiras décadas do século XX, a *Para Todos...* fazia parte desse segmento. De início como uma revista voltada para o mundo do cinema, passou em 1926 a tratar temáticas mundanas, com capas desenhadas por J. Carlos como seu chamariz.

Desenvolvemos esse trabalho a partir de uma pesquisa bibliográfica e do-

¹ Graduada em Licenciatura em História Uepg, 2010. Pós-graduada em História, Arte e Cultura, UEPG, 2014. Email: larihistoria@gmail.com

² Orientador. Doutor em História (Ufpr). Professor do Depto. de História e do Programa de Pró-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

cumental. A pesquisa bibliográfica abrangeu o levantamento e leitura de artigos científicos, textos teóricos, livros, relacionados ao contexto da modernidade, ao uso do cigarro aos jogos amorosos, aos conceitos como o de representação e sensibilidade, entre outros. Fizemos levantamentos na revista *Para Todos...* e na *Ilustração Brasileira* (1925-1931) sobre charges, publicidade, textos e fotografias que se referissem a temática escolhida.

As fontes encontram-se disponíveis pelo projeto *Jota Carlos em Revista*, que digitalizou as revistas do acervo da Biblioteca Nacional e do acervo pessoal do filho de J. Carlos, Eduardo Augusto de Brito e Cunha, *Para Todos...* e *O Malho*, do ano de 1922 até o ano de 1931, elas podem ser encontradas no sítio eletrônico: <http://www.jotacarlos.org/>.

Através de um levantamento documental das capas, charges e textos, foram selecionadas na primeira etapa, aquelas em que aparecessem representações de mulheres fumando; e, num segundo momento as que tivessem como tema os jogos amorosos e a presença do cigarro. Ao se referir a história da vida cotidiana e privada a historiadora Mary Del Priore (1997, p.274) afirma que ela:

[...] é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas “de lado”. Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma.

Esses “pequenos prazeres” ao qual Del Priore (1997) se refere podem ser encontrados em objetos que se desfazem na boca, no gesto e no ar como é o caso do cigarro, como também entre as conquistas amorosas, os jogos de sedução e conquista, ambos elementos presentes na *Para Todos...*

Compreendemos o desenho, a fotografia, a propaganda, como uma forma de percepção e de representação do mundo. Pautamo-nos na leitura de Roger Chartier, para apreendermos o conceito de representação, entendido aqui como expressões e práticas culturais e sociais, que são, portanto, construções. São os modos que um indivíduo e/ou uma comunidade se auto- apresenta ou apresenta outrem. Dessa forma “[...] o conceito aprofunda a percepção do objeto e o objeto aprofunda a referência da palavra.” (BAXANDALL, 2006, p.72). Chartier, sobre a questão da representação, afirma que:

[...] Esta noção permite, com efeito, ligar estreitamente as posições e relações sociais com o modo como os indivíduos e grupos se concebem e con-

cebem os outros. [...] Enfim, as representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias da sua estabilidade da sua continuidade (CHARTIER, 2006, p.39).

Nesse sentido, as representações estão relacionadas ao mundo do sensível:

As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos. Nesta medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a ser capturado no passado, ou seja, a própria energia da vida, a *enargheia*, de que nos fala Carlo Ginzburg. (PESAVENTO, 2005).

A criação seja ela por meio das fotografias, desenhos, ilustrações e textos se constituem enquanto uma atitude sensível, em que criar não se resume a uma forma interna de expressão, mas uma forma como o “eu” dialoga com o mundo a sua volta, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, e, portanto, é uma manifestação num contexto sócio-cultural específico.

Essas manifestações são feitas através de apropriações e ressignificações polifônicas, quer dizer, elas podem ser compreendidas em seu caráter plural. Dessa forma, as representações podem ter ou alcançar diferentes sentidos, sendo (re) significadas pela sociedade, através de códigos e signos. O antropólogo Clifford Geertz compreende através de uma reflexão sobre o pensamento de Matisse que:

[...] os meios através dos quais a arte se expressa e o sentimento pela vida que os estimula são inseparáveis. Assim como não podemos considerar a linguagem como uma lista de variações sintáticas, ou o mito como um conjunto de transformações estruturais, tampouco podemos entender objetos estéticos como um mero encadeamento de formas puras. [...] (GEERTZ, 1997, p.148).

Baseados na leitura de Geertz (1989), compreendemos como cultura uma rede de significados e símbolos, que criamos num universo partilhado entre o que é público e o que compõe os costumes e cotidianos de nossas vidas. A cultura é, portanto, um processo sócio- histórico construído de maneiras distintas, variadas e de complexas relações numa dada sociedade, que mudam com o passar dos tempos. Assim, “[...] a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão” (GEERTZ, 1989, p. 49).

As imagens, apresentadas aqui, apontam para a intersubjetividade e pluralidade das percepções

e manifestações de seus produtores. Desse modo segundo Geertz (1997, p.149): “[...] A compreensão desta realidade, ou seja, de que estudar arte é explorar uma sensibilidade; de que esta sensibilidade é essencialmente uma formação coletiva; e de que as bases de tal formação são tão amplas e tão profundas como a própria vida social. [...]”. Nessa perspectiva, ao analisarmos as imagens reproduzidas na revista *Para Todos...* poderemos conhecer também a sensibilidade do autor em relação ao seu contexto, embora sua obra não seja um reflexo da sociedade e da cultura, mas constituinte dela. Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2005):

Ora, sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falamos, por sua vez, do real e do não-real, do sabido e do desconhecido, do intuído, do pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real.

Dessa forma as atividades artísticas também são expressões intencionais:

[...] A hipótese de fundo é que todo ator histórico e, mais ainda, todo objeto histórico têm um propósito – ou um intento ou, por assim dizer, uma “qualidade intencional”. Nessa acepção, a intencionalidade caracteriza tanto o ator quanto o objeto. A intenção é a peculiaridade que as coisas têm de se inclinar para o futuro. Portanto, a intenção não é um estado de espírito reconstruído, mas uma relação entre o objeto e suas circunstâncias. [...] (BAXANDALL, 2006, p.81).

Desse modo, os produtores de imagens em suas criações têm intenções. Podemos tomar J. Carlos como exemplo, ele manifestou sua sensibilidade sobre a percepção de seu entorno, como um cronista visual, utilizando o humor de forma intencional para provocar o riso, os recursos utilizados podiam variar, como formas, tamanhos, uso de figuras de linguagens, inversões, entre outros. Elias Thomé Saliba (1998), em *A dimensão cômica da vida privada na República*, aponta para o humor como uma forma própria de perceber e interpretar o mundo. Há para ele uma espécie de “circularidade” entre os elementos utilizados com objetivos humorísticos: “[...] Pelo deslocamento, pela inversão ou pela transposição

a paródia predominou, na representação cômica tanto dos espaços públicos por meio do imaginário privado quanto dos espaços privados por meio do imaginário público. [...]” (SALIBA, 1998, p.307).

Nesse sentido, há uma confluência entre Sevcenko e Saliba sobre a interpenetração entre a vida privada e a vida pública. A primeira estabelece vínculos com a segunda. O privado é levado ao público e o público é levado ao privado. Dessa forma, “[...] a privacidade se constrói com elementos hauridos da fantasia coletiva, o individual é uma concretização peculiar, uma constelação pessoal composta com base no padrão massificado” (SEVCENKO, 1998, p.578).

As artes incorporaram todas essas transformações que aconteciam ao seu redor, e representou isso de diversas formas. Ao mesmo tempo, as artes ajudavam na construção e divulgação de valores e transformações, numa via de mão-dupla. A “linguagem gráfica” também passava por esse processo de mudança, incorporando elementos modernos e populares. Sobral propõe olhar para J. Carlos como um próprio ser moderno, ou seja, que ele fazia parte do contexto de transformação pelo qual o Brasil passava (SOBRAL, 2007, p.30).

As imagens escolhidas para serem analisadas nessa pesquisa têm como ponto de partida essas reflexões acerca de representações, sensibilidade e humor que dissemos há pouco. Para explorar as representações de novos costumes como da mulher fumante e a relação do cigarro nos jogos amorosos, partimos da metodologia proposta por Baxandall (2006) e Artur Freitas (2004) para análise de imagens.

Procuramos problematizar as representações sobre as temáticas veiculadas na revista ilustrada *Para Todos...* já que segundo Michael Baxandall: “[...] Enquanto não soubermos qual foi o problema [...], não poderemos pensar construtivamente sobre sua relação com os recursos culturais de seu tempo.” (BAXANDALL, 2006, p.78).

Baseados na metodologia proposta por Baxandall para a análise de imagens, pensamos sobre as imagens três perspectivas, que formam o “triângulo de reconstituição”: os termos do problema que só podem ser resolvidos mediante as ferramentas disponíveis em seu tempo, com isso queremos dizer que ninguém está a frente de seu tempo e há, portanto, “[...] um conjunto de possibilidades culturalmente determinadas. [...]” (BAXANDALL, 2006, p.69); cultura e os conceitos; e a descrição. Compreendemos, nesse sentido, que “[...] a descri-

ção é uma relação entre o quadro e os conceitos.” (BAXANDALL, 2006, p.44). Aliada a essa noção, escolhemos entre as três abordagens propostas por Artur Freitas (2004) –semântica, formal e social – a abordagem semântica, em que analisamos o conteúdo da imagem e seus possíveis significados.

No primeiro capítulo *Sentindo o mundo: o contexto da modernidade*, acompanhamos o contexto das transformações impulsionadas pela modernidade, bem como alguns de seus indícios: a formação de um público leitor para as revistas ilustradas; os principais aspectos da revista *Para Todos...*; a trajetória do artista J. Carlos além de uma breve introdução sobre o cigarro e os jogos amorosos. A figura da melindrosa fumante, bem como outras representações sobre essa figura, é explorada no segundo capítulo “*Quer um cigarro?... E por que não? Sem elle não estará completa a sua elegância*”. No terceiro e último capítulo *O cigarro: da sedução das melindrosas para amigo dos almofadinhas*, analisamos as capas em que os jogos amorosos estão associados à presença do cigarro, como são representados os almofadinhas e melindrosas e que tipo de papéis eles assumem.

Capítulo 1- Sentindo o mundo: o contexto da modernidade.

Sentir o mundo é uma outra maneira de pensá-lo. As percepções sensoriais não são, apenas, de ordem fisiológica, mas fruto de uma orientação cultural, deixando margem às sensibilidades individuais. [...] (VELLOSO, 2007b).

A virada do século XIX para o século XX foi marcada por transformações em vários cenários: tecnológico, econômico, social, cultural, político entre outros. Essas modificações ajudaram na construção e percepção de um tempo diferente: uma sensibilidade moderna florescia.

Ben Singer (2004) apresenta a questão da modernidade na virada do século XIX nos Estados Unidos, relacionada à cultura de espetáculos populares sensacionalistas, num diálogo com o “hiperestímulo” provocado pelas novidades na vida cotidiana. De acordo com Singer (2004, p.96):

[...] A modernidade implicou um mundo fenomenal – especificamente urbano – que era marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana. Em meio à turbulência sem precedentes do tráfego, barulho, painéis, sinais de trânsito, multidões que se acotovelavam, vitrines e anúncios da cidade grande,

o indivíduo defrontou-se com uma nova intensidade de estimulação sensorial. A metrópole sujeitou o indivíduo a um bombardeio de impressões, choques e sobressaltos. O ritmo de vida também se tornou mais frenético, acelerado pelas novas formas de transporte rápido, pelos horários permanentes do capitalismo moderno e pela velocidade sempre acelerada da linha de montagem.

Como se vê, para Ben Singer a modernidade é um fenômeno que provocou novas sensações e percepções de tempo e de espaço; assim como novas formas de lidar com esses adventos, que estão relacionadas ao rápido processo de transformação do cenário tecnológico e social.

Desse modo, embora de modo diverso, a experiência da modernidade não se resume à Europa ou aos Estados Unidos, podendo também ser sentida já na segunda metade do século XIX em outros países do mundo. No caso brasileiro das grandes metrópoles, a passagem entre os séculos XIX e XX esteve marcada por esses processos de transformações tecnológicas, sociais e culturais, que “invadiram” o cotidiano da população, sobretudo se tivermos em conta a experiência urbana da cidade do Rio de Janeiro, capital da nova república.

O contexto da modernidade carioca é analisado por Nicolau Sevcenko em seu texto *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. Para ele, a Revolução Científico-Tecnológica trouxe um novo ritmo de vida, que em seu início gerou efeitos desorientadores, estranheza e reorientações da percepção humana, como, uma nova percepção sobre o tempo que parecia mais acelerado, adequando-se aos compassos da modernidade (SEVCENKO, 1998, p. 516-517).

A Revolução Científico-Tecnológica foi um processo gradual que resultou em inúmeras novas tecnologias e avanços científicos, influenciando na modificação do comportamento das pessoas. Essas novas tecnologias se tornaram sinônimo de progresso e modernidade para a população da época, e tiveram um grande impacto na forma que as pessoas lidavam com o seu contexto, acarretando novas percepções de mundo e novo imaginário (SEVCENKO, 1998; FABRIS, 2010, p.89; MARTINS, 2008, p.115; SOBRAL, 2009). J. Carlos foi um dos artistas que viveu e captou esse contexto histórico através de seus desenhos.

Os novos espaços de sociabilidade aparecem em seus traços, como “crônicas visuais” do mundo moderno. No início do século XX o Rio de Janeiro foi cenário dessas novas percepções e representações de tempos:

O Rio de Janeiro presentificava, vivamente, esse espírito do moderno. Polo de atração e irradiação de culturas das diferentes regiões e cidades brasileiras, a cidade possuía uma elite intelectual-artística que mantinha-se em permanente diálogo com as ideias cosmopolitas. Em função desses fatores, a cidade adquire uma configuração social bastante específica. Junto a esse movimento de atualização cultural, que a projetava em direção ao cenário internacional, o Rio também, possuía um corpo de tradições populares extremamente atuantes. Em função desses fatores, a vida cultural da cidade conseguia estabelecer elos de ligação, mesmo que em bases precárias, com o conjunto da população. Havia, portanto, um espaço de convívio em que circulavam elementos de diferentes origens culturais. (VELLOSO, 2007a).

O Rio de Janeiro, então capital da República, condensava os aspectos de uma “metrópole-modelo”, referência para outras cidades que também almejavam viver os adventos promovidos pela modernidade, de acordo com Sevcenko (1998, p.522):

[...] o Rio de Janeiro, sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros quanto nacionais. O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel da capital da República, tornando-a no eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação no território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. É nesse momento e graças a essa atuação que o Rio se torna, como o formulou Gilberto Freyre, numa cidade “panbrasileira”.

Sobral converge com Sevcenko neste mesmo ponto sobre o “processo modernizador”, que estaria associado aos novos meios de comunicação e de transportes que passaram a produzir novas linguagens, novas sociabilidades e novas formas de relacionamento e percepção do mundo. Um novo personagem surge nesse contexto, o *flâneur*, que seria o observador dos movimentos da rua, seria ele um “cronista da modernidade”, que poderia ser feita através de várias linguagens, como a escrita, o desenho e a música³.

Diferentes personagens observavam e eram observados; um deles foi o artista gráfico J. Carlos que adotara a atitude *flâneur* em seu cotidiano, no transporte público, onde podia observar tanto o universo do interior do bonde como a vista que o trajeto lhe proporcionava: “[...] amava esta contingência e cansou-se de dizer que o seu laboratório era o bonde. [...]” (LOREDANO, 2002, p.22) produzindo inúmeras representações sobre os personagens e cenários que observava.

Mas para além da atitude *flâneur*, a historiadora Cláudia Oliveira nos atenta para a influência baudelaireana na revista ilustrada *Para Todos...*, afirmando que J. Carlos faz parte da segunda geração simbolista, uma continuidade dos simbolistas que:

[...] buscou construir uma arte e uma literatura que, por meio da utilização de novas palavras e práticas artísticas e culturais, pudesse expressar uma sensibilidade evocadora da relação entre o homem urbano e o cotidiano que aflorava no Rio de Janeiro com a modernização da cidade. [...] (OLIVEIRA, 2004, p.318).

Através dessa nova forma de sensibilidade e de percepção sobre esse novo contexto do moderno que estava em processo de construção, J. Carlos fez inúmeras representações sobre esse cenário carioca, e sobre os personagens que circulavam por entre as ruas, os bondes, as praias. Melindrosas, almofadinhas, malandros, figuras comuns no cotidiano carioca da década de 1920, são recorrentes em seus desenhos.

Os trabalhos de J. Carlos apreendem essa nova percepção do mundo, novos valores e novas formas de comportamento que a “modernidade” trazia. Representações desse novo *modus vivendi* são encontradas nas capas feitas por esse artista, seus desenhos são conhecidos pelos traços limpos e elegantes, de acordo com Loredano:

[...] Chegavam-nos ecos daquela efervescência cultural, do expressionismo, do cinema, da música negra americana; havia cada vez maior velocidade no trânsito de informações e ideias, na transformação de moda, usos e comportamentos. J. Carlos, nessa época diretor artístico da empresa *O Malho*, é autor, sobretudo através de suas capas de *Para todos...*, de um belíssimo painel de como os salões cariocas reagiam ao que esses ventos do norte nos sopravam. Tudo isso fazia um contraste escandaloso com o mofo da República Velha. (LOREDANO, 2002, p.75-76).

3 Cláudia Oliveira é uma das pesquisadoras que traz os aspectos da modernidade apreendidos pelo olhar *flâneur* dos cronistas e fotógrafos cariocas das revistas ilustradas *Fon-Fon!*, *Selecta* e *Para Todos...*, apontando para como esses semanários representavam as novidades trazidas pelo processador modernizador da cidade do Rio de Janeiro.

Foi através das revistas ilustradas, que J. Carlos tornou seus traços conhecidos nacionalmente. As revistas ilustradas eram tanto produtos como símbolos da modernidade, apontando para as transformações que aconteciam nesse contexto, nos diferentes âmbitos de sociabilidade. Ao mesmo tempo em que divulgavam novidades promovidas pelo advento da modernidade, elas também geravam reflexões sobre esses e outros processos².

1.1 - As revistas ilustradas

As revistas ilustradas foram um dos meios de comunicação que possibilitaram a abertura para representações sobre o contexto da modernidade, sendo um importante veículo de difusão cultural na sociedade desse período.

Elas entravam em sincronia com o tempo individual do novo ritmo de vida poupando tempo: “[...] Ler revistas significava, então, gastar menos tempo e obter mais informações. As revistas eram destacadas como um dos grandes atrativos da modernidade [...]” (VELLOSO, 2004, p.226). Segundo Martins, as revistas foram adotadas no cotidiano dos brasileiros como:

[...] objeto imprescindível daquele cotidiano [virada do século XIX para o XX], fosse para homens de negócios ou mães de família, crianças em idade escolar, moçoilas românticas e/ou em busca do último figurino – *moças revisteiras* – na classificação de Monteiro Lobato (MARTINS, grifo da autora, p.97).

Sevcenko vê nas revistas mundanas uma “[...] fonte de assimilação dos mandamentos sempre fugazes do gosto [...]” (SEVCENKO, 1998, p.539). Deste modo, tais periódicos abordavam temas do cotidiano, como por exemplo: a vida nas ruas, nos lares, os lazeres, os trabalhos entre outros. E, foi nesse período que se popularizou a identidade carioca dos “tipos”, e as melindrosas desenhadas por J. Carlos, “[...] uma galeria de tipos que às vezes se encontram nas grandes cenas de rua, no bonde, nas intermináveis filas, nas eleições, no carnaval, compondo a cena carioca.” (LUSTOSA, 2006, p.163).

As revistas ilustradas tinham grande apelo junto ao público, eram tidas como um veículo de comunicação que incorporava os aspectos da modernidade. Elas estavam presentes no cotidiano de diferentes formas: “Fragmentadas e sintéticas, as revistas ilustradas, sem dúvida, ocuparam um lugar estratégico, tornando-se um dos principais veículos para a assimilação do novo espaço/tempo criado pelo processo modernizador [...]” (SOBRAL, 2007, p.31). Segundo Julieta Sobral, os anos 1920 foram marcados pela grande circulação de revistas ilustradas, as quais ganhavam cada vez mais espaço no cotidiano da população, trazendo em suas impressões as novidades, e as novas formas de apreensão do tempo e do espaço.

De acordo com Velloso (2007a): “[...] No início do século XX, a imprensa configura-se como esfera de socialização de ideias e de valores, favorecendo o surgimento da opinião pública”. Esses periódicos criaram junto ao público, uma partilha de valores e de posturas, havendo um “código socialmente estabelecido” pela “cumplicidade” entre a revista *Para Todos...*, seus leitores e as capas produzidas por J. Carlos (SOBRAL, 2007, p.22).

Martins nos aponta para como a imprensa se voltou para atender demandas de mercado, do público, para obter mais lucro:

Insista-se que na virada do século, quando o jornalismo transformou-se em grande empresa, as publicações periódicas foram criadas para ser vendidas e gerar lucros. Nesse propósito, veiculavam o que era rentável no momento, procurando “suprir a lacuna” do mercado e atender a expectativas e interesses de grupos segmentando o público, conformando-os aos modelos em voga; e, na maioria das vezes, a sensação da reprodução do sistema. Em outras palavras, desde então, as revistas em geral matizavam a realidade, veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamento, conformando o público leitor às demandas convenientes à maior circulação e ao consumo daquele impresso. Ou seja, expressavam o comprometimento apriorístico com aquilo que o leitor queria ler e “ouvir”. (MARTINS, 2008, p.21-22).

Segundo Loredano (2002, p.28): “O mercado era grande e crescia vertiginosamente. A agilidade dos processos de impressão aumentava de par com a demanda do público por publicações ilustradas.

4 A imprensa ilustrada foi abordada por Ana Luiza Martins em seu livro “Revistas em Revista”, em que autora trata sobre as primeiras publicações feitas no Brasil ou para o Brasil entre o período iniciado pela proclamação da República em 1890 até 1922, ano marcado por várias transformações no cenário nacional, e ano de publicação da revista *Klaxon*; retrocedendo e avançando em seu recorte temporal, sempre que necessário. Martins analisa as principais características e estratégias adotadas pelos mais variados periódicos brasileiros, da produção à circulação, a historicidade, a transformação de alguns jornais em revistas, entre outros assuntos, a fim de suprir as lacunas existentes na historiografia sobre a imprensa ilustrada.

[...]”³. Uma cultura das imagens se popularizava:

Crescia a demanda, multiplicavam-se os periódicos em circulação. As imagens invadiam o espaço urbano seduzindo o olhar. Graças a elas, os impressos rompiam barreiras de classe, promovendo uma democratização da cultura visual, estimulando o hábito de leitura e o interesse das classes menos favorecidas pela alfabetização. (SOBRAL, 2007, p.30).

Com o barateamento do processo gráfico, essas publicações também diminuíram seu preço de venda, popularizando as imagens, que difundiam as novas concepções, como o da própria “modernidade”.

Velloso (2004) nos traz questões sobre apropriações e representações sobre o moderno feitas por revistas ilustradas e revistas literárias, percebendo a sensibilidade que permeia os modos de leitura sobre essas publicações no contexto em que foram produzidas:

[...] As revistas semanais ilustradas, destinadas ao grande público, preferencialmente operacionalizavam a ideia do moderno na vida cotidiana, buscando familiarizar os leitores com as novas coordenadas espaço-temporais. É o caso das revistas *O Malho*, *Fon-Fon* e *Para Todos*, publicações essas que tiveram longa vida editorial ou ampla, receptividade junto ao público. (VELLOSO, 2004, p.226).

Foi através das revistas ilustradas que J. Carlos se projetou quanto artista, a seguir podemos acompanhar um pouco de sua trajetória e a sua ligação com a revista semanal ilustrada *Para Todos*...

1.2 - J. Carlos é Para Todos...

José Carlos de Brito e Cunha, mais conhecido como J. Carlos nasceu no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1884, e faleceu em 2 de outubro de 1950, aos sessenta e seis anos nesta mesma cidade. Este artista passou sua vida inteira desenhando, e daí tirou seu sustento e de sua família:

[...] J. Carlos [...] foi sempre o homem sóbrio e sério. Pai de família exemplar, de uma pontualidade incomum para os padrões brasileiros, inaugurou um novo estilo de profissional de imprensa no Brasil. Viveu exclusivamente de seu trabalho como caricaturista e ilustrador. [...] foi de uma dedicação única ao trabalho. [...] (LUSTOSA, 2006, p. 159).

Seus desenhos possuem irreverência, um humor sutil e gracioso. Através do traço artístico, J. Carlos representa a realidade e o onírico numa forma de manifestação do sensível: “Sentir o mundo é uma outra maneira de pensá-lo, transformando o sensível em inteligível” (VELLOSO, 2007a).

O “cronista do traço” representou várias transformações locais, nacionais e internacionais. De acordo com Cássio Loredano (2002, p.14):

[...] a carreira de J. Carlos é a feliz coincidência de uma idade em que a crônica visual tinha que ser feita à mão, com um artista que dispunha de talento, facilidade e tenacidade em doses pouco contraditórias. Tudo isso combinado à longevidade artística que lhe possibilitou a confecção de um gigantesco painel que cobre a República Velha e o Estado Novo, duas guerras mundiais, o entre-guerras, a guerra espanhola e, depois, o início da guerra fria, tudo o que aconteceu em meio século com a planta do Rio de Janeiro, a substituição da regata pelo futebol na paixão nacional, as transformações das modas no vestuário e no mobiliário, nos costumes, e o advento dos edifícios, do automóvel, da cozinha a gás, do cinema e da televisão etc. [...]

O ilustrador através de uma sensibilidade moderna traz em seus desenhos aspectos relativos ao contexto em que vivia: “[...] Se J. Carlos refletia o comportamento e os anseios de seus leitores, ele era ao mesmo tempo um influenciador e um inventor ou, no mínimo, popularizador de opiniões e de modas. [...]” (LOREDANO, 2002, p.54).

Foi na revista *Tagarela* em 1902, que J. Carlos publicou seu primeiro trabalho. Ao longo de sua trajetória exerceu sua veia artística como desenhista, publicitário, diagramador, cronista, letrista e designer. Trabalhou em diversas revistas, como *Careta*, *O Malho*, *Fon-Fon*, e *Para Todos*..., objeto de nosso estudo.

Julieta Sobral vê em J. Carlos um “designer moderno”, que ao longo de sua trajetória aprimorou o seu traço com as “práticas nas redações”. Segundo Loredano (2002, p. 32) sua prática na redação e no café possibilitou o convívio com vários intelectuais e artistas. Já na primeira década dos noventa fazia sucesso em todo território nacional, participando de diversas revistas:

Entre 1904 e 1907, seu traço virou coqueluche nas redações. Estava no *Malho*, no *Século XX*, em *Leitura para todos*, nos almanaques do *Malho* e do *Tico-Tico*

5 Um dos processos que permitiu uma maior liberdade para o artista gráfico foi a chegada da zincogravura, novidade técnica que possibilitava que as impressões das ilustrações fossem iguais a da matriz (sem o negativo-positivo de outras técnicas), importante para a economia dos impressos, já que melhorava a qualidade gráfica das propagandas. (LOREDANO, 2002, p.29-30). J. Carlos utilizava essa técnica na impressão de seus desenhos na revista *Para Todos*...

e, por último, no *Fon-fon*. Em 1908, Jorge Schmidt, jornalista e empresário, dono da editora Kosmos e que também vinha do *Fon-fon*, abriu a *Careta*, destinada a fazer concorrência a *O Malho* como revista ilustrada de circulação nacional. [...] (LOREDANO, 2002, p.41).

J. Carlos, que já havia consolidado sua carreira como artista exclusivo na revista *Careta* – tanto pelo público como por colegas de profissão –, foi convidado por Pimenta de Mello, em 1922, para a direção artística de *O Malho S. A.*, como uma forma de prestigiar suas revistas e aumentar seu público: “[...] J. Carlos era ídolo no país inteiro [...]” (LOREDANO, 2002, p.13). Permaneceu dez anos no grupo de Pimenta de Mello, para depois sair e trabalhar em um escritório próprio (LOREDANO, 2002, p.65).

Essa empresa do Rio de Janeiro, comprada por Mello em 1918, publicava várias revistas ilustradas, entre elas: o próprio *O Malho*, *Ilustração Brasileira*, *Para Todos...*, *Leitura Para Todos* e a *Tico-Tico* (LOREDANO, 2002; LUSTOSA, 2006; SOBRAL, 2007).

A revista *Para Todos...* foi criada em 1918, com formato de 23 x 32 cm, custava 1\$000 (mil réis), estava voltada para o cinema e seus artistas, visando o público feminino da classe média e alta.

Em 1926 *Para Todos...* passou por uma “guinada editorial”, graças a criação da revista *Cinearte*, seu foco então passa a ser a vida “mundana”, abordando sobre o cotidiano, música, teatro, moda, novos hábitos, cinema e seus artistas, entre outros assuntos. Isso possibilitou uma maior liberdade gráfica para J. Carlos, assim como uma maior autonomia: o cotidiano carioca passa a ter cada vez mais espaço⁶.

Segundo Julieta Sobral, mesmo depois dessa mudança: “[...] permaneceu o vínculo com o público feminino de classe média e alta. De nível cultural mais homogêneo, tal público exigia menos didatismo [do que *O Malho*] e permitia maior ousadia gráfica. [...]” (SOBRAL, 2005, p.145). Como diretor artístico J. Carlos teve na revista *Para Todos...* a maior liberdade gráfica já que não precisava se voltar a assuntos políticos como em *O Malho*, (LUSTOSA, 2006; SOBRAL, 2007).

No período estudado podemos encontrar em *Para Todos...* algumas seções fixas (às vezes com pe-

quenas modificações): *De teatro* parte em que apareciam as peças encenadas no momento, fotos de atores, comentários e críticas sobre as peças teatrais; *De música*, quando não algum texto sobre música e compositores, havia partituras; *De elegância* seção de moda, com alguns croquis e matérias sobre as roupas da estação que seriam referência no período; *De cinema* com matérias sobre filmes nacionais e internacionais, fotos dos atores; fotografias das senhoras e moças elegantes em *Depois da missa*; *De mundanismo* traz fatos e fotos sobre casamentos, nascimentos e batismos; O editorial é o espaço reservado a contos, poesia muitas vezes com ilustrações de J. Carlos; Propagandas ocupam boa parte da revista, de anúncios simples aos mais elaboradas graficamente.

A primeira capa com desenho de J. Carlos na revista *Para Todos...* data de 1923. O artista fez regularmente as capas desse semanário desde março de 1926 até 1931, salvo algumas participações especiais, como, de Guevara, Rodriguez, Belmonte entre outros.

J. Carlos ilustrou mais de duzentas capas da *Para Todos...* além de elaborar ilustrações, caricaturas, propagandas e os mais variados desenhos no miolo da revista. De acordo com Julieta Sobral (2005, p.144):

As capas não eram vinculadas a acontecimentos específicos, o que permitiu a J. Carlos otimizar o uso do parque gráfico, rodando quatro capas por vez – em três (às vezes quatro) cores, impressas em áreas chapadas ou reticuladas uniformemente. [...].

As capas feitas por ele para a *Para Todos...* abordam diferentes temáticas, tais como: mitologia; carnaval; natal; moda; odaliscas; cigarros; dança; praia; uso de entorpecentes; comunicação; entretenimento; relações amorosas; cinema; automóveis; podendo apresentar em uma mesma capa uma ou mais características ao mesmo tempo.

Os autores Lustosa, Sobral e Cardoso convergem quanto à compreensão de que os desenhos de J. Carlos, nos diferentes trabalhos e projetos gráficos ao qual produziu, possuem características tanto do *art nouveau* quanto do *art déco*⁷:

[...] Trabalhando justamente na fase em que o *art nouveau* declinava e emergia o *art deco* pode-se dizer que ele soube incorporar ao seu trabalho o

6 Sobre as mudanças gráficas na revista *Para Todos...* feitas por J. Carlos ver: SOBRAL, Julieta. O desenhista invisível. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

7 O *art déco* foi usado amplamente: “Com a indústria produzindo cada vez mais, foi no período entre-guerras que se descobriu e teorizou o consumo de massa. [...]” (SOBRAL, 2007, p.17). Esse estilo de arte inicialmente foi utilizado em objetos “transitórios”, depois foi incorporado ao design e a arquitetura. O “Modernismo” como legislador e legitimador do que faria parte de uma arte moderna e da história, colocou o *art déco* como uma arte menor, segundo Sobral (2007, p.19): “[...] O *Art Déco* preenchia o imaginário popular e vice-versa, numa modernidade cosmopolita e assumidamente frívola. Uma visão da vida moderna bem distante da austeridade racional e ascética dos movimentos modernistas”.

melhor dessas duas tendências que tanta influência tiveram no Brasil. E se há muito de enfeites exuberantes na linha do *art nouveau* em suas ilustrações, o tratamento geométrico que dá a esses enfeites é mais típico da *art deco*. [...] (LUSTOSA, 2006, p.164)

No Brasil, o aparecimento do *Art Nouveau* como estilo gráfico corresponde a um momento de renovação e redimensionamento do mercado editorial nacional, simbolizado pelo surgimento de revistas como a *Kosmos*, *O Malho*, a *Careta*, a nova *Ilustração Brasileira*, *Para Todos* e o infantil *Tico-Tico* [...]. A figura do ilustrador J. Carlos paira imponentemente sobre o design de periódicos dessa época, realizando inclusive sem nenhuma ruptura aparente a transição para o estilo *Art Déco* [...] (CARDOSO, 2008, p.102)⁸.

Usando linhas orgânicas e geométricas, fazendo a transição entre esses dois estilos, o *art nouveau* e o *art déco*, J. Carlos representou em seus traços aspectos da vida mundana moderna, tema de muitas de suas capas em *Para Todos*...

1.3 - Do cigarro aos jogos amorosos

Um elemento moderno presente nas ilustrações feitas por J. Carlos para as capas da revista *Para Todos*... é o cigarro industrializado, uma das manifestações e expressões da modernidade. Segundo Sevcenko, seria um novo hábito moderno individual, fumar cigarros industrializados – ao contrário do cigarro de palha ou de corda que era associado ao mundo rural – simbolizava a urbanidade e os avanços da indústria.

Velloso (2008) vê no corpo uma nova forma de expressão do sensível no período da modernidade, assim, a gestualidade dos fumantes traduzia as questões relativas ao movimento e sensualidade. Quando associado à mulher:

A identificação do cigarro com a mulher jovem e ousada, além de dotar o novo hábito de uma forte carga erótica, integrava a gesticulação, que acompanhava o ato de fumar à linguagem corporal da sedução. (SEVCENKO, 1998, p.529)

Fumar era um gesto elegante, e quando associado à mulher potencializava o ato transformando-a numa mulher sensual e “ousada”. Fumar era moda: “[...] Somente após a Primeira Guerra, sobretudo pela via do cinema, eles se tornariam os símbo-

los clássicos do modo de vida americano.” (SEVCENKO, 1998, p.529-530).

Ao final da 1ª Guerra Mundial os Estados Unidos apontaram como a grande potência mundial, atingindo as diversas áreas, como a política, economia e a cultura. Sua influência cultural teve como um de seus maiores divulgadores o cinema: “[...] Agora a influência da cultura americana se tornaria ainda maior, apoiada num veículo de crescente penetração social [...]” (CUNHA, 2009, p.2).

Como se viu, a revista *Para Todos*... que inicialmente havia sido feita para os assuntos referentes a esfera do cinema, manteve vínculos com o mundo relativo às películas cinematográficas, mesmo depois da guinada editorial em 1926. De acordo com Fabris (2010) o cinema representava os avanços da modernidade:

Rival do automóvel e do outros meios de locomoção na elaboração de uma percepção modificada pela velocidade e pela simultaneidade (Süssekind, 1987: 50-51), herdeiro da fotografia, filho da eletricidade, intimamente aparentado com o jornal na junção de realidades distantes entre si, subvertendo a noção corrente de tempo e de espaço, o cinema apresenta-se como uma súplica de outras invenções, capaz de sobrepujar as demais formas de comunicação de massa quando se trata de forjar novos comportamentos [...]. (FABRIS, 2010, p.90-91).

O cinema hollywoodiano influenciou costumes e comportamentos, ele estava presente nas projeções das salas escuras, nas propagandas, e nas próprias revistas ilustradas, como é o caso de *Para Todos*.... Segundo Maria Inez Pinto:

A influência do cinema hollywoodiano no Brasil, decisiva para a construção de uma cultura cosmopolita de fachada, enveredou-se por vários caminhos: substituiu a coroa dos reis pela auréola efêmera das estrelas da terra, construindo um mundo idealizado e romântico, onde a moda e os costumes passaram a ser apreendidos não mais na tradição familiar ou no contato com os meios tradicionais de educação (escola, igreja, catecismo, etc.), mas ante através de uma grande tela, que figurava um mundo novo a ser imitado e reinventado [...] (PINTO, 1998, p.69).

Fotografias de atores e atrizes fumando eram comuns na *Para Todos*... A seguir (Fig.1), temos como capa da revista ilustrada a atriz Ruth Roland.

8 Rafael Cardoso em seu texto *O império dos estilos* nos aponta para as aproximações e diferenças do *art nouveau* e *art déco*, entre outros aspectos: “[...] existem diferenças importantes que separam o impacto histórico dos dois estilos. Em retrospecto, o *Art Nouveau* permanece associado ao luxo e à prosperidade da chamada *Belle Époque* que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, enquanto o *Art Déco* está ligado intimamente ao surgimento de um espírito assumidamente modernista nas décadas de 1920 e 1930. [...]” (CARDOSO, 2008, p. 97-98).



Figura 1
Artista desconhecido, Ruth Roland, Para Todos..., nº183,
17 de junho de 1922.

Nessa capa de 1922 (Fig.1) Ruth Roland aparece vestida com trajes ciganos: chapéu enfeitado, por baixo do chapéu um lenço estampado, lenço e chapéu deixam uma sombra na altura de seus olhos, o que promove um ar de mistério ao seu olhar; camisa branca, de decote profundo e colete verde adornado por arabescos e “moedas” douradas. Seus olhos são bem delineados através do uso do lápis preto, sua boca pequena é vermelha. Em sua mão, um pouco grosseira – devido ao tratamento utilizado pelo artista que retocou a imagem – segura um cigarro aceso, soltando uma fumaça que se expande, principalmente perto de seu chapéu. Todos esses elementos, roupas de cigano, sombra e olhos marcados, o cigarro e sua fumaça conferem a ela um ar de mistério. De acordo com Richar Klein (1997) a personagem cigana criada por Prosper Merimée seria “[...] a primeira figura na literatura a ser identificada com cigarros” (KLEIN, 1997, p.24), além disso, “[...] Na primeira vez que Carmem aparece, dotada de uma beleza sinistramente fabulosa, também é a primeira vez na literatura que uma mulher é representada aceitando um cigarro e fumando [...]” (KLEIN, 1997, p. 40). Tal afirmativa leva Klein a associar Carmem e o uso do ci-

garro à criação de uma áurea e ideal de cigarro como algo belo. De maneira similar, a atriz apresentada aqui é vista como bela, além de sedutora e misteriosa, duas características que podem ser encontradas em representações em que o cigarro está presente, sendo objeto ou personagem.

O uso do cigarro no cinema é destacado por Klein (1997, p.27):

[...] O cigarro na cena serve como subtexto, uma legenda de filme mudo ou sonoro, às vezes acompanhando, outras contradizendo ou desviando as premissas explícitas da ação ou o significado visível dos signos. Sua aparição no filme pode ser até mesmo mais complexa, se supusermos que o cigarro não é meramente um acessório, mas um personagem em cena, e não meramente um personagem, mas, às vezes, o ator principal.

A imagem da atriz com o cigarro (Fig. 1) promove o cigarro para além de um acessório que ajuda na construção da percepção do personagem, ele também faz parte da construção de toda uma atmosfera em que ele também chama a atenção percorrendo pelo menos um quadrante da capa.

Esta é apenas uma das imagens em que atrizes ou atores são vistos fumando nas páginas da revista ilustrada *Para Todos...*. A propaganda era utilizada como outro artifício que fazia o cigarro estivesse sempre presente na revista, além das imagens criadas por J. Carlos e artistas. Observando a Figura 2, podemos ver que elas enfatizavam o aspecto do cigarro como algo de bom gosto, “bom companheiro” como no caso do *Trocadero*; social encontrado no *Club Português* pelo próprio nome *Club* que indica alguma relação social, dessa vez entorno do cigarro e exótico por conter uma mistura oriental. O exótico pode ser encontrado no nome do cigarro *Castellões Ovaes*. Sobre ser visto por seu aspecto social o mesmo pode ser dito do cigarro *Jockey Club* e *Royal Club*, em que ambos os nomes destacam relações sociais de prestígio, já que não era qualquer um que poderia participar de um clube que estivesse relacionado ao alto poder aquisitivo. Os cigarros da marca *Club Português* e *Royal Club* investem sua propaganda mostrando um maço de seus cigarros em uma carteira aberta, mostrando quantidade e “qualidade” do seu produto. Já os cigarros das marcas *Trocadero* e *Castellões Ovaes* mostram suas carteiras de cigarros fechadas, deixando o rótulo do produto à vista. Ao mesmo tempo, esses dois e a marca *Royal Club* utilizam um cigarro aceso (índice da fumaça que sai da ponta do cigarro) para chamar atenção para seu produto. O único que difere de todos esses artifícios de propaganda em mostrar a mercadoria é a marca de cigarro *Jockey Club*, em

que a palavra cigarro é usada em caixa alta para chamar atenção para o que consiste o produto, o nome da marca aparece com letras em itálico vermelhas, numa linha diagonal ascendente. O ponto em comum entre todas essas imagens é o uso da diagonal seja ela ascendente ou descendente.

Como se vê, as propagandas de cigarro não costumavam serem muito elaboradas, elas também costumavam ocupar de 1/4 a 1/6 da página da revista ilustrada. Mas, muito da propaganda do cigarro não era feita de forma direta pela publicidade, mas sim através de artistas fumando – mesmo que não necessariamente falassem qual era sua marca preferida –, e também pelas inúmeras representações

criadas por artistas gráficos, entre eles J. Carlos na *Para Todos...* e em *O Malho*.

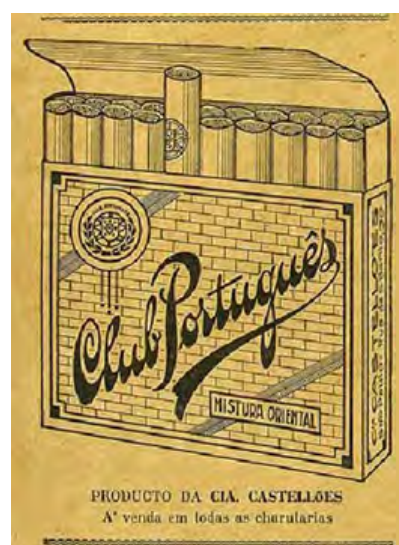
Aliadas ao cigarro e a sua fumaça que eram constantemente representadas de forma a inebriar o espectador, outro fator entra em cena, a vez da troca de olhares, da sedução que estava em todo o gestual, que poderia ou não ser acompanhado pelo cigarro.

O uso do cigarro de acordo com Richard Klein (1997) se deve a vários fatores que podem estar conjugados ou não: a novidade, consolo, prazer, hábito, ritual, gesto, vício, fascínio, sedução, passa tempo, ao charme que ele confere (não necessariamente em alguma ordem).

Figura 2



nº419, 25 de dezembro de 1926, p.20.



nº468, 03 de dezembro de 1927, p.58.



nº420, 01 de janeiro de 1927, p.54.



nº445, 25 de junho de 1927, p.51.



nº576, 28 de dezembro de 1929, p.90.

Mas não é só o cigarro, o cinema, a propaganda e outras criações artísticas que estão presentes nesse novo cenário. No contexto da modernidade entram em cena novas formas de sociabilidade afetiva, os jogos amorosos são marcados pelo *flirt* e olhar voyeur.

Essa nova forma de comportamento pôde florescer com a vida urbana, cada vez mais efervescente promovida pelas novidades das ruas e calçadas largas, passeios e parques públicos, dos novos espaços de sociabilidade como o próprio cinema.

Uma sensibilidade moderna é apreendida pela troca de olhares e de toques entre estranhos, Cláudia Oliveira afirma que há “[...] Uma exacerbação dos prazeres mundanos em meio a uma atmosfera de expansão das possibilidades de experiências subjetivas, de uma certa quebra de barreiras morais.” (OLIVEIRA, 2004, p. 325).

A “quebra de barreiras morais” de acordo com Oliveira desenvolve-se com o crescimento da presença feminina no novo cenário urbano. As mulheres se tornam “alvo” dos olhares masculinos que passam cada vez mais desejá-las e fantasiá-las. Oliveira nos aponta para a construção por meio dessas representações de uma “erótica do cotidiano urbano moderno” (OLIVEIRA, 2004b, p.87).

Segundo essa mesma autora a proximidade entre o ser desejado, a mulher com aquele que a deseja, o homem, possibilitou novos olhares sobre a temática dos jogos amorosos:

[...] O prazer do desfile ostentatório nas áreas renovadas da cidade tornara-se um dos pontos altos da vida urbana moderna carioca. Nessas *promenades* parecia emergir um certo olhar voyeur, novo, constante e silencioso [...] que enfatiza esse prazer voyeur de mulheres e homens que parecem estar absolutamente confortáveis com a exposição fotográfica. Olhares se cruzam velozmente e estão preenchidos por uma sugestão de imagens de outros corpos, que, em movimento, ocupam toda a imagem e fluem pelo espaço. Um olhar símbolo do fetiche, do exibicionismo e do voyeurismo. (OLIVEIRA, 2004, p.324).

Ainda de acordo com a mesma autora, há um jogo de sedução entre as mulheres que se deixam e querem ser observadas pelos homens. Assim como os homens elas podiam exercer seu lado voyeurístico:

O que vai se apresentando nestes conjuntos de imagens são *flâneuses* que, como os homens, aproveitam o *frisson* do momento e a sua nova conduta em público e desfrutam o prazer da rua. É uma narrativa na qual a fantasia do encontro erótico não é exclusivamente masculina e não estava acessível somente às mulheres de “reputação questionável”. É uma narrativa que apresenta a construção de uma eroti-

zação do cotidiano, própria ao seu tempo. Nesta, as mulheres, assim como os homens, desfrutavam do prazer de estarem nas ruas e de participarem de sua cultura voyeur. (OLIVEIRA, 2004b, p.95)

Partindo da metodologia proposta por Baxandall (2006) e Freitas (2004), compreendemos que as questões levantadas ao longo dessas páginas são importantes para a compreensão dos capítulos a seguir, que abordam sobre as representações de dois dos novos costumes promovidos pela modernidade: o uso do cigarro pelas mulheres e a relação deste nos jogos amorosos.

Capítulo 2- “Quer um cigarro?... E por que não? Sem ele não estará completa a sua elegância”.

[...] Estamos então diante de um objeto “deslocado” do seu mundo/ tempo e sobre o qual se acumulam discursos de diferentes contextos/ tempos, cada observador construindo a descrição segundo as formas de contemplação, bagagem cultural ou as formas de apropriação da sociedade em que se insere. [...] (SALGUEIRO, 2005, p.10).

A figura feminina é uma constante nas capas da *Para Todos...*, para além das ilustrações feitas por J. Carlos a presença feminina se torna mais frequente nos espaços públicos não se restringindo ao espaço privado. As mulheres no contexto da modernidade adotam posturas que anteriormente eram tidas como masculinas como, a circulação pelos espaços públicos, o *flirt* entre outros. De acordo com Cláudia Oliveira (2008, p.204):

[...] com o desenrolar da modernidade, as definições de gênero, de espaço e de controle (mulher = casa e homem = rua) transformaram-se progressivamente. O espaço público, anteriormente submetido à autoridade passou a ser compartilhado com o elemento feminino, já que, na modernidade, as mulheres se tornaram elementos integrantes do universo urbano, participando ativamente da economia urbana como sujeitos da modernidade.

Cláudia Oliveira em *A “Vênus moderna”* aborda como as mulheres e a sexualidade, foram representadas nas revistas ilustradas cariocas. Sobre o contexto do Rio de Janeiro desse período, em relação à associação entre a cidade e a mulher moderna, a historiadora compreende que:

O Rio de Janeiro enquanto cidade-capital modernizada torna-se espaço que possibilita a emergência de uma nova mulher. Assim, as reflexões em torno de uma imagem sobre a “cidade capital elegante”, unida à idéia de mulher moderna e sedutora, apon-

tavam para um conjunto de idéias em torno do feminino que promoviam uma imagem da cidade como uma “bela mulher”. Ambas eram fruto da beleza da civilização moderna. Esta imagem “cidade-mulher” se apoiava em um discurso que tinha suas raízes em uma percepção *fin-de-siècle* sobre o feminino e sobre a cidade na qual ambas simbolizavam objetos que despertavam sentidos. Cidade e mulher nas revistas ilustradas eram objetos sexualizados e adornados, as estrelas que brilhavam com a modernidade e, como tais, eram parte de uma mesma *mise-en-scène*, pois conjugavam uma idéia de feminilidade inerentemente teatral: o auto adorno feminino e o *décor*. Havia uma graça feminina que parecia ser construída para o olhar do cronista, do fotógrafo e para a admiração do público masculino. A imagem da mulher desejável se justapunha à imagem da cidade adornada, e ambas evocavam sentidos sexualizados. (OLIVEIRA, 2004, p.86).

J. Carlos que então fazia parte desse contexto, também problematizou sobre essa temática, apontando para novos hábitos, percepções, sensações e experiências, promovidas pelo advento da modernidade.

Como diretor artístico, o artista gráfico em questão tinha que resolver alguns problemas gerais de todas as publicações e específicos da *Para Todos...*. Entre eles: fazer as capas das revistas; criar um projeto gráfico para cada uma delas; atingir o público alvo do periódico. Cada um deles poderia se desdobrar em outros, como, o de chamar atenção do público leitor através das capas para que estes se interessassem e comprassem as revistas. Entretanto, acreditamos que os problemas para a elaboração das capas não se restringissem a esses itens, por exemplo, a preocupação formal e estética deveria fazer parte do cotidiano de J. Carlos, assim como tantos outros não levantados aqui.

Como já vimos no capítulo anterior, o público da revista era o feminino de classe média e alta (ainda que outros públicos pudessem comprá-la) (SOBRAL, 2005), o artista deveria então atender a demanda de seu público leitor, que segundo a própria propaganda da *Para Todos...* nº 1267, de 25 de dezembro de 1926, p.54: “*Para Todos...* Semanário ilustrado, o mais querido na alta sociedade brasileira. As suas secções mundanas, a de teatro, musica, e cinema fornecem aos seus leitores todos os sabbados, uma bela e completa reportagem.”

As capas deveriam despertar o interesse e desejo dessas leitoras, para que elas mantivessem vínculo com esses periódicos através da sua compra e leitura, mas também deviam satisfazer o aspecto artístico para J. Carlos. Há, portanto, uma relação de mercado entre a revista e seu público, acarretando

uma circularidade entre elas.

Para compreendermos melhor essas relações de mercado e de trocas, o estudo de Baxandall (2006) é bastante elucidativo. Para Baxandall um dos pontos importantes para a compreensão do retrato de Kahnweiler feito por Picasso, envolve as relações entre o pintor e o mercado, nesse ponto o autor desenvolveu o conceito de *troc*, que será importante para entendermos a relação de J. Carlos e a revista *Para Todos...* O mercado segundo o autor (BAXANDALL, 2006, p.88):

[...] indica a existência de um contato entre produtores e consumidores de um bem com o objetivo de permutá-lo. Nessa relação, dois grupos de pessoas têm liberdade para fazer escolhas que interagem entre si. Isso geralmente implica certo grau de competição entre produtores e consumidores, para quais o mercado constitui um meio de comunicação não verbal: cada grupo se comunica com o outro participando e abstendo-se. Todo mercado pode ser definido geograficamente pelo tipo de bem permutado; em geral se formam submercados especializados. [...] O essencial é que ambas as partes façam escolhas e que toda escolha feita por um grupo tem consequências para o espectro de escolhas possíveis para ambos os lados.

Nesse mercado existem relações de permutas, em que cada fator influencia o outro de alguma forma, Baxandall utiliza o conceito *troc*, para explicar essas relações:

[...] *Troc* indica apenas uma forma de relação em que duas classes de pessoas pertencentes à mesma cultura são livres para fazer escolhas num processo de permuta, sendo que toda escolha influi no universo da permuta e, por conseguinte, em todos os participantes. [...] (BAXANDALL, 2006, p.89).

Assim seu público também se tornava objeto de interesse e de “inspiração”, ao mesmo tempo em que seus desenhos influenciava as pessoas, essas também o influenciavam nas suas criações, bem como o seu contexto sócio-cultural. J. Carlos ao se “inspirar” nas melindrosas que via ao passear de bonde ou na praia, na elaboração de suas “bonequinhos”, ele acabava modificando a percepção e até mesmo comportamentos de suas leitoras, possíveis melindrosas.

A revista *Para Todos...* tinha como público alvo a “alta sociedade brasileira”. Como se viu no primeiro capítulo, a modernidade trouxe muitas inovações tecnológicas, grande parte dela era acessível somente a uma pequena parcela da população, aquela que podia pagar por ela (MALUF, MOTT, 1998; SEVCENKO, 1998).

A alta sociedade, assim como a classe média-alta brasileira, queria se adequar aos compassos da modernidade, para isso deveria adotar posturas condizentes com esse novo cenário, umas das formas de “[...] ser identificado como moderno implicava necessariamente algum modo de relação com a tecnologia e a atitude individualista [...]” (SEVCENKO, 1998, p.533)⁹.

J. Carlos ao ilustrar as capas da *Para Todos...* com melindrosas fumantes, pode ajudar na construção de um novo visual, gosto e hábito junto ao seu público. Um novo hábito moderno adotado

por muitas mulheres e homens foi o uso do cigarro industrializado, hábito que penetrou os diferentes segmentos sociais e culturais. Referências ao cigarro e ao seu uso também podem ser apreendidas no cinema, nas fotografias de artistas, nas propagandas publicitárias como já vimos anteriormente.

J. Carlos por meio das capas não parece criticar o gesto de fumar de suas melindrosas, mas através da ironia o ilustrador apresentava uma de suas percepções sobre os novos tempos, tempos de “revanche”, como na charge abaixo:



Figura 3 - J. Carlos, *Para Todos...*, nº469, 10 de dezembro de 1927.

9 Mas como nos atenta Sevcenko (1998) e Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998, p.377) segmentos mais pobres da população adotaram valores e comportamentos das classes altas, da elite. As revistas ilustradas tiveram um papel importante na construção e propagação de tais valores, de acordo com Velloso (2004, p.226): “Uma função básica das revistas semanais ilustradas, conforme já se observou, era operacionalizar o moderno. Buscava-se “instruir” e familiariza o público leitor com as novas coordenadas espaço-temporais. [...]”.

O ilustrador vivia num contexto marcado por mudanças “malucas” a seu ver, que atropela a sociedade [Fig.3]. O planeta, que está no desenho literalmente com as pernas para o ar, alude à figura de um almofadinha, com chapéu, bengala e sapatos masculinos, sua situação de “rolamento” também é enfatizada pela nuvem de fumaça no chão, onde seria o topo do globo.

A “revanche” é feita através da inversão de papéis: a mulher exerce atitudes que antes eram masculinas, enquanto a mulher fuma como uma “chaminé” e tem mais liberdade com suas roupas, o homem se maquia diante um espelho e é preso pela moda; as mulheres também passaram a exercer o *flirt* deixando os homens desconcertados com o olhar “indiscreto” na ocasião que arruma suas meias; em contrapartida aos escravos que não podiam usar sapatos e eram sempre os que serviam, há o almofadinha negro, que está sentando junto a uma mesa, dando ordens a um serviçal que é branco (um chinês pelo nome); as mulheres antes reservadas aos espaços domésticos e aos cuidados e educação das crianças (MALUF, MOTT, 1998), agora dirigem, a mulher pode se concentrar ao volante num carro “oito cilindros” vermelho, graças o seu marido Praxedes, que amamenta (possivelmente com o cacho de bananas que está no banco traseiro junto a ele e a prole) as três crianças. E por fim, a imagem que deixa toda a tira ainda mais irônica: dois cavalos, feitos para levar, são levados num carro de luxo verde, que é conduzido por um chofer, ao mesmo tempo, ganham outros cuidados especiais. Para contrastar ainda mais com esse mundo “de ponta cabeça”, J. Carlos utiliza na tira cores complementares (tons de vermelho e verde) para deixar a imagem “harmoniosa” aumentando a característica irônica de sua tira sobre os tempos modernos.

Essas formas de pensamento sobre o comportamento feminino foram veiculadas e vulgarizadas pelas diferentes revistas como na *Ilustração Brasileira* e a própria *Para Todos*...

Levando em consideração que como diretor artístico deveria ler todas as publicações do *O Malho S.A.*, muitas das quais fez ilustrações, concordando ou não com as matérias o que interessa é que ele fazia parte de uma cultura onde as transformações e o uso do cigarro estavam presentes, como no texto a seguir:

Quer um cigarro?... E por que não? Sem elle não estará completa a sua elegancia. Amou-se? Seja

razoavel. Vamos! Para convencer-se basta que olhe as outras, as que ocupam as mesas espalhadas por esta linda sala de “cabaret” “demi”-familiar. Repare naquella franchezza que canta, ou melhor, declama versos maliciosos ao som de luxuriante musica. É bonita? Você é mais. É elegante? Você é sobrepuja. Mas... Neste mas é que está a questão. A franchezza fuma. Veja como tira bem a fumaça do cigarro. Ha qualquer cousa de requintadamente vicioso nesse gesto. Ora! O vicio do fumo! Se fosse um como o da cocaína, por exemplo, eu não a animaria a copial-o. O que é o cigarro? Nas mãos de um homem, uma banalidade a mais. Tem notado como os homens andam desengraçados? Mas não há cousa melhor. O jeito é conformarmo-nos com a mercadoria tal qual ella é. Eu dizia que... Sim, é verdade! Um cigarro em mãos de mulher, manejado por dedos perfumados, unhas envernizadas, acceso, a chamejar entre brilhantes (o mais das vezes falsos, pouco importa!), um cigarro fino, “a la bout doré” ou envolto em petala secca que se humedece á petala viva dos labios; um cigarro misturado com o opio que enlaguesce o olhar e dá expressiva mobilidade ás feições... Aprecie a multidão de mulheres vestidas pelo ultimo figurino, pintadas com as mais modernas tintas dos mais ousados creadores de carmins e “batons”. Todas ellas fumam! É verdade que nem todas o fazem com graça. Mas, que quer? Se fossem como você... Animo! Accenda este cigarrinho... Assim... Aspire-o de leve, e, lentamente, deixe que a fumaça so escape pelos dentes alvos. Panito! Parece-me que nunca fez outra cousa na sua vida... Vou mandar-lhe uma piteira, uma linda piteira, bem longa, esguia, esculpida, uma piteira á Pola Negri. Até amanhã. (Sorcieri, De elegância 1926, *Para Todos*... nº415, 24 de novembro de 1926, p.40)

O cigarro quando associado à mulher, podia ser um símbolo de elegância desde que ela soubesse usá-lo adequadamente, como uma extensão do corpo, em que os gestos fossem delicados e sensuais ao mesmo tempo. Da mesma forma que a pele bem cuidada, as unhas feitas, as joias (verdadeiras ou imitações), o cigarro ao lado de uma piteira “linda piteira, longa, esguia, esculpida” é o “mas” da produção de embelezamento feminino, é o “mas” de acordo com Sorcieri, que a deixa ainda mais sedutora. Em outras matérias na *De elegância* aparece mulheres e homens fumando, apontando para o gesto como uma forma elegante, bem como o próprio nome da seção indica.

Richar Klein (1997) afirma a construção entre a relação do cigarro com a figura feminina:

[...] O cigarro é em si mesmo uma mulher – a palavra, o conceito e a coisa identificando-se, desde sua origem, com o feminino (a palavra “cigarro” em alemão, francês e italiano é do gênero feminino) – e não faltaram poetas que escrevessem sonetos e odes louvando sua beleza secretamente moderna. (KLEIN, 1997, p. 38).

Além disso, da palavra ser do gênero gramatical feminino, as qualidades que foram encontradas nelas por poetas e outros artistas, eram características que estavam associadas às mulheres, como, fruto do desejo e do prazer, mistério, entre outros.

A alusão ao uso do cigarro também era bastante frequente no cinema. De acordo com Oliveira o cinema foi uma forte referência para novos costumes, entre eles o uso do cigarro:

O fenômeno do aparecimento das estrelas do cinema – das *professional beauties* – auxiliaram na construção da nova teatralidade feminina e, também, no seu desejo de liberdade. Por outro lado, suas imagens no cinema reafirmavam, muitas vezes, as idéias em torno do “eterno feminino”, apresentando-as nas telas como objetos de paixão e de perdição. No entanto, o próprio uso do cabelo curto e tingido, da maquiagem visível, fumar cigarros em público, auxiliavam a construção da mulher como objeto de desejo, ao mesmo tempo em que contribuíam também para a idéia de liberdade feminina. (OLIVEIRA, 2004, p.97).

A *Para Todos...* trazia nas suas fotos sobre o mundo do cinema, muitas atrizes fumando (ver Figura 1) (várias delas brasileiras), tanto para o filme em que estavam fazendo, como também fora dele. Propagandas com personagens fumando, ou de marcas de cigarros [Fig.2], ilustrações do miolo da revista com homens e mulheres utilizando o cigarro era algo comum na revista.

No entanto, são poucas as capas em que as melindrosas desacompanhadas aparecem com o cigarro. São essas capas que nos deteremos a seguir. De acordo com Cunha (2009, p.6):

[...] as “melindrosas” de J. Carlos são apresentadas como bastante jovens, quase meninas. Com frequência aparecem fumando. Invariavelmente com cabelos à la garçonnette. Os vestidos se não são exageradamente curtos, o são muito mais do que as das matronas, mas sempre feitos de um material mais leve e solto.

Nas capas analisadas a seguir, podemos notar algumas dessas e de outras características apontadas por Cunha, nas melindrosas de J. Carlos.

Nas capas de nº 401 [Fig.4] e nº 449 [Fig.5], as figuras femininas ficam reduzidas em escala em relação aos outros objetos que compõe a cena, elas parecem como bonecas frágeis diante do tamanho do cigarro. As duas têm os olhos arregalados diante do objeto, bem como a boquinha em formato de coração pintada com vermelho, e também cabelos presos. As roupas e os penteados acompanham o mesmo estilo do cenário. A primeira está em pé segurando com as duas mãos o cigarro. A segunda encontra-se sentada



Figura 4
J. Carlos, Para Todos... nº 401, 21 de agosto de 1926.



Figura 5
J. Carlos, Para Todos... nº 449, 23 de julho de 1927.

sobre uma mesa, ela está com os braços pendentes, um grande abajur ao fundo parece iluminar com cores frias a cena. Nas duas capas temos cigarros acesos, na da direita ele está num cinzeiro adornado com os quatro naipes de baralho, na da esquerda ele está sobre uma caixa de fósforos fechada.

Como se vê na capa nº401 [Fig.4], a impressão utiliza além do branco e preto (comum a todas as capas) quatro cores: o vermelho, azul, verde e amarelo, que sobrepostas possibilitam novas cores, como o marrom. Pela variedades das cores e de elementos, assim como os pontos de iluminação (branco e amarelo do cabelo da melindrosa) em contraste com o fundo preto do qual se vê um pedaço de uma janela iluminada pela noite, a atmosfera é mais viva e menos triste que a capa nº 449 [fig.05].

Na Figura 5 o uso do azul e do cinza, com alguns detalhes em rosado (intensidade menor de vermelho) junto a posição da personagem e o número bem menor de objetos na cena, o abajur e a mesa-chão, proporcionam um ar mais melancólico à capa.



Figura 6

A moda de Paris. Os últimos modelos apresentados em Longchamp (Photos Maurice). Para Todos... nº451, 06 de agosto de 1927, p.46.

Num primeiro momento, devido a nossa distância temporal, podemos estranhar os tipos de vestidos usados pelas melindrosas, já que costumamos associar as roupas desse período como soltas e leves. Porém como vemos nas fotografias da “Moda de Paris” [Fig.6] (mesmo que essa fotografia seja posterior a elaboração da capa), as roupas das personagens se aproximam da moda das saias mais armadas, ainda que pelas fotografias da época observamos que não eram tão comuns no cotidiano quanto aos vestidos mais soltos e leves.

Nesse aspecto convergimos com Oliveira quando ela se refere que:

[...] A carioca se transformava em um dos principais símbolos da modernidade da cidade. Monumento vivo da feminilidade urbana moderna, a “carioca” representava a novidade, o estilo, e também o medo e a insegurança. (OLIVEIRA, 2004, p.90).

As personagens aqui são reduzidas em escala, ficando como uma boneca a merce do cigarro que é desproporcional ao seu tamanho, bem como os demais objetos da cena. Elas trazem o cigarro como novidade, e o estilo da época, mas também apontam para a insegurança feminina diante de elemento moderno, como usá-lo? Pode ser também uma crítica de J. Carlos as mulheres que se prendiam ao cigarro como objeto de elegância e de sedução, ao invés de usá-los, o contexto em que as figuras se encontram levam a crer que elas são usadas por ele.

Essas duas capas contrastam com as demais ilustrações em que há somente mulheres usando o cigarro, já que nestas as melindrosas tem um olhar e gestual de estranhamento sobre o objeto, manipulando de forma curiosa ou mesmo observando a distância.

Há um olhar voyeur nas capas apresentadas aqui, mas esse tipo de olhar fica ainda mais evidente nas três ilustrações adiante, já que as moças além de se encontrarem em lugares privados, estão bastante à vontade neles. A intimidade como nos aponta Oliveira (2004), era uma das formas possíveis do olhar erótico sobre as mulheres, ainda que nesse caso elas fiquem nas fantasias e imaginação dos seus admiradores.



Figura 7

J. Carlos, Para Todos... n° 405, 18 de setembro de 1926.



Figura 8

J. Carlos, Para Todos...n° 561, 14 de setembro de 1929.

A melindrosa da capa n°405 [Fig.7] tem o cabelo bastante curto, ela acende o cigarro que está em sua boca carmim numa vela vermelha, enquanto sua veste deixa aparecer seus seios desnudos e suas pernas, o cenário é ao estilo art déco. Seu robe, assim como os seus cabelos, dá uma leve sensação de continuidade entre figura e fundo. As cores utilizadas, o vermelho e o verde, o branco e o preto são cores complementares entre si, o que ajuda na sensação de harmonia da composição. Sua sedução está na linguagem corporal— perna levemente flexionada, mãos com movimentos delicados, cabeça inclinada, olhos semifechados – bem como o próprio gesto de acender o cigarro direto na boca, sem o uso das mãos em uma vela. A aproximação da boca coma vela nos remete a uma insinuação fálica, o olhar voyeur masculino devia se deleitar com tal cena, enquanto que as leitoras poderiam se inspirar em tal ousadia. A sua mão direita pode nos levar a compreendê-la como um convite para que o expectador adentre a cena.



Figura 9

J. Carlos, Para Todos...n° 651, 06 de junho de 1931.

A mulher de olhos azuis e redondos da capa de nº561 [Fig.8], com o rosto de mesmo formato, têm as outras extremidades do corpo, os pés e as mãos, definidos por triângulos delicados. As formas geométricas são predominantes na personagem, elas também acompanham partes de sua veste, nas listras horizontais em degradê, e no parapeito onde está sentada; elas se equilibram com as linhas verticais que formam a cortina. Pela janela vemos uma vegetação densa em forma de coração (podemos observar esse formato quando uma cor da vegetação adentra na outra) que se distribuem em faixas das cores preta, verde e branca. A saia é formada por babados fluidos. Enquanto olha para o espectador, segura com a mão esquerda o cigarro que está numa longa piteirabranca.

Diferente da melindrosa “geométrica”, a figura de 1931 [Fig.9] tem os traços mais orgânicos, em seus cabelos, nas formas de seu corpo, nos olhos amendoados, e na estampa de seu vestido (macacão). O fundo é formado por uma vegetação densa, o preto e o azul predominam, há uma faixa vertical com duas linhas sinuosas, em vermelho ajudando no equilíbrio visual da imagem, bem como a figura do lado esquerdo da ilustração. A melindrosa usa um vestido longo; seu penteado é característico desse período, ondulado e semi-preso; sua boca aberta em forma de coração sorri. O cigarro é segurado entre os dedos indicador e médio e também apoiado pelo polegar, enquanto a outra mão (que não aparece) é apoiada na cintura.

As cores do fundo em relação às cores da personagem (tons de cinza), como sua forma de se vestir, deixam a entender que a cena se passa em algum lugar a noite. Esses elementos também passam outra impressão, a de que se trata de uma mulher sofisticada e elegante ainda mais aliados ao uso do cigarro com um gestual sensual.

Nas capas analisadas até aqui podemos observar que o peso da composição se concentra do meio para a esquerda da ilustração, um peso tanto compositivo, quanto temático. Diferente das duas capas a seguir, que tem suas melindrosas situadas no centro da composição, deixando as laterais para elementos que identifiquem os lugares em que se encontram.

Outra diferença das próximas capas, com as capas vistas até aqui, é que elas não são ambientadas em lugares privados, fechados, mas sim em locais públicos: a praia. O uso da praia de acordo com Sevcenko (1998) passou por um processo gradual de transformação da virada do século XIX para o XX, até a década de 1920, onde os trajes dos banhistas começam a diminuir dando mais liberdade aos movimentos. A praia passa a ser um local de lazer.



Figura 10
J. Carlos, Para Todos...nº546, 01 de junho de 1928.



Figura 11
J. Carlos, Para Todos...nº661, 15 de agosto de 1931.

Na revista de nº546 [Fig.10] uma jovem segura o chapéu em sua cabeça; sua saia parece ser movimentada por uma atmosfera inebriante promovida pelo seu cigarro; a paisagem do chão, assim como a saia de babados, segue o mesmo padrão provocado pela fumaça, que começa como uma linha sinuosa estreita e aos poucos toma força. As cores utilizadas provocam a sensação de uma praia, os tons amarelos e alaranjados nos remetem a areia, e os tons de azul e verde que com as ondulações lembram o mar. O cigarro aqui é um objeto definidor da cena, ele é segurado elegantemente, delicadamente, e sensualmente o que provoca, aliado a figura da melindrosa, o aspecto embriagante da ilustração. O céu é cortado por feixes de vermelho, azul e verde, que quando se juntam deixam o restante do fundo numa cor escura. O efeito produzido pela fumaça em forma de espirais é estudado por Richard Klein quando este analisa um poema de Knight, que os relaciona com sonhos e ambição, interpretado como “metáfora para coroação de louros” (KLEIN, 1997, p.79) Na Figura 10, temos um convite para aproveitar junto a melindrosa uma tarde quente e ensolarada, que “promete” ser inebriante, tendo ela, o mar, o por do sol, o cigarro e sua fumaça como companheiros de deleite e prazer.

Já a de nº661 [Fig.11] a paisagem é formada pelo mar mais tranquilo, que é da cor azul com uma leve linha sinuosa branca, e também por um barco, resolvido com poucas linhas, pelo uso da cor branca da vela e pela linha preta do casco. A moça com “olhos de ressaca” tem a boca em formato de coração pintada de vermelho; sua roupa é bordada e transparente, o que dá a continuidade entre seu rosto, colo, ombros e busto. O tom rosado do céu pode ser obtido através de uma menor concentração do vermelho, o que torna a paisagem mais quente. Aqui o artista economiza nos traços que dão forma a mulher assim como na capa de nº561 [Fig.8]. As cores utilizadas, azul, vermelho e branco são associadas às cores navais, enfatizando ainda mais a temática. O cigarro é sugerido pela linha azul que contorna a figura branca, e pelo modo como é segurado entre os dedos finos, delicados e compridos da mão direita. Ela parece utilizar o cigarro para aproveitar o tempo, ao mesmo tempo em que o “mata”, em que promove que ela possa aproveitar a situação para nos encarar.

Através da leitura que fizemos dessas ilustra-

ções, vemos que as personagens são melindrosas nos seus cortes curtos de cabelo, nas roupas, na maquiagem, no próprio gesto de fumar, no entanto, essas mulheres se encontram em lugares isolados, seja no interior de uma sala, ou sozinha numa praia. Nisso elas se diferem das melindrosas que gostam do “agito” como representado num trecho de Chrysanthème “Diário de uma ‘Melindrosa’ em Petropolis”: “[...] Adoro a agitação, a dança, a ‘fuzarca’, o carnaval e os ‘pic-nics’[...]”.

Elas desafiam e convidam o espectador com o seu olhar e gestual ao segurar o cigarro a participar da cena:

[...] a nova subjetividade feminina, descrita e representada pelo cronista, parecia ser construída pela própria mulher. A rua e os espaços públicos por onde ela passou a transitar e a se exibir passou a oferecer uma liberdade ocular que parecia lhe possibilitar um enorme prazer escópico, onde a troca e olhares e o jogo da sedução eram constantes e poderosos. [...] (OLIVEIRA, 2004, p.92).

Ainda que aqui essa troca do prazer “escópico” se dê na relação entre a representação da figura e o público leitor, partindo da melindrosa e do cigarro o convite para que esse público participe de alguma forma da revista. (Se fossem mulheres gostariam e talvez desejassem ser modernas como as representações dessas personagens, se fossem homens poderiam ser seduzidos por elas).

De acordo com Oliveira, a mulher e a cidade eram praticamente objetos expostos na vitrine:

A imagem da nova mulher aparecia na imaginação do cronista e do fotógrafo como uma imagem espelho da cidade moderna. A mulher e a cidade representavam uma feminilidade objetificada, mercantilizada. Ambas eram construídas para despertar um espetáculo atraente, erótico, centrado no fetiche. [...] (OLIVEIRA, 2004, p.90).

Porém ao mesmo tempo em que o cigarro aparece como um objeto erótico, de sedução e de fetiche, nas representações de J. Carlos pode ser compreendido como um objeto libertador da mulher, onde ela escolhe usá-lo, apontando para uma mulher decidida, ousada e desafiadora dos costumes da época. São representações de aspectos possíveis dentro da sociedade na qual estava inserido:

[...] o próprio uso do cabelo curto e tingido, da maquiagem visível fumar cigarros em público, auxiliavam a construção da mulher como objeto de desejo, ao mesmo tempo em que contribuíam

também para a idéia de liberdade feminina. [...] (OLIVEIRA, 2004, p.95).

Através do seu gestual, da forma como se portam quando estão com o cigarro as representações dessas melindrosas seduzem, convida os leitores a as admirarem, dando margem a entrarmos no seu mundo praticando com elas os jogos amorosos do olhar *voyeur*. Essas representações de J. Carlos se aproximam das mulheres “reais” admiradas pelos fotógrafos ao qual Oliveira se refere:

As mulheres pareciam querer se mostrar sedutoras aos olhos do fotógrafo e do cronista por meio da utilização de uma linguagem corporal que partia do domínio do recato e do pudor, mas rompia e, de certo modo, violava os códigos de uma sociedade falsamente puritana. Havia uma ondulação na sua silhueta, um fluir no seu caminhar, uma troca de olhares enigmáticos, bocas vermelhas e sedutoras. Elas promoviam um olhar sobre o seu corpo como objeto de desejo [...] (OLIVEIRA, 2010, p.216).

Nas capas aqui apresentadas, as figuras femininas são passivas quando recatadas diante do cigarro, mas também são ativas, quando assumem uma postura de total controle sobre seus gestos, ainda mais quando estão com os cigarros nas mãos ou até mesmo na boca. Em apenas duas capas as mulheres que fumam não aparecem em locais privados, dessa forma, podemos compreender que J. Carlos, assim como outros homens da época – fotógrafos, cronistas, poetas, entre outros (OLIVEIRA, 2004b) –, também idealizava as melindrosas sedutoras nos recônditos privados. São mulheres ousadas e livres, ao mesmo tempo bonequinhas que merecem ser cuidadas e protegidas [Fig.4, 5].

Esse aspecto parece entrar em conflito com o público-alvo da revista, o público feminino, J. Carlos não representava só aquilo que ele enquanto homem idealizava; ele também fazia figuras femininas que mulheres poderiam admirar ou desejar ser: serem bonitas, livres e que poderiam decidir o que fazer.

O olhar *voyeur* nas capas de J. Carlos não se deu apenas para melindrosas isoladas, a troca de olhar, o *flirt* e o olhar *voyeur* podem ser encontradas nas ilustrações de jogos amorosos. Desse ponto partimos para a análise em que a presença do cigarro se dá nas relações de sedução dos jogos amorosos.

Capítulo 3 – O cigarro: da sedução das melindrosas para amigo dos almofadinhas

[...] Preciso ir com muita calma.

Como é que eu escrevo, hein?

“Greta Garbosinha”. Dois pontos.

Não! Assim também não presta. Greta Garbo não é nenhuma guria sapéca. Não é nenhuma melindrosa que faz coisas sem saber, por falta de juízo. Era até desaforo.

Um vestidinho lá pelos joelhos, uma boina, uns sapatos esportivos, uma raquete de tennis, tudo isso fica muito bem na namorada da gente. Mas na greta-garbo da gente fica detestável...

[...]

Dante Costa, Carta para Greta Garbo, *Para Todos...* nº605, 19 de julho de 1930, p.11.

O jogo amoroso compreendido aqui como *flirt*, troca de olhares, olhar *voyeur* e disputas, torna-se objeto de interesse para J. Carlos. Nas capas em que os jogos amorosos são representados, a presença do cigarro se torna comum, o elemento da modernidade quando aliado ao *flirt* toma também outros aspectos para além de símbolo de elegância, é o que veremos ao longo desse capítulo.

E nessas relações modernas uma nova figura aparece, o almofadinha, que segundo Cunha, assim como a melindrosa, questionava valores comportamentais de sua época:

São suas principais características o mundanismo e o modismo. Na luta por parecer moderno, copiam os modelos daqueles que se apresentavam como a última grande novidade, o cinema. Segundo Aderbal França, foram nos atores do cinema mudo como George Walsh e Harold Lloyd que os Almofadinhas e as Melindrosas buscaram inspiração para o seu comportamento, tentando reproduzir aquilo que viam nas telas, sobretudo aquilo que se configurava como uma maior liberdade de costumes.

Em nenhum outro lugar a ligação entre os “almofadinhas” e Harold Lloyd é mais clara do que nos desenhos de J. Carlos. Em seus trabalhos para a *Careta* e outras revistas do Rio de Janeiro, o almofadinha e sempre representado usando os mesmo óculos redondos do personagem de Lloyd, as mesmas calças muito curtas mostrando um pedaço dos tornozelos, e a mesma gravata borboleta. Seu comportamento é sempre representado de forma muito afetado, afeminado, com uma delicadeza muito exagerada. Outra detalhe dessa influência de Lloyd presente nos desenhos de J. Carlos e assinalados por outros autores é o uso de maquiagem, em especial pó-de-arroz. [...]. (CUNHA, 2009, p.6).

Os almofadinhas, assim como as melindrosas, de alguma forma auxiliaram na criação de novos valores e hábitos comportamentais associados à figura masculina e a feminina, como: o uso de maquiagem pelos almofadinhas, pelas melindrosas flertando e fumando. O cinema provavelmente foi objeto de inspiração na construção desses dois tipos (observação feita a partir de fotografias dos filmes da época publicadas na *Para Todos...*), difundido as imagens e atitudes tomadas por esses novos personagens.

Nas capas analisadas aqui são poucos os personagens de J. Carlos que são representados “delicados” demais, mas, as características de Harold Lloyd ainda podem ser encontradas em boa parte desses almofadinhas, principalmente no uso do pó-de-arroz.

Os almofadinhas de J. Carlos apresentados a seguir são de todos os tipos, idades, tamanhos e cores. Algumas dessas diferentes representações sobre os almofadinhas podem ser vistas simultaneamente na capa de nº382 [Fig.12]. Nela há oito personagens caminhando, são quatro homens cada qual seguindo uma mulher. De cima para baixo, temos o primeiro almofadinha que segue uma melindrosa que parece não ter se dado conta que tem um homem logo atrás; ao contrário da personagem da fileira de baixo, que sabe que está sendo seguida, sorrindo com os olhos e os lábios para o rapaz que está próximo a ela; a terceira moça olha desconfiada para o senhor perto dela; esses três homens usam bengalas, contrastando com o último “casal”, um menininho que leva no braço um cavalinho de madeira, andando atrás de uma pequena de vestido, que leva um livro embaixo do braço. Todos os personagens usam chapéus de diferentes formatos e tamanhos; todos eles também levam alguma coisa embaixo dos braços, ou nas mãos: os homens usam bengalas e as mulheres sombrinhas ou carteira, com exceção das crianças, o menino que leva um brinquedo e a menina com livro.

Os únicos personagens fumantes [Fig.12] são masculinos, um é o almofadinha de nariz, bochecha e boca vermelha que faz bico para fumar, enquanto persegue seu alvo de admiração; o outro fumante é o garotinho que ainda brinca. O menininho parece se inspirar no comportamento dos homens mais velhos: segue uma garotinha; troca a bengala por um bonito cavalinho de madeira, e fuma, deixando o rastro da fumaça branca assim como o almofadinha da primeira fileira.



Figura 12
J. Carlos, Para Todos... nº382, 10 de abril de 1926.



Figura 13
J. Carlos, Para Todos... nº436, 23 de abril de 1927.

De alguns pedestres, partimos para uma multidão de almofadinhas de todos os tipos e tamanhos, capa nº436[Fig.13]. Eles seguem como “lambarys” uma única melindrosa, que caminha olhando para frente parecendo não se importar com a multidão que se acotovela, discute e se ombreia para vê-la. Há quatro personagens fumando, um é o homem que se parece com o ator Harold Lloyd, de óculos redondo que tem o seu olhar voltado para a melindrosa decidida e confiante. Graças as suas características, também pelo paletó roxo e pela posição que ocupa (bem próximo à figura central, os pés na mesma linha diagonal do pé da melindrosa), é o almofadinha que mais se destaca, dando uma visibilidade ainda maior para o cigarro no canto da sua boca. No outro lado da melindrosa, um homem de paletó xadrez, calças brancas seguradas por um cinto verde, chapéu palheta, olhos miúdos e redondos, gravata borboleta de bolinhas, olha e segue nossa personagem principal. Há dois homens fumantes que se encontram no meio da multidão. Um deles também está de paletó roxo,

usa gravata borboleta, segura na mão esquerda uma bengala ao alto, e na mão direita um cigarro que está perto de sua boca aberta, está figura se destaca pelo ar blasé, parecendo não se importar com o fato da bela moça ser alvo de olhares dos demais homens, assim como o destaque da capa. O outro só aparece o rosto, leva o cigarro no canto da boca, e usa um chapéu mais comum, seu olho parece sorrir por saber da melindrosa logo à frente. A figura feminina chama a atenção de várias maneiras: é sua presença que dá sentido a temática da capa; a sua presença “isolada” no preto do asfalto a destaca ainda mais; assim como seus grandes olhos verdes olhando para nossa direção. O cigarro aqui aparece mais como um complemento do que personagem, ela ajuda na construção dos tipos, de acordo como cada um o utiliza, um de maneira mais delicada utilizando piteira, outros com eles na boca, dando um ar de “malandro”. Essas interpretações só são possíveis alinhadas a outras características dos homens que fumam, como o modo de se vestir e o gestual.



Figura 14
J. Carlos, Para Todos... nº500, 14 de julho de 1928, p.18.

A semelhança temática da capa anterior [Fig. 13] pode ser apreciada na charge da revista de número 500 [Fig. 14]. Em “Os segredos da rua” [Fig. 14] J. Carlos manifesta vários aspectos relativos ao novo cenário moderno: a mulher que trabalha fora de casa como datilógrafa é remunerada muito mal, já que “troca o seu trabalho por um ordenado ridículo”. Mulheres ricas não precisavam trabalhar, ao contrário das moças de família mais pobres, onde o trabalho era essencial para ajudar no orçamento e nas despesas familiares, de acordo com Maluf e Mott (1998, p.402): “[...] As ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres: professora, enfermeira, datilógrafa [...]”. Talvez esse seja mais um dos motivos para o artista não tratar essa figura como masculina (diferente de outras charges suas, em que mulheres que adotam atividades fora de casa são masculinizadas). Aos poucos uma fila de almofadinhas se forma atrás da bela. Quando ela vira e vê a fila, fica espantada, mas continua seu caminho até entrar no trabalho. Os almofadinhas que tinham tanta pressa, a mesma pressa que a da datilógrafa, a perdem quando a trabalhadora chega ao seu serviço, dissimulando com atitudes corriqueiras; é o momento em que os rapazes disfarçam com outros afazeres, limpando o sapato, outro acendendo o cigarro, um limpando os óculos, outro olhando para o relógio. Mais uma vez, o cigarro é utilizado para passar o tempo, como uma distração e como um gesto corriqueiro em que a pessoa está preocupada somente com o ato de fumar sem se importar com outro assunto. Desse modo, além do almofadinha disfarçar o que estava fazendo antes, ele também transfere o desejo que sentia pela melindrosa pelo prazer que o cigarro lhe proporciona, embora ele o tenha feito num primeiro momento por outra razão.

A presença das mulheres nesse novo cenário urbano crescia, tornando-se “alvos” dos olhares masculinos que passam cada vez mais deseja-las e fantasia-las. Conforme Oliveira (2008, p.205):

Uma nova imagem da mulher vai sendo construída com o seu progressivo deslocamento do ambiente doméstico para o espaço público. Confeitarias, avenidas, bondes e outros espaços exibiam mulheres belas, e nesse momento, “disponíveis” ao olhar masculino. Na imaginação do homem do início do século, a carnalidade dessas figuras femininas fazia com que elas surgissem, aos seus olhos, como deusas conquistadoras que passavam a ocupar um novo lugar na sociedade masculina. Essa nova imagem da mulher ganhou espaço na imaginação do cronista, que passou a descrevê-la como um objeto

erótico, fetichizado e sedutor.

É o que podemos encontrar nas capas analisadas acima, e também no texto *O “jus” do galanteio* de R. Magalhães Jr, publicado na *Para Todos...* em 1931:

Eu venho confessar desassombradamente que sou daqueles que não podem resistir a sedução das mulheres formosas e lhes dizem galanteios em plena rua. Venho confessar-o e protestar, energicamente, no meu nome e no dos meus colegas, contra a medida violenta e absurda com que a polícia carioca neste momento nos persegue.

A polícia está errada. Ella anda sempre errada e justamente nisso é que está á sua linha de coerência. E o erro de agora está em que combate efeitos, sem procurar eliminar as causas. Se o raciocínio não fosse incompatível com a mentalidade policial como o Talmud com a Bíblia, eu explicaria aos mantenedores da ordem a razão do seu erro.

Mas não é bom explicar cosas á polícia, porque, em ultima, analyse, o argumento do “cassetete” é definitivo...

Se não fosse assim, eu explicaria.

Realmente, não é possível resistir aos encantos, ás seducções, ao esplendor do magnífico desfile de mulheres belas que os nossos olhos contemplam extasiados na Avenida. A beleza estonteante da carioca, agravada pelas audácias da indumentária moderna, pelos decotes que descem como o cambio e as saias que sobem como a libra, pelo “déficit” das roupas brancas que tornam as “toilettes” quase tão transparentes como o véu de gaze, como um manto diaphano cobrindo a nudez divina mármore raros, descontrolam, desequilibram, alvoraçam cruelmente o espírito dos pobres bípedes do sexo que se convencionou chamar de forte...

Sahe-se de casa como eu ás vezes saio, com um alto objetivo mental, preocupado com uma elevada ideologia patriótica, architectando planos de assombrosa eficiencia para a salvação do paiz, mas de represente as idéas começam a ser postas em fuga pelas lindas mulheres que nos surgem nos bondes, nos omnibus, nos cafés, nos theatros nas ruas, em toda a parte... É uma serie de emoções fortes, violentas fortes, violentas, que se descarrega sobre o nosso sensorio paralyzando-nos o curso das idéas, castigando-nos a intelligencia, arrancando-nos do mundo dos pensamentos para a festa esplendida da carne moça para a glorificação da beleza pagã!

E o único recurso da victima indefesa de taes suplícios, do padecente de taes torturas é o “jús” que a polícia acaba de nos roubar. É o direito do galanteio, da piada, que desafoja o nosso espírito como uma válvula de escape que, regulando o vapor, evita a explosão das caldeiras...

Lá se foi a válvula. Quem della se valer agora, terá de sacrificar a fabulosa quantia de 20\$000, que são poucos os millionarios brasileiros que possuem. Se a polícia fosse justa teria antes prevenido a causa.

Isso é que lehe cabe fazer. *Pero, no.* É melhor deixar mesmo como está. Porque o Rio seria um cidade estúpida como qualquer outra se as mulheres daqui fossem sisudas com o “Penseur” de Rolin e andassem vestidas com o escrúpulo religioso de uma “soeur decharité”...

Sejamos mil-e-novecentos-e-trinta-e-um. Sejamos da nossa época. Deixemos que as mulheres conti-

nuem a ser como são, que se dispam o melhor que puderem... E, pela nossa parte, cuidemos de pôr no texto da Constituinte próxima um artigo declarando que a todos os cidadãos brasileiros, maiores, vacinados e registrados de acordo com a lei, fica livremente garantido o direito da piada...

Compreendemos que essa nova relação fazia parte do contexto de transformações da modernidade que o Rio e outras cidades passavam. As novas formas de comportamento, a maneira de se vestir “subindo as saias, e descendo os decotes”, o andar “desfilando”, todas as características das melindrosas, pululavam nos pensamentos masculinos, os deixando “atordoados com tanta beleza”, “não conseguindo pensar em mais nada”, a não ser ir ao enalço de tais melindrosas para confortar o olhar e a mente e fazer possíveis galanteios a elas como “válvulas de escape” do desejo. Essa forma de escape conforme a crônica de R. Magalhães Jr. aponta para como muitos homens pensavam (e algumas mulheres também) de que os homens tinham alguma forma de direito sobre o corpo feminino, seja seguindo ou fazendo piadas sobre elas.

As melindrosas eram sedutoras para o olhar masculino, mas diferente do que acontece na crônica acima – em que os homens pagariam por formas inapropriadas de se tratar à mulher – nas representações de J. Carlos o olhar *voyeur* não as incomoda, pois muitas vezes elas encaram o espectador o convidando a ter um olhar sobre ela. Segundo Oliveira (2004) a proximidade entre o ser desejado, a mulher com aquele que a deseja, o homem, possibilitou novos olhares sobre a temática dos jogos amorosos:

A rua e os espaços públicos por onde ela passou a transitar e a se exibir passou a oferecer uma liberdade ocular que parecia lhe possibilitar um enorme prazer escópico, onde a troca de olhares e o jogo da sedução eram constantes e poderosos. As imagens sobre a multidão feminina na cidade moderna apresentam um espaço urbano no qual as mulheres parecem saber criar o “perigo delicioso”, despertador do *frisson* que acompanhava a incerteza que cercava a sua nova identidade. Seus olhos podiam estar encobertos por véus e chapéus, seus corpos e atitudes policiadas por uma sociedade conservadora, mas estes elementos não eram o suficiente para não deixá-la observar, ou ser observada e admirada, e se colocar disponível e desejável. Se eram produtos da fantasia masculina sabiam como despertar o desejo masculino. O que vai se apresentando é uma estrutura na qual a imaginação do cronista, do fotógrafo e do desenhista é estimulada por uma teatralização feminina. (OLIVEIRA, 2004, p.92).

Havia um jogo de sedução entre deixar ser observada, fingindo não ver ou também trocar

olhares com seus admiradores, apesar de que no texto de Magalhães Jr, posterior às capas, esse “novo” hábito devia ter perturbado essas mulheres, já que passou a vigorar um artigo para que não se fizesse mais “galanteios” às moças que caminhavam nas ruas.

A multidão também pode ser vista na ilustração da capa número 490 [Fig. 15], onde aparecem outros elementos da modernidade, como: a multidão feminina na rua, o que demonstra um aumento das mulheres na esfera pública; o cigarro e também o automóvel, símbolos da industrialização dos tempos modernos. O condutor do carro fuma enquanto dirige no meio de uma multidão de mulheres, que estão alvoroçadas com a presença do automóvel e com a pergunta feita por ele “De quem é a vez?”, algumas correm em sua direção enquanto outras fogem. Apesar do meio caótico provocado pelo condutor e seu carro, a cena tem um misto de festividade (mulheres rindo e admirando o carro, tentando chegar o mais perto dele; o uso das cores também favorece essa leitura) e de medo (em que mulheres fogem parecendo meio atordoadas com medo de serem atropeladas, ou talvez com medo do próprio motorista).



Figura 15

J. Carlos, Para Todos... n°490, 05 de maio de 1928.

De acordo com Sevcenko, o carro desde o início foi símbolo da modernidade e estava associado a “ vaidade masculina”:

[...] O automóvel é um emblema de poder e força, indispensável para atrair as mulheres. O carro permite multiplicar as oportunidades de contato, convívio e desfrute da companhia feminina. O carro é ele mesmo uma mulher, digno de conhecimento íntimo, zelo, atavios, carinho e amor. [...]. (SEVCENKO, 1998, p.559).

A virilidade representada no ato de dirigir um belo carro, que é atrativo para muitas mulheres, é reforçada pelo condutor do veículo com o uso do chapéu e do cigarro, bem como sua pergunta “De quem é a vez?”, dando a entender que ele tem a sua disposição muitas mulheres, devido a esses símbolos que reforçam sua masculinidade.

Diferente da cena anterior (que se passa na rua, num lugar público) em que algumas moças fugiam do rapaz com o carro, o almofadinha a seguir [Fig. 16], que parece um artista de cinema, é paparicado por três belas melindrosas.



Figura 16
J. Carlos, Para Todos... nº 483, 17 de março de 1928.

O rapaz se parece com a descrição feita por Chrysanthème “Diário de uma ‘Melindrosa’ em Petropolis” publicado pela *Ilustração Brasileira* de junho de 1926: “[...] esse ‘almofadinha’ de pó de arroz e cinta de mulher, de unhas envernizadas e cabellos com gomalina [...]”, é só acrescentar alguns detalhes, a boca de carmim em formato de coração, as sobrancelhas fininhas e os olhos revirados de prazer. O lugar da cena é um

espaço privado, provavelmente um quarto, onde há uma penteadeira com um grande espelho com alguns objetos de tocador. O almofadinha é o centro das atenções, tanto do leitor, quanto das outras personagens que estão a sua volta (a não ser pelo gato enfeitado com um laço, que tem um olhar desconfiado voltado em nossa direção). A moça a sua direita faz suas unhas, a que está a sua frente lê algo, provavelmente para ele. A jovem que está do seu lado esquerdo, segura uma bebida que tem um canudinho, enquanto o abana. O jogo amoroso aqui fica relegado apenas aos cuidados que todas as meninas têm com a figura central, que é tratado como um artista, alvo de admiração e paixão de mulheres de todas as idades.

Diferente da maioria dos outros homens que aparecem com o cigarro no canto da boca, ele o segura na mão, aproximando-se mais das capas em que as mulheres aparecem fumando. Segundo Oliveira (2010, p. 186):

[...] A imagem ideal do homem moderno evocava uma criatura soberba, rígida e séria. Somente nos ambientes privados o burguês vestia-se ricamente, com seus roupões coloridos e sedutores, e calçava suas “macias pantufas de seda”. [...]

Ao contrário da imagem a que se refere Oliveira, o almofadinha em questão [Fig. 16] que está num espaço privado, e, portanto não teria problemas em usar roupas coloridas, se apresenta para nós como uma figura delicada e frágil a qual deve ter cuidados especiais, como pintar as unhas e ser coberto por pó-de-arroz.



Figura 17
J. Carlos, Para Todos... nº 581, 01 de fevereiro de 1930.

O cigarro aqui não o torna mais másculo, mas sim mais feminino devido a todo o contexto da cena. Em relação à frase de Oliveira logo atrás, fica ainda mais evidente o caráter irônico de J. Carlos sobre os almofadinhos “exagerados”.

Bastante diferente do almofadinho anterior [Fig.16], é o homem da capa nº581 [Fig17]. A ilustração [Fig.17] tem como tema a disputada entre dois homens por uma moça. A melindrosa em questão tem cachinhos dourados, usa chapéu e vestido que lembram os modelos de fantasias ilustrados na revista. Ela não olha para o almofadinho franzino do seu lado esquerdo, que a segura com sua pequena mão, mas sim para o “almofadão” que a puxa pela mão direita. O “almofadão” usa chapéu, uma calça listrada branca e azul, um paletó verde; tem a barba por fazer (parte cinza do rosto) e tem também um cigarro preso pelo canto da boca. O seu tamanho aliado ao uso do cigarro o deixa ainda mais másculo. De acordo com Sevckenko (1998, p.528): “O charuto representa o prestígio das posições conquistadas, o prêmio do sucesso, a consagração de uma reputação, trazendo como corolário a admiração feminina, a promessa de maiores prazeres e novas conquistas. [...]”. É o homem que tem o cigarro, que, provavelmente ficará com o prêmio da vez: a companhia feminina.

Outro personagem masculino que chama a atenção pelo seu tamanho é o da capa nº595 [Fig.18].

Ele se encontra num lugar público, talvez uma rua, da onde pode se ver ao fundo tanto elementos naturais, como flores e palmeira, como elementos construídos pelo homem, os dois prédios, a luz elétrica (poste): “[...] Cidade e mulher eram sexualizadas e adornadas porque pareciam ser as estrelas que brilhavam com a modernidade.” (OLIVEIRA, 2008, p.205). Nesse cenário marcado por um dia claro com nuvens amarelas, brancas e cinzas, uma mulher com um vestido e lenço esvoaçante, anda por ali, segurando em uma das mãos sua bolsa e na outra um pequeno embrulho. A melindrosa apesar de estar no primeiro plano (já que a sua roupa fica na frente do outro personagem) é muito menor que o almofadinho. Ele, que tem feições de macaco (formato do nariz, grandes orelhas, “máscara” mais clara ao redor dos olhos, parte branca envolta), está vestido de malandro (roupa inteira branca), usa entre os lábios uma piteira para fumar seu cigarro que está no canto da boca, que deixa aparecer um sorriso malicioso, assim como seu olhar. Devido ao seu tamanho ele tem o olhar voltado para baixo, para poder olhar a moça que passa. O contraste da pele entre a figura do malandro e a da moça apresenta uma distinção social, ainda que o tamanho desproporcional entre as figuras diminua um pouco essa diferença na hora da leitura visual. Mesmo assim, o racismo em J. Carlos fica evidente ao representar um homem negro, um malandro, praticamente como um macaco.



Figura 18
J. Carlos, Para Todos...nº 595, 10 de maio de 1930.



Figura 19
J. Carlos, Para Todos...nº 604, 12 de julho de 1930.

Outro personagem que lembra um malandro, mas bastante diferente da figura anterior, é o homem da capa de nº604 [Fig. 19], que nada e assemelha ao macaco, o almofadinha usa o chapéu de lado, uma linha da cor marrom cortando parte da vegetação e do amarelo (a parte amarela não ficou muito clara já que se parece com as formas do fundo, no entanto, ela tem um bolso onde fica um lenço) sugere uma bengala. Seu rosto é formado por muitas linhas, lembrando uma máscara. Uma pequena parte do seu sorriso (linha vermelha), com o cigarro no canto da sua boca, aliado às outras características, como o chapéu palheta, o deixa com o ar de malandro. A moça a sua frente, que possui “olhos de gato”, é sedutora, tem a boquinha vermelha, assim como as listras de sua roupa, e as contas de seu co-

lar. Uma vegetação colorida compõe boa parte do fundo do lado esquerda da capa.

Do colorido e quente das capas anteriores, vamos para a ilustração nº640 [Fig.20], que passa a sensação de frio. Nelastemos alguns índices do contexto da modernidade: a luz elétrica, o semáforo que remete ao trânsito de carros, o jogo amoroso na penumbra. O tom frio é conseguido pelo movimento da folhagem da árvore, pelas roupas dos personagens, pelo tom azulado da cena. Eles se encontram numa esquina, já que há dois semáforos. O homem tem uma das mãos no bolso, um cigarro junto à boca, e, apesar de não podermos ver o seu rosto, pela posição do seu corpo e chapéu, vemos que ele se direciona a moça que está encostada no poste.



Figura 20
J. Carlos, Para Todos... nº 640, 21 de março de 1931.



Figura 21
J. Carlos, Para Todos... nº 648, 16 de maio de 1931.

Diferente da imagem anterior [Fig.20] a capa nº648 [Fig.21] promove uma sensação de um dia agradavelmente quente. Conta com tons de cinza amarelado e o preto para promover a atmosfera de um encontro no entardecer. A moça sentada em um banco tem o braço direito sobre seu corpo segurando com a mão o braço esquerdo. O homem tem no canto da boca um cigarro, usa gravata borboleta, chapéu e bengala. A representação do moço leva crer que ele está interessado na melindrosa, ele a olha por baixo do chapéu, ela não o olha, mas sim

para o lado com um sorriso estampado no rosto, dissimulando que gostou da presença do rapaz.

Enquanto que as primeiras ilustrações eram bastante coloridas e chapadas (com pelo menos três cores, que variando a quantidade utilizada promovia outros tons da mesma cor), as duas capas apresentadas anteriormente trabalham de forma diferente o uso das cores. Através da monocromia, no caso da capa nº640 [Fig.20], se apresenta nas folhagens da árvore, e na outra [Fig.21], no casal sentado; dessa forma o artista consegue uma sensação de profundi-

dade e volume interessantes. Nessas duas imagens o cigarro promove aos homens uma presença misteriosa, malandra e máscula, que aliam as suas vestes e atitudes, na tentativa de conquistar as figuras femininas que se encontram junto a eles.

A seguir temos imagens em que J. Carlos trabalha principalmente com linhas vermelhas e pretas, preenchendo algumas áreas, mas que a exploração da cor do papel é parte privilegiada da ilustração: ela passa a sensação de um casaco fofo de pele que protege o casal, ao mesmo tempo em que deixa o chapéu do homem impecável.

Na charge a seguir [Fig.22] um casal vestido elegantemente, provavelmente depois de sair de algum

evento, conversa sobre o *flirt* da mulher, motivo da expressão enfezada do homem. Pela resposta dela logo concluímos que ela flertou com vários durante o passeio, o que ocasiona a graça do chiste.

[...] Elegantes e joviais em seus costumes de cetim, peles e plumas, pareciam figuras intocáveis ao lado de seus acompanhantes. Pois, se o luxo era uma necessidade para a economia em florescimento, a mulher burguesa adornada representava o luxo em si mesma. A mulher simbolizava para seu companheiro, rico e burguês, seu sucesso e status social. A extravagância de seu traje, a qualidade de seu penteado, a largura de seu leque, todos esses elementos juntos pareciam testemunhar a importância social de seu companheiro [...] (OLIVEIRA, 2010, p.189-190).



Figura 22
J. Carlos, Para Todos...nº 640, 21 de março de 1931, p.18.

Não se pode esquecer ainda que a contrapartida do marido provedor era a mulher responsável pela honra familiar. Ou seja, em troca do sustento garantido, a mulher casada deveria se distinguir socialmente, respeitando os ditames da moral e dos bons costumes, evitando incorrer em injúria grave, definida como o procedimento que “consiste em ofensa à honra, respeitabilidade ou dignidade do cônjuge”. Isso significa dizer que o julgamento do comportamento do marido pela sociedade dependia em grande parte do comportamento da mulher. (MALUF, MOTT, 1998, p.381-382).

Dessa forma, a mulher casada sustentada pelo marido e adornada por ele como forma de exibição do *status* social, ao flertar com outros homens, desafia os “bons costumes” e o próprio marido, o qual devido à atitude de sua esposa pode perder prestígio social (já que, se o marido notou a sua mulher flertando com alguém que não fosse ele, outras pessoas – que não necessariamente a pessoa a qual ela fez o *flirt* - podem ter visto o mesmo).

O *flirt* fazia parte dos jogos amorosos, onde mulheres e homens trocavam olhares, às vezes algumas palavras, sem ter um envolvimento emocional. Era uma forma de divertimento, adequava-se ao compasso da modernidade, do efêmero, como expressado por Lola Kneip em “Mlle. Futilidade” em *Para Todos...* de 1930:

Amor, meu querido? Ora, isso é para os “trouxas”... O “flirt”, “o flirt” sim, esse eu o adoro e creio nelle como creio em Deus que me deu a vida... Amor? Ora, tu ainda és do tempo dos suicídios sentimentais, dos suaves violinos gemendo sob as janellas, em noites de luar?... Qual! Tudo isso é antigo, passadista! Só “flirt” eu creio, só o “flirt” eu adoro... E lá se vae Mlle. Futilidade, deixando o “apaixonado” á antiga tonto... A procura de novos amores. Amores de sabor de fruta acida, sem doçura nem pieguices... Legítimos amores século XX, Mlle. Muda de amores como muda de vestidos. É inconstante como o vento caprichoso como a própria vida. Pinta-se. Escandalosamente. Dansa. É perita nos tangos e nas valsas rodopiantes... Adora o cinema, Os chás. Em toda a festa (?) e pintadinha, como uma estranha flor de sedução e poses (?) do, aparece a figura ultra-moderna de Mlle. Desiludindo velhos amores... Despertando novos caprichos... [...]

Apesar de a figura feminina ser apresentada aqui como “Mlle Futilidade” e “Mlle. Desiludindo”, é um exemplo de representação sobre a melindrosa e o *flirt*. Através das diferentes capas e textos analisados aqui, compreendemos que o *flirt* fazia parte de uma cultura moderna, mas que ainda tinha dúvidas sobre como lidar com essas novas formas de relação.

O *flirt* pode ser apreendido na figura da mulher da capa nº660 [Fig.22]. A cena se passa numa praia, o casal em destaque está debaixo de um guarda-

sol, os dois usam roupas comuns. Enquanto seu companheiro está com os olhos fechados e um sorriso de satisfação, ela está de olhos bem abertos, olhando de canto para algo muito interessante, mas que foge ao nosso alcance, pelo lugar e o tipo de olhar supomos que ela esteja flertando. Pela postura da mão e de um tracinho, a mulher parece segurar o cigarro, ainda que não possamos afirmar, já que a imagem da impressão está cortada. O homem com um nariz vermelho que lembra o de um palhaço, ao contrário, tem o cigarro vistoso no canto da boca, desfrutando do prazer promovido pelo objeto, enquanto a mulher desfruta do prazer do *flirt*. O nariz do marido pode ser um chiste de J. Carlos sobre o homem estar sendo feito de bobo por ela, bem na sua frente. Mas isso “não importa”, já que fuma seu cigarro satisfatoriamente.



Figura 23
J. Carlos, Para Todos... nº 660/ 08 de agosto de 1931.

As duas próximas imagens apesar de terem diferenças, como nos estilos de desenhos e formas de preenchimento das figuras, e da distância temporal, elas se aproximam no aspecto temático: os dois homens são gordinhos, possuem o nariz vermelho como o de um palhaço e ficam desconcertados com a presença das belas melindrosas. O *flirt* e o olhar voyeur estão presentes na cena.



Figura 24

J. Carlos, Para Todos... nº 662/ 22 de agosto de 1931

Na Figura 24 o busto de uma melindrosa de olhos puxados, cabelos bem curtos e pretos, com um pequeno chapéu na cabeça, e com uma roupa estampada em vermelho, preto e branco, ocupa boa parte do primeiro plano. Devido ao tamanho do homem – meio careca, que também usa um pequeno chapéu na cabeça – e a sobreposição dela diante dele, percebemos que ele está a certa distância da moça. Com o cigarro no canto da boca a admira e fica com uma expressão de bobo, com a presença da mulher a qual observa. O cigarro é mais um aspecto compositivo que ajuda na expressão facial de perplexidade do homem ao ver a beleza da jovem bela a sua frente.

Embora a imagem a seguir não tenha o elemento cigarro em sua composição, ela explora ainda mais o potencial de “perigo” e susto que as melindrosas poderiam causar aos desavisados de sua bela presença; O “almofadão” da Figura 25 quase é morto pela beleza da melindrosa. Ele chega a derrubar seu jornal e bengala, e a ver corações flechados, estrelas, enfim, fica zozinho com tamanho susto que levou ao receber os olhares da jovem. Ela usa um vestido curto que delineia bem o seu corpo, chapéu *cloche*, e leva atrás dela uma sombrinha fechada e sua bolsa. Talvez o susto do senhor tenha sido ocasionado por uma mulher tão jovem e bela exercer com ele, um homem gordo, feio e mais velho, o *flirt*.



Figura 25

J. Carlos, Para Todos... nº 474, 14 de janeiro de 1928, p.18.



Figura 26

J. Carlos, Para Todos... nº 665, 12 de setembro de 1931.
Amiguinhos - Agora vamos guardar um minuto de silêncio pensando em nossa avó!

Na última ilustração analisada [Fig.26], vemos um almofadinha fumando, com uma mulher em cada braço. De acordo com Cunha (2009, p.8):

[...] Constituir família não era um objetivo. A verdadeira diversão estava no *flirt*, um jogo de sedução que não deveria ter maiores consequências, já que não estava destinado a durar, era antes de tudo um jogo entre os sexos para ver qual deles seria o seduzido.

Nesse caso, quem parece que ganhou o jogo amoroso foi o homem, que desfruta da companhia de duas melindrosas. As pernas tortas, a linha sinuosa do chão, um personagem parecendo se escorar um no outro, passam a sensação de embriaguez. O humor da imagem é aliado ao uso da legenda logo abaixo dela: pensar na avó enquanto se está torto por causa da boemia, deixa a frase mais irônica. O pronome nossa, aumenta ainda mais a pluralidade da ilustração, pois cada um pode pensar na sua respectiva avó, ou todos eles terem a mesma avó.

Através dessas capas vimos que o problema de adequar as capas da revista ao anúncio feito por ela, sobre o público alvo o qual queria atingir (apontado no capítulo anterior), é executado por J. Carlos de forma que às vezes as aproximam e outras vezes as distanciam.

Elas são tradicionais quando relacionam os jogos amorosos ao cigarro, pois nessa relação somente os homens fumam. Quando comparada com as representações de J. Carlos nas capas, em que há somente a figura feminina com o cigarro, com exceção de uma, elas seguram os cigarros entre os dedos, e não na boca como fazem os homens. Vimos também que quando esse homem não tem o cigarro na boca, ele é representado quase que da mesma forma que as melindrosas “fumantes”, apontando para o lado mais tradicional dos costumes.

Em todos aqueles em que podemos ver a boca de frente ou de três quartos, vemos que o cigarro se encontra sempre no canto na boca. A presença do cigarro se torna uma figura comum, quase um acessório, masculino, e aliado na hora dos jogos amorosos. Nessas representações o cigarro é para os almofadinhas o companheiro para a hora da conquista. Torna-se um elemento claramente relacionado à masculinidade e a virilidade do indivíduo.

Nas representações expostas nesse capítulo as melindrosas se distanciam de alguns pontos levantados por Cunha (2009) como o ato de fumar e de dirigir um automóvel:

Mas o questionamento dos antigos padrões é ainda mais contundente no caso das melindrosas. Todo o seu visual é uma mudança nos antigos padrões de feminilidade. Se os almofadinhas procuram se feminilizar, as melindrosas são muitas vezes vista como masculinizadas: usam os cabelos curtos, muitas vezes usam calças, fumam, dirigem automóvel, têm uma atitude muito mais ativa em relação aos seus desejos, freqüentam os espaços públicos de uma forma até então pouco usual. Estão na verdade totalmente integradas às novidades que se apresentavam. (CUNHA, 2009, p.8).

No entanto, nos jogos amorosos as melindrosas são donas de seus desejos, praticando o *flirt* não deixam de ser femininas, com os lábios pintados a carmim em formato de coração, com vestidos esvoaçantes que mostram as formas de seu corpo. Nesses jogos amorosos há uma troca onde o homem tem um olhar sobre a mulher que às vezes não o vê, mas permite e gosta de ser observada. Já alguns dos almofadinhas são bem maquiados, com lábios vermelhos e com pó-de-arroz parecem usar mais uma máscara do que maquiagem.

Apesar da maioria dessas capas apontarem para mulheres sendo desejadas e observadas, nessas ilustrações elas não parecem se incomodar com isso (pelo menos na maior parte das vezes), ao contrário, parecem saber e gostar de serem alvos de olhares de admiração e contemplação de sua beleza, é quase que uma “massagem no ego”.

Novos comportamentos como o *flirt* e o uso do cigarro, é tanto influenciado pelos veículos de comunicação como entre um sujeito e o outro, um sujeito que pode provocar admiração em alguém mais novo, como, por exemplo, em uma criança [Fig.12].

Assim como o aumento da presença feminina nos espaços públicos, o cigarro torna-se cada vez mais comum no cotidiano, sobretudo do cotidiano masculino. O cigarro não é o único elemento símbolo de modernidade que aparece nessas ilustrações, hora ele é acompanhado por uma multidão masculina; hora está junto a uma multidão feminina; às vezes aparece com personagens que lembram astros de cinema; outras vezes com os automóveis, semáforos, prédios, luz elétrica. Enfim faz parte de um conjunto de indícios da modernidade, mas que nas representações feitas por J. Carlos apresentadas neste capítulo, levam a crer que o cigarro é algo que aumenta a virilidade masculina, assim como o carro, a bengala, o chapéu, a forma de se portar diante dos jogos amorosos com uma moça, seguindo-a com o olhar.

O cigarro pode ser uma “desculpa” [Fig. 14] um gesto rotineiro que ajuda na hora em que um homem precisa dissimular uma situação em que “perseguiu” uma moça bonita. No entanto, essa distração com o cigarro, pode permitir à sua mulher o *flirt* com outros [Fig. 21], levando as leitoras a rirem de tal situação, a dos almofadinhos serem feitos de bôcos bem na sua “vista” e na frente de todo mundo.

Quando o homem não está com o cigarro na boca, mas sim nas mãos parecem ter a virilidade questionada, como quando não olham e nem dão bola para mulher que todos admiram, ou quando rodeado de belas moças, é por elas paparicado e arrumado.

O cigarro nas representações feitas por J. Carlos nas capas aqui analisadas está associado à vaidade masculina, é um acessório, um elemento como a bengala ou o chapéu que reforçava a sua masculinidade. Companheiro para todas as horas, principalmente quando está na presença de uma melindrosa.

Considerações Finais

Nós não explicamos um quadro: explicamos observações sobre um quadro. (BAXANDALL, 2006, p.31)

A modernidade, marcada por transformações nos mais diferentes âmbitos da sociedade, impulsionou novas percepções e sensibilidades na forma de ver, sentir, ouvir e representar o mundo a sua volta. É nesse contexto, cercado de rupturas e permanências que J. Carlos exerceu seu trabalho como diretor artístico e ilustrador das capas da revista *Para Todos*...

No periódico em questão J. Carlos trabalhou com uma das estéticas que permeou essa nova sensibilidade, o art déco, uma expressão própria da modernidade, como nos afirma Cardoso (2008, p.100-101):

[...] Entre nós, o impacto do Art Nouveau e do Art Déco resumiu-se muito mais a questões de afirmação da modernidade do que a um tipo de distinção social, cujas formas exteriores passavam por outros critérios bem diferentes na *Bela Época tropical* [...].

Através de cenários e personagens no estilo art déco, nas capas analisadas ao longo da pesquisa, o ilustrador trouxe nelas outros elementos da modernidade, como o uso do cigarro e os jogos amorosos. A fumaça do cigarro nas ilustrações feitas por J. Carlos dão origem a linhas sinuosas e às vezes decorativas, que são importantes para a composição

visual, assim para como o cigarro como algo sedutor.

Pautados na metodologia proposta por Baxandall (2006) e Freitas (2004), buscamos no decorrer dos capítulos abordar possíveis interpretações das imagens produzidas por J. Carlos, apontando para como ele resolveu problemas relacionados tanto a temática quanto a questões estilísticas adotadas por ele nas ilustrações. Compreendemos que questões sobre como ser moderna e tradicional ao mesmo tempo norteou o trabalho desse artista na revista *Para Todos*... ao tentar adequar para o público alvo, a classe média-alta e alta, suas capas.

Nas fotografias da *Para Todos*... podemos observar que o cigarro é utilizado recorrentemente pelos artistas das mais diferentes áreas, do cinema e do teatro, os artistas estavam associados a figuras de vanguardas, que adotaram posturas não convencionais, ao compasso da modernidade. A imagem do cigarro associada a estes atores, assim como as propagandas e outras representações, impulsionou uma cultura onde fumar era um gesto libertador relacionado à elegância e sensualidade da mulher ou a masculinidade do homem.

Indícios desses tempos modernos, o cigarro industrializado e os jogos amorosos, puderam ser tratados pelo artista tanto de uma forma moderna e de ruptura, mas também como tradicional e de continuidade.

Apesar de J. Carlos representar melindrosas, figuras femininas modernas, quando estas estão em companhias masculinas em jogos amorosos, elas não usam o cigarro; são sempre os personagens almofadinhos que fumam, aliando uma visão tradicional e moderna de mundo. É moderna na medida em que apresenta figuras femininas fumando, num gesto libertador e ousado, mas se mantém tradicional quando estas são acompanhadas pelas figuras masculinas.

As melindrosas de J. Carlos apesar de apresentarem o cabelo curto e fumarem, elas não deixam de ser femininas, apresentando a sensualidade no próprio ato de fumar aliada a sua boca em forma de coração. Há uma erotização dos objetos, o cigarro como um fetiche quando associado à mulher, como um ato libertador; já quando o cigarro era relacionado ao homem se tornava símbolo de poder, virilidade.

As mulheres que compravam a revista poderiam ter o desejo despertado por essas capas, mostrando uma nova postura naquilo que elas admiravam e que talvez sonhassem em ser, uma conduta moderna ainda que mantenha alguns laços com a tradição.

Se elas não são representadas fumando quando na companhia masculina, pelo menos o flirt lhe é permitido, olhando para o lado e para nós, deixando o nosso lado voyeur vir à tona, tornando-se dessa forma uma expressão moderna, onde os jogos amorosos fazem parte de uma cultura de troca de olhares, assim como o permitir ser olhado e desejado, gostando do olhar escópico do outro sobre sua figura.

Como vimos no capítulo 2, as melindrosas fumantes se encontram, quase que em sua maioria, em lugares privados, e quando não privados, estão em lugares ermos. Essa situação associada ao gestual sensual e elegante dessas figuras é como um convite ao olhar voyeur sobre elas. Algumas sabem que estão sendo observadas, pois tem o olhar voltado para nós, o que de alguma forma acaba nos tornando também objeto voyeurístico. Às vezes elas são determinadas e ousadas em seus atos, outras vezes parecem frágeis criaturas a mercê do cigarro, ou de uma figura que a proteja.

Mas quando estão ao lado de almofadinhas, como acompanhamos no capítulo 3, as melindrosas não fumam, o cigarro torna-se quase que um objeto exclusivo dos homens, o caracterizando como mais viris, assim como nas relações de jogos amorosos, buscando conquistar uma moça, ou a seguindo para admirar sua beleza. O cigarro usado adequadamente pelo homem – no canto da boca, preferencialmente – acaba se transformando para o almofadinha, um objeto bastante útil nos seus flirts, servindo para demonstrar sua masculinidade, para dissimular alguma coisa, para atrair mais olhares. No entanto, nem sempre as mulheres correspondem aos olhares desses homens, preferindo seguir o seu caminho, apenas sabendo que estão sendo desejadas.

Dessa forma pudemos compreender que as representações feitas por J. Carlos nas capas da Para Todos..., entre os anos de 1926-1931, apontam para o cigarro e os jogos amorosos como indícios de modernidade, indicando novos códigos culturais e novas posturas sociais na sociedade carioca, dialogando com o contexto em que foram produzidas.

Referências:

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARDOSO, Rafael. O império dos estilos. In: **Uma Introdução à História do Design**. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2008. p.94-108.

CRYSANTHÈME. Diário de uma “Melindrosa” em Petropolis. In: **Ilustração Brasileira**, junho de 1926.

CUNHA, Getúlio Nascentes da. Melindrosas e almofadinhas: feminilidades e masculinidades no Rio de Janeiro da década de 1920, **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009. Disponível on-line: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0728.pdf>

FABRIS, Mariarosaria. Cinema: da modernidade ao modernismo. In: FABRIS, Annateresa (org). **Modernidade e Modernismo no Brasil**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Zouk, 2010.

FREITAS, Artur. História e imagem artística: por uma trílice abordagem. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº34, jul. - dez. 2004, p.3-21.

GEERTZ, Clifford. O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p.45-66.

_____. Arte como um sistema cultural. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.142-181.

GOMES, Tiago. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920, **Cadernos Pagu** (23), julho-dezembro de 2004. Disponível on-line: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n23/n23a05.pdf>

HEUER, Wolfgang. Nem “eu” nem “eles”. Intersubjetividade no pensamento de Hannah Arendt. In: BREPOHI, Marion; MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Figurações do outro**. Minas Gerais: EDUFU, 2009. p.157-174.

KLEIN, Ricahrd. **Cigarros são sublimes: uma história**

cultural de estilo e fumaça. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. KNEIP, Lola. Mlle. Futilidade. In: **Para Todos...**, nº597, 24 de maio de 1930, p.11.

LOREDANO, Cássio (org.). **O Bonde e a Linha:** um perfil de J. Carlos. Rio de Janeiro: Capivara, 2003.

LUSTOSA, Isabel. J. Carlos, o cronista do traço. PESAVENTO, Sandra Jatahy; VELLOSO, Mônica Pimenta (orgs.). **História e Linguagens:** texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.151-167.

MAGALHÃES JR, R. O “jus” do galanteio. In: **Para Todos...** nº 665, 12 de setembro de 1931, p.32.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: **História da vida privada no Brasil**, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.367-421.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista:** Imprensa e práticas culturais em tempo de república. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Fapesp, Edusp, Imprensa Oficial, 2001.

OLIVEIRA, Cláudia. A iconografia do moderno: a representação da vida urbana. In: **O moderno em revistas:** representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.111-266.

_____. Rio femme – mulher Rio: a representação do amor e da sexualidade nas ilustradas cariocas *Fon-Fon* e *Para Todos* – 1900-1930, **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, jan-jun. 2008. Disponível on-line: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PD-F16/C_Oliveira.pdf.

_____. Fotografia e a representação do Rio de Janeiro moderno em *Fon-Fon!*, *Selecta* e *Para Todos...* (1907-1930). In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: FCRB, 2004a.

_____. A “Vênus moderna”: mulher e sexualidade nas ilustradas cariocas *Fon-Fon!*, *Selecta* e *Para Todos* entre 1900-1930. **Mneme**, v. 05, n. 11, jul-set. 2004b. Disponível on-line: <http://periodicos.ufrn.br/index.php/mneme/article/view/220/205>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação do Dossiê “História Cultural e Multidisciplinaridade”.

In: **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, v.4, ano IV, n.4, out./ nov./ dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/artigos13.php>. Acesso em: 16/07/2012.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>. Acesso em: 16/07/2012.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cultura de massas e papéis femininos na construção de ícones da modernidade, na paulicéia dos anos 20. In: **Revista de História**, 139, 1998, p.63-73.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. **O humor gráfico da década de 20:** entre o art nouveau e o art deco. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

RUBENS, Carlos. Triste Symbolo. In: **Ilustração Brasileira**, junho de 1926.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução à edição brasileira. In: **Padrões de intenção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e do progresso. In: **História da vida privada no Brasil**, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A capital irradiante: Técnica, ritmos e ritos do Rio. In: **História da vida privada no Brasil**, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.513-619.

SINGER, Bem. Modernidade hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo, Cosac e Naify, 2004.

SOBRAL, Julieta. J. Carlos, designer. In: CARDOSO, Rafael (org.) **O design brasileiro antes do design:** aspectos da história gráfica 1860-1960, editora Cosac Naify, 2005.

_____. **O desenhista invisível**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

VELLOSO, Monica Pimenta. Las Ciudades de los

sentidos: Paris, Rio de Janeiro y Buenos Aires. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/15022>. Acesso em: 16/07/ 2012.

_____. O modernismo brasileiro: outros enredos, personagens e paisagens. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, fev. 2007a. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3557>. Acesso em: 15/07/2012.

_____. A dança como alma da brasilidade. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, mar. 2007b. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3709>. Acesso em: 15/07/2012.

_____. Sensibilidades Modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: FCRB, 2004.

VELLOSO, M. P.; MOREL, M.; BESSONE, T. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: Lucia Maria Bastos Neves; Marcos Morel; Tania Maria Bessone. (Org.). **História e imprensa, representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: Faperj/dDPA, 2006.



Palavras - chave:

Aristófanes; teatro grego;
comédia grega; educação.

Resumo: O artigo apresenta um estudo sobre a função educativa que o “teatro grego” passa a desempenhar no âmbito da pólis diante das transformações econômicas, políticas e sociais que atingem as cidades-estado gregas no período entre os séculos V e IV a. C. O objetivo é o de discutir algumas das características abordadas pela comédia de Aristófanes que estão no centro das transformações pela qual a sociedade Grega passa, identificando as consideradas importantes no período, a relação da obra com o contexto social, além dos aspectos culturais e políticos que Aristófanes pretendia ridicularizar. A investigação está centrada na análise na obra de “comédia” de Aristófanes e mediada por autores como Werner Jaeger que discute a formação do homem grego a partir do conceito da Paideia e Henri Bergson, que apresenta o riso como resultado da racionalidade pura. Utilizou-se a trajetória de Aristófanes, além de literatura complementar que analisa o contexto histórico grego do período e os aspectos relacionados a formação do riso. Pretendeu-se demonstrar que ao ridicularizar o comportamento do político, do mestre e do cidadão, na pólis democrática, o autor promoveu a reflexão sobre as relações sociais, políticas e educacionais marcadas pelo uso da racionalidade fortemente presente naquele contexto.

ARISTÓFANES: COMEDIÓGRAFO E EDUCADOR

Pedro Luiz Moreira ¹

Mateus Henriques Buffone ²

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta de modo geral, um estudo sobre algumas transformações pelas quais passaram as pólis gregas e em específico, a cidade-Estado de Atenas, no período entre os séculos V e IV a. C. Iremos efetuar uma análise da manifestação destas transformações que se apresentam em um dos aspectos do plano cultural grego: o teatro cômico.

Será feita uma abordagem da dimensão educativa que algumas peças teatrais, criadas por Aristófanes, desempenhavam no âmbito da pólis. De acordo com Mario da Gama Kury (1995, p.7), mesmo com poucas informações sobre sua vida, em função da escassez de documentos, é possível conhecermos alguns aspectos acredita-se que tenha nascido por volta de 455 a.C. de numa família aristocrática, pois demonstrou grande conhecimento cultural em suas obras. Ou seja, deve ter recebido uma educação de qualidade para a época. De sua vasta obra, acredita-se que mais de quarenta, apenas onze chegaram intactas e datadas até os dias atuais: Os Acarmenes (425); Os cavaleiros (424); As Nuvens (423); As Vespas (422); A Paz (421); As Aves (414); Lisístrata (411); As Temosforiantes (411); As Rãs (405); As Mulheres na Assembleias (392); Pluto (388). Aristófanes, além do teatro, fez parte do grupo político aristocrático de Atenas, combatendo os demagogos Hipérbolo e Cléon. Faleceu na mesma cidade onde nasceu, aproximadamente em 355 a.C.

A investigação, do presente artigo, esta centrada na análise de três peças do comediógrafo ateniense, por entender que por meio dela é possível compreender alguns aspectos e contradições da vida sociais e particular presentes naquele contexto. As Nuvens (423), As Vespas (422) e A Assembleia das Mulheres (392) foram as peças escolhidas. Respectivamente, o viés de análise definido diz respeito à vida intelectual, à vida política e às formas alegóricas, com que trata questões de ordem social e particular, como os medos da velhice, o status social, a riqueza e a miséria.

Neste artigo, decidiu-se por analisar, sob a perspectiva apontada acima, uma peça de cada um desses grupos por entender que assim se pode ter uma visão mais ampla dos temas abordados pelo autor e da articulação direta destes com as transformações sociais do contexto em que as peças foram produzidas.

Tendo como ponto de partida o reconhecimento de que todo conhecimento é parcial, portanto os argumentos apresentados representam uma perspectiva de análise, bem como os resultados correspondem a sínteses provisórias. Isso leva a entender que não só o conhecimento, mas o próprio ser humano pode ser definido de várias maneiras ou a partir de

¹ Pós-graduado em História, Arte e Cultura, UEPG, 2014. Email: pmoreira120@gmail.com

² Orientador. Mestre em História (Ufpr). Professor-tutor no curso de especialização em História, Arte e Cultura na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/UAB).

perspectivas diversificadas. Um desses caminhos é o de que ele é um ser cultural, que constrói representações diversificadas do seu meio social³.

Olhando para a história é possível perceber que os processos de dramatização praticamente se identificam com a história da humanidade, seja na representação dos rituais de caças, nos mitos ou na religiosidade. Segundo Jean Pierre Vernant (pp.79-80), é justamente no âmbito da religiosidade e com o objetivo de acolher e disciplinar os rituais ao deus Dioniso que nasce o teatro grego, que é considerado um marco histórico para o teatro ocidental. Ainda na Grécia, no período Clássico, nomes como o de Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes mostram com especial destaque a importância que a dramatização, enfim, o teatro adquiriu na democracia ateniense.

O modelo de democracia daquela cidade-Estado desperta muito interesse em diversas áreas do conhecimento até os dias atuais. Nela se destaca a formação de uma consciência humana produto das relações sociais. Em Atenas, os ritos e celebrações religiosas dedicadas às divindades e mesmo aos deuses adquirem cada vez mais características relacionadas à cidadania grega. Neste contexto, as atividades na pólis adquirem um caráter pedagógico.

Da educação dos atenienses, além das duas epopeias atribuídas a Homero, destaca-se também o teatro: “as tragédias de Sófocles e Ésquilo, e as comédias de Aristófanes” (KONDER, 2010, p.22). Para Franco Cambi (1999, p.79), o teatro grego é um dos instrumentos fundamentais desta educação comunitária. Tanto a tragédia, quanto a comédia estão diretamente ligados aos problemas postos pela vida em sociedade cada vez mais complexas, ora buscando a legitimação, ora criticando os novos modelos requisitados pela sociedade.

A análise do teatro faz parte da literatura que discute as questões da Paideia⁴, que figura entre os valores fundamentais da sociedade ateniense. A democracia, modelo de relações sociais, criada pelos atenienses por volta do século VI a.C., exerce influência sobre as sociedades ocidentais, até a contemporaneidade. Portanto, reconhecer alguns aspectos

requisitados pela cidadania ateniense bem como, o papel desempenhado pela comédia de Aristófanes, na identificação destes caracteres e formação do cidadão, pode se constituir em um valioso instrumento de análise daquele modelo de cidadania e reflexão sobre a formação da cidadania na contemporaneidade.

A relevância em estudar a obra de Aristófanes, está relacionada à hipótese de que ao ridicularizar o comportamento do político, do mestre e do cidadão na pólis democrática, o autor promove a reflexão sobre questões humanas que vão além do seu lugar social e até mesmo de seu tempo.

Partindo da questão central surgem outras específicas, que merecem destaque porque permitem refletir sobre as transformações em curso. Primeiro, por que Aristófanes critica o método socrático de apropriação do conhecimento? Segundo, qual a crítica ao modelo de participação política praticada na pólis? E por fim, quais as particularidades do comportamento dos cidadãos atenienses, Aristófanes pretendia ridicularizar?

De modo geral acredita-se que responder a estas questões pode constituir-se em um instrumento de desenvolvimento do conhecimento na área da história da educação porque trata de elementos da cultura grega em geral, mas também da produção e socialização do conhecimento.

O contexto grego e a formação da Paidéia

O modelo de organização política da Grécia Arcaica séculos VIII-VI a.C., centrada em cidades-Estado, gradativamente, passa por profundas transformações na medida em que a pólis vai se afirmando como forma de organização econômica, social e política. Segundo Franco Cambi (1999, p.77), com forte unidade espiritual, a pólis é aberta ao exterior, ao comércio, e a emigração. Sua forma de administração alterna entre regimes ora monárquicos, ora oligárquicos, democrático ou tirânico. No entanto, é por meio da ação da assembleia e de cargos eletivos que o po-

3 Percorrendo essa trilha, Libéria Rodrigues Neves (2009, p. 14), afirma que a característica essencial do homem é a imaginação criativa, esta por sua vez é sempre “dramática”. Assim, para podermos conviver em nosso meio, compreendê-lo, fazermos trocas de aprendizagem, informação, conhecimento, cultura e sentimento, é necessário “atuar”. A autora sustenta a ideia de que a dramatização se inicia na infância e é “jogando” com o mundo externo que o ser humano, desde criança pode compreendê-lo. Na vida adulta, esse processo permanece quase que automático “quando se passa a jogar dramaticamente com a própria imaginação”. Parafraseando a autora (p.15), o processo dramático é inerente ao ser humano sem o qual teríamos pouca distinção dos primatas superiores.

4 Expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação são termos modernos contidos no conceito de Paideia, no entanto, nenhum deles é capaz de traduzi-lo plenamente, para abarcar-lo plenamente seria necessário usa-los todos ao mesmo tempo. (JAEGER, 1989, p.1)

der é regulado.

As pólis formavam unidades independentes que se autogovernavam, viviam em luta entre si, o que segundo Cambi (1999, p.78), fortalecia os laços sociais internos em torno de interesses comuns, embora fosse dividida por grupos e funções diferentes. Externamente, as alianças eram frágeis, o que facilitou que parte significativa da Grécia fosse conquistada, primeiro pelos persas e depois pelos reis da Macedônia limitando a sua “autonomia e criatividade política”.

Dentre as diversas formas individuais de se organizar, o legado do modelo de Atenas é o que oferece um conjunto maior de elementos para análise. Esta primava pelo comércio e atraía para a cidade pessoas de todas as partes do mundo grego antigo. O que acontecia de fundamental e há que se destacar é a “publicidade” e a presença da “palavra” nas relações sociais.

A pólis desde seu início, entre os séculos VIII e VII, “assinala um ponto de partida, uma verdadeira invenção”, já que nela “a vida social e as relações entre os homens assumiram uma forma nova: temos uma extraordinária presença da palavra” que se torna “instrumento político” e alimenta “a discussão” e “a argumentação”; as “manifestações mais importantes da vida social” tem um caráter de plena “publicidade”, ligadas que estão a “interesses” comuns assumindo um aspecto democrático inclusive no que tange a cultura. (CAMBI, 1999, p.78)

Nas relações sociais fica cada vez mais evidente o clima de efervescência intelectual, e de participação do cidadão na organização material e na justiça do estado, dando-lhe cada vez mais o sentido de pertencimento e unidade.

Todo ano havia para o cidadão ateniense a expectativa de servir no exercito ou na frota. Todo ano poderia reunir-se com milhares deles na *ekklesia* ou ser colocado na lista anual de seis mil pessoas dentre as quais, segundo as necessidades, eram sorteados os jurados para os tribunais populares. (JONES, 1997, p.155)

Segundo Franco Cambi (1999, p.78), “as leis e os ritos, que formam a consciência do cidadão e inspiram seus comportamentos por meio de normas que fixam ações e proibições”. Nos ritos religiosos, destaca-se o fato de que, inclusive, as divindades adquirem caracteres humanos e, mesmo estando no Olimpo, são deuses que inspiram e protegem a vida da comunidade. Segundo Franco Cambi (1999), seus sacerdotes são leigos ou oficiais d estado com o mesmo status que os demais representantes do estado, com a mesma base de familiar, de riqueza e experiência.

Ligada às festividades religiosas junto à ginástica, a atividade teatral desempenhava uma função educativa no âmbito da pólis. Realizado em momentos comunitários, acompanhando as leis e sublinhando seus fundamentos ético-antropológicos, tinha ainda caráter de livre vínculo coletivo, constituindo-se em um dos instrumentos fundamentais dessa educação.

No teatro, chegaram à contemporaneidade as “tragédias”, e de acordo com os estudiosos modernos, tem como principais expoentes Ésquilo, Eurípedes e Sófocles, estes considerados partidários da democracia e a “comédia”, na qual, se destaca a figura de Aristófanes, que é declaradamente partidário da aristocracia e defensor da educação tradicional.

A partir da fundação do império de Péricles, no qual Atenas assume o comando da Liga de Delos, os atenienses pareciam estar certos de que sua cultura, pautada no desejo de “formar o melhor dos Estados” e “a melhor das vidas”, estaria ali protegida eternamente. No entanto, a queda de Atenas (404 a.C.), depois de um período de trinta anos da guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), Atenas teve sua supremacia marítima e hegemonia sobre a Liga de Delos abalada. A crise da pólis afetou diretamente a vida do cidadão e assim, não apenas as estruturas políticas e sociais foram abaladas, mas a cultura como um todo é sacudida. Tudo isso contribuiu para formação da “consciência de que toda estrutura de poder terreno, por mais sólida que seja, é sempre precária, e que só são perduráveis e imorredouras as frágeis flores do espírito.” (JAEGER, 1989, p.335). Entretanto, a interpretação de Werner Jaeger (p.336), aponta que foi com espantosa rapidez que Atenas se recompôs da tragédia de sua derrota na guerra do Peloponeso, justamente em virtude de sua força espiritual, de modo que, já nas décadas seguintes retomava seu posto de centro da civilização grega.

As dificuldades impostas pelo período de crise mesmo antes que a guerra começasse efetivamente, já havia direcionado para o governo as intelectuais a qual Jaeger (1989), chama de forças espirituais superiores. Assim, num primeiro momento a preocupação esta relacionada aos ensinamentos políticos, tendo em vista o prenúncio de guerra. Já em um segundo momento diante da miséria e da pobreza e da qual o governo não pode resolver, as forças espirituais superiores são colocadas a serviço da reconstrução da pólis. Aliada à tendência pedagógica que penetrara no desenvolvimento artístico e espiritual grego no séc. V a.C., além dos sofistas, um número cada vez maior de poetas, oradores e historiadores trilhavam o mesmo caminho. Portanto, o

que os gregos constroem neste período é um ideal consciente de educação e cultura. É nesse sentido, que se diz que “O séc. IV converteu-se assim num período de reconstrução interior e exterior” (JAEGER, 1989, p.335).

Diante da queda frente a Esparta, a reconstrução de Atenas no séc. IV a.C., se dá então fundada nos ideias da plena realização da democracia que havia já marcado o desenvolvimento da pólis no século anterior. “A cultura grega fora, desde o primeiro instante, inseparável da vida da pólis. E esta ligação não fora em nenhum lugar tão estreita quanto em Atenas.” (JAEGER, 1989, p.335) Mesmo que a princípio, tenha prevalecido a busca por restauração das instituições livres atenienses com golpes de estado, logo a democracia foi restaurada.

Na busca pela compreensão dos motivos que levaram a derrota de Atenas, que notadamente era superior à Esparta, do ponto de vista material:

Despontava a convicção de que Esparta era menos uma determinada constituição de que um sistema educacional aplicado até as últimas consequências. Era a sua disciplina rigorosa que lhe dava sua força. Também a democracia, com sua avaliação otimista da capacidade do Homem para governar a si próprio, pressupunha um alto nível de cultura. Isto sugeria a ideia de fazer da educação o ponto de Arquimedes, em que era necessário apoiar-se para mover o mundo político. (JAEGER, 1989, p.337)

O ideal de fazer da educação o ponto de equilíbrio do desenvolvimento foi a preocupação central, daqueles indivíduos, que podiam se dedicar as coisas do espírito. Com isso, segundo JAEGER, (p. 337), a literatura do séc. IV a.C., apontam para uma diversidade de matizes educacionais que vão da admiração a educação coletiva espartana à sua recusa total, passando pela incorporação da educação comunitária aos valores da individualidade. Outros buscam no passado de seu Estado as aspirações, na tentativa romântica de reconstruí-lo. No entanto, independente da simplicidade ou complexidade que adquirir cada um desses sistemas, o que prevalece em todos eles é a centralidade do caráter educacional e da cultura como o caminho a ser seguido na restauração Pólis.

A trilha deixada pela tradição grega, aliada aos acontecimentos da época, reforçava os laços entre os indivíduos e a comunidade. “Não é com menor clareza que igualmente impera a consciência de que a existência humana individual está também condicionada pelo social e pelo político.” (JAEGER, 1989, p.338) Neste sentido estes eram os valores que pre-

cisavam ser cultivados e preservados.

A educação por meio da qual se pretendia melhorar e fortalecer o Estado constituía um problema mais adequado que outro qualquer para trazer à consciência o condicionamento recíproco do indivíduo e da comunidade. (JAEGER, 1989, p.338)

O desafio era grande demais para o modelo de educação privada Ateniense. Por isso a consciência de que Estado é quem devia se ocupar de caráter tão fundamental para sobrevivência de sua cultura chegou quando a cidade havia ruído. A necessidade de tornar a educação uma questão de Estado levou ao disciplinamento e a criação de leis para regulamentar e discipliná-la “O orador e legislador Licurgo [...] quis por meio desta forma deslocar do campo da mera improvisação para o da legislação a pública ação educacional de Demóstenes.” (JAEGER, 1989, p.338) No entanto, isso não impediu que o espírito grego se expandisse e se emancipasse criando seu mundo interior independente, dando direção a uma nova Paidéia.

De acordo com Werner Jaeger (1989, p. 338-339), a poesia perde seu poder de direção da vida espiritual, a tragédia deixa de ser alento e a política deixa de ser o tema central da comédia. Isso dado que o público exige cada vez mais que os temas tratados pelos mestres do séc. V a.C., sejam apresentados nas escolas, transformando-os em patrimônio cultural clássico em que o seu conteúdo e forma perdem o interesse. Não é que se tenha deixado de produzir obras poéticas, o fato é que elas perderam em importância diante da nova forma de representação “a prosa” que não se dirigia mais ao grande público e sim aos restritos setores intelectualizados da sociedade.

Nesse sentido, os embates teóricos e as reflexões se dão longe da vida prática e cotidiana em um plano ideal, no qual o objetivo é encontrar o verdadeiro sentido da vida. Para tal, o que se tem pela primeira vez entre os gregos é a criação de escolas filosóficas com a proposição de métodos para se chegar ao conhecimento. Estas

São a expressão de grandes e influentes escolas de filosofia e de ciência ou de retórica, ou então de fortes movimentos políticos e éticos, em que se concentram as aspirações da maioria consciente. (JAEGER, 1989, p.339)

Assim a Paidéia do séc. IV a.C., é fundamentalmente este embate entre diferentes formas e métodos de pensar de viver a partir de um programa visando a um objetivo. Ela não está relacionada só aos problemas do espírito, mas também aos co-

nhecimentos da vida prática, que vão das atividades produtivas até o campo das artes. Cultivar o Homem integral a partir de um plano de princípios, eis o seu conteúdo.

A consciência da complexidade do processo real da vida da época, não era possível de ser captada ou expressa pela velha forma poética, e por isso

O triunfo da prosa sobre a poesia foi obtido graças as vigorosas forças pedagógicas, que já na poesia grega atuavam cada vez em maior grau, e o pensamento racional da época, que penetrava agora cada vez mais fundo nos verdadeiros problemas vitais do Homem. (JAEGER, 1989, p.340)

Entretanto, à medida que a vida espiritual vai se fechando cada vez mais nas escolas que apresentam propostas educativas que visavam atender ao desenvolvimento social na sua totalidade, mais se distanciava da população em geral. Esta por sua vez já não reconhecia mais as velhas formas da poesia, e buscava substitutos, de baixa qualidade, para a modelação do espírito.

Segundo Werner Jaeger (1989, p.340-341), do ponto de vista prático o desenvolvimento da racionalidade no séc. IV a.C., assim como o modelo do século anterior, não garantiu que a sociedade grega atingisse seus objetivos. Preocupar-se com a formação, primeiro dos dirigentes, para depois preocupar-se com a formação dos cidadãos, agora, pode ser apontado como um dos principais problemas. No entanto, é certo também que a ruína do estado grego não se deu pela sua cultura ou falta dela, ao contrário, é justamente ela que resistiu e influenciou decisivamente na formação da cultura ocidental.

É nesse contexto em que está inserida a produção das peças teatrais de Aristófanes. Este, por meio da comédia pretende ridicularizar aspectos da organização política democrática, o modelo que assume a educação que prima pela humanização das relações sociais colocando o homem na centralidade desse processo, e ainda, aspectos da individualidade humana nesse novo contexto.

A Comédia de Aristófanes

O teatro grego tem seus registros diretamente relacionados às atividades religiosas:

... o jogo e a festa, a mascarada e o disfarce, a experiência de um desterro em relação ao curso normal das coisas; enfim, fundar o teatro, em que, no palco, a ilusão ganha corpo e se anima, e o fictício se mostra como se fosse realidade: em todos os ca-

sos, trata-se, pela integração de Dioniso à cidade e à religião desta, de instalar o Outro, com todas as honras, no centro do dispositivo social (VERNANT, 2006, p.79-80).

Nesse sentido, para compreender sua relevância naquele contexto social, é importante ter em mente a dimensão e a grande importância que a religiosidade representava para o conceito de cidadania daqueles povos, o que não era diferente para os atenienses:

Os festivais eram importantes rituais públicos que muitas vezes duravam vários dias e ocupavam grande parte do ano cívico e sagrado. Prestavam-se homenagens tradicionais aos deuses, mantinham-se as antigas cerimônias em favor da colheita de grãos e de uva e, ao mesmo tempo, os participantes participavam de todo tipo de estímulos intelectuais, religiosos e físicos. (JONES, 1997, p. 117)

Ainda de acordo com Peter V. Jones (1997, p. 117-118) os atenienses incluíam além das mais variadas formas de atividades religiosas e provas de atletismo, a dramatização de peças tanto de tragédias, como de comédias.

Para Werner Jaeger (1989, p. 288), a comédia ática é a maior forma de exposição da cultura do final do séc. V a.C. Ele a considera também a mais completa forma de representação histórica de seu tempo. Sua grande importância consiste em nos apresentar conjuntamente o estado, as ideias filosóficas e as criações poéticas no processo de desenvolvimento daquela sociedade.

Seguindo a tradição da crítica pública e particular originária das festas dionísicas, a comédia tornou-se relevante quando entrou no âmbito da vida pública da política.

Com Aristófanes [...] o teatro do riso já adquire sua independência. Mas, ainda perto das origens, esse representante da comédia antiga [...] oferece um cômico rude, agressivo, que não poupa nada nem ninguém: apaixonados, políticos, os filósofos, os próprios deuses são ridicularizados. Diante desses adeptos da visão séria do mundo, Aristófanes toma partido de rir deles. Em primeiro lugar, ele apresenta uma leitura da aventura humana, ao mesmo tempo cômica e coerente, demonstrando que é bem possível atravessar a existência sob o ângulo da derrisão. (MINOIS, 2003, p.38)

Enquanto alguns viam o mundo de maneira séria. Aristófanes prefere apresentá-lo com ironia, sarcasmo e até certo desprezo pelo outro. Henri Bergson (2007, p.3-5) chama a atenção para três pontos fundamentais da comicidade, destacando, que em primeiro lugar não existe comicidade fora do que é humano, "se rimos de um animal, ou de

um ser inanimado é pelo que pode ser reconhecido de humano nele existente ou pela forma que o ser humano foi capaz de lhe dar.” Assim, se consideramos que a característica humana mais elementar é a flexibilidade, o que provoca riso é a rigidez do corpo, do espírito ou do caráter. Em segunda lugar “a comicidade está relacionada a insensibilidade que sempre acompanha o riso.” Portanto, o riso é produto da inteligência. Por fim, o riso é social, pois ele precisa de “outras inteligências ou outros ridentes para compartilhá-lo.” O autor destaca ainda, que é “por isso que os efeitos cômicos são difíceis de serem traduzidos de uma língua para outra ou compreendido em outra cultura, isolado de outras atividades humanas”. (BERGSON, 2007, p.5)

Ainda que a princípio, Aristófanes seja considerado conservador, como destaca George Minois (2003, p.37), tanto pelo fato do riso estar associado à ideia de aperfeiçoamento moral, mas também porque sua arte manteve-se fiel ao vínculo com o instinto de agressão. “Insulto ritualizado” herdeiro direto das agressões verbais do Kômos, presente nas festas dionisiacas. No entanto, suas peças superam o caráter conservador, na medida em que o riso, a essência de sua arte, depende do isolamento do aspecto individual que se “tornou rígido” e da “inteligência pura” em detrimento dos sentimentos.

De acordo com Henri Bergson (2007, p.3-5), para fazer rir é preciso isolar o aspecto mecânico e a repetição, do sujeito mecanizado, e isto só é possível por meio do exercício da razão. Portanto, o teatro cômico, é produto da razão ao mesmo tempo em que a promove. Neste sentido, Aristófanes caminha na direção do desenvolvimento da individualidade e da racionalidade. Elementos que fazem parte de seus alvos de na comédia.

Ainda que o riso esteja associado à ideia de aperfeiçoamento moral, no caso da comédia de Aristófanes é possível destacar também a sua capacidade crítica. “Tal como a conhecemos na plenitude de seu florescimento, é o mais genuíno produto da liberdade democrática da palavra.” (JAEGER, 1989, p.291) A comédia carrega consigo ainda, o mérito de ter estendido a liberdade de expressão, sobre coisas, lugares e assuntos que eram considerados tabus. A própria literatura helenista reconhece a coincidência entre o crescimento e decadência do Estado ático com a comédia.

Seguimos ainda a trilha do pensamento de Jaeger, mesmo que a origem do riso esteja pautada em elementos considerados de menor valor, ele está no mesmo plano da linguagem e do pensamento como

capacidade que diferencia o homem dos demais seres da natureza.

A cultura ática não pode manifestar a amplitude e profundidade de sua humanidade com maior clareza do que por meio da diferenciação e da integração do trágico e do cômico, operado no drama ático. [...] Finalmente no momento culminante da sua evolução, a comédia adquiriu, por inspiração da tragédia, clara consciência de sua elevada missão educacional. (JAEGER, 1989, p.289)

A concepção de Aristófanes sobre a arte que praticava é marcada por esta consciência educacional, o que a coloca no mesmo nível da tragédia. Mais do que em qualquer outra arte, a comédia está diretamente vinculada à realidade de seu tempo, mas isso não quer dizer que ela fique presa a ele

... é importante não perder de vista que o seu propósito fundamental é apresentar, além da efemeridade das suas representações, certos aspectos eternos do Homem que escapam a elevação poética da epopéia e da tragédia. (JAEGER, 1989, p.288-289)

Neste tempo marcado pelo florescimento da democracia que promoveu a liberdade de espírito, a cultura desenvolve-se livre da coerção do Estado, no entanto, matem a indissociabilidade entre os conceitos de liberdade e responsabilidade. E é a comédia que passa a exercer este papel educativo.

Só através da comédia podemos chegar a conhecer a violenta paixão que gerou e as causas de que procede a luta pela educação. Ao empregar sua força para se tornar guia daquele processo, a comédia converte-se, por sua vez, numa das grandes forças educacionais do seu tempo. (JAEGER, 1989, p.292)

É preciso destacar que uma comédia não era criada a partir de um plano político organizado e coeso, tão pouco tinha por objetivo direcionar este ou aquele sujeito ao poder. Mesmo assim, Aristófanes e outros comediógrafos foram censurados:

[...] no fim do século V a.C., a atmosfera política muda. O riso agressivo de tipo arcaico, o riso sem regras, que cobre o adversário de excrementos, começa a provocar reticência. Uma nova exigência de contenção espalha-se, exigindo o uso de floretes embainhados. Pressões são exercidas sobre Aristófanes para que ele modere seu riso, cujas gargalhadas são consideradas inconvenientes. Sobretudo os políticos atenienses, considerando-se que representavam o povo, não admitem ser expostos ao ridículo. (MINOIS, 2003, p.40)

Como aponta George Minois (2003, p.41), “Alcebiades faz aprovar uma lei que proíbe zombar abertamente de homens políticos no teatro.” A necessidade de regulamentação social, que a demo-

cracia exigia, faz Aristófanos desviar seu foco diretamente da política e da vida pública. Entretanto, não diminui sua força, que estava em ajudar a esclarecer as falhas a que o espírito humano está sempre sujeito a incorrer.

Apesar de seu íntimo e apaixonado interesse pela política, a comédia de Aristófanos situa-se nas alturas e tem uma liberdade de espírito que lhe permite encarar como efêmero os sucessos da vida quotidiana. Tudo o que o poeta descreve pertence a um capítulo imortal: o humano, excessivamente humano [...] O real dissolve-se continuamente numa realidade de intemporal, mais elevada, fantástica ou alegórica. (JAEGER, 1989, p.295)

O contexto de Atenas mostra que com a dissolução das estruturas sociais e da cultura tradicional a população grega buscava cada vez mais a nova educação, apresentadas muitas vezes por quem faziam mal uso da forma racionalista de pensar. Neste quadro é que se mostra a criatividade de Aristófanos ao fazer uma peça, “As Nuvens”, contrapondo a velha e a nova educação, o justo e o injusto, no qual o discurso injusto é que representa o novo modelo educacional.

No embate em torno da cultura, travado entre liberdade individual do espírito e responsabilidade social, Aristófanos também critica as questões educacionais. Sua crítica é tida como uma das mais contundentes em relação à essência da educação sofística. Na peça “As Nuvens”, Aristófanos constrói uma caricatura de Sócrates, personagem o qual “amontoou sobre a vítima todas as características da classe que evidentemente pertencia: sofistas, retóricos e filósofos da natureza ou, como então se dizia, meteorólogos.” (JAEGER, 1989, p.296). Portanto, é aqui que se mostra seu traço conservador, ou seja, a ideia de que ao construir suas peças teatrais, ele as faz a partir de um posicionamento político delineado pelos valores daquele grupo específico da sociedade, a saber, a aristocrática e de um ponto de vista que tenta resgatar os valores de uma ordem social esfacelada.

Em sua obra, isto se revela quando enaltece o modelo de homem que a educação tradicional formava “Caso fazeres essas coisas que digo [1010], e para essas coisas voltares a atenção, terás sempre peito nédio, pele rutilante, ombros grandes, língua diminuta, bunda grande, pintinho pequeno.” (ARISTÓFANES, v.1005-1010)], e no momento em que ridiculariza a nova educação democrática “...caso pratiques aquelas coisas que os de hoje em dia fazem terás, primeiramente, pele macilenta, ombros pequeninos, peito estreito, língua grande, linguíci-

nha e decretão” (ARISTÓFANES, v.[1015]).

A influência de Sócrates para o pensamento ocidental é muito visível, o que mostra sua grandeza, mas não é sobre o viés que ele sobreviveu que Aristófanos o ridiculariza. O que o comediógrafo critica é a forma como o racionalismo faz desmoronar toda a herança do passado, substituindo por ideias especulativas, aquilo que antes eram coisas divinas. Portanto, não é a figura singular de Sócrates que é posta a prova e sim toda uma classe que reivindicava para si a prerrogativa de ser a única capaz de dirigir a vida espiritual grega.

Com a segura intuição do homem que vê em perigo os valores aos quais deve toda a substância da sua vida e sua formação mais elevada, ataca vigorosamente uma educação cuja maior força é o intelecto. E esta hostilidade não é meramente pessoal: tem uma significação histórica e simbólica. (JAEGER, 1989, p. 300).

Os elementos que foram apontados mostram que Aristófanos não era um reacionário. Ele tinha consciência de que o livre exercício de sua arte era produto daquela liberdade de espírito. O que ele não aceitava era o uso da racionalidade ao bel prazer como faziam os sofistas. Fato que levava a dissolução de um conjunto de valores sociais sobre os quais se desenvolveu aquela sociedade, sem que fosse substituído por outros à mesma altura.

A imagem ideal da antiga educação tem a tarefa de mostrar o que o novo ideal não é. Ao expor este último, muda o tom cômico, inofensivo e benévolo, que é característico da imagem da educação antiga, e converte-se numa sátira mordaz: é tudo que há de contrário ao justo e são. (JAEGER, 1989, p.299)

Ninguém estava imune as suas críticas e os traços de sua arte constituídos pelos fundamentos da velha comédia mostram que “O riso devastador de Aristófanos não deixa nada em pé; sagrado e profano tombam igualmente no ridículo e no obsceno por mais cru que ele seja.” (MINOIS, 2003, p.39). Dos deuses às mulheres, passando por chefes políticos, juízes, assembleias, jovens e velhos. Criticou inclusive os que compartilhavam com ele a mesma arte, tanto os cômicos seus adversários no teatro, quantos os trágicos que expressavam por meio do teatro um posicionamento contrário ao seu qual seja, eram partidários do modelo de democracia emergente em Atenas.

Segundo Werner Jaeger (1989), enquanto na tragédia, sua adversária no drama, personificada pelas figuras de Eurípedes, Sófocles e Ésquilo consumava a entrada das novas correntes espirituais

na poesia, a comédia, com o seu mais ilustre representante, é sinônimo de luta contra o novo modelo educacional. E ainda, na medida em que a tragédia mergulha nas profundezas da intimidade humana a comédia representava uma formação que articulava necessariamente a vida do indivíduo a da pólis. Também foi quando tomou da tragédia a função “pedagógica” no Estado, atingindo o ponto culminante de sua missão educacional.

Defendemos que ao criar representações, Aristófanes faz o público rir e refletir sobre; suas instituições políticas e formas de participação; a apreensão e representação cultural; até mesmo o modo de viver e agir. Sua crítica é direcionada aos limites da racionalidade social e da cultura, no entanto, provoca o público para a reflexão. Percebe-se, portanto, que sua crítica ultrapassa as fronteiras delimitadas do grupo ao qual pertence e revela as fragilidades humanas diante de um novo contexto social que se apresenta, especialmente ligado ao modelo ateniense, notadamente o que apresenta formas bastante complexas de organização social naquele período.

Entre as diversas formas de leitura e interpretação da obra, nos limitamos aqui por uma análise geral, que as classificam em três grupos, marcadas pelos conteúdos que abortam. De cada um destes grupos é tomado uma peça por referência. Do primeiro grupo, foi escolhida a peça *As Vespas*, para analisar a vida política; Do segundo, *As Nuvens*, para analisar o modelo educacional e a vida intelectual; Por fim, *A Assembleia das Mulheres* para analisar a forma fantasiosa e alegórica, que encontra saídas para questões tanto de ordem social como a riqueza e a miséria, quanto questões humanas mais amplas como os dilemas e medos da velhice. Entretanto, mesmo que a princípio cada uma das peças tenha como aspecto central um dos temas mencionados, as três articulam política, educação e alegorias.

Leituras possíveis: as nuvens, as vespas e a revolução das mulheres

As Nuvens (423 a.C.)

A comédia é uma sátira à educação sofista que prevalecia na época. O contexto da peça é marcado por um conflito familiar, no qual, Estrepsiades, um fazendeiro já velho vê seus bens serem arruinados

por sua mulher, que era de família rica, e por seu filho Fidípides, fanático por carros e corrida de cavalo. Na trama da peça, na tentativa de melhorar sua situação quer enviar o filho para receber os ensinamentos da nova educação. Diante da recusa do filho, o próprio Estrepsiades, vai ele próprio ter aulas com Sócrates. No entanto, devido a sua simplicidade nada aprende. Mesmo forçado, Fidípides recebe as lições e com estes conhecimentos consegue livrar o pai das dívidas, entretanto, a situação vira-se contra ele quando o filho, valendo-se das mesmas lições, começa a espancá-lo.

Quando Fidípides finalmente concorda em ter as aulas, Sócrates diz que o rapaz aprenderá não com ele, mas com próprio raciocínio. “Ele mesmo aprenderá dos dois argumentos em pessoa. E eu irei embora.” (ARISTÓFANES, 2013, v.885),⁵ A partir daí os dois discursos, Melhor e Pior, seguem uma breve discussão em tom de ofensas até o ponto em que o Discurso Melhor começa a sua argumentação em defesa da velha educação.

O discurso é feito em tom saudosista “como estava assentada quando eu, falando coisas justas, florescia e a temperança já era então costume.” (ARISTÓFANES, 2013, v.960) O Discurso Pior interfere dizendo que são “Velharias...” (ARISTÓFANES, 2013, v.980), o Discurso Melhor rebate dizendo “Mas, então, essas são as coisas com as quais nossa educação formou, naquele tempo, os guerreiros de Maratona.” (ARISTÓFANES, 2013, v.985) e ao final de sua argumentação, o Discurso Melhor sentencia:

Diante dessas coisas, ó rapazinho, nada temendo, a mim, o Discurso Melhor, escolhe. E aprenderás a odiar a ágora e até maneres longe dos banhos; a te envergonhares das coisas vergonhosas e a te inflamares quando alguém te escarneça, a te levantares dos assentos para os anciões presentes e não te comportares mal em relação aos teus pais e nenhuma outra pessoa (ARISTÓFANES, 2013, v.990)

E, apontado para o Discurso Pior, o Melhor Discurso adverte, se ouvi-lo “... te convencerás de alto a baixo a acreditar que tudo o que é vergonhoso é belo, e o belo, vergonhoso,” (ARISTÓFANES, 2013, v.1020)

Concluída a exposição, o coro o enaltece e impele o Discurso Pior a apresentar um bom e novo argumento porque seu adversário foi muito consistente e ele começa:

(...) eu por causa disso mesmo fui chamado Discurso

Pior entre os pensadores, porque fui o primeiríssimo a ter em mente contrapor às leis e às coisas justas coisas contrárias. E isso vale um total de dez mil estateros – escolher os discursos mais fracos e, a despeito disso, ganhar. (ARISTÓFANES, 2013, v.v.1035-1040)

O Discurso Pior continua sua defesa dando exemplos de personalidades da velha sociedade, como os de Homero feitos a Nestor, mostrando não haver mal algum nas coisas públicas. Bem como, não era necessário submeter os jovens a sacrifícios físicos e corporais para que eles se tornassem fortes, Hércules, por exemplo, só tomava banhos quentes. E para rebater o argumento da moderação, ele adverte:

... de quantos prazeres estás destinado a seres privado: meninos, mulheres, jogatinas, guloseimas, bebedeiras, gargalhadas. De fato, por que te valeria apenas viver, se fosses privado de tais prazeres? Além disso, mencionarás Zeus, que é incapaz de resistir ao desejo e às mulheres: como tu, sendo um mortal, poderias ser melhor do que um deus? (ARISTÓFANES, 2013, v.v.1075-1080)

Os dois discursos retomam a discussão o Melhor tentando mostrar que tal conduta seria desagradável à sociedade enquanto o Pior remete para o plano da individualidade afirmando que a sociedade não tinha nada a ver com as particularidades de cada um. O diálogo é marcado pela comicidade, quando o Melhor Discurso afirma que quem comete adultério se torna um “traseiro frouxo”. No entanto, o Discurso Pior faz o outro Discurso aceitar que políticos, advogados, poetas⁶ e até a maioria dos espectadores eram “traseiro frouxo”. Neste ponto, o Discurso Melhor dá-se por vencido e se recolhe. Estrepsiades entrega-lhe o filho para ser educado.

O filho é educado com a arte da argumentação e ajuda o pai a se livrar dos credores, contradizendo-os na fragilidade daquilo que afirmavam serem seus direitos “Sólon estabeleceu o processo em dois dias, o dia velho e o dia novo, para que os depósitos ocorressem somente no primeiro dia do mês.” (ARISTÓFANES, 2013, v.v.1085-1090), bem como, aproveita-se da falta de capacidade de uso da linguagem propriamente dita. “És assim tão burro, e vens me pedir dinheiro? Eu não daria nem um óbolo a quem quer que chamasse de “amassador” a amassadeira.” (ARISTÓFANES, 2013, v.v.1245-1250)

Livre de suas dívidas Estrepsiades pensa estar a salvo quando o filho começa a espancá-lo. Usando

a arte que aprendeu com a nova educação Fidípides se propõe a provar que o que faz é justo. Para isso, pergunta a seu pai: “Vou voltar ao ponto em que me interrompestes e, primeiramente, te perguntar isso: me batias, quando eu era criança?” (ARISTÓFANES, 2013, v.1405) Estrepsiades responde que batia porque se interessava por ele. Fidípides conclui seu raciocínio “Então me diz: não é justo que eu também, da mesma forma, seja bem intencionado para contigo e te bata, haja vista que isso, bater, é ter boa intenção.” (ARISTÓFANES, 2013, v.1410)

Pode-se dizer que Aristófanes apresenta os ensinamentos sofistas como capazes de, por meio do desenvolvimento do raciocínio, fazer prevalecer o “Discurso Pior” sobre o “Discurso Melhor”, por isso, ataca de modo particular Sócrates e sua escola, por considerá-lo o principal representante da nova educação. Se do ponto de vista imediato a peça busca restabelecer uma educação que não condizia mais com a sociedade, de modo mais amplo ela alerta para o fim da ingenuidade humana. O conhecimento produto do raciocínio pode ser usado para qualquer fim, até mesmo espancar o pai e a mãe pode ser justo.

As Vespas (422 a.C.)

A comédia é uma sátira ao sistema ateniense de tribunais do Júri. O contexto da peça é marcado por um período em que os tribunais do Júri pagavam um valor diário por presença. Como os tempos eram de guerra e crise, para muitos cidadãos estes pagamentos constituíam-se no principal meio de subsistência.

A trama se desenvolve em torno de dois personagens centrais: Filoclêon⁷ que é um daqueles cidadãos e acaba se tornando um fanático pelos tribunais. O outro é seu filho, Bedeliclêon⁸, que tenta curá-lo de sua mania “judicatória”.

Para evitar que o pai vá ao tribunal, Bedeliclêon o mantém preso em casa. Na trama, Filoclêon tenta, com a ajuda do coro fantasiado de vespas, fugir do cárcere privado, ao qual o filho o submete. Bedeliclêon por sua vez, tenta mostrar ao pai que os tribunais do Júri não passam de meros instrumentos do Governo que os usam em benefícios próprios. Seu objetivo é reeducá-lo de modo que possa tornar-se um cidadão capaz de viver adequadamente em sociedade.

Pela boca de seu personagem, o escravo Xan-

6 Referindo-se aos autores das tragédias. (KURY, 1995, p.77)

7 Significa “amigo de Clêon”, orador, general, político controverso, demagogo corrupto. (KURY, 2004, p.7)

8 Significa “inimigo de Clêon”. (KURY, 2004, p.7)

tias, Aristófanes (2010, v.70), dirige-se aos espectadores e apresenta seu propósito com a peça, qual seja, caracterizar a conduta de Filoclêon como uma “doença estranha”, que passa despercebida aos olhos de todos “que nenhum de vocês conhece nem imagina, a menos que vos diga.” Com isso, o comediógrafo mostra ter clara consciência da função educativa que sua arte desempenha.

Logo no início, o escravo aponta para os espectadores e os desafia a adivinhar do que se trata. Usa a opinião de Animias, uma das mais altas autoridades de Atenas, mas também as de Sosias, personagem da peça, e Nicóstrato, personagem sem relevância nesse contexto. Com este artifício, mostra que todos estão equivocados e que não havia uma resposta pronta que pudesse ser encontrada entre os membros daquela sociedade. Neste ponto, ele chama para si a responsabilidade de conduzir as reflexões, para que uma resposta, sobre aquilo que considera uma doença do cidadão, seja construída.

No desenrolar da peça, depois de várias tentativas de fuga frustrada, o velho aceita uma disputa com o filho para ver quem está com a razão. Entre os argumentos que usa para mostrar o prestígio da função que desempenha, Filoclêon aponta que “Mal salto da cama, tenho a olhar-me da balastra uns tipo de grande cabedal, de dois metros para cima.” (ARISTÓFANES, 2010, v.550) e “...quase ia me esquecendo, é que quando volto para casa já com o carcanhol na mão e, à minha chegada, vêm todos ao molho saudar-me tudo graças ao dinheirinho.” (ARISTÓFANES, 2010, v.605).

Na contra argumentação, depois de algumas breves explicações sobre a conjuntura econômica e política, tais como:

... sobre o montante dos tributos que nos chegam das cidades aliadas; junta-lhe os impostos, uma a um, todas as taxas, as pritanias, as minas, os mercados, os portos, as rendas e as confiscações. Tudo somado representa para nós perto de dez mil talentos. Subtrai-lhe agora o salário de um anos dos juízes, seis mil fulanos – nunca nesta terra se foi além desse número. (ARISTÓFANES, 2010, v.v.655-660)

E Bdeliclêon continua sua exposição de motivos, enquanto “Para nós fica apenas, nas minhas contas, cento e cinquenta talentos.” (ARISTÓFANES, 2010, v.660) Com este artifício, o filho, consegue provar ao pai que os jurados não passam de servos dos magistrados.

Entretanto, mesmo convencido de que não existe mérito algum naquilo que faz; as bajulações e benefícios insignificantes, se comparados

aos dos magistrados, criaram no velho Filoclêon um vício do qual não consegue se livrar. Aqui, Aristófanes denuncia a tendência humana de deixar-se seduzir por práticas que proporcionam algum tipo de prazer imediato, mas que, uma vez submetidos por longos períodos pode criar uma compulsão a repetição e rigidez do caráter e do espírito.

Para saciar o vício do pai enquanto tenta reeducá-lo, Bdeliclêon cria um tribunal fictício, no qual, seriam julgadas as mais variadas questões domésticas que pudessem surgir. As comparações ridicularizam os tribunais e a conduta dos cidadãos que o frequentava. Para deixar o tribunal mais original e atraente, “Trago comigo tudo o quanto prometi, e a água às azeitonas, fica aqui o penico pendurado num prego.” (ARISTÓFANES, 2010, v. 805), quanto ao que julgar começamos por “Labes, o desgraçado do cão, irrompeu a cozinha dentro e foi roubar um queijo da Sicília, para depois comer? Perfeito! Cá está o primeiro crime a submeter ao julgamento de meu pai.” (ARISTÓFANES, 2010, v.835)

Tudo, dos objetos, ao primeiro caso para o julgamento é articulado de modo a destruir a reputação dos tribunais. As críticas são duras e diretas, ainda no mesmo caso, Bdeliclêon adverte o pai para ter cuidado para não absolver o cachorro, referindo-se aos políticos ávidos por riqueza que havia em Atenas na época.

Ao retratar a conduta dos cidadãos atenienses que viviam obcecados por participar dos julgamentos no tribunal, Aristófanes parece se divertir. E mais, ele faz rir, relacionando seu tribunal fictício ao verdadeiro. Para tal, ele usa de artifícios como as necessidades básicas do ser humano, mostrando que os tribunais serviam para dar a impressão de uma vida espiritual superior, mas que por trás das aparências, havia políticos aproveitadores e cidadãos alienados.

Aristófanes recorre aos valores da cultura tradicional, para mostrar as fragilidades e os riscos ao qual estavam expostos. O tom cômico da peça é crítica direta àquele sistema político e ao modo de vida daqueles cidadãos. Bdeliclêon ao tentar corrigir Filoclêon, mostra que o objetivo central do autor era educar os cidadãos de modo que estes pudessem se libertar da “doença”, ou estado de alienação ao qual estavam submetidos e não eram capazes de perceber.

A Assembleia das Mulheres (382 a.C.)

Esta comédia é uma sátira as teorias filosóficas da época, principalmente a sofista. O enredo da peça é marcado pela organização das mulheres de Atenas que, cansadas da incapacidade dos homens de governar, decidem tomar o poder. Na trama, a eloquente Praxágora, lidera e conduz as mulheres à assembleia e tomam o poder dos homens. O argumento era a de que, “se as mulheres eram capazes de administrar a economia doméstica, também seriam capazes de administrar com sabedoria o Estado, de modo a satisfazer a todos”. Para tal fim, constituiriam um fundo comum, para o qual todo cidadão contribuiria, e de onde todos receberiam o necessário para sua subsistência. Vale destacar que inclusive as mulheres seriam comuns a todos.

Os ensaios das mulheres de como se comportarem como homens na assembleia e Marcado por momentos diversos com pérolas do riso como “Há alguém aqui, meu amigo, que não tem o dom da palavra?” (ARISTOPHANES, 2002, v.120) Também no diálogo entre Blêpiro, marido de Praxágora e seu vizinho Cremes, que o encontra em um momento de privacidade e Cremes pergunta: “Ei, o que você está fazendo⁹?” E Blêpiro responde: “Quem, eu? Não, na verdade, não mais de qualquer maneira¹¹.” (ARISTOPHANES, 2002, v.370) Aqui o autor consegue explorar as situações humanas mais elementares, mas que são traumáticas e as transforma em sátira.

O eixo central da peça apresenta com sutileza uma crítica ao modelo social, econômico, e político de Atenas. A descrença em relação à sociedade pode ser observada em passagens como o diálogo entre “Cremes” e “Um Homem Egoísta”, o primeiro disposto a entregar seus bens e gozar dos benefícios da nova organização social, mas o segundo parece não estar convencido da eficácia da nova lei. “O que é tão drástica? Como se eu não vejo Decretos como este o tempo todo! Você não se lembra de um acerca do sal¹²?” (ARISTOPHA-

NES, 2002, v.810) Como saída política as mulheres ocuparia comando no lugar dos homens, já para a economia Praxágora propõe em regime em que tudo seria posto em comum. Questionada sobre a eficácia de seu projeto ela responde:

Ninguém estará fazendo nada como um resultado da pobreza, porque todo mundo vai ter as necessidades: pão, peixe salgado, bolos de cevada, capas, vinho, festão, grão de bico. Então, onde está o seu lucro não contribuindo? Se você pode encontrá-lo, me diga¹³. (ARISTOPHANES, 2002, v.605)

Entretanto, o ponto alto da peça é sem dúvida a saída encontrada por Praxágora, para o problema das mulheres feias. Blêpiro quer saber “Então, todo mundo não vai dirigir para a garota mais bonita e tentar transar com ela¹⁴?” (ARISTOPHANES, 2002 v.615) Praxágora, responde que “As mulheres caseira e nariz de bob vai sentar-se ao lado de uma classe, e se um homem quer a de classe vai ter que que satisfazer a feia em primeiro lugar.¹⁵” (ARISTOPHANES, 2002 v.615) Ainda neste aspecto, a astuta Praxágora, cria a reciprocidade da lei, ou seja, a regra seria a mesma para os homens e as mulheres. “Os feios tomarão conta dos bonitões e as mulheres não poderão ir com os altos, morenos e simpáticos antes de ter resolvido o problema dos baixinhos e mal-acabados¹⁶.” (ARISTOPHANES, 2002, v.625)

Logo após o primeiro jantar coletivo, organizado pelas mulheres, a proposta de Praxágora para as relações sexuais e posta a prova. A cena é constituída por uma discussão entre três velhas 50, 60 e 70 anos de idade, uma moça com cerca de 20 anos de idade e um rapaz, Epígenes, com cerca de 25 anos de idade. A primeira velha inquieta se manifesta, “Aqui estou eu, toda rebocada com maquiagem e vestindo um vestido de festa, apenas em pé, assobiando uma canção, eu e minha armadilha tudo pronto para prender um deles [...]” (ARISTOPHANES, 2002, vv.875-880) A moça aparece na janela e se desentende com a velha. “Desta vez você está de vigia à frente de mim, velha mofando. Você pensou que iria tirar proveito quando eu não

9 Is there anyone here, my friend who hasn't got the gift of gab?

10 Hey there, what are you doing?

11 Who me? No indeed, not any longer anyway.

12 What's so drastic? As if I don't see decrees like this all the time! Don't you remember the one about salt?

13 No one will be doing anything as a result of poverty, because everyone will have the necessities: bread, salt fish, barley cakes, cloaks, wine, garland, chickpeas. So where's his profit in not contributing? If you can find it, do tell me.

14 Then won't everyone head for the prettiest girl and try to bang her?

15 The homely and bob-nosed women will sit right beside the classy one, and if a man wants latter he'll have to ball the ugly one first.

16 Well, the homely men will tail the handsomer ones they leave their dinner parties, and keep an eye on them in the public places, for it won't be lawful for handsomer and tall men to sleep with any women who haven't first accommodated the uglies and the runts.

17 Here I am, all plastered with makeup and wearing a party dress, just standing around, whistling myself a song, and my trap all set to snag one of them [...]

estava por perto, e atrair um cara com o seu cantar¹⁸.” (ARISTOPHANES, 2002, vv.880-885) Por outro lado, o conflito também mostra a resistência dos homens para respeitar a prioridade das mais velhas. “Como eu gostaria de poder dormir com a primeira garota e não tinha que bater um pug-nariz ou uma velha! Isso não se coaduna com um homem livre¹⁹.” (ARISTOPHANES, 2002, vv.935-940) Diz Epigenes, um rapaz que se aproxima.

Depois de uma breve conversa de Praxágora com sua Secretária tem início o conflito principal da peça. A primeira Velha logo se aproxima tenta convencer o rapaz a entrar em sua casa, enquanto o Rapaz tenta livrar-se dela de todas as formas. Quando não havia mais argumento e a Velha tentava arrastar o Rapaz para seu quarto a Moça reaparece e a impede. A Velha se recolhe prometendo vingança, imediatamente aparece a segunda Velha ainda mais feia e cobra “Ei você! Você está tomando este homem, em violação da lei? É que ele tem que dormir comigo primeiro²⁰.” (ARISTOPHANES, 2002, vv.1045-1050) Entretanto, quando a segunda Velha arrastava o Rapaz eis que surge a terceira Velha ainda mais feia a requisitar seus direitos. Dirigindo-se ao Rapaz e apontando para a segunda Velha diz: “Ei você! Onde você vai com ela?” (ARISTOPHANES, 2002, v.1065) nisso retorna a primeira Velha e as três discutem para ver que tem direito de ficar primeiro com o rapaz. Na discussão, o que prevalece é uma tendência do interesse individual sobre o coletivo, prevalecendo a artimanha e a malandragem sobre a rigidez das leis. Assim, através de suas personagens, Aristófanes mostra sua criatividade para discutir os mais variados temas, que vão da política às vaidades e necessidades humanas mais elementares, sem perder a comicidade e a profundidade dos temas.

Considerações finais

Aristófanes é um comediógrafo, que faz do teatro cômico uma ferramenta de análise e crítica da sociedade em que vivia. Num tempo marcado pelo florescimento da democracia, da

individualidade e do uso da racionalidade, ele usa o artifício da razão para desenvolver sua arte. É interessante notar que mesmo fazendo duras críticas a forma como os sofistas faziam uso da razão, Aristófanes não é um reacionário, porque como nos mostra Bergson, na terceira seção desse trabalho, o riso é produto da “razão pura”. No entanto, Aristófanes, crítica o uso da razão como técnica para extrair benefícios particulares, sem se preocupar com a justiça social. Além de mostrar-se preocupado com a forma parasitária, em relação ao estado, que muitos cidadãos viviam, faz um alerta sobre aspectos relacionados à individualidade e os riscos de se cair no individualismo.

Além do brilhantismo artístico, os temas abordados fazem com que Aristófanes se mantenha vivo e atual. Basta olharmos para o modo de vida de muitos cidadãos em que a política partidária tornou-se um vício. Ou então ao individualismo e a competição exacerbada na sociedade marcada pela lógica do mercado, em que as pessoas “agem como meras funções do mecanismo econômico” (HORKHEIMER, 1991, p.64). E por fim, o uso da razão como mera técnica, como aponta Theodor W. Adorno são características marcantes da contemporaneidade.

[...] na relação atual com a técnica existe algo de exagerado, irracional, patológico. Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens (ADORNO, 1995, p.132)

Assim, é possível dizer que mesmo aqueles que desconhecem o contexto sobre o qual Aristófanes se refere, irão rir ao relacionar sua abordagem sobre o individualismo, a política e a razão com o contexto contemporâneo. Neste sentido, tomamos por referência as considerações de Bergson (2007), que afirma que rimos da rigidez que se apoderou do indivíduo, de modo que ele age de forma mecânica, descaracterizando-o como ser humano. Portanto, pode-se afirmar que Aristófanes ainda tem contribuições para dar ao desenvolvimento humano, pois o riso que ele nos proporciona possibilita a reflexão sobre vários aspectos de nossas formas de vidas atuais.

18 This time you're on lookout ahead of me, old moldy. You thought you'd strip an unwatched vineyard when I wasn't around, and entice some guy with your singing.

19 How I wish I could sleep with the girl and didn't first have to bang a pug-nose or a crone! This doesn't sit well with a free man."

20 Hey you! Where are you taking this man, in violation of the law? It's he's got to sleep with me first.

Referências

- ARISTÓFANES. **Comédias II**. Tradução Maria de Fátima Sousa e Silva e Carlos Martins de Jesus. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.
- ARISTOPHANES. **Frogs; Assemblywomen; Wealth**. Edited and translated by Jeffrey Henderson. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts London England, 2002.
- ARISTÓFANES. **As nuvens**. Organizador: José Carlos Baracat Junior. Instituto de Letras – UFRGS Cadernos de Tradução, Porto Alegre, nº 32, jan-jun, 2013, p. 1-98. In: https://www.academia.edu/3848185/Aristofanes_As_Nuvens_traducao_e_notas_Cadernos_de_Traducao_32_UFRGS_#1 Acesso em 06/12/2013.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARISTÓFANES. **As Nuvens; Só para mulheres; Um deus chamado dinheiro**. Tradução Mário de Gama Kury. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.
- BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação da comichão**. Tradução Ivone Castilho Beneditte. – 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- HORKHEIMER, Max. **Textos escolhidos. Max Horkheimer; Theodor W. Adorno**. Traduções Zeljko Loparic...[et al.]. – 5 ed. – São Paulo: Nova Cultura, 1991. (Os pensadores; 16)
- JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia: a formação do homem grego**. Tradução Arthur M. Pereira; adaptação do texto para edição brasileira Mônica Stahel M. da Silva; revisão de texto grego Gilson César Cardoso de Souza. – 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- JONES, Peter V. **O mundo de Atenas: uma introdução a cultura clássica ateniense**. Tradução Ana Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KONDER, Leandro. **Filosofia e educação: de Sócrates a Habermas**. – 2.ed. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010.
- MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. Tradução Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- NEVES, Libéria Rodrigues. **O uso dos jogos teatrais na educação: possibilidades diante do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2009.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e religião na Grécia antiga**. Tradução Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006

TEMPORALIDADES DA EXISTÊNCIA: A (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA NA FICÇÃO KUNDERIANA

Rosimara Richard ¹

Raphael Guilherme de Carvalho ²

INTRODUÇÃO

Falar em escrita da história, particularmente de escrita da história em um texto literário, nos constringe a pensar, em nível mais amplo, as relações de apropriação mútua entre história e literatura. Apropriar-se de algo significa, grosso modo, tomar para si o que pertence a outro. Quando a literatura se apropria de um acontecimento histórico, este é chamado de literário, ou ficcional. Quando a história se apropria de um texto literário, busca nele os vestígios para a reconstrução do que poderia ter sido, e acaba por transformar o ficcional em verossímil. Ou seja, o que podia ter sido provê indícios para se narrar o que foi. Desta forma, a história constitui-se pela busca de verdades nalgum grau, por meio de evidências. No dizer de Paul Ricœur, história e literatura concretizam suas intencionalidades particulares, no objetivo comum de refigurar o tempo, “tomando empréstimos das intencionalidades uma da outra” (RICŒUR, 1997: 316).

Na literatura é comum encontrarmos escritores que trazem para suas narrativas histórias passadas, e mesmo que tentem fazer distinção de gênero, categorizando esses textos em romance histórico, memórias, cartas, diários, autobiografias etc. (espécies de literaturas não necessariamente ficcionais). A fronteira entre o que pode ou não ser considerado “real” na maioria das vezes se perde. Uma comparação geralmente é considerada mais em termos de aproximação do que de oposição, pois na essência das duas áreas está a manifestação (narrativa) por meio da linguagem. Mas qual seria então o papel da história, quando essa é encontrada em livros de literatura?

Não é possível responder satisfatoriamente a essa pergunta, nem sequer teríamos tamanha pretensão, sem antes procurar os cruzamentos entre essas duas áreas do saber. Uma leitura da questão em Milan Kundera, tal como se propõe, coloca em evidência níveis de historicidade distintos: nas relações do autor com seu contexto, na apresentação de acontecimentos históricos e nas narrativas de personagens. O repisado terreno das relações entre a história e a literatura continua na ordem do dia. Em 2013, François Hartog se interrogava a respeito de um debate recente sobre “como a literatura escreve a história” (HARTOG, 2013). O historiador e romancista Ivan Jablonka, professor de história na Universidade Paris 13, ainda mais recentemente publicou um livro de título impactante e que vem suscitando discussões³. Cerca de 40 anos após os debates abertos pela

Palavras - chave:
história, literatura, narrativa
kunderiana.

Resumo: O propósito deste trabalho é realizar uma leitura de *O livro do riso e do esquecimento* (primeira parte), do escritor tcheco Milan Kundera, evidenciando como sua escrita ficcional, pela memória, se apropria da história a fim de construir um contexto significativo para testar as possibilidades de seus personagens (egos experimentais), a fim de proporcionar reflexões sobre a própria existência em sua(s) temporalidade(s).

1 Especialização em História, Arte e Cultura na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/UAB). Doutoranda em Literatura do Departamento de Literatura e Práticas Sociais da Universidade de Brasília - UnB. Membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Romance. E-mail: rosi.mara@ibest.com.br

2 Professor-tutor no curso de especialização em História, Arte e Cultura na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/UAB). Doutorando em História no PPGHIS/UFPR. Membro do grupo de pesquisa “História intelectual, história dos intelectuais e historiografia”. Bolsista de doutorado do CNPq. Bolsista CAPES (PDSE).

3 Ver, por exemplo: http://www.liberation.fr/livres/2014/09/10/l-histoire-est-un-roman-vrai_1097584. Acesso em: 22 set. 2014

chamada *linguistic turn* ou três décadas após as respostas no campo da história e da filosofia, com Paul Ricœur, Michel de Certeau, Jacques Rancière ou Jörn Rüsen, Jablonka propõe renovado “manifesto para as ciências sociais”.

Para este autor, a história não é ficção, nem a sociologia é romance, pois tais disciplinas obedecem a exigências metodológicas (neste ponto, então, ele se afasta das discussões pós-modernas). No interior de seus quadros, todavia, nada as impede de se dedicar a uma escrita envolvente, rica em estilo, como “possibilidade de experimentação literária” (JABLONKA, 2014: 249), a serviço mesmo da demonstração científica.

Enfim, a literatura é a musa que conduz o historiador à sensibilidade, à emoção, à intuição, a um sexto sentido (estas qualidades “femininas”) [...]. Esta presciência, ainda que pré-ciência, abre novas pistas de pesquisa ao historiador. A literatura oferece qualquer coisa de estimulante epistemológico. Ela os sensibiliza àquilo que em geral ignoram: o papel do acaso, a ideia de contingência, a dimensão privada dos grandes acontecimentos. A literatura é uma caixa de ferramentas cognitivas de onde se emprestam modelos de historicidade ou de exemplaridade, categorias de percepção do real, filosofias do tempo e formas de interpretação do mundo [...]. Em sua leitura o historiador sorve em fonte de inspiração subterrânea (JABLONKA, 2014: 116).⁴

Por outro lado, a literatura concorre para a inteligibilidade do mundo, nada a ela proíbe de se beneficiar dos conhecimentos elaborados por outras ciências humanas e sociais. Em uma primeira impressão, ainda que essas questões não sejam exatamente novas, a originalidade de sua proposta parece se assentar na capacidade de também a literatura facultar conhecimentos sobre a realidade.

O erro daqueles que excluem a ficção da história é considerar a primeira como meta-realidade e a segunda como um conteúdo, um depósito de fatos. A história é antes de tudo uma forma de pensar, uma aventura intelectual que carece de imaginação arquivística, de originalidade conceitual, de audácia explicativa e imaginação narrativa. Se quisermos compreender as ações humanas, é preciso articu-

lar uma racionalização, isto é, recorrer às ficções do método, ficções controladas e explícitas para as quais não é necessário suspender voluntariamente a incredulidade. Ao mesmo tempo ativadas e neutralizadas pelo pensamento histórico, elementos de uma demonstração, essas ficções concorrem para a produção de saberes (JABLONKA, 2014: 210).⁵

Jablonka cita, inclusive, o próprio Milan Kundera, d'A arte do romance (1986), a fim de exemplificar sua percepção de que a literatura pode transmitir conhecimento através de uma história, que se sabe não ter sido vivida verdadeiramente, mais ainda um conhecimento talvez mais “verdadeiro” (ou sensível) que o da própria história.

Para Kundera, o romance revela a incerteza, a contradição, a ambivalência, a relatividade das coisas humanas, quer dizer, a ausência de verdade definitiva. O suicídio de Anna Karenina ilumina o aspecto imponderável das ações humanas e “Kafka nos diz sobre nossa condição aquilo que nenhuma reflexão sociológica poderia nos dizer” (JABLONKA, 2014: 113).

Paul Ricœur, nos anos 1980, já havia demonstrado que a ficção “imita”, de certa forma, a história. Isso porque, ele pressupõe que contar uma história é contá-la como se ela tivesse se passado. Sua hipótese, mais precisamente, é a de que os eventos narrados pela ficção “são acontecimentos passados para a voz narrativa, que podemos considerar aqui como idêntica ao autor implicado, ou seja, a um disfarce fictício do autor real. Uma voz fala, contando o que para ela ocorreu” (RICŒUR, 1997: 329). Tal reflexão do filósofo se mostra, então, muito pertinente para iluminar nosso caminho a percorrer neste artigo; pois que os “egos experimentais” vivificados pela escrita kunderiana parecem se incorporar ao autor compreendido em seu contexto de produção do texto. Do seguinte modo história e ficção se entrecruzam: na primeira situação, a representância ilustra a passividade de um passado trazido para perto dos olhos do leitor, enquanto no segundo caso os acontecimentos fictícios são fatos passados para

4 As traduções do francês e do espanhol são livres, feitas pelos autores deste artigo. No original, em francês, se encontra: “Enfin, la littérature est cette muse qui apporte à l'historien la sensibilité, l'émotion, l'intuition, un sixième sens (autant des qualités 'féminines'). Cette prescience, même si elle est pré-science, ouvre pour l'historien de nouvelles pistes de recherche. La littérature a quelque chose d'un adjuvant épistémologique. Elle sensibilise les historiens à ce qu'ils ignorent ou méconnaissent : le rôle du hasard, l'idée de contingence, la dimension privée des grands événements. La littérature est une boîte à outils cognitifs où l'on peut emprunter des modèles d'historicité ou d'exemplarité, des catégories de perception du réel, des philosophies du temps et des formes d'interprétation du monde [...]. En lisant, l'historien s'abreuve à une source d'inspiration souterraine”.

5 Cf. o texto original: “L'erreur de ceux qui excluent la fiction de l'histoire est de considérer la première comme un méta-réel et la deuxième comme un contenu, un sac rempli de 'faits'. Or l'histoire est avant tout une manière de penser, une aventure intellectuelle qui a besoin d'imagination archivistique, d'originalité conceptuelle, d'audace explicative, d'inventivité narrative. Si l'on veut comprendre les actions des hommes, il faut mettre en œuvre un raisonnement, c'est à dire recourir à des fictions de méthode, fictions contrôlées et explicites pour lesquelles il n'est pas besoin de suspendre volontairement l'incredulité. À la fois activées et neutralisées par le raisonnement historique, maillons d'une démonstration, ces fictions concourent à la production de connaissances”.

a voz narrativa que se dirige ao leitor (RICŒUR, 1997: 331).

Em Kundera tentaremos identificar os momentos em que a imaginação e a representação tomam a frente e os momentos em que a história viria a contextualizar o tempo e o espaço dos personagens. Esses momentos muitas vezes são distintos e ocupam lugares diferenciados nas narrativas, nas quais temos, além de relatos aparentemente históricos e ficcionais, os de caráter autobiográfico, que se mostram também por meio das posições assumidas pelo autor-narrador-personagem. Desse modo, essas primeiras reflexões – teorizantes – pretendem exercer função heurística ao auxiliar na projeção de hipóteses sobre nosso objeto.⁶

Milan Kundera: um romancista na história

No ano de 1968, em uma conferência realizada no IV Congresso dos Escritores Tchechos, o escritor Milan Kundera profere um discurso de agradecimento:

Os escritores tchecos têm a responsabilidade do ser mesmo de sua nação... porque ao nível da literatura tcheca, de sua grandeza ou pequenez, ânimo ou covardia, provincialismo ou universalismo, depende em grande parte a resposta à questão vital da nação: vale a pena sua existência própria? Vale a pena a existência de sua língua? Estas questões mais fundamentais, constituintes do ser moderno desta nação, esperam sempre, todavia, a contestação definitiva (KUNDERA, 1968: 6 apud SOVAI, 1983: 250).⁷

De acordo com Sovai (1983), este teria sido um acontecimento definitivo e primeira manifestação pública da Primavera de Praga. No livro *Em 68: Paris, Praga e México*, o escritor mexicano Carlos Fuentes diz que os fatos ocorridos nesse período contribuíram para um propósito, o de abrir caminho para a democracia e a crítica social, demonstrando que a Tchecoslováquia estava sentindo necessidade de mudança, colocando em cheque a coesão do bloco soviético. A Primavera de Praga não combatia o sistema comunista, “humanizava-o, democratizava-o e socializava-o” (FUENTES, 2008: 12)

Recentemente, a “Primavera Árabe” revirou

o interesse histórico para os acontecimentos de 1968, em Paris, em Praga e noutras partes do globo (MEDDEB, SÉMELIN: 2012; MARQUES, OLIVEIRA: 2013). A atualidade das discussões em torno da “Primavera de Praga” e seu “socialismo de face humana”, como tentativa singular de conciliação do socialismo e da democracia, também repousa sobre o fato de haver legado uma herança cultural, da qual participa Milan Kundera (RUPNIK, 2008). Um pouco mais além, por ter cruzado fronteiras e sistemas sociais (HOBBSAWM, 1995: 388), seu caráter transoceânico pode tornar a Primavera de Praga objeto privilegiado de estudos sobre as histórias globais.

No pronunciamento que fez naquele ano de 1968, o escritor Milan Kundera aparentemente demonstrava ser a favor da preservação da cultura e de uma identidade tcheca em relação à União Soviética (URSS) e pregava a necessidade de se desenvolver a literatura e a cultura no país em maiores condições de liberdade. Em lugar de criticar as mazelas do regime ditatorial e enumerar seus pontos negativos, propõe interrogar as raízes do nacionalismo e, ao questionar a legitimidade de sua existência como entidade autônoma, coloca em dúvida a importância da cultura e língua tchecas dentro de um contexto mais amplo e universal. Propicia, assim, uma reflexão sobre a falsa aparência, jogando com o futuro do nacional.

Kundera havia iniciado sua escrita em língua materna na década de 1950, quando apresenta uma on-tologia denominada *O homem vasto jardim*, de 1953, depois *O último maio*, publicado em 1955 e, mais tarde, em 1957, apresenta *Monólogos*. De acordo com Sovai, “os líderes da cultura socialista tcheca perceberam logo que o lirismo específico de Kundera não estava isento de perigo”⁸. As poesias do escritor, principalmente as do primeiro e segundo livro, sem dúvida demonstravam a influência de suas vivências durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Tchecoslováquia fora invadida. Marcados pelas experiências do totalitarismo, Kundera se aproximou do marxismo, chegando a ser militante do partido comunista, mas, em 1950, após ser acusado de desenvolver “atividade anti-partido” fora expulso, sendo readmitido em 1956 e expulso, novamente,

6 “Pour Kundera, le roman révèle l'incertitude, la contradiction, l'ambivalence, la relativité des choses humaines, c'est-à-dire l'absence de vérité définitive. Le suicide d'Anna Karénine met en lumière l'aspect acasual, impondérable des actions humaines, et Kafka nous dit sur notre condition ce qu'aucune réflexion sociologique ne pourra nous dire”.

7 No original, lê-se: “Los escritores tchecos tienen la responsabilidad del ser mismo de su nación... porque del nivel de la literatura tcheca, de su grandeza o pequeñez, ánimo o cobardía, provincialismo o universalismo, depende, en gran parte, la respuesta a la cuestión vital de la nación: ¿Vale la pena su existencia propia? ¿Vale la pena la existencia de su lengua? Estas cuestiones más fundamentales, constituyentes del ser moderno de esta nación, esperan siempre, todavía, la contestación definitiva” (SOVAI, 1983: 250).

8 Conforme o original em espanhol: “Los responsables de la cultura socialista checoslovaca se dieron cuenta en seguida de que el lirismo específico de Kundera no estaba desprovisto de peligrosidad (periculosidade)” (SOVAI, 1983: 241)

em 1970. Sua escrita nesse período ainda representava ideologia de esquerda, que fora rejeitada pelo escritor mais tarde, quando este passou a desconsiderar parte de sua obra.

Os anos 60 foram entremeados de grandes debates teóricos no âmbito das ciências humanas com o auge da chamada “crise do paradigma marxista”, além do declínio do estruturalismo. Após a morte de Lênin, surgiram muitas denúncias dos opositores do regime que se instalou na URSS, o mundo era assombrado por notícias de Moscou, devido aos “expurgos stalinistas” e os antigos líderes da revolução eram perseguidos com “mão de ferro”. Tudo isto serviu para que profundos questionamentos se estabelecessem em nível mundial⁹.

Segundo Broué (1979), no livro *A primavera dos povos começa em Praga* – publicado em 1969, na França –, em janeiro de 1968, após sentirem-se afrontados por uma população que contestava, discutia e criticava as razões de uma política que tem suas decisões ditadas por Moscou, o governo se volta contra

[...] os meios de informação, contra a imprensa, escrita ou falada, os jornais, o rádio e a televisão (durante alguns meses o mais rico e livre dos mundos) e, claro, contra os homens que haviam ajudado a conquistar essa liberdade: escritores, jornalistas, todos aqueles que, a partir de janeiro de 1968 haviam começado, carregados nos ombros de todo um povo, a exercer honestamente sua profissão, a simplesmente dizer verdades e exprimir do melhor modo possível os sentimentos e aspirações da maioria dos homens e mulheres, dos trabalhadores e da juventude da Tcheco-Eslováquia”. (BROUÉ, 1979: 8)

Um dos críticos mais conhecidos da obra kunderiana, François Ricard (2001) afirma que nos anos 60 os tchecos viviam e pensavam com mais liberdade, o que se refletiu no campo da cultura, na qual se percebeu inúmeras realizações. Kundera participava ativamente desse contexto, escrevia para revistas e falava abertamente de suas constatações. Nesse período, ele trabalhava como professor universitário, quando inicia suas reflexões sobre o processo de criação do romance e acaba por escrever um de seus mais importantes trabalhos, *A arte do romance* (1960), ensaio no qual analisa mais detidamente a obra do escritor Vladislav Vancura, muito admirado por ele. Este livro foi considerado muito importante para o domínio da

literatura tcheca. O mesmo livro foi publicado no formato que conhecemos hoje somente em 1986, na França, após alguns desenvolvimentos. Kundera também escreveu *Testamentos traídos* (1993), *A cortina* (2005) e *Um encontro* (2009), todos ensaios críticos, uma vez que além de literato Kundera também é crítico literário. Nesses livros, ele analisa obras de grandes escritores da literatura mundial.

Ele é igualmente autor de: *A brincadeira* (1967), *Risíveis amores* (1963 e 1970), *A vida está em outro lugar* (1973) e *A valsa dos adeuses* (1976), que fazem parte da primeira fase de sua produção, seguidos pelos livros da segunda fase: *O livro do riso e do esquecimento* (1978), *A insustentável leveza do ser* (1983) e *A imortalidade* (1990), publicados quando o autor já morava na França. Isto porque em 1975, Kundera teve a cidadania tcheca cassada e tendo a publicação de seus livros proibida na Tchecoslováquia, exilou-se na França, tornando-se cidadão francês nos anos 1980. Em exílio passou a escrever e publicar em língua francesa, livros que enquadrados em uma terceira fase de produção do escritor: *A lentidão* (1995), *A identidade* (1997), *A ignorância* (2000) e o mais recente *A festa da insignificância* (2014)¹⁰.

Na França, Kundera já não sente tanto o peso das pressões políticas, embora todos os seus livros continuem a tratar de contextos políticos, como situação existencial, possibilitando reflexões conjunturais. Se nos olharmos retrospectivamente desde os anos 1950, perceberemos então que mais de seis décadas perpassam os escritos kunderianos, e a história sempre penetra o texto em conflitos temporais. Sua produção literária foi fundamentalmente construída durante o período de passagem para a chamada pós-modernidade, após a falência dos grandes paradigmas, caracterizando-se, portanto, a partir de dois modos de pensamento, na fronteira entre o moderno (suas utopias) e o pós-moderno (sua desconstrução). Kundera, como um homem de seu tempo, ativo entre as questões subjetivas e políticas de seus coetâneos, não poderia deixar escapar essa constatação, conforme afirma Sovai,

9 A respeito do contexto de críticas do totalitarismo nos anos 1970, sobretudo após a recepção d'*O Arquipélago Goulag*, de Alexander Soljenitsin, na França, ver CHRISTOFFERSON, Michael-Scott. *Les intellectuels contre la gauche*. L'idéologie antitotalitaire en France (1968-1981). Marseille, Agone, coll. « Contre-feux », 2009.

10 Na “*Œuvre*” de Milan Kundera, reunida em 2011, pela editora Gallimard, François Ricard, prefaciador, diz que não se consegue exatidão sobre as datas de publicação dos primeiros livros do escritor porque foram escritos durante o período da Invasão Russa, quando foram proibidos por apresentarem um pensamento considerado de esquerda, e também porque o autor tem costume de reescrever seus textos já publicados, muitas vezes em revistas.

O homem-escritor deve ser antes de tudo um descritor do caminho escolhido por sua imaginação em busca do sentido das coisas, sentido que se descobre ou encobre por meio das palavras que são inventadas por ele que as oferece a realidade transmissível. Há muitos sentidos no/do mundo: convencionais, usuais, rituais, pragmáticos, impostos etc.; todos pressupõem algumas crenças, subtraídas – intencionalmente ou não – da interrogação. Com as palavras ditas, com a seriedade de uma profecia, recolhidas do tempo que não volta e lhes imprime a marca do ser, não podem voltar atrás do que foi dito sem colocar em questão muito mais que o homem-escritor: a escritura (-humanidade) mesma.¹¹

As colocações de Sovai (1983) nos fazem pensar na hipótese de a literatura de Milan Kundera ser considerada romance-ensaio. Isto porque, como já dissemos, a narrativa sempre dá lugar a considerações sobre a existência humana, possibilitando as relações entre o mundo pessoal e coletivo, um dos valores mais caros ao gênero (MACÉ, 2006: 42-52). Mas, seus livros carecem de enredo, pois é o enredo que abre espaço às reflexões, fazendo com que o autor adentre diferentes áreas do saber para pensar um mundo ambíguo em suas diferentes formas, local em que não há uma verdade única, mas centenas de verdades relativas partilhadas entre os homens.

Em *A cortina* (2006), Kundera diz que é possível se adquirir conhecimento sobre uma dada situação social a partir dos relatos encontrados em um romance, mais do que a partir de fatos descritos pela história. Ao falar da história, Kundera salienta o que denomina “consciência da continuidade histórica”, como sinais que distinguem o homem pertencente a uma determinada civilização. Na condição de estudioso do romance, acredita que a consciência histórica é inerente à nossa percepção de arte e interfere nela, por trazer em si a premissa da continuidade: “a história de uma arte não tem sentido em si mesma, ela faz parte da história de uma sociedade, do mesmo modo que a história das roupas, dos rituais funerários e matrimoniais, dos esportes, das festas” (KUNDERA, 2006: 12).

Segundo Wilton Barroso, em seus romances “o autor busca revelar detalhes que foram esquecidos pelos historiadores oficiais, detalhes que, para ele, só podem ser revelados pela narrativa romanesca” (2008: 4). A história, de acordo com Kundera,

homogeneiza os relatos, criando para si uma única versão dos fatos, dada como verdade. Isso traz para o âmbito da literatura muitas questões caras sobre conhecimento, verdade, razão, conceito, universalização, entre outros. Em sua narrativa, ao fazer a descrição dos acontecimentos ao longo da história de seu país, o escritor afirma que se redigisse suas lembranças daquele tempo, o resultado seria pobre e permeado de erros e mentiras involuntárias, contudo,

Não era o conhecimento dos fatos históricos que me faltava. Eu carecia de outro conhecimento, aquele que, como teria dito Flaubert, adentra a alma de uma situação histórica e apreende o seu conteúdo humano. Talvez um romance, um grande romance, tivesse podido me fazer compreender como os tchecos de então teriam vivido sua decisão. Ora, esse romance não foi escrito. Existem casos em que a ausência de um romance é irremediável (KUNDERA, 2006: 145-146).

Por isso, em um romance kunderiano não cabe o peso da “verdade” (no sentido amplo da “cultura histórica”) pretendida pela história geralmente praticada até então, mas a leveza do que se pode tirar daí para se alcançar aquilo que Kundera denomina de “conteúdo humano”, que seria compreender como o homem, “jogado” no contexto histórico, percebe os acontecimentos e apreende o seu sentido, ou seu significado. De acordo com ele,

Contra nosso mundo real, que por natureza é fugaz e digno de esquecimento, as obras de arte se apresentam como outro mundo, um mundo ideal, sólido, em que cada detalhe tem sua importância, seu sentido, em que tudo que ali se encontra, cada palavra, cada frase, merece ser inesquecível e foi concebido como tal. (KUNDERA, 2006: 139)

A literatura de Kundera faz parte da grande cultura da Europa-central, busca profundidade nas discussões que versem sobre o homem, pensando e repensando suas contradições, uma vez que o homem e o mundo estão diretamente ligados; o mundo faz parte do homem, então, se ele muda, a existência muda também. A literatura pressupõe a ação de um sujeito autor que possui liberdade para criar e faz isso com a arma que tem: sua subjetividade. O próprio Kundera (1986) propõe que para

11 Cf. o texto originalmente em espanhol: “El hombre-escritor debe ser ante todo descriptor del camino recorrido por su imaginación en busca del sentido de las cosas, sentido que se descubre o encubre a través de las palabras que lo inventan otorgándole la realidad transmissible. Hay muchos sentidos e el/del mundo: convencionales, usuales, rituales, pragmáticos, impuestos etc.; todos presuponen, necesitan unas creencias, sustraídas – a sabiendas o no – a la interrogación. Con las palabras que se dicen, con la seriedad de una profecía, recogidas en el tiempo que no vuelve y les da el imprimatur del ser, no pueden desdecirse sin poner en cuestión mucho más que el hombre-escritor: la escritura (-humanidad) misma.” (SOVAI, 1983: 242)

compreender seus romances não há necessidade de se conhecer a história, propriamente dita, o que é necessário saber o próprio romance já diz.

A escritura kunderiana e a (re)escrita da história

Milan Kundera é conhecido por trazer para as suas narrativas acontecimentos aparentemente “reais” da história de seu país natal: a antiga Tchecoslováquia. Esses acontecimentos, contudo, se fundem a narrativas ficcionais e não apenas as “ilustram”, mas lhes fornecem um significado. Como já dissemos, *O livro do riso e do esquecimento* foi publicado em 1978 e é um dos mais importantes no conjunto de sua obra, inaugurando a segunda fase de composição, escrito em solo francês, após o escritor haver deixado seu país em exílio.

Segundo Banerjee (1993), importante estudiosa da obra kunderiana, o primeiro livro que Kundera escreveu em exílio, *O livro do riso e do esquecimento* demonstra uma mudança dramática de perspectiva, se comparado aos trabalhos anteriores, pois apresenta uma narrativa muito pessoal e bastante hermética, na qual a memória toma a vez. A distância imposta ao escritor faz com que ele crie no livro uma tensão que elimina a fronteira entre sonho e realidade, acabando por embaralhar o tempo. De acordo com ela, “Kundera sabe como o futuro devora impiedosamente o presente, segundo o tempo sequencial que a Europa senil conservou, enquanto apenas a atemporalidade é real”.¹²

Neste livro o escritor reforça a ideia de que a memória de um povo é a luta frágil e silenciosa contra o esquecimento. O ‘ser’ é constituído pela soma de suas memórias, sem elas todas as suas referências são perdidas. Ora, o esquecimento é prática bastante difundida por regimes totalitários, como o estabelecido na Tchecoslováquia, que serviu de parâmetro para que Kundera refletisse essa situação.

O livro do riso e do esquecimento contém seis narrativas aparentemente independentes, com personagens distintos, à exceção da quarta (*As cartas perdidas*) e sexta (*Os anjos*) partes, que narram a história da personagem Tamina: “É um romance a respeito de Tamina e, no momento em que ela sai de cena, é um romance para Tamina” (1978: 156-157). Este livro, como a maioria das obras do autor, é composto a partir da técnica das variações, na qual os temas centrais, no caso a memória e o esquecimento, são refletidos de maneira elíptica dentro de um processo

de retomada.

Mesmo o livro sendo composto de narrativas distintas, e sendo a história de Tamina central, as outras narrativas são importantes na medida em que vão fornecendo significados às discussões que giram em torno da história dessa protagonista. Por mais que as partes/histórias se apresentem como independentes, elas possuem uma dependência mais do que profunda, de sentido. Nas outras cinco histórias do livro, os personagens são colocados para desvendar os enigmas de sua existência a partir de um mesmo eixo epistemológico: a memória.

Os acontecimentos históricos ora merecem um lugar especial e separado na narrativa, ora estão literalmente embrenhados ao que poderíamos tomar como ficção, a exemplo da primeira parte (*As cartas perdidas*), que narra a história de Mirek, “um velho comunista dissidente”, a qual optamos por analisar mais detidamente, por acreditarmos que a partir dela já é possível compreender o que estamos tentando mostrar nesse artigo, ou seja, que Milan Kundera, em sua escrita ficcional, se apropria da história para construir um contexto significativo e testar as possibilidades de seus personagens (egos experimentais), proporcionando com isso reflexões sobre a própria existência.

O personagem Mirek é localizado pelo escritor em Praga, no ano de 1971, e sua história se passa entre o momento que deixa sua casa, rumo à casa de Zedna (uma amante do passado, com quem tivera, vinte e cinco anos antes, uma relação amorosa), para buscar algumas cartas que havia escrito a ela no momento de euforia e paixão desmedida, até seu retorno, quando tem seus objetos apreendidos e é levado à prisão, junto com seu filho. Ainda no início da narrativa, Mirek toma consciência de que precisa se livrar de alguns escritos comprometedores: diários, correspondências e atas das reuniões que realizou junto a seus amigos para falarem sobre a situação do Estado. Ele sabe que guardando esses documentos está sendo imprudente e correndo riscos, que “a constituição, é verdade, garante a liberdade de palavra, mas as leis punem tudo o que pode ser qualificado de atentado a segurança do Estado” (1978: 8).

Ele procura um conhecido seu, mecânico, para ajudá-lo com seu carro e no caminho para oficina dá de encontro a uma grande cerca com uma barreira móvel, vigiada por uma mulher. Ela se recusa a abrir essa barreira, pois o considera um inimigo do sistema. No passado, Mirek havia alcançado o sucesso como um intelectual e importante representante do

Estado. Antes da chegada dos russos ele aparecia nas telas de televisão, tornando-se uma celebridade, até que se recusou a negar suas convicções, fora destituído de seu cargo e os russos passaram a persegui-lo.

Aquela mulher, mesmo sendo aliada ao partido ainda exercia a mera função de guarda, é a representação das pessoas que ficaram felizes com a mudança de sistema para o comunismo, apenas porque viram que poderiam tirar vantagens. O narrador informa que ela viu que com facilidade as pessoas que estavam acima dela perdiam cargos, respeito, e eram punidas e subjugadas; ela se satisfazia ao denunciar, comportamento esse que é incentivado por regimes totalitários, uma vez que o ato de denunciar confere prêmios e vantagens, como uma ascensão no trabalho por exemplo. No caso dessa mulher fica claro que isso não seria possível, já que ela não poderia assumir outro cargo por não ter a mínima instrução.

A vigilância por ela exercida, apesar de parecer não ter tanta importância, se analisada como parte de um sistema maior, no qual o Estado é que recompensa e estimula, aparece como uma grave situação, que incentiva a vigilância de uns sobre os outros e tolhe a liberdade de toda uma população, de todo um país. Mirek está convencido de que sempre fora vigiado e embora antes não visse seus vigias, quando começa a vê-los, claramente percebe um aviso,

Ele olha pelo retrovisor e percebe que um carro de turismo, sempre o mesmo, vem atrás dele. Nunca duvidou que fosse seguido, mas até agora eles agiram com discrição exemplar. Hoje aconteceu uma mudança radical: querem que ele perceba a presença deles. (KUNDERA, 1978: 9-10)

A consciência de que um sistema político opressor tira a liberdade das pessoas também é partilhada por seus pares. Todos se sentem observados e por isso evitam fazer coisas que gerem punições, ou tentam fazê-las às escondidas. A figura do mecânico amigo de Mirek exemplifica isso, ele também se sente vigiado e em sua fala deixa claro que a espionagem é desagradável como vômito, em alguma medida inevitável também:

– Na Praça São Venceslau, em Praga, um sujeito está vomitando. Um outro sujeito passa diante dele, olha-o com tristeza e balança a cabeça: Se você soubesse como eu o compreendo [...]. (KUNDERA, 1978: 9-10)

Esse início é o caminho que levou Mirek a sua antiga amante, Zedna. Em um passado distante eles viveram um romance, que ficara registrado nas muitas cartas (mais de 100) que ele havia escrito, demonstrando todo o seu amor. Ela, que ainda era representante do partido comunista, sempre fora “fiel ao jardim onde cantam os rouxinóis. Nesses últimos tempos, ela fazia parte do dois por cento da nação que acolheram com alegria a chegada dos tanques russos” (KUNDERA, 1978: 15). Mirek é colocado na posição dos que haviam percebido o equívoco mais tarde, e o fato de agora não gostar de Zedna seria por ela trazer em si a representação dessa época de sua juventude, de sua imaturidade. Ela lembrava a Mirek sua juventude de engano, agora detestada, de um período em que uma parte considerável da população ainda via o comunismo com bons olhos,

Em 1939, o exército alemão entrou na Boêmia, e o Estado dos tchecos deixou de existir. Em 1945, o exército russo entrou na Boêmia, e o país foi mais uma vez chamado de república independente. As pessoas ficaram entusiasmadas com a Rússia, que expulsara os alemães, e como viam no partido comunista tcheco seu braço fiel, transferiram para ele suas simpatias. Com isso, quando os comunistas de apossaram do poder em 1948, não o fizeram nem de modo cruento nem pela violência, mas sim saudados pelo alegre clamor de cerca da metade do país. (KUNDERA, 1978: 12, grifo nosso)

Segundo Kundera, antes, metade da população dava gritos de alegria com a chegada dos russos ao país, pois os comunistas propunham um plano grandioso, “um mundo novo em que todos encontrariam seu lugar” (KUNDERA, 1978: 10-12). Ideia atraente para substituir um capitalismo gasto, que gerava desigualdades, mas que com o tempo foi se dissipando, quando as pessoas começaram a tomar consciência da realidade que embalava o discurso apaziguador. Quando fala desse sonho de mudança, Kundera usa o termo *idílio* e ressalta a esperança das pessoas de ter o país transformado em um “jardim onde cantam os rouxinóis”¹³, em um local romântico descolado da realidade desigual e agradável para todos. Essa condição de igualdade, nas falas do narrador, é metaforicamente expressa pela “nota de uma sublime fuga de Bach”, contudo,

[...] quem não quer ser uma nota torna-se um ponto negro inútil e destituído de sentido; que basta apanhar e esmagar sob a unha como uma pulga. Há pessoas que logo compreenderam que não tinham

13 *Rouxinóis* é um termo que foi, ao longo do tempo, assumindo muitas conotações simbólicas, sendo muito utilizado pelos românticos como símbolo dos poetas, para quem o canto do rouxinol foi associado a um lamento.

o temperamento necessário para o idílio e quiseram partir para o estrangeiro. Mas como o idílio é essencialmente um mundo para todos, aqueles que queriam emigrar se revelaram negadores do idílio, e em vez de irem para o estrangeiro foram para trás das grades. (KUNDERA, 1978: 10-12)

Com o passar do tempo, o idílio se mostrou falso, percebeu-se que ser igual não era aproximar todos das mesmas condições, pelo contrário, era separar claramente o governo da maior parte da população e cerceá-la. Aqueles que não se encaixavam devidamente nessas regras eram “esmagados”. E uma das questões cara ao próprio escritor, presente na narrativa, é o impedimento causado aos intelectuais nesse período, que na maioria das vezes eram silenciados, tendo seus livros proibidos, seus empregos tomados e sua vida revirada, sendo assim, transformados em nada. Calando suas vozes, retiravam também sua influência e os impediam de ser ouvidos. “Esmagar” em sentido metafórico, ou analógico, sugere, além do silenciamento, a tortura, as prisões, o desaparecimento e, claro, a morte. As grandes notas da perfeição se comprazem ignorando essas perdas humanas, mantendo e repetindo sua sinfonia de normas, ideologias e de história recortada de histórias menores.

Essa tomada de consciência, incentivada pela intelectualidade tcheca, deu no que se convencionou chamar de Primavera de Praga. Segundo Kundera, esse acontecimento “não foi como nos moldes antigos, um grupo de homens (uma classe, um povo) que se insurgiu contra um outro, mas homens (uma geração de homens e mulheres) que se rebelaram contra sua própria juventude” (1978: 17). Quando traz os acontecimentos da Primavera de Praga para sua narrativa, o escritor o faz com a intenção de criar para seus personagens uma situação existencial, que possa proporcionar uma reflexão, isso é certo, mas também – não se pode desprezar – com a intenção de mostrar o quão marcante foi este acontecimento na história recente de seu país.¹⁴

Ao rever Mirek, Zedna, na intenção de ajudar, pede a ele que reconsidere, que deixe seu emprego de operário e aceite as condições do partido e em troca, metamorfoseado em sombra, eles (os que ocupavam postos importantes no partido) o deixariam viver. Mas ele não aceita e volta para a casa e para seu fim anunciado. Ao chegar a casa se depara

com homens do Estado que traziam em mãos um mandado do procurador dando a eles o direito de vasculhar seu apartamento em busca de encontrar objetos, cartas, documentos, enfim, tudo que considerassem contrário à constituição. Mirek teve que assinar a lista dos objetos apreendidos e seguir os representantes do Estado, junto a seu filho, rumo à prisão. Após o processo, ambos foram condenados: ele, a seis anos e seu filho, a dois anos de prisão.

Reforçamos, aqui, que Kundera se utiliza da técnica das variações, o que nos possibilita pensar o caso de Mirek e construir um sentido para sua história a partir de um acontecimento aparentemente histórico, apresentado por Kundera no início dessa primeira parte do romance, que citamos a seguir:

1

Em fevereiro de 1948, o dirigente comunista Klement Gottwald postou-se na sacada de um palácio barroco de Praga para discursar longamente para centenas de milhares de cidadãos concentrados na praça da Cidade Velha. Foi um grande marco na história da Boêmia. Um momento fatídico que ocorre uma ou duas vezes por milênio.

Gottwald estava cercado por seus camaradas, e a seu lado, bem perto, encontrava-se Clementis. Nevava, fazia frio e Gottwald estava com a cabeça descoberta. Clementis, cheio de solicitude, tirou seu gorro de pele e colocou-o na cabeça de Gottwald.

O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares de exemplares da fotografia da sacada de onde Gottwald, com o gorro de pele e cercado por seus camaradas, falou ao povo. Foi nessa sacada que começou a história da Boêmia comunista. Todas as crianças conheciam essa fotografia por a terem visto em cartazes, em manuais ou nos museus.

Quatro anos mais tarde, Clementis foi acusado de traição e enforcado. O departamento de propaganda imediatamente fez com que ele desaparecesse da História e, claro, de todas as fotografias. Desde então Gottwald está sozinho na sacada. No lugar em que estava Clementis não há mais nada a não ser a parede vazia do palácio. De Clementis, só restou o gorro de pele na cabeça de Gottwald. (KUNDERA, 1978: 7)

Podemos dizer que Mirek, assim como Clementis, quase é apagado da memória e, conseqüentemente, da história. Dizemos ‘quase’ porque, assim como o gorro permaneceu na cabeça de Gottwald, mesmo após Clementis ter sido enforcado, Mirek, ainda que tentando modificar sua biografia, acaba permanecendo como sujeito-destinatário nas cartas de Zedna. No caso da foto de Gottwald – com o

14 Neste ponto cumpre lembrar, em apoio à nossa meta de apreensão da obra a partir de seu texto e também em seu contexto, as reflexões teóricas de Antoine Compagnon, para quem deve haver equilíbrio entre as concepções contextualistas e antiintencionalistas: “Nem as palavras sobre a página nem as intenções do autor possuem a chave da significação de uma obra e nenhuma interpretação satisfatória jamais se limitou à procura do sentido de umas ou de outras” (COMAPGNON, 1999: 96).

gorro vermelho na cabeça, mas sem a presença de Clementis –, temos uma imagem passada a todos como a verdade, contudo, essa verdade é recortada, manipulada, “quase” falsa. De certo modo, Mirek também é o gorro vermelho que evidencia algo que já não pode ser visto ou sabido. Ele luta para viver seu trágico destino (pelo qual é apaixonado), luta por sua ideologia e, mais do que isso, tem intenção de deixar os vestígios de si para posteridade, os preciosos e perigosos documentos que comprovam o seu engajamento político. Ivanova coloca que *O livro do riso e do esquecimento* traz em sua narrativa alguns acontecimentos e personagens esquecidos pela história. Ainda assim, o romance se apresenta, dessa forma, como “a exploração de possibilidades históricas que a historiografia omite de seu discurso”.¹⁵

Apesar de tudo, a história de Mirek se mostra crucial, por estar amparada em um momento importante da história do povo tcheco, uma vez que o romance transita de uma história social mais ampla a uma particular e restrita: é a história de uma vida, apenas; a história de sua (in)significante vida. Ivanova afirma que:

O esquecimento desejado por Mirek é o aspecto privado da perda da memória que ocorreu durante o período comunista. O aspecto público é ilustrado pelo caso de Gottwald. Ele serve como exemplo de esquecimento de um personagem histórico organizado pelo governo. O aspecto público do tema é inseparável do aspecto privado.¹⁶

A ironia – ou o riso, mecanismo muito utilizado por Kundera – estaria, talvez, no fato de Mirek se encontrar envolto em uma situação social que o oprime e ter consciência de seu fim e, mesmo assim, sua maior preocupação não ser a de se livrar daquilo que poderia ser um motivo para sua morte. Ele se preocupa, antes de tudo, com o que os outros iriam pensar quando soubessem que ele havia tido um caso com uma mulher feia e, por isso, resolve se livrar dos indícios de sua aventura amorosa antes de tentar achar um meio de salvar sua própria vida.

Estas razões nos fazem considerar que “o esquecimento, antes de ser um problema político, é [...] um problema antropológico”, como aparece no livro *A Arte do romance* (1986), no qual o próprio

Kundera se volta para a narrativa de Mirek para definir a palavra *esquecimento*:

“A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”. Esta frase de *O livro do riso e do esquecimento*, pronunciada por um personagem, Mirek, é frequentemente citada como a mensagem do romance. É que o leitor reconhece em um romance, de início, o “já conhecido”. O “já conhecido” deste romance é o famoso lema de Orwell: o esquecimento imposto por um poder totalitário. Mas a originalidade do relato de Mirek eu vi inteiramente sob outro aspecto. Esse Mirek que, com todas as suas forças, se defende para que não o esqueçam (ele e seus amigos e seu combate político) faz ao mesmo tempo o impossível para fazer esquecer a outra (sua ex-namorada de quem se envergonha). [...] desde sempre, o homem conhece o desejo de reescrever sua própria biografia, de mudar o passado, de apagar os vestígios, os seus e os dos outros. O querer do esquecimento está longe de ser uma simples tentação de enganar. (...) O esquecimento: ao mesmo tempo injustiça absoluta e consolação absoluta. (1986: 114, grifo nosso)

Além disso, Kundera diz que, do ponto de vista da escrita romanesca, “o tema do esquecimento é sem fim e sem conclusões” (1986: 114).

Considerações finais

Esta reflexão última de Milan Kundera evidencia toda a dificuldade imanente ao ato de concluir um texto (romanesco ou histórico). Dado ao público, sua recepção se transforma sucessivamente, seu sentido – felizmente – permanece aberto à discussão.

O romance, enquanto arte, sabe-se, não tem qualquer compromisso com a verdade objetiva. Isso confere a ele infinitas possibilidade de falar sobre uma mesma coisa, sem ter que fechar um sentido, ou uma conclusão. Mas também a história, que já há muito se pretendeu o lugar da objetividade, da separação entre sujeito e objeto, do distanciamento dos objetos de pesquisa no tempo, hoje se dobra à reflexividade – sem necessariamente nutrir algum desprezo pela verdade, vista como relacional.

As temporalidades históricas são vistas de forma sofisticada, a ponto de colocar em xeque (por ortodoxo) o anacronismo como “pecado imperdo-

15 No original: “l’exploration de possibles historiques que l’historiographie omet de son discours” (IVANOVA, 2010: 79). Somente a partir destes mesmos anos 70 ocorreria emergência da chamada “nova história”, que começou a dar atenção ao cotidiano, às culturas populares e aos indivíduos.

16 Em francês: “L’oubli désiré par Mirek est l’aspect privé de la perte de mémoire générale survenue pendant la période communiste. Son aspect public est illustré par le cas de Gottwald. Ce dernier sert d’exemple de l’oubli d’un personnage historique organisé par le pouvoir. L’aspect public du thème est inséparable de l’aspect privé.” (IVANOVA, 2010: 75).

ável” dos historiadores. Uma historicidade aberta deveria ser, ao contrário, ponto de partida e de possibilidade de toda história (RANCIÈRE, 1996: 68), repensada, então, em favor do reconhecimento da alteridade do passado e da concorrência de temporalidades (DELACROIX; DOSSE; GARCIA: 2009). Dá-se por estabelecida, então, a “subjatividade” do historiador, situada sua produção entre motivações existenciais e posicionamentos públicos.

Compete, enfim, relembrar as reflexões iniciais, fortemente inspiradas nas complexas intrigas de Paul Ricœur, sobre o entrecruzamento da história e da ficção, em seus objetivos, tanto comuns quanto particulares, de refiguração das ações temporais. Então, à ficção, em relação à história, e mesmo à história em relação à ficção, caberiam a função de libertar possibilidades ocultas no passado efetivo (RICŒUR, 1997: 331).

Nada mais sintonizado com a literatura de um escritor engajado na denúncia do totalitarismo e na escrita de uma outra história, sensível e extremamente humana, situada em tênue equilíbrio entre a dimensão coletiva da memória e a experiência vivida em seus personagens (enquanto egos experimentais de indivíduos possíveis).

Referências

- BANERJEE, Maria Nemcova. **Paradoxes terminaux**: les romans de Milan Kundera. Paris: Gallimard, 1993.
- BANTIGNY, Ludivine. Historicités du 20^e siècle: Quelques jalons sur une notion. **Vingtième Siècle Revue d'histoire**, n. 117, 2013/1. Spécial : Historicités du 20^e siècle: coexistence et concurrence des temps.
- BARROSO, Wilton. **A voz filosófica do narrador kunderiano**. Congresso Internacional ABRALIC: USP, 2008.
- CHRISTOFFERSON, Michael-Scott. **Les intellectuels contre la gauche**. L'idéologie antitotalitaire en France (1968-1981). Marseille, Agone, coll. «Contre-feux», 2009.
- DELACROIX, C; DOSSE, F.; GARCIA, P. (Dir.) **Historicités**. Paris: La Découverte, 2009.
- FUENTES, Carlos. **Em 68**: Paris, Praga e México. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- HARTOG, François. Ce que la littérature fait de l'histoire et à l'histoire, **Fabula / Les colloques, Littérature et histoire en débats**. Disponível em: <http://www.fabula.org/colloques/document2088.php>. Acesso: 03 nov. 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1989). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IVANOVA, Velichka. **Fiction, utopie, histoire - essai sur Philip Roth et Milan Kundera**. Paris : L'Harmattan, 2010.
- JABLONKA, Ivan. **L'histoire est une littérature contemporaine**: manifeste pour les sciences sociales. Paris: Éditions du Seuil, 2014 (La Librairie du XXI^e Siècle).
- KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.
- _____. **A arte do Romance**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da. e Mourão, Vera.
- _____. **Testamentos traídos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.
- _____. **A cortina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.
- MEDDEB, Abdelwahab; Semelin, Jacques. **De Prague à Tunis, de 1989 à 2011, le rôle de la résistance civile (entretiens)**. Études, 2012/1 (tome 416), p. 7-22.
- MARQUES, T.; OLIVEIRA, A. **De Praga ao Mundo Árabe : uma análise comparada de primaveras políticas**. Revista Conjuntura Austral, vol. 4, n. 17, abr./mai. 2013, p. 115-129.
- MACÉ, Marielle. **Le temps de l'essai : histoire d'un genre en France au XX^e siècle**. Paris : Éditions Belin, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. Le concept d'anachronisme et

la vérité de l'historien. **L'Inactuel**, Paris, n. 6, Calmann-Lévy, 1996, p.53-68.

RICARD, François. **Biographie de l'oeuvre** – *Risibles Amours Préhistoire tchèque* (I): L'âge lyrique. In. *Œuvre V. I.* Paris, França: Ed. Gallimard, 2011.

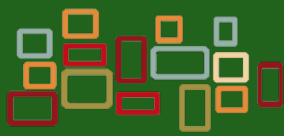
RICŒUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas, SP : Papirus, 1997.

RUPNIK, Jacques. **Les deux printemps de 1968**. *Études* 2008/5 (tome 408), p. 585-592.

RÜSEN, Jörn. **Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história**. In: SALOMON, Marlon (Org.) *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

SOVAI, K. **Momento ontológico de Milan Kundera**. *Revista Bimestral de Investigação e Cultura Convivium*. São Paulo: Editora Convivio, Ano XXII, v. 8, Julho e Agosto de 1983.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



Ateliê de História

Projeto

Palavras - chave:
história, literatura, narrativa
kunderiana.

Resumo: O propósito deste trabalho é realizar uma leitura de *O livro do riso e do esquecimento* (primeira parte), do escritor tcheco Milan Kundera, evidenciando como sua escrita ficcional, pela memória, se apropria da história a fim de construir um contexto significativo para testar as possibilidades de seus personagens (egos experimentais), a fim de proporcionar reflexões sobre a própria existência em sua(s) temporalidade(s).

FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS: A HISTORICIDADE DA RELAÇÃO ENTRE HOMENS E ANIMAIS AO SEGUIR O MATADOURO MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

Lucas Erichsen da Rocha ¹
Alessandra Izabel de Carvalho ²

INTRODUÇÃO

No campo historiográfico, a História Ambiental é uma área extremamente nova. Antes disso, em meados do século XIX, já se falava de História Natural, mas não como concebemos hoje a História Ambiental, a saber, em articulação com o conceito antropológico de cultura. A emergência da História Ambiental nos remete à década de 1970, nos Estados Unidos com os estudos de Roderick Nash, autor de *Wilderness and The American Mind*, e na França com os historiadores ligados ao *Annales*, especialmente em torno da revista *Histoire et Environnement*, dedicada à história da relação do homem com o meio ambiente. Ambos os exemplos citados realizam suas primeiras pesquisas em sintonia com as manifestações populares (contracultura) de preocupação com o meio ambiente, com a crise dos principais paradigmas científicos, mudanças epistemologias e com a intensificação do debate político sobre as questões ecológicas. Atualmente, a produção em História Ambiental vem crescendo progressivamente e ganhando espaço cada vez mais maior em congressos, eventos, ou seja, no meio acadêmico. Direta ou indiretamente, essa dinâmica faz parte dos atuais operadores na construção da singularidade de cada habitante do mundo atual.

Fazer História Ambiental tem muito a ver com uma nova forma de promover estudos não só interdisciplinares, mas com um potencial como a proposta de religação dos saberes própria de uma epistemologia da complexidade (MORIN, 2002) que objetiva também (re) produzir um sentido para boa parte da produção científica e intelectual contemporânea. Uma nova epistemologia que a História Ambiental já se propõe a pensar marcada por três mudanças principais. As quais podemos enumerar da seguinte forma:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural (...); 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo. (Pádua, 2010, p. 83.)

São novas formas de representar o mundo, novas produções de sentidos identidades e subjetividades. Um contexto que demanda dos historiadores novos esforços no sentido de contribuir para repensar nossas relações com a natureza, a começar pelo questionamento das fronteiras entre os mundos natural e cultural, e conseqüentemente, produzir novos sentidos para uma aparente amalgama do pensamento atual.

A cidade de Ponta Grossa, situada na região dos Campos Gerais do Paraná, possui um histórico ambiental muito problemático, seja do ponto de vista do meio ambiente, do social ou do subjetivo, com discussões recorrentes.

¹ Mestrando em História (UEPG). Email: lucaserichsen@outlook.com

² Orientadora. Doutora em História (Unicamp). Professora do Depto. de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História – UEPG

tes em torno da construção de aterros; por possuir um parque denominado ambiental e cujo o discurso construído em torno do mesmo apresenta uma série de questões e mais recentemente a necessidade da construção de uma nova rota para automóveis em um dos principais espigões da cidade, cujo projeto não apresenta, ecológica ou mesmo de paisagismo ao colocar como primordial a necessidade da retirada de araucárias que possuem muitos anos e são tratadas como um símbolo da identidade do paranaense.

Tratar do matadouro municipal de Ponta Grossa e de seu deslocamento geográfico é reconhecer à emergência de forças de um mundo em que o atual discurso ecológico contemporâneo já inclui, como uma de seus principais problemas, o consumo de carne e sua relação com o impacto ambiental, a ética para com os animais e a distribuição de alimentos. *Essa emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro.* (Foucault, 1979, p 16).

Pensar o matadouro e consequentemente a historicidade da relação humanos e animais não-humanos é também uma forma de pensar os mundos natural e cultural. Assim temos uma nova diretriz em como fazer história ambiental, produzir sentidos e um espaço interdisciplinar não somente com a geografia física, mas se possível e de acordo com a proposta do pesquisador, diálogo com a ecologia, sociologia, antropologia, zooantropologia, ética, religião, filosofia, ciência da alimentação, medicina, biologia e outros saberes.

Objetivos

Objetivo geral

Analisar historicamente, das perspectivas da História Ambiental e da História Cultural, a problematização das relações entre o animal e o humano partindo do acontecimento do Matadouro Municipal de Ponta Grossa durante o final da década de 1930.

Objetivos específicos

Situar historicamente as práticas e representações em torno do Matadouro Municipal de Ponta Grossa no final da década de 1930.

Contribuir para a escrita da história trazendo uma nova perspectiva de estudos historiográficos que é relacionada ao espaço do matadouro.

Pensar interdisciplinarmente partindo da História Ambiental, produzir sentido sobre a historici-

dade dos matadouros e da relação de humanos e animais não-humanos.

Metodologia

Em *O Homem e o Mundo Natural*, Keith Thomas apresenta um grande trabalho historiográfico em torno do homem e suas relações com o mundo animal e vegetal durante o século XVI até o XIX. Essas relações ocorrem nas esferas do social, do cultural, e, evidentemente, do ambiental. Mesmo sendo um livro que busca tratar da Europa durante os anos iniciais do que podemos chamar de modernidade, é essencial para qualquer projeto que hoje busque produzir trabalhos em história ambiental. Sua leitura nos apresenta a diversidade de fontes que são apresentadas pelo autor e que acabam sendo descritas como documentos oficiais, relatos de viajantes, contos populares, atividades escolares e poesias que tratam das relações que havia entre os humanos do período e os seres animais e vegetais. É partindo do livro em questão que concebemos as proposições para a metodologia do trabalho. A primeira delas é possível situar-se em um contexto histórico que Thomas já se referiu como sendo “*a mais importante revolução na sensibilidade desde a segunda guerra mundial*”. (THOMAS, 2010, p. 18) A segunda proposição é empírica e consiste no levantamento de fontes escritas e visuais.

Seguindo uma parte da linha metodológica apresentada por José Augusto Drummond no artigo *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, um primeiro movimento consiste em articular a história ambiental com a escala da história regional:

Por vezes se dá um recorte cultural ou político à região estudada, mas sem esquecer as suas particularidades físicas e ecológicas: um parque nacional, a área de influência de uma obra (ferrovia, projetos de irrigação, represas etc.), as terras de povos nativos invadidas por imigrantes europeus etc. (...) a história ambiental revela ligação também com a história regional. (DRUMMOND: 1991, p. 181)

O matadouro está localizado na região do bairro San Martin na cidade de Ponta Grossa e fica localizado ao lado de um rio chamado de *Rio Verde*, um espaço geofísico e que faz parte da história regional da cidade de Ponta Grossa, do discurso modernizador que até hoje é tão presente na cidade e da região dos campos gerais.

Quanto ao trabalho de levantamento de fontes primárias, a documentação da pesquisa baseia-

se em fontes escritas e imagéticas (fotografias). As fontes escritas compreendem as publicações oficiais referentes ao governo que deslocou o atual matadouro municipal no final da década de 1930, códigos de postura para o cidadão ponta-grossense que contém informações sobre os procedimentos de abate dos animais e comercialização da carne, e publicações de jornais que fazem referência ao governo que construiu o matadouro em questão. Ainda sobre essas fontes, será realizada uma busca nos arquivos da Câmara Municipal e que contenham informações referentes às questões que vieram a tornar-se um problema na administração do matadouro e que, posteriormente, levaram ao deslocamento do mesmo da região central para a atual região de Uvaranas.

Para além de um caráter meramente ilustrativo, as fotografias externas e internas do matadouro (das

quais reproduzimos duas no corpo deste projeto) contêm informações preciosas sobre processos de abate, transporte e comercialização, etc. A fotografia tem toda uma importância como marca cultural de uma época, *“não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona.”* (MAUAD; CARDOSO, 1997, p. 46) Com efeito, a riqueza das informações que podemos obter por meio de uma fotografia é incomparável à do texto escrito, pois nenhuma descrição, por mais minuciosa que fosse, daria conta de nos fazer entender detalhes da vida material e cultural de um outro tempo. Nesse sentido, a fotografia revela aspectos diversos de uma época: a arquitetura, a vestimenta, as formas de trabalho, os locais de produção, instalações diversas, etc.

Conforme figuras:



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Campos Gerais, contidas no *Álbum de Ponta Grossa*, uma publicação realizada durante os primeiros anos da gestão do prefeito Albary Guimarães.

Analisando a produção bibliográfica constitutiva do campo historiográfico, juntamente com as fontes primárias, será possível pensar o que levou ao deslocamento do matadouro, os discursos que envolveram a esse ocorrido e quais as questões que são levantadas ao estudarmos um matadouro e reconhecendo as relações que nele se desenvolvem.

A metodologia do projeto supõe o levantamento de fontes escritas, e imagéticas que permita articular a história ambiental, a história cultural, como também as “três ecologias” de Félix Guattari. Em relação a este último, teremos também um dos principais instrumentos teóricos a serem utilizados no desenvolvimento desta pesquisa. No que concerne à primeira das ecologias temos a ecologia mental que está relacionada de duas formas em todo o projeto; a primeira corresponde a um projeto que visa des-

de o seu início uma nova forma de relação do seu autor com a área do conhecimento a ser explorada, produção de sentidos e novas diretrizes epistemológicas.

Ainda sobre a ecologia mental ou das subjetividades, a produção dos sentidos está intimamente ligada à criação de territórios existenciais. Várias maneiras de existir se instauram fora da consciência.

Essas novas práticas e relações dos sujeitos com o mundo acabam por direcionar forças produtivas que invariavelmente conduzirão a repensar as atitudes das outras duas ecologias, a social e a do meio ambiente. No decorrer da pesquisa, essas questões serão nossas diretrizes, mas não se pode esquecer que essa reinvenção não acontece simplesmente com entrevistas, pesquisa por fontes e, por fim, a redação de uma dissertação. Invariavelmente, toda

a metodologia também irá sendo constantemente repensada conforme sejam necessárias novas articulações entre a ecologia social e a do meio ambiente.

No decorrer da pesquisa, a produção dos sentidos será entendida também como uma ação do conhecer em relação com as fontes, do reconhecimento da historicidade da relação entre espécies e dos discursos que passam por essas questões. E conhecer é uma capacidade de fazer surgir novos mundos. Mundos de ideias para a História e seus desdobramentos. Sobre isso, destaco o seguinte trecho:

(...) esse fazer surgir se manifesta em todas as nossas ações e em todo o nosso ser. Não há dúvida de que ele se manifesta em todas as ações da vida social humana nas quais costuma ser evidente, como no caso dos valores e suas preferências. Não há descontinuidade entre o social, o humano e suas raízes biológicas. (MATURANA e VARELA, 2010, p. 33).

Essa concepção orientará todos os passos metodológicos da pesquisa, seja a coleta de outras evidências, seja durante a análise das mesmas, seja ainda durante a escrita da dissertação. Sempre será levada em consideração a integração interdisciplinar que ocorre na produção de sentido, uma não descontinuidade entre as representações sobre o mundo. Somos levados com essas perspectivas a uma história que *dividira nossos sentimentos; dramatizara nossos instintos, multiplicara nosso corpo e o oporá a si mesmo*. (Foucault, 1979, p. 18).

A Biologia por muito tempo estagnou na definição do que é um ser vivo; no que concerne à História, o homem e as suas mais variadas relações temporais, além de sempre ter sido entendido como um ser vivo, foi o principal “objeto” dessa área das ciências humanas, seja enquanto produtor de sua própria história, seja daqueles que produzem a história acadêmica. A História sempre tratou de um ser que era extremamente incerto sob o ponto de vista de outras áreas do conhecimento; não que isso desqualifique toda a produção histórica já realizada e a realizar, mas, do ponto de vista que aqui adotamos, as opções de pensar o mundo se ampliam, seja em relação à cultura, à natureza, ao homem, ao animal, a história, etc.,

Os historiadores e os professores/pesquisadores são produtos e produtores da História, o que já se sabe principalmente dentro da própria academia. O método desse projeto e a execução dessa pesquisa têm em sua escrita a historicidade do historiador, pesquisa relacionada com a produção de sentidos,

as três ecologias, a historicidade e com respeito às formas de se escrever a história.

Ainda se tratando da metodologia do trabalho, temos a potencialidade da pesquisa relacionado com a pouca produção historiográfica relacionada ao tema matadouro e os problemas que essa questão pode apresentar. Um projeto de escrita na história que se propõe a tratar de uma *historicidade da morte animal e dos matadouros e suas inscrições na cultura, (...) pensar uma rearticulação formal que remete, (...) a uma sensibilidade nova em torno do vivente e de suas políticas, e que é compartilhada com outros projetos de escrita em curso*. (Giorgi, 2011, Pág. 204-205). A potencialidade do trabalho aqui apresentado é também a sua principal resistência, pois será necessário *retirar das sombras do campo não-acontecimental, acontecimentos que, por uma ou outra razão, não foram prodigalizados pela tradição historiográfica*. (CARDOSO, 2003, Pág. 48). Nosso acontecimento é o matadouro e suas potenciais questões..

A história produz sentidos com um trabalho escrito, na materialidade da linguagem, o que acaba por se tratar também de uma questão metodológica. Aqui nos deparamos com mais uma das formas de abordar o humano, o animal e as fronteiras que supostamente os separam. Suscitando a questão da escrita e da linguagem, vale destacar o livro, *O animal que logo sou (A seguir)*, onde Jacques Derrida fala ainda mais da proximidade que temos com o animal, de estar e de estar a seguir, sempre a seguir:

Estar depois, estar junto, estar perto de, eis, aparentemente, diferentes modalidades do estar, em verdade do estar-com. Com o animal. (...) O estar-com-ele enquanto estar-perto-dele? Estar-junto-dele? Estar-depois-dele? Estar-atrás-dele no sentido da caça, do adestramento, do domar ou estar-atrás-dele no sentido da sucessão e da herança? (DERRIDA, 2002, p. 27-28)

Esse *estar* constante com o animal sempre esteve presente na relação do homem com o mundo e sem dúvida em toda a escrita da História. Sendo no que concernia à História Social, Cultural, do Imaginário, das Sensibilidade e em nosso caso em novas formas da produção de sentidos, no entendimento dos discursos que tencionam as relação de humanos e animais não-humanos.

As interações já não podem ser pensadas sob um ponto de vista isolado, através de apenas uma área do conhecimento, ou sob estruturas individuais e sem a mínima interação como há muito tempo se pensa natureza e cultura. Guattarri nos ajuda a pensar esse ponto:

Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais. (GUATTARI, 2008, p. 25).

Utilizando-se de termos da História, podemos dizer sem sombra de dúvidas que temos um contexto histórico onde o mundo e todas as formas de vida que habitam sua superfície se encontram em risco. A História Ambiental, que além da sua metodologia estabelece diálogos com áreas diferenciadas para a produção histórica; e a História Cultural, que quando se coloca a pensar os discursos e a produção dos sentidos caminha na mesma direção da abertura, ambas abrem portas para um pensar transversal, novo e efetivo.

Após o trabalho de levantamento de fontes, das leituras e para construir uma narrativa a partir do acontecimento do matadouro que vai tratar da não escrita dos matadouros na história e dos discursos relacionados ao deslocamento geográfico do matadouro temos as implicações de trazer a tona essas questões. Relacionamos isso as fronteiras entre espécies, fronteiras construídas com um discurso que segregou o animal das mais diversas formas, e isso desde o período moderno, como bem aponta Keith Thomas quando, apresenta questões relevantes para se pensar atualmente essa problemática (embora já não sejam as únicas):

Na Inglaterra do princípio da era moderna, o valor oficialmente atribuído aos animais era negativo, ajudando a definir por contraste, o que supostamente distinguia ou exaltava a espécie humana. (...) “O sentido de ordem”, foi dito corretamente, “somente podia ser apreendido pela exploração de sua antítese ou “contrário”. (THOMAS, 2010, p. 54)

Todo esse trabalho terá como um de seus principais fios condutores as fontes levantadas, a metodologia histórica desenvolvida com o diálogo interdisciplinar da História Ambiental. A escrita desse tipo de história é uma forma de reaproximar as fronteiras e trazer o animal de volta para a História, e dessa vez não só como uma série de dados quantitativos, comerciais e “coisificados”. A *Declaração de Consciência* apresentada pela universidade de Cambridge, em julho de 2012, fala sobre resultados de pesquisas que verificaram a geração e estímulos a comportamentos emocionais nas mesmas áreas cerebrais de humanos e animais não-humanos. As fronteiras parecem cada vez mais difíceis de serem mantidas, e muitas áreas do conhecimento já estão pensando sobre o que é o animal e sobre o que é o

homem. A História não pode deixar de lado essas questões, e sim começar a pensá-las. O filósofo Jacques Derrida aponta para esses problemas:

Quais as implicações dessas questões? Não é necessário ser um especialista para prever que elas engajam um pensamento do que quer dizer viver, falar, morrer, ser e mundo como ser-no-mundo ou como ser-ao-mundo, ou ser-com, ser-adiante, ser-atrás, ser-depois, ser e seguir, ser seguido ou estar seguindo, lá onde eu estou, de uma maneira ou de, mas irrecusavelmente, perto do que chamam o animal. É muito tarde para negá-lo, ele terá estado aí antes de mim, que estou depois dele. (DERRIDA, 2002. p. 28-29)

É um processo difícil, trata-se de (re) conhecer como nos conhecemos, repensar como nos pensamos, desenvolver novas relações com o mundo natural e cultural, com a escrita da História, repensando os modos históricos como nos relacionamos com o mundo e com uma forma de animais não-humanos. Um dos principais desafios teóricos e metodológicos dessa pesquisa será o de conceber, praticar e escrever um tipo de história que seja adequada à complexidade dessas questões e que estão imersas e fazem parte de novas produções de sentidos.

Fontes Primárias

GUIMARÃES, Albari. **10 anos de governo**. À guisa de prestação de contas ao contribuinte e à população em geral. 18 de Agosto de 1934 a 18 de Agosto de 1944. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 1944.

Prefeitura municipal de Ponta Grossa. **Código de Posturas**, 1939.

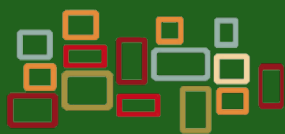
Fontes imagéticas

Imagens do acervo Iconográfico do Museu dos Campos Gerais, décadas de 1936 a 1950, relacionadas ao Matadouro Municipal, contidas no *Álbum de Ponta Grossa*, uma publicação realizada durante os primeiros anos da gestão do prefeito Albary Guimarães.

Imagens do acervo da Casa da Memória, de datação mais recente, e que incluem fotografias da fachada, da lateral e de uma seção interna. Todas referentes a um período posterior a 1950 e anterior ao ano de 2009.

Referências:

- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema, In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, abr. 1991, vol.5, n.11, p.173-191.
- DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou (A seguir).** Tradução Fábio Landa. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIORGI, Gabriel. A vida imprópria. Histórias de Matadouros. In: Maciel, Maria, Esther. **Pensar/escrever o animal : ensaios de zoopoética e biopolítica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 199-220
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** 19ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- JUNIOR, Hélio Rebello Cardoso. **Enredos de Clío: pensar e escrever a história com Paul Veyne.** São Paulo: Editora UNESP, 2003. 214 p.
- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas da compreensão humana. 8ª ed. São Paulo: Palas Athena, 2010.
- MORIN, Edgar (Dir.). **A religação dos saberes: O desafio do século XXI.** 2ª ed. Tradução e notas de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- REVEL, Jacques. **Proposições:** ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- SERRES, Michel. **O contrato natural.** Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AGUIAR, José Otávio; DUARTE FILHO, Francisco Henrique; ANDRADE, Rodrigo Ribeiro de. Reflexões sobre a crise ambiental e o histórico emergir das sensibilidades para com os direitos dos animais nas ciências humanas e nas ciências da vida. **Revista Crítica Histórica.** Alagoas, Ano II, n. 4, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=111:reflexoes-sobre-a-crise-ambiental-e-o-historico-emergir-das-sensibilidades-para-com-os-direitos-dos-animais-nas-ciencias-humanas-e-nas-ciencias-da-vida&catid=64:dossie-ambiental&Itemid=60>. Acesso em: 10 Jul. 2012
- BARRAQUI, Douglas. **Por uma História Ambiental - a natureza de volta aos braços do homem** – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/humanas/historia/por-uma-historia-ambiental:-a-natureza-de-volta-aos-bracos-do-homem-8201/artigo/>>. Acesso em: 13 Ago. 2012.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
- TUGNOLI, Claudio. **Pós-humanismo. O ser humano e o animal se hospedam um ao outro.** Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=496&secao=200>. Acesso em: 25 de jul. 2012.
- THE Cambridge Declaration on Consciousness. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2012.



Ateliê de História

Projeto

Palavras - chave:
história, literatura, narrativa
kunderiana.

Resumo: Pretendemos neste trabalho, a partir das crônicas de Manuel Bandeira, perceber o diálogo acerca da brasilidade estabelecido pela intelectualidade brasileira, enquanto um discurso que caracteriza uma representação, produzindo um sentido de identidade. Para isso serão analisadas suas aproximações e afastamentos com o Movimento Modernista, e sua experiência enquanto indivíduo moderno.

CRÔNICAS DE BANDEIRA. REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE BRASILEIRA NAS CRÔNICAS DE MANUEL BANDEIRA.

Nayamim dos Santos Moscal ¹

Erivan Cassiano Karvat ²

INTRODUÇÃO

Filho do engenheiro Manuel Carneiro de Sousa Bandeira e de Francelina Ribeiro, Manuel Bandeira nasceu em Recife, em 19 de abril de 1886. Nos primeiros anos do século XX inicia seus estudos em Arquitetura, na Escola Politécnica em São Paulo, tendo que interrompê-los quase que um ano mais tarde, por conta da tuberculose. Depois de morar por várias cidades, em busca de um bom clima para viver com sua doença, decide ir se tratar na Suíça em 1913, tendo que voltar para o Brasil no ano seguinte, em virtude do início da 1ª Guerra Mundial, passando a viver no Rio de Janeiro. De (quase) arquiteto frustrado e tuberculoso, Bandeira passa a ser um poeta de grande relevância na literatura brasileira. E é a partir dele que pretendemos construir esse trabalho. Com o intuito de refletir sobre o diálogo acerca da identidade brasileira estabelecido pela intelectualidade do Brasil, buscaremos analisar as crônicas de Bandeira enquanto um discurso que caracteriza uma representação, que produz um sentido de identidade.

Quando falamos de Manuel Bandeira, logo nos vem à memória o poeta tuberculoso, Pasárgada, a vida que deveria ter sido e não foi. Grosso modo somente nos é apresentada a faceta de poeta. Ao nos aprofundarmos na pesquisa sobre este intelectual brasileiro vemos que ele acumulou bem mais funções na história brasileira do que somente a poesia. Júlio Castañon Guimarães (1984) nos indica alguns cuidados ao estudar este intelectual brasileiro:

Para encarar Bandeira, que lição aprender antes de qualquer coisa? Não se enredar neste ou naquele. Não reduzir. A tuberculose é tentadora. Como a piada modernista. Mas a vida tem outras manhas e artimanhas. E a obra outro tanto de ironias.

[...]

Conjurar uma leitura sem poses e uma biografia sem fantasias. Ou uma leitura sem ilusões e uma biografia sem silêncios. Antes de qualquer coisa. Afinal, o encanto, mais do que em qualquer de nós, está é nele próprio, o poeta. Mais radical do que o que entrevemos, e ensaiamos escrever, é o que ele entre-mostrou. Entre beco e alumbramento. (GUIMARÃES, 1984, p. 7 e 8)

Alfredo Bosi caracteriza Bandeira como um irracionalista. Segundo ele,

É a sedução do irracionalismo, como atitude existencial e estética, que dá o tom aos novos grupos, ditos modernistas, e lhes infunde aquele tom agressivo com que se põem em campo para demolir as colunas parnasianas e o academicismo em geral (BOSI, 1994, p.305)

¹ Mestranda em História (Uepg). Email: nayamimmoscal@gmail.com

² Orientador. Doutor em História (Ufpr). Professor do Depto. de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História – Uepg.

Colocando Bandeira como um dos inventores “mais agressivamente modernos”, Bosi nos abre uma brecha para discutirmos a produção do escritor. Neste ponto, tomamos a liberdade de discordar de Bosi. Analisando tanto a obra quanto a posição de Bandeira em relação ao movimento modernista, neste sentido diríamos que ele foi o mais “pacificamente moderno”. Nas palavras de Sergio Buarque de Holanda (1996, p. 277), “ninguém foi menos militante, ninguém menos antiacadêmico”. Essas características de Bandeira exercem grande importância na sua leitura de Brasil, influenciando também suas percepções acerca da identidade brasileira.

Sergio Buarque de Holanda, em seus estudos de crítica literária, nos traz definições de Manuel Bandeira que se afinam muito bem com a obra do autor. Segundo Holanda, referindo-se a Bandeira, “sua obra reveste-se de tal cunho de originalidade que é inútil irmos procurar quem mais influência exerceu sobre ele” (HOLANDA, 1996, p. 142). O autor se concentra na obra de Bandeira, no sentido de que enxerga tão somente Bandeira nas obras e não quem o influenciou, afirmando que ela pertence a ele somente. De acordo com o crítico, a obra de Bandeira destoa das vozes existentes na época, perturbando nosso concerto literário.

Holanda, em certo ponto de seu texto, nos faz lembrar as ideias de Gerald Moser, crítico norte-americano, que afirma que a sensibilidade de Bandeira é uma característica marcadamente brasileira. Moser afirma, “por isso tinha razão Mário de Andrade, quando julgou que a tristeza de Bandeira era passageira apenas, tal qual a apregoada ‘tristeza brasileira’ [...]” (MOSER, 1995, p. 328). Moser tem várias considerações interessantes sobre Bandeira, sendo uma delas a que diz que Bandeira inventou um Brasil para uso pessoal. Para ele, até o catolicismo de Bandeira era digno de nota, uma religião aprendida e não doutrinária.

Segundo Moser, sobre o estilo da escrita de Bandeira, apesar de aparentar certa indisciplina, o autor não tinha um pensamento anárquico. Diferente de alguns críticos brasileiros, ele compreende a obra de Bandeira não como algo extremamente moderno, mas como algo também moderno, mas que por outro lado, não dispensa a sua formação tradicional (MOSER, 1995). A escrita de Bandeira nos permite enxergar a tradição e a modernidade. Sobre este tópico, na década de 1980 outros autores traziam esta perspectiva do modernismo brasileiro. Eduardo Jardim de Moraes apontava em direção semelhante quando dizia que o grupo paulista, a partir de 1924,

faz um retorno ao nacional, fazendo da brasilidade o seu elemento moderno (MORAES, 1988). Já Silviano Santiago, apresenta mais explicitamente a questão da tradição no movimento modernista, focando sua análise em Oswald de Andrade, mas também em Tarsila do Amaral e Murilo Mendes. Para Santiago, o grupo buscava um retorno ao selvagem, ao nacional, ao primitivo, citando a proximidade de Oswald de Andrade com a estética indígena, mas também ao barroco das cidades mineiras. A tradição também era representada pela recusa de alguns novos elementos estéticos, como por exemplo, na arquitetura, exemplificada por citação à crônica de Mário de Andrade, na qual aponta as mudanças arquitetônicas na capital paulista (SANTIAGO, 1989). Mas Manuel Bandeira e Oswald de Andrade são tradicionais de formas diferentes. Bandeira era menos radical, enquanto Oswald era antropofágico. No que diz respeito à brasilidade, em alguns momentos convergiam, outros divergiam. Em Bandeira está mais presente a questão colonial, já miscigenada, com elementos indígenas e negros, mas também repleta de elementos deixados pela imigração europeia. Em Oswald, apesar de toda a sua incursão e proximidade das vanguardas europeias, quando faz o retorno ao nacional, volta mais marcadamente ao indígena, à Pindorama. Com base no exposto, a questão da tradição é mais um elemento que marca a heterogeneidade da modernidade no Brasil.

Moser também aponta outro ponto importante da escrita de Bandeira, para ele o autor dá à poesia a mesma fluidez da língua falada, sendo este um ponto de convergência entre Manuel Bandeira e o modernismo, mais especificamente entre ele e Mário de Andrade. Essa era uma questão muito presente no diálogo entre os dois poetas. Percebemos que em ambos havia uma vontade de trazer definitivamente para a literatura a língua falada do povo brasileiro. Botelho (2012), em seu trabalho sobre a trajetória de Mário de Andrade, aponta a revolução que esta atitude representou na época. Vejamos um trecho de *Evocação do Recife*

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos
livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada (BANDEIRA, 2009, p. 80)

Já Mário, em carta a Drummond, afirma:

O povo não é estúpido quando diz “vou na escola”, “me deixa”, “carneirada”, “manfiar”, “besta ruana”, “farra”, “vagão”, “futebol”. É antes inteligentíssimo nessa aparente ignorância porque sofre no as influências da terra, do clima, das ligações e contatos com outras raças, das necessidades do momento e adaptação, e da pronúncia, do caráter, da psicologia racial modifica aos poucos uma língua que já não lhe serve de expressão porque não expressa ou sofre essas influências e a transforma afinal numa outra língua que se adapta a essas influências. (ANDRADE citado por BOTELHO, 2012, p.72)

Estas citações mostram a proximidade de pensamento entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira, sendo esta convergência objeto de grande importância para nossa análise.

Ao pensarmos Bandeira como observador do Brasil veremos que, como coloca Bosi (1994), ele “deverá, em parte, ao convívio intelectual com Mário de Andrade e Gilberto Freyre”. Realmente, percebemos em suas crônicas a importância da sua convivência com estes dois importantes intelectuais brasileiros, e pretendemos investigar como essas relações influenciaram a visão de Bandeira sobre o Brasil e a identidade brasileira. Para podermos responder esta pergunta, antes precisamos deixar claro como entenderemos a noção de identidade aqui.

O debate sobre a questão das identidades na modernidade tardia é complexo porque, ao se partir de uma definição que na sua origem tem um uso ontológico, para empregos cada vez mais fluidos, sem contornos definidos, que vão do sociológico ao antropológico, do político ao cultural, do literário ao existencial, encontram-se problemas que se referem a visões essencialistas e até críticas que negam a possibilidade de se conceber a existência de uma identidade fixa. (FIGUEIREDO E NORONHA, 2010, p.189)

Esta complexidade apontada por Eurídice Figueiredo e Jovita Noronha é bastante clara logo que se inicia uma pretensão de estudos acerca de identidade. Muitos caminhos já foram traçados, e algumas definições são essenciais para que compreendam nossa linha de pensamento. Ao tratarmos de identidade, a entendemos,

Por uma série de mediações que permitem a invenção do que é comumente chamado de “alma nacional”, ou seja, parâmetros simbólicos que funcionam como “provas” da existência desse Estado, e que determinam sua originalidade [...] [...] Os integrantes de cada comunidade são convidados a neles se reconhecer e a eles aderir. (FIGUEIREDO E NORONHA, 2010, p.192)

Em relação ao Modernismo Brasileiro, Eduardo Jardim de Moraes nos aponta, assim como Manuel Bandeira, que a preocupação nacionalista não está presente desde o início, para o autor ela aparece como “o ponto de chegada de uma linha de indagações”, com isso ela seria a própria modernidade para o caso brasileiro (MORAES, 1988). Ele afirma

A brasilidade, com tudo o que ela implica de dimensionamento da proposta modernista e até de redefinição daquilo que se entende como sendo moderno, só constituiu uma indagação para os modernistas no desdobramento de sua discussão sobre a modernidade. (MORAES, 1988, p.22)

A brasilidade de Bandeira perpassa inevitavelmente o Modernismo, portanto entender como a noção de identidade está para o movimento é essencial para a compreendermos na obra de nosso autor.

Voltando ao seu papel na literatura brasileira, vemos que Bandeira afirma sua importância para além do modernismo, como vemos nesse trecho, no qual Bosi afirma:

Reconhecer o novo sistema cultural posterior a 30 não resulta em cortar as linhas que articulam sua literatura com o Modernismo. Significa apenas ver novas configurações históricas a exigirem novas experiências artísticas.

Mas, se desviarmos o foco da atenção da ruptura para as permanências, constataremos o quanto ficou da linguagem reelaborada no decênio de 20. A dívida maior foi, e era de esperar que fosse, a da poesia. Mário, Oswald e Bandeira tinham desmembrado de vez os metros parnasianos e mostrado com exemplos vigorosos a função do coloquial, do irônico, do prosaico na tessitura do verso. (BOSI, 1994, p.385)

Bandeira foi um escritor muito atuante nas discussões intelectuais brasileiras, portanto um estudo sobre ele nos permite novas leituras sobre o Brasil. Isso se torna ainda mais claro quando se volta para o lado cronista do autor, pois as características deste gênero apontam para reflexões do tempo em que se vive, nos abrindo um enorme leque de interpretações. Aqui optaremos por estudar um conjunto de crônicas preestabelecido, que abrange 40 anos da produção de Bandeira, o livro organizado por Carlos Drummond de Andrade, *Andorinha Andorinha*. Em palavras do organizador:

Prosa de Manuel Bandeira, datada de 1925 a 1965: faixa de quarenta anos, ao longo da qual o poeta frequentou exposições de arte, foi ao teatro, ao cinema e principalmente a concertos; leu muitos livros, lidou com pessoas muitas, presenciou muitos acontecimentos, e tudo referiu no comentário lúcido, sagaz, bem humorado, generoso ou rigoroso

conforme lhe ditavam a consciência intelectual e o entranhado sentimento humano.
[...] *Andorinha*, *Andorinha* documenta a constância de espírito e a constante novidade de Manuel Bandeira. (BANDEIRA, 1966)

O livro, que é agrupado por seções (1º Pessoa do Singular, Arte para os Olhos, Ouvinte de Música, etc.), traz uma infinidade de temas que nos permite ter um bom panorama do pensamento de Bandeira, assim como nos possibilitará delinear suas aproximações – e por vezes afastamentos – com o Movimento Modernista, e pinçar, ao longo desses textos, elementos que nos ajudem a esboçar a brasilidade em Bandeira.

A relação modernismo/modernidade vai passar todo o período desde o final do século XIX até as primeiras décadas do XX, instigando parte da intelectualidade brasileira a procurar outros caminhos a seguir, no que diz respeito ao discurso sobre si próprio. O modernismoteve seu maior destaque durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, e proporcionou a formação da ideia de um Brasil mestiço, vendo isto de forma positiva.

Próximo ao modernismo tinha uma ânsia de conhecer o Brasil, assim como Mário de Andrade. Apesar de se autoconsiderar despreparado para escrever artigos, Bandeira tinha uma percepção de Brasil muito aguçada; interessado que era, gostava de ler as obras dos viajantes que passaram por aqui no século XIX, dedicando até uma crônica ao “nosso” Saint-Hilaire”. Os estudos na Escola Politécnica lhe renderam o gosto pela arquitetura, principalmente a colonial, com estilo barroco, das cidades históricas brasileiras. Daí surge também uma boa visão sobre o patrimônio histórico brasileiro, que juntamente com a amizade de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, vai lhe possibilitar o trabalho no que viria a ser o IPHAN de hoje.

As crônicas abrangem todo tipo de assunto, o que nos dá o indício do interesse de Bandeira por vários aspectos da cultura nacional, mas a diversidade da prosa também está ligada à solicitação dos editores. A história editorial de Bandeira, aliás, não é das melhores; ele mesmo financiava seus livros até 1940, ano em que entrou para a Academia Brasileira de Letras; segundo Castañon (1984), esses dados antagônicos não podem ser desprezados, pois revelam o tortuoso e difícil perfil de consagração de uma das obras fundamentais da literatura brasileira.

OBJETIVOS

O objetivo do presente trabalho é perceber a brasilidade presente nas crônicas de Manuel Bandeira. Para isso delinearemos a relação que o autor estabelece com a modernidade enquanto experiência, perpassando sua relação com o Movimento Modernista e seu diálogo com os intelectuais da época.

METODOLOGIA

Iniciaremos a questão metodológica com uma pequena introdução sobre o gênero analisado. Escolhemos para tal, o trabalho de Antonio Candido intitulado *A Crônica*. O autor aponta para uma questão importante para nosso trabalho. Segundo Candido, referente à crônica,

a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo, consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um; e, quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava. (CANDIDO, 1992, p.14)

Desta afirmação de Candido dois pontos nos interessam: a perspectiva na qual a crônica se apresenta, “ao rés-do-chão”; e a durabilidade que ela adquire ao mudar do jornal para o livro. É justamente da junção destes dois pontos é que surge a justificativa em usar a crônica como fonte histórica, pois através dela podemos apreender o presente passado, a partir do ponto de vista do autor, permitidos pela durabilidade que o livro proporciona. Candido também afirma,

A crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, sobretudo porque quase sempre utiliza o humor. (CANDIDO, 1992, p.14)

Aplicando esta citação na escrita historiográfica podemos concluir que a crônica nos possibilita enxergar uma época a partir de seu cotidiano mais simples, lembrando um pouco a metodologia da micro história, partindo do localizado para um contexto mais amplo. É este caminho que faremos com as crônicas de Bandeira, partindo delas para tentar compreender um pouco mais de sua contribuição deixada para o entendimento da brasilidade.

Outro autor importante para nosso trabalho é

José Luis Jobim, por desenvolver uma metodologia de trabalho para o historiador da literatura. De acordo com o autor, o contexto não é um fator externo ao texto, tão pouco interno, mas algo que ao mesmo tempo constitui e é constituído pelo texto. Nas palavras de Jobim (1992, p.130), “o contexto não se reduziria a envolver ou circundar o texto, porque, na medida em que fornece as normas a partir das quais se delimita o que é texto, torna-se também parte constitutiva deste”. Sobre este tópico, ao pensarmos as crônicas que serão trabalhadas, acreditamos que o grande contexto que envolve e é envolvido pelos textos de Bandeira e que nos interessa é a temática da modernidade. Beatriz Sarlo (2010), em seu trabalho *Modernidade Periférica*, citando outro grande estudioso da modernidade, Marshal Berman, afirma que a modernidade é antes de qualquer coisa uma experiência. Isso se aplica muito bem às crônicas, pois elas são relatos de experiências, se configurando assim em uma ótima forma de apreender a vivência do moderno.

Jobim ainda nos apresenta uma série de elementos que podem guiar o estudo de história e literatura, e um deles é a tradição, que pode nos ajudar a pensar as condições de produção das crônicas de Bandeira. A tradição irá tratar das mudanças na literatura, ocorridas de tempos em tempos. Primeiramente ele recorre a Paul Ricoeur, que afirma que uma “tradição repousa sobre o jogo da inovação e da sedimentação”. Segundo Jobim, alguns historiadores da literatura,

Imaginaram que a evolução literária se daria quando os procedimentos artísticos inovadores de uma obra ou de um grupo de obras desafiassem um sistema sedimentado de elementos dominantes: a passagem de um período literário para outro seria considerada como uma “substituição de sistemas” (JOBIM, 1992, p.143)

Este elemento é o responsável pela valorização ou não de certa obra literária, para compor a tradição ou cânon, seja da literatura europeia, seja da brasileira. Jobim utiliza um ensaio de T. S. Eliot, intitulado “A tradição e o talento individual”, no qual Eliot afirma que o “senso histórico de um escritor implica a percepção não somente do caráter pretérito do passado, mas do seu caráter presente” (JOBIM, 1992). Segundo Eliot, um escritor não escreve somente com o peso de sua geração, mas também com o sentimento de totalidade de toda a literatura de seu local de origem. Devemos ter em mente que a construção de uma tradição literária pressupõe uma seleção,

Necessariamente adota determinados pontos de vista, visões de mundo e normas, em detrimento a outras. Trata-se de selecionar ou recusar, incluir ou excluir, lembrar ou esquecer, valorizar ou desvalorizar, aceitar ou rejeitar, condenar ou reabilitar, ainda que, em determinado momento, haja dificuldade de perceber estas operações (JOBIM, 1992, p. 144).

As reflexões feitas por José Luís Jobim são de extrema importância para o estudo no âmbito da literatura, pois esquematiza o raciocínio do historiador, para uma análise mais completa e aberta de seu objeto de estudo. Depois desta apresentação, partimos para uma rápida reflexão sobre a utilização da literatura como fonte histórica. Muitos historiadores escolhem a literatura como objeto, pois ela nos permite enxergar pontos de vista que as fontes ainda ditas “oficiais” não veem. Segundo Nicolau Sevcenko,

A literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. Mas será que toda a realidade da história se resume aos fatos e ao seu sucesso? Felizmente, um filósofo, bastante audacioso nos redimiui dessa compreensão tão estreita condenando “‘o poder da história’, que praticamente, se transforma, a todo o instante, numa admiração nua do êxito que leva à idolatria dos fatos”. Segundo um outro pensador, esse nosso contemporâneo, “o real não se subordina ao possível; o contingente não se opõe ao necessário”. Pode-se portanto pensar numa história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das ideias não consumidas. A produção dessa historiografia teria por consequência, de se vincular aos grupamentos humanos que ficaram marginais ao sucesso dos fatos. Estranhos ao êxito mas nem por isso ausentes, eles formaram o fundo humano de cujo abandono e prostração se alimentou a literatura. Foi sempre clara aos poetas a relação intrínseca existente entre a dor e a arte. Esse é o caminho pelo qual a literatura se presta, em certos momentos mesmo privilegiado, para o estudo da história social. (SEVCENKO, 1989, p. 21)

Indo além do colocado por Sevcenko, podemos afirmar que a literatura permite ao historiador, não somente uma visão do que não ocorreu, mas também uma nova perspectiva do que aconteceu. Para Clóvis Gruner,

O uso da literatura, em suas diferentes formas e expressões, permite ao historiador acessar dimensões do passado nem sempre possíveis de serem visitadas e interpretadas por intermédio de outras fontes, notadamente aquelas de caráter mais oficial. Produtores de sentido, além de representações do real, os textos literários possibilitam, do presente, aprofundar as leituras de uma realidade de pretérita latente. Ao captar e significar sensibili-

dades, costumes e hábitos não facilmente visíveis, eles autorizam uma aproximação com “realidades afetivamente vividas”, com modos de ver e sentir, que, não raro, escapam a outras formas de discurso. (GRUNER, 2008, p. 12)

Os textos literários são produtores de sentido, portanto podemos, através deles, ler a história de diversas maneiras, colocando-os como “instituições sociais”. Daqui fazemos uma conexão com o conceito de *representação* de Roger Chartier, que usamos como referencial teórico. Em seu texto *O mundo como representação*, o autor coloca a necessidade de abandonarmos a oposição que foi firmada entre objetividade das estruturas e subjetividade das representações. Tal abordagem se fixou na história e também em outras disciplinas como a sociologia e a etnologia, e para superá-la é necessário, segundo o autor, “considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras ‘instituições sociais’”. Para respaldar tal afirmação, Chartier se utiliza da noção de “representações coletivas”, cunhada por Emile Durkheim e Marcel Mauss. “Representações coletivas” seriam os regulamentos implícitos que comandam os atos. A utilização desta noção permite uma articulação de

(...) três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002, p. 73)

O conceito de *representação* permite maior flexibilidade, permitindo aos historiadores ler as fontes como uma interpretação do acontecido, e não como o passado em si. Esta afirmação nos leva ao último tópico de nossa introdução antes de apresentarmos o trabalho, que trata da relação entre a história e a literatura. Articulando as duas, perceberemos que elas se desenvolvem de maneira muito próxima. Antônio Celso Ferreira (1996), em um texto onde sintetiza a ideia de vários historiadores como Peter Gay, Paul Veyne e Hayden White, sobre a relação história-literatura, afirma que a história, assim como o texto literário, é um “enredo urdido pelo narrador”. Sendo assim, as represen-

tações estéticas não podem ser analisadas somente da perspectiva da ficção, mas também como um retrato da realidade social (CHARTIER, 2004).

Estas postulações nos levam a pensar as diferenças culturais não como processos estáticos e sim dinâmicos. Se firmando nas aplicações anteriores o autor volta ao exemplo da produção de texto e em como o modo como ele é apresentado afeta a sua recepção, e também como o mesmo texto pode ser percebido de diversas formas por grupos culturais diferentes. Foi esta maneira de se pensar as “formalidades das práticas” que transformou o modo de construção da história das mentalidades, pois exige algumas posições como, primeira, pensar estes discursos dentro de sua própria lógica; segunda, considerar sua descontinuidade e discordância.

Podemos pensar a obra de Manuel Bandeira a partir da primeira concepção de representação que Chartier apresenta, pois ela se configura em um trabalho intelectual feito por um grupo que compõe a sociedade em questão, que contribui para a construção de uma representação desta mesma sociedade. Baseando-nos nas proposições de Chartier (2004), analisaremos as percepções de Brasil presentes na obra de Manuel Bandeira, buscando considerar como a sua relação com seus contemporâneos afetou a sua produção, e buscando neste contexto indícios de brasilidade em sua obra.

Outro conceito a ser explorado ao longo do trabalho é definido por François Hartog, se trata do *regime de historicidade*. Segundo o autor

“Regimes de historicidade”, escrevíamos então, podia ser compreendido de dois modos. [...] Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar “a modalidade de consciência de si uma comunidade humana”. (HARTOG, 2013, p.28)

Pretendemos utilizar o regime de historicidade como uma ferramenta para compreendermos melhor a modernidade brasileira enquanto experiência no tempo. Hartog (2013, p.12) afirma “o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo”. Assim pretendemos através das crônicas e outras fontes secundárias compreender como este grupo específico se colocava e se compreendia no tempo, na tentativa de estabelecer um regime de historicidade, a partir da viência brasileira do moderno.

Fontes

Usaremos como fontes primárias para este trabalho crônicas de Manuel Bandeira compiladas no livro *Andorinha, Andorinha*. Para dar suporte a estas crônicas utilizaremos ainda, como fontes secundárias, correspondências trocadas por Manuel Bandeira e Mário de Andrade, organizadas em um volume publicado pela Edusp, os volumes intitulados *Crônicas Inéditas 1* e *2*, o texto autobiográfico *Itinerário para Pasárgada*.

Referências:

BANDEIRA, Manuel. **Andorinha, Andorinha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

_____. **Crônicas da província do Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_____. **Crônicas inéditas I: 1920-1931**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

_____. **Crônicas inéditas 2: 1930-1944**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Indentidade Nacional e Identidade Cultural. In: _____. **Conceitos de literatura e cultura**. Niterói: EdUFF, 2010.

GRUNER, Clóvis. Introdução. In: **Nas tramas da ficção**. História, literatura e leitura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. **Manuel Bandeira**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

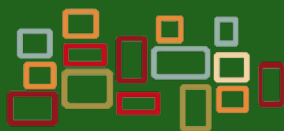
JOBIM, José Luís. História e Literatura. In: **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. p. 222-238.

MOSER, Gerald. A sensibilidade brasileira de Manuel Bandeira. In: **Revista Iberoamericana**, n. 40, p. 323-336, 1995.

SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica**. Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.



Ateliê de História

Projeto

Palavras - chave:
história, literatura, narrativa
kunderiana.

Resumo: O propósito deste trabalho é realizar uma leitura de *O livro do riso e do esquecimento* (primeira parte), do escritor tcheco Milan Kundera, evidenciando como sua escrita ficcional, pela memória, se apropria da história a fim de construir um contexto significativo para testar as possibilidades de seus personagens (egos experimentais), a fim de proporcionar reflexões sobre a própria existência em sua(s) temporalidade(s).

TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS NA REVISTA HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES. (1980-1990)

Thiago Felipe dos Reis ¹

Antonio Paulo Benatte ²

INTRODUÇÃO

A pesquisa proposta, a ser desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História da UEPG, tem como caráter ser um trabalho destinado à contribuição da história da historiografia brasileira, mais especificamente à história da historiografia paranaense.

Como o próprio título sugere, a história da historiografia, no Brasil, é um campo dentro da história que se encontra em fase de construção e desenvolvimento, uma vez que ainda observamos uma carência nas pesquisas dessa área. Podemos dizer que a história da historiografia está entre as invenções mais recentes do discurso histórico, nascendo junto com a consolidação da história, enquanto disciplina, como um discurso autônomo no final do século XIX. (ARAUJO, 2006, p.79-94)

Até a década de 1980 observou-se no Brasil uma hegemonia francesa no campo historiográfico, isso se deu devido à chegada da obra de vários historiadores franceses ao Brasil ligados ao *Annales*, além de uma forte influência das teorias marxistas. Sobre isso, José Carlos Reis aponta:

A historiografia no Brasil entre os anos 70 e 80 era ligada aos *Annales* e era ligada ao Marxismo, e a questão do Marxismo era muito forte. Mas os *Annales* sempre estimularam as questões empíricas, sempre recusaram muito a questão epistemológica, porque era considerada uma questão vazia. E é um ponto de vista que se tornou vencedor aqui no Brasil e há uma certa resistência aqui, na nossa comunidade de historiadores, a questão teórica. (MELLO, 2012, p.335-400)

Após a década de 1980, principalmente, é perceptível o surgimento de um debate político e cultural mais amplo, colocando em xeque as explicações até então adotadas para a compreensão de nossa sociedade, o Marxismo, por exemplo, passou a ser questionado e entendido por alguns como um sistema falido que não podia mais dar conta das mudanças vividas pela sociedade contemporânea.

Com a revisão dos objetos de estudo, observou-se também uma ampliação das pesquisas históricas e a expansão para outras áreas como, por exemplo, a literatura e a antropologia, trazendo a necessidade se repensar constantemente a história. A este respeito o historiador Manoel Salgado Guimarães escreveu que:

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse movimento. Repensam as regras de seu ofício,

1 Mestrando em História (Uepg). Email: thiago_felipe_reis@hotmail.com

2 Orientador. Doutor em História (Unicamp), Professor do Depto. de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

redefinem práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação história num cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente. (GUIMARÃES, 2003, p. 9)

A partir dos anos 1980, viu-se crescer nas universidades brasileiras, mais especificamente nos cursos de graduação e pós-graduação em história, um campo de pesquisa historiográfico mais amplo, com novos métodos, modelos, abordagens, diversificação de fontes e temas, oriundos de uma influência francesa que ainda encontrava-se hegemônica no meio acadêmico e nas pesquisas históricas em geral. As universidades, sobretudo as públicas, passaram então a ser os principais centros de produção historiográfica do Brasil. Sobre isso, os professores Fico e Polito apontam:

Para a compreensão do estágio atual da historiografia brasileira é essencial uma referência à evolução das universidades do país, ou, mais especificamente, aos cursos de pós-graduação em história brasileiros. Isto porque a quase totalidade da produção historiográfica brasileira efetiva-se nestes cursos (através da produção de teses de doutoramento e de dissertações de mestrado) ou em torno deles (com os trabalhos gerados pelos professores que neles atuam.) (FICO; POLITO, 1996, p. 189)

Neste contexto, é que surgem no cenário historiográfico brasileiro, as revistas acadêmicas de História produzidas pelas universidades, das mais diversas regiões do país, tentando cada vez mais promover o debate e a pesquisa histórica. Não diferente disso, surgiu no Paraná, idealizada através da APAH³ e do programa de pós-graduação em História da UFPR, a Revista “História Questões e Debates”. Criada em novembro de 1980 e existente até hoje, com o intuito de fomentar a pesquisa histórica, recuperando esta disciplina como um meio à formação intelectual e fazendo dela um estudo crítico e qualitativo, sendo classificada na década de 1990 como uma das cinco melhores revistas científicas brasileiras da área de História⁴.

Foi, a partir desta revista, que a produção acadêmica não apenas paranaense, já que a revista agregava autores das mais diversas instituições nacionais e até mesmo internacionais, começou a ser divulgada, principalmente as pesquisas realizadas no curso de mestrado, e mais tarde, no curso de doutorado do

programa de pós-graduação em história da UFPR.

Partindo desses pressupostos, tem-se como objetivo central, nesse trabalho, compreender as possíveis tendências historiográficas surgidas no Brasil, a partir da década de 1980, através de um estudo mais aprofundando de artigos selecionados, podendo ser esses artigos de cunho teórico, ou pesquisas desenvolvidas baseadas nestes novos pressupostos historiográficos. Neste sentido, é importante salientar a idéia de se trabalhar com uma revista acadêmica, de cunho científico, como um exemplo de contribuição à história da historiografia no Brasil.

Balanço bibliográfico

A historiografia, a escrita da história em si, vem sendo objeto de estudo de vários historiadores, que dentro de suas perspectivas e de sua própria formação, debruçam-se na busca da compreensão sobre o que é a história a partir do seu ponto de vista e de seus próprios questionamentos, oriundos do tempo e do espaço em que vivem. Mais do que pensar a história como uma “ciência” em constante transformação, Michel de Certeau, em seu texto “A operação historiográfica” (CERTEAU, 2006), nos mostra qual a função e a importância de tal prática no desenvolvimento da sociedade e na trajetória humana. Neste sentido, a História é considerada uma prática, por encontrar-se submetida a uma série de imposições, ligada a privilégios e enraizada em uma particularidade. A “operação historiográfica” torna-se então, de certa forma, uma reprodução de uma construção intencional do conhecimento, uma vez que este se estabelece a partir de um conjunto de métodos, práticas, teorias e influências. Esse conjunto de componentes constituidores da História só é possível a partir de uma questão temporal, pois a História tem a sua própria história, e um dos nossos esforços deve ser o entendimento sobre sua contemporaneidade.

Compreender as tendências surgidas ao longo de sua trajetória e suas práticas é entender o tempo em que a produção da História está inserida e o seu espaço, pois, para Certeau, a combinação histórica se refere à junção de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Portanto, para se ter uma pesquisa histórica são necessários métodos,

3 APAH: Associação Paranaense de História, entidade criada em 1980, com o objetivo de desenvolver da História como instrumento de conhecimento, pesquisa, educação e produção cultural.

4 Disponível em: <http://www.reocites.com/CollegePark/hall/4705/>

uma delimitação temporal e local; a partir disso, o resultado torna-se uma escrita ou uma literatura e, por consequência, uma interpretação, por isso, seria correto afirmar que, “a história não começaria senão com a nobre palavra da interpretação” (CERTEAU, 2006, p. 68).

Sendo passível de interpretações e fruto de seu tempo, a história deixa sua veracidade, neutralidade e objetividade de lado, tornando-se então mais dinâmica. Afinal, hoje sabemos que a História não é, senão, uma “ciência” em constante modificação, estando sempre sujeita às leituras e interpretações dos seus leitores em sua época específica. Destarte, afirmar que a História é única e imutável, seria negar um passado relido e reinterpretado, seria negar a ideia de uma transformação, e por fim, seria negar a descoberta de novas fontes, métodos e temáticas.

Neste sentido, entender as ideias de Michel de Certeau sobre a constituição da História, sua importância, sua trajetória e seus resultados, será de extrema importância para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa e para o cumprimento de sua proposta.

Para entender essas modificações, contextualizá-las e explicar as diversas influências surgidas é necessário uma revisão crítica dos textos publicados à luz da recente produção historiográfica sobre as questões de cunho teórico-metodológico. Nesse momento, faz-se necessária a utilização dos conceitos de Certeau, conforme referenciado anteriormente, sendo que para este autor, uma pesquisa histórica como qualquer outra ciência só é possível num equilíbrio entre a prática e a teoria. Para tanto cria-se um despertar epistemológico, onde a teoria torna-se algo receptível, que por um lado abre as práticas para o espaço de uma sociedade, e que por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina.

Entender um pouco mais sobre essa história da historiografia também se faz necessária, já que pretende-se com essa pesquisa, utilizar a revista História: Questões e Debates como uma fonte de contribuição a esse “campo”.

A reflexão contemporânea sobre a história da historiografia tem procurado mostrar como seu discurso, apesar de ter sido construído com a intenção de gerar instrumentos críticos do discurso histórico, acabou por se aprisionar nos mesmos dilemas. Nessa perspectiva, destaca-se o esforço de Frank Ankersmit, ao tentar conciliar a crítica formalista de Hayden White com a ênfase historicista e antifundamentalista de Richard Rorty. (ARAUJO, 2006)

Nos seus estudos sobre as origens da historiografia pós-moderna, Ankersmit parte da afirmação de que a arte pós-modernista é a primeira forma artística que não está interessada em se localizar na história da arte. A partir desse ponto, o autor levanta as consequências de um desinteresse semelhante para a história da historiografia. (ANKERSMIT, 2006)

O pós-modernismo na historiografia poderia ser visto como a radicalização de uma posição historicista. Ao postular a fragmentação da história universal ilustrada e suas filosofias totalizantes, o historicismo chamou a atenção para as diferenças regionais, para os processos singulares e as formações históricas concretas. A tarefa do historiador seria fazer com que essas diferenças fossem retratadas no produto final de seu trabalho, ou seja, a narrativa histórica.

Por fim, como contribuição bibliográfica para a elaboração deste estudo, salienta-se a necessidade de entender o discurso da História, bem como do historiador, sua trajetória, e sua constante alteração, além da compilação de sua teoria com o tema abordado. Nesse sentido, Jenkins servirá de base para o entendimento dessas ditas tendências historiográficas ocorridas e suas origens. Com esse intuito, observa-se o que o autor aponta sobre o discurso da História:

A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez, colocados em circulação, veem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas. (JENKINS, 2001, p. 109)

Para Keith Jenkins, a História ao invés de ser considerada uma matéria ou disciplina, aprendida de forma pronta e absoluta, deve ser vista como um “campo de força”- uma série de maneiras com que as partes interessadas organizam o passado em prol de si mesmas. (JENKINS, 2001) Por conseguinte, o uso do termo discurso indica que sabemos que a

história nunca é só ela, nunca é formulada ou interpretada inocentemente e sempre serve a alguém.

Assim, a pesquisa aqui proposta, também tem o intuito de analisar, se possível, esses discursos objetivando o aparecimento das transformações teóricas. Conquanto, faz-se necessário um levantamento tanto qualitativo quanto analítico dos textos por nós elencados dentro do periódico em questão.

Objetivos da pesquisa.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral compreender e teorizar as novas tendências historiográficas surgidas no campo histórico brasileiro, tendo como referência uma revista acadêmica paranaense: “História: Questões e Debates” e sua trajetória ao longo da década de 1980. Nesse sentido, é importante salientar a proposta de fazer destas fontes históricas, os artigos selecionados da revista, uma contribuição para o estudo da história da historiografia no Brasil e no Paraná.

Tem-se como objetivos específicos.

I. Identificar a trajetória que a revista “História: Questões e Debates” seguiu durante a década de

1980, problematizar o seu nome, contextualizar a fase de sua criação, bem como situá-la como uma revista acadêmica de produção da APAH conjuntamente com o programa de pós-graduação da UFPR.

2. Problematicar a história da historiografia como um “campo” em construção e identificar o “local” da história da historiografia nos estudos atuais, bem como situar a revista como uma fonte de análise de contribuição para os estudos deste campo, utilizando de seus artigos teóricos como exemplo.

3. Analisar os artigos de cunho teórico e também os artigos que contenham pesquisas contempladas por essas novas tendências historiográficas, a partir da década de 1980, como exemplos de contribuições para a produção historiográfica local e brasileira.

Planejamento da pesquisa.

Como forma de planejar a pesquisa aqui proposta, elaboramos um cronograma semestral, tendo como base os 4 semestres de duração do curso do mestrado. Salientamos que este cronograma é flexível e pode sofrer alterações de acordo com as exigências do orientador e das disciplinas cursadas.

	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X
Análise das Fontes	X	X	X	X
Cumprimento dos créditos	X	X	X	
Participação em eventos	X	X	X	X
Qualificação			X	
Redação da dissertação		X	X	X
Defesa				X

Métodos e técnicas de pesquisa.

A idealização do periódico “História: Questões e Debates”, que teve seu primeiro volume publicado em novembro de 1980, se deu através da criação da APAH (Associação Paranaense de História) pelo programa de pós graduação em História da UFPR, como menciona na apresentação do primeiro volume o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos. (SANTOS, 1980, v.I n.1) A ideia dessa associação seria a de repensar uma metodologia da pesquisa em História, bem como repensar o ensino dessa disciplina nos âmbitos escolares e acadêmicos e o seu papel na formação desses cidadãos.

Seu título surgiu em decorrência destes objetivos, “História: Questões e Debates”, tendo como intuito fomentar questões e debates relacionados à problemática da produção da transmissão do conhecimento em História e as suas relações com as vizinhas ciências humanas. Com essa base, o resultado foi que este periódico se tornou, na academia brasileira, um dos maiores espaços de apresentação de pesquisas em História, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, tendo sido considerada uma das cinco maiores revistas acadêmicas de História no Brasil.

Como o nosso enfoque central é análise das novas tendências historiográficas surgidas no Brasil, durante a década de 1980, tendo como fonte uma revista acadêmica paranaense. Adotamos como metodologia a seleção das revistas desde o volume I (novembro de 1980) ao 20/21 (junho e dezembro de 1990, publicados no mesmo volume as duas edições). Ao longo dessas 21 revistas, encontramos entre apresentações, discussões, resultados de pesquisa, artigos, debates, resenhas, além de uma relação das dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em História pela UFPR. Na grande maioria dos volumes, encontra-se pelo menos um artigo de base teórico-metodológica, desde a sua primeira edição. Isso denota a importância dada, e já salientada no próprio título, que impõe o desejo dos organizadores de discutir as novas tendências da produção historiográfica do período.

A partir da análise dos artigos selecionados, buscamos analisar quais as influências, como eram recebidas essas novas metodologias, como a historiografia no Brasil se transformou ao longo dessa década, além dos comentários positivos ou críticos que os autores puderam tecer sobre as discussões.

Parte dos textos que analisaremos podem ser consultados com suas devidas referências na primei-

ra parte da Bibliografia deste projeto, denominada “fontes primárias”. Destacamos que utilizamos o termo “partes”, pelo motivo desta pesquisa encontrar em sua fase inicial, por isso a seleção de artigos ainda encontra-se em fase de construção, podendo sofrer alterações. Ali, encontram-se todos os artigos de cunho teórico publicados ao longo da década de 1980, os quais utilizamos para a composição deste projeto.

Para a seleção desses artigos, faz-se necessário um levantamento, tanto qualitativo quanto analítico, dos textos publicados durante a década de 1980 na Revista História: Questões e Debates. O local utilizado para o levantamento de dados, análise e mapeamento dos artigos será a Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, que tem em seu acervo a coleção completa da revista desde a sua fundação até o presente momento.

Referências

- ANKERSMIT, Frank. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir. (org.) **A História escrita: teoria e história da historiografia**. p. 27-64.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Linguagem: do signo ao discurso. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.6, n.11, p. 137-165, dez. 1985.
- ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Reflexões sobre a Nova História. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.1, n.1, p. 17-25, nov. 1980
- ARAUJO, Valdei. **Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma**. Locus (Juiz de Fora), v. 12, p. 79-94, 2006
- BALHANA, Altiva Pilatti. Avaliação da pesquisa histórica no país. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.5, n.8, p. 135-137, jun. 1984
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A história Social em questão. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.9, n.17, p. 229-242, dez. 1988.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa, Europa-América, s/d.
- BONI, Maria Ignês Mancini de. História comemorativa. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.4,

n.7, p. 201-205, dez. 1983.

BOTTMANN, Denise. Emmanuel Le Roy Ladurie e “Événement et longue durée dans l’histoire sociale: l’exemple chouan”. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.7, n.13, p. 280-289, dez.1986.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. A Nova História. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.4, n.7, p. 205, dez. 1986.

CARBONELL, Charles-Oliver. O passado na profecia orwelliana. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.5, n.9, p. 177-189, dez.1984

CARDOSO, Alcina Maria de Lara & ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Jornais Operários – metodologia para análise do discurso operário na Primeira República. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.4, n.6, p. 99-111, jun. 1983

CARDOSO, Jayme Antonio. O cinquentenário da Escola dos “Annales”. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.1, n.1, p. 9-17, nov. 1980

CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.2, n.2, p. 5-15, jun. 1981.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 65-106.

CERTEAU, Michel. **A cultura historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira - (IV). Porto Alegre: Evangraf, 1993.

CESÁRIO, Ana Cleide. A (des) construção do discurso histórico. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.11, n.20/21, p. 193, jun.-dez.1990.

COLODEL, José Augusto. Tempo Histórico: um novo conceito. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.3, n.5, p. 179-183, dez. 1982

COSTA, Odah Regina Guimarães. Instrumentos de trabalho em pesquisa se história social. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.2, n.2, p. 83-97, jun. 1981.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A Velha História**: teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 189-208.

GLÉNISSON, Jean. O historiador, o número e a máquina. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.3, n.4, p. 3-11, jun. 1982.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso de Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p.9

HAREVEN, Tamara K. Tempo de família e tempo histórico. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.4, n.7, p. 205, dez. 1986

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

KULA, Marcin. História e Sociologia. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.9, n.17, p. 276-293, dez.1988.

MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da História Regional (uma nota prévia). **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.2, n.3, p. 103-109, dez. 1981

MAURO, Frederic. História, historicidade e historicismo. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.9, n.17, p. 267-276, dez.1988.

MOTA, José Flávio. Família escrava: uma incursão pela historiografia. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.9, n.16, p. 104-161, jun.1988.

NETO, Antonio Simão. Acerca da regulamentação da profissão de historiador: questões para um debate. **História: Questões e Debates**, Curitiba a.4, n.6, p. 71-81, jun.1983.

NETO, Antonio Simão. Nova História, novo museu? **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.9, n.17, p. 251-267, dez.1988.

PÍVARO, Hilda. A concepção marxista de História. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.4, n.7, p. 206-216, dez. 1983.

RAMOS, Cesar Augusto. História e reificação temporal. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.2, n.2, p.37-63, jun. 1981.

REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales**: a inovação na história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos (entrevista). In: MELLO, Ricardo Marques de. **O que é Teoria da História?** Três significados possíveis. História e Perspectiva. Uberlândia (46): 335-400, jan/jun 2012.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A memória do cotidiano na História do Trabalho. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.8, n.14/15, p. 100-117, jun.-dez. 1987.

RÜSEN, Joan. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova transparência”. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.10, n.18/19, p. 303-329, jun.-dez. 1989.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, história e patrimônio cultural. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.9, n.17, p. 242-251, dez. 1988.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A comissão editorial – Apresentação. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.1, n.1, p. 5, nov. 1980

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. História e pesquisa acadêmica. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.4, n.7, p. 205, dez. 1986.

TOPOLSKI, Jersey. O conteúdo temporal da narrativa histórica. **História: Questões e Debates**, Curitiba, a.7, n.12, p. 41-57, jun. 1986.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Ed. da USP, 1992.

